

CAPÍTULO 3

Da conquista de Malaca ao primeiro desembarque no litoral de Cantão, 1511-1520

1. Correspondência reservada dos agentes do Estado Português da Índia

A recolha das novas sobre a China durante a segunda década do século XVI foi sobretudo marcada pela conquista de Malaca pelos portugueses, precisamente o acontecimento que abre esse período e aquele que coloca essa parte do mundo a um mês de distância do novo ponto de apoio da navegação lusitana. Logo em 1512, o mercador João Viegas sugere que se largue da cidade malaia para as costas da China a bordo de juncos por forma a corresponder ao afluxo anual de chineses¹. Afonso de Albuquerque confirma nesse mesmo ano a D. Manuel que de Malaca à China a navegação “não é tão longe como vos lá fazem entender, antes hé muy perto caminho” e aposta na troca da “seda, ouro e Ruibarbo” oferecidos todos os anos pelos chins pela pimenta do Malabar². No início de 1514, o capitão Rui de Brito Patalim informa o vice-rei da Índia e o seu monarca sobre a circunstância dos navios chineses terem retomado no ano transacto a viagem até Malaca³. Pouco mais ou menos por essa altura era Albuquerque quem

¹ Carta de João Viegas a D. Manuel, Malaca, 8 de Novembro de 1512; ref. *supra*, Parte I, cap. 1, n. 21.

² Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, Cochim, 20 de Agosto de 1512, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-22-66; pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. 1, 1884, cit. p. 75. A passagem relevante: “Na seda, que v. Alteza toqua em outra carta digo, Senhor, que doje avante, com ajuda da paixam de nosso senhor, quanto puderes podereis haver porque toda a de Çamatra esta em nossa mão e toda a dos chyns e toda a de ormuz. no preço da durmuz não crea Vosalteza que faraçola de la vale em ormuz a trinta xerafins, como eu da outra vez conprey para vosalteza, posto que ha faraçola de Ormuz he em peso faraçola e meya de Cochim, pouco mais ou menos; a seda dos chins vale a faraçola em Malaca e catorze quinze cruzados e quase toda he branca, he o bahar de quatro quintais [*ilegível*] as vossas naos da ordenança que vosalteza houver por bem que cadano vam carregadas de pimenta do Malabar para os chyns não traram outra mercadoria senam, seda, ouro e Ruibarbo porque os juncos de Malaca andam lá agora envoltos Coschyns e vam lá e vem e não é navegação tão longe como vos lá fazem entender, antes hé muyto perto caminho” — Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, Cochim, 20 de Agosto de 1512, *ibidem*, cit. p. 75. Cf. Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 1, 1996, p. 40, n. 51.

³ Carta de Rui de Brito Patalim a D. Manuel, Malaca, 6 de Janeiro de 1514, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-14-49; pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. 3, 1903, pp. 91-97; carta de Rui de Brito Patalim a Afonso de Albuquerque, Malaca, 6 de Janeiro de 1514, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-14-52; pub. in *ibidem*, pp. 216-231.

assegurava que os “chins servidores sam de vosalteza e nosos amigos”⁴. Na carta dirigida ao rei, Rui de Brito especificaria ainda que estes orientais traziam almíscar, aljôfar, muitos tecidos e grande quantidade de porcelanas, adquirindo em Malaca “pimenta e quallquer outra especiaria”⁵. Depois de um prognóstico favorável realizado ainda no princípio de 1514 pelos oficiais de Malaca a respeito da partida da expedição de Jorge Álvares⁶, no começo de 1515 o também capitão Jorge de Albuquerque será um dos primeiros a comunicar ao Reino aquilo que pensava ser o estabelecimento definitivo do acesso ao Mar da China daí resultante⁷.

Português de ascendência italiana e comerciante em Goa, Rafael Perestrelo faz-se à vela de Malaca para a China em Abril ou Maio de 1515 como “capitam mor e feitor de tres junquos”, vindo a trazer “pera sy bem xb [15] mil cruzados e pera vos [D. Manuel] trouxe vynte mil cruzdos”⁸. Depois deste ter sido beneficiado em finais de

⁴ Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, Cananor, 30 de Novembro de 1513, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-13-103; pub. in *ibidem*, vol. 1, 1884, cit. p. 138. Cf. Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, Cananor, 3 de Dezembro de 1513, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-14-12; pub. in *ibidem*, vol. 1, 1884, pp. 181-198. Ver *ibidem*, p. 198.

⁵ Carta de Rui de Brito Patalim a D. Manuel, Malaca, 6 de Janeiro de 1514, in *ibidem*, cit. p. 95.

⁶ Carta dos officias de Malaca a D. Manuel, Malaca, 7 de Janeiro de 1514, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-14-51; pub. in *ibidem*, vol. 3, 1903, pp. 89-91.

⁷ Carta de Jorge de Albuquerque a D. Manuel, Malaca, 8 de Janeiro de 1515; ref. *supra*, Parte I, cap. 1, n. 26. Nessa mesma carta, Jorge de Albuquerque esclarece a respeito das potencialidades de Malaca — cidade que, apesar de não ter “nada de seu”, “tem todollas cousas que a no mundo” — o seguinte: “[...] posta e asetuada em começo de muitas monções e cabo de muitas monções, e as terras da banda da yndea que sam cambaya, toda a yndea, toda bengalla, ho reino de pegu, tem necesydade das mercadorias que vem da chyna e quachymchyna, syam, llequios os lluções de burneo, ho cravo de malluquo, e de maçãs e noz de banda, e de samdallo de timor, e asy ho ouro dos rios de menemquabo e de java e de candeia, e os que destas partes vem, tem nesydade das mercadoryas que das outras partes dytas vem, e quanto huns vem com huma monçam nam podem ir pera as outras partes com aquella monçam, e por yso he grande, e chave de tudo, onde todos fazem escapolla” — Carta de Jorge de Albuquerque a D. Manuel, Malaca, 8 de Janeiro de 1515; pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. 3, 1904, cit. p. 134. A confirmação do sucesso da viagem de Jorge Álvares surge em outros documentos da época. Entre estes destaca-se a carta que os oficiais de Malaca escreveram a Afonso de Albuquerque em Janeiro de 1515. Entre outros produtos, acusavam o transporte da China para Malaca de seda branca, damascos e brocados, almíscar e aljôfar, porcelanas, pregadura, enxofre e salitre — Carta dos officias de Malaca a Afonso de Albuquerque, Malaca, Janeiro de 1515, AN/TT, *Fragmentos*, 4-2-56; pub. in Ronald Bishop Smith, *Jorge Álvares, the First Portuguese to Sail to China*, Bethesda, Maryland, Decatur Press, 1973, pp. 11-13. A propósito, veja-se também a carta de Pêro de Faria a D. Manuel, Malaca, 5 de Janeiro de 1518, AT/TT, *Gavetas*, 15-3-5; pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6, 1967, pp. 337-359. Ver Loureiro, 2000a, pp. 150-155.

⁸ Carta de Pêro de Faria a D. Manuel, Malaca, 5 de Janeiro de 1517, AN/TT, *Gavetas*, XVI-3-5, fl. 17; in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6, 1967, cit. p. 358. A passagem relevante: “Olhe Vossa Alteza ho trato da Chyna que tam certo trato e guanho nela tendes porque he tam certo como te lo na bolsa olhay em tempo de Jorge de Brito e Nuno Vaz o proveito que vos fezeram pera saberdes quam certo he o guanho e quam grosso he na perda que dyso tendes recebyda em vosa fazenda. Per aquy ho vedes custa a baar de pimenta a dez cruzados em Pacem e na Chyna rende cem cruzados. Ho baar de sedaa branca val em Malaqua a dozentos cruzados e a dozentos e cynquenta. / Rafael Peroestrelo foy a Chyna com lx ou oynta baares de pymenta pera sy e foy por capitam mor e feitor de tres junquos em que hya fazenda vosa em que tyro per rezam que serya mais a vosa fazenda que a sua poys sois rey da teraa e senhor dos guastos. Elle trouxe pera sy bm xb mil cruzados e pera vos trouxe vynte mil cruzados. Nam entendo ysto nem sey que rezam sobre yso de [dê] a Vosa Alteza senam tapar a bocca e fazer me mudo. / Foy laa hum

Março de 1515 com a mercê régia que lhe concedia a capitania do descobrimento da enseada de Bengala e da China, em 1517 é a vez de Fernão Peres de Andrade partir para Cantão como “capitam mor e feitor de tres junquos”⁹. Como dissemos, logo a seguir a ele foram agraciados com viagens à China quer o seu irmão Simão (1519), quer Jorge de Albuquerque (1519), quer ainda Pêro Lourenço de Melo (1520). Em Julho deste último ano Fernão Peres regressa a Lisboa e é inquirido a respeito desse Império que agora entreabria os seus mistérios. Sem que se conheça a sua sorte, sabemos também que já em 1512 o próprio Afonso de Albuquerque se empenhara desde Cochim em proteger “um china que vai visitar el-rei”¹⁰.

Um pouco mais documentado está o envio para Lisboa, em 1512 ou 1513, de um livro chinês impresso obtido com maior probabilidade em Malaca. D. Manuel aproveitará a oportunidade da embaixada que envia em 1514 ao Papa Leão X (o florentino Giovanni de’ Medici) para oferecer ao Pontífice tal livro. O fausto imperial dessa embaixada de obediência, por certo a mais espectacular de entre aquelas que o monarca português despachou para Roma, não podia deixar de ofuscar o presente. Celebrizaram-na os seus escravos indianos, as suas caixas de especiarias, os seus papagaios, as suas galinhas da Índia, talvez as suas moedas cunhadas em Malaca por Albuquerque e, sobretudo, os leopardos, a pantera, o cavalo persa e o famoso elefante que se ajoelharia por três vezes à passagem pelo Castelo Sant’Angelo. Contudo, foi por causa desse livro que Paolo Giovio (1483-1552) mais tarde escreveu o seguinte a respeito da China: “*Et quod maxime mirandum uidetur ibi esse typographos artifices, qui libros, historias et sacrorum caerimonias continentes more nostro imprimant, quorum longissima folia introrsus quadrata serie complicantur. Cuius generis uolomen a rego Lusitaniae cum elephante dono missum Leo pontifex humaniter nobis ostendi*”¹¹.

Em carta assinada em Cochim no dia 1 de Abril de 1512 e dirigida a D. Manuel, Afonso de Albuquerque anotou que junto enviava “hum pedaço de padram que se tirou

homem que se chama Jorje Alvarez por capitam e feitor de hum junquo em que trouxe oytto o dez mil cruzados e o que trouxe pera vos nem sey nem he pera dizer e nos lyvros da feytorya estara a tal decraçam” — *Ibidem*, fl. 17, ed. 1967, cit. p. 358.

⁹ Ver *supra*, Parte I, cap. 1-2.

¹⁰ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1. Um pouco antes, Albuquerque recomendara já ao seu feitor de Cochim que desse “ao chim portador deste que comygo veo de malaca e vay pera portugal a el Rey noso senhor” dada quantia “pera suas neçesydades e seu gasto” — Mandado de Afonso de Albuquerque, Cochim, 6 de Julho de 1512, AN/TT., *Cartas Missivas*, 1-203; pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, dir. Henrique Lopes de Mendonça & Raimundo António de Bulhão Pato, vol. 5, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cit. p. 493. Ver Loureiro, 2000a, p. 146.

¹¹ Paolo Giovio, *Pauli Iouii Nouocomensis Episcopi Nucerni, Historiarum sui temporis tomus primus, XXXIII libros complectens*. Cum Indice Plenissimo, Paris, ex officina typographica Michaelis Vascosani, 1553, fl. 161r.; cit. in Matos, 1991, p. 177, n. 54. Cf., *inter alia*, Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 167-168.

d ãa gramde carta d um piloto de jaoa [Java], a quall tinha ho cabo de bõoa esperamça, portugall e a terra do brasyll, ho mar rroxo e ho mar da persia, as ilhas do cravo, a naveçam dos chins e gores, com suas lynhas e caminhos dereytos por omde as naos hiam, e ho sertam, quaees reynos comfynavam huns cos outros: parece me, senhor, que foy a melhor cousa que eu nunca vy”. E acrescentou: “mando esse pedaço a voss alteza, que francisco rrodriguez empramtou sobre a outra, domde voss alteza poderá ver verdadeiramente os chins donde vem e os gores, e as vossas naos ho caminho que am de fazer pera as ilhas do cravo, e as minas do ouro omde sam, e a ilha de jaoa e de bandam [Banda], de noz mozcada e maçãs, e a terra dellrey de syam, e asy ho cabo da terra da naveçam dos chins, e asy pera omde volve, e como daly em diamte nam navegam”¹². Para infortúnio nosso, nada mais se sabe a respeito desta alegada cópia de uma carta javanesa desenhada por Rodrigues com a ajuda de um “jao que sabia ler e esprever”¹³.

Também não se sabe nada de muito concreto sobre a carta que o piloto João Dias de Solis alega em Agosto de 1512 “que lhe screverão de Malaca” e que o haveria informado de que “Afonso d’Albuquerque fizera huma armada pera os chyns”¹⁴. Solis, recorde-se, servia Castela, para onde passara em 1506. Ainda que esta notícia pareça dizer respeito à armada de Diogo Lopes de Sequeira, porque não terá saído para a China nenhuma expedição portuguesa entre 1511 e 1512¹⁵, a mesma serve perfeitamente não apenas para dar ideia da prontidão com que a nova da conquista da praça malaia chega ao reino vizinho, como para perceber que a sua atenção está desde a primeira hora voltada para o caminho que Malaca rasgava para a China¹⁶. Não obstante, volta a ser por intermédio dos mensageiros e das cidades italianas que a Europa acede ao saber sobre a China resultante de mais esta etapa do desbravamento dos Mares da Ásia.

¹² Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, Cochim, 1 de Abril de 1512, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-11-50; pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. 1, 1884, cit. pp. 64-65.

¹³ *Ibidem*, cit. p. 64. Cf. A. Cortesão, ed. 1978, pp. 81-82; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 1, 1996, p. 39; Loureiro, 2000a, pp. 141-142.

¹⁴ Carta de João Mendes de Vasconcelos a D. Manuel, Logronho, 30 de Agosto de 1512; ref. *supra*, Parte I, cap. 6, n. 38; pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 4, 1964, cit. p. 320.

¹⁵ Loureiro, 2000a, pp. 133-134.

¹⁶ Ver *supra*, Parte I, cap. 6-2.

2. As cartas de Giovanni da Empoli e Andrea Corsali e a *Informatiõ* luso-veneziana recolhida por Alessandro Zorzi, 1514-1517

O nosso conhecido Giovanni da Empoli é primeiro dos nomes que se destaca entre os informadores italianos acabados de assinalar. Nascido em Outubro de 1483 no seio de uma numerosa família de Florença que obtivera a sua cidadania em 1372, sabe-se que foi baptizado como Giovanni Miniato Romolo em atenção ao nome de um avô que era negociante de especiarias na *Via Calimara*. A infância seria discreta, mas a família fez o bastante para que não lhe faltasse o estudo do latim e de alguns rudimentos do grego. Em finais da década de 1590, o ambiente suscitado pelas pregações do dominicano Girolamo Savonarola quase dita sua entrada no Convento de San Marco. No entanto, acabou impondo-se-lhe a actividade comercial exercida pelo pai Leonardo, um cambista com banca “al Canto alla Paglia”. Por ocasião do Jubileu de 1500, transfere-se para Siena, onde tira partido das massas de peregrinos que chegavam de todas as partes da Europa para aperfeiçoar os segredos da sua arte. Regressa a Florença pouco tempo depois, indo servir às ordens do banqueiro Martino Scarfi no *Mercato Vecchio*.

Em Março de 1502 Giovanni da Empoli é convidado a seguir para Bruges, onde Scarfi abrira uma agência em parceria com outro banqueiro florentino, Giovanguualberto Buonagrazia. Aí trabalha durante cerca de nove meses, após o que é a vez da grande “Chasa” de Antonio e Filippo Gualterotti e Girolamo Frescobaldi o seleccionar para seu agente na Índia. Giovanni deixará Bruges com destino a Lisboa em Dezembro de 1502, onde estabelece contactos especiais com os Affaitadi e com os Sernigi. Co-financiado pelos florentinos Girolamo Sernigi, Bartolomeo Marchionni, Bernardo Gondi e Bernardo de’ Pilli, Da Empoli partirá em Abril de 1503 para a primeira das três viagens que realizou ao Oriente levado por um dos quatro navios da armada de Afonso de Albuquerque.

De volta a Lisboa em Setembro de 1504 com um porão a transbordar de pimenta, Giovanni da Empoli torna à Flandres e aos negócios dos Gualterotti-Frescobaldi. Entre Março de 1510 e Agosto de 1514 realiza por encargo destes e com o apoio suplementar da companhia dos Nasi de Lyon, de Raffaello de’ Medici, de Girolamo Sernigi e de dois operadores de Bruges ditos Camillo da Diacceto e Adriano Brava a sua segunda expedição à Índia. Lisboa será outra vez o porto de embarque, mas o destino é agora Malaca. E de Lisboa parte de novo no início de Abril de 1515 para ir

tomar posse do cargo de feitor régio em Samatra para o qual entretanto fora nomeado por D. Manuel. Será a viagem que o levou até Cantão, onde morreu em Outubro de 1517 vitimado por uma epidemia de cólera que atingiu muitos dos portugueses que com ele seguiam¹⁷.

À semelhança do que fizera em 1503, quando inaugurara as idas ao Índico a bordo das naves do rei de Portugal e ao serviço dos Gualterotti e Frescobaldi, Giovanni da Empoli comporá a partir da sua segunda experiência nestes circuitos uma longa carta com a narrativa dos principais sucessos, a qual fez seguir para Florença logo que lhe foi possível. Só a primeira dessas missivas, destinada aos seus empregados, seria impressa: algo tarde, no volume inaugural da colectânea de Giovanni Battista Ramusio (Veneza, 1550)¹⁸. Ainda assim, sabe-se que não foi por isso que a circulação informal da que permaneceu em manuscrito saiu demasiado prejudicada¹⁹.

A carta em questão começa a ser redigida ainda durante a viagem de regresso a Lisboa e vai endereçada a Leonardo da Empoli. Apesar de estar datada de 12 de Julho de 1514, apenas foi concluída na capital portuguesa no dia 6 de Novembro desse ano²⁰. Era inevitável que a conquista de Malaca e as perspectivas comerciais do empório malaio constituíssem parte nuclear do escrito, pelo que volta a ser este o ângulo que domina as referências que aí são feitas à realidade chinesa. Anota o florentino que quando do assalto de 1511 os portugueses tinham contado com o auxílio de cerca de quatrocentos chineses — “avano e’ cini in aiuto, che erano circa 400”²¹ — e que diante da cidade existia “l’isola di Cini”, onde “quando e’ gunchi de’ cini istanno in Melacha, stano surti a detta isola”²². Repete depois alguns dos referentes somáticos e de indumentária mais divulgados quando escreve que os chineses são homens brancos, que se vestem “chome nou all’usanza alanmannescha”, com botas e sapatos do tipo

¹⁷ Ver *supra*, Parte I, cap. 1-2; Laurence A. Noolan, *John of Empoli and his relations with Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical [IICT], 1984, pp. 13-17 e 29-111; Marco Spallanzani, *Giovanni da Empoli, mercanti navigatore fiorentino*, Florença, Studio per Edizioni Scelte, 1984, pp. 19-65; Spallanzani, 1997, pp. 81-102 e 129-145.

¹⁸ Ver “Viaggio fatto nell’India [1503] per Giouanni da Empoli fattore su la naue del Serenissimo Re di Portogallo per conto de Marchionni di Lisbona”, in Giovanni Battista Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigationi Et Viaggi*, Veneza, 1554, fls. 158r.-160r.

¹⁹ Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 168-169.

²⁰ *Chopia d’una lettera mandata da Giovanni da Empoli a Ldo suo padre del viaggio da Lui fatto a Malaccha* [12 de Julho de 1514], Biblioteca Nazionale Centrale, Florença, ms. II-IV-347, fls. 208r.-232r.; pub. in Spallanzani, 1984, pp. 131-185.

²¹ Carta de Giovanni da Empoli a Leonardo da Empoli, Lisboa, 12 de Julho de 1514, p. 161; pub. in Spallanzani, 1984, cit. p. 161. Todas as citações a partir desta edição.

²² *Ibidem*, ed. 1984, cit. p. 156.

francês²³. Mais importante, sobretudo para os interesses mercantis que serve, é a breve descrição que compõe do litoral asiático compreendido entre o Cabo da Boa Esperança e a China e onde encontrou oportunidade para acrescentar algumas indicações sobre o comércio chinês com o Sião, tema a que, como vimos, um Ludovico di Varthema dedicara já alguns parágrafos reveladores.

Sobre este assunto, escreve Da Empoli: “Tanazzari [Tenasserim], Sarnau, dove si fa tutto il bengui [benjoim] biancho finissimo, storace [estoraque, espécie de pomada medicinal], lacha più fine della di Martanan [Marbatão] e de Schale [Chaleu], dove vengono e’ cini a vendere le lor mercanzie: cioè riobarbaro, muscho, damaschi di seta, brochanti, seta bianca, seta sciolta di tutti cholori, perle di Cina; et li si truova tutte sorte spezierie, che detti cini chomperano e lle danno a lloro terra”²⁴. Informa ainda que a China, terra fria na sua maior parte, confina “cho’lla Tartaria”²⁵. Apesar de traduzir uma imagem que já fazia o seu caminho entre os portugueses ultramarinos, diga-se a título de exemplo que Ludovico di Varthema se desentende de forma explícita de tal associação quando, antes das notas que citámos sobre Cataio e Mangi, apenas afirma a respeito da “città nobilissima di Cambaia” que esta contribui para abastecer de panos de seda e algodão “tutta la Persia, la Tarteria, la Turchia, la Soria, la Barberia, cioè, l’Africa, et l’Arabia Felice, l’Ethiopia, l’India & l’altra moltitudine di Isole habitate”²⁶.

A surpresa não termina aqui porque este florentino que agora visita uma Malaca portuguesa identifica “Cini, Lechi e Ghori”²⁷ como parcelas de um mesmo conjunto, conjunto que, além disso, compara com o que era constituído pela Flandres, a Alemanha e o Brabante²⁸. Porém, é sobre a China propriamente dita que virá a perspectiva mais

²³ *Ibidem*, ed. 1984, cit. p. 156.

²⁴ *Ibidem*, ed. 1984, cit. p. 180.

²⁵ *Ibidem*, ed. 1984, cit. p. 156.

²⁶ Ludovico di Varthema, *Itinerario*, Libro Primo dell’India, cap. II — “Della conditione del Soldano di Cambaia città nobilissima”, in Giovanni Battista Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigazioni Et Viaggi*, Veneza, 1554, cit. fl. 171r.

²⁷ Carta de Giovanni da Empoli a Leonardo da Empoli, Lisboa, 12 de Julho de 1514; pub. in Spallanzani, 1984, cit. p. 181.

²⁸ Posterior, a carta que Simão de Andrade escreve em Malaca com data de 10 de Agosto de 1518 confirma várias destas observações, mas não é tão apurada noutras, designadamente em relação às de cariz geográfico. A passagem relevante: “[...] esperamos agora aquy na monçam d’Outubro por meu irmão da China que por rezam deve trazer muita fazenda de Vosa Alteza [...] por hũu jumco que veio da China antes da nossa chegada em que vieram algũas pessoas portuguesas e per mouros pilotos com que faley soube que Vosa Alteza tinha qua nestas partes muitas cousas pera mamdar descobrir de mais riqueza que ha na Imdya e aquy porque alem da China ser cousa tam grande como he e de que Vosa Alteza deve ja la de ter enformaçam ainda a outras terras ao maar dela que sam ilhas que se chamam as ilhas dos lequeos e que comfinam com os tartaros omde ha grandes minas d’ouro e todalas outras mercadorias das que ha na China estam [a] duzentas legoas della he jemte bramca com’aalemães” —

surpreendente. Depois de se referir aos seus grandes rios, às “città e chastella bellissime” que povoam as suas margens e à capital “Zerum” (por certo, a *Zaitum* de Marco Polo), afirma que é nela que se encontra “il re de’ cini, che si chiama il Gran Chane di Ghattaio”²⁹.

Com isto, é muito possível que o mercador houvesse acabado de proceder à identificação do Cataio medieval com a China, identificação que, apesar do que ainda assim transparecia da carta de D. Manuel aos *Reis Católicos* de 1501, da *Relação da Índia* do Pe. José de Craganor ou do *Itinerario* de Varthema, só será clara depois de expressa pelo agostinho espanhol Fr. Martín de Rada na sua *Relacion verdadera de las cosas del reyno de Taibin, por otro nombre China* (1575-1576)³⁰. Além de Da Empoli ou de Rada o terem feito, veremos que subsiste igualmente uma remota possibilidade do boticário português Tomé Pires a ter sugerido³¹. Bem mais tarde, o jesuíta Matteo Ricci (Macerata, 1552-Pequim, 1610) estabelece as ideias de que o Cataio coincide com a China e de que a Cambalu ou a Cambaluc de Polo coincide com Pequim. Foi ainda a Ricci que coube saber em primeira mão do resultado da viagem de quase quatro mil quilómetros que o jesuíta português Bento de Góis realizou por terra da Índia à Grande Muralha entre 1602 a 1605 com o propósito de afastar as dúvidas que, apesar de tudo, subsistiam nos círculos da Companhia a respeito destas discrepâncias terminológicas³². Enfim, o título dado a uma das cartas referente à viagem que o Pe. António de Andrade, S. J. (Oleiros, Castelo Branco, 1580-Goa, 1634) que realizou ao Tibete em 1624 (Agra-Tsaparang, capital do reino do Guge) confirma o que várias vezes escrevemos sobre a persistência de uma geografia de enganos: *Novo Descobrimento do gram Cathayo, ou Reinos de Tibet* (Lisboa, 1626)³³. Aliás, o próprio Pe. Andrade alimentaria estes equívocos numa carta posterior onde assegura que “o que chamam Catayo não é Reino

Carta de Simão de Andrade a D. Manuel, Malaca, 10 de Agosto de 1518, AN/TT, *Gavetas*, XV-17-27, fls. 2v-3r.; pub. in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 5, 1965, cit. pp. 125 e 126.

²⁹ Carta de Giovanni da Empoli a Leonardo da Empoli, Lisboa, 12 de Julho de 1514; pub. in Spallanzani, 1984, cit. p. 181.

³⁰ Ver *infra*, cap. 12-1.

³¹ Ver *infra*, cap. 3-3. Ver também Rui Manuel Loureiro, *A China na Cultura Portuguesa do Século XVI – Notícias, imagens e vivências*, dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. 1, Lisboa, 1994, pp. 349-364 (policopiado) [Loureiro, 1994b].

³² Ver *infra*, cap. 18-3.

³³ Carta do Pe. António de Andrade, S. J., Agra, 8 de Novembro de 1624, pub. in *Novo Descobrimento do gram Cathayo, ou Reinos de Tibet, pelo padre António de Andrade, da Companhia de Jesu, português, no ano de 1624*, Lisboa, Matheus Pinheiro, 1626.

particular, mas uma cidade grande, per nome Katay, cabeça de certa província mui perto da China”³⁴.

Giovanni da Empoli termina em Cochim a 15 de Novembro de 1515 — aquando da sua terceira e última estada no Oriente, portanto —, uma outra carta que chegará à Europa e que nos importa pelo que anota sobre a China³⁵. As respectivas alusões partem a propósito da viagem de Jorge Álvares, de que terá sido pelo menos o primeiro a informar os italianos. Sobre esse Império onde diz que foram “homeni nostri che qui stanno”, garante que pega “con Tartaria alta, a chi Chiamano Balascina”, acrescentando: “la quale v’ è la maggior richetie et cose del mondo”³⁶. Também repete que os chineses são todos brancos “come nui”, que se vestem à maneira dos alemães e que são “molto nostri amici”³⁷. Sobre o edificado dá uma notícia inédita: “Sono terre murate como le nostre, et case di pietra come le nostre: hanno grande construtione”³⁸. Além disto, reincide nas referências sobre os principais produtos de exportação, sobre as respectivas quantidades e sobre alguns dos seus valores de mercado — notas a respeito da seda branca fina, damascos, brocados, almíscar ou as pérolas, esquecendo as porcelanas³⁹. Interessa-se de seguida pelas mercadorias em relação às quais tal mercado tem apetência: especiarias, pimenta, gengibre, maçã, noz-moscada, incenso, aloés, veludo, coral, panos de lã, roupas e ouro. Por último, insiste nas identificações de carácter medieval que incluiu na sua carta de 1514: “il Gran Can, che è il re, che si chiama el re

³⁴ Carta do Pe. António de Andrade, S. J., Agra, 15 de Agosto de 1626, publicada (extractada) in *Relaçãõ Geral do Estado da Christandade de Ethiopia [...] e do que de novo sucedeu no Descobrimento do Thybet, a que chamam Gram Catayo*, Lisboa, Matheus Pinheiro, 1628; cit. in *Viagens na Ásia Central em Demanda do Cataio: Bento de Góis e António de Andrade*, introdução e notas de Neves Águas, colecção A Aventura Portuguesa — 2, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988, p. 69. Ver, *inter alia*, Edward Maclagan, *Os Jesuítas e o Grão Mogol*, trad. António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1946, pp. 410-419 (1.ª ed. 1932); *Viagens na Ásia Oriental*, 1988, pp. 69-71 e 95; Raffaella D’Intino, “En busca de Catay”, in *Lisboa Extramuros 1415-1580. El descubrimiento del mundo por los navegantes portugueses*, dirigido por Michel Chandeigne, Memoria de las ciudades, Madrid, Alianza Editorial, 1992, pp. 250-252 (1.ª ed. 1990); Francisco Contento Domingues, “António de Andrade”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, pp. 65-66 [Domingues, 1994a].

O *Novo Descobrimento...* de 1626 foi prontamente traduzido para castelhano (Madrid, 1626), francês (Gand, 1627; Paris, 1627; Pont-à-Mousson, 1628), italiano (Roma, 1627; Nápoles, 1627; Veneza, 1646), polaco (Cracóvia, 1628) e flamengo (Gand, 1631). Quanto à carta de 15 de Agosto de 1626, e depois da edição da *Relaçãõ Geral*, foi também logo traduzida para castelhano (Segóvia, 1627), francês (Bordéus, 1628; Paris, 1629) e italiano (Roma, 1628). Ver *Viagens na Ásia Oriental*, 1988, pp. 125-127.

³⁵ *Copia di piu cap. de una lettera che scrive ser Jovanni da Empoli, fiorentino de di 15 di novembre 1515, in Cucino cita dindia venuto in Cananor per Cambaia 27 ditto et ricevuta in Lisbona adi 22 ottobre 1516*, ms. Biblioteca Nazionale Centrale, Florença, Banco Rari 233, fls. 127v.-131r., pub. in Spallanzani, 1984, pp. 201-205.

³⁶ Carta de Giovanni da Empoli, Cochim, 15 de Novembro de 1515; pub. in Spallanzani, 1984, cit. pp. 202-203. Todas as citações a partir desta edição.

³⁷ *Ibidem*, ed. 1984, cit. p. 203.

³⁸ *Ibidem*, ed. 1984, cit. p. 203.

³⁹ *Ibidem*, ed. 1984, pp. 203-204.

di Cataio”⁴⁰; por outro lado, o caminho até “Zeiton, che è di ditto re che si tiene” fazia-se por terra, em “tre mesi di giornate a cavallo, tuto a longo di uno fiume, come è il Reno, piena di qua e di là di castela et di cità populose”⁴¹.

Uma carta que inclui referências à China de importância equivalente a estas duas de Giovanni da Empoli é a que outro florentino, de seu nome Andrea Corsali, escreve de Cochim no dia 6 de Janeiro de 1516. A data precisa por lapso o ano de 1515 e o destinatário é Giuliano de’ Medici. Para além de se poder ter baseado em informações cedidas por Da Empoli, é seguro que muito do que Corsali trata deriva do que ele próprio recolheu em Goa ou em Cochim uma vez que, tendo embarcado na esquadra de Lopo Soares de Albergaria que entrou na barra de Goa a 2 de Setembro de 1515, não terá ido a um lugar tão longínquo como Malaca, de onde sabemos que já chegava parte considerável do que os europeus iam compilando sobre o Extremo Oriente.

Pormenor mais do que significativo é o facto desta carta haver sido impressa de imediato em Florença com o título *Lettera di Andrea Corsali allo Illustrissimo Signore Duca Iuliano de Medici, venuta Dellindia del Mese di Ottobre Nel M. D. XVI*. No colofon: “Spampato in Firenze per Io. Stephano di Carlo da Pavia, Adi XI di Dicembre Nel M.D.XVI”. Ramusio toma-la-á em 1550 com várias alterações para o primeiro volume das *Navigazioni*⁴², assim o fazendo também Jean Temporal, o tradutor francês da segunda edição desse tomo do compilador veneziano (Lyon, 1556)⁴³, e o editor da *Historiale description de l’Ethiopie contenant vraye relation des terres & païs du grand roy, & empereur Prete-Ian* (Antuérpia, 1558, sendo esta uma edição pirata do impresso de Lyon de dois anos antes)⁴⁴. A carta de Corsali encontra-se ainda integrada na colectânea que Alessandro Zorzi fechou em 1517⁴⁵. Lê-se neste último manuscrito que a epístola está datada de “Concaim, terra da Índia, a di sei de Gennaio de MDXV”, que

⁴⁰ *Ibidem*, ed. 1984, cit. p. 204.

⁴¹ *Ibidem*, ed. 1984, cit. p. 204. Ver Andrade, 1972, vol. 2, pp. 765-766; Loureiro, 1994b, vol. 1, pp. 364-368.

⁴² Ver *Lettera di Andrea Corsali Fiorentino allo Illustrissimo Signor Giuliano de Medici. Lettera scritta in Cochim terra dell’India, nell’anno .MDXV. alli V. di Gennaio*, in Giovanni Battista Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigazioni Et Viaggi*, Venezia, 1554, fls. 195v.-199r.

⁴³ Ver “Discours sur les lettres de André Corsali”, in Giovanni Battista Ramusio, *Historiale description de l’Afrique...*, Lyon, 1556, pp. 126-129; “Lettres de André Corsali”, in *ibidem*, Lyon, 1556, pp. 133-160.

⁴⁴ Ver “Discours sur les lettres de André Corsali”, in *Historiale description de l’Ethiopie contenant vraye relation des terres & païs du grand roy, & empereur Prete-Ian, l’assiette de ses royaumes & prouinces, leurs coutumes, loix & religion, avec les pourtraits de leurs temples & autres singularitez, cy deuant non cogneues...*, Antuérpia, Christofle Plantin, 1558, fls 1r.-4r.; “Lettres de André Corsali”, in *ibidem*, Antuérpia, 1558, fls. 8r.-38v.

⁴⁵ Ms. Biblioteca Nazionale Centrale, Florença, *Magliabechiani*, XIII, 80, fls. 141r.-164v.

chegou a Florença em Outubro de 1516 e que foi estampada a 9 de Dezembro desse mesmo ano⁴⁶.

Andrea Corsali é o empenhado estudioso que numa carta posterior se oferecerá para corrigir e actualizar Ptolomeu por este, como alega, se ter equivocado nos cálculos sobre as dimensões e as coordenadas da ilha de Taprobana, por muita da sua toponímia não corresponder à actual e por na altura em que vivera pouco se saber ainda sobre o interior das terras do Oriente⁴⁷. Não espanta, pois, que a China que revela ao leitor dessa primeira missiva apareça integrada numa descrição mais ampla do litoral que vai do Mar Vermelho “all’estreme regioni Sinare”⁴⁸ e que, como se acaba de ver, não dispense o sabor clássico de certas expressões, caso desta outra que fala da “Cina, terra fredda posta nel Sino magno”⁴⁹.

Em Malaca, “l’ultima terra della banda di mezo di” e antes chamada *Aurea Chersonessus*, Corsali descobre a pimenta sem conta que se exporta para a China, acrescentando que é da parte Norte do Sino Magno que os seus mercadores trazem almíscar, ruibarbo, pérolas, estanho, porcelanas, sedas, damasco, cetins, brocados e tecidos de toda a espécie⁵⁰. Sobre os chineses refere que são “molto industriosi, & di nostra qualità, ma di piu brutto viso, con gli occhi piccoli”⁵¹. Insiste em falar numa indumentária semelhante à europeia e refreia do seguinte modo algumas impressões pretéritas sobre a sua religião: “Credo che siano gentili, auenga che molti dicono che tengano la nostra fede, ò parte di essi”⁵². A expedição de Jorge Álvares surgia ainda à cabeça das referências obrigatórias, pelo que tanto lembra como acrescenta a seu propósito o seguinte: “Quest’anno passato nauigarono alla Cina nostri Portoghesi, i quali nõ forno lasciati scēdere ã terra, che dicono cosi essere costume, che forestieri non entrino nelle loro habitationi, venderono le lor mercantie con gran profitto, & tanto

⁴⁶ Ver Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 169; Andrade, 1972, vol. 2, pp. 828-829; Rita Biscetti, *Portogallo e Portoghesi nelle due lettere di Andrea Corsali a Giuliano e a Lorenzo de’ Medici incluse nelle ‘Navigazioni’ di G. B. Ramusio*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Série Separatas — 157, Lisboa, IICT, 1984, pp. 3-11.

⁴⁷ *Lettera di Andrea Corsali Fiorentino allo Illustrissimo Principe & Signore Duca Lorenzo de Medici, Della nauigatione del mar Rosso & sino persico a Cochim città nella India, scritta alli XVIII. di Settembre .MDXVII*, in G. B. Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigazioni Et Viaggi*, Veneza, 1554, fls. 199r.-207v. Ver Randles, 1990a, p. 273; Loureiro, 2000a, pp. 59-60.

⁴⁸ Carta de Andrea Corsali a Giuliano de’ Medici, Cochim, 6 de Janeiro de 1516; pub. in G. B. Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigazioni Et Viaggi*, Veneza, 1554, cit. fl. 197r. Todas as citações a partir desta edição das *Navigazioni*.

⁴⁹ *Ibidem*, ed. Veneza, 1554, cit. fl. 198v.

⁵⁰ *Ibidem*, ed. Veneza, 1554, cit. fl. 198v.

⁵¹ *Ibidem*, ed. Veneza, 1554, cit. fl. 198v.

⁵² *Ibidem*, ed. Veneza, 1554, cit. fl. 198v.

dicono essere d'utilità in condurre spetierie alla Cina, come a Portugallo"⁵³. Por último, escreve algumas palavras também inovadoras a propósito do estatuto do soberano chinês:

“Il Re di questa regione nõ si lassa mai vedere, ne parlar, eccetto che da vn solo, & quãdo alcuno vuole espeditione ò altra cosa, lo fa intendere a vn deputato, & quello all'altro: & cosi va d'uno in altro, fine a cinquã'huomini alle orecchie del Re"⁵⁴.

A derradeira fonte italiana que referenciamos para esta década é a intitulada *Informatiõ hauuto jo Alex.º [Alessandro Zorzi] da portogalesi .1517. ã Ven.ª [Veneza]*. Trata-se de mais um documento integrado no primeiro volume da colectânea de Zorzi, no caso recolhido, como se percebe, da boca de portugueses em Veneza⁵⁵. Estes, homens práticos na navegação oriental ao que tudo indica saídos de Portugal em 1515, tinham revelado ao veneziano que “hor naucõ meia. 2.000 dila da melaca dai popoli Cine che sã biãchi Come noi”⁵⁶. Muito pouco tempo passado sobre a divulgação em terras lusas da viagem de Jorge Álvares⁵⁷, já no Adriático se inquiria e compendiava essa notícia. Enfim, ao lado deste interesse generalizado pelas notícias respeitantes à China está o omnipresente ponto de vista dos observadores europeus para quem a cor de pele parece ser o atributo que melhor serve para identificar o povo chinês⁵⁸.

3. Os trabalhos de Francisco Rodrigues, Tomé Pires e Duarte Barbosa

Os dois grandes textos desta década no que concerne à identificação da realidade chinesa foram, em simultâneo, as duas primeiras geografias-antropologias sistemáticas

⁵³ *Ibidem*, ed. Veneza, 1554, cit. fl. 198v. Ver Raffaella D'Intino, “Introdução”, in *Enformação das cousas da China*, 1989, p. XXV, n. 60; Loureiro, 1994b, vol. 1, p. 373.

⁵⁴ Carta de Andrea Corsali a Giuliano de' Medici, Cochim, 6 de Janeiro de 1516; pub. in G. B. Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigationi Et Viaggi*, Veneza, 1554, cit. fl. 198v. Ver Andrade, 1972, vol. 2, pp. 828-835; Loureiro, 1994b, vol. 1, pp. 369-376.

⁵⁵ Alessandro Zorzi (comp.), *Informatiõ hauuto jo Alex.º da portogalesi .1517. ã Ven.ª*, ms. Biblioteca Nazionale Centrale, Florença, *Magliabechiani*. XIII, 80, fls. 131r.-140v. e 165r.-166r.; pub. in Faria & Mota, 1977, pp. 16-23.

⁵⁶ Alessandro Zorzi (comp.), *Informatiõ hauuto jo Alex.º da portogalesi*, ed. 1977, cit. p. 19. Ver Faria & Mota, 1977, pp. 9-11, 14-15 e 54-56; D'Intino, 1989, p. XXV, n. 60; Loureiro, 1994b, vol. 1, p. 377.

⁵⁷ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1.

⁵⁸ Ver Andrade, 1972, vol. 2, pp. 751-753; Loureiro, 1994b, vol. 1, pp. 377-379.

do Oriente elaboradas por quaisquer portugueses (entre os estrangeiros, Varthema cultivara o género e, como o seu *Itinerario*, haverá pelo menos que notar a *Conquista de las Indias de Persya y Arabia* que Martín Fernández de Figueroa redigiu entre 1505 e 1511 e que se editou em Salamanca em 1512)⁵⁹. Falamos do *Livro das cousas da India* de Duarte Barbosa (Lisboa?, c. 1485 – Cananor, c. 1545) e da *Somma orientall que trata do maar Roxo athee os chjs* de Tomé Pires (Leiria?, c. 1468 – Cantão, c. 1524 ou c. 1547)⁶⁰.

Duarte Barbosa começou por ser ajudante do feitor das feitorias de Cochim e Cananor (em 1502, quando tal cargo se encontrava ocupado por um tio seu de nome Gonçalo Gil Barbosa), passando depois a tradutor (“lingoa”, como se escrevia na época) das mesmas feitorias (1503), a primeiro-escrivão da de Cananor (1511-1513), a escrivão da de Calecute (intermitentemente entre 1513 e 1516) e, de novo, a primeiro-escrivão da feitoria de Cananor (1519-c.1546)⁶¹. Quanto a Tomé Pires, sem dúvida “one of the most astute minds among the Portuguese who sailed to the East during the sixteenth century”⁶², sabemos que era o contador, vedor das drogas e escrivão da feitoria de Malaca que terminou os seus dias na China esgrimindo debalde as credenciais de embaixador do rei de Portugal.

Apesar dos esforços nesse sentido, não é irrepreensível em nenhuma destas obras o equilíbrio no tratamento das realidades física e humana. Também, apesar da relativa autonomia que sobretudo Duarte Barbosa soube manifestar em distintos momentos em relação às hierarquias, qualquer destes dois escritos apareceu enquadrado

⁵⁹ *Conquista de las Indias de Persya y Arabia, que fizo la armada del rey don Manuel de Portugal e delas muchas tierras: diversas gentes: extrañas riquezas e grandes batallas que alla ovo*, título da obra que Johannes Augur Transmierense (Juan Agüero de Trasmiera) compôs e editou em 1512 com base num “librito excelente” que não é outro que o ms. devido a Martín Fernández de Figueroa. Ver Andrade, 1972, vol. 2, pp. 675-685; Aubin, “À propos de la relation de Martín Fernández de Figueroa”, in *Le Latin et l’Astrolabe*, vol. 2, 2000, pp. 493-505. Cf. Barreto, 1983, p. 153, n. 50.

⁶⁰ Ver, *inter alia*, Barreto, 1983, pp. 144-153. Conforme o precedente, utilizaremos o ms. encontrado na Biblioteca da Assembleia Nacional francesa (Ms. 1248 - Ed. 19, fls. 118v.-178v.), transcrito e editado por Armando Cortesão: *Somma orientall que trata do maar Roxo athee os chjs compilada por thome pirez* — A. Cortesão, ed. 1978, pp. 129-444. Quando for indispensável, recorrer-se-á à edição entretanto feita do ms. (abreviado) da Biblioteca Nacional de Lisboa [BNL]: *Soma horientall que trata do mar Roxo ate os chims*, fls. 41v.-98v. do cód. 299 BNL — Rui Manuel Loureiro, *O Manuscrito de Lisboa da “Suma Oriental” de Tomé Pires (Contribuição para uma edição crítica)*, colecção Memória do Oriente — 7, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996 [Loureiro, 1996a]. Cf. A. Cortesão, ed. 1978, pp. 3-7 e 65-67.

⁶¹ Ver Luís Filipe Barreto, “Em torno de Duarte Barbosa. Novos dados bibliográficos”, in *Brotéria*, Lisboa, 111 (5), Novembro de 1980, pp. 431-437; Barreto, 1983, pp. 144-150; Maria Augusta da Veiga e Sousa, “Introdução”, in *O Livro de Duarte Barbosa (Edição Crítica e Anotada)*, introdução, texto crítico e apêndice por M. A. da Veiga e Sousa, vol. 1, Estudos de História e Cartografia Antiga, Memórias — 26, Lisboa, Ministério da Ciência e Tecnologia/IICT/CNCDP, 1996, pp. 11-18.

⁶² Dauril Alden, *Charles R. Boxer – An Uncommon Life*, assisted by James S. Cummings & Michael Cooper, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, cit. p. 377.

pela iniciativa estatal e foi gerado no auge do “tempo épico” de Albuquerque (1508-1515)⁶³ — longe, assim, desses ambientes particulares ou officiosos que se encontram na origem de boa parte dos testemunhos que temos destacado. Por último, quer o texto de Barbosa quer o de Pires são alheios ao cunho epistolar que caracteriza a maioria das fontes interpeladas até aqui.

Tanto o *Livro das cousas da India* como a *Somma Orientall* seriam publicados por Giovanni Battista Ramusio em 1550, ainda que esta última obra apenas em versão parcial, amputada das muito cobiçadas partes referentes às Molucas e às demais ilhas da Insulíndia (cerca de dois terços do texto integral), sem indicação de autor e sob a vista referência *Sommario di tutti li Regni, Citta, & populi orientali, con li traffichi & mercantie, che iui si trouano, cominciando dal mar Rosso fino alli popoli dalla China. Tradotto dalla lingua Portoghese nella Italiana* (fls. 349r.-363r.; reeds. *Primo volume delle Navigationi et Viaggi*, Veneza, 1554, 1563, 1587-1588, 1606 e 1613)⁶⁴.

O editor veneziano deu ao primeiro o título de *Libro di Odoardo Barbessa portoghese* (fls. 310v.-348v.) pelo qual ficaria conhecido (“Barbosa” no título corrigido da edição de 1554, onde ocupa os fls. 320r.-358r.)⁶⁵, sendo que para a enorme fama de que desfrutou como manual geográfico entre eruditos e homens práticos do século XVI contribuiriam de forma decisiva não só as correspondentes reedições italianas de 1554, 1563, 1587-1588, 1603 e 1613 (tal como a *Somma Orientall*, o *Livro das cousas da India* esteve ausente da tradução francesa das *Navigationi*, de 1556), como as cópias manuscritas portuguesas e espanholas que mereceu⁶⁶.

Note-se a propósito que Ramusio se serviu para primeira edição do *Livro* de Barbosa de uma tradução castelhana de c. 1524 adquirida em Sevilha, precisamente a época em que um exemplar do mesmo circula entre os delegados às negociações de Badajoz-Elvas⁶⁷. Sabe-se que a tradução em causa foi feita em Vitória de parceria entre o genovês Martin Centurione, embaixador da Senhoria de Génova em Castela, e o cartógrafo português Diogo Ribeiro, que acabara de ser recrutado pela *Casa de la*

⁶³ Ver Barreto, 1980, p. 429; Barreto, 1983, pp. 143-144.

⁶⁴ Como refere uma nota final do texto de Veneza, “qui manca tutta la parte che parla dell’Isole di Maluco, Gililo, & delle Giaue, & di Sumatra” — Tomé Pires, *Sommario*, in G. B. Ramusio, *Primo volume, & Seconda edizione Delle Navigationi Et Viaggi*, Veneza, 1554, cit. fl. 372v.

⁶⁵ Ver Picchio, 1999, p. 360.

⁶⁶ Ver Faria, 1977, pp. 491-492.

⁶⁷ Ver Sousa, 1996, pp. 30-32.

*Contratación*⁶⁸. Também se sabe que o alemão Jerónimo Zeitz verteu para a sua língua esta versão de Centurione e Ribeiro em 1530⁶⁹. E conhece-se ainda que um missionário italiano doutor em artes, de nome Francesco Múcio Camerte, copiou em São Salvador do Congo em Janeiro de 1539 o melhor manuscrito sobrevivente, tendo-o trazido para a Europa pouco depois ao ser indigitado embaixador de Nzinga Nvemba, rei do Congo, junto do Papa Paulo III⁷⁰. Antes disso, já Fernão de Magalhães se servira de uma cópia do texto português quando saíra de Portugal para oferecer os seus préstimos à concorrência⁷¹.

⁶⁸ Armando Cortesão, *Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos Séculos XV e XVI (contribuição para um estudo completo)*, vol. 2, Lisboa, Seara Nova, 1935, p. 134; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 221; Alexandra Curvelo, *A Imagem do Oriente na Cartografia Portuguesa do Século XVI.*, dissertação de Mestrado em História da Arte (séculos XVI a XVIII) apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996, pp. 33-34 (policopiado).

⁶⁹ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da Índia*, ms. Biblioteca de Estugarda (124 fls., s/ título). Ver Sousa, 1996, p. 35.

⁷⁰ Sousa, 1996, p. 20; Luís Filipe Thomaz, “Prefácio – História medievasca de um texto moderno”, in *O Livro de Duarte Barbosa (Edição crítica e anotada)*, prefácio, texto crítico e apêndice por Maria Augusta da Veiga e Sousa, vol. 2, Estudos de História e Cartografia Antiga, Memórias — 27, Ministério da Ciência e da Tecnologia/IICT/CNCDP, Lisboa, 2000, pp. VIII-IX.

⁷¹ São referenciadas por hábito quatro cópias quinhentistas portuguesas e seis espanholas do *Livro de Duarte Barbosa*, nem sempre concordantes com a versão ramusiana. As portuguesas: (1) ms. 11 008, *Fundo Geral*, da BNL – *Em este liuro se trata das cousas e partidas da Índia, a saber, da Conquista e Navegação del Rey noso senhor [alia manu foi-lhe acrescentado: descubertas té o anno de 1539]*; (2) ms. Brasil 25 do AN/TT, Lisboa, in código factício, org. séc. XVIII?, fls. 1r.-158r.; (3) Muje, ms. VI 10 da Biblioteca da Casa Cadaval [BCC], in código *Noticia dos Reinos da Índia e algumas cartas pelo anno de 1558*, fls. 27r.-106r.; (4) ms. 9163, *Fundo Geral*, BNL, in código *Discrição das terras da Índia Oriental e dos seus usos, costumes, ritos e leys*. As espanholas: (1) ms. 835 da Biblioteca da Universidade de Barcelona [BUB], s/ título; (2) ms. 6116 da Biblioteca Nacional de Paris [BNP], com um resumo em francês, fls. 238r.-238v.; (3) ms. R-2 II da Biblioteca Nacional de Madrid [BNM] – *Este libro compuso Fernando Magallanes portogues piloto, lo qual el vio y anduvo*; (4) Simancas Maluco 1.2-1. 13, Arquivo das Índias de Sevilha (resumo do anterior); (5) Coleção Navarrete, Depósito Hidrográfico de Madrid, cópia do ms. de Sevilha; (6) 1. Span. ms. 570, Biblioteca do Estado de Munique. Ver Georg Schurhammer, “Manuscripts of the Book of Duarte Barbosa”, in G. Schurhammer, *Varia I*, Bibliotheca Instituti Historici S. I. — 23, Roma/Lisboa, Institutum Historicum Societatis Iesu [IHSI]/CEHU, 1965, pp. 23-25; A. Cortesão, ed. 1978, p. 9; Luís Filipe Barreto, “As grandes obras portuguesas de carácter geográfico”, in *Portugal no Mundo*, vol. 4, *Consequências culturais dos Descobrimentos. Os Portugueses no Oriente. O comércio nas colónias portuguesas*, direcção Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 52-54 [Barreto, 1989c]; Sousa, 1996, pp. 20-32 e 34-35.

Anote-se também o volume escrito em papel do século XVI integrado no código ms. VII 4 do AN/TT que pertenceu à Casa de Fronteira e Alorna (fls. 192r.-286r.) e que, de novo com diferenças em relação a outras cópias (mais um sinal de que os cotejadores do texto em causa o iam acrescentando, corrigindo ou amputando assim como outros anotando ou traduzindo à medida das suas necessidades ou de dada intenção política), aparece sob o título: *Lybro que conta e põe por meudo todas as cousas da Yndya des do Caabo da Boa Esperança atee as Ylhas de Maluco e Reino da China, todos os Reinos e ssenhorios e çidades vylas e lugaares tudo como estaa e quaes sson de mouros e quaes de gentios e costumes e traatos de cada hũ em que vãao cousas muito despantaar e de notaar*.

Para o corpo principal das nossas citações utilizaremos os vols. 1 e 2 da edição crítica proposta por Maria Augusta da Veiga e Sousa, a qual toma por referência principal a mais antiga cópia conhecida em língua portuguesa, a qual é, em simultâneo, a mais completa e a única assinada e datada: o referido ms. 11 008 do *Fundo Geral* da BNL. Utilizaremos ainda passagens de outros manuscritos omissas neste exemplar sempre que estas se revelem pertinentes para o nosso tema e sempre que sejam confirmadas por,

O Livro das cousas da India de Duarte Barbosa, 1511-c. 1516

Duarte Barbosa propôs-se compendiar o conhecimento adquirido pelos portugueses sobre a geografia física (menos), humana e económica (mais) dos espaços compreendidos entre o Cabo da Boa Esperança e as ilhas Léquias. Apesar de acrescentos posteriores pela mão do próprio ou da responsabilidade de outros que manusearam o manuscrito autógrafo ou o eventual manuscrito autógrafo⁷², o autor deu o seu trabalho por concluído cerca de 1516 fiel à premissa segundo a qual “alem do que pessoalmente vi, sempre me deleitei em procurar aos mouros, cristãos e gentios pelos usos e costumes de que eram praticos, cujas informações tomei o trabalho de combinar umas com outras para ter uma noticia mais exacta delas, que foi sempre o meu principal intento, como deve ser o de todos os que escrevem sobre semelhantes materias”⁷³.

As informações acumulara-as ao longo da quase década e meia que decorrera desde o seu primeiro embarque para a Índia: primeira temporada no Oriente entre 1500 e 1506; nova e talvez definitiva partida para aí a 20 de Abril de 1511⁷⁴. Vindo a trabalhá-las em escrito desde este último ano, chegariam para redigir um pequeno

pelo menos, dois manuscritos. Quer os trechos do manuscrito base, quer os passos dos manuscritos complementares serão extraídos da referida edição crítica.

Ver Luís de Matos, “Alguns manuscritos ultramarinos da Biblioteca Nacional de Lisboa”, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, 12 (3), 1971, pp. 511-512. Cf. *The Book of Duarte Barbosa. An Account of the Countries Bordering on the Indian Ocean and their Inhabitants, written by Duarte Barbosa, and completed about the year 1518 A.D., translated from the Portuguese text, first published in 1812 A.D. by the Royal Academy of Sciences at Lisbon, in vol. II of its Collection of Documents regarding the History and Geography of the Nations beyond the seas, and edited and annotated by Mansel Longworth Dames*, vol. 1, Londres, Hakluyt Society, 1918, pp. LI-LVIII; Luciano Ribeiro, “Uma Geografia Quinhentista”, in *Studia*, Lisboa, CEHU, 7, Janeiro de 1961, pp. 170-179; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 168; Andrade, 1972, vol. 2, pp. 780-786; Barreto, 1983, p. 154; Barry Taylor, “Los libros de viajes en la Edad Media hispánica. Bibliografía y recepción”, in *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, vol. 1, Lisboa, 1993, pp. 57-70; ref. in José Manuel Herrero Massari, “Leitura e leitores da literatura de viagens portuguesa dos séculos XVI e XVII. Uma aproximação”, in Falcão, Nascimento & Leal (org.), *Literatura de Viagem. Narrativa, história, mito*, 1997, p. 645; Antonio Blázquez (ed.), *Descripción de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios*, Madrid, 1920, p. 8; ref. in Herrero, *ibidem*, p. 650, n. 30; Herrero, *ibidem*, pp. 644-645.

⁷² Cf. Godinho, 1990, p. 44; Neves Águas, “Introdução”, in *O Livro de Duarte Barbosa*, introdução e notas de N. Águas, colecção A Aventura Portuguesa — 13, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, pp. 11-12.

⁷³ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Prefação”, vol. 1, ed. 1996, cit. p. 49. O prefácio onde este trecho se inclui apenas aparece na tradução de Giovanni Battista Ramusio. A respectiva versão: “Imperò che oltre à quelle cose che ho vedute, io mi sono sempre diletato di dimãdare à Mori, à Christiani, & à Gètili, dell’usanze, & costumi di quali informazioni nõ dimeno ho voluto poi bene esaminare insieme, per hauerne piu certa la verità, ch’è stato il mio principale intèto, come debbe esser di ciasunba persona, che scriue simil cose” — *Libro di Odoardo Barbosa*, in G. B. Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigationi Et Viaggi*, Veneza, 1554, cit. fl. 320r.

⁷⁴ Para uma discussão sobre a hipótese de Duarte Barbosa haver efectuado uma viagem ao Reino entre 1516 e 1517, altura em que o rei lhe teria feito mercê da escrivania da feitoria de Calecute, ver Sousa, 1996, pp. 14-17.

capítulo sobre o “muj grande reyno da China” que particularmente nos interessa⁷⁵. Contudo, note-se desde já que, à semelhança do que sobretudo acontece com as restantes áreas situadas a Leste de Malaca, o seu conteúdo específico parece ter sido prejudicado pela circunstância de Barbosa, como pensamos, não ter tido a oportunidade de viajar para além de Ceilão.

Antes de escrever tal capítulo, a China tinha merecido várias alusões esparsas e obrigatoriamente originadas pela descrição dos principais circuitos comerciais do Oriente que o absorve. A propósito do Cabo de Guardafui diz que o mais longínquo dos lugares de origem das naus que o demandam é a China⁷⁶. A propósito de Diu refere as muitas sedas e outras mercadorias para aí transportadas de Malaca e da China pelos malabares⁷⁷. A propósito do lugar de mouros que diz ser “Reinel” (actual Rander) refere que quem quiser ter coisas da China que vá ter com os seus moradores, que eles se encarregarão de as trazer nas suas grandes e formosas naus e de as oferecer “mais inteiramente que em outras partes e de muito bom preço”. Sem distinguir origens, refere que aí também se encontram, além de “todas sortes” de especiarias e drogarias, “muitas sedas almisquer, beijoim, porcelanas”⁷⁸.

No capítulo intitulado “As mercadorias e cousas que ha i no reino de Cambaia”, Duarte Barbosa refere a existência de “panos de seda de muitas sortes e cotonias de seda, laquecas, olio de gergelim, erva lombrigueira, muita mirra e espiquenardo, tutia, tincal, anfião, anil fino de tavoleta e outro mais baxo e assa-fetida e outras droguerias que nós não conhecemos que pera Malaca e China são muito estimadas e teem grã valia, *scilicet*, cacho, pucho, encenso de Xaer”⁷⁹. Ainda que ao escrever sobre as ilhas de Palandura (actuais Laquedivas), refere a propósito das “Ilhas de Maldio” (actuais Maldivas) que estas servem para fazer a aguada às naus de mouros que se dirigem para o Mar Roxo vindas, entre outros lugares, da China e Maluco⁸⁰. Depois, quase sempre o mesmo tipo de referências é patente a propósito do Coromandel⁸¹, do reino de Pegu”⁸²,

⁷⁵ Tal título (ou tal título com pequenas variantes) nos manuscritos Muje, ms. VI, 10 da BCC e FG 9163 da BNL. No ms. VII. 4. do AN/TT: “O muj grande e feroso reyno da China”. No ms. FG 11 008 da BNL: “Da Chyna”. No ms. Brasil 25 do AN/TT.: “Chynha”. No ms. 835 da BUB: “China”.

⁷⁶ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Cabo de Guarfadui”, vol. 1, ed. 1996, p. 87.

⁷⁷ Esta referência que especifica o nome da China apenas ocorre nos seguintes mss. do *Livro* de Duarte Barbosa: ms. Brasil 25 do AN/TT, “Dyo”; e ms. FG 9163 da BNL, “Titulo da çidade de Dio”. Ver Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, vol. 1, ed. 1996, p. 196, n. 1032.

⁷⁸ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Reinel”, vol. 1, ed. 1996, cits. p. 225.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, “As mercadorias e cousas que ha i no reino de Cambaia”, vol. 1, ed. 1996, cit. p. 231.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, “Do Regno de Couião”, vol. 2, ed. 2000, p. 277.

⁸¹ Idem, *ibidem*, “Coromandel”, vol. 2, ed. 2000, p. 302.

⁸² Idem, *ibidem*, “Do Renho de Pegu”, vol. 2, ed. 2000, p. 336.

da cidade de Malaca⁸³, das naus “que carregam 1000 a 1500 bares de peso” idênticas aos juncos chineses com as quais os bengalis navegavam⁸⁴, da ilha de Samatra (onde “se cria muita seda e nam tam booa como a da China”⁸⁵) ou de Sunda (onde se “carregam muitas naos da China”⁸⁶).

Podem-se destacar três tópicos na abordagem dedicada à China, reino “que é mui grande região, assi pela terra-firme como pela costa do mar” e que se encontra “passado o reino de Ansiam [Sião] e outros reinos”⁸⁷. Primeiro, o que esclarece sobre o hermetismo que mantém em relação a todo o estrangeiro que dela se aproxime, obrigando-o a negociar nos portos de mar e nas ilhas ao largo e proibindo-o de aceder ao “sertão”, onde sempre se encontra o seu rei em “mui grandes cidades”⁸⁸. A propósito, levanta ainda o véu sobre o protocolo das embaixadas tributárias quando especifica: “Se algum embaxador doutro regno vem a ele, primeiro o fazem saber; então o manda levar ond’ele está e o recebe com muitas ceremonias que nom escrevo pela proluxidade delas, soamente que é o maior rei que ha no Oriente e que mais terra e gente e riqueza tem”⁸⁹.

O segundo tópico do discurso de Duarte Barbosa sobre a China versa a aparência e os hábitos dos chineses e é menos inovador que o anterior. Lembra a fama de grandes mercadores e a gente branca, bem-disposta e de olhos pequenos, vê homens com “tres ou quatro cabelos e não mais” nas barbas⁹⁰, descreve o vestuário feminino em panos de algodão, seda e lã e compara a generalidade dos trajos aos dos alemães⁹¹. O texto continua com a indicação de que os chineses andam bem vestidos e calçados “com

⁸³ Idem, *ibidem*, “Malaca Civitas”, vol. 2, ed. 2000, pp. 359-361 e 363-364.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, “Reino de Bengala”, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 318.. Pelo menos numa das versão espanholas escreve-se “jungos”, enquanto Ramusio opta por “giunchi”. Ver *The Book of Duarte Barbosa, edited and annotated by M. L. Dames*, vol. 2, Londres, Hakluyt Society, 1921, p. 145, n. 1.

⁸⁵ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “De Çamatra: Insulare Regina”, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 379.

⁸⁶ Assim em Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Çumda”, ms. Muje, ms. 6, 10 (BCC). Ainda que com pequenas variantes, esta referência que especifica o nome da China volta a ocorrer nos seguintes mss. do *Livro* de Duarte Barbosa: ms. Brasil 25 do AN/TT, “Zumda jlha”, fl. 22r.; e ms. FG 9163 da BNL, “Çumda”. Ver Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, vol. 2, ed. 2000, p. 382, n. 2167.

⁸⁷ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, cits. pp. 409-410.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, cits. pp. 410 e 411.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, cit. p. 411. No ms. Brasil 25 do AN/TT: “E se algũ embaxador de outro rey vem a elle por mar primo lho fazem saber como lhe trazem cartas e embaxada entam ho manda levar adomde elle esta”. São ainda de assinalar as seguinte variantes do ms. FG 9163 da BNL: “regno” por “rey”; “primeiro que la ua” por “primo”; “embaxadas e presentes” por “embaxada”; “entonce” por “entam”; “homde” por “adomde”. Ver Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, vol. 2, ed. 2000, p. 411, n. 2366.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 412. Ver idem, *ibidem*, pp. 411-412.

⁹¹ Com pequenas variantes, estas referências surgem na generalidade dos manuscritos. Em contrapartida, o ms. FG 11 008 da BNL diz-nos: “As molheres andam mui bem ataviadas e vestidas de panos de seda; os trajos assi como de flamengos [...]”, Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 412. Ver idem, *ibidem*, p. 412, n. 2372.

calças, botas e çapatos” por a sua terra ser fria no Inverno⁹². Mais invulgar — mas também só em certas versões — é a ideia de um tom de língua “como d’alemães”⁹³. Especiais, especiais, são aqui as notas sobre, por um lado, os requintes que os chins teriam à mesa (uso de faca, guardanapo, copo de prata ou porcelana e de “uns garfos de prata ou de pão”⁹⁴), o consumo de pão de trigo, as “muitas sortes de vinhos”⁹⁵ e as carnes de cão e gato com que se alimentavam⁹⁶, e, por outro, sobre as comunidades envolvidas no comércio marítimo e os homens que viviam a bordo das embarcações com as suas mulheres e filhos⁹⁷.

Num derradeiro tópico compreendem-se as alusões às principais produções da China e às navegações e trato dos seus nativos em direcção a Malaca. Apesar de incorrecta — mas ainda assim mais do que sintomática do interesse que revela —, aparece aqui como novidade uma longa referência ao fabrico da porcelana⁹⁸, logo

⁹² Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 412.

⁹³ Idem, *ibidem*, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 413. Passo omissos nos seguintes mss. do *Livro* de Duarte Barbosa: Muje, ms. 6, 10 da BCC e FG 9163 da BNL.

⁹⁴ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 413. Nos mss. Brasil 25 do AN/TT e Casa Fronteira, ms. VII. 4 do AN/TT encontramos “tenazes” por “garfos”.

⁹⁵ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 413.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 414. Na maioria das versões apenas referência à carne de cão: ms. Brasil 25 do AN/TT; Muje, ms. 6, 10 da BCC; ms. FG 9163 da BNL; ms. 835 da BUB; Casa Fronteira, ms. VII. 4 do AN/TT Ver Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, vol. 2, ed. 2000, p. 414, n. 2383.

⁹⁷ Ver Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, pp. 416-417. Vários destes passos sobre a aparência e os modos dos chineses são muito semelhantes àqueles que encontramos na citada *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas dos Portugueses na Índia* (Códice Add. 20,901 Egerton, Museu Britânico), manuscrito no qual alguns pontos indiciam uma redacção original anterior a 1521 e que deve ter sido compilado em Lisboa em meados ou na segunda metade do século XVI: ver *supra*, Parte I, cap. 5-1. Tal pode verificar-se ainda em mais este trecho, no qual o autor ou a fonte utilizada pelo autor ou autores dessa crónica descrevem a refeição oferecida pelos chineses a Diogo Lopes de Sequeira e aos seus homens quando do encontro de Malaca, em 1509: “[...] Despoys de fallarrê hũu boo pedaço, o Capitão chỹ pediu ao Capitão mor e Capitães que a outro dia, em suas naaos, quyessem azeitar delle o jemtar. Aprouvelhes diso, forã llaa, acharã nove mesas postas e sem toalhas, os fizerã asentar de hũa bamda, e llogo forã cheas de muytos mângares de galinhas e adões e porco asado e cozido e bollos frytos com mel e açuquar, e muytas fruitas de comservas, e manjares d’escudella e suas colheres de prata, e muyto vinho de pallma branco ã porçellanas. São homẽ[s] que comem muyto e bebem ha meudo pouco, e tudo cõ muyta espeçearya e alho, em comserva, e comem cõ garfos. Em começando de comer, lhes deram hũs guardanapos lavrados pera se alimparẽ e, acabando de comer, festejarã, atee que foy oras de se os nosos despediram” — Anónimo, *Crónica do descobrimento*, cap. XCIII, fls. 211r.-211v.; pub. in *Crónica do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses (códice anónimo, Museu Britânico, Egerton 20, 901)*, introdução e notas de Luís de Albuquerque, leitura de Adélia Lobato, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga — 86, Secção de Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1974, cit. p. 197. Ver Luís de Albuquerque, “Introdução”, in *ibidem*, pp. I-IX; Jean Aubin, “Un nouveau classique : l’Anonyme du British Museum”, in *Le Latin et l’Astrolabe*, vol. 2, 2000, pp. 549-555 (1.^a ed. in *Mare Luso-Indicum*, Paris, Centre de Recherche d’Histoire et de Philologie de la IVe section de l’École pratique des Hautes Études, 3, 1976, pp. 183-188).

⁹⁸ “As porcelanas se fazem de buzios moidos e de cascas d’ovos e das craras deles e doutros materiaes, e tudo fazem em ãa massa que lançam a cortir debaxo da terra por espaço de oitenta e cem anos. E esta massa teem por grande herdade e tisouro, porque, assi como se chega o tempo pera se lavar assi tem maior valia, e assi as leexam de filhos a netos. E depois de chegado o tempo, as lavram de todas feições,

seguida de outra sobre a seda⁹⁹. Duarte Barbosa conclui com um par de achegas geográficas. Por um lado, diz-nos que a China “confina com Tartaria que lhe demoura ao norte e é a final terra de Oriente porque pera leste nom se sabe nem é descuberto mais”¹⁰⁰. Por outro, que a cidade de Cantão “está em 25 graos da banda do norte” e que nela se podiam encontrar “todolas frutas que ha em Espanha tirando cerejas que nom ha”¹⁰¹.

A Somma Orientall de Tomé Pires, 1512-1515

Quanto à *Somma* do boticário e futuro embaixador na China Tomé Pires, esta trata a matéria oriental em geral e a geografia-antropologia chinesa em especial de uma forma mais rica do que a encontrada no escrito do seu compatriota feitor e intérprete. Além disso, é diferente o destinatário do discurso de um e de outro porque enquanto Duarte Barbosa diz escrever “para beneficio de todos”¹⁰², Pires dedica o seu tratado ao “muy Serenissimo princepe muy alto & muy poderoso Rei”¹⁰³.

As diferenças continuam a verificar-se no que toca à própria capacidade crítica e aos recursos de erudição que um e outro demonstram ser capazes de articular: enquanto Barbosa é definitivamente mais racionalista que empirista, Pires prefere este estatuto àquele, conseguindo problematizar o seu enunciado com alusões claras ao modo de reflectir aristotélico — “Naturallmente os homees desejam saber como o testefiq^a o mestre da filosofya”¹⁰⁴ — e com críticas evidentes às deficiências empíricas patenteadas pelo modo de fazer da ciência normal, que vê como mais baseada no ouvido que no conhecimento concreto que sobretudo lhe importa: “[...] & de na tall deujação [divisão] parecer algũa cousa superflua ou mymgoada ou Discrepante a cosmogija fradansellmo

ñas muito finas, outras não muito finas e grosseras e depois de feitas as vidram e pintam” — Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, cit. pp. 414-415.

⁹⁹ “Ha tambem e se cria neste regno muita e mui fina seda, que val aqui mui de barato, de que fazem grande quantidade de panos, a saber, damascos de todas cores, satins e outros panos rasos de muitas maneiras, brocadilhos e tafetás mui ricos” — Idem, *ibidem*, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 415.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 418. Ver *The Book of Duarte Barbosa, edited and annotated by M. L. Dames*, vol. 2, Londres, Hakluyt Society, 1921, pp. 211-215; Loureiro, 2000a, pp. 179-185.

¹⁰¹ Duarte Barbosa, *Livro das cousas da India*, “Da China”, vol. 2, ed. 2000, cit. p. 419.

¹⁰² Idem, *ibidem*, “Prefação”, vol. 1, ed. 1996, cit. p. 49. No livro de Ramusio: “per beneficio vniuersale” — *Libro di Odoardo Barbosa*, in G. B. Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigationi Et Viaggi*, Veneza, 1554, cit. fl. 320r.

¹⁰³ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 177r., ed. 1978, cit. p. 129.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, fl. 177r., ed. 1978, cit. p. 129.

[Frade Anselmo] E tolomeu E out^{os} nom pareça noujdade por que os taães mais por nouas que por *pratiq^a* o sentirom [e] nos q^a tudo pasamos espementamos & vemos [...]”¹⁰⁵. A densidade que é particular do boticário é ainda patente em várias alusões que deixa dispersas pelo texto, caso daquela aos “tantos escritores”¹⁰⁶ que abordaram a Pérsia ou da outra referente a “algũus estoriadores”¹⁰⁷ que anotaram os feitos de alguns dos seus soberanos, tal como, também por exemplo, da alusão que faz às “estemdidas leituras” que terá realizado em tempos de “benese”¹⁰⁸.

A despeito disto e da referida edição parcial — mas tardia — de Veneza, a respectiva circulação entre os públicos mais esclarecidos ou tão-só mais curiosos da Europa do século XVI parece ter sido substancialmente inferior àquela que a obra de Barbosa conseguiu ter. O essencial da *Somma Oriental* foi composto em Malaca, onde Tomé Pires se encontra entre 1512 e o início de 1515. O trabalho deverá ter sido concluído em Cochim ao longo dos meses de 1515 em que Pires aí viveu antes de ser recrutado para encabeçar a primeira iniciativa diplomática portuguesa concebida em intenção do Império Ming¹⁰⁹.

A versão parisisina, correspondente ao único dos dois manuscritos conhecidos que foi composto a partir da cópia integral do manuscrito autógrafo, divide-se em cinco livros: o primeiro vai do Egipto até Cambaia, com o Mar Vermelho, Ormuz e Pérsia; o segundo de Cambaia a Ceilão, com *Daquem*, Goa, Canará, Narsinga e Malabar; o terceiro de Bengala à Indochina, com *Brema* (Birmânia) e Sião; o quarto da China a Bornéu, com as Léquias, Japão e Filipinas (no plano de Pires: “do Reyno dos chjs & das proujmçias a elle sogeitas com a nobre ylha dos lequeos Janpon burnej & os luçõeess”¹¹⁰); o quinto é sobre a Insulínda; e o sexto sobre Malaca¹¹¹.

À semelhança do que se tem no *Livro das cousas da India*, é aqui omnipresente a perspectiva do mercador: mais do que nada, Tomé Pires revela-se interessado pelas origens dos produtos e pelas principais características das redes de comércio estabelecidas. Contudo, também neste domínio a sua reflexão vai mais longe que a de

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, fl. 118r., ed. 1978, cit. p. 133; Barreto, 1989c, p. 54.

¹⁰⁶ Tomé Pires, *Soma horientall*, cód. 299 BNL, fl. 51v., passagem que não consta do manuscrito de Paris; ref. in Tomé Pires, *Suma Oriental*, ed. 1996, p. 19, n. 37.

¹⁰⁷ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 123r., ed. 1978, cit. p. 152. Ver Barreto, 1983, p. 186; Rui Manuel Loureiro, “Tomé Pires e a *Suma Oriental*”, in Tomé Pires, *Suma Oriental*, ed. 1996, pp. 17-20.

¹⁰⁸ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 118r., ed. 1978, cit. p. 134.

¹⁰⁹ Ver, *inter alia*, Luís de Albuquerque, “Tomé Pires”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, pp. 908-909 [Albuquerque, 1994b].

¹¹⁰ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 118r., ed. 1978, cit. p. 133.

¹¹¹ Ver A. Cortesão, ed. 1978, pp. 70-75; Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 118r., ed. 1978, pp. 132-133.

Barbosa, por exemplo quando medita quase em termos de primeiro motor aristotélico sobre a importância da mercancia como fundamento universal das sociedades: “[...] o quall trato de mercadoria he tam neçesario que sem elle nom se sostera o mundo este he o *que* nobreçe os Regnos que faz a guerra & a paaz”¹¹². Mais ainda, Pires evidencia uma capacidade de partir da visualização das realidades do mundo comercial da área dos Mares da Ásia para um entendimento de tipo geopolítico que não se descortina com igual clareza nem nesse nem em qualquer outro texto coevo que assinalámos. Veja-se a propósito a passagem em que escreve que “quem for sôr [senhor] De malaq^a tem a mão na garganta a veneza”¹¹³.

Destacado em Malaca até ao início de 1515, de onde apenas se afastara em 1513 para uma breve viagem a Java, Tomé Pires dispôs de condições invejáveis para recolher de informadores orientais de vária proveniência (árabes, malaios ou chineses), assim como dos primeiros portugueses que regressaram do litoral chinês, os dados sobre a China que integra no *Livro Quarto* da sua obra. Limitar-nos-emos a analisar os dois segmentos desse *Livro* em que o autor se concentra na descrição dos assuntos chineses. Porém, há que ter presentes duas ideias complementares: que, à semelhança de Varthema ou de Barbosa, a descrição prévia ou posterior de vários dos portos e reinos asiáticos serve por diversas vezes de pretexto para múltiplas referências à geografia dos interesses ultramarinos, ao funcionamento do sistema de vassalagem tributária e à realidade quotidiana deste povo; e que os leitores que acederam à *Somma Orientall* através da tradução de Ramusio só leram os primeiros parágrafos dedicados à China, porque a parte restante não constava do manuscrito conseguido em Sevilha.

Assim, aí e de entrada, Tomé Pires exhibe uma autoconfiança não deixa de ser por demais curiosa porque se atreve a relativizar e a manipular em benefício próprio uma grandeza oriental cuja fama vem de longe e que o próprio desde logo confessa que lhe era reiterada pelos interlocutores asiáticos (sobretudo malaios, como sabemos) entre os quais vive. Como citámos noutra parte, Pires alude ao que “as nações de qua deste leuamte comtam” sobre a grandeza das “cousas da china”, o número da sua gente e as “Riquezas pompas estados & contas outr^a que mais se creriã com uerdade averemse em noso portugall *que* na chyna”¹¹⁴.

¹¹² Idem, *ibidem*, fl. 117v., ed. 1978, cit. p. 132.

¹¹³ Idem, *ibidem*, fl. 178r., ed. 1978, cit. p. 441; Andrade, 1972, vol. 2, pp. 580-583; Barreto, 1989c, pp. 54-55; Barreto, 1983, pp. 159-168.

¹¹⁴ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 139r., ed. 1978, cit. p. 252.

Dir-se-á que isto traduz um irrepreensível deslumbramento imperial ou, mais simplesmente, uma subavaliação da China induzida por ignorância de qual fosse o seu real valor. No entanto, menor responsabilidade não deve pesar sobre essas típicas fórmulas retóricas que ajudam ao efeito fácil e que, até pela natureza dos interesses que servem, se preocupam muito pouco com a precisão¹¹⁵. Seja como for, o competente funcionário parte daqui para repisar aspectos como o da qualidade branca da pele dessa gente, o seu “Jeito Dalemaes” ou os seus “capatos franceses”¹¹⁶ — “As mulheres parecem castelhanas”, acrescenta¹¹⁷. Renova considerações sobre hábitos alimentares e, ao dizer da construção em pedra e murada das cidades do reino, alude à capital onde se encontra inacessível o rei como sendo “cambara”. A associação à Cambaluc de Polo é tentadora, mas mais surpreende que por acréscimo marginal, feito pela mesma mão que

¹¹⁵ Também antes citámos o contraponto retórico imaginado por Ramusio quando “traduziu” este trecho: ver *supra*, Parte II, I-4. Igualmente ponderado, um trecho posterior de Tomé Pires garante, entre outras coisas, a possibilidade de tomar a rica terra da China com apenas dez naus: “[...] Nom tiramdo a groria a cada terra bem parecem as cousas da chjna serem de terra homrrada & boa & Riqa mujto & pera o soJugar o guouerfiador De malaqª a obidiencia nosa avija mester nom tamto como Dizem por que he Jemte mujto fraca he ligeira De desbaratar E afirmam as pessoas capitãees que mujtas vezes forom la que com Dez naõs soJugaria ho governador das Jndias que tomou malaca [Albuquerque] toda a china nas beiras Do Maãr [...]” — Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 161v., ed. 1978, cit. p. 364. Cf., p. ex., Loureiro, 2000a, pp. 171 e 176.

¹¹⁶ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 139v., ed. 1978, cit. pp. 252-252.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, fl. 139v., ed. 1978, cit. p. 253. Na Biblioteca Casanatense de Roma (antiga Biblioteca dos Padres Dominicanos) guarda-se há muito o “códice 1889”, belíssimo manuscrito pictórico com 72 fólhos e sem título geral, mas catalogado numa primeira hora como *Figurae uariae cum hominum tum animalium Asiae et Africae a quodam lusitano uiatore delineatae et depictae saeculo ut uidetur XVI; in folio cum breuibus descriptionibus in lingua lusitana*. Composto na Índia em meados do século XVI por um português anónimo e remetido para Portugal com o correio da Companhia c. 1630, é constituído por 141 desenhos que procuram representar os povos ou os tipos humanos de África e do Oriente (fisionomia, indumentária, armas, casamentos, religião e profissões, por exemplo) de uma forma que evoca de imediato as sistematizações de Duarte Barbosa e Tomé Pires.

Começando pelos cafres do Cabo da Boa Esperança e avançando daí para a Etiópia, o Estreito de Meca, a Arábia, o Golfo Pérsico, Cambaia, Goa, Malabar, Bengala, Malaca e Indonésia, dedica o último dos desenhos aos chineses (fls. 140-141; ver Fig. 2). Como na generalidade dos demais, este vem encimado por uma legenda em letra de século XVI que deve ser do próprio pintor e que usa o jeito convencional de escrita cumprido por autores como Barbosa e Pires: “Jente da tera da china. chamão-se chinas. sua lei he de Jintios. esta tera da China he muito Rica mais he muito piriguosa ha naveguaçam pera ela porque se perdem muitos navios”. Representa um casal de chineses trajados à europeia (o homem à esquerda e a mulher à direita, como na maior parte dos demais desenhos de casais existentes no códice), o que nos torna a remeter para as fórmulas repetidas no *Livro das Cousas da Índia* e na *Somma Orientall*. Ver Georg Schurhammer, “Desenhos orientais do tempo de S. Francisco Xavier”, in G. Schurhammer, *Orientalia*, Bibliotheca Instituti Historici S. I. — 21, Roma/Lisboa, IHSI/CEHU, 1963, pp. 111-117; Roberto Barchiesi, “Il manoscritto pittorico 1889”, in *Oltremare. Codice Casanatense 1889 con il Libro dell’Oriente di Duarte Barbosa. Introduzione di Fernand Braudel de l’Accadémie Française saggi di G. Guadalupi, C. R. Boxer & R. Barchiesi*, Milão, Franco Maria Ricci, 1984, pp. 283-284 e 286-287; Luís de Matos, “Introdução”, in *Imagens do Oriente no Século XVI. Reprodução do Códice Português da Biblioteca Casanatense*, introdução de L. de Matos, colecção Presenças da Imagem, Lisboa, IN-CM, 1985, pp. 17-30 e 51-53.

escreveu o manuscrito que seguimos, quase se possa perceber que, pelo menos o copista, tenha tentado uma equivalência entre “Cambara” e Pequim¹¹⁸.

Vem logo a seguir um desenvolvimento inédito sobre o ritual das embaixadas tributárias e sobre a periodicidade da vassalagem que os reis de Java, Sião, Pacém e Malaca emprestavam ao monarca chinês: “[...] EllRRey de Jaaõ ellRey De siam ellRey de paçõe el Rey de malaq^a estes mamdam seus embaixadores com o sello Da china a ellRey Da chyna De cimq^o em cinq^o annos & cada huũ lhe manda do melhor De suas terãõs do que sabem *que* laa querẽ”¹¹⁹. O texto salta pouco depois para outras paragens orientais, a começar pelas proximidades de Samatra e pelo Achém, o que, por regra, é imputado a uma deficiente arrumação dos fólhos por parte do encadernador¹²⁰.

O fio dos assuntos chineses é retomado largo espaço adiante no seguimento da descrição da ilha de Ceilão, sendo-o com uma curiosa interpretação dos mecanismos de sucessão hierárquica do reino: “Ho Rey da china nom soçede De pay a filho Nem sobrinho somente por eleicam do coselho de todo ho Regño”¹²¹. Mencionam-se as restrições ao comércio marítimo e as penas que esperam os estrangeiros que se aventurem a penetrar na China. Associadas, surgem algumas referências toponímicas que esclarecem sobre os “lugares do maãr Do Regno da chyna”, lugares que não são outros que os principais pontos de escala das cercanias da “cidade de quantom” — e será talvez a primeira vez que Cantão aparece dita na sua forma moderna. Além deste núcleo urbano, Tomé Pires precisa Nantó (“nantoo”) e Chinchéu (“chamcheo”)¹²². Por

¹¹⁸ “[...] a cidade omde o Rey estaa chamase cambara”. Depois, no acrescento: “[...] çidade esta [*ilegível*] yno da chyn^a [*ilegível*] Rey esta [*ilegível*] s vezes como [*ilegível*] arra aqual [*ilegível*] ma peqim estas çidades [*ilegível*] onJe de qant [*ilegível*] rra firme” — Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 139v., ed. 1978, cit. pp. 253-254. Cortesão leu-o do seguinte modo: “Esta cidade está no reino da China, cujo rei está lá às vezes como ... Cambarra, a qual se chama Pequim. Estas cidades estão longe de Cantão, na terra firme” — Idem, *ibidem*, ed. 1978, cit. pp. 253-254, n. 226. No entanto, nisto tudo devemos começar por destacar o aviso de José Maria Braga segundo o qual não só nunca em passagem alguma da *Somma Oriental* Pires se refere a Polo ou à sua obra, como nos momentos em que a menção a certos lugares pressuporia um decalque do veneziano, tal não acontece: J. M. Braga, *Macao in 1515: remarks on Dr. Armando Cortesão's edition of the “Suma Oriental” of Tomé Pires*, Instituto Português de Hong Kong (secção de História), Macau, Imprensa Nacional, 1948, p. 5. Ver também João Paulo Oliveira e Costa, “Os Portugueses e o Extremo-Oriente no Século XVI. Reflexões em torno do estabelecimento de Macau”, in *Actas do Colóquio Comemorativo do Primeiro Centenário do Tratado de Pequim*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1987, pp. 27-28.

¹¹⁹ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 139v., ed. 1978, cit. p. 254.

¹²⁰ Apesar de todos os indícios em contrário, subsistem ainda assim razões para crer que o dito “salto” no texto não seja tão arbitrário. Assim o indicia o seguinte aviso deixado no termo do fl. 139v. e que alude ao trânsito das embaixadas tributárias por Cantão: “[...] Como se dira no Diamte” — Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 139v., ed. 1978, cit. p. 255. Cf., p. ex., Loureiro, 2000a, pp. 168-169.

¹²¹ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 161r., ed. 1978, cit. p. 359.

¹²² Idem, *ibidem*, fl. 161r., ed. 1978, cit. p. 361. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1978, p. 361, n. 372.

contraste, apenas diz do interior que daí procede “huũ gramde Rijo” do qual esta cidade “he a boca da foz”¹²³.

Detalhadas são as referências que vêm a seguir sobre os produtos comprados pela China em Malaca — “A principall mercadaria he pimemta”¹²⁴ —, sobre os direitos alfandegários que são cobrados aos chins quando aí chegam, sobre os “pesos da china grandes & pequenos”¹²⁵ e sobre as “cousas que da china vem”. A propósito disto há duas passagens sintomáticas: a que explica que “A primçípall mercadaria da chyna he seda branq^a crũa em mujta cantidade & sedas soltas De cores mujtas”¹²⁶; e a que revela que “De porcelanas nom se fala no numero”¹²⁷. Pires dá-nos ainda a perceber que os juncos chineses que aportam em Malaca “nom paguam Drrtõs somemte presente & estes presentes asy os dam segumdo for ordenanca Dos xabamdares das taes naçoees xabamdar da china lequios & cauchy champa”¹²⁸. Tudo isto permite visualizar a existência de uma vida de relação que se desenvolve paralelamente ou à margem das restrições impostas ao trato oficial e que, por mais contraditória que seja, acaba por moldar o vasto espaço marítimo compreendido entre o entreposto malaio e as ilhas fronteiras à terra-firme da China onde ancoram os juncos “De cada nação” provenientes de Malaca. Só por sua conta a China “he mais De mjll Juncos que cada huũ trata homde lhe vem”, esclarece-se¹²⁹.

Por último, importa reter duas notas acrescentadas por Tomé Pires. A primeira é a que nomeia o “porto que se chama oquem”, lugar que o boticário diz ser “amdadura por terra de tres dias [desde Cantão] e por mâr huũ dia & huuã noite este he o porto dos lequjos he Dout^as nacoees”¹³⁰. Apesar de se ter já admitido tratar-se de uma alusão ao Fujian¹³¹, o cálculo das distâncias e o contexto aconselham que a mesma seja vista como uma referência a Ho-Keng ou Ho-Kiang, uma das designações tradicionais do tempo Ming para o local onde mais tarde se edificaria Macau¹³². Depois, a fonética também sanciona este raciocínio.

¹²³ Idem, *ibidem*, fl. 161r, ed. 1978, cit. p. 361.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, fl. 161v., ed. 1978, cit. p. 364.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, fl. 161v., ed. 1978, cit. p. 365.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, fl. 162r., ed. 1978, p. 366.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, fl. 162r., ed. 1978, cit. p. 367.

¹²⁸ Idem, *ibidem*, fl. 162r., ed. 1978, cit. pp. 367-368.

¹²⁹ Idem, *ibidem*, fls. 161r. e 161v., ed. 1978, cit. pp. 362 e 364.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, fl. 162r., ed. 1978, cit. pp. 368-369.

¹³¹ Ver idem, *ibidem*, ed. 1978, pp. 368-369, n. 383.

¹³² Braga, 1948, pp. 7-9; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 1, 1996, p. 135; Loureiro, 2000a, pp. 175-176.

A outra nota que convém destacar surge a propósito da “Jemte da tartaria”, gente que “he bramca mujto De barbas Ruyvas” e da qual “Dizem que em alemanha ouuijrom Ja dizer”¹³³. A partir dela, e com base em alegadas informações chinesas, o autor tenta revelar da seguinte forma a geografia do Extremo Oriente continental: “Dizem *que* he despouoada [“a terra dos tartaros”] ha certos lugares amtre os chijs & os tartaros sam os guores & despois da tartaria Roxia dizẽ os chijs”¹³⁴. Uma imagem mais do que imprecisa para cujo esclarecimento não ajuda a confissão de que “porquamto alem da china na terra Firme nom se sabe ao presentemte *aqui* mais terras com *que* malaca trate”¹³⁵.

O Livro de Geografia Oriental de Francisco Rodrigues, c. 1513

Enquanto isto, o atrás referido piloto Francisco Rodrigues compôs várias cartas de um *Livro de Geografia Oriental* que ficou conhecido pelo seu nome¹³⁶. Fê-lo pouco depois de 1512, na sequência da expedição ordenada por Afonso de Albuquerque para descobrir as ilhas das Especiarias na qual participou. Aí, entre regimentos náuticos, tábuas solares, cartas-esboço hidrográficas e desenhos panorâmicos de vistas tomadas do mar para terra ao longo do percurso de regresso de Banda a Malaca, surgem vinte e seis cartas, cinco delas inéditas em absoluto uma vez que abrangem a área compreendida entre Malaca e o Norte da China¹³⁷. A timidez dos respectivos traçados leva a que, em rigor, se trate apenas de esboços. Os peritos afiançam que o autor tanto aproveitou para o seu desenho apontamentos que teria tomado ao longo da dita viagem, como informações emprestadas por pilotos orientais, designadamente chineses¹³⁸.

Com este que é a um tempo um livro de marinharia, um atlas e, como veremos já, também um roteiro, não só nos desviamos das temáticas sobre as quais temos insistido, como desconsideramos os aspectos de circulação pública dos conteúdos porque a tipologia do espécime em causa desde logo afastou as possibilidades de um consumo mais generalizado. Não obstante, tome-se em defesa deste nosso acrescento

¹³³ Tomé Pires, *Somma orientall*, fl. 162r., ed. 1978, cit. p. 369.

¹³⁴ Idem, *ibid*, fl. 162r. ed. 1978, cit. p. 369.

¹³⁵ Idem, *ibid*, fl. 162v., ed. 1978, cit. p. 369.

¹³⁶ Francisco Rodrigues, *Este liuro fez Frco. Roiz pilloto mōor da primeira armada que descobrio Bamdām & Malluquo*; Ms. 1248 – Ed. 19, Bibliothèque de l’Assemblée Nationale, Paris, fls. 1r.-116r.; pub in A. Cortesão, ed. 1978, pp. 103-133.

¹³⁷ As restantes cartas: nove para a área da Europa à África Oriental, três para a do Nordeste africano a Malaca, seis para a de Samatra às Molucas e três com o Mediterrâneo e o Mar Negro.

¹³⁸ A. Cortesão, ed. 1978, pp. 99-100.

pontual quer o facto da data de elaboração do *Livro* de Francisco Rodrigues ser muito próxima da que temos para a *Somma Orientall*, quer a dupla circunstância destes dois trabalhos se completarem e de o responsável pela encadernação do mesmo códice de Paris onde está a obra de Tomé Pires aí ter guardado o único exemplar autógrafo que se conhece da de Rodrigues (fls. 1r.-116r.). Também à semelhança de Pires, Francisco Rodrigues dedicou a sua obra ao rei D. Manuel¹³⁹.

Apesar das imprecisões, são por demais notáveis três destes esboços que destacámos. O primeiro é o que traça o Golfo de Tonquim (fl. 38), tem escrito por cima “coçhim da çhina”, coloca Hainão no limite Sudeste desse golfo e referencia sobre a península Lei chou “nam llimon” (*nam* por Hainão?). Depois surge o esboço que revela o estuário do rio das Pérolas e do Sikiang (fl. 40) sob a legenda “A boca de estreito de china”. Não apenas abarca a costa (onde está a legenda “a esta Ilha ssurgem os Jumquos da china”, a provável ilha de Tamão dos portugueses), como parte das terras do interior, incluindo-se aí as legendas “Per este Rio açima lleuam a mercadoria em Paros pequenos a propria çidade da china” e a que — ao lado do desenho estilizado da que tanto pode representar Cantão como Pequim — diz “A çidade da china”. Com os seus muros quadrangulares concêntricos, esta cidade aparece no termo do dito rio legendado e, caso não represente a capital económica do Guangdong, o curso de água em questão não será outro que o Grande Canal (Fig. 3). O terceiro esboço relevante representa a parte Norte da costa chinesa (fl. 41) e tem a legenda “até aqui tem descoberto os chims” posta perto de uma grande ilha que poderá corresponder à clássica figuração insular da Coreia¹⁴⁰.

No verso do fôlio 37 deste manuscrito (o fôlio que contém a carta das Molucas e Timor, nada menos do que a mais antiga representação das ilhas das Especiarias e que oferece no centro uma legenda principal com os dizeres: “estas quatro ilhas azues sam as de Maluquo homde nace o crauo”) Francisco Rodrigues escreveu ainda um brevíssimo roteiro de Malaca ao Rio de Cantão, intitulando-o “Camynho da Chyna” (o *Livro* também inclui um outro roteiro, composto quando de uma viagem de exploração a Dalaca/Dahlak e à costa da Abissínia). Se não for o primeiro roteiro europeu, será sem dúvida o primeiro roteiro escrito numa língua europeia para a navegação entre Malaca e a China, devendo ter sido trabalhado com auxílio de pilotos malaaios conforme o indicia a toponímia exclusivamente malaia que exhibe. Em última análise, é ainda possível

¹³⁹ Ver *idem*, *ibidem*, pp. 3-7, 92-93 e 101-102.

¹⁴⁰ Tomé Pires, *Somma orientall*, ed. 1978, pp. 360-361, n. 371 e pp. 464-465. Cf. Loureiro, 2000a, pp. 144-145.

conjecturar que Rodrigues se tenha baseado apenas na cópia da carta javanesa que antes se disse que Albuquerque enviou a D. Manuel¹⁴¹.

4. Balanço da década

Pelos motivos que vimos repetindo e que se prendem com as condições de circulação do material escrito, procederemos agora ao balanço desta segunda década do século tomando por indicadores os cinco principais textos que são a carta de Giovanni da Empoli de 1514, a carta de Andrea Corsali de 1516, a informação compilada por Alessandro Zorzi em 1517 e as obras de Duarte Barbosa e Tomé Pires. Sendo assim, uma primeira nota vai para a geografia dos locais de recolha das correspondentes informações. Percebemos a seu respeito uma diferença em relação ao que notámos para a década anterior: o Índico Ocidental continua a ser a base para a obtenção da maioria dos dados transmitidos, mas não só é agora Cochim o grande centro usado para este efeito, como se tem de adicionar Malaca ao conjunto. A propósito disto, deve sublinhar-se que apesar de nenhum dos relatores ter visitado a China antes de entregar o respectivo trabalho, todos eles souberam das informações emprestadas pela comunidade mercantil chinesa de Malaca e todos eles, menos um, fazem ecoar as notícias transmitidas pelos primeiros portugueses que navegaram até à periferia de Cantão. Tal facto não apenas permitiu uma perspectiva complementar, como sobretudo diferenciada em relação àquela que resultava da grande dívida que até então se tinha para com os mercadores muçulmanos e hindus.

Quanto à distribuição autoral, percebe-se uma relativa continuidade face ao que se tivera até aí: dois autores portugueses contra três italianos, se bem que um destes reproduza um relato em primeira mão de um grupo de nacionais lusos. Também se conservam quase incólumes as características do complexo circuito que vai entre a organização dos materiais e a sua divulgação posterior, mormente através do impresso: as novas entram na Europa sempre através dos portos de Portugal, onde o primeiro dos documentos que referimos chega mesmo a ser elaborado, para daí passarem a Itália, terra onde, cedo ou tarde, todas elas serão divulgadas pela imprensa ou por colectâneas manuscritas que perseguem fins próximos e sempre por intercessão de uma figura

¹⁴¹ A. Cortesão, ed. 1978 pp. 81-88 e 92-102; Francisco Rodrigues, *Lliuro do pilloto m̃dor*, fl. 37v., ed. 1978, pp. 122-124; Loureiro, 2000a, pp. 142-144. Ver também Barreto, 2000, pp. 72-73.

destacada de humanista ou intelectual. Veneza consegue pela primeira vez uma recolha original em 1517, mas a única edição da década acontece ainda em Florença. Claro que o grande contributo para a difusão das notícias compostas neste período acontece depois, com Ramusio e, logo, em Veneza, mas também isso não contraria a tendência que faz da imprensa italiana o único divulgador junto de públicos mais vastos dos assuntos das especiarias e dos assuntos chineses que, por regra, lhes vêm colados.

Outra tendência que se vê confirmada é dada pela familiaridade que qualquer dos autores ou informadores directos dos escritos mantém com o mundo mercantil, designadamente o oriental. Contudo, assinalem-se os atributos literários de alguns deles, uma circunstância que destoa do padrão dos anos de 1499-1510: por exemplo, Corsali demonstra leituras que pelo menos a eficiência comercial de um Da Empoli não dá ocasião de se manifestarem, tal como Pires, já de si um funcionário intermédio da administração do Estado de Índia, se eleva acima da mediania burocrática e do autodidactismo do seu par Barbosa desde logo quando entra a tecer comparações, se bem que mais ou menos padronizadas na época, entre o seu modo de fazer geografia e o de autores antigos como Ptolomeu.

Deste último aspecto e dessa novidade que oferecem quase em simultâneo a utilização da base de Malaca e o resultado das primeiras viagens de mercadores portugueses ao litoral meridional da China, advirá igualmente um importante contributo para a qualidade da matéria respeitante à China que é divulgada por estes textos. Não se chega por enquanto ao ponto de viragem que só a frequência regular posteriormente conseguida permitiria alcançar. No entanto, são desde já assinaláveis alguns dos progressos feitos no sentido da compreensão da realidade marítima e mercantil da China, da distribuição diaspórica dos respectivos interesses e comunidades pelos Mares da Ásia, das diferenças que existem entre um comércio estatal por demais controlado e o comércio privado ou, ainda, sobre os mecanismos de funcionamento do sistema tributário chinês.

Se bem que, no limite, se admita que um autor como Tomé Pires tenha explicitado uma indicação sobre o Fujian, a China referenciada corresponde quase só à que gravita em torno de Cantão. O tópico urbano merecerá deste autor algumas notas mais precisas que as dadas por outros, mas mesmo por várias alusões partilhadas à solidez das construções ou à fortaleza dos perímetros urbanos vemos nós agora que não se avança demasiado em relação a um tipo de impressões que fora até menos vago nos mais famosos textos medievais consagrados ao Cataio. Enfim, lembre-se que, ao mesmo

tempo que se aprofunda o conhecimento sobre os costumes e algum do vocabulário chinês, ocorre agora a primeira identificação do Cataio com a China (Da Empoli) e talvez a primeira referência a Pequim como sendo a capital do Norte (Pires).

CAPÍTULO 4

A primeira década do fecho da China sobre si própria, 1521-1530

1. Informes reservados da Coroa Portuguesa

A penúria informativa a que estiveram condenados durante a terceira década do século XVI todos aqueles europeus que se interessavam pelas novidades chinesas é de imediato explicada pela clausura que a China se impôs a si própria a partir de 1522 e que aparece na sequência das fricções cada vez mais sérias que desde 1519 vinha tendo com os portugueses. Vimos que este encerramento não é absoluto, dado que a intermediação ilegal ou o contrabando continuaram a assegurar a sobrevivência dos interesses de muitos daqueles grupos cujo modo de vida dependia do comércio externo. Porém, ao chegarmos a 1530 e verificando que as interdições ao desembarque em Cantão apenas se mantêm para os novos senhores de Malaca, torna-se claro por que motivo fora condicionado o fluxo das notícias que daí saíam para a Europa.

A Coroa portuguesa é oficialmente informada de que a inabilidade de Simão de Andrade incendiara as possibilidades de entendimento com os chineses por intermédio do relatório que o capitão-mor Martim Afonso de Melo Coutinho remete de Goa com data de 25 de Outubro de 1523¹. Outros documentos de carácter mais ou menos reservado ter-se-ão até adiantado a este na exposição das más notícias. Será o caso de um relatório despachado de Malaca para Cochim em 1521 e talvez daí mandado seguir para Lisboa antes do final desse ano. Será também o caso de uma carta, entretanto perdida, que um Duarte Coelho escreveu em Malaca a 20 de Abril de 1523, a qual dava conta “de como se descobriu Maluco e Pegu Pedir e todas ilhas e assim das cousas da China e alevantamento dela com Martim Afonso de Melo e diz que ele ía agora

¹ Carta de Martim Afonso de Melo Coutinho a D. João III, Goa, 25 de Outubro de 1523; ref. *supra*, Parte I, cap. 5-1.

descobrir a Conchichina por Martim Afonso de Melo dizer que Vossa Alteza o desejava”².

Na carta que o capitão de Malaca Jorge de Albuquerque escreve a D. João III no dia 1 de Janeiro de 1524 transmitem-se algumas informações recolhidas em Patane a respeito da desgraçada sorte dos membros da embaixada de Tomé Pires e sobre o rumor de um iminente ataque naval chinês à praça malaia³. Mesmo que algumas dessas “nouas da china” fossem pouco ou nada exactas, o significativo aqui é que as mesmas se baseavam no que era voz corrente nesse porto intermédio e já não em qualquer novo inquérito efectuado em solo Ming⁴. Depois, bastou esperar pelo Verão de 1529 para que a Chancelaria do rei português recebesse uma missiva de Jorge Cabral, capitão de Malaca até ao ano anterior, explicando que os juncos chineses tinham regressado a esse porto e aí haviam negociado dentro da maior tranquilidade⁵.

Apesar deste conjunto largo e regular de notícias, a mais completa descrição do período foi a carta que Diogo Calvo escreveu a D. João III em Janeiro de 1527. O seu conteúdo actualizaria uns “apontamentos” sobre as “couzas de China” que este antigo capitão teria redigido e entregue ao monarca após o seu retorno do Oriente a Portugal, em 1521, redacção também ela desaparecida e da qual não se conhece referência mais exacta do que esta que o próprio lhe faz seis anos volvidos.

Neste texto de 1527, Diogo Calvo começa por alegar que “ja são pasados os cinco anos que me mandou dizer o rey [da China, como parece] que nam fosem mercadarias ate nam pasarem cinco anos”⁶. A ser válida a nossa leitura, tal significa que Calvo fora incumbido de transmitir o recado de que a proibição imposta ao trato luso era transitória. Deve ainda ser visto que, para além da hipótese dessa directriz — ou,

² Carta de Duarte Coelho ao rei de Portugal, Malaca, 20 de Abril de 1523, AN/TT, *Fundo Antigo*, nº 875, fl. 29v.; cit. in João Paulo Oliveira e Costa, “A Coroa Portuguesa e a China (1508-1531) – Do Sonho Manuelino ao Realismo Joanino”, in António Vasconcelos de Saldanha & Jorge Manuel dos Santos Alves (org. e coord.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês (séculos XVI-XIX)*, colecção Memória do Oriente — 6, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, p. 52.

³ Carta de Jorge de Albuquerque a D. João III, Malaca, 1 de Janeiro de 1524, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-30-78; pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. 4, 1910, pp. 35-42. Ver Loureiro, 2000a, p. 298.

⁴ Carta de Jorge de Albuquerque a D. João III, Malaca, 1 de Janeiro de 1524, in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, vol. 4, 1910, cit. p. 41. Ver Loureiro, *ibidem*, pp. 293-294 e 297-298.

⁵ Carta de Jorge Cabral ao rei, Malaca, 10 de Setembro de 1527, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-22-80; ref. in Costa, 1996, p. 54.

⁶ Carta de Diogo Calvo a D. João III, Lisboa, 16 de Janeiro de 1527, AN/TT, *Corpo Cronológico*, parte 1, maço 35, doc. 78; cópia de India Office transcripts, pub. in Donald Ferguson, *Letters from Portuguese Captives in Canton, Written in 1534 and 1536. With an Introduction on Portuguese Intercourse with China in the First Half of the Sixteenth Century by Donald Ferguson [Reprinted from the Indian Antiquary]*, Bombaim, Education Society’s Steam Press, 1902, p. 26.

pelo menos, de uma informação com idêntico sentido — ter sido determinada pelos últimos episódios violentos que opuseram portugueses e chineses, a mesma pode ter sido suscitada pelo luto imperial de cinco anos que se decretou depois da morte de Zhengde, ocorrida em 1521.

Quanto à matéria chinesa que consta da carta em apreço, apesar de mais generosa que qualquer outro documento da época, como acabamos de dizer, ela desilude quem conhece alguns dos textos já tratados. E o porquê é simples: não tendo voltado ao Oriente, Diogo Calvo viu-se na contingência de repor dados velhos de, pelo menos, alguns anos. É assim que, após cumprir com a habitual listagem dos principais produtos procurados pelo mercado chinês — com a pimenta em primeiro lugar — e a daqueles com maior interesse que este exportava — “vergas mastos breu tavoado pregadura chumbo fero cobre asoque”⁷ —, pouco mais acrescenta para além de uma frase de belo efeito mas vaga que diz “que debaixo do sol tão riqa terra nom ha como a china”⁸.

2. O opúsculo *De Moluccis insulis* de Maximiliano Transilvano, 1522-1523

As limitações impostas ao acesso aos portos chineses de 1522 em diante determinariam que os únicos textos em que a Europa da década em análise pôde ver divulgadas e impressas algumas notícias a respeito da China fossem o relato de Maximiliano Transilvano sobre a viagem de Fernão de Magalhães e Juan Sebastián Elcano e a *Relação da primeira viagem à volta do Mundo* escrita pelo participante na mesma travessia que foi Antonio Pigafetta.

Quanto ao texto de Maximiliano, trata-se da carta que este jovem cortesão de Carlos V e protegido do primeiro historiador da América Pietro Martire d’Anghiera escreve em Valhadolid a 24 de Outubro de 1522 ao cardeal-arcebispo de Salzburgo, Mateus Lang, então estante em Nuremberga. O texto reproduz a série de entrevistas que o próprio mantivera dias antes com os castelhanos regressados a bordo da nau *Victoria*, capitão Elcano incluído. O seu conteúdo aparece publicado em 1523, em Colónia, com o título *De Moluccis insulis, itemque aliis pluribus mirãdis, quae novissima Castellatorum navigatio, Sereniss. Imperatoris Caroli V. auspicio suscepta, nuper*

⁷ *Ibidem*, ed. 1902, cit. p. 26.

⁸ *Ibidem*, ed. 1902, cit. p. 26. Ver Loureiro, 2000a, pp. 301-303. Cf. Costa, 1996, p. 54.

*inuenit: Maximiliani Transylvani ad Reverendiss. Cardinalem Saltzburgensem epistola, lectu perquam jucunda*⁹. No mesmo ano surge ainda em Paris¹⁰ e em Roma¹¹.

O opúsculo de Maximiliano Transilvano tem uma nova edição latina em Roma, em 1524 ou 1525¹², e é possível que outra tenha acontecido em Veneza em 1534. Reedita-se em 1536, talvez em Veneza, neste caso em italiano e juntamente com a *Relação* de Antonio Pigafetta¹³. Reaparece em Basileia em 1536-1537 integrado na colecção *Novus Orbis* de Johann Huttich (pp. 585-600), enquanto essa sua anterior versão italiana foi transcrita para o *Primo volume delle Navigazioni et Viaggi* de Giovanni Battista Ramusio: “Epistola di Massimiliano Transilvano [...] della

⁹ Maximiliano Transilvano, *De Moluccis insulis, itemque aliis pluribus mirãdis, quae novissima Castellanorum navigatio, Sereniss. Imperatoris Caroli V. auspicio suscepta, nuper inuenit: Maximiliani Transylvani ad Reverendiss. Cardinalem Saltzburgensem epistola, lectu perquam jucunda*, Colônia, in *aedibus Eucharuj Ceruicorni. Anno uirginei partius. M. D. XXXIII. mense Ianuario*. Existe a vaga possibilidade de que uma primeira edição tenha sido dada em Valhadolid, ainda em Outubro (talvez no dia 28) de 1522. Ver Francisco Leite de Faria, *As primeiras relações impressas sobre a viagem de Fernão de Magalhães*, separata de *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas: Actas*, Centro de Estudos de Cartografia Antiga — 16, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975, p. 4, n. 2.

¹⁰ Maximiliano Transilvano, *DEMOLVCCIS [sic] Insu lis [sic], itemqz aliis pluribus mirandis, quae nouissima Castellanorum nauigatio Serenissimi Imperatoris Caroli V. auspicio suscepta, nuper inuemit: Maximiliani Transylvani ad Reuerendissimũ Cardinalem Saltzburgensem epistola lectu perquam jucunda*, Paris, in *via Iacobeae sub Leone argenteo*, 1523.

¹¹ Maximiliano Transilvano, *Maximiliani Transyluani Caesaris a secretis Epistola, de admirabili & nouissima Hispanorum in Orientem nauigatione, qua uariae, & nulli prius accessae Regionis inuentae sunt, cum ipsis etiã Moluccis insulis beatissimis, optimo Aromatũ genere refertis. Inauditi quoq. in colaR mores exponuntur, ac multa quae Herodotus, Plinius, Solinus atque alii tradiderunt, fabulosa esse arguunt’. Contra nonnulla ibidẽ uera, uix tamen credibilia explicant’. quibuscum historiis Insularibus ambitus describit’ alterius Hemisphaerii, unde ad nos tandẽ hispani redierunt incolomes* (Carta de Maximiliano Transilvano, secretário do imperador, sobre a admirável e recentíssima navegação dos Espanhóis para o Oriente, pela qual se encontraram regiões várias e a ninguém antes patentes, também como as próprias ilhas Molucas, riquíssimas, repletas de óptimo género de especiarias. Igualmente se expõem os inauditos costumes dos habitantes e muitas coisas, que Heródoto, Plínio, Solino e outros escreveram, provam-se serem fabulosas. Pelo contrário, explicam-se algumas aí verdadeiras, contudo quase inacreditáveis, com as quais histórias insulares se descreve o âmbito do outro hemisfério, de onde finalmente voltaram incólomes até nós os Espanhóis), Roma, *In Aedibus .F. Minitii Calvi Anno M. D. XXIII Mense Novembri*.

¹² Maximiliano Transilvano, *Maximiliani Transyluani Caesaris a secretis Epistola, de admirabili & nouissima Hispanorũ in Orientem nauigatione, qua uariae, & nulli prius accessae Regionis inuẽtae sunt, cum ipsis etiã Moluccis insulis beatissimis, optimo Aromatũ genere refertis. Inauditi quoq. in colaR mores exponuntur, ac multa quae Herodotus, Plinius, Solinus atque alii tradiderunt, fabulosa esse arguunt’. Contra, nonnulla ibidẽ uera, uix tamen credibilia explicant’. quibuscum historiis Insularibus ambitus describit’ alterius Hemisphaerii, qua ad nos tandem hispani redierunt incolomes*, Roma, *In Aedibvs F. Minitii Calvi. Anno M.DXXIII. Mense Feb.*

¹³ Maximiliano Transilvano, *Epistola di Maximiliani Transilvano Secretario della Maesta del’Imperadore critta al’Illustrissimo & Reuerendissimo Signore, il Signor Cardinal Salzeburgense, nellaquale si descriue l’admirabile & stupenda nauigatione, fatta per li Spagnuoli l’anno . 1519. liquali partirono di Spagna, & nauigando per via di ponente vennero in leuante, & di leuante tornorono à casa loro, circundando tutto il mondo*, in *Il Viaggio fatto da gli Spagnuoli a Torno a’l Mondo. Con Gratia per Anni. XIII. M D XXXVI*, fls. 5r.-16v.

ammirabile & stupenda nauigatione fatta per gli Spagnuoli lo anno MDXIX attorno il mondo” (Veneza, 1550, fls. 374r.-379v.).

Outras edições da carta-relação de Maximiliano Transilvano: Basileia, 1555 (no *Novus Orbis*); Antuérpia, 1542 (latim)¹⁴; Veneza, 1554 (segunda edição do primeiro tomo das *Navigazioni et Viaggi*), 1563, 1587-1588, 1606 e 1613 (todas reedições desse volume da colectânea de Ramusio). Richard Eden publicou em Londres, em 1555, um resumo desta carta ao lado de um outro da *Relação* de Antonio Pigafetta (*The Decades of the Newe Worlde*, fls. 215v.-232v.), os quais se reeditariam em 1577 na *History of Travayle* de Richard Willes (fls. 429v.-447v.). Um resumo mais extenso do que esse — e de novo associado à minuta de Pigafetta — constituirá o II capítulo do segundo tomo do livro *Hakluytus Posthumus, or Purchas His Pilgrimes* de Samuel Purchas (Londres, 1625)¹⁵. Um franciscano da Flandres identificado como Francisco Mónico (Franciscus Monachus) utiliza a carta de Maximiliano para compor um opúsculo que faz sair em Antuérpia depois de meados de 1525¹⁶. O referido Pietro Martire terá escrito, também ele, um relatório destas ocorrências que enviaria ao Papa, mas não sobra nenhum vestígio do mesmo, porventura em consequência do Saque de Roma, de 1527. Sobre, isso sim, o relato circunstanciado desta viagem de Magalhães-Elcano que o mesmo Martire publicou em latim no ano de 1530¹⁷.

¹⁴ Maximiliano Transilvano, *De Moluccis insulis atque aliis pluribus mirandis, que novissima Castellatorum nauigatio Sereniss. Imperatoris Caroli V auspicio suscepta, nuper inuenit. Maximiliani Transilvani ad Reverendiss. Cardinalem Saltzburgensem Epistola lectu perquam iucunda*, in *Omnium Gentium Mores, Leges, & Ritus, ex multis clarissimis rerum scriptoribus, à Ioanne Boëmo Aubano Teutonico nuper collecti, & nouissime recogniti [...] Praeterea, Epistola Maximiliani Transsylvani lectu perquam iucunda, ad R. card. Saltzburgen. De Moluccis Insulis, & aliis pluribus mirandis* (Costumes, Leis e Cerimónias de todos os Povos, há pouco coligidos de muitos preclaríssimos escritores de [várias] coisas por João Boemo Aubano alemão, e ultimamente revistos [...]). Além disso, a carta de Maximiliano Transilvano, muitíssimo agradável para se ler, [dirigida] ao Rev.º cardeal de Salzburgo sobre as ilhas Molucas e outras muitas coisas admiráveis) Antuérpia, in *aedibus Ioan. Steelsii, Anno à Christo nato*, 1542.

¹⁵ *Of Fernandvs Magalianes: The occasion of his Voyage, and the particulars of the same, with the compassing of the World by the Ship called San Victoria: gathered out of Antonio Pigafetta, an Italian of Vicenza, who was in the saie Circum-Nauigation, as also from diuers other Authors*, in Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus, or Purchas His Pilgrimes*, Londres, William Stansby for Henrie Fetherstone, 1625, pp. 33-46.

¹⁶ *De Orbis Situ ac Descriptione, ad Reverendiss. D. Archiepiscopum Panormitanum Francisci, Monachi ordinis Frãiscani, epistola sane quã lucenta*, s.l., n.a. [Antuérpia, depois de meados de 1525]; ref. in Faria, 1975, p. 12, n. 15. Ver também Charles E. Nowell (ed.), *Antonio Pigafetta, Maximilian of Transylvania, Gaspar Corrêa. Magellan's Voyage Around the World. Three Contemporary Accounts*, edited and with an introduction by C. E. Nowell, Evanston, Northwestern University Press, 1962, pp. 269-270.

¹⁷ Pietro Martire d'Anghiera, *De Orbe Novo Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis Protonotarij Cesaris senatoris decades*, Alcalá, 1530, fls. LXXVIJr.-LXXXv., no capítulo sétimo da quinta década. Anónimo (Piloto genovês), *Roteiro da Viagem de Fernam de Magalhães*, in *Noticias para a Historia e a Geographia das Nações Ultramarina – Collecção de Noticias Para a Historia e a Geographia das*

As notas redigidas pelo húngaro (ou, acaso, natural de Bruxelas) ao prelado de Salzburgo a respeito da China e que se destacam da narrativa em questão acontecem pouco mais do que na sequência do enquadramento que procura dar dos progressos que estavam a ser feitos pelos portugueses nos Mares da Ásia. Repetindo o quase padrão de muitas das cartas que temos referido, é assim quando Maximilano escreve sobre a complexidade, a razoável civilização e a brancura da pele dos chineses e os compara aos germanos ou alemães. A isso acrescenta julgar que as terras dos chinas se estendessem ou chegassem até aos seres e citas asiáticos¹⁸.

Sem novidade em relação ao essencial do que já se sabia é também a notícia segundo a qual, depois de longos anos de envolvimento no comércio do Oriente, os representantes do mercador Cristóbal de Haro haviam começado a negociar com os naturais de China a partir de Lisboa¹⁹. Maximiliano casara em Bruxelas com uma sobrinha deste Haro, negociante primeiro estabelecido em Portugal e depois retornado a Espanha, a sua pátria, onde sabemos que financiou a viagem gizada por Magalhães. Ora, tal não só ajuda a compreender estes conhecimentos, como, sobretudo, a desmontar o porquê da insistente reivindicação que também aí se produz no sentido de que tanto as Molucas como inclusive Malaca caíam dentro da zona de demarcação espanhola²⁰.

3. A *Relação* de Antonio Pigafetta, 1525

É no texto da *Relação* de Antonio Pigafetta (1492 ou 1493-depois de 1532) que descobrimos as alusões mais extensas à China e aos chineses de toda a década de 1520, circunstância que, no entanto, não disfarça a característica fragmentária desta nova abordagem. Avise-se também que os leitores de Quinhentos não tiveram acesso a um impresso com a versão integral do trabalho deste natural de Vicenza e antigo Cavaleiro

Nações Ultramarinas, que vivem nos Domínios Portuguezes, ou lhes são visinhas, Lisboa, Academia Real das Ciências, t. 4, n.º 2, 1826, “Prefação”, pp. 147-150; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 172 e p. 172, n. 89; Faria, 1975, pp. 4-5, n. 4 e pp. 6, 8-33; Picchio, 1999, p. 361.

¹⁸ O trecho pertinente na versão de Ramusio: “Da questa [citta de Malacca] sono peruenuti al golfo detto da gli antichi Magno, infine alli popoli delle Sine, lequali adesso chiamano Chine, doue han trouato gli huomini bianchi, & assai ciuili simile alli nostri Tedeschi, & pensasi che li popoli detti Seni, & li Sciti, cioè Tartari di Asia, si estendano infin li” — Maximiliano Transilvano, *Epistola di Massimiliano Transilvano Secretario della Maesta dello Imperatore, scritta allo illustrissimo & reuerendissimo Signore, il Signore Cardinal Salzurgense, della ammirabile & stupenda nauigatione fatta per gli Spagnuoli lo anno MDXIX. attorno il mondo*, in Giovanni Battista Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigationi Et Viaggi*, Veneza, 1554, cit. fl. 384r.

¹⁹ Ver Maximiliano Transilvano, *Epistola*, in G. B. Ramusio, *ibidem*, ed. Veneza, 1554, fls. 384r.-384v.

²⁰ Ver *supra*, Parte I, cap. 6-2. Faria, 1975, pp. 9-10.

da Ordem de S. João de Jerusalém que na altura certa se soubera aproveitar da influência do protonotário apostólico Francesco Chiericati, embaixador do Papa Leão X junto da Corte do rei de Espanha e seu compatriota, para garantir a sua própria admissão como *sobresaliente* (sem cargo preciso) na nau capitânia da frota de Magalhães acrescida de um soldo mensal de 1000 maravedis²¹.

O respectivo manuscrito, concluído em 1525 num singular idioma ítalo-veneto, é transposto para o francês grosseiro daquela versão truncada que, incluída no opúsculo *Le voyage et nauigation faict par les Espaignolz es Isles de Mollucques*, foi a sua primeira edição e esteve na base de todas as restantes edições e traduções do século XVI (Paris, c. 1525)²². Por comprovar está a possibilidade de ter surgido uma edição idêntica a esta em Veneza, em 1534. Na mesma linha, discute-se ainda se terá sido o próprio Ramusio a traduzi-la do francês para italiano, versão integrada no opúsculo *Il Viaggio fatto da gli Spagnivoli attorno a'l Mondo* (Veneza?, 1536)²³ que reaparece no *Primo volume delle Navigazioni et Viaggi* — “Viaggio attorno il mondo scritto per M. Antonio Pigafetta Vicentino [...] tradotto di lingua Francesa nella Italiana” (Veneza, 1550, fls. 397v.-397v.)²⁴ — e, depois, nas subsequentes edições deste volume das *Navigazioni* de 1554, 1563, 1587-1588, 1606 e 1613. Outro tanto sucedeu com a única tradução latina conhecida — a do *Novus Orbis*, de 1555 (pp. 524-538) —, e com as vistas edições inglesas de Richard Eden (*The Decades of the Newe Worlde*, Londres, 1555) e de Richard Willes (*The History of Travayle in the West and East Indies*, Londres, 1577) — esta última, como também vimos, a que retoma na íntegra a tradução de Eden.

²¹ Ver Amando Mélon, “Ensayo de heurística sobre la empresa Magallanes-Elcano”, in *Estudios Geográficos – Homenaje a D. Amando Melón. I*, Madrid, Instituto Juan Sebastián Elcano, 38 (146-147), Febrero-Mayo 1977, pp. 150-152.

²² Antonio Pigafetta, *Le Voyage r nauigation aux isles de Mollucque descrit r faict de noble homme Anthoine Pighetta Vincentin Chevalier de Rhodes presentee a Philippe de Villiers lisle adam grant maistre de Rhodes. commence ledict Voyage lan mil cinq cens dixneuf et de retour Mil. cccc. xxii. le huytiesme iour de Septembre. Chapitre premier.*, in *Le voyage et nauigation faict par les Espaignolz es Isles de Mollucques. des isles quilz ont trouue audict voyage des Roys dicelles de leur gouuernement r maniere de viure avec plusieurs aultres choses. Cum priuilegio*. On les vend a Paris en la maison de Simon de Colines libraire iure de luniuersite de Paris demourât en la rue saint Jehan de Beauluais a lenseigne du Soleil Dor, s.d. [c. 1525], fls. 2r.-76r.

²³ Antonio Pigafetta, *Descrittione Seconda del sopradetto viaggio, quale scrisse copiosamente messer Antonio Pigafetta Vicentino Cauallier di Rhodi, ilquale visi trouo, & era scritto al Reuerendissimo gran maestro di Rhodi messer Philippo di Villiers Lisleadam, & cominciassi nel 1519 & il ritorno fu nel 1522 alli 7 di Settembre. Capitolo. I.*, in *Il Viaggio fatto da gli Spagnivoli attorno a'l Mondo*, s.l. [Veneza ?], 1536, fls. 17r.-52r.

²⁴ Ver Antonio Pigafetta, *Viaggio attorno il mondo fatto et descritto per M. Antonio Pigafetta Vicentino Cauallier di Rhodi, & da lui indrizato al Reuerendissimo gran Maestro di Rhodi M. Philippo di Villiers Lisleadam tradotto di lingua Francesa nella Italiana*, in Giovanni Battista Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigazioni Et Viaggi*, Veneza, 1554, fls. 389v.-408v. Picchio, 1999, p. 361.

Tal como os seus compatriotas Eden e Willes, Samuel Purchas dá nova tradução inglesa da *Relação* de Pigafetta a partir da colectânea de Ramusio, mas em versão menos resumida que qualquer das anteriores (*Hakluytus Posthumus, or Purchas His Pilgrimes*, Londres, 1625, pp. 33-46). Por imprimir ficou o seguinte título francês para o qual Christophe Plantin (Christophorus Plantinus), célebre impressor de Antuérpia, obteve em 1560 o correspondente privilégio da parte de Filipe II: *Navigation et decouverte de la Inde superieure et Isles de Mallucque ou naissent les clous de girofle, faicte par Anthoine Pigaphette chevallier de Rhodes*. Supõe-se que se baseasse, não na edição parisina de c. 1525 ou na tradução francesa da colecção de relatos de viagem de Ramusio, mas num manuscrito²⁵.

Acontece ainda que, entre o momento em que desembarca da *Victoria* e o dia de 1525 em que coloca um ponto final na narrativa das suas experiências à volta do mundo, Pigafetta se desdobra em iniciativas tendo em vista divulgar os seus feitos. Junto de vários sectores do público tais acções terão pelo menos tido um impacto complementar em relação àquele que viria a ser conseguido por via das múltiplas publicações parciais deste famoso escrito. Tal facto paralelo permite-nos tomar as referências que faz à China a partir daquela que é hoje reconhecida como a mais ampla e completa cópia manuscrita do perdido original: o ms. Ambrosiano L.103 sup., da Biblioteca Ambrosiana de Milão²⁶. Além desta, encontraram-se ainda outras três cópias quinhentistas francesas: mss. Français 5650 e 24224, da Bibliothéque Nationale de Paris²⁷; e Philipps ms. 16405, da Beinecke Library, Yale University²⁸.

²⁵ Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 173, n. 97; Faria, 1975, pp. 36-43 e 48; Leoncio Cabrero Fernández, “Introducción”, in Antonio Pigafetta, *Primer viaje alrededor del mundo*, edición, introducción y notas de L. Cabrero, colección Crónicas de América — 12, Madrid, Historia 16, 1985, p. 36; Silvano Peloso, “António Pigafetta”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, pp. 898-899. Cf. Antonello Gerbi, *La naturaleza de las Indias Nuevas (De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo)*, Sección de Obras de Historia, trad. Antonio Alatorre, México, Fondo de Cultura Económica, 1978, pp. 121-125 (1.ª ed. 1975).

²⁶ O título que aparece escrito na segunda folha é: *Notizie del Mondo Nuovo con le figure de paesi scoperti descritte da Antonio Pigafeta Vicentino cavaglier di Rodi*. Em subtítulo: *Vi sono aggiunte nel fine alcune regole per sapere la longitudini e l'altura da levante a ponente*; refs. in Léonce Peillard, “Introduction”, in *Relation du premier voyage autour du monde par Magellan (1519-1522)*, introduction, postface, bibliographie et notes de l'Académie de Marine par L. Peillard, Tallandier, Paris, 1984, p. 40.

²⁷ Respectivamente, *Navigation et descouurement de la Indie supérieure faicte par moy Anthoyne Pigaphete Vicentin Cheuallier de Rhodes* (o mais completo dos mss. franceses) e *Navigation et Discouurement de la Indie Superieure faicte par moy Anthine Pigaphete Vincentin Chevalier de Rhodes a Illustrissime et Tres Excellent Seigneur Philippi de Villiers Lisleadam Inclite Grand Maistre de Rhodes son Seigneur Osservatissime*; refs. in Peillard, *ibidem*, pp. 41 e 42.

²⁸ Título no fl. 2: *Navigation et descouurement de la Inde superieure, et isles de Malucques, ou naissent les clous de girofle, faicte par Anthoine Pigaphete Vincentin Chevallier de Rhodes Commançant en lan Mil Vcc et XIX. Anthoyne Pigaphete Patrice Vincentin et Chevalier de Rhodes, a Illustrissime et tres excellent Seigneur Phillippe de Villers L'(i)leadam inclite grand Maistre de Rhodes son seigneur osservantissime*. Trata-se do ms. mais próximo do ms. italiano; ref. in Peillard, *ibidem*, p. 44; Camillo

Uma destas últimas cópias corresponde ao manuscrito que Antonio Pigafetta ofereceu à rainha regente de França, Maria Luísa de Sabóia, a terceira personagem real europeia com a qual se entrevistou depois do seu regresso à Europa. As demais figuras coroadas tinham sido o rei português João III e o rei-imperador Carlos V, a quem, logo em 1521 e em Valhadolid, terá lido passagens do seu diário de viagem, se é que não lhe chegou a entregar um exemplar. Sabe-se igualmente que o embaixador da Corte de Mântua em Castela remeteu em Novembro de 1522 para a marquesa Isabella d’Este um resumo do relato narrado por Pigafetta em Valhadolid. Quanto ao trabalho definitivo, o mesmo aparece como resultado de um apelo de Francesco Gonzaga, marquês de Mântua, e é concluído em Monterosi, nas proximidades de Viterbo, para onde o aventureiro fora atraído pelo Papa Clemente VII. Conforme se lê no manuscrito Ambrosiano que o copia, está dedicado a Philippe de Villiers l’Isle Adam, grão-mestre dos Cavaleiros de S. João²⁹.

Dado que a primeira viagem de circum-navegação que está na base do texto de Antonio Pigafetta não tocou a China, já que o mais perto que esteve daí foi nas escalas do futuro arquipélago filipino, é natural que as referências que lhe dedica aconteçam pela boca de mercadores muçulmanos e, portanto, outra vez no contexto de notícias que se iam tendo do trato que algumas partes marítimas da Ásia do Sudeste conservavam com esse Império. É assim que, a propósito de uma demonstração musical oferecida em Cebú, Pigafetta refere que o timbale utilizado é fabricado nas regiões do “Signo Magno”, país a que, acrescenta, também chamam China — era ainda o golfo chinês na terminologia ptolomaica a dar corpo ao nome desta entidade geopolítica³⁰. A propósito

Manfroni, “Prefazione alla Relazione del Pigafetta”, in *Il Primo Viaggio Intorno al Mondo di Antonio Pigafetta*, a cura di C. Manfroni, con prefazione, note, bibliografia, carte e incisioni, Viaggi e Scoperte di Navigazioni ed Esplorazioni Italiani — 3, Milão, Edizioni Alpes, 1928, p. 25.

²⁹ Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 173-175; Cabrero, 1985, pp. 34-35; Peloso, 1994, p. 899. Ver também Isabel de Riquer, “Introducción”, in Antonio Pigafetta, *El premier viaje alrededor del mundo – Relato de la expedición de Magallanes y Elcano*, traducción, introducción y notas de I. de Riquer, biblioteca Grandes Viajeros, Barcelona, Ediciones B, 1999, pp. 27-35.

³⁰ Antonio Pigafetta, *Navegação e Descoberta da India Superior; feita por mim, António Pigafeta, Veneziano, Cavaleiro de Rhodes*; pub. in Visconde de Lagoa, *Fernão de Magalhães (A sua vida e a sua Viagem) com um estudo náutico do roteiro pelo Almirante J. Freitas Ribeiro*, prefácio do Dr. António Baião, vol. 2, *A Primeira Viagem de Circunnavegação, segundo os MSS. Ambrosiano e o da Biblioteca de Paris (Nº 5650), da autoria de António Pigafeta. Versão portuguesa, minuciosamente anotada segundo os roteiros de Francisco Albo, Gines de Mafra, Martim de Aiamonte, piloto genovês anónimo, com o roteiro da Biblioteca da Universidade de Leyde, e com as notícias de António Herrera, João de Barros, António de Brito, Castanheda, etc.*, Lisboa, Seara Nova, 1938, cit. p. 95. Cf. Antonio Pigafetta, *Primer viaje alrededor del mundo*, ed. 1985, pp. 98-99; Antonio Pigafetta, *Viagem à volta do Mundo pelo cavaleiro António Pigafetta gentil-homem da Vicência*, trad. Neves Águas, in *Fernão de Magalhães: A Primeira Viagem à Volta do Mundo Contada pelos que nela Participaram*, prefácio e notas de N. Águas, colecção A Aventura Portuguesa — 8, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990, p. 63.

do Bornéu (a cópia italiana refere sempre “Bruné”³¹), depois de uma alusão aos juncos e de uma imaginativa descrição do fabrico da porcelana, escreve-se que as moedas que eram utilizadas nessas partes pelos mouros se chamavam “picis”, eram de metal, furadas ao centro e apenas exibiam quatro signos em cada uma das faces, em letras do grande rei da China³². Enfim, após algumas referências rápidas ao “Ciam” (Sião), ao “Camogia” (Cambodja), a “Chiempa” (Champá) e ao reino de “Cochi” (Cochinchina), a *Relação* indica que a seguir surgia no horizonte a Grande China, cujo rei era o mais poderoso príncipe do mundo.

Antonio Pigafetta prossegue informando que este se chamava “Santoha Raia” e tutelava setenta reis coroados, alguns dos quais tinham dez ou quinze monarcas a si submetidos — todos os reis e senhores da Índia Maior e Superior, diz-se um pouco adiante. O seu porto era “Guantan” (Cantão, claro), mas identificam-se pouco depois as suas duas maiores cidades como sendo “Namchin” e “Comlaha” (Cambaluc; “Conulahan” ou “Commilak” nos manuscritos franceses)³³, esta aquela onde residia o rei, o que volta a remeter para a terminologia clássica da capital do Cataio. Aparece então uma nota sobre o selo do rei da China e o seu uso como sinal de vassalagem e uma outra sobre os castigos que sofria quem se rebelasse contra esta autoridade. Repete-se também a ideia da existência mais do que resguardada do soberano e explica-se que o palácio de setenta e nove salas que habitava era defendido por sete cercas de muralha. Cada uma destas cercas possuiria uma porta e entre cada par delas estariam estacionados dia e noite dez mil homens.

Depois de vários outros pormenores sobre o esplendor que rodeava o trono atribuídos a um mouro que o teria visto³⁴, recuperam-se as informações segundo as quais a gente da China era branca, aparecia vestida e comia à mesa como os europeus.

³¹ Anónimo (Piloto genovês), *Roteiro da Viagem de Fernam de Magalhães*, ed. 1826, p. 166, n. 70.

³² Antonio Pigafetta, *Navegação e Descoberta da Índia Superior*, ed. 1938, pp. 131-132. Cf. idem, *Primer viaje alrededor del mundo*, ed. 1985, p. 123; idem, *Viagem à volta do Mundo*, ed. 1990, p. 85. No texto italiano: “La moneta che adoperano li Moro in questa parte è di metallo, sbusata nel mezzo per infilzarla, ed ha solamente da una parte quattro segni, che sono lettere del gran re della China e la chiamano picis” — A. Pigafetta, *Il Primo Viaggio Intorno al Mondo*, ed. 1928, cit. p. 192. Igual no ms. 5650 da BNP: “La monnaie que forgent les mores en ces pays-là est de métal, percé au milieu pour l’enfiler, et elle a seulement d’un côté quatre marques qui sont de caractères du grand roi de la Chine et ils l’appellent picis” — Idem, *Relation du premier voyage autour du monde* ed. 1984, cit. pp. 183-184.

³³ Antonio Pigafetta, *Il Primo Viaggio Intorno al Mondo*, ed. 1928, cit. p. 262; idem, *ibidem*, p. 262, n. 4; idem, *Relation du premier voyage autour du monde* ed. 1984, p. 236; idem, *ibidem*, p. 323, n. 260.

³⁴ No texto italiano: “Tutte queste cose e molte altre di questo re ne disse uno Moro; e lui averle vedute” — A. Pigafetta, *Il Primo Viaggio Intorno al Mondo*, ed. 1928, cit. p. 265. Igual no ms. 5650 da BNP: “Toutes ces choses et plusieurs autres nous furent dites par un more qui les avait vues” — Idem, *Relation du premier voyage autour du monde* ed. 1984, cit. p. 238. Cf. idem, *Primer viaje alrededor del mundo*, ed. 1985, p. 157.

Invulgar é a alegação de que guardavam cruces nas suas casas, facto que Pigafetta afirma não saber explicar. Segue-se uma nota relativamente larga sobre o almíscar e o trecho dedicado à China termina com a indicação de que no prolongamento da costa chinesa se encontravam muitos povos, dando-se dois nomes: os “Chienchii”, habitantes das ilhas de onde vinham pérolas e canela; e os “Lechii”, na terra-firme. “Mom”, o rei desta, era tributário do rei da China e a sua cidade chamava-se “Baranaci” (actual Carachi), a qual o lombardo afirma estar no “Grande Cataio Oriental”³⁵.

A propósito de alguns destes últimos termos empregues por Antonio Pigafetta valerá a pena citar duas passagens de um dos dois manuscritos correspondentes ao *Relato do Piloto Genovês*, o texto anónimo de outro dos participantes na armada de Magalhães, onde integrava a tripulação da nau *Trinidad*. A primeira dessas passagens — que surge no contexto da aproximação dos navegantes ao arquipélago de São Lázaro e, em concreto, à ilha de Malhou — diz-nos o seguinte: “[...] estando asy surtos em esta ilha [“ilha dos bons synaes”] vieram a elles dous parós, trouxeram-lhes gallinhas e cocos, e disseram-lhe que jálly aviam visto outros homens como elles, domde presomiram que podiam ser lequios, hou mogores [“ou guorros”, no outro manuscrito existente do mesmo *Roteiro*³⁶], huma naçam de gemtes que tem este nome, ou chiis”³⁷. A segunda alusão original à China acontece nos parágrafos em que se trata da chegada ao Bornéu: “[...] E por esta resposta asy aviada do dito rey [do Bornéu] lhe mandaram hum presente por gonçalo mendes despinosa da nao Victoria capitam, ho quall elrey recebeo ho presente, e lhes deu a todos panos da China”³⁸.

O original do texto do piloto genovês terá caído em mãos das autoridades portuguesas de Ternate e, depois de copiado, foi remetido do Oriente para Lisboa. Daí que as cópias do manuscrito em causa pareçam ter tido uma circulação infinitamente

³⁵ Antonio Pigafetta, *Navegação e Descoberta da India Superior*, ed. 1938, cits. pp. 203-204. Ver idem, *ibidem*, pp. 202-204. Cf. idem, *Il Primo Viaggio Intorno al Mondo*, ed. 1928, pp. 262-266; idem, *Relation du premier voyage autour du monde* ed. 1984, pp. 236-239; idem, *Viagem à volta do Mundo*, ed. 1990, pp. 113-115; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 175-176.

³⁶ Anónimo (Piloto genovês), *Roteiro da viagem de Fernão de Magalhães*, ms. integrado no códice 7158-33 da Biblioteca do Rei de Paris à altura da sua transcrição (1831), hoje BN de Paris; cit. in *Collecção de Noticias Para a Historia e a Geographia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Domínios Portuguezes, ou lhes são visinhas*, Lisboa, Academia Real das Ciências, t. IV, n.º 2, 1826, p. 159, n. 32.

³⁷ Anónimo (Piloto genovês), *Roteiro da Viagem de Fernam de Magalhães*, ms. descoberto no Depósito de Livros de S. Francisco da Cidade, em Lisboa, e antes pertencente à Livraria dos Monges de S. Bento da Saúde, Lisboa, ed. 1826, cit. p. 159. Ver *supra*, Parte I, cap. 6-2.; Anónimo (Piloto genovês), *Navegam e vyagem que fez Fernando de Magalhaes de Sevilha pera Maluco no anno de 1519*, in *Fernão de Magalhães: A Primeira Viagem à Volta do Mundo*, 1990, p. 139.

³⁸ Anónimo (Piloto genovês), *Roteiro da viagem de Fernão de Magalhães*, ed. 1826, cit. p. 166. Cf. idem, *Navegam e vyagem que fez Fernando de Magalhaes*, ed. 1990, p. 144.

mais limitada que a dos escritos de Pigafetta ou a dos relatos que se escreveram com base nas suas diversas entrevistas e narrações orais. Daí, também, que falhem a generalidade das possibilidades básicas de comparação entre as minutas do gentil-homem de Vicenza e do anónimo de Génova (Giovanni Bautista de Punzozol e Leone Pancaldo são os dois nomes mais citados sempre que se busca a autoria deste *Relato*³⁹). Contudo, as circunstâncias que se encontram por detrás de uma e de outra são idênticas, pelo que algumas sobreposições não deixarão ainda assim de ser pertinentes.

4. Actualizações cartográficas

Em 1523, na sequência do regresso de Sebastián Elcano, o mercador Jean Ango de Dieppe instrui o florentino Giovanni da Verrazzano a rumar para Oeste em busca de uma passagem para o Cataio⁴⁰. Sabe-se que a operação é feita a coberto de uma rede de influências que manobra da banca aos negócios da seda e que se estende de Lyon a Roma, passando por Florença. A exploração ocorreu no ano seguinte, tendo resultado na percepção que se retira dos mapas de Vesconte de Maggiolo de 1527 e de Girolamo da Verrazzano de 1529⁴¹ de que existe na margem ocidental do Atlântico Norte uma massa de terra de proporções equivalentes àquela que Vespucci revelara a Sul. A 8 de Julho de 1524, já de volta à Normandia, o piloto toscano escreveria ao rei Francisco I para lhe dizer que ainda que a sua intenção tivesse sido a de chegar a “quelli felici liti del Catay” (“àquelas felizes costas do Cataio”) e explorar o extremo oriental da Ásia, impedira-o esse obstáculo de uma nova terra. Mesmo que não inesperada de todo, continua, era suposto que esta oferecesse um estreito através do qual penetrar, pois tal havia sido a opinião de todos os antigos. Afirma igualmente contra o saber agora desactualizado de um Aristóteles que, assim estivessem correctas as suas estimativas, não só aí deveria existir uma terra maior que a Europa, a África e quase toda a Ásia, como esta obrigaria a que fossem dois mares distintos o “nosso” mar Ocidental e o mar Oriental da Índia. Se

³⁹ Ver Francisco Contento Domingues, “Comentário ao *Relato* da viagem de Fernão de Magalhães”, in *Grandes Viagens Marítimas*, 1989, p. 116; Neves Águas, “Nota introdutória”, in Anónimo (Piloto genovês), *Navegação e vyagem que fez Fernando de Magalhaes*, ed. 1990, p. 133; Mélon, 1977, pp. 146-147; Riquer, 1999, p. 61.

⁴⁰ Ver, *inter alia*, Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 177-179.

⁴¹ Girolamo da Verrazzano, Mapa-mundo, in *Manuscrito com iluminuras em papel velino*, 1529, fl. 1522-29, Biblioteca Apostólica Vaticana, Roma.

bem que os termos empregues correspondessem aos da vulgata Clássica, ficava percebida a natureza continental do Novo Mundo⁴².

O público da época leu-o no terceiro volume das *Navigazioni* de Ramusio — “Al Christianissimo re di Francia Francesco Primo. Relatione di Giouanni da Verrazzano Fiorentino della terra per lui scoperta in nome di sua Maestà, scritta in Dieppa, adi 8. Iuglio .M.D.XXIII.” (1556, fls. 420r.-422v.)⁴³ —, aparecendo depois em tradução inglesa nas *Divers Voyages* de Hakluyt: “To the most Christian king of Fraunce, Fraunces the first. The relation of Iohn Verarzanus a Florentine, of the lande by him discovered [...], written in Diepe the eight of Iuly 1524”⁴⁴. Ainda nesta década, em 1526, Verrazzano partiria para um novo intento falhado de atingir o Cataio, desta vez pelo Sul, onde agora pensava que existiria a passagem para o Pacífico⁴⁵.

Enquanto isso, o dito mapa de Maggiolo de 1527 continua a apresentar um *stretto dubitoso* por alturas do Golfo do México e, o que não era tudo, descobre-se que quer no mapa de Sir Humphrey Gilbert que se publica em 1576, quer em vários outros do mesmo período como o que George Best faz imprimir em 1578⁴⁶, aparece a grande estrada de água transversal entre o São Lourenço e o Golfo da Califórnia que os navegantes referiam por “Mar de Verrazzano”. Mais: *Discourse of a discouerie for a new passage to Cataia* é o título dessa obra de Gilbert editada em 1576 (mas escrita dez anos antes) em que se inseriu tal mapa e que serviu para enquadrar as viagens que o capitão Martin Frobisher realizou entre 1576 e 1578 por conta da recém-constituída *Company of Cathay*⁴⁷. Também enquanto isto, a Coroa de França despacha Jacques Cartier de St. Malo (Primavera de 1534) com a incumbência de descobrir a Norte da América do Norte “certaines ysles et pays où l’on doibt trouver grand quantité d’or et autres riches choses”, sem esquecer a tão procurada passagem para o Cataio que, por puro vício no jogo de simetrias, obrigatoriamente equivaleria à que Magalhães dera a

⁴² Ver Gerbi, ed. 1978, pp. 135-137.

⁴³ Ver Picchio, 1999, p. 370.

⁴⁴ Ref. in A. Quinn & D. Quinn, 1974, p. 339.

⁴⁵ Parry, 1968, pp. 288-289 e 296; Michel Mollat du Jourdin, “Les ports normands à la fin du XVe siècle”, in Philippe Masson & Michel Vergé-Franceschi (dir.), *La France et la mer au XVIe siècle – cartes, tableaux, iconographie, index*, préface de l’amiral Chatelle, collection Documents d’histoire, Paris, Librairie Jules Tallandier, 1993, pp. 89-90; Christian Buchet, “Aventuriers et découvreurs des Amériques”, in Masson & Vergé-Franceschi (dir.), *ibidem*, pp. 195-198.

⁴⁶ George Best, mapa-mundo impresso, 1578, in Houghton Library, Londres (nº C54.bb.33); rep. in Brendan Lehane, *El Paso del Noroeste*, vol. 1, traducción de Elías Sarhan, colección La Aventura del Mar — 28, Barcelona, Time Life Books/Ediciones Folio, 1996, p. 34.

⁴⁷ Ver, p. ex., Skelton, 1958, pp. 118-119; E. G. R. Taylor, *Tudor Geography, 1485-1583*, Londres, Methuen & Co., 1930, pp. 33-35; Nicholas Crane, *Mercator – The Man who Mapped the Planet*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 2002, pp. 240-246.

conhecer a Sul⁴⁸. Daqui viria logo depois a percepção de que o São Lourenço era um rio, não um estreito, o que não impede que esse inquérito da Passagem do Noroeste transite para o século seguinte, até porque Cartier sempre fora confirmando que a América era uma das terminações da Ásia do lado do Ocidente⁴⁹...

Como que compensando a pobreza de novidades escritas sobre a China que se divulgam durante a terceira década do século XVI, surge-nos o labor da cartografia ibérica do tempo. Na verdade, ao invés de um mapeamento como o que resulta da primeira viagem de Verrazzano, o qual só pôde ter reflexos sobre o desenho das costas americanas do Labrador à Carolina do Sul, a representação dos litorais chineses conheceria agora um progresso ímpar pela mão dos cartógrafos espanhóis e portugueses instalados em Sevilha.

Será útil começar por dizer que quando o cartógrafo Lopo Homem se socorre do contributo dos mestres Pedro e Jorge Reinel para apresentar, por volta de 1519, aquele que se conhece por *Atlas Miller*⁵⁰ a maior aproximação que este então fazia à China acontecia por intermédio de uma iluminura de perfeito sabor ptolomaico dedicada ao “*magnus golfus chinnarum*” (fl. 3r. – Fig. 4)⁵¹. À parte isso, ao alto da folha que oferece uma representação quase pioneira do arquipélago das Molucas (“*Maluc Insule*”, fls. 2v. e 3v.) aparece uma legenda dedicada às “*Chinarum Insule*”, a qual explica que daí provém muito ouro e prata, muitos frutos, trigo, pimenta, cinábrio, várias qualidades de cravo e toda a espécie de aromatas, para além de que se está na terra onde os reis governam de modo firme os seus súbditos (Fig. 5).

Cerca de 1517, num mapa que compreende a costa ocidental africana desde o “Rio manycomgo”, o Índico, a península malaia, Samatra e a Insulíndia até às Molucas é a vez de Pedro Reinel dar para as regiões situadas a Leste de Singapura não apenas um desenho mais do que fantasista, como de integrar no seu extremo um enorme golfo sem nome onde situa uma ilha a que chama “chis”⁵². No mapa-mundo conhecido como português anónimo de Munique mas que se deve a Jorge Reinel e que foi composto na

⁴⁸ Jacques Cartier, *Relações*, in Buchet, 1993, cit. p. 119.

⁴⁹ Ver, p. ex., Parry, 1968, pp. 298-299 e 317; Broc, ed. 1986, pp. 34-35; Buchet, 1993, pp. 199-202; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 56-57.

⁵⁰ Ver, p. ex., *PMC*, vol. 1, pp. 55-60.

⁵¹ Lopo Homem — Reinéis, Carta do Mar da China, in *Atlas Universal* truncado (“Miller”), c. 1519, BNP (Cartes et Plans, Rés. Ge. AA 640, Rés. Ge. DD 683); rep. in *PMC*, vol. 1, est. 21.

⁵² Anónimo — Pedro Reinel, Carta da costa ocidental de África a Sul do “Rio manycomgo”, Índico, península malaia, Samatra e Insulíndia até às Molucas, c. 1517, que pertenceu à Wehrkreisbücherei, anteriormente Hauptconservatorium der Armee ou Armeebibliothek, Munique; rep. in *PMC*, vol. 1, est. 10.

mesma época que o precedente, se bem que o traçado da península malaia seja pelo menos tão exemplar como já em várias outras cartografias sua contemporânea, volta a ser mínimo o avanço oferecido para as áreas mais orientais, em especial para as costas chinesas: uma toponímia circunscrita a poucos nomes como “pulotim” ou “palor” e ao aviso de umas “bareiras” (recifes), e não mais⁵³.

A primeira carta a reflectir as aquisições da viagem de Magalhães-Elcano é o portulano espanhol de Nuño García de Torenó, de 1522, carta que representa pela primeira vez as Filipinas e que corresponde à metade oriental de um planisfério cuja parte ocidental se extraviou⁵⁴. Obviamente centrado nas Molucas, que inscreve de modo confuso no interior de um grande golfo que se deduz seja o *magnus golfus chinnarum*, quase nada oferece sobre a China salvo a representação magestática de um “Rei de los chinos” sentado sobre um trono no fundo do dito golfo e, sobre a margem oriental deste, pendendo para Sudeste, a legenda “*sinarum populi*”.

Contrariando toda esta tendência — e ainda que nada registando sobre a China —, o planisfério anónimo de 1525 atribuído ao trãnsfuga português Diogo Ribeiro (planisfério “Castiglioni”) é o primeiro a preferir não prolongar o traçado para além de Singapura, não derivando deste modo para as representações tradicionais do Extremo Oriente destituídas de qualquer confirmação⁵⁵. Contudo, será a este cartógrafo que exerce o seu ofício em Sevilha desde 1519, onde é nomeado *mestre de cartas de marear* em 1523 e onde é conhecido por Diego Ribero⁵⁶, que se deve o essencial dos progressos significativos que acontecem antes de 1530 no que toca à figuração da China. O pioneirismo só não lhe pertence por inteiro já que, antes que todos, coube ao piloto-mor da *Casa de la Contratación* Pedro Ruiz de Villegas associar a China ao *Sinarum regio* ptolomaico, e isto quando as contingências de Badajoz-Elvas tornavam mais

⁵³ Anónimo — Jorge Reinel, Planisfério (Kunstmann IV), c. 1519, depositado no Hauptconservatorium der Armeé, Munique, de onde desapareceu durante a II Guerra Mundial; rep. in *PMC*, vol. 1, est. 12. Ver, p. ex., Albert Kammerer, *La Découverte de la Chine par les Portugais au XVIème Siècle et la Cartographie des Portulans*, Leyden, E. J. Brill, 1944, pp. 191-192; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, pp. 219-221.

⁵⁴ Nuño García de Torenó, Carta da parte meridional da Ásia e mar adjacente, 1522, Biblioteca Reale de de Turim; rep. in Ricardo Cerezo Martínez, *La Cartografía Náutica Española en los Siglos XIV, XV y XVI*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, p. 177.

⁵⁵ Anónimo — Diogo Ribeiro, Planisfério “Castiglioni”, 1525, Archivo Comte Ludovico Castiglioni, Mântua; rep. in *PMC*, vol. 1, est. 37.

⁵⁶ Ver carta de nomeação de Carlos V, 10 de Julho de 1523, Arquivo Geral das Índias, *Indiferente General*, Registros (1518-1526) I39-I-6; transcr. por A. Cortesão em *Cartografia & Cartógrafos* (vol. 2, pp. 131-132) e nos *Portugaliae Monumenta Cartographica* (vol 1, p. 87). Ver Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 816; Paulo Nascimento, “Diogo Ribeiro”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, pp. 945-946.

indispensável que nunca conhecer os respectivos contornos e fazê-los cair dentro da demarcação espanhola⁵⁷.

No planisfério de Diogo Ribeiro de 1529, dito “carta Borgia” e que se guarda no Vaticano (Biblioteca Apostólica, Borgiano III)⁵⁸, surge no bordo superior do “*Mare Sinarv*” a primeira verdadeira representação divulgada da costa chinesa, com Cantão e as ilhas Pescadores incluídas, se bem que estas últimas deslocadas da sua posição real frente à Formosa (Fig. 6). Orientado no sentido Sudoeste-Nordeste, o desenho do litoral chinês termina pela altura do trópico quando se encontra com o estuário de dois grandes rios, na embocadura do qual se escreve “cantan”. É a primeira vez que o nome da grande cidade do Sul da China aparece indicado num exemplar cartográfico europeu. Além deste, apresenta ainda outros topónimos mais ou menos identificáveis: “C. de avtam” ou “de aytran” (talvez Hainão), a ilha “da Veniaga” à entrada da barra de Cantão, “C. de pescadores” (as referidas ilhas Pescadores). A Sul surge uma “Y. de S. cruz”, assim como se dispersam em torno da China várias outras designações originais, mas cujas correspondências nem sempre são facilmente atribuíveis: “(mora)”, “enseada do romar”, “C. de boa (catemesra)”, “aguada de S. Tiago”, “baxos de camos” e “R. de la sal”.

Sobre a legenda “China” que se repete na margem esquerda da carta está desenhado um estandarte com os castelos e os leões rampantes espanhóis, óbvia reivindicação do direito de soberania. Parece também dispensável dizer-se que o essencial desta informação, bem como o daquela respeitante à Índia e à generalidade das restantes partes da Ásia do Sudeste, decorria directamente do novo saber transmitido

⁵⁷ No relato ou memória do delegado espanhol à Junta de Badajoz-Elvas Pedro Ruiz de Villegas e que nos chega por intermédio de um relato de Andrés Garcia de Céspedes, lê-se o seguinte logo depois de vários argumentos que pretendem convencer da situação das Molucas na parte castelhana: “[...] Demas desto se corrobora, que la China es mas Oriental, y mas Septêtrional que Malaca: de onde es manifesto, que es la Sinarum Regio de que habla Ptolomeu, el fin de la qual pone en 180. grados de longitud de España: casi que es el Catigára, el qual manifiestamente es Gilolo, que es junto de las islas de Maluco, que vernia a ser mas 218. grados de la linea de la Demarcación. Assi que Ptolomeu pone esto mas largo que nosotros lo ponemos, y los Portugueses lo ponem mas corto que nosotros, mas de 55. grados, y mas corto que Ptolomeu, 65 grados y mas” — Andrés Garcia de Céspedes, *Regimiento de navegacion – Mando haser el Rei nvestro Señor por orden de sv Consejo Real de las Indias a Andres Garcia de Céspedes sv cosmografo maior siendo Presidente e nel dicho consejo el conde de Lemos. Segunda Parte, en que se pone vna hydrografia que mando hazer su Magestade a Andres Garcia de Céspedes, su Cosmografo mayor – Dirigida al Real Consejo de las Indias, siendo Presidente rs Conde de Lemos*, cap. VIII, Madrid, 1609, fl. 148v.; cit. in A. Cortesão, 1935, vol 1, p. 175.

⁵⁸ Diogo Ribeiro, Planisfério, 1529, Biblioteca Apostolica Vaticana, Roma (Borgiano III); rep. in *PMC*, vol. 1, est. 39. Expressivo, o título escreve-se: “Carta Uniuersal En que Se contiene todo lo que del mundo Se ha descubierto fasta agora. hizola Diego Ribero cosmographo de Su magestad: Año. de: 1529 ã Seujlla: La qual Se divide en dos partes conforme Ala capitulacion que Hizieron los catholicos Reyes de españa r el Reydon Juan de portogual En Tordesillas: Año: de 1494”.

pelos contactos portugueses chegados através de Lisboa. De resto, este planisfério é muito semelhante a dois outros da autoria do mesmo Ribeiro conservados em Weimar, um deles datado de 1527⁵⁹, o outro desse mesmo ano de 1529⁶⁰ e ambos, como o presente, derivados do *padrón real*⁶¹.

5. Balanço da década

Dois únicos textos em que se oferece um tratamento um pouco mais do que fugaz à matéria chinesa parece ter sido tudo o que esta década foi capaz de produzir, uma situação que deriva da suspensão temporária dos contactos comerciais entre Malaca e Cantão deliberada pelas autoridades chinesas a contragosto dos interesses das suas próprias comunidades mercantis. Dos dois documentos, um é devido ao negociante português Diogo Calvo e não terá circulado para além dos círculos da Corte e dos mercadores de Lisboa. O outro foi redigido por Antonio Pigafetta, homem de gostos humanistas embarcado como voluntário na expedição de Magalhães num impulso a que não deve ter sido estranha a influência de obras como os *Paesi novamente ritrovati* de Fracanzio da Montalboddo.

Destes dois documentos só aquele que contém a prosa do italiano foi impresso, desta vez em Paris, o que, contudo, nem apaga o facto das suas duas seguintes edições terem surgido em Veneza, nem a circunstância do próprio autor entretanto se ter encarregue de divulgar o essencial das novidades em França, em Espanha e, sobretudo, em Itália. De sublinhar ainda que é no momento imediato ao do regresso da nau que transporta Pigafetta que o rei francês dá cobertura a que entre para o seu serviço um toscano de não poucas leituras Clássicas, o qual se propõe buscar o caminho Ocidental para um Cataio que o cronista da circum-navegação acabava de confirmar que existiria no extremo oriental da costa chinesa.

Quanto às revelações despidas de fantasia que apesar de tudo se conseguem fazer a respeito da China, temos, primeiro, que se apoiam em recolhas efectuadas em

⁵⁹ Diogo Ribeiro, Planisfério, 1527, Herzogin Anna Amália Bibliothek, Stiftung Weimarer Klassik Weimar; rep. in *PMC*, vol. 1, est. 38.

⁶⁰ Diogo Ribeiro, Planisfério, 1529, Herzogin Anna Amália Bibliothek, Stiftung Weimarer Klassik Weimar; rep. in *PMC*, vol. 1, est. 40.

⁶¹ A. Cortesão, 1935, vol. 2, pp. 141-162; Kammerer, 1944, pp. 202-204; Nakamura, 1962, pp. 41-43; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, pp. 223-224.

Malaca e em Cantão e, segundo, que concorrem para consolidar a ideia de um país de invulgar riqueza e de ampla capacidade mercantil e manufactureira cujo centro económico era Cantão. Reforçadas saem também as perspectivas sobre a superior civilidade do seu povo e sobre a realidade das vassalagens políticas e das sujeições tributárias que consegue impôr em vastas zonas dos Mares da Ásia.

Por fim, a redução do fluxo informativo ocasionada pelo referido retraimento dos contactos não impediu que o domínio paralelo da cartografia tenha oferecido progressos notáveis no que respeita ao desenho dos limites costeiros do Império chinês. O piloto Diogo Ribeiro é o expoente desta ocorrência, voltando a ser válido para aqui o fenómeno de difusão que começa com inquéritos suscitados em Malaca e em Cantão e acaba com a correspondente entrada de notícias na Europa pela porta de Portugal.

CAPÍTULO 5

A segunda década da clausura chinesa, 1531-1540

1. Silêncios de Itália e as *cartas dos cativos de Cantão*

A colectânea de viagens de Antonio e Paolo Manuzio intitulada *Viaggi fatti da Vinetia alla Tana* (Veneza, 1543; reed. Veneza, 1545) viria a constituir um novo e importante marco no contributo emprestado pelas cidades italianas para a publicitação dos resultados das descobertas portuguesas no Oriente. Como referira algum tempo antes um Maximiliano Transilvano, estes tinham avançado através dos mares da Arábia e do Golfo Pérsico até ao Índico e às ribeiras do Ganges, da ilha de Taprobana à Áurea Quersoneso e do seu centro comercial que era Malaca ao imenso seio marítimo onde se encontravam os povos de origem chinesa aos quais se dava o nome de chinas¹. Porém, até essa nova colecção se parece ressentir do estrangulamento conjuntural dos contactos entre o empório malaio e os portos dos Ming que se continuara a viver durante a década anterior.

É verdade que, acima de tudo, os Manuzio pretendem propagandear a ancestralidade dos vínculos que Veneza mantinha com a Ásia, designadamente através das vias terrestres. Isso explica que apenas duas das cinco narrativas que apresentam digam respeito à Índia — *Viaggio di Colocut descritto per Messer Aloigi di messer Giovanni Venetiano* (fl. III) e *Viaggio di Alessandria nelle Indie* (fl. V)² —, sendo ainda que a identificação dos respectivos narradores lhes importa muito menos do que o retrato que os textos fazem sobre a arquitectura comercial e política do novel Estado Português da Índia³. É também certo que o conjunto oferece novas em primeira mão sobre Malaca, Samatra e as Molucas. Contudo, o facto é que não faculta nenhuma novidade a respeito da China.

¹ Ver *supra*, Parte II, cap. 4-2.

² Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 180, notas 143 e 144.

³ Ver Lach, *ibidem*, pp. 180-181.

Dada a persistência do contexto em questão e o que também sabemos sobre as restrições à actividade editorial portuguesa no período, é natural que apenas tenhamos para esta quarta década do século XVI três documentos importantes sobre a China e que nenhum deles tenha sido editado. Falamos daquelas que são conhecidas como as *cartas dos cativos de Cantão*, os textos que Cristóvão Vieira e Vasco Calvo escreveram na situação desesperada do cativo. A primeira, de Vieira, diz apenas ter sido concluída “na era de 1534”⁴, enquanto as duas restantes, ambas de Calvo, são dadas às “dez luas e tantos dias de Outubro” (de 1536, supomos), uma, e a 10 de Novembro de 1536, a outra. Na origem, esta última foi indexada a um par de folhas entretanto desaparecidas com esquemas grosseiros das províncias chinesas⁵.

⁴ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534; pub. in *Enformação das cousas da China*, 1989, cit. p. 38. Cf. carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534; pub. in *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, p. 59; ref. *infra*, cap. 5-1, n. 16.

⁵ Ver Carta de Vasco Calvo, Cantão, 10 de Novembro de 1536; pub. in *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 48. Cf. carta de Vasco Calvo, Cantão, 10 de Novembro de 1536; pub. in *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, p. 96.

A regra tem sido a de referenciar estes textos como duas únicas cartas, uma de Vieira, a outra de Calvo. Em 1945, Armando Cortesão defendeu que ambas haviam sido escritas em 1524. Para tanto, apoiou-se, no essencial, nas hipóteses de erros da parte dos autores e de equívocos suplementares de transcrição da parte do copista que foi responsável pela única cópia manuscrita integral sobrevivente, discordando assim expressamente do pretendido por Donald Ferguson, o seu primeiro editor: D. Ferguson, *Letters from the Portuguese Captives in Canton, Written in 1534 and 1536*, in *Indian Antiquary*, Bombaim, vol. 30, 1901, pp. 421-451, 467-491 e vol. 31, 1902, pp. 10-32, 53-65; ref. in A. Cortesão, ed. 1978, p. 12. Ver A. Cortesão, *ibidem*, p. 12, n. 5 e pp. 43-46. De resto, Ferguson reuniria o seu trabalho para uma edição imediata em separata: Ferguson, 1902.

Posteriormente, quer Charles R. Boxer, quer Donald F. Lach retomaram as conclusões de Cortesão quanto às datas: C. R. Boxer, *South China in the Sixteenth Century – Being the Narratives of Galeote Pereira, Fr. Gaspar da Cruz, O.P., Fr. Martin de Rada, O.E.S.A. (1550-1575)*, Londres, Hakluyt Society, 1953, p. xxi, n. 2 [Boxer, 1953b]; D. F. Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 734. Ainda depois disto, outros dois historiadores corrigiram essa mesma revisão de Cortesão: Georg Schurhammer, *Francisco Javier: su vida y su tiempo*, vol. 3, *India, 1547-1549*, trad. Jesús Iturrioz, Pamplona, Gobierno de Navarra/Compañia de Jesús/Arzobispado de Pamplona, 1992, p. 263, n. 20 (1.^a ed. 1971); e Harold Livermore, “Fernão Mendes Pinto”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 21, Lisboa/Paris, FCG, 1985, p. 359, n. 39.

A defesa da datação original foi retomada em data mais recente por Raffaella D’Intino (*Enformação das cousas da China*, 1989, p. 5), Rui Manuel Loureiro (*Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, p. 67, n. 91; p. 70, n. 146; p. 78, n. 319; e p. 107, n. 71) e, ainda, pelo mesmo R. M. Loureiro (Loureiro, 1994b, vol. 1, pp. 646-650; Loureiro, 2000a, pp. 339-341). Perfilhamo-la, se bem que, como afirmámos e como explicaremos adiante quando da transcrição que faremos de algumas das suas passagens mais significativas, nos pareça que o texto de Vasco Calvo não corresponde originalmente a uma, mas a duas cartas distintas, enviadas em conjunto, aliás como o próprio refere no final do segundo dos seus textos: “[...] Toda a carta grande e pequena sejam guardadas sem se romper nenhũa nem perder das que forem pera isso” — Carta de Vasco Calvo, Cantão, 10 de Novembro de 1536, ed. 1989, cit. p. 53. Cf. *idem*, ed. 1992, p. 103; ref. *infra*, cap. 5-1, n. 16. A primeira destas conclui-se com a indicação do mês de Outubro, sendo lícito supor que o respectivo ano seja o mesmo da carta anterior, enquanto a outra precisa esse dia 10 de Novembro de 1536. De qualquer modo, já Albert Kammerer ajuizara em termos gerais neste sentido, apesar de preferir supor a carta de Outubro como escrita no ano de 1534 (Kammerer, 1944, pp. 13-14). Vale acrescentar que, com isto, retocamos o que nós próprios havíamos escrito há algum tempo sobre o assunto: Francisco Roque de Oliveira, “A China em três leituras europeias do século XVI – Das notícias de Cantão de 1534 e 1536 ao ‘país visitado’ em 1590”, in *Garcia de Orta – Série Geografia*, Lisboa, IICT, 15 (2), 1996, pp. 25-26.

Apesar de tudo, não são idênticos os percursos de cada um destes dois portugueses⁶. Enquanto Vieira entrara na China em 1517 como membro da embaixada de Tomé Pires, Calvo era um mercador irmão do supradito Diogo Calvo e acabara de desembarcar em Cantão em 1521 na companhia deste quando aí chegou a ordem de Pequim que determinava o aprisionamento de todos os estrangeiros envolvidos em actividades comerciais.

Se não forem os únicos, os registos de Vasco Calvo e Cristóvão Vieira estão pelo menos entre o reduzido número de escritos que lograram sair da China e ser recolhidos durante este período pelos portugueses (como vimos, antes deles apenas Martim Afonso de Melo e Diogo Calvo terão passado para o papel as suas experiências chinesas). Sabe-se que um capitão português, que se crê que fosse aquele que respondia pelo nome de Afonso Gentil, tratou ao largo de Cantão em 1533⁷, pelo que é provável que as cartas em causa lhe tenham sido dirigidas para que as fizesse chegar a Malaca ou à Índia. Hipótese igualmente válida é a de que o destinatário destas linhas fosse algum outro mercador que se atreveu a tentar retomar de modo informal as ligações comerciais com o litoral do Guangdong logo depois da passagem de Gentil por aí. De resto, na primeira das suas cartas Vasco Calvo acusa a recepção de uma missiva e congratula-se com os esforços que se estavam fazendo para o libertar⁸. Pouco adiante, confirma esse facto quando menciona “essa banda de Cōljai”, o lugar não identificado (talvez Kuanghai, porto a Norte da ilha de Sanchoão⁹) onde o remetente estaria¹⁰. Tendo também em vista as alusões que este preso faz a umas cartas que o seu companheiro Cristóvão antes teria enviado, podemos perceber que se haviam procurado cruzar várias missivas. Porém, é quase certo que pelo menos estas a que se refere nunca chegaram a boas mãos¹¹.

⁶ Para as dúvidas que a identificação de Cristóvão Vieira suscita, ver A. Cortesão, ed. 1978, p. 31; Luís de Albuquerque, *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses – Séculos XV e XVI*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p. 32; Rui Manuel Loureiro, “Notas à carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534”, in *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, p. 71, n. 166. Seguimos a leitura deste último, que contraria a tese partilhada pelos dois primeiros historiadores quando nega que Vieira fosse um persa de Ormuz lusitanizado.

⁷ Ver *infra*, cap. 6-2.

⁸ Carta de Vasco Calvo, Cantão, Outubro de 1536?; pub. in *Enformação das cousas da China*, 1989, cit. p. 39. Cf. carta de Vasco Calvo, Cantão, Outubro de 1536?; pub. in *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, pp. 640-641; ref. *infra*, cap. 5-1, n. 16.

⁹ Kammerer, 1944, p. 146. Cf. Ferguson, 1902, p. 153, n. 4.

¹⁰ Carta de Vasco Calvo, Cantão, Outubro de 1536?, ed. 1989, p. 45. Cf. *idem*, ed. 1992, p. 92.

¹¹ Ver Carta de Vasco Calvo, Cantão, 10 de Novembro de 1536, ed. 1989, pp. 50 (parágrafo 9), 50-51 (parágrafo 13), 52 (parágrafo 20) e 53 (parágrafo 24).

Por outro lado, somos avisados pelo cronista Gaspar Correia de que Tomé Pires “em tempo do Governador [D. Duarte de Meneses, no cargo entre 1522 e 1524] lhe mandou hum liuro em que lhe daua conta das riquezas e grandezas do Rey da China, que parecião duvidosas de crer”¹². Esta indicação, que além de também não ser confirmada por nenhuma prova sobrevivente pode ser que tão-só se refira a um exemplar manuscrito da *Somma Orientall*, impede-nos de concluir em termos absolutos sobre a matéria. João de Barros mencionaria mais tarde a dado passo da *Década I* da sua *Ásia* que recebera “hũ liuro de cosmographia dos Chijs jmpresso per elles, cõ toda a situaçã da terra em módo de jtinerário que nos foy de lá trazido r jnterpretádo per hũ Chij que pera jssso ouuemos”¹³. De qualquer modo, o conteúdo destas cartas dos prisioneiros de Cantão alimentará o essencial das passagens que este historiador vai dedicar à missão diplomática delegada no boticário Pires, assim como boa parte das que concederá à descrição da China, conforme o próprio confessa num par de vezes (*Década III*, liv. VI, caps. I e II; *ibid.*, liv. VIII, cap. V).

Os registos de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo representam os primeiros significativos testemunhos vivenciais da realidade chinesa recolhidos pela Europa desde o início do século XIV. Vieira é ainda o primeiro europeu a narrar uma entrada em Pequim desde a descoberta da via marítima para a Índia. Além de terem servido a João de Barros, como acabámos de referir, e a Fernão Lopes de Castanheda, como adiante demonstraremos¹⁴, as respectivas relações acabaram também citadas por ser Richard Hakluyt e terão circulado em cópias manuscritas, designadamente em francês e em

¹² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. 2, *Em que se recontão os famosos feitos d’Afonso d’Albuquerque, Lopo Soares, Diogo Lopes de Sequeira, D. Duarte de Menezes, D. Vasco da Gama Visorey, D. Anrique de Menezes – Lenda de 17 annos acabados no anno de 1526*, Lenda do Quinto Governador d’estas partes da Índia, Dom Duarte de Meneses, filho do Conde Priol Mordomo Mór d’Elrey que do Reyno Partio o anno de 1518, cap. II — “De algumas cousas que se passarão nas partes da Índia n’este anno de 521, passando o Inuerno e Verão na Índia”, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, colecção Tesouros da Literatura e da História, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, cit. p. 678. Todas as citações a partir desta edição. Ver A. Cortesão, ed. 1978, p. 34.

¹³ João de Barros, *Asia de Ioam de Barros dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento r conquista dos mares r terras do Oriente*, liv. IX, cap. I — “Em que se descréue toda a côsta maritima do oriente com as distancias que há entre as mais notáuees cidádes r pouoações per módo de roteiro, segundo os nauegantes”, fl. 106r.; ed. revista e prefaciada por António Baião conforme a edição *princeps* [Lisboa, Germão Galharde, 1552], Lisboa, IN-CM, 1988, cit. p. 337. Todas as citações a partir desta edição.

Barros voltará a referir-se ao aproveitamento que fizera dessa obra chinesa, usando então os seguintes termos para a caracterizar: “[...] tínhamos auido hum liuro de Cosmographia de pequeno volume com táuoas da situaçam da terra, & cõmentario sobre ellas á maneira de jtinerário” — João de Barros, *Terceira decada da Asia de Ioam de Barros: Dos feytos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*, liv. II, cap. VII — “Em que se descreue a terra da China & reláta algũas cousas que há nella, & principalmente da cidade Cantam que Fernam perez ya descobrir”; edição fac-similada da ed. *princeps* [Lisboa, João de Barreira, 1563], Lisboa, IN-CM, 1992, cit. fl. 44v. Todas as citações a partir desta edição.

¹⁴ Ver *infra*, cap. 7-1.

inglês. O códice oriundo da biblioteca do mosteiro beneditino de Saint-Germain-des-Prés onde foram encontradas guarda indicações sobre o preço a cobrar por cada exemplar que se transcrevesse. Conservar-se-iam desconhecidas da historiografia moderna até c. 1900, quando o dito códice, com o título *Historia dos Reis de Bisnaga. Cronica de Bisnaga y Relación de la China* e que entretanto transitara para a Bibliothèque Nationale de Paris, foi revelado¹⁵. As cartas de Vieira e Calvo ocupavam aí os fólhos 103 a 135, logo depois de dois relatos da primeira metade do século XVI consagrados ao Império hindu de Vijayanagar e devidos aos mercadores portugueses Domingos Pais e Fernão Nunes, os quais constituem essa que é chamada *Crónica do Reino de Bisnagá*. Alguns fragmentos do original da carta de Vieira descobrir-se-iam mais tarde na Torre do Tombo, em Lisboa, tendo sido dados a conhecer em 1929¹⁶.

Para lá das implicações que decorrem para o capítulo da difusão das ideias sobre a China do facto de Barros e Castanheda terem lido e utilizado os conteúdos integrais destas três cartas e da única cópia válida as apresentar agrupadas, nem a diferença de autores, nem as suas experiências contraditórias em solo chinês, nem sequer o muito provável desencontro de tempos de escrita tornam menos viável que as analisemos em simultâneo. Sucede, simplesmente, que a coincidência da prisão quase determinou que Calvo e Vieira acordassem entre si sobre aquilo que era pertinente narrar, de tal forma que, como vimos, um deles por vezes omite pormenores e remete para os desenvolvimentos que o outro teria dado. Do mesmo modo, o propósito genérico de libertação que se desprende das três cartas leva a que os autores insistam nos dois tópicos pelos quais qualquer delas é de imediato reconhecida: o plano para a conquista militar do Sul da China e a tese associada da fragilidade do seu potencial de defesa.

No seu conjunto, os textos de Cristóvão Vieira e de Vasco Calvo oferecem elementos que permitem reconstruir os seguintes três vectores informativos: (1) o dos episódios que rodearam a embaixada de 1517, onde se inclui uma referência ao encontro

¹⁵ Ver *supra*, n. 5 a este capítulo.

¹⁶ Ernest Voretzsch, “Documento acerca da primeira embaixada portuguesa à China”, in *Boletim da Sociedade Luso-Japonesa*, Tóquio, 1, 1929, pp. 50-69. Os títulos da cópia de Paris são, respectivamente, *Trelado de hũa carta que da China veo a qual carta escreveo Christouão Vieyra [e] Vasco Calvo que laá estão captiuos os quaes forão da companhia dos embaixadores que leouo Fernão Perez anno de 1520* (a carta de Vieira) e *Trelado de outra carta que o mesmo Christouão Vieira escreueo da China* (as cartas de Calvo). Ref.: BNP, *Fonds Portugais 65*, 135 fls. Ref. dos fragmentos da carta original de Vieira: AN/TT, *Fragments*, caixa 4, maço não numerado. Ver *Enformação das cousas da China*, 1989, pp. 5-6; Rui Manuel Loureiro, “Introdução”, in *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, pp. 15-18; Marie-Catherine Rey, “Copie des lettres envoyées de Chine par deux prisonniers portugais (1534-1536), réunis dans un recueil de documents ayant trait à la Chine provenant de la bibliothèque de Saint-Germain-des-Prés”, in *Visiteurs de l’Empire Céleste*, 1994, pp. 90-91 [Rey, 1994b].

de Tomé Pires com o imperador em Nanquim (Vieira), e o daqueles que se prendem com os últimos recontros luso-chineses do início da década de 20 (sobretudo Vieira); (2) o das principais características da geografia, da divisão provincial, dos centros urbanos, da administração, do sistema judicial, das condições prisionais, da vida quotidiana, do comércio (sobretudo o comércio estrangeiro em Cantão), do governo e da legislação da China que enquadra a vigilância cidadã (o mais importante em Vieira); (3) e o que avalia a natureza do sistema defensivo deste Império a partir dessa perspectiva de conquista (sobretudo Calvo).

A carta de Cristóvão Vieira, 1534

De entre três cartas em análise, a de Cristóvão Vieira é a que oferece o mais detalhado retrato da China, sendo, em simultâneo, aquela onde este não só não está condicionado a cem por cento pela obsessão do assalto armado e do resgate de liberdade, como aparece mais completo que em qualquer texto que tenhamos assinalado até agora. A descrição das peripécias da missão diplomática de 1517-1521 começa por servir para esclarecer o complicado protocolo chinês de que outros autores tinham dado notícia superficial, mas que nenhum experimentara¹⁷. O relato da referida entrevista entre Tomé Pires e o imperador chinês em Nanquim acontece ainda nesta parte, mas apenas consta do manuscrito descoberto por E. A. Voretzsch. No entanto, é aí que se dá a primeira indicação sobre o acesso a Pequim por via fluvial¹⁸. A partir deste ponto, precisam-se os diferentes aspectos da “terra da China”, o que se oferece na maioria das vezes de modo inédito à Europa.

Primeiro escreve-se sobre as suas “.XV. governanças” — todas “debaixo de hum Rei”¹⁹ —, os seus nomes e localizações relativas, a maior importância que Pequim e Nanquim guardam dentro deste conjunto, as direcções das costas e os seus inúmeros rios navegáveis²⁰. Depois, e sucessivamente: sobre Pequim, onde o rei está para

¹⁷ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, pp. 7-21; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 27-40.

¹⁸ Voretzsch, 1929, p. 61; cit. in Rui Manuel Loureiro, “Notas à carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534”, in *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, pp. 70-71, n. 163.

¹⁹ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. 21; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 40.

²⁰ “A terra da China he devidida em .XV. governanças as que estão pegadas ao mar são: Quantão, Foquiem, Chequeam, Namqui, Xantão, Pequi, estas posto que toquem no mar tambem se estendem polla terra firme a redonda. Quanci Honão, Cuicheu he Cheuẽ [“Tumchou” no fragmento de Lisboa] Cheamci Sanci entestão com Paquim estas [“três” em vez de “estas” no fragmento de Lisboa] governanças que

precar a entrada das “gentes chamadas Tazas [Tártaros]”²¹; sobre a geografia física dos litorais do Golfo de Tonquim e de Hainão ao Fujian e Zhejiang, por um lado, e do Foquém a Pequim, por outro²²; sobre a geografia física do território e dos acessos a Cantão e, de novo, sobre a importância do tráfego fluvial — “Toda passagem e caminhos na terra da China he em rios porque toda a China e cortada dos rios que não se podê andar duas legoas por terra sem atravessar vinte rios isto he per toda a terra e não teem que hãa governança que não tinha rios”, especifica-se²³; e sobre Cantão e o seu “termo”, terra dita a “mais apta que todas as do mundo pera ser sometida e todo feito he neste termo de Cantão por certo que he mor honra que a governança da India”²⁴, assim como “das melhores da China de que o Rei recebe muitas rendas porque he d’arroz e mantimentos sem conto e todas as mercadorias de toda a terra vem aqui deferir por razão da escala do mar e das mercadorias que dos outros reinos vem a Cantão e toda passa pera dentro da terra da China de que o rei recebe muitos direitos e os mandarãs grandes peitas”²⁵.

A impressão de um país fechado ao mundo exterior volta a aparecer do seguinte modo pela pena simples de Cristóvão Vieira: “gente estranha não entra na terra da China nem da China pera fora”²⁶. Reaparece também aquela imagem de um país sobrepovoado — “daqui se podem tirar cada anno quatro, cinco mill homens sem fazerem nenhũa mingoa na terra”²⁷. Surpreendentes são as minuciosas referências ao sistema de colocação dos funcionários imperiais e ao sistema de exames:

“O estilo desta terra da China he que todo homẽ que ministra iustiça não pode ser daquella mesma governança, *scilicet* a pessoa de Cantão não pode teer carregos de iustiça e andão trastorcados que os de hãas governanças governão as outras: não pode ser iustiça onde he natural isto he nos letrados e todo o letrado quando alcança grao começa encarregos pequenos e dalli vai

estão no meio: Que anci [“Quamsi” no fragmento de Lisboa] Vinão Honão, destas /xv/ Nãoquim Pequim são as cabeças de toda a terra, sobre todas Pequim he a p̄ncipal onde o Rei per ordenança esta d’asento. Nanquim [“Nanquim dizia Tome Pires” no fragmento de Lisboa] esta em /28/ graos ou /29/, Pequim em /38/ ou /39/. [De] Cantão [a] Foquẽ corre a costa nordeste sudueste pouco mais ou menos, de Foquem ate Piquim corre a costa direita ao norte sul vira ha costa que dizem que he muito limpa e de muitas cidades e lugares perto do mar per rios [...]” — Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. p. 21; cf. Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1992, p. 40.

²¹ *Ibidem*, ed. 1989, pp. 21-22; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 40-41.

²² *Ibidem*, ed. 1989, pp. 21-22; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 40-41.

²³ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 23; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 41-42.

²⁴ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 23; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 42.

²⁵ *Ibidem*, ed. 1989, cit. pp. 23-24; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 42.

²⁶ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 24; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 42.

²⁷ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 24; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 43.

sobindo em mais grandes sê saberem quando hão de ser mudados e estão aqui de repouso e vê carta sem elle saber he mudado daqui trezentas legoas”²⁸.

Como se compreende, o próprio Vieira se encarregará de avaliar tais sistemas como iníquos e causadores dos indescritíveis maus tratos infringidos ao povo, forma de preparar a conclusão que lhe importa e que virá adiante: “o povo he tão sojeito e medroso que não ousa fallar; deste geito he per toda a terra da China he muito pior do que digo pollo qual toda a gente deseja e vinda de Portugueses estes de Cantão”²⁹. Para ele, os chineses oferecem ainda uma outra fraqueza congénita, esta propiciada pelo pouco e arcaico armamento de que dispõem: “As armas da terra da China são treçados de ferro curto, [com] punho de pao [e] tiracolla de corda d’esparto: isto he polla gente d’armas, os mandarĩs tem deste geito mais limpas segundo tem o direito [Por] lanças teem canas os ferros são pregos e ganchos, pedaços de paos, cascos ou capacetes d’estanho de folha de Flandres per amor da calma. Antes de virem Portugueses não tinham bombardas somente hũas feitas a maneira de talhas de Monte-Moor, cousa de vento”³⁰. Parágrafos à frente, todos estes argumentos são entrelaçados para se rematar da seguinte forma:

“Deos quis que estes Chĩs sejam doudos pera perderẽ a terra porque te o presẽte não tiverão senhorio ma[s] elles pouco a pouco forão tamãdo a terra [aos] seus vezinhos, e por isso he o reino grande porque estes Chĩs são cheos de muita judiaria e daqui lhes vẽ serẽ presẽtuosos soberbos crueis e porque ate o presente sendo gẽte covarda fraca sê armas e sê nenhũ exercicio de guerra e sempre forão ganhãdo a terra a seos vezinhos e não per mãos mas por manhas e biocos, e cuidão que ninguẽ lhes pode fazer dano”³¹.

Depois de encaixada aqui uma longa alusão aos castigos corporais impostos pelos mandarins aos condenados — crucificações, decapitações, esquartejamentos, afogamentos, deportações, servidão, açoitamentos —, a qual volta a servir de pretexto para dizer que, por causa disso, “o povo anda scandalizado”³², Cristóvão Vieira abre

²⁸ *Ibidem*, ed. 1989, cit. pp. 24-25; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 43.

²⁹ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 31; *ibidem*, pp. 24-25; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 43-44 e 51.

³⁰ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 25; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 44.

³¹ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 36; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 57.

³² *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 26; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 45.

um parágrafo dedicado ao regimes de propriedade e de cobrança de impostos sobre as actividades agrícolas (outra vez injustos e brutais) e indica a existência de albergues e de outros pontos de apoio às viagens que se fazem no interior do país quer por terra, quer através das vias fluviais.

Daí passa para a descrição pormenorizada da cidade chinesa — detalhes sobre a construção das muralhas e das casas, sobre a disposição dos edifícios, as restritas normas de acesso e sobre os obrigatórios salvo-condutos —, vindo a reencontrar Cantão pouco adiante, quando enumera as casas dos distintos funcionários imperiais e desenvolve o tema com a indicação das construções mais importantes e da topografia. A província de Cantão serve-lhe ainda para explicar como se pode converter com facilidade a imensa frota de paz aí existente em embarcações de guerra, para referir uma por uma as principais produções e insistir na importância tradicional do seu comércio externo, para repetir que “não fazem armadas nem tem iuncos em que as queirão fazer na [não] tem agora mais forças que he a dos muros de Cantão”³³ e para repisar que se trata “de gente fraca e vil e o mais meninos, porem cada hum della[e]a he melhor que quatro homens d’armas, he cousa de zombaria fallar em gente d’armas desta terra da China”³⁴.

Por último, Vieira guarda ainda algum espaço para referir as cidades, vilas, portos e as disponibilidades de madeiras da ilha de Hainão e da costa chinesa fronteira, tal como para instruir os portugueses sobre o melhor modo de se assenhorearem do trecho de rio que ia de Cantão a “Quêcy” (Kuangsi) e passava por “Cheuqui fu” (Shauking-fu)³⁵. Neste sentido, diz também que a ilha de “Ainãcha” (Anung-hoi, perto da Boca do Tigre) dispunha de condições para ser fortificada, possuía um porto muito seguro e oferecia todas as possibilidades de subjugar Nantó³⁶. Depois, enquanto esta cidade e a vila de “Xuntaeim” (Shuntak) “podem defender os mantimentos”, “[...] Cãtão se rendera de qualquer maneira que o capitão quiser, torno a dizer que levar de força Cantão na mão com força de dous mil a tres mil homes e melhor dous tres mil não que com menos se não acabe a demanda somente he grande cousa e os carregos de lugares [em] que são necessarios; Portugueses não abastão seis mil pera render com

³³ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 31; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 50.

³⁴ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 31; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 50.

³⁵ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 32; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 52.

³⁶ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 35; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 55.

menos do que digo e acabar a demanda porque os Chês são logo alevantados contra a cidade com a companhia dos Portugeses”³⁷.

As cartas de Vasco Calvo de 1536

Quanto à primeira carta de Vasco Calvo, esta é muito menos extensa e muito menos interessante que a de Cristóvão Vieira no que se refere à escrita de elementos originais sobre a China. Em contrapartida, o seu autor não só é mais prolífico do que o precedente na apresentação dos planos de invasão da China, como, se possível, ainda mais categórico na exposição da ideia de que se trata de um objectivo militar plenamente ao alcance do poderio português estacionado no Índico. Aliás, tal funciona como tópico de abertura, com Calvo a sugerir o socorro de uma armada do tipo daquelas que iam cada ano ao estreito de Bab el Mandeb, transportando três mil homens e, entre eles, malabares, de modo a “por em espanto a gente com verem estes Malavares com as costas dos Portugeses irão tomando a metade da terra da China, se ahi ouvesse gẽte para soster tanta cidade e tanta copia de villas que tão fraca gente he e não tẽe maneira nenhũa de defendimento”³⁸. Estava dado o mote.

O argumento essencial que Vasco Calvo manobra e volta a manobrar não nos é estranho: como em Cristóvão Vieira e, antes dele, já em Tomé Pires, será sempre esse da nula coragem guerreira dos chineses. Determina-lo-á outra vez a circunstância do penoso cativo. Porém, sabemos também que tanto este como os registos escritos anteriores de Pires e Vieira acontecem influenciados pela perspectiva triunfalista que foi própria do momento inicial da Expansão portuguesa a Oriente, perspectiva da qual, de resto, tinham saído os planos de D. Manuel para a construção de uma armada no Mar da China e de uma fortaleza nas suas margens³⁹. Calvo repetirá inúmeras vezes de modo peremptório as suas convicções. Tal como para Cristóvão Vieira, a cidade de Cantão onde é mantido “nas cadeas enfernaes”⁴⁰ deve constituir a testa de ponte dessa invasão, motivo por que detalha todos os elementos susceptíveis de interesse estratégico, dos

³⁷ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 35; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 55-56. Ver *ibid*, ed. 1989, pp. 26-33 e 36; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 45-53 e 56.

³⁸ Carta de Vasco Calvo, Cantão, Outubro de 1536?, ed. 1989, cit. 39; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 85.

³⁹ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1.

⁴⁰ Carta de Vasco Calvo, Cantão, 10 de Novembro de 1536, ed. 1989, cit. p. 53; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 102.

materiais de construção empregues nas muralhas às portas, do calado máximo das naus que podem entrar no rio a “hũas igrejas dos Chĩs” cuja pedra poderia servir para levantar “hũa torre de quatro sobrados tudo cheo d’artelharia que fogue pera o norte e ponente e levante e assi para a cidade”⁴¹. Deste modo, conclui, ficariam “todos os cabos resgoardados com esta fortaleza señor estarão cem homẽs; fica tã forte a cidade, na qual não pode decer hũa ave que tenha remedio a fogir”⁴².

Os incentivos para a operação são variados e de teor não muito diferente daqueles de que Vieira se recordara: a “feitoria que se chama o conchefaa” (*cancheufu*, a prisão central de Cantão), onde se encontra, tem guardada “em grã maneira muita prata”⁴³; “outras duas feitorias do Rei também tem muita prata de rendas que se arecadão”⁴⁴; o arroz dos gudões, os armazéns subterrâneos, “se se passar a vender a gente da terra, farse ão mais de quarenta mill tãees de prata”⁴⁵ — “Somente deste arroz se farão cem fortalezas nesta terra”, diz-se pouco adiante⁴⁶. Sobre as cidades costeiras, a sugestão ultrapassa tudo o que antes se dissera:

“[...] as quaes cidades são grandes e de gente rica e de muita seda e todo o ferro e estanho dalli vem e assi señor que he grãde trato que o Rei trata cõ esta señor que tem nelle grande renda. As quaes cidades estão ao longo da costa cõ o mar nellas se bater que darão estas cidades quanta renda o Rei tem na terra a el Rei Nosso señor e assi obedecerão por não serem [d]estruidas e por o povo se não ver perdido; e não consentirão mandarim da terra que os governe, somente por fazerem partido que sejão os seus capitães contentes com darem a metade das rendas a el Rei Nosso Señor, que não ha cidade que não de corẽta cinquenta mil cruzados cada anno, não digo de villas que as villas assi o ão de fazer que darão segundo a renda vinte mill e trinta mill cruzados de parias e darão hũa nao de prata a el Rei Nosso Señor, sã nesta terra se gastar hum ceitill del Rei Nosso Señor, senão levarão pera a India [para] se fazerem os gastos e cargos de naos para Portugal”⁴⁷.

⁴¹ Carta de Vasco Calvo, Cantão, Outubro de 1536?, ed. 1989, cit. p. 40; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 87. Ver *ibidem*, ed. 1989, pp. 39-43; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 85-90.

⁴² *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 40; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 87. Ver *ibidem*, ed. 1989, pp. 39-43; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 85-90.

⁴³ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 41; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 87.

⁴⁴ *Ibidem*, ed. 1989, cit. 41; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 87.

⁴⁵ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 41; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 87-88.

⁴⁶ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 42; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 88.

⁴⁷ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 44; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 92.

Para a autoridade portuguesa que Calvo confia que ponderará favoravelmente a conquista da China este acrescenta, agora a pensar no Fujian, a indicação das riquezas em seda, tafetás, cânfora e sal e o grande tráfego de juncos que existiam em “Camcheu”⁴⁸ (talvez Changchau, a *Chincheo* dos portugueses⁴⁹). Sobre a riqueza oferecida por esta “governança” no seu conjunto garante que “outra India se alcançará e de tanto proveito e per tempo muito mais que recrecerá mais gente e assi irão alcançando mais e sogigarão mais, e assi todos Portugeses muito ricos que a terra o consête”⁵⁰. As “muitas ilhas” dos léquios também lhe merecem uma palavra, naturalmente para mencionar o seu muito ouro, o cobre, o ferro e que “teem damascos e seda muita e porcelanas”⁵¹. Mas, chegados aí, já os planos militares se haviam esmerado em detalhar a vulnerabilidade de um vasto número de outras cidades, vilas e povoações, umas “abordadas ao mar e com os rios”⁵², outras “mais metidas pera dentro, pera o braço do mar que se mete antre as ilhas d’Ainão”⁵³, umas do Fujian, outras no Sul de Guangdong, mas todas pejadas de “muitas rendas” e gente “sem defesa”.

Enfim, a capacidade de resposta dos chineses em momento nenhum é considerada como constituindo um obstáculo, seja por falta de armas compatíveis, seja por insuperável debilidade do carácter. Afirma-se a propósito: “[os chineses] não teem cousa nenhũa d’espada nem frecha, somente o povo quando se recrece algũ alevãtamento fechão as portas e cada hũ se mete em sua casa e a quem mais pode esses obedecem”⁵⁴. Sobre o mesmo, insiste-se: “Estes Chĩs ão de ser fieis como señor forem amansados cõ os Portugeses”⁵⁵. E, sobre isso, lembra-se ainda: “Que nesta gente não ha nenhũa defesa como ouvirem rogir hũa bombarda ão de ir nos outeiros e oulhar o que querem fazer os Portugeses”⁵⁶.

Sem que se notem demasiados sobressaltos no ânimo da escrita, passamos para o que parece ser a cópia da carta ligeiramente posterior de 10 de Novembro de 1536, esta um pouco mais breve que essa. De facto, à parte a nova datação apresentada no final, a respectiva sequência começa por regressar a Cantão e volta a analisar temas já

⁴⁸ *Ibidem*, ed. 1989, p. 44; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 92.

⁴⁹ Boxer, 1953b, p. 313; R. M. Loureiro, “Notas à carta de Vasco Calvo, Cantão, 1536”, in *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, pp. 104-105, n. 36.

⁵⁰ Carta de Vasco Calvo, Cantão, Outubro de 1536?, ed. 1989, cit. p. 46; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 94.

⁵¹ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 47; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 95.

⁵² *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 45; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 93.

⁵³ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 45; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 93.

⁵⁴ *Ibidem*, ed. 1989, cit. pp. 42-43; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 89.

⁵⁵ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 45; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 93.

⁵⁶ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 46; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 94.

abordados: a divisão provincial, as principais cidades, os planos de ataque (número de efectivos necessários e manobras subsequentes), os previsíveis réditos do saque ou a memória dos incidentes fatais da Baía de Cantão, de 1522.

O único ponto em que este cativo inova em relação às palavras que já dele lemos tem a ver com o esclarecimento da designação do título imperial. É quando diz que “o geito da terra he chamarem ao seu Rei filho de Deus”⁵⁷. Depois, aproveita para recordar: “Deveis saber señor que mais foi tomarse Goa do que sera tomarem estas cidades e sogigarem por respeito da gête ser muito fraca em grão maneira e não teem lealdade cõ Rei nẽ com pai nem mai não andão senão com quem pode mais: que cousa tam boa se deixa d’alcançar”⁵⁸. No termo desta carta vinha ainda uma expressão que, se possível, vale por todas as anteriores: “De principio señor serão altamente castigados com artelharia que fallando agora nella metem o dedo na boca d’espantados de cousa tam forte por respeito de ser gente que não teem estamago e desque nace ate que morre não toma na mão senão hũa faca sem ponta pera cortarem de comer [...]”⁵⁹.

2. Balanço da década

À partida, uma década como esta em que apenas três missivas de dois autores portugueses confinados às prisões cantoneses parecem ter chegado à Europa com novas da China não oferecerá razões para o mais brilhante dos balanços. As testemunhas em causa são um acompanhante de uma missão diplomática cuja cabeça fora entregue a um antigo escrivão de feitoria e um fidalgo-mercador ainda menos familiarizado do que aquele com os hábitos da escrita. Apesar disto, sobra a possibilidade de outros registos do mesmo género terem sido manuseados por alguma autoridade da Índia Portuguesa. O que é mais, encontramos espaço para alinhar outras três hipóteses, qualquer delas mais ou menos remota, mas de qualquer forma não desprezível de todo.

Uma, a de que o prisioneiro Vasco Calvo tenha conseguido fazer passar para o exterior do cárcere aquele que o próprio refere como um “livro de todas quinze governanças, cada governança qantas cidades tẽ e villas e outros lugares, tudo escripto largamente e o modo e maneira que se tẽ em toda a terra e do regimento della como de

⁵⁷ Carta de Vasco Calvo, Cantão, 10 de Novembro de 1536, ed. 1989, cit. p. 53; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 102.

⁵⁸ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 49; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 97.

⁵⁹ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 50; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 99.

todo o mais e cidades como estão assentadas e outros lugares e assi proveitos del Rei Nosso Señor”⁶⁰. Talvez se tratasse de um tratado chinês, já que Calvo acrescenta que “esta hum homem estudando eu señor sei leer escrevo a letra da terra, que estou doente e vejo os Chĩs e tomo a letra”⁶¹

Outra hipótese que deixamos em aberto é a de que algumas notícias suplementares sobre o Império do Meio tenham então sido difundidas por intermédio de um original que Tomé Pires alegadamente consegue que seja entregue ao vice-rei D. Duarte de Meneses. A terceira hipótese que nos cabe considerar é a de que a cosmografia chinesa a que João de Barros se reporta um pouco mais tarde tenha passado nesta altura pelas mãos de alguns responsáveis portugueses. Ainda assim, tudo isto junto não basta para alterar quer o parecer de que é muito reduzido o número de exemplares disponibilizados com novos dados sobre a China, quer aquele que ajuíza que a ausência de qualquer título impresso condicionou de modo irremediável o correspondente acesso por parte do público. É certo que as importantíssimas cartas de Cristóvão Vieira e Vasco Calvo conheceram alguma circulação e tradução em manuscrito, mas isso continua a não ser suficiente para rever tais opiniões.

Circunscrevendo-nos ao conteúdo das *cartas dos cativos de Cantão*, temos que a primeira nota de contraste em relação a décadas anteriores vem do facto da recolha informativa que lhes deu origem ter tido lugar apenas e só em solo da China, sobretudo em Cantão, onde o contacto diário e prolongado por mais de uma década com os chineses permite construir um excepcional retrato da realidade do país. Os traços fundamentais do território chinês, o número, o nome e a localização das diferentes províncias, os panoramas do sistema judicial, do funcionalismo provincial, do estatuto social do mandarinato ou muitas das características económicas de vastas áreas, em especial a da faixa marítima compreendida entre Cantão e Hainão, são alguns dos aspectos que estes autores se encarregam de registar e de transmitir antes de qualquer outro europeu. Contudo, pelo menos três variáveis concorrem para que a matéria em causa perca bastante do seu valor positivo, e isto apesar de ser ainda verdade que um destes dois homens (Vieira) oferece algo tão importante como o é o primeiro testemunho da passagem de um ocidental por Pequim desde a estada de Marco Polo e alguns religiosos no tempo da dinastia anterior.

⁶⁰ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 48; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 96.

⁶¹ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 48; cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 96. Ver Loureiro, 2000a, p. 347.

Assim, nunca é demais sublinhar que nenhuma das cartas em questão aborda a China ou o valor da respectiva informação por si, mas antes em função do objectivo militar e estratégico que ambos os autores edificam a seu pretexto. Diga-se de passagem que esta tese da conquista do Império dos Ming não ressurgirá senão de modo esporádico e de forma progressivamente menos intensa nas posteriores fontes portuguesas de Quinhentos, vindo apenas a ser retomada com idêntica veemência no final do século XVI a partir dos meios de Manila onde pontifica o jesuíta espanhol Alonso Sánchez. A mesma premissa condiciona uma segunda distorção fundamental, obrigatória: a desvalorização absoluta do potencial militar chinês. Recorde-se que Vasco Calvo estima que 3000 homens seria tudo o que bastava para avançar sobre as províncias meridionais e para as controlar na fase subsequente, quando aí se instituisse uma espécie de protectorado luso. Também se viu que Cristóvão Vieira calcula, à guisa de cautela, um efectivo de 2000 a 3000 homens de armas para o assalto a Cantão, mas é o próprio quem assegura que, de qualquer modo, isso o “pode[m] fazer capitães que trouxeram força de setecêtos homens ate mil” com “frota de dez ate quinze vellas”⁶².

Por fim, a terceira razão para que o material em causa deva ser tomado com a devida distância (como, de resto, parece que aconteceu na época, desde logo com João de Barros) prende-se com a ideia de que a China oferece nada menos que a solução económica para a Expansão portuguesa. O tópico decorre também em grande parte dessa necessidade que se sente de colorir as potencialidades naturais e mercantis chinesas e que foi uma das formas mais fáceis que se encontrou para desencadear a ordem para a sua conquista pela força. É assim que tanto a China no seu conjunto, como, sobretudo, a suas províncias marítimas são oferecidas com um potencial de recursos próprios que uma leitura menos comprometida ou mais exacta certamente não exporia da mesma maneira. Diga-se também de passagem que, ao contrário da anterior, esta perspectiva não esmorecerá nos tempos seguintes, vindo a encontrar em Fernão Mendes Pinto o seu cultor mais notável⁶³.

⁶² Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cits. p. 36; cf. *ibidem*, ed. 1992, pp. 56 e 57.

⁶³ Ver *infra*, cap. 25-1.

CAPÍTULO 6

A terceira década da clausura chinesa, 1541-1550

1. As cartas dos jesuítas Henrique Henriques e Francisco Xavier, 1546-1549

Depois de terminar esta quinta década do século XVI terá ainda de decorrer algum tempo até que o fidalgo da casa de el-rei D. João III Leonel de Sousa consiga negociar com o aitão de Cantão¹ o acordo que permitiu contornar os obstáculos que vigoravam por via do Édito Imperial de 1522 e que levou à fundação de Macau. Como sabemos, só nessa altura estariam reunidas as condições para que o fluxo informativo sobre a realidade chinesa se passasse a processar de modo regular, de tal forma que será apenas na segunda metade de Quinhentos que a Europa vai dispor daqueles textos que lhe serviram para construir uma imagem minimamente nítida desse Império remoto e fechado. No entanto, os anos de 1540 oferecem dois elementos novos em relação ao passado mais recente, os quais, juntos, possibilitaram que se começasse a esboçar um retrato mais completo e mais contrastado da China. Como é bom de ver, referimo-nos à descoberta do Japão pelos portugueses, que teve lugar em 1542 ou 1543, e à chegada dos primeiros missionários jesuítas ao Oriente, logo em 1542.

Qualquer destas novidades se apoia nessa realidade de contornos obscuros, mas fundamental, que é a das pequenas comunidades de mercadores e contrabandistas portugueses ou luso-asiáticos que actuavam um pouco ao longo de toda a costa da China Central, do Zhejiang ao Guangdong, passando pelo Fujian. Além de ter partido desses circuitos comerciais o achamento ao que parece algo casual — e, sobretudo, tardio — do arquipélago nipónico, foi por seu intermédio que, apesar de tudo, se manteve constante o contacto do meio de Malaca com a China, uma familiaridade que alimentaria as principais páginas que se escreveram a seu respeito neste período. Porém, a partir de agora nada mais seria como antes: por um lado, o acesso directo ao Japão provocou uma verdadeira corrida à seda dos chins e uma necessidade redobrada de se

¹ “Aitão”, “Itao” ou “Aitao” nas fontes da época para *haidaofushi* (*hai-tao-fu-shih*), comandante da guarda costeira com jurisdição sobre a gente do mar e os estrangeiros. Boxer, 1953b, p. 154, n. 3.

saber de portos, escalas, preços, pesos, medidas, ventos e correntes; por outro lado, o interesse simultâneo que a Companhia de Jesus dedicou a estes objectivos fez com que a recolha informativa não apenas passasse a ser muito mais empenhada e exaustiva do que até aí, como também moldada pelos fins proselitistas que eram os seus. No cômputo, ter-se-ia uma muito menor dependência do olhar do mercador e uma muito maior presença de dados de cariz geográfico, antropológico ou cultural, que eram aqueles que se colocavam no centro das prioridades destes religiosos.

É esta mudança de perspectiva que nos conduz à carta que o padre Henrique Henriques escreve em Goa, a 12 de Novembro de 1546, dirigida aos seus confrades de Coimbra². Jesuíta português acabado de chegar à Índia, onde viria a ser durante muitos anos superior da Missão da Costa da Pescaria e onde escreveu uma pioneira *Arte de Gramatica da Língua Malabar* (ms. c. 1549)³, Henriques incluía nessa missiva uma breve e de certa forma também inovadora descrição da China. Tendo recolhido impressões de um antigo mercador português experimentado no trato do Mar do Sul da China e recém-ingressado na Companhia, explicava que este era “huum reyno muito grande”, de gente branca que usava longos cabelos negros, “assi homens como mulheres”, hábito que teriam de modo a se diferenciarem dos estrangeiros⁴. O mesmo informador dissera-lhe também das proibições impostas aos não naturais que aí quisessem entrar e que derivariam do prognóstico que os próprios chineses faziam de que as suas terras um dia seriam tomadas. Por último, vinha a indicação de que tais gentes seriam gentios, adoradores de ídolos e, mais importante ainda, que entre eles viviam “homens recolhidos como religiosos”⁵. Apesar da pouco ortodoxa alusão que se acrescentava segundo a qual “fazem profissão com queymar huma mão ou huum dedo”⁶, tal nota — que, por certo, se referiria às práticas de uma qualquer seita budista — era a

² Carta do Pe. Henrique Henriques aos jesuítas de Coimbra, Goa, 12 de Novembro de 1546, Archivum Romanum Societatis Iesu [ARSI], *Goa, 10-1*, fls. 27r.-30v.; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 3, 1543-1547, ed. António da Silva Rego, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1950, pp. 376-381.

³ Pe. Henrique Henriques, S. J., *Arte da Língua Malabar*, ms. inédito, s.d. [c. 1549], BNL, Cod. 3141. Ver Maria Leonor Carvalhão Buescu, “Catálogo”, in *A Galáxia das Línguas na Época da Expansão*, catálogo da exposição bibliográfica homónima (Exposição Mundial de Sevilha 1992), Lisboa, CNCDP, 1992, p. 107 [M. L. Buescu, 1992a]; *Cartas dos Jesuítas do Oriente e do Brasil*, apresentação de José Manuel Garcia, Lisboa, colecção Edições facsimiladas — 21, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1993, p. 15.

⁴ Carta do Pe. Henrique Henriques aos jesuítas de Coimbra, Goa, 12 de Novembro de 1546, fls. 28v. e 29r., ed. 1950, cits. p. 379.

⁵ *Ibidem*, fl. 29r., ed. 1950, cit. p. 379.

⁶ *Ibidem*, fl. 29r., ed. 1950, cit. pp. 379-380.

primeira a interessar a quem abordava o assunto sob o pretexto de um futuro trabalho de conversão⁷.

O segundo documento que referenciamos corresponde às informações que Francisco Xavier (Castelo de Javier, Navarra, 1506-Sanchoão, 1552) redigiu para os jesuítas da Europa e que aparecem em anexo à carta que lhes remeteu de Amboíno em 10 de Maio de 1546⁸. O missionário navarro havia arribado à Índia quatro anos antes, enviado pelo Papa na qualidade de núncio apostólico, tendo entretanto recebido a notícia da sua nomeação como superior das Missões orientais. A sua presença nesta ilha decorria directamente do longo périplo iniciado em 1542 no Indostão e que seria dado por concluído no segundo termo de 1547, quando Xavier voltasse a Malaca vindo das Molucas. No caso presente, o que o Padre-mestre veio dizer de novo sobre a terra dos Ming decorria do que lhe tinha narrado um outro mercador português com o qual se encontrara nessa praça malaia quando da escala que aí fizera no final do ano anterior. Por seu turno, este último ditava o que lhe contara “un hombre chino muy homrrado, que venía de la corte del rey”⁹.

Para além de então se ter podido aperceber que partiam de Malaca “todos los años muchos navios de portugueses a los puertos de la China”, soubera pelo dito interlocutor do interlocutor chinês que nas montanhas do interior da China vivia “apartada de la otra gente” uma população que tinha por hábito celebrar grandes festas, e que, apesar de não comer carne de porco, não era maometana. Tal fora o bastante para que Francisco Xavier especulasse de imediato que talvez fossem discípulos de S. Tomé, pois isso batia certo com a lenda que pretendia que esse apóstolo aí também tivesse pregado. Em alternativa, interroga-se sobre a possibilidade de serem “los tribos de los judíos, que no se sabe dellos”¹⁰. Perante as dúvidas, o Pe. Xavier instrui no sentido de

⁷ Cf. Loureiro, 2000a, pp. 399-400.

⁸ Informações enviadas de Amboíno para a Europa por Francisco Xavier, s.d. [10 de Maio de 1546]; pub. in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Insulíndia* [DHMPPO – Insulíndia], vol. 1, 1506-1549, ed. coligida e anotada por Artur Basílio de Sá, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, pp. 498-501. Na Biblioteca da Ajuda (BAL; *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-49, fls. 19r.-20r.) surge a indicação: “Parte desta mesma carta arriba escrita [Carta de Francisco Xavier aos confrades da Europa, Amboíno, 10 de Maio de 1546] que venia sin conexion metida dentro della como hijuela”; ref. in *ibidem*, vol. 1, 1954, p. 498, n. 1. Essa carta de 10 de Maio 1546 (BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-49, fls. 16v.-20r.), encontra-se pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii aliaque eius scripta. Nova editio ex integro refecta*, vol. 1, 1535-1548, ed. Georg Schurhammer & Josef Wicki, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1944, pp. 331-335; in *DHMPPO – Insulíndia*, vol. 1, 1954, pp. 490-497; e também in *DHMPPO – Índia*, vol. 3, 1950, pp. 339-345.

⁹ Informações de Francisco Xavier, Amboíno, 10 de Maio de 1546, fl. 19v., ed. 1954, cit. p. 500.

¹⁰ *Ibidem*, fl. 19v., ed. 1954, cit. p. 500.

que “se informen mucho de las ceremonias y costumbres que entre ellos se guardan, para por ellas se poder saber si son christianos o judíos”¹¹.

Desta vez não seria uma reminiscência budista o que afluía do inquirido, mas quase de certeza também nem a de uma comunidade muçulmana sinizada em tudo menos na religião, nem a de um culto nestoriano, a heresia da tradição sírio-oriental banida pelo Concílio de Éfeso, em 431, e introduzida na China no século VII a partir da Pérsia, a mesma que fará rejubilar os jesuítas quando descobrirem a sua primeira prova tangível no início do século XVII¹². Concedemos que, apesar de tudo, seja legítimo alimentar algumas suspeitas sobre se não se trataria de alguma das comunidades muçulmanas do Noroeste da China descendentes de uma corrente migratória oriunda da Ásia Central e integradas durante a era Tang¹³. De qualquer forma, com isto talvez não estejamos mais do que a fazer involuntariamente eco do zelo com que vemos que os jesuítas querem saber desde a primeira hora dos limites da área de influência do Islão pois o mais certo é que o alegado informador chinês do informador português falasse tão-só dos tártaros. Visto este aspecto, não menos importante é constatar como já nestes dois textos nos aparece omnipresente a linha de preocupações de sentido antropológico e cultural que os religiosos da Companhia de Jesus tinham acabado de inaugurar¹⁴.

2. A *Emformação da chyna coligida pelo Pe. Francisco Xavier, c. 1548*

Muito próximo pelo estilo das questões tratadas nas cartas dos padres Henrique Henriques e Francisco Xavier acabadas de ler — se bem que também de um calibre muito diverso — é o conteúdo da *Emformação da chyna mamdada per hũu homem a mestre françysquo* e que corresponde ao décimo nono apartado do código intitulado *Livro que trata das cousas da India e do Japão*. Tal como a designação indicia, trata-se de uma recolha de elementos circunscrita ao Império chinês que foi confiada a

¹¹ *Ibidem*, fl. 20r., ed. 1954, cit. p. 500. Ver também Georg Schurhammer, “Der Tempel des Kreuzes”, in *Orientalia*, 1963, p. 788 (1.ª ed. in *Asia Major*, 5, 1928, pp. 247-255).

¹² Ver Cameron, 1976, pp. 17-27; Étiemble, 1988, pp. 63-66; Gernet, ed. 1990, p. 248; Deus Ramos, 1991, pp. 51-53; Jonathan D. Spence, *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*, trad. Denise Bottmann, São Paulo, Editora Schwarcz, 1986, p. 136, n. 91 (1.ª ed. 1984); John Long, “Igrejas cristãs do Oriente. Uma breve análise”, in *Communio – Revista Internacional Católica*, Lisboa, 9 (3), Maio-Junho de 1992, pp. 204-205.

¹³ Ver, *inter alia*, *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 61, n. 7.

¹⁴ Ver G. Schurhammer, “Der Tempel des Kreuzes”, in *Orientalia*, 1963, pp. 781-783 e 788; Loureiro, 2000a, pp. 400-402.

Francisco Xavier quando este regressou à Índia no princípio de 1548 e que, facto agora omisso no texto, o missionário terá pouco depois depositado junto do provável compilador do dito *Livro*, o governador Garcia de Sá. Apenas existe na única cópia manuscrita desta colectânea, redigida em torno a esse ano de 1548, e que agrupa de modo sistemático ao longo de vinte e cinco capítulos informações de carácter económico, geográfico, político, militar e religioso recolhidas de, pelo menos, treze diferentes autores e versando algumas das principais áreas pelas quais se distribuíam os interesses oficiais portugueses no Oriente: sobretudo a Índia e o Japão, mas também — e além da China — o Ceilão, a Síria, a Pérsia e a Mesopotâmia¹⁵.

A análise de alguns dos assuntos abordados no *Livro das cousas da India e do Japão* e de algumas das correspondentes autorias não é menos importante para que situemos o contexto em que se escreveu esse núcleo que nos interpela de modo directo. Assim, a parte sobre Ceilão deve-se a António Pessoa, um antigo feitor português nessa ilha¹⁶. A parte consagrada às drogas medicinais procuradas na época deve-se a Simão Álvares, boticário-mor e “homẽ grandemẽte coryoso destas cousas”¹⁷. A parte sobre os reino de Cambaia deve-se a João de Magalhães, um informador de longa data sobre essas paragens¹⁸. A parte sobre o ferro utilizado na construção naval deve-se a um “mestre das ferraryas” chamado Pedro¹⁹. As partes sobre o fornecimento de mantimentos e matérias-primas a Goa e sobre os rendimentos desta cidade devem-se a Rui Gonçalves de Caminha, vedor da fazenda²⁰. A parte sobre as minas de diamantes do reino de Bisnaga deve-se a Francisco Pereira e a mestre Pedro, dois “lapidaryos”²¹. A parte sobre o lacre deve-se a Álvaro de Sousa, por certo um bom conhecedor da

¹⁵ Adelino de Almeida Calado, “Introdução”, in *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão. Edição crítica do Códice Quinhentista 5/381 da Biblioteca Municipal de Elvas*, introdução e notas de A. de Almeida Calado, separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 24, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1957, pp. 1-2 e 5-9.

¹⁶ *Livro das cousas da Índia e do Japão*, cap. I — “Emformação das cousas de çeylaõ dada por Amtonyo pesoa feytor que foy”; ref. in Calado, *ibidem*, p. 7.

¹⁷ *Ibidem*, cap. V — “Emformaçõ que me deu symão alluez buticaryo mor delRey noso sõr do nacymento de todolas drogas que vaõ pera o Reyno o qual ha xxxix Anos que serue nestas partes da Jmdia seu ofiçyo homẽ grandemẽte coryoso destas cousas”; ref. in idem, *ibidem*, pp. 7-8.

¹⁸ *Ibidem*, cap. VI — “Emformação que me deu Jam de magualhães das cousas de cambaya e das perdas que Reçebe temdo guerra cos portugueses”; ref. in idem, *ibidem*, p. 8.

¹⁹ *Ibidem*, cap. VII — “Emformação sobre o ferro da Jmdia que me deu mestre pedro mestre das ferraryas”; ref. in idem, *ibidem*, p. 8.

²⁰ *Ibidem*, cap. VIII — “Emformação de Ruy gliz de camynha sobre os mantimemtos ferro e outras muytas cousas que vem a goua”; *ibidem*, capítulo XXII — “Emformação do que Remde guoa dada per Rui goumealvez de caminha vedor da fazenda”; refs. in idem, *ibidem*, pp. 8 e 9.

²¹ *Ibidem*, cap. XI — “Emformação de fr.eo pereyra e mestre pedro lapidaryos sobre as mynas de diamantes que ha no Reyno de bisnagua”; ref. in idem, *ibidem*, p. 8.

realidade do reino de Pegu²². As partes sobre o Japão que aparecem associadas aos padres Francisco Xavier e Niccolò Lancilotto (as mais importantes e mais extraordinárias do volume) dever-se-ão ambas “prymcipalmente a hũu Japaõ *que* se tornou crystaõ nesta cydade de goa”, quase de certeza Anbsei Yajirô ou Anjirô, o foragido japonês baptizado como Paulo de Santa Fé²³. Uma terceira parte sobre o Japão deve-se a Jorge Álvares, o aventureiro que fora negociar ao arquipélago nipónico em 1546 na companhia de Fernão Mendes Pinto e que era um dos homens mais experimentados na navegação do Mar da China²⁴. As partes sobre o enxofre de Ormuz e os rendimentos desta cidade devem-se a Bastião Lopes Lobato, antigo feitor dessa cidade²⁵. Ainda, por exemplo, os dados histórico-geográficos incluídos na parte dedicada à Pérsia devem-se a Coge Percolim, um natural desse país²⁶.

A referida *Emformação da chyna* de que Xavier se fez portador quando regressou à Índia terá sido escrita pelo mesmo mercador lusitano que o informara em 1545 sobre as coisas desse reino. Este experimentara fazer pelo menos um desembarque na China em 1533, segundo o próprio em Cantão — “[...] eu fuy a Camtão ao porto Velhyo, omde paguey os dereytos na era de trymta e tres”²⁷. Talvez fosse aquele Afonso Gentil que o jesuíta agora encontra em Cochim “prezo e embarguado”²⁸ e acabado de chegar das costas chinesas, onde se refugiara entre 1529 e 1533 fugido à justiça

²² *Ibidem*, cap. XIII — “Emformação dallu.ro de sousa de como se faz o lacre em pegu”; ref. in idem, *ibidem*, p. 8.

²³ *Ibidem*, cap. XVII — “Emformação da Ilha de Japaõ dada por mestre framcysquo que soube de pessoas muy autemtiqwas prymcipalmente a hũu Japaõ *que* se tornou crystaõ nesta cydade de goa homẽ de gramde êgenho e abelydada”; *ibidem*, cap. XXI — “mais emformação de Japão a qual deu o padre niqulao da ordem de Jhu que soube do Japão que ueio a Jmdia”; refs. in idem, *ibidem*, pp. 8 e 9.

²⁴ *Ibidem*, cap. XVIII — “Majs emformação das cousas de Japaõ”; ref. in idem, *ibidem*, p. 8. Ver, p. ex., João Paulo Oliveira e Costa, “Jorge Álvares”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, pp. 59-60 [Costa, 1994a]; Costa, 1995, pp. 184 e 196, n. 8.

²⁵ *Livro das cousas da Índia e do Japão*, cap. XX — “Emformação do enxofre que vem de dentro do estreyto dormuz dada per bastião lopez lobato feytor *que* foy na dita cydade e fortaleza”; *ibidem*, cap. XXIII — “Emformação do Remdimêto da cidade e Reino durmuz dada per bastião lopez lobato feytor que foy na dita terra”; refs. in Calado, 1957, pp. 8 e 9.

²⁶ *Ibidem*, cap. XXV — “Emformação dalgũas cousas da persia dadas per coja perquolim”; ref. in idem, *ibidem*, p. 9. Ver idem, *ibidem*, pp. 15-17.

²⁷ Anónimo, “Emformação da chyna”, c. 1548, in *Livro das cousas da Índia e do Japão*, fl. 85r., ed. 1957, cit. pp. 114-115.

²⁸ Carta de Rui Gonçalves de Caminha a D. João de Castro, Cochim, 9 de Janeiro de 1548, AN/TT, *Colecção S. Lourenço*, Goa, Baçaim, Cochim, etc. – 38 docs. 1548: *Cartas que forão ter a Baçaym do vedor da Fazenda Ruy Gonçalves de Camynha e doutras pessoas do anno de 48 de Cochim*, fl. 419v.; pub. in *Colecção de São Lourenço*, vol. 3, notas de Elaine Sanceau, organização de Maria de Lourdes Lalande, cópia, revisão e índices de Filomena Gonçalves Gomes, colecção Ultramarina Portuguesa — 8, Lisboa, CEHU/IICT, 1983, cit. p. 410. Uma carta de Xavier da mesma altura comprova a situação precária de Gentil, em defesa do qual apela: Carta do Pe. Francisco Xavier a D. João III, Cochim, 20 de Janeiro de 1548, ARSI, *Ep. Nostr.* 90, fls. 91v.-94v.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1944, vol. 1, pp. 404-410; reed. in *DHMPPO – Índia*, vol. 4, 1548-1550, ed. António da Silva Rego, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1950, pp. 16-22. Cf. Loureiro, 1994b, vol. 1, p. 776, n. 33 e p. 778.

portuguesa das Molucas e onde entretanto voltara (1547). Tê-lo-á coadjuvado pelo menos um informador chinês, supostamente seu parceiro nos negócios e profundo conhecedor da terra da China, conforme o atesta a afirmação segundo a qual “ele vyo per muytas vezes na terra de Poquym”²⁹. Também o mesmo informador secundário da carta de 1546? Tudo leva a crer que sim. Porém, o mais evidente é que o texto responde ponto por ponto a um inquérito prévio, o qual não só encaixa em pleno no campo de interesses que estava a ser pesquisado pelos missionários de Inácio de Loyola, como concorda com o desejo formulado por Xavier durante a sua primeira escala em Malaca, dois anos antes. Fora isto, evidente é também que as respostas às perguntas que o compõem foram redigidas na Índia, assim o esclarecendo a passagem que compara o corte habitual das barbas de alguma população não chinesa da China com a “maneira destes guzarates”³⁰, os naturais de Cambaia.

Todos os parágrafos abrem com o vocativo *mercê*: “Quoamto ao que vosa merce mamda saber da Chyna [...]”³¹ ou “Quoamto ao que vosa merce diz [...]”³². Sabemos que termos respeitosos como esse se repetem um pouco ao longo de todos os demais relatórios incluídos no *Livro que trata das cousas da India e do Japão*. Por exemplo, António Pessoa refere que “Vosa senhoria me mamdou que lhe dese emformação dalgũas cousas de çeylaõ [...]”³³, Simão Álvares escreve que “v. s. me mamda que lhe dê por escripto todas as droguas que do Reyno cada hum Ano mamdão pedir [...]”³⁴, enquanto que o padre Lancilotto, autor de algumas das páginas consagradas ao Japão, esclarece que “vosa merce me mãoda que eu faça perguntas sobre as ditas cousas syculares [...]”³⁵. No caso desta *Emformação*, se não é o próprio Xavier ou outro jesuíta o designado, sê-lo-á pelo menos a autoridade secular superior de Goa para quem os assuntos da missionação são já entendidos como tão estratégicos para o interesse do Estado como os demais, perfil em que desde logo se revê a figura de Garcia de Sá³⁶. Claro que um juízo mais cínico dirá que, neste capítulo, este fidago foi apenas muito bem manobrado pelos homens de negro³⁷...

²⁹ Anónimo, “Emformação da chyna”, c. 1548, in *Livro das cousas da Índia e do Japão*, fl. 85v., ed. 1957, cit. p. 115.

³⁰ Idem, *ibidem*, fl. 86v., ed. 1957, cit. p. 116.

³¹ Idem, *ibidem*, fl. 83r., ed. 1957, cit. p. 113.

³² Idem, *ibidem*, fl. 83r., ed. 1957, cit. p. 113 (por exemplo).

³³ *Livro das cousas da Índia e do Japão*, cap. I, fl. 1r., ed. 1957, cit. p. 36.

³⁴ *Ibidem*, cap. V, fls. 13 r.-13v., ed. 1957, cit. p. 10.

³⁵ *Ibidem*, cap. XXI, fl. 92r., ed. 1957, cit. p. 121.

³⁶ Cf. *ibidem*, pp. 9-13; Loureiro, 1994b, vol. 1, pp. 772-780; Loureiro, 2000a, pp. 406-410.

³⁷ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2.

Sete respostas para o Padre-mestre

São sete as perguntas a que responde a *Emformação da chyna mamdada a mestre framçysquo*, as quais não deixam margem para nenhuma dúvida quanto ao facto de que aquilo que estava em jogo era saber da viabilidade de se fundar uma Missão católica nesse reino. Por ordem, o inquérito começava por interrogar sobre “se na terra da Chyna há allgũa gente que viva ou tenha allguma maneyra de crystãos com terem cruces, igrejas como as nosas”. Aqui, a resposta é a de que “não sabe nada nem numqua vyo nem ouvyo fallar em Crysto [...]”³⁸. Pela segunda pergunta queria-se saber se “omde el.rey estáa ou em outras partes, farão mal aos estramgeyros sabedores que vão pelo mundo a pregar e emsynar a fe de Noso Senhor em abytos de relegyoso[s]”³⁹. A resposta, que se liga com a que se dará a seguir sobre as suas letras, é categórica em relação à tolerância dos chineses, pois assegura que os eventuais pregadores não terão qualquer problema se “se souber falar a lingua china”⁴⁰.

Como acabamos de dizer, a terceira pergunta pretendia saber “se na terra da Chyna há estudos omde emsynem mais a ler e escrever e se há estudos de leys, medeçina ou outras artes, como na nosa patrya”⁴¹. Daqui resulta uma resposta positiva e laudatória a respeito de todas as matérias interrogadas (aprendizagem da língua, estudos jurídicos ou de medicina), ao que não apenas se acrescenta que a maioria dos “lyvros são empremydos e que há muitos emprymydores”, como que “de tudo isto tem grandes escreturas em lymgoa chyna e que não sabe aver outra leytura nem escretura senão em chym e diz que esta escretura chyna se le desde Champa até o Meaquo, terra firme do Japão”⁴². Assim, apareciam associadas as ideias da importância da actividade tipográfica e a da geografia do mandarim, sendo que é aqui que se percebe pela primeira vez a qualidade matricial que esta língua tem em toda a Ásia Oriental, incluindo o Japão.

A quarta pergunta desta *Emformação da chyna* era sobre o estatuto dos “homens de letras e letrados”. Além de voltar a ser encomiástica, a resposta vinha abrir terreno para a construção de um dos mitos fundamentais da prosa jesuíta da segunda metade do

³⁸ Anónimo, “Emformação da chyna”, c. 1548, in *Livro das cousas da Índia e do Japão*, fl. 83r., ed. 1957, cits. p. 113.

³⁹ Idem, *ibidem*, fl. 83r., ed. 1957, cit. p. 113.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, fl. 83r., ed. 1957, cit. p. 113.

⁴¹ Idem, *ibidem*, fl. 83r., ed. 1957, cit. p. 113.

⁴² Idem, *ibidem*, fls. 83v. e 84r., ed. 1957, cits. pp. 113-114.

século, aquele que fará passar a ideia de um país que vive do mérito da sabedoria. Na China, alega o respondente, “não há outros fidalgos senão os letrados, e o que mais letras sabe hé mais homrrado no reyno e estima del.rey”. Disto, da garantia de que têm “na terra mamdo pera matar e na guerra estes são os capitães e tudo na terra, e sobretudo lhe hé defeso nas leys otaneryzar” e, ainda, da prática da rotatividade nos cargos que os obriga a servirem num local de onde não fossem originários resultava serem impolutos e imparciais: “estes mamdaryns da Chyna não acostumavão tomar nada de peyta, prymçypalmente aos estramgeyros; estes mamdaryns não são naturaes: se são chymcheos, são regedores de Camtão, e os de Camtão de Lyampó, e os de Lyampó de Chymcheo, asy são troquados, por iso são muyto crus e fazem muytas justiças e são muy justicçosos”⁴³.

Além da identificação entre a figura do letrado e a do mandarim que se pode ler nesta última passagem — outra novidade, já que este último termo ocorrera em Tomé Pires e nos cativos de Cantão mas sem que qualquer deles o associasse ao primeiro⁴⁴ —, o parágrafo em questão confirmava duas importantes realidades. Uma, que o conhecimento que se tem da China está, para além de Pequim, confinado ao litoral de Cantão e às duas escalas habituais do trato clandestino ou semi-clandestino português que são Liampó e Chinchéu. A outra prende-se com essa imagem que lemos em Vasco Calvo sobre o poder superlativo do imperador. Escreve-se agora: “a my me diserão que não avya, na Chyna toda, outro senhor que tivesse juro senão o proprio rey dela”⁴⁵.

À questão sobre se na China “os homens tem muytas molheres, se tem pena se tem mais que hũa molher”, a única respeitante ao mundo do quotidiano, responde-se que a devassidão do concubinato pode ser tanta “que há na Chyna homem que hé casado em dez, doze lugares”. Acrescenta-se que tal é possível sempre e quando os

⁴³ Idem, *ibidem*, fls. 84v. e 85r., ed. 1957, cits. pp. 114-115.

⁴⁴ Ver Loureiro, 1994b, vol. 1, p. 321, n. 77; Loureiro, 2000a, p. 186, n. 63 e p. 419, n. 102. Uma das passagens relevantes da *Somma Oriental* surge a propósito da “maneira dos embaixadores com ho Rey [da China]”: “Estes embaixadores quamdo vam ao Rey nom o vem somente ho vulto do corpo Detras huã cortina & daly Respomde estamdo sete espriuas espreuemdo a palaura quamdo a diz asynam aquiyllo os officiaes mamdaris sem o Rey pōor a mão nem ser visto tornanse a vjr [...]” — Tomé Pires, *Somma Oriental*, fl. 139v., ed. 1978, cit. p. 255. Também por exemplo, outra ocorre quando se esclarece que o “Rey da china” é um dos mandarins do “coselho” do reino, conforme um trecho que já citámos em parte: “Ho Rey da china nom soçede De pay a filho Nem sobrinho somente por eleicam do coselho de todo ho Regño, [que] amda sempre na cidade De cambara omde o Rey esta & o mandarim que se por estes aproua fiq^a Rey” — Idem, *ibidem*, fl. 161r., ed. 1978, cit. p. 359. Ver *supra*, Parte II, cap. 3-3.

⁴⁵ Anónimo, “Emformação da chyna”, c. 1548, in *Livro das cousas da Índia e do Japão*, fl. 85r., ed. 1957, cit. p. 115.

homens “as podem mamter”. De qualquer forma, a tolerância parece apenas vigorar para o mais mundano já que “todavya quem mata, se o tomão, que também o matão”⁴⁶.

Quanto à resposta dada à sexta pergunta, aquela de maior relevância geográfica pois inquiria sobre o “que se diz na terra da Chyna, dentro no sertão, se há allgũua gemte que não seja Chyna e que se estão sobre sy”, reencontramos *ipsis verbis* algumas das informações que referimos terem sido passadas por Francisco Xavier aos seus confrades na Europa na carta que este concluiu em Amboino em Maio de 1546. Como em parte já dissemos, fala-se agora de uma “gemte branca e que trazem barbas cortadas à maneyra destes guzarates”, natural de uma terra “nas costas de Poquym, detras de hũua serra”, idêntica aos chineses salvo por não comer carne de porco e que “tem falla sobre sy”⁴⁷, isto é, língua própria: “[...] jemte que não são muyto comersaveys com eles e diz [o alegado informador chinês] que lhe parece que são todos fanados”⁴⁸. Mais: afirma-se que “goardão hũu dia como os mouros, no quoall dia não tem nenhũu trabalho nem homens nem molheres e que no tal dia vão todos homens a hũu templo que tem, omde tem idallos deferemçados dos chyns [...]”⁴⁹.

A principal nova prova e, igualmente, aquela que possibilita inferir que o que desta vez acontece é uma confusão que leva a tomar por um único povo tanto muçulmanos como tártaros decorre de, depois de tudo isto, se dizer que o rei da China requisita o “mais cavaleyro” destes para seu capitão e que são “gramdes frecheyros e que amdão todos a cavalo e que hé a prynciypall gemte que el.rey tem que peleja”⁵⁰. Como parece evidente, trata-se de uma alusão a esse povo da estepe e não já aos putativos homens seguidores do Profeta que quando vão ao templo se vestem “de vesteduras gramdes com touq[u]as na cabeça e callções comprydos e emtrão no templo e se poem de joelhos e dam muytas cabeçadas”⁵¹.

A resposta dada à sétima e última pergunta parece traduzir muito mais um programa de acção previamente definido do que o resultado de uma leitura no terreno: “Ao que vosa merçe diz se há na terra da Chyna pesoas emdemunynhdas e que falla o diabo dellas de deferentes lymguas, diz que há muytas pesoas emdemunhynhdas de muytas maneyras e que numqua vio nenhũua que fallase outra lymguoa senão chyna e

⁴⁶ Idem, *ibidem*, fls. 85r. e 85v., ed. 1957, cit. pp. 115-116.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, fls. 85r. e 85v., ed. 1957, cit. pp. 115-116.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, fl. 86r., ed. 1957, cit. p. 116.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, fls. 85v. e 86r., ed. 1957, cit. pp. 115-116.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, fls. 86r.-86v., ed. 1957, cit. p. 116.

⁵¹ Idem, *ibidem*, fls. 86r.-86v., ed. 1957, cit. p. 116.

diz que, se la for quem bote estes demonyos fora, que lhe farão muyta homrra e lhe teram grande acatamento porque os chyns não tem nenhũa mezinha pera esta gente”⁵². Também aqui o texto prepara a generalidade dos que estes missionários depois divulgarão, sempre disponíveis para destacar os exemplos da polícia, da antiquíssima cultura ou do rigoroso sistema de ensino chinês, mas debatendo-se em simultâneo com esse drama de fundo que resulta de terem diante de si um país que, apesar de viver sem religião, é sábio.

Quando o Japão adia a China

Até ao termo da década de 1540 não voltarão a surgir nos meios da Companhia de Jesus, ou em quaisquer outros associados à administração colonial portuguesa, recolhas de dados sobre o mundo chinês comparáveis à *Emformação da chyna* coligida por volta de 1548 pelo Pe. Francisco Xavier. Além disto, verifica-se que as poucas menções que se lhe dispensam vêm, por via de regra, associadas àquele que, depois de 1547, surge no pensamento de Xavier e dos seus colegas de Ordem como o grande desígnio: a evangelização do Japão. Note-se que na citada carta do jesuíta Henrique Henriques de 1546 este arquipélago não é ainda referido. Três anos depois, e de caminho para aí, o Pe. Xavier antevê já atingir o seu novo destino levado “de rotaa batida a Japão sem tomar a China”⁵³.

Ora, tudo isto mudara com o encontro que o Padre-mestre tivera aquando da sua segunda passagem por Malaca com três japoneses foragidos, entre os quais pontifica o eloquente Anjirô. O missionário recordará mais tarde: “Estando en esta ciudad de Malaca me dieron grandes nuevas unos mercadores portogueses, hombres de mucho crédito, de una yslas muy grandes, de poco tiempo a esta parte descubiertas, las cuales se llaman las yslas de Japón, donde, segundo parecer dellos, se faría mucho fruto en ecrecentar nuestra sancta fee, más que en nengunas otras partes de la India, por ser ella

⁵² Idem, *ibidem*, fl. 86v., ed. 1957, cit. p. 117.

⁵³ Carta do Pe. Francisco Xavier aos Irmãos jesuítas em Goa, Paulo, Gomes e Gago, Malaca, 20 e 22 de Junho de 1549, BAL, *Macaensis*, fl. 43v.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xaverii aliaque eius scripta. Nova editio ex integro refecta*, vol. 2, 1549-1552, ed. Georg Schurhammer & Josef Wicki, Roma, IHSI, 1945, cit. pp. 124.

una gente desseosa de saber en grande manera, lo que no tienen estos gentilos de la India”⁵⁴.

A qualidade subsidiária que as alusões ao Império do Meio então passaram a ter na generalidade das fontes da Companhia face à matéria japonesa logo se constata na referida *Emformação da ilha de Japão*, o trecho encimado pelo nome de Francisco Xavier e que constitui o capítulo XVII do mesmo *Livro que trata das cousa da India e do Japão*. No caso, a nota surge a propósito do percurso de “hũu homem que amtre eles tem por samto, ao quoaal chamão Xaçã”⁵⁵, designação que corresponde a Buda⁵⁶. Nascido numa terra “sobre a Chyna pera a bamda do ponemte que se chamava Chempico”⁵⁷, teria pregado “com muyto grande fervor e loquemçya àqueles povos que eram jemtios” até ser seguido por oito mil discípulos, alguns dos quais passaram à China, “que converterão asy toda”. Daí, acrescenta-se, “forão ter a Japão e fizeram o mesmo”⁵⁸.

Por outro lado, também na *emformação* adicional sobre o Japão que aparece como capítulo XVIII desta colectânea a existência da China para pouco mais é lembrada para além de quando se trata esse tópico da religião dos japoneses. Recordando o que acontece nas suas “casas de devação”, Jorge Álvares informa que os bonzos “lem a chara da Chyna e tem muytas escreturas dos chy[n]s” e que, entre o repicar dos sinos de cada noite, tocam “tambores como chyns”. E conclui: “[...] tenho que esta maneyra d’ordem veo da Chyna, porque na Chyna vy o mesmo”⁵⁹. Adiante neste texto volta a surgir uma alusão perdida aos chineses condicionada pelo modo de vida japonês: as suas gentes, escreve Álvares, “comem no chão como mouros e com paos como chyns”⁶⁰.

⁵⁴ Carta do Pe. Francisco Xavier aos religiosos da Companhia em Roma, Cochim, 20 de Janeiro de 1548, BAL, *Jesuitas na Ásia*, 49-IV-4, fl. 4r., cit. in DHMPPPO – *Insulíndia*, vol. 1, 1954, p. 544. Ver, p. ex., Costa, 1995, pp. 126-127. A versão deste encontro entre Xavier e Anjirô (Paulo de Santa Fé) aparece pela pena do próprio japonês na carta que escreve a Inácio de Loyola desde Goa a 29 de Novembro de 1548: ARSI, *Jap.-Sin.*, 4, fls. 1r.-2v.; transcr. parcial in Georg Schurhammer, “1543-1943. O descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543”, in *Orientalia*, 1963, p. 553 (1.^a ed. in *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 2.^a Série, vol. 1, 1946, pp. 7-112).

⁵⁵ *Livro das cousas da Índia e do Japão*, cap. XVII, fl. 62r., ed. 1957, cit. p. 93.

⁵⁶ Xaca, equivalente de Shaka (Shákya), o nome japonês de Sakyamuni ou Buda Gautama. Ver Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919, pp. 152-154; idem, *ibidem*, vol. 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, pp. 421 e 519.

⁵⁷ *Livro das cousas da Índia e do Japão*, cap. XVII, fls. 62r.-62v., ed. 1957, cit. p. 93.

⁵⁸ *Ibidem*, fls. 63r. e 63v., ed. 1957, cits. p. 94.

⁵⁹ *Livro das cousas da Índia e do Japão*, cap. XVIII, fls. 78v. e 79r., ed. 1957, cit. p. 109.

⁶⁰ *Ibidem*, fl. 75r., ed. 1957, cit. p. 105. Ver Costa, 1995, pp. 183-195. Cf. Loureiro, 1994b, vol. 1, pp. 793-795.

Na carta que escreve a Inácio de Loyola em Cochim a 26 de Dezembro de 1548 e que acompanha a *Informatione dell'Isola chiamata Giapan*, original próximo do capítulo XXI do volume manuscrito reunido por Garcia de Sá, o mencionado Pe. Lancilotto, então superior do Colégio de São Paulo de Goa, ainda foi dizendo que a “gente de la Cina e de Giapan tengono una mesma lege”, que lhe parecia “che nella Cina fossono a predicare alcuni cristiani eretici per la consimiglianza delli costumi nostro et suoi”, que um arménio muito velho radicado na cidade (Jacob Abuna) lhe contara “che li hermenii forno alla Cina a predicare nella primitiva chiesa e che fecerno là grande cristianità”, acabando fazendo votos de que Deus permitisse “che con la andata [andata] de maestro Francisco là se tornarà reluminare quella gente nella via della virità, perchè dicono che tengano profetie che anno de recevoir un'altra legge più perfetta”⁶¹. Não obstante, era para o Japão que o “Maestro Francesco” ia, pelo que se percebe que, fora o que o Senhor pudesse querer fazer na China para “maior bene per la salute delle anime”⁶², tudo o mais que viesse a desencadear seria contado como efeito lateral em relação a esse objectivo principal.

A percepção da descoberta providencial do Japão e o que isso de imediato trouxe para a leitura que passou a ser feita sobre o mundo chinês reaparecem, pouco tempo passado, numa das mais importantes cartas de Francisco Xavier, aquela que este padre escreveu em Kagoshima a 5 de Novembro de 1549 aos Irmãos do Colégio de S. Paulo de Goa e que é conhecida por “carta grande”. Muita da notariade que a redacção em causa veio a adquirir resultou de ter sido publicada pela primeira vez em Portugal no volume intitulado *Copia de vnas cartas del padre mestre Frãcisco, y del padre M. Gaspar, y otros padres dela compañia de Iesu, que escriuieron de la India a los hermanos del colegio de Iesus, de Coimbra. Tresladadas de Portugues en Castellano. Recebidas el año de M. D. Lj.* (fls. 2r.-9r.)⁶³. Foi reimpressa na edição coimbrã de 1565 das cartas da Companhia⁶⁴, vindo a ser editada em português e na sua forma integral nas

⁶¹ Carta do Pe. Niccolò Lancilotto ao Pe. Inácio de Loyola, Cochim, 26 de Dezembro de 1548, ARSI, *Goa 10 I*, fl. 84r.; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, cits. p. 198.

⁶² *Ibidem*, fls. 83v. e 84r., ed. 1950, cits. pp. 193 e 198. Ver Bourdon, 1993, pp. 127-128, n. 122 e p. 153, n. 2.

⁶³ *Copia de vnas cartas del padre mestre Frãcisco, y del padre M. Gaspar, y otros padres dela compañia de Iesu, que escriuieron de la India a los hermanos del colegio de Iesus, de Coimbra. Tresladadas de Portugues en Castellano. Recebidas el año de M. D. Lj.* s.l., s.t., s.d. [Coimbra, João da Barreira e João Álvares, 1551 ou 1552].

⁶⁴ *Copia de las Cartas que los Padres y hermanos de la Compañia de IESUS que andam en el Japon escriuieron a los de la misma Compañia de la India, y Europa, desde el año de M. D. XLVIII. que començaron, hasta el passado de LXIII. Trasladas de Portugues en Castellano*, Coimbra, João Barreira e João Álvares, 1565 [no cólofon tem data de 1564], pp. 19-43.

duas edições da correspondência jesuítica de 1570, ambas também de Coimbra⁶⁵. Esta versão é ainda retomada nas duas edições das mesmas cartas que saíram em Évora em 1598 (primeiro tomo)⁶⁶. À parte isto, existe em vários manuscritos na tradução portuguesa que se fez sobre o original escrito em castelhano, conforme o atestam as cópias integradas em três colecções anteriores a 1570⁶⁷.

Ao relatar o seu percurso entre Malaca e o Japão, Xavier começa por uma longa descrição de uma imprevista escala na Cochinchina, a que se segue uma breve nota sobre um breve deitar de ferro no porto de Cantão. Vem depois uma referência rápida ao projecto de se invernar em Chinchéu e ao modo como este foi frustrado pela ameaça da pirataria, motivo pelo qual a viagem acabou por ser concluída em linha recta para Kagoshima contra a vontade do capitão e dos marinheiros, que receavam o adiantado da monção⁶⁸. Na narrativa sobre as coisas da terra japonesa a referência à China só acontece quase no final e também tanto de modo por demais abreviado, como numa extensão pontual do que se ia dizendo sobre essas ilhas. Francisco Xavier pretendia que estariam abertas as melhores possibilidades de converter qualquer destes dois reinos, mormente o maior deles “que es el dela China”, pelo que dizia que para isso seria bastante levar o “saluo conduto del rey de Iapon, el qual esperamos ã Dios *que sera nuestro amigo*” já que este último soberano era “amigo del rey de la China, y tiene en señal de amistad su sello para poder dar seguro a los que alla van”. A isto apenas

⁶⁵ *Jesus, Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia da India, e Europa, des do anno de 1549. ate o de 66. Nellas se cõta o principio, socesso, e bõdade da Christandade daquellas partes, e varios costumes, e idolatrias da gentilidade. Impressas por mandado do illustrissimo, e Reuerendissimo Senhor Dõ João Soarez, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, &c. Coimbra, António de Mariz, Julho de 1570, fls. XXv.-XLIIIv. e Jesus. Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia da India, e Europa, des do anno de 1549. ate o de 66. Nellas se conta o principio, socesso, e bõdade da Christandade daquellas partes, e varios costumes, e idolatrias da gentilidade. Impressas por mandado do illustriss. e Reuerendiss. Senhor domJoão Soarez, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, &c., Coimbra, António de Mariz, 31 de Agosto de 1570, fls. XVIII-XXXX.*

⁶⁶ *Jesus. Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus, que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia da India, & Europa des do anno de 1549. até o de 1580, Primeiro tomo, nellas se conta o principio, socesso, & bondade da Christandade daquellas partes, & varios costumes, & idolatrias da gentilidade, Évora, por Manuel de Lira, 1598, fls. 7v.-15v.*

⁶⁷ BAL, Códice *Ulyssiponensis* com cartas de jesuítas, 49-IV-49, fls. 108-118; Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa [BACIL], Códice *Eboresis* com cartas de jesuítas, Cd. 11 azul, fls. 110-121; Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Códice *Conimbricensis* com cartas de jesuítas, Arm. 20/F, fls. 119-128v.; refs. in José Manuel Garcia, “Apresentação”, in *Cartas dos Jesuítas do Oriente e do Brasil*, 1993, pp. 15-17 [Garcia. 1993a].

⁶⁸ Carta do Pe. Francisco Xavier aos Irmãos do Colégio de S. Paulo de Goa, Kagoshima, 5 de Novembro de 1549; pub. in *Copia de vnas cartas del padre mestre Frãcisco*, Coimbra, João da Barreira e João Álvares, 1551 ou 1552, fls. IIr.-IIIv. Cf. carta do Pe. Francisco Xavier aos Irmãos do Colégio de S. Paulo de Goa, Kagoshima, 5 de Novembro de 1549; pub. in *Cartas de Iapão des do anno de 1549. ate o de 66*, Coimbra, António de Mariz, Julho de 1570, fls. XXv.-XXVv.

acrescenta: “Nauegã muchos nauios de japoses a la China, la qual es vna traueiessa que en diez o doze dias se puede nauegar”⁶⁹.

Toda esta carta é um hino à confiança jesuítica nas qualidades de espírito e na decorrente receptividade que os japoneses e os seus vizinhos continentais não deixariam de manifestar quando fossem confrontados com os salvadores de almas que entretanto se recrutassem, de tal forma que Francisco Xavier se permitia considerar que “si Dios N.S. nos diere diez años de vida que veremos en estas partes grandes cosas”⁷⁰. O entusiasmo do missionário chega a contagiar vários dos seus colegas, caso de Gaspar Barzeo (Barzaeus ou Baertz)⁷¹, um padre neerlandês que foi reitor do Colégio da Companhia em Goa e que assegurava o seguinte a Inácio de Loyola enquanto planeava rumar daí para a Ásia Oriental: “Da China, *favente Deo*, espero de escrever a V.R. de como se á o Senhor connosco, *vita comune* [...] lhe darei mais larga conta, quando, convertida a China, me paçarei traveçando a Tartaria a Maior pera Roma, segundo o meu spiritu mo vai dizendo, esperando pola muita fee que tenho, *qui non erit impossibile apud Deum omne verbum*”⁷².

Contudo, bastariam os dois anos e quatro meses que demorou a estada de Xavier em terras japonesas para que, já tocado por algum cepticismo e atento à forma como a cultura e o pensamento nipónicos se revelavam influenciados pela matriz chinesa, o Padre-mestre decidisse rever a ordem das prioridades. De tudo um pouco havia suportado: o fanatismo dos bonzos budistas de Kagoshima, a inimizade do príncipe local para com os cristãos e até demoradíssimas disputas religiosas em Yamaguchi, verdadeiro prenúncio do que depois se passou com os seus irmãos Cosme de Torres e Juan Fernández de Oviedo⁷³. Como sintetizaria muito tempo depois o Pe. Francisco de

⁶⁹ *Ibidem*, ed. Coimbra, 1551 ou 1552, cits. fl. VIIIr. Cf. *ibidem*, ed. Coimbra, Julho de 1570, fl. XLIIIr.

⁷⁰ *Ibidem*, ed. Coimbra, 1551 ou 1552, cit. fl. VIIIr. Cf. *ibidem*, ed. Coimbra, 1570, fl. XLIIIr.

⁷¹ Sobre a figura deste missionário ver carta do Pe. Gaspar Barzeo ao Pe. Inácio de Loyola, Goa, 16 de Dezembro de 1551, ARSI, *Epistolae Nostrorum* 98, fls. 117r-126v.; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 7, 1959, ed. António da Silva Rego, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, pp. 71-74; Georg Schurhammer, “Die Trinitätspredigt Mag. Gaspars in der Synagoge von Ormuz 1549”, in *Orientalia*, 1963, pp. 413-414 (1.^a ed. in *Archivum historicum Societatis Iesu*, 2, 1933, pp. 279-309); Georg Schurhammer, “Die Reisewege des hl. Franz Xaver und die geographischen Kenntnisse seiner Zeit”, in G. Schurhammer, *Xaveriana*, Biblioteca Instituti Historici S. I. — 22, Roma/Lisboa, IHSI/CEHU, 1964, pp. 53-55 (1.^a ed. in *Ibero-Amerikanisches Archiv*, Berlim, 3, 1930, pp. 234-253).

⁷² Carta do Pe. Gaspar Barzeo ao Pe. Inácio de Loyola, Goa, 16 de Dezembro de 1551, ed. 1952, cit. p. 92.

⁷³ Ver, *inter alia*, G. Schurhammer, “Zur Kritik der Missionserfolge des hl. Franz Xaver”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 243-246 e 631-652; Bourdon, 1993, pp. 167-235; José Manuel Garcia, “Apresentação”, in *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus, que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia da India, & Europa des do anno de 1549. até o de 1580*, t. 1, edição fac-similada da ed. de Évora de 1598, Maia, Castoliva Editora, 1997, pp. 26 e 28 [Garcia, 1997b].

Sousa no *Oriente Conquistado a Jesu Christo* (Lisboa, 1710): “[...] seria cousa facil conquistar a Jesu Christo todo aquelle Imperio [do Japão] se primeyro se convertesse o da China, donde manàraõ as superstições, que no Japaõ se observaõ. Porque sendo os Chinas qualificados pela nação mais estudiosa, & douta de todo o Oriente, seria cousa dura persuadir aos Japões aquillo que a China recebida, & venerada por elles como mestra, ou não conhecia, ou se conhecia, não approvava”⁷⁴.

De volta à Índia em finais de 1551, o jesuíta navarro irá traçar os planos da viagem que o levará à China, a qual deveria ter sido acompanhada por essa tão requisitada embaixada do Estado da Índia que nunca se concretizou⁷⁵.

3. A *Cosmographie* de João Afonso, c. 1544

Ao contrário do que sucedeu com as três relações alusivas ao arquipélago nipónico que integram o *Livro que trata das cousas da India e do Japão*, é de supor nem a *Emformação da chyna* nem as cartas que Henrique Henriques e Francisco Xavier redigiram antes desta ter sido composta fossem divulgadas para lá dos círculos mais restritos da Companhia de Jesus ou fora dos escritórios das entidades oficiais portuguesas responsáveis pela condução dos negócios de além-mar para os quais foram pensadas. De facto, ou porque alguém rapidamente os remeteu para a Europa e os traduziu, ou porque o seu conteúdo cedo reapareceu em várias missivas enviadas pelos padres Xavier, Lancilotto e outros, os textos do primeiro destes grupos parece que dispuseram de uma vantagem substancial sobre o conjunto dessas novas da China quase simultâneas no que à respectiva publicidade diz respeito⁷⁶.

Da soma disto com as características várias vezes repetidas de um parque tipográfico débil e os entraves colocados em Portugal ao aproveitamento editorial desta qualidade de matérias resultou que as únicas notícias relevantes sobre a China que lograram ser impressas durante a década fossem as que apareceram integradas no

⁷⁴ Pe. Francisco de Sousa, S.J., *Oriente Conquistado a Jesu Christo pelos Padres da Companhia de Jesus da Provincia de Goa. Primeyra parte, na qual se contêm os primeyros vinte, e dous anos desta Provincia, ordenada pelo P. Francisco de Sousa Religioso da mesma Companhia de Jesus*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Parte I, Conquista IV — “Da China, & Japaõ”, Divisão I, Porto, Lello & Irmão Editores, 1978, cit. p. 525. Todas as citações a partir desta edição.

⁷⁵ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2.

⁷⁶ Bourdon, 1993, pp. 127-128, n. 121. Cf. Loureiro, 1994b, vol. 1, pp. 796-797; Loureiro, 2000a, p. 416; Costa, 1995, p. 184.

tratado *De gloria* do humanista português D. Jerónimo Osório da Fonseca (Coimbra, 1549). Porém, antes de lhes fazermos a devida referência importa notar as alusões ao Império do Meio constantes de dois manuscritos da mesma época. O primeiro foi a *Cosmographie* que o piloto João Afonso terá redigido com maior probabilidade entre os anos de 1544 e 1545. Quanto ao segundo, trata-se da relação que García de Escalante Alvarado compôs em 1548 sobre a expedição de Ruy López de Villalobos (1542-1546), onde tinha servido como feitor da armada. Em concreto, interessar-nos-ão aí as notas recolhidas por Alvarado da boca de Pero Diez de Monterrey, um galego que concretizara uma viagem às Riu-Kiu e ao Japão em 1545.

João Afonso

João Afonso ou João Afonso “Francês” foi um piloto português (e talvez algarvio) que se estabeleceu em França pelos anos de 1526-1527⁷⁷. É tido por um dos contribuintes mais destacados para a instituição da “Escola cartográfica francesa”, emparceirando o seu legado com o das viagens de exploração dos litorais Norte-americanos realizadas por Giovanni da Verrazano, Jacques Cartier e Jean-François de La Rocque de Roberval (viagem ao Canadá em 1542-1543 de que o próprio Afonso foi o piloto principal) e com o trabalho dos cartógrafos L. Dujardin e Guillaume Brouscon⁷⁸. Da sua passagem para o serviço de Francisco I, da estada prolongada em La Rochelle que daí veio e da posterior naturalização como francês não apenas resultou o epíteto antes mencionado, como ainda os outros dois nomes pelos quais costuma ser citado: Jean Fonteneau e Jean Alphonse de Saintonge (ou Santegeois).

A obra em análise, a *Cosmographie*, é por regra desvalorizada em vista da evidente dependência que patenteia em relação à *Suma de geographia* de Martín Fernández de Enciso, já de si exemplo acabado de cosmografia medieval e elementar. Ainda que menos referido, não menos válido é assinalar-se como, por via deste, João Afonso se apoia no inglês John Hollywood, dito Johannes Sacrobosco (*De Sphaera*

⁷⁷ Luís de Matos, *Les Portugais en France au XVIe siècle – Études et Documents*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1952, p. 39, n. 1.

⁷⁸ Michel Mollat du Jourdain, “Le témoignage de la cartographie”, in Fernand Braudel & M. Mollat du Jourdain (dir.), *Le Monde de Jacques Cartier*, Paris, Berger-Levrault, 1984, pp. 149-164; ref. in Buchet, 1993, p. 206.

Mundi ou *Tractatus de Sphaera*, c. 1230), um autor de referência para igual tradição⁷⁹. Pela mesma ordem de razões não cabem aqui comparações entre o interesse das partes da obra de Afonso dedicadas à náutica e as secções equivalentes inseridas em espécimes anteriores ou simultâneos mas, por via de regra, superiores como o *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira (“roteiro comentado” das costas ocidental e oriental de África redigido entre 1505 e 1508), o *Tratado del Sphera y del Arte de Navegar* do trânsfuga luso ao serviço de Espanha Francisco Faleiro (Sevilha, 1535) ou a *Arte de Navegar* que o cosmógrafo castelhano Pedro de Medina ultimava por estas datas e que seria publicada em Sevilha em 1545⁸⁰.

À parte tudo isto ser uma verdade insofismável, é também um facto que com igual frequência se omite dizer da selecção e dos acrescentos à obra de Enciso que João Afonso fez no seu manuscrito, sendo que a *Cosmographie* é, desde logo, duas vezes mais volumosa que a *Suma* do bacharel espanhol. Sucede igualmente que tal julgamento desfavorável contribui para que se tenda a esquecer quão fulcrais foram para a relativa inexperiência naval e a substancial ignorância geográfica francesas dessa altura, tanto o conteúdo desta obra de Afonso, como o dos *Voyages aaventureux*, o outro texto conhecido do piloto luso (Poitiers, 1559)⁸¹. Fazendo nossa a impressão de alguns, estaremos pelo menos em presença do mais importante trabalho escrito em francês antes de 1550, trabalho com um valor intrínseco bem superior ao do *Grand routtier et pilotage* de Pierre Garcie, dito “Ferrande”, o mais conhecido dos tratados de navegação da época (composto em 1485, mas com uma provável primeira edição conforme esta

⁷⁹ Luís de Albuquerque, “João Afonso (ou Jean Fontenau) e a sua Cosmografia”, in L. de Albuquerque, *As Navegações e a Sua Projecção na Ciência e na Cultura*, colecção Construir o Passado — 13, Lisboa, Gradiva, 1987, pp. 46-48 (1.ª ed. in *Les Rapports Culturels et Littéraires entre le Portugal et la France (Actes du Colloque)*, Paris, Centre Culturel Portugais, FCG, 1983, pp. 101-121).

⁸⁰ Ver George H. T. Kimble, “Introduction”, in Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, translated and edited by G. H. Kimble, reproduced by permission of the Hakluyt Society from the edition originally published by the Society in 1937, Nendeln, Liechtenstein, Kraus Reprint Limited, 1967, pp. XVIII-XXVIII. Cf. Albuquerque, ed. 1987, pp. 48-55; François Bellec, “Da *Arte de Navegar* no Zeevaerd”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 38, Abril/Junho 1999, p. 47.

⁸¹ João Afonso, *Les Voyages aaventureux du Capitaine Ian Alfonse Sainctongeois. Contenant les Reigles & enseignements necessaires à la bonne & seure Navigation*, Poitiers, au Pelican, par Ian de Marnef, 1554. Ver Matos, 1952, pp. 21-33. Cf. Broc, ed. 1986, pp. 65 e 183. Sobre a possibilidade deste livro ter sido primeiro editado em 1536 ou, mesmo, em 1528, ver: *PMC*, vol 1, p. 149; Georges Musset, “Introduction”, in João Afonso, *La Cosmographie avec l'espère et régime du soleit et du nord par Jean Fonteneau dit Affonse de Saitonge Capitaine-pilote de François Ier*, publiée et annotée par G. Musset, Paris, Ernest Letroux, 1904, pp. 22-34; Albuquerque, ed. 1987, p. 39.

redacção alargada apenas em 1520, em Poitiers⁸²; reed. Rouen, 1531, seguida de mais vinte e seis impressões até 1643; edição abreviada em Rouen entre 1502 e 1510)⁸³.

O título completo do texto que nos ocupa terá sido *La Cosmographie avec l'Espère et Régime du Soleil et du Nord par Jean Fonteneau dit Alfonse de Saintonge Capitaine-pilote de François Ier* (faltam as duas primeiras páginas do manuscrito da Bibliothèque Nationale de Paris que o conservam, mas, no entanto, é essa a designação que se depreende de um trecho incluído na parte final do códice). Rabelais teve-o na mais elevada estima, tanto assim que é também usual notar as coincidências, pelo menos simbólicas, que existem entre a figura desse “grand voyageur et traverseur des voies périlleuses” que aparece no *Quart Livre de Pantagruel* (1552) sob o nome de *Xenomanes* (“Xenómano”) e as vivências marítimas deste piloto que antes da travessia que realizou até às costas americanas na primeira metade da década de 1540 já apresentava na sua folha de serviços um conhecimento directo do Oriente, do Brasil, das Antilhas, do Golfo do México e das partes do perímetro de África habitualmente frequentadas pela navegação portuguesa, se é que não mesmo também do Báltico, do Arquipélago e das costas da Grécia⁸⁴. Na mesma linha de raciocínio, refira-se a leitura que indicia a possibilidade de existir uma relação directa entre a rota que esse nauta imaginário e o também fictício Jamet Brayer aconselham Pantagruel a seguir para chegar ao santuário da Diva Bouteille e as tentativas de atingir a China pelo Noroeste, de entre as quais as de Jacques Cartier seriam as mais divulgadas. De resto, não será por acaso que outra alegação recorrente é a de que essa segunda personagem rabelaisiana representa o próprio Cartier⁸⁵.

Deixando o campo de probabilidades da geografia literária, recorde-se também como extensas partes da *Cosmographie* de João Afonso foram pilhadas a resguardo da difusa interpretação de direitos autorais ou da enorme impunidade com que quase todos os autores renascentistas praticavam o plágio, em especial no domínio da ciência

⁸² Pierre Garcie, *Le grand routier et pilotage et enseignement pour encrent tant es ports, havres, que aultres lieux de la mer fait par Pierre Garcie, dit Ferrande, tant des parties de France, Bretagne, Engleterre, Espagne, Flandres, et aultres Alemaignes, avecques les dandiers des portz, havres, rivières et chenalz des parties et régions susdites. Avec ung Kalendrier et compost à la fin dudit livre très nécessaire à tous compaignons. Et les jugemens doleron touchant au faict navires*, Imprimé nouvellement à Poitiers par Sire Enguilbert de Marnef, demeurant à l'enseigne du Pellican près le Palays. s.d. [1520].

⁸³ Ver Matos, 1952, pp. 21-33 e 44-48; Michèle Polak, “Les livres de marine en français au XVIe siècle”, in Masson & Vergé-Franceschi (dir.), *La France et la mer*, 1993, p. 47; Mollat du Jourdin, 1993, p. 84. Cf. Broc, ed. 1986, pp. 65 e 183.

⁸⁴ Ver Musset, 1904, pp. 9-16.

⁸⁵ Ver Musset, 1904, pp. 4-5; Matos, 1952, pp. 23-25; Broc, ed. 1986, pp. 230-231; *PMC*, vol. 1, p. 150.

náutica. Tal é, desde logo, o caso da eficaz colagem que dá corpo a dois dos manuscritos legados por André Thevet, o *Grand Insulaire et Pilotage* (c. 1586-1578)⁸⁶ e a *Histoire de deux voyages faits aux Indes Australes et Occidentales* (c. 1587-1588)⁸⁷, esta uma última versão da famosa narrativa do périplo de Thevet às costas Sul-americanas que tinha sido a *Histoire d'un voyage faicte en la terre du Bresil*⁸⁸. Depois, extractos e resumos desta obra do piloto Afonso foram ainda publicados por Richard Hakluyt no terceiro volume das *Principal navigations*, em 1600 (pp. 301-342)⁸⁹, um caso idêntico ao sucedido com os *Voyages auentureux*, utilizados por Giovanni Battista Ramusio no terceiro volume das *Navigazioni* (1556) a coberto do título *Discorso d'vn gran Capitano di Mare Francese del luoco di Dieppa sopra le nauigationi [...] alle quali hanno nauigato le carauelle & nauí Francese*⁹⁰ — por sua vez, igualmente aproveitado em parte por Hakluyt na referida ocasião de 1600⁹¹.

⁸⁶ André Thevet, *Le Grand Insulaire et Pilotage d'André Thevet Angoumoisín, Cosmogaphe du Roy. Dans lequel sont contenus plusieurs plants d'isles habitées et deshabetées, et description d'icelles*, BNP, ms. fr. 15452-15453.

⁸⁷ André Thevet, *Histoire d'André Thevet Angoumoisín, Cosmographe du Roy, de deux voyages par luy faits aux Indes Australes, et Occidentales*, BNP, ms. fr. 15454.

⁸⁸ Frank Lestringant, “Les cosmographes du roi: André Thevet et Nicolas de Nicolay”, in Masson & Vergé-Franceschi (dir.), *La France et la mer*, 1993, pp. 217-218 e 222-223; Frank Lestringant, “Introduction”, in *Le Brésil d'André Thevet – Les Singularités de la France Antarctique (1557)*, édition intégrale établie, présentée & annotée par F. Lestringant, Paris, Éditions Chandeigne, 1997, p. 11; André Thevet, *ibidem*, p. 413.

⁸⁹ Ver Richard Hakluyt, *The Third and Last Volume of the Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation, and in some few places, where they have not been, of strangers, performed within and before the time of these hundred yeeres, to all parts of the Newfound World of America... Collected by Richard Hakluyt Preacher...* Londres, G. Bishop, R. Newberie & R. Barker, 1600, pp. 301-342. Cf. David. B. Quinn, “Hakluyt's use of the materials available to him – North America”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, p. 248; A. M. Quinn & D. B. Quinn, 1974, pp. 441-442.

⁹⁰ João Afonso, “Discorso d'vn gran Capitano di Mare Francese del luoco di Dieppa sopra le nauigationi fatte alla terra nuoua dell'Indie occidentali chimata la nuoua Francia da gradi .40. fino à gradi .47. sotto il polo, & sopra la terra del Brasil, Guinea, Isola di San Lorenzo, & quella di Summatra fino alle quali hanno nauigato le carauelle & nauí Francese”, in Giovanni Battista Ramusio, *Terzo volume Delle Nauigationi Et Viaggi Nel Quale si Contengono Le Nauigationi al Mondo Nuouo, alli Antichi incognito, fatte da Don Christoforo Colombo Genouesse, che fu il Primo à scoprirlo à i Re Catholici, detto hora le Indie occidentali, con gli acquisti fatti da lui, Et accresciuti poi da Fernando Cortese, da Francesco Pizzarro, & altri valorosi Capitani, in diuerse parti della dette Indie, in nome della Ces. Maes. con lo scoprire la gran Città di Temistitan nel Mexico, doue hora è detto la Nuova Spagna, Et la gran Prouincia del Perù, Il grandissimo fiume Maragnon, Et altre Città, Regni, & Prouincie. Le Nauigationi fatte dipoi alle dette Indie, poste nella parte verso Maestro Tramontana, dette hora la Nuoua Francia, scoperte al Re Christianiss. la prima volta da Bertoni & Normandi, Et dipoi da Giouanni da Verrazzano Fiorentino, & dal Capitano Iacques Cartier. Si come dimostrano le diuerse Relationi, tradotte di lingua Spagnuola & Francese nella nostra, & raccolte in questo volume. Con Tauole di Geographia, che dimonstrano il sito di diuersi Isole, Città, & Paesi. Et Figure diuersi di Piante, & altre cose à noi incognite. Et con L'Indice copiosissimo di tutte le cose piu notabili in esso contenute. Con Priuilegio del Sommo Pontifice, & dello Illustriss. Senato Veneto, Veneza, Stamperia de Giunti, 1556, fls. 423r.-432v. Todas as citações do 3.º vol. das *Navigazioni et Viaggi* de Ramusio a partir desta edição.*

⁹¹ Musset, 1904, pp. 19-20 e 34-35; *PMC*, vol. 1, p. 149, n. 3; Picchio, 1999, p. 370.

A França presa a Polo

O tratamento que João Afonso dá à China na sua *Cosmographie* não podia destoar do sentido geral de todo o exercício, o qual não é outro que o de uma reiterada tentativa de compatibilizar os enunciados mais tradicionais da ciência geográfica com as aquisições saídas dos Descobrimentos. Bem sugestiva disto é a alusão ao Cataio que começa por se encontrar na parte em que o piloto refere, à maneira de Enciso ou de Sacrobosco, a repartição da esfera em cinco zonas de latitude — ou *climata* — e em que indica que, “selon les astrologues”, as cinco zonas que dividem a esfera celeste em partes “sont subjectes ès cinq playes de la terre”. Detalhando: “Les deux qui sont subjectes aux deux zones qui sont dessoubz la zone thorrive, entre les deux troppiques iémal et estival, selon le dire des astrologues du temps passé, ont dict qu’elles n’estoyent point habitées pour raison de la grand challeur de la thoride zone, et par expérience appert du contraire. Par quoy vous voyez que les Indes et terres fermes et isles occidentalles et orientalles sont fort peuplées, lesquelles sont dessoubz la thoride zone, entre les deux troppiques, et la plus grande partie de la coste de la Guynée et d’Etiopie et Arabye Félix et Calicou et Melacque et la Tropebonne et le Cattay, tous lesquelles terres sont fort peuplées, et sont dessoubz la thoride zone au dedans des troppiques”⁹².

Também já foi percebido que uma outra das características desta obra reside no tratamento diferenciado que oferece das partes respeitantes ao interior dos continentes e aos povos que as habitam, por um lado, e à descrição de muitos dos litorais, por outro. Enquanto as primeiras tendem a ser cópias de textos clássicos e contemporâneos quase nulos de valia técnica, as segundas surgem, por norma, bem mais interessantes e plenas de ensinamentos topográficos ou hidrográficos, até porque na maior parte das vezes se deverão sustentar em observações do próprio autor⁹³. No caso, o reconhecimento das costas chinesas não parece ter sido um dos contemplados com a experiência do piloto dado que João Afonso afirma haver recorrido aos dizeres de alguém que aí teria ido pouco tempo antes para corroborar os correspondentes ditos de Alexandre e Ptolomeu. Do mesmo modo, notam-se de imediato aquelas deficiências que são comuns à

⁹² João Afonso, *Cosmographie*, fl. 6r., ed. 1904, cits. p. 67. Ver Albuquerque, ed. 1987, pp. 47-48; T. Campbell, 1987, pp. 2-4; Randles, 1990b, pp. 43-55.

⁹³ Musset, 1904, pp. 8-9.

generalidade dos retratos das partes continentais quando se olha o que acrescentou a respeito dos confins do continente asiático:

“Et tout ce que au dessus en esté dict, est certain. Car j’en ay veu la plus grand partie des expériences. Et oultre cela, des histoires des Indes est la plus certaine, celle d’Alexandre et de Tholomé, selon qu’il apparoist au présent par tous ceulx de nostre Europe qui y ont navigué. E aussi n’y a point de toutes ces Indes plus ancienne escripture que ceste cy. Et ne se trouve point hommes qui ayent cheminé par toutes les provinces des Indes que ledict Alexandes et Tholomé. La raison est veu que nous avons navigué par toutes les costes des mers Oxéane, Pacifique et par plusieurs aultres, est raison de le soubstenir, puisque nous le trouvons véritable. Et du Gange en oriant, jusques à la dernière Inde qui est appellée Cattay, là où souloyent estre les terres du presbtre Jehan, et la terre des Gotz et Magotz, et de ceulx icy n’y a aulcune escripture antique, sinon celle du roy Soliane, et de ce que nous avons veu au présent, par le rapport d’un chacun qui a esté et couru jusquea à Malluque, à la Chine et à la Jave et au Cattay; et plus avant n’ay point esté [...]”⁹⁴.

Em alguns trechos Afonso é ainda mais explícito a propósito da suspensão dos conhecimentos geográficos a Oriente por alturas da China — melhor, do Cataio, a entidade que, à boa maneira medieval, vimos que diferencia desta e situa mais a Norte: “l’ultime [costa] de Catay, qui est lieu découverte de nostre temps, et duquel avont mémoire, et qui est le plus, pour le présent, descouvet”⁹⁵. Noutra passagem esta referência à posição é adicionada da medida das distâncias relativas a outras partes dos Mares da Ásia, conforme o exigia o tipo de livro a que se entregava: “Et de Melacque jusques au Cattay y a quarente et deux degrez de longitude, qui mintent sept cens trente et cinq lieues, nonobstant que le Cattay est au nord de la ligne par les vingt et sept degrez de la latitude”⁹⁶. No mesmo sentido — e ainda que num contexto alusivo ao arco mais amplo que vai do Ganges à China —, começava por dizer-se que “la Chine est par les vingt deux degrez et demy de la haulteur du polle artique”, para se acrescentar que “l’ance de la Chine tourne au norouest quarente ou cinquante lieues” e que “est quasi

⁹⁴ João Afonso, *Cosmographie*, fls. 142r.-142v., ed. 1904, cits. pp. 377-378. Independentemente do demais, o recurso a Enciso continuava a ser flagrante, conforme se pode comprovar pelo seguinte trecho, sobreponível à parte final da passagem acabada de transcrever: “[...] desde l’gâges ala parte del oriête que es la postrera in dia a que llamã catayo r a do fueron las tierras del preste juã r la de Got r magot no ay escritura autética mas dela del rey Sodianio porque si algunos mercaderes hã passado alla hã visto poco y aquello escriuẽ lo dudose r poco r sin orden: r assi es todo de poca fe” — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia que trata de todas las partidas r prouincias del mundo: en especial delas indias. r trata largamẽte del arte del marear: juntamẽte con la espera en romãce: con el regimẽto del sol r del norte: nueuamente hecha*, Sevilha, Jacobo Cromberger, 1519, cit. p. 122.

⁹⁵ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 37v., ed. 1904, cit. p. 128.

⁹⁶ Idem, *ibidem*, fl. 13v., ed. 1904, cit. p. 82.

dessous le tropique du Cancer”. Também aí, mas agora integrando já algumas notas sobre a geografia económica da região, garantia-se que na terra da China “y a forces mynes d’argent tant qui s’en servent au lieu de fer”⁹⁷.

No mesmo fólio de onde foram retiradas estas últimas frases surge, a pretexto do conjunto formado por todas as terras compreendidas entre o Golfo de Bengala e o Mar da China, uma alusão às características humanas prevalecentes que se diria decalcada de alguma das informações sobre os chineses que corriam desde o princípio do século: “[...] et sont les gents blans comme nous, et portent robbes fourrées de peaulx de martes, et sont les gens semblables à Flamans et Allemans, et sont grandz hommes, et sont idolastres, et painctent leurs idolles noirs, et sont gens qui entretiennent justice, et painctent la figure du dyable blanche”⁹⁸. Contudo, a notícia histórica e geográfica da China apenas surge pouco adiante. Como não podia deixar de ser, vem integrada na “Inde Oultre Gange”, apresentando-se plena de contingências lendárias trazidas de Martín Fernández de Enciso como a que refere que essas seriam as terras “appellés Gatigaires⁹⁹ qui est dicte Cattay e qui est tout seigneurie du grand Can de Tartarie”. E diz-se mais: “Et au temps passé estoit en la subgétion du prebtre Jehan, et est appellée la terre Mangy”¹⁰⁰.

A partir deste ponto adensa-se a mescla de notícias das navegações modernas e de importações que na origem podem ser polianas, umas, medievais *lato sensu*, outras, mas que em boa parte continuam a aparecer como um rearranjo da *Suma* de Enciso: “Et au long la coste de la mer y a forces isles et sont terres fort haults et montaigneuses. Et y a entre montaigne et montaigne de belles vallées délectables, esquelles y a forces lycornes ainsi que dyent ceulx de la terre. Et du Gange au port de Zétoune y a quatre vingtz lieues, et la coste gist nordest et suroueste. Le port de Zétoune est par les vingt trois degrez et demy de la haulteur du polle artique. Et par icy passe le tropique estival appellé Cancer. Et icy a une bonne ville grande et riche et de grand traffique. Et en ceste coste y a de bons portz. Et icy est la plus grand traffique de toute le terre de Magy et du

⁹⁷ Idem, *ibidem*, fl. 148v., ed. 1904, cits. p. 394.

⁹⁸ Idem, *ibidem*, fls. 148v.-149r., ed. 1904, cit. pp. 394-395.

⁹⁹ Catigara, cidade dita por Ptolomeu “*Cattigara. Sinarvm. Stadio*” e por ele colocada no extremo SE do *Sinus Magnus*, por 9° lat. S e 117° long. E (“*Vndecima. Asiæ. Tabvla*”). Ver, *inter alia*, A. Cortesão, 1935, vol. 1, p. 79; Randles, 1990b, pp. 110-111.

¹⁰⁰ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 150r., ed. 1904, cits. p. 398. Enciso, que não nomeia a China mas apenas o Cataio, escreve o seguinte: “Del gâges hazia al oriête es tierra r india que dizen Ultra gâges que es la mayor r la mejor r la mas rica de todas. Esta tierra se llama agora el Catayo y es del grã cã y en otro tiêpo fue del preste juã: llamase la tierra de mãgi” — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 126.

Cattay là où plus de navires arrivent. Et icy sont forces draps d'or et de soye, perles et piarres précieuses”¹⁰¹. Repetir-se-á ainda uma outra sinonimia característica quando se escreve sobre “la Cattigaire qui est appellée Cattay”¹⁰². Só então entramos na descrição da matéria chinesa propriamente dita.

A confirmar o referido balanço entre o real e a fábula, esta narrativa sobre a China abre com uma desconcertante sobreposição entre algumas das mais fabulosas lendas da herança e a ideia de que o perfil costeiro chinês se prolonga para Norte até entroncar no princípio do Canadá. De facto, e depois de voltar a ensaiar as que seriam as suas coordenadas — “La terre do Cattay est depuis les vingts degrez jusques à vingt sept degrez de la haulteur du polle artique”¹⁰³ —, menciona-se o grande golfo que existiria entre a terra da Coreia e o Cataio, conhecido também por “Grand mer”, o qual, por sua vez, continuaria para setentrião “jusques à la terre qui est appelée à Ganagore [ou Aganagora, a seguir referida por “terre de Canade”, “le bout de Azie”] qui est a vingt degrez de la haulteur du polle artique. Et est ceste dicte terre, l'est et oueste, avec la Jamaïque et isle Hespagnolle qui est en la mer Occéane, et y a de l'un à l'autre six ou sept cens lieues”¹⁰⁴.

Chegados aqui, aos lagos e às altas montanhas do Cataio que marcariam o termo do mundo conhecido pelas navegações, multiplicam-se as coincidências com a tradição (sobretudo a isidoriana) e com Enciso: nas notas sobre o Paraíso Terrestre, sobre a fonte de onde saiem os quatro rios em cruz, sobre o desaparecimento destes nas profundezas da terra e sobre a respectivas ressurgências, o Ganges na “montaigne Emode”, o Nilo na “Estiope ès montaignes de Lune”, o Tigre e o Eufrates nas montanhas da Arménia¹⁰⁵.

¹⁰¹ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 150r., ed. 1904, cit. p. 398. Enciso escreve: “[...] en esta tierra a delâte del Gâges sesenta leguas esta el puerto de Zeitona que es vna ciudad muy rica r de mucho trato r tiene muy buen puerto r aqui es el mayor trato de toda la prouincia delo Mâgi e del catayo r a do mas naos vâ. aquy ay mucho trato de paños de oro r de seda r de piedras preciosas r perlas e de todas maneras de especias” — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 126.

¹⁰² João Afonso, *Cosmographie*, fl. 151r., ed. 1904, cit. p. 401.

¹⁰³ Idem, *ibidem*, fl. 151r., ed. 1904, cit. p. 401.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*, fl. 151r., ed. 1904, cit. p. 401. Ver Randles, 1990b, pp. 111-112.

¹⁰⁵ João Afonso, *Cosmographie*, fls. 151r.-151v., ed. 1904, cit. pp. 401-402. Enciso escreve: “[...] la tierra de aganagora que esta en .xx. grados, desde aqui adelâte no ay noticia de mas tierras porque no se ha nauegado mas adelante: r por tierra no se puede andar porque la tierra es toda lagos r grâdes montañas muy altas a do se dize que es el parayso terrenal a do esta la fuente do nascen los quatro rios en cruz r depues se tornã a fundir r van a salir por las venas dela tierra el vno alos montes Emodos que se dize gâges: y el otro ala etiopia alos montes de luna que se dize el Nilo. y los otros dos alas sierras de armenia. el vno se dize tigris y el otro Eufrates. esta tierra toda se llama el Catayo: y dizê que es la final tierra del oriête porque no ay noticia de alli adelâte de otras tierras” — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. pp. 127-128. Ver Amando Melón, “El primer manual español de geografía”, in *Estudios Geográficos – Homenaje a D. Amando Melón. I*, Madrid, Instituto Juan Sebastián Elcano, 38 (146-147), Febrero-Mayo 1977, p. 237.

Deve-se acrescentar que entre os setenta esboços cartográficos que também se incluem entre as páginas da *Cosmographie*, João Afonso (ou alguém por ele) desenhou um que representa o “*Cattay*”, outro com “*La Couste du Sinus tenat au nombre de dieux*” e um terceiro com Bengala, a península malaia, Samatra, Java (numa configuração que parece indiciar a forma continental da Austrália)¹⁰⁶, as Molucas e a China meridional. Apenas tivemos oportunidade de observar este último. Aí, excepto a desproporção da referida ilha de Java, o desenho é por demais realista e, sobretudo, isento de qualquer teimosia ptolomaica.

Voltando ao texto, vinha, enfim, a oportunidade para os paralelismos clássicos entre modos de vida e recursos. Para este ponto Afonso pouco mais faz do que operar uma cópia literal do principal modelo que vinha tomando, ou seja, o livro que Enciso publicara em 1519. Segundo ele, todas as casas do Cataio eram idênticas às da Europa, a terra era rica em prata, pedras preciosas, pérolas e ouro, sendo ainda fértil e abundante em todo o género de coisas¹⁰⁷. Sobre a circulação monetária, considera que os cataianos “ne usent point de monnoye d’or ny d’argent, ains de monnoye de liège, et, aultres provinces, de monnoye de coral, lequel est fort prisé entre eulx”¹⁰⁸. E para o quotidiano dessas gentes faz passar uma imagem de trabalho, de tranquilidade, de bom governo e de apego à sabedoria. Superstições à parte, a mesma é dada como exemplo quase platónico em que os europeus se deveriam rever.

Assim, veja-se desde logo a discriminação que aparece a propósito de alguns dos seis ofícios da terra: o dos filósofos, “les plus honnerez”¹⁰⁹; o dos agricultores, que “entendent à labourer, semer et cuellir les fruitz et ne peuvent avoir office de la République, n’y ne vont point à la guerre, mais plus tost sont plus asseurez de leurs personnes quant il y a guerre que aultrement, car ceulx qui portent les armes,

¹⁰⁶ Ver *infra*, cap. 6-6.

¹⁰⁷ Ver João Afonso, *Cosmographie*, fl. 151v., ed. 1904, pp. 402-403. Enciso escreve: “[...] en todo este Catayo son los edificios delas casas r las otras cosas dela policia dela vida quasi como las de nuestra europa, pero es aquella tierra muy rica de oro r de especias: r de piedras preciosas r perlas: porque de todo ay mucha abundância: r todo se cria r nasce en la misma tierra” — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

¹⁰⁸ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 151v., ed. 1904, cit. p. 403. Enciso escreve: “[as gentes do Cataio] no vsan moneda de oro ni de plata sino tartaresca que es hecha de cortezas de morales. y en algunas partes tienē moneda de coral y es muy presciado entre ellos r vsan lo mucho las mugeres para sus joyas” — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

¹⁰⁹ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 151v., ed. 1904, cit. p. 403. Enciso escreve: “Los vnos son filosofos: y a estos tienē por mas honrados y estos hã de dezir cada vn año como hã de suceder las cosas al pueblo: r que tales hã de venir los frutos r los ganados r si alguno dellos yerra tres vezes priuã lo del oficio dela filosofia. r alos que acieta honrã los mucho r dã les dones” — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

n'oseroient leur avoir prins la valleur d'un festu"¹¹⁰; o dos pastores, "lesquelz entendent au bestial et à chasser les bestes saulvaiges, et tuent forces bestes sauvaiges et elléfans"¹¹¹; todos officios mecânicos, dos construtores de casas aos carpinteiros e aos mestres de fazer navios, estes enumerados sem mais¹¹²; o officio dos homens de armas, que "quand ilz n'ont point de guerre, s'exercent les ungs avec les aultres au faict de la guerre"¹¹³; o dos presidentes, os quais "exercent justice et ont soucy sur les malfaiteurs"¹¹⁴; e o dos conselheiros do rei e dos presidentes, sendo que "nul ne peult avoir iceulx offices s'ilz ne sont philosophes"¹¹⁵.

Por outro lado, note-se o modo como são avaliadas as presumíveis qualidades intrínsecas dos chineses:

"Les gens sont bonnes gens et raisonnables et vivent de meilleur ordre que nous aultres. [...] ilz sont mieulx gouvernez que noz aultres. Plaise au seigneur Dieu que nous fussions ainsi gouvernez, que les ungs ne fussent point plus foullez que les aultres, en la terre d'Europe, comme ilz sont là. Et, comme j'ay dict, les gens sont belles gens, grandz hommes, bien en ordre. Et cougnoissent Dieu le père. Tourtefoys ilz adorent le soleil et leur esd advis que c'est luy mesme. Et le jour qu'ilz ne le veoyent, sont fort tristes; et pour chose du monde ne prandront rien de l'aultruy"¹¹⁶.

¹¹⁰ João Afonso, *Cosmographie*, fls. 151v.-152r., ed. 1904, cit. p. 403. Enciso escreve: "La segunda ordẽ es delos labradores que entienden enla agricultura. estos entiendẽ en arar r cauar r coger los frutos: r no puedẽ tener officio ninguno enla republica ni vã ala guerra antes quãdo ay aguerra andã mas seguros porque ninguno delos que vsan las armas les haze daño ninguno" — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

¹¹¹ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 152r., ed. 1904, cit. p. 403. Enciso escreve: "Los terceros son los pastores, estos entiendẽ enlos ganados y en caçar los animales siluestres r matã muchos elefantes en cierta manera", Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

¹¹² Ver João Afonso, *Cosmographie*, fl. 152r., ed. 1904, p. 403. Enciso também apenas escreve: "Los quartos son los oficiales r mesoneros r ferreros r carpinteros r maestros de hazer nauios r todos officios mecanicos" — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

¹¹³ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 152r., ed. 1904, cit. p. 404. Enciso escreve: "Los quintos son los defensores que andã en la guerra: y en tâto que tienen guerra exercitã cosas anexas alas armas: porque quãdo fuere menester se hallen prestos" — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

¹¹⁴ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 152r., ed. 1904, cit. p. 404. Enciso escreve: "Los sextos son los presidentes que hazẽ justicia r tienẽ cuydado delas meretrices r de denunciar al Rey lo que se haze r acontece en su tierra" — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

¹¹⁵ João Afonso, *Cosmographie*, fl. 152r., ed. 1904, cit. p. 404. Enciso escreve: "Los septimos son los consegeros del rey y presides, este officio no lo puede auer sino hombre filosofo. estos exercen los magistrados. r los vnos tienẽ cargo delos labradores r de sus diferẽcias r de les partir las tierras. r los delos oficiales r officios mecanicos r de hazelles hazer armas r nauios. Los otros delos delos ganados r caçadores: r de hazer matar las aïalias brauas. Los otros delos dela guerra. Los otros delas rentas r vetigales. r no consentiriã que por cosa ninguna vno dexasse su officio r tomasse otro" — Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128.

¹¹⁶ João Afonso, *Cosmographie*, fls. 151v. e 152r., ed. 1904, cits. pp. 403-404.

Apesar de não haver tocado o tópico religioso, com frases como aquela em que louva a excelência chinesa com um “plugiesse a dios *que* en nuestra españa vudiesse tã buena orden”, Enciso revela-nos que continuou a ser o grande veículo utilizado por João Afonso para operar este tratamento noticioso¹¹⁷. Contudo, é difícil não estabelecer qualquer tipo de correspondência entre o teor positivo que transpira desta notícia sobre o modo de vida e os valores alegadamente mais venerados entre as comunidades chinesas e os bosquejos ficcionais que um médico e botânico como Pierre Belon du Mans ou que um orientalista iluminado como Guillaume Postel construíram, não muito depois, a propósito do turco, por sua vez as mais vivas antecipações da tese que cerca de dois séculos adiante será dada por Montesquieu nas *Lettres Persanes*.

Quer um quer outro desses franceses emprestaria um contributo muito útil a uma França que buscava a todo o transe uma justificativa para a *débaçle* da Cristandade do Oriente que não só a isentasse de qualquer responsabilidade no sucedido, como lhe permitisse antever um protagonismo na fase posterior em que se jogasse a unidade do mundo católico; quer um quer outro servir-se-ia do modelo do turco, ou, melhor, da tese da sua virtude, para expiar a ideia de uma velha Europa letárgica, indolente e incapaz do brilho e do fausto de Solimão, *o Magnífico*. Vivendo na mesma França de Francisco I que não hesita em aliar-se com o turco contra o imperador germânico e em ler na queda da Igreja Greco-Bizantina a oportunidade para consumir a concórdia universal por mão gaulesa, Afonso está, queiramo-lo ou não, mergulhado nesse caldo mental do qual sairiam os mais brilhantes exercícios de descentração responsáveis pelo estabelecimento de superfícies neutras nas quais se projectava um modelo que a Europa devia tomar como exemplo¹¹⁸.

Para Belon, a primeira das vantagens do turco reside na sua admirável polícia e no seu exército capaz: “Leur maniere de vivre esta tant austere em paix, qu’elle nous semblera estre une vraye guerre”¹¹⁹, escreveu. Outra semelhança latente com a ordem de valores a que o piloto português adere é aquela que aparece quando se fala de uma

¹¹⁷ Martín Fernández de Enciso, *Suma de geographia*, Sevilha, 1519, cit. p. 128. Ver Luís de Albuquerque, “Jean Fonteneau. Geografia e Mito no século XVI”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 3, Dezembro 1991, p. 240.

¹¹⁸ Ver Frank Lestringant, “Altérités critiques: du bon usage du Turc à la Renaissance”, in *D’un Orient l’autre – Les métamorphoses successives des perceptions et connaissances*, vol. 1, *Configurations*, Cairo/Paris, Centre d’études et de documentation économique juridique et sociale/Centre National de la Recherche Scientifique, 1991, pp. 85-86 e 94-95.

¹¹⁹ Pierre Belon, *Les Observations de plusieurs singularitez et choses memorables trouvées en Grece, Asie, Judée, Egypte, Arabie et aultres pays estranges, redigees en trois livres*, 4.^a ed., Paris, Cavellat, 1555, liv. III, ch. XVIII, fl. 186v. [1.^a ed. 1553]; cit. in Lestringant, 1991, p. 86.

moderação constante, só quebrada quando as circunstâncias o exigem: “Les turques ne diffinent pas la vaillantise ainsi comme nous: car en Europe si quelqu’un est tousjours prest à se battre, et sçait tourner les yeux en la teste, et est balafré, jureur, et colere, et a gagné le poinct d’avoir dementi un autre: iceluy sera mis en perspective d’un homme vaillant, loué homme de bien [...]. Les Turcs em temps de paix se monstrent modestes, et posent les armes en leurs maisons pour vivre pacifiquement, et ne voit on point qu’ils portent leurs cimenterres allants par la ville: mais quand ils vont à la guerre, lors sçavent ils mettre couteaux sur table quand il est temps [...]”¹²⁰. Depois, a ordem interna conserva-se — e isso é suficiente — à custa de uma boa bastonada, “coustume moult seante de punir les delinquants”¹²¹.

Na sua *République des Turcs*, escrita por volta de 1549 ainda que apenas publicitada em 1560, Guillaume Postel transfere as comparações entre turcos e europeus da esfera da competência militar, que observámos ser prevalecente (se bem que não exclusiva) em Belon, para o domínio não menos sugestivo da generalidade dos valores do quotidiano, onde descobre uma espécie de propensão natural para a caridade, uma inata atenção pelo próximo e a validade da própria experiência religiosa. É certo que Belon, por exemplo, também tinha observado a superioridade da indumentária destes orientais sobre a dos europeus quando notara o contraste entre a simplicidade das túnicas turcas e o luxo dos “habits decoupez” de “par deçà”¹²². De qualquer modo, nada disso se compara com os atrevimentos de Postel, o qual não só incenseia “les Turcs, Perses, Tartares, Syriens” porque estes “sont tout vestus d’un habit fai comme le corps”¹²³, como verifica que “en leurs Mesgadas” ou Mesquitas praticam os valores da “modestie, silence e réverence”, dando um espectáculo em tudo diferente do das “esglises de deçà”, as quais “servent de causes, promener, et marchander, et faire spelonque de Larrons”¹²⁴. Mais ainda: os turcos comportar-se-iam de forma tão exemplar “que vraiment vous voiés en ce pratique du dire de Jesus Christe, Ne sache la dextre que faict la senestre”¹²⁵.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, liv. III, ch. XVII, fl. 186r.; cit in Lestringant, 1991, p. 87.

¹²¹ Idem, *ibidem*, liv. III, ch. XVII, fl. 186r.; cit. in Lestringant, 1991, p. 87. Ver Lestringant, *ibidem*, pp. 86-87.

¹²² Pierre Belon, *Les Observations de plusieurs singularitez et choses memorables*, Paris, 1555, liv., III, ch. XXV, fls. 191r.-191v.; cit. in Lestringant, 1991, p. 101, n. 5.

¹²³ Guillaume Postel, *La République des Turcs*, Poitiers, Enguilbert de Narnef, 1560, Ière partie, p. 71; cit. in Lestringant, 1991, p. 101, n. 5.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, Ière partie, p. 54; cit. in Lestringant, 1991, pp. 87-88.

¹²⁵ Idem, *ibidem*, Ière partie, p. 63; cit. in Lestringant, 1991, p. 88. Ver Lestringant, *ibidem*, pp. 87-93.

Voltando à questão, será lícito imputar às opções seguidas num texto como o de João Afonso, texto, por outro lado, também tão convencional como ele é, toda a intencionalidade polémica de Belon ou de Postel? A isto a razoabilidade responderá imediatamente que não. No entanto, há aí a propósito da matéria chinesa um exercício de espelhos ainda pouco habitual na época, para mais se nos recordarmos que as redacções da Companhia de Jesus que serão responsáveis por esta evolução só começam a ser citadas alguns anos depois. Sendo assim, Afonso como que antecipa aquelas que virão a ser as preocupações fundamentais dos jesuítas, usando para o efeito tanto a imagem já sedimentada de uma China rica e fabulosa, como a recém-captada figura de um país educado, sábio, pacífico e que se julgava haver sido evangelizado em tempos.

Quanto a esta última figura, ela foi parcialmente vista em Martín Fernández de Enciso, parcialmente recolhida nas mais recentes notícias divulgadas a seu respeito na Europa e que, por enquanto, só transitariam de forma silenciosa em alguns meios íntimos da vanguarda da Companhia estacionada no Oriente (como se disse, Enciso não aborda o tema da religião das gentes do Cataio). Por acréscimo, a mesma mostra-se perfeitamente acertada com o figurino retórico que utilizavam por igual os polemistas próximos da requintada Corte do rei de França, inventores da “restitution” da caridade cristã primitiva, e esses tão esquemáticos soldados da Contra-Reforma que foram os seguidores de Loyola.

A propósito de tais sintonias, lembre-se aquela questão formulada na *Emformação da chyna* a que Francisco Xavier emprestou o nome que pretendia conhecer, passamos a citar, “se são muyto estimados e se fazem muyta homrra aos homens de letras e letrados e se tem valia e se per suas letras vem a ser fidallguos e senhores gramdes”¹²⁶. Isto prova que por volta de 1545, a altura em que este documento foi encomendado, ainda os missionários de quem falamos procuravam confirmar um do perfis emblemáticos da alegada superioridade chinesa¹²⁷. Quanto a João Afonso, esse limitou-se a integrar tal perfil no seu discurso, sem se preocupar ou sem tempo para ver se se confirmava ou não.

¹²⁶ Anónimo, “Emformação da chyna”, c. 1548, in *Livro das cousas da Índia e do Japão*, fl. 84r., ed. 1957, cit. p. 114.

¹²⁷ Cf. Loureiro, 2000a, p. 411.

4. A *Relação de Garcia de Escalante Alvarado, 1548*

Muito menos ambicioso do que a *Cosmographie* de João Afonso ou do que alguns dos primeiros inquéritos jesuítas do século XVI, ao mesmo tempo que muito próximo de algumas das redacções mais tardias e isentas de qualquer resquício medievalizante que já citámos, é o tratamento dado à China por García de Escalante Alvarado na carta que escreve de Lisboa ao vice-rei do México D. Antonio de Mendoza com o relato da expedição de Ruy López de Villalobos (1 de Agosto de 1548)¹²⁸. Como esclarecemos, tal notícia chegou-lhe por intermédio do galego Pero Diez, protagonista de uma viagem ao Japão em 1544, tendo sido recolhida pelos espanhóis em Ternate antes destes serem repatriados para a Europa pelos portugueses pela via de Malaca e Cochim, em 1545.

O primeiro tipo de informação que Pero Diez presta prende-se com a rota e as visitas que nessa ocasião realizara às escalas chinesas, tudo antes de ter atravessado “á la isla de Japan”: partida de Patane num junco chinês, desembarque no “buen puerto” de “Chincheo”, subida à cidade “grande y bien poblada por barrios, y en medio huertos” de “Lionpu” e visita posterior “á otra ciudad en la costa, que se dice Nenquin, que tambien es muy grande y tiene muchas sedas y otras cosas”¹²⁹. Etapa após etapa, confirma-se com rigor a geografia da presença informal lusa nestas costas anterior ao estabelecimento de Macau.

A segunda qualidade de informação facultada pelo natural de Monterrey versa os modos e os recursos dos chins, repetindo a propósito de “muchos lugares pequeños” impressões como as de um país fechado, de produção abundante e diversificada, habitado por um povo pacífico, capaz nas letras e em todo o género de actividades e, ainda, subordinado a um poder unificado que, pelo geral, outros observadores se iam

¹²⁸ *Relação de García de Escalante Alvarado a D. Antonio de Mendoza, Lisboa, 1 de Agosto de 1548*; pub. in *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas en América y Oceanía* 5, Madrid, 1866, pp. 117-209; transcr. parcial in G. Schurhammer, “O descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543”, in *Orientalia*, 1963, pp. 526-529. Cf. Georg Schurhammer, *Die zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugiesisch-Asiens und seiner Nachbarländer zur Zeit des Hl. Franz Xaver (1538-1552)*, Leipzig, Verlag Asia Major G.m.b.H., 1932, pp. 258-259; Consuelo Varela, *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente. 1542-1548*, Milão, Cisalpionio – La Goliardica, 1983, pp. 177-178; ref. in Juan Gil, *Hidalgos y samurais – España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Alianza Universidad — 675, Madrid, Alianza Editorial, 1991, p. 23, n. 6.

¹²⁹ *Relação de García de Escalante Alvarado a D. Antonio de Mendoza, Lisboa, 1 de Agosto de 1548*, ed. 1963, cits. pp. 527-528.

também encarregando de transmitir. Nela talvez só seja mais específica a avaliação da respectiva fraqueza militar e de algumas das debilidades antevistas no carácter.

Assim, lê-se aí sobre “las casas de cal y canto” e “la gente bien acondicionada, mansa y poco entremetida en cosas de la guerra [...] gente muy sospechosa”. Lêem-se também passagens que assinalam que os chineses “tienen gran cantidad de bastimentos como los de España, trigo, vacas, puercos, cabras, gallinas y otras aves, lo qual sacan à vender en barcos, á los navíos que por allí pasan; dánlo á buen prescio; tienen frutas muy buenas, como son peras, manzanas, duraznos, ciruelas, castañas, nueces, melones, uvas. [...] en aquella costa [de Chinchéu] son grandes pescadores. E outros trechos há que nos dizem o seguinte: “Hay su gobernación y oficiales, y escuelas á dó aprenden ciencias, y hay otras escuelas á dó aprenden á leer y escribir. Hay en algunas partes canela muy buena, y en toda la costa hay gengibre; tienen pocas armas; su pelea, por los pueblos pequeños, entre gente comun, es con piedras y palos, y esto porque el Rey no consiente que tengan armas; es gente muy soberbia y cobarde y muy grandes comedores; son muy sotiles en todo género de oficios”¹³⁰.

A terceira impressão recolhida por Diez sobre a China volta a reproduzir outra das prioridades de quase todas as primeiras observações europeias da época moderna: a dos assuntos religiosos. Como acabamos de dizer, nem existe aqui qualquer semelhança com a relativa obrigação formal a que está sujeito João Afonso, nem com a especificidade dos posteriores registos jesuíticos, pelo que a nota é apenas isso, uma alusão espontânea a algo que o intermediário do relato que é Escalante Alvarado não identifica mas que se percebe que seria, quase de certeza, uma seita budista:

“Vió este Pero Diez en la costa de la China una isla pequeña, de la cual salió y vió un monasterio de frailes, en que habia treinta, su hábito es negro y largo, traen sus coronas abiertas; la casa es muy buena, y estos frailes comem y duermen por regla, no comem cosa que tenga sangre, sino legumbres é frutas; no consienten que en su monasterio entren mujeres, y en los altares tienen imágenes muy hermosas de una mujer que llaman Varela, y á los pies della pintan unos diablos muy feos; su órden y relogion no la pudo entender; hiciéronle gran fiesta, y diéronle de comer de lo que tenían, y en esta isla no habia más gente destos frailes”¹³¹.

O cronista da expedição de Villalobos termina a sua missiva do seguinte modo: “Por lo que tengo escripto, podrá colegir vuestra ilustrísima señoria lo que es la tierra y

¹³⁰ *Ibidem*, ed. 1963, cits. pp. 527-528.

¹³¹ *Ibidem*, ed. 1963, cit. pp. 528-529.

lo ques menester para ella, y con el ayuda de Nuestro Señor espero en Dios ver descubierta la navegacion, la cual está muy cierta, y en aquellas partes tener á vuestra señoría conquistadas grandes provincias y señoríos, á dó vuestra señoría nos pueda hacer muy grandes mercedes”¹³². Mesmo acreditando que, ao dizer isto, pouco mais estivesse do que a obedecer à etiqueta epistolar, não só não pode deixar de se ver aqui a confirmação do interesse precoce dos castelhanos em adquirir o senhorio da China ou de parte dela¹³³, como um preâmbulo digno dos juízos que as autoridades instaladas em Manila iriam produzir bastas vezes sobre a pretensa fragilidade do poder militar chinês. Por outro lado, a desvalorização intencional deste mesmo poderio que aqui parece ocorrer poderá explicar o porquê de Alvarado descrever os chineses num tom que se aproxima muito do das cartas de Cristóvão Vieira e de Vasco Calvo.

Até aqui, as leituras de Calvo e Vieira tinham-nos parecido tão excepcionais quanto excepcionais haviam sido as circunstâncias que as determinaram. Agora, talvez fosse pelo facto de se estar a pensar na conquista da China por ordem da colónia castelhana da América que se voltava a recorrer a esse expediente pouco rigoroso já que ele seria sempre o mais eficaz para conseguir mover as necessárias vontades. Tanto à vista dos precedentes como das futuras amostras, esta é uma hipótese que nos parece bem plausível¹³⁴.

¹³² *Ibidem*, ed. 1963, cit. p. 529.

¹³³ Gaspar Nilio, feitor e alcaide-mor nas Molucas, escreve o seguinte quando avisa o rei D. João III sobre as diligências de Alvarado e Villalobos para concretizarem um estabelecimento castelhano nas Molucas: “Vosa Alteza sabe a contratação que Dom Pedro de Alvarado fez com el-rey de Castela sobre o descobrimento das ylhas do Poente, e por elle morrer, mandou o viso-rey da Nova Espanha, Dom Antonyo de Mendonça, com ha jemte e armada com que estava para vir ou mamdar o Dom Pedro, hum Ruy Lopez de Vilha Lobos (boa pesoa) com fundamento de vir elle com esta jemte povoar em Mindanao ou derredor delle, ombe melhor aparelho para yso achase. E dahy mamdarem loguo navios ao viso-rey, carregados de canela e gemgivre que a na terra. / E a voz de quando partirão da Nova-Espanha era que vinhão a espeçearya e tomado asiento na terra, avião de mandar a China e a Borneo e asy por totalas outras partes a comtratar, e por toda a terra por omde o Ruy Lopeez vinha e chegava, tomava pose dela, com todos ofiçiaes que trazia del-rey e do viso-rey; e cortavão ramos e fazião os escrivães asiento da pose, que asy tomavão [...]” — Carta de Gaspar Nilio a D. João III, Malaca, 10 de Agosto de 1545, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-76-84; pub. in *DHMPPPO – Insulíndia*, vol. 1, 1954, cit. p. 454. Cf. carta de D. Jorge da Costa a el-rei, Molucas, 10 de Fevereiro de 1544, AN/TT, *Gavetas*, 18-8-30; pub. in *ibidem*, vol. 1, p. 395. Para as fontes espanholas sobre a expedição de Villalobos, ver Georg Schurhammer, *Francisco Javier: su vida y su tiempo*, vol. 2: *India-Indonesia, 1541-1547*, trad. Félix de Areitio Ariznabarreta & Francisco Zurbano, Pamplona, Gobierno de Navarra/Compañía de Jesús/Arzobispado de Pamplona, 1992, pp. 901-902, n. 383 (1.^a ed. 1963); idem, *ibidem*, vol. 3, ed. 1992, p. 587.

¹³⁴ Ver, *inter alia*, 1993, pp. 235-236.

5. O tratado *De gloria* de D. Jerónimo Osório, 1549

O *De gloria libri quinque*, tratado de D. Jerónimo Osório saído em Coimbra em Junho de 1549, é o último texto que assinalamos nesta década¹³⁵. Como dissemos, não só o faremos por esta obra divulgar uma informação relevante sobre a China, mas também porque foi a única a merecer o privilégio da edição. Cícero, autor de um trabalho com um título semelhante se bem que não comprometido com os valores cristãos enaltecidos pelo português, apesar de tudo impõe-se aqui como referência. Por outro lado, o momento e o contexto da respectiva gestação não podem ser dissociados daqueles que resultam no aparecimento do *De appetenda gloria* de Juan Ginés de Sepúlveda (Roma, 1523), um pouco o seu equivalente espanhol¹³⁶.

O texto em causa seria reeditado em Florença por Lorenzo Torrentino, em 1552, naquela que constituiu a primeira e, em simultâneo, a matriz de um considerável número de reimpressões em latim: Alcalá (1568, 1572), Basileia (1571, 1573, 1576, 1584), Colónia (1576, 1583, 1595, 1612, 1619, 1628), Bilbao (duas edições em 1578), Londres (três edições em 1580, uma em 1589), Roma (1592), Antuérpia (1595, 1635), Paris (1606), Lyon (1609) e Rouen (1616). A este conjunto haverá que somar um título eventualmente saído em Colónia em 1577. À margem do nosso período de análise, ainda encontramos uma edição do *De gloria* em 1792 (Coimbra), e outra em 1825 (Magdeburgo)¹³⁷.

Jerónimo Osório

Nomeado para dirigir o bispado do Algarve em 1564, quando a respectiva sede estava em Silves, D. Jerónimo Osório gozara muito antes disso de um largo período de aprendizagem no estrangeiro. Devendo ter nascido em Lisboa em 1514, transferiu-se

¹³⁵ D. Jerónimo Osório, *Hieronymi Osorij de gloria libri. V*, Coimbra, Francisco Correia, 1549.

¹³⁶ Sobre o sentido e as influências teóricas exercidas sobre este tratado de D. Jerónimo Osório, ver Dietrich Briesemeister, “L’Honneur comme forme de vie. Le traité *De Gloria* de Jérôme Osório”, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, 1993, pp. 81-85 e 89-90.

¹³⁷ Francisco Leite de Faria, “As muitas edições de obras de Dom Jerónimo Osório”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1 (1), 1981, pp. 122-123; João Manuel Nunes Torrão, *D. Jerónimo Osório e o tratado “De gloria”*, vol. 1, *Estudo*, tese de Doutoramento em Literatura Latina apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991, pp. 36-62 (policopiado). Para os detalhes da história deste texto, ver Torrão, *ibidem*, vol. 1, pp. 63-103.

para Salamanca em 1527 e aí terá começado por receber lições de latim e grego. A estada nesta cidade prolongar-se-ia por cerca de quatro anos, repartidos por duas temporadas — 1527-1529 e 1530-1532 —, tempo durante o qual chegou a iniciar a sua formação universitária, na Faculdade de Leis. Depois disso, tomou ordens no Convento de Santo Estêvão, da ordem dos pregadores. Em 1534 encontramos-lo em Paris, onde estuda filosofia e onde se cruza com Pierre Fabvre, companheiro do fundador da Companhia de Jesus. Prosseguirá os seus estudos em Bolonha, Parma e Roma (sobretudo estudos literários, mas também de teologia e hebraico), ocasião em que contacta, entre outros, com Bembo Sadoletto e com o aragonês Antonio Agustín, futuro membro do alto tribunal da Rota Romana e futuro arcebispo de Tarragona. Osório regressa a Portugal em 1542, para exercer o magistério como professor de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra, vindo ainda a ser nomeado secretário do infante D. Luís, irmão de D. João III, cargo que assegura até 1555¹³⁸.

Matriculado em Paris como Hieronymus Osorius nobilis Colimbricensis e conhecido na Europa inteira como Hieronymus Osorius Lusitanus¹³⁹, este que é tido como o maior humanista português será sobretudo celebrado no seu tempo pela obra que edita em Lisboa em 1571 com o título *De rebus, Emmanuelis regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio gestis Libri Duodecim*¹⁴⁰. Adaptação latina do conteúdo da *Chronica do felicíssimo Rei dom Emanuel* de Damião de Góis (Lisboa, 1566-1567), ela constitui, conjuntamente com o *Tratado da Glória* e com o *De Nobilitate Christiana Libri III* (Lisboa, 1542)¹⁴¹, uma das suas poucas incursões na narrativa histórica e na exaltação dos feitos ultramarinos dos portugueses uma vez que o domínio central dos interesses literários deste filósofo, jurista, exegeta bíblico, pregador, controversista e epistológrafo estará necessariamente quase sempre voltado para as “coisas divinas”¹⁴². Diga-se, desde já, que no *De rebus gestis* se voltará a tratar a China de um modo que

¹³⁸ Ver Luís de Matos, *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, Coimbra, Universitatis Conimbrigensis Studia ac Regesta, 1950, pp. 84-86; Matos, 1991, p. 540; Torrão, 1991, vol. 1, pp. 19-29; Alessandra Mauro, “Jerónimo Osório”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, pp. 839-840.

¹³⁹ Matos, 1950, p. 84; Torrão, 1991, vol. 1, p. 19.

¹⁴⁰ D. Jerónimo Osório, *De rebus, Emmanuelis regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio gestis Libri Duodecim* (Os Doze Livros dos Feitos Praticados pelo Valor e sob os Auspícios do Invictíssimo Rei de Portugal, D. Manuel), Lisboa, António Gonçalves, 1571 [ainda que com privilégio real datado de Setembro de 1572]. Ver *infra*, cap. 10-4.

¹⁴¹ D. Jerónimo Osório, *Hieronimi Osorii Lusitani de Nobilitate Ciuili, libri duo. Eiusdem de nobilitate Christianae Libri tres*, Lisboa, Luís Rodrigues, 1542.

¹⁴² As parcelas consagradas ao tema dos Descobrimentos e da Expansão dos portugueses ocorrem nestas duas últimas obras, respectivamente, nos fls. LXVIv.-LXVIIv; LXX (*De gloria*) e fls. 96r.-96v. e 116r.-118r. (*De Nobilitate christiana*). Matos, 1991, p. 526, n. 46; Faria, 1981, p. 116; Torrão, 1991, vol. 1, pp. 29-32.

merece mais do que uma simples referência¹⁴³. Por outro lado, não deve passar sem reparo a eleição da língua latina e não do português que acontece na generalidade da produção de Jerónimo Osório, língua assim julgada como o veículo ideal para a divulgação dos respectivos conteúdos.

Recorde-se que nos encontramos a pisar esse momento do início da segunda metade do século XVI em que as traduções francesas, italianas e mesmo espanholas e alemãs quase tomam para si a fatia integral desta tarefa de publicitação. Note-se também que este labor do humanista-elesiástico resulta de um quase inédito convite saído do círculo de D. João III para que fossem dados a conhecer ao mundo culto as proezas da Expansão lusíada, propósito de que o cardeal-infante D. Henrique foi o instrumento ou o mediador e de que o próprio monarca seria o primeiro agraciado já que foi a ele, na dupla condição de “príncipe da paz” e de renovador de Portugal, que a obra apareceu dedicada.

No estrito plano interno, tal circunstância excepcional é, até certo ponto, fácil de compreender. Na verdade, apesar do texto sair no rescaldo da vitória capital dos portugueses em Diu no ano de 1546 e de se inserir no contexto da polémica gerada em torno de Maquiavel (recurso ao argumento da compatibilidade entre submissão e grandeza ou “animus magnitudo” para negar a tese do autor do *Príncipe* segundo a qual a doutrina cristã contribuía para debilitar a natureza do homem porque anulava a ideia de grandeza), esta mesma altura de meados de Quinhentos traz consigo a primeira grande crise do Império português. Diante desta realidade — que três décadas adiante culminaria na perda da independência¹⁴⁴ —, a Coroa sente urgência em ver vertido para escrito aquele património de experiências que, melhor que qualquer outro, tanto serve para marcar uma individualidade nacional, como para estimular as reflexões necessárias à sua interiorização consciente. De resto, sabemos sobejamente como foi a partir de sínteses como estas que autores como Jan Huygen van Linschoten e Samuel Purchas atraíram pouco depois as opiniões públicas das suas nações para a causa colonial¹⁴⁵.

¹⁴³ Ver *infra*, cap. 10-4.

¹⁴⁴ A propósito, ver Sebastião Tavares de Pinho, “D. Jerónimo Osório e a crise sucessória de 1580”, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, 1993, pp. 305-331.

¹⁴⁵ Briesemeister, 1991, pp. 86-90; Francisco Bethencourt, “O contacto entre povos e civilizações”, in *HEP*, vol. 1, 1998, p. 110 [Bethencourt, 1998a]. Ver também Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força (Estudo de Geopolítica)*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s.d. [1987], pp. 89-98 e 101-117.

Por fim, lembre-se de que modo D. Jerónimo Osório pôde sempre contar com o empenho de alguns dos seus conhecimentos europeus, caso do referido Antonio Agustín e de Jean Matal, desde logo dois dos interlocutores do *De gloria*, tendo sido ainda Agustín quem, na ocasião do título de 1571, assegurou que “el latín de Osorio es el mejor destes tiempos y su Historia, tal qual es, parece mejor que todas las deste siglo”¹⁴⁶. As suas qualidades de latinista estão bem propagandeadas em 1582 porque Philippe de Caverel, a propósito do *De gloria*, do *De Vera Sapientia Libri V* (Lisboa, 1578)¹⁴⁷ e da “Histoire qu’il a dressé des faits et nauigations des Portugais, leur ayant servy d’Homère pour les éterniser” — *i.e.* o mesmo *De rebus gestis* —, menciona o seguinte: “Je ne veux nier qu’il ne s’en recouvre encoire de présent aucuns signalés en érudition, avec un latin autant bon qu’il se peut recouvrer en province du monde. Tesmoin en sont les œuvres latines de Hieronymus Osorius, evesque très éloquent”¹⁴⁸. Quando da edição florentina do nosso *De gloria*, o erudito inglês Roger Asham (1516-1568) encarrega-se de a enviar a Lord Paget acompanhada de um louvor entusiástico, palavras que quase repete na íntegra em cartas endereçadas ao cardeal Reginald Pole e a William Petre. O primeiro destes últimos dois chegou a pensar encomendar uma tradução inglesa e, se não o concretiza, ainda assim não lhe poupou os adjetivos¹⁴⁹. Quanto a Michel de Montaigne, di-lo simplesmente “le meilleur historien Latin de noz siecles”¹⁵⁰.

¹⁴⁶ Antonio Agustín, *Opera omnia*, VII, Luca, 1774, p. 220; cit. in Matos, 1991, pp. 525-526. Ver Matos, *ibidem*, pp. 525-527 e 539-540. Sobre as relações entre Osório e Matal, ver R. W. Truman, “Jean Matal (Johannes Matalius Metellus), ami fidèle de Jerónimo Osório et son *De Rebus Emmanuelis* à Cologne”, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, 1993, pp. 333-342.

¹⁴⁷ D. Jerónimo Osório, *De Vera Sapientia Libri V*, Lisboa, Francisco Correia, 1578.

¹⁴⁸ Philippe de Caverel, *Ambassade en Espagne et en Portugal (1582) de R. P. en Dieu, Dom Jean Sarrazin*, Arras, 1860, p. 339; cit. in Matos, 1991, p. 526, n. 46.

¹⁴⁹ Ver Léon Bourdon, “Jerónimo Osório et les humanistes anglais”, in *L’humanisme portugais et l’Europe*, Actes du XXI^e Colloque International d’Études Humanistes, Tours, 3-13 juillet 1978, Paris, Centre Culturel Portugais – FCG, 1984, p. 303; cit. in Briesemeister, 1993, pp. 85-86.

¹⁵⁰ Michel de Montaigne, *Essais*, édition conforme au texte de l’exemplaire de Bourdeaux avec les additions de l’édition posthume, l’explication des termes vieillies et la traduction des citations, une étude sur Montaigne, une chronologie de sa vie et de son œuvre, le catalogue de ses livres et la liste des inscriptions qu’il avait fait peindre dans sa librairie, des notices, des notes, un appendice sur l’influence des *Essais*, et un index par Pierre Villey; rééditée sous la direction et avec une préface de V.-L. Saulnier, tome premier, Paris, Presses Universitaires de France, 1978, liv. I, chap. XIV — “Que le goust des biens et des maux depend en bonne partie de l’opinion que nous en avons”, cit. p. 53 (1.^a ed. Bordéus, 1580). Ver Matos, 1991, p. 526; Ramalho, 1993, p. 26; Mauro, 1994, p. 840.

Uma república quase feliz

Acabada de rever a notícia chinesa integrada na *Cosmographie* de João Afonso de c. 1544, não é com demasiada surpresa que nos acercamos do que D. Jerónimo Osório tem para dizer em 1549 sobre a China, algo que este anuncia à partida como “uma coisa admirável e talvez não desagradável de ouvir”¹⁵¹. Se Afonso se socorrera do testemunho “d’un chacun qui a esté”¹⁵², Jerónimo Osório alude quase de certeza à mesma qualidade de informadores quando escreve sobre aqueles “de entre os nossos” que tinham tido “algum contacto” com os chineses¹⁵³.

Como pareceria quase inevitável que acontecesse dada a proximidade dos tempos das respectivas escritas, este primeiro nível de coincidência tem continuidade em muita matéria que é tratada por um e por outro, em especial no que diz respeito a esse aspecto central que dá conta de uma sociedade que promove o saber e os sábios sobre todas as restantes actividades e gentes. Ainda assim, residirão por certo, quer na sua condição de homem da Igreja, quer no facto de escrever já depois de terem sido divulgadas pelos agentes da Companhia informações mais detalhas sobre o sistema educativo do Reino da China do que aquelas a que João Afonso pudera aceder, as razões pelas quais D. Jerónimo se revela um homem particularmente sensível e conhecedor desses e de outros predicados que serão a pedra de toque de quase toda a prosa jesuítica posterior.

Um pouco à semelhança do piloto de Francisco I, Osório começa por assinalar a terra dos chineses como “um território imenso, situado no Extremo Oriente, de Sul para Norte, e tão contíguo à Cítia, que em muitos lugares os habitantes enregelam de neve e de geada”. A despeito disso, acrescenta, foi nas suas regiões marítimas que os portugueses, rumando ao Norte, concluíram a sua navegação depois de terem

¹⁵¹ D. Jerónimo Osório, *De gloria*, extracto trad. e pub. in *Latim Renascentista em Portugal - Antologia*, prefácio, selecção, versão do latim e notas de Américo da Costa Ramalho, colecção Textos Humanísticos Portugueses — 2, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985, cit. p. 175. A passagem numa edição de época e no idioma original: “*Exponam uobis rem admirabilem et auditu fortasse non iniucundam [...]*” — D. Jerónimo Osório, *De Gloria libri V. ad. Ioannem Tertivm Lvsitaniae Regem*, Florença, apud Laurentium Torrentinum, 1552, p. 177; transcr. in *ibidem*, cit. p. 174.

¹⁵² João Afonso, *Cosmographie*, fl. 142v., ed. 1904, cit. p. 378. Ver *supra*, excurso 3 a este capítulo.

¹⁵³ D. Jerónimo Osório, *De gloria*, extracto trad. e pub. in *Latim Renascentista em Portugal*, 1985, cit. p. 175. A passagem numa edição de época e no idioma original: “*Qui igitur ex nostris aliquod commercium illis habuerunt [...]*” — D. Jerónimo Osório, *De gloria*, Florença, 1552, p. 177; transcr. in *ibidem*, cit. p. 174.

atravessado “todos os mares” e navegado “ao longo de todas as costas com armas invencíveis, indo além da Áurea Quersoneso e paragens mais longínquas da Índia”¹⁵⁴.

Os paralelismos com algumas das referências utilizadas por João Afonso terminam com estas quase inocentes designações Clássicas, porquanto o nosso autor não deriva para qualquer das fantasias grotescas que esse seu compatriota, mais susceptível ou mais transigente com a tradição, fora buscar à galeria de monstros e às demais originalidades da fauna medieval. Assim, esta passagem do *De gloria* passa a referenciar vários atributos tangíveis, alguns deles ainda nem sequer divulgados em qualquer texto da sua época. Primeiro, “que dificilmente existe algum povo que, em grandeza de cidades ou beleza de edifícios, ou nível de vida e civilização, ou no interesse vivíssimo pelas artes, se compare com o povo chinês”. Segundo, “que no que diz respeito à impressão de livros, os caracteres metálicos, que só há pouco entre nós estão em uso, eles empregam há séculos quase infinitos”¹⁵⁵.

Como acabamos de dizer, o ponto por excelência em cuja impressão João Afonso e D. Jerónimo Osório coincidem, mas também no qual a sensibilidade e os maiores conhecimentos do último acabaram por determinar o especial interesse que o *De gloria* tem para o tema que tratamos, é o da educação e o da forma de governo que o respeito por esta determina. Osório defende que a importância que os chineses dedicam ao ensino tanto resulta em que entre eles não seja legítimo entregar o poder supremo “senão àquele que tiver provado o seu domínio de toda a cultura”, como em que seja impensável atribuir cargos na administração ou no governo levando em conta a família ou a riqueza, “mas apenas por instrução”¹⁵⁶. Acrescenta-se a propósito: “Quanto aos que

¹⁵⁴ D. Jerónimo Osório, *De gloria*, extracto trad. e pub. in *Latim Renascentista em Portugal*, 1985, cit. p. 175. A passagem numa edição de época e no idioma original: “[...] *Sinae, ut scitis, regionem incolunt tatissimam, in extremis orientalis oris ad septemtrionem sitam, atque Scythiae continentem, ita ut multis in locis niue prunanque rigeant. // Nostri autem cum maria omnia transmiserint inuictis armis omnia tittora peruagantes, auream Chersonesum extremasque oras Indiae praeteruecti flectunt ad septemtrionem, ad regiones maritimas Sinarum naues appellentes. Ibi itaque tandem consistunt, atque finem ulterius nauigandi faciunt*” — D. Jerónimo Osório, *De gloria*, Florença, 1552, p. 177; transcr. in *ibidem*, cit. p. 174.

¹⁵⁵ D. Jerónimo Osório, *De gloria*, extracto trad. e pub. in *Latim Renascentista em Portugal*, 1985, cit. p. 175. A primeira das passagens numa edição de época e no idioma original: “[...] *aiunt uix esse ulla nationem siue urbium magnitudine siue aedificiorum pulchritudine, siue uictu cultuque ciuilli, siue flagranti artium studio cum Sinarum natione comparandam*” — Idem, *De gloria*, Florença, 1552, p. 177; transcr. in *ibidem*, cit. p. 174. A segunda passagem em idênticas condições: “*In libris autem scribendis aeneis formis, quae non ita pridem apud in usu sunt, illi infinitis prope saeculis utuntur*” — D. Jerónimo Osório, *De gloria*, Florença, 1552, p. 177; transcr. in *ibidem*, cit. p. 174.

¹⁵⁶ D. Jerónimo Osório, *De gloria*, extracto trad. e pub. in *Latim Renascentista em Portugal*, 1985, cit. p. 175. A passagem numa edição de época e no idioma original: “*Tantumque ferunt apud illos tribui disciplinis ut non sit ullo modo fas summum imperium committi, nisi illi que se probauerit esse omni*

desejam ficar mais tempo a estudar e [a] familiarizar-se com mais elevada cultura, depois de concluído certo curso, submetem-se a outro exame muito mais difícil. Na verdade, são julgados por homens de muito maior erudição e, se os satisfizerem, sobem a mais alto grau de honra. Deste modo, também aqueles que têm ambições de mais altos cargos podem gastar mais anos no estudo e, segundo uma escala, apresentar-se a sucessivos júris de homens doutos”¹⁵⁷.

Tal como com Afonso, a breve descrição da China inserida neste texto de Osório termina com a quase identificação do modelo em que a China se reveria com o da *República* de Platão. E também como na *Cosmographie*, o *De gloria tempera* a probabilidade dessa analogia com as falhas do cumprimento religioso. Isso tanto pode ser interpretado como uma simples advertência sobre os pecados destes ou de todos os gentios, ou como uma forma premeditada ou convencional de evitar suspeitas de heresia ou qualquer problema com a vigilância eclesiástica. Podemos ainda ler tal *nuance* sob um terceiro prisma: precisamente vendo-a como uma concessão mais do que razoável à luz desse humanismo cristão renascentista que tinha para si que um mundo de pagãos como o chinês possuía todos os motivos e mais alguns para viver em conformidade com a religião natural, não só porque essa fora a ordem universal que vigorara no início para todo o género humano, mas também porque isso ajudava a manter em aberto as possibilidades de transformar por dentro e de restituir ao bom caminho uma sociedade entretanto desencontrada dos princípios homólogos da religião revelada.

Escrevendo uma obra de carácter doutrinário, Osório explora o exemplo em causa com recurso à sugestiva forma do diálogo narrativo em que a um dos intervenientes é dada a oportunidade de vencer os restantes sem, contudo, recorrer à modalidade dramática de algumas *disputationes*¹⁵⁸:

disciplina cumulatum. Nec enim in mandandis honoribus aut generis aut fortunae rationem habent, sed tantum disciplinae” — D. Jerónimo Osório, *De gloria*, Florença, 1552, p. 178; transcr. in *ibidem*, p. 174.

¹⁵⁷ D. Jerónimo Osório, *De gloria*, extracto trad. e pub. in *Latim Renascentista em Portugal*, 1985, cits. pp. 175 e 177. A passagem numa edição de época e no idioma original: “[...] *Qui autem diutius in studio permanere, et in maioribus disciplinis uersari cupiunt, ubi certum cursum absoluerint, aliud iudicium longe grauius subeunt. Indicantur enim a uiris multo doctioribus; iis si satisfecerint, ad altiorem honoris gradum ascendunt. // Sic etiam licet iis qui ampliorem honoris spem sibi proponunt, plures annos in studio consumere, et ordinatim alia atque alia doctorum hominum iudicia subire*” — D. Jerónimo Osório, *De gloria*, Florença, 1552, p. 178; transcr. in *ibidem*, cit. pp. 174 e 176.

¹⁵⁸ Torrão, 1991, vol. 1, pp. 121-123; Breisemeister, 1993, p. 84. Ver também Peter Burke, “The Renaissance dialogue”, in *Renaissance Studies. Journal of the Society for Renaissance Studies*, 3 (1), Março 1989, pp. 1-2; cit. in Torrão, 1991, vol. 1, p. 123.

“[...] Nesta altura, disse Metelo [Johannes Matalius Metellus ou Jean Matal]: *Se é verdade o que afirma Platão*¹⁵⁹, a saber, que há-de ser feliz a República que confiar a sua direcção aos filósofos, os Chineses devem ser considerados felizes.

Sê-lo-iam — respondi eu — se existisse entre eles uma filosofia bem elaborada. Mas, segundo é fama, cultivam um género de sabedoria complicado por muitos erros e superstições mágicas. Todavia, são dignos de admiração, em entregarem o poder supremo àqueles que consideram os que mais se distinguem pelo mérito da sabedoria”¹⁶⁰.

6. Actualizações cartográficas

Ainda que sem a projecção pública que conseguiam as novas informações sobre a China dadas pelos prelos de Coimbra em 1549, não deixa de ser menos fundamental para o esclarecimento da geografia do Império do Meio o progressivo desenho da suas costas e a identificação toponímica que encontramos em alguns dos mais interessantes exemplares de cartografia não impressa que nos chegaram — já sobre os impasses da cartografia impressa basta ver o mapa da Ásia inserto na edição latina de 1550 da *Cosmographia Universalis* de Sebastian Münster (Basileia), onde é manifesto que, com a sua “*India Superior*”, o seu “*Cathay*” e o seu “*Mangi*”, não se incorpora nada de moderno a respeito da China¹⁶¹.

¹⁵⁹ Platão, *República* v, 473 d-e; ref. in *Latim Renascentista em Portugal*, 1985, p. 177, n. 1. Sobre o uso da *República* de Platão nesta obra de Osório, ver Torrão, 1991, vol. 1, pp. 219-221.

¹⁶⁰ D. Jerónimo Osório, *De gloria*, extracto trad. e pub. in *Latim Renascentista em Portugal*, 1985, cit. p. 42. A passagem numa edição de época e no idioma original: “*Hic Mettelus: — ‘Si uerum est’, inquit, ‘quod asserit Plato, nempe eam rempublicam beatam fore quae se philosophis regendam tradiderit, Sinae beati putandi sunt.’ // ‘Essent quidem’, inquam, ‘si fuisset Philosophia apud eos recte constituta. Sed ut fama est, genus doctrinae colunt multis erroribus atque magicis superstitionibus implicatum. In hoc tamen admirandi sunt, quod eos imperio summo praeificent, quos esse iudicant doctrinae laude prae excellentes’*” — D. Jerónimo Osório, *De gloria*, Florença, 1552, p. 179; transcr. in *ibidem*, cit. p. 176. Cf. Ramalho, 1993, pp. 26-27; João Manuel Nunes Torrão, “A China na obra de D. Jerónimo Osório”, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, 1993, pp. 450, 454, 457-460; Loureiro, 2000a, pp. 447-449.

¹⁶¹ De resto, igual para o pequeno texto sobre a “*Sina*” que o acompanha, e isto apesar da promessa que aí aparece de se voltar ao assunto quando se tratar da Nova Índia — Sebastian Münster, *Cosmographia Universalis*, Basileia, apud Henri Petri, 1550, liv. V, p. 1083. Na edição francesa de 1575, ampliada por François de Belle-forest, a China ganha a honra de um capítulo (cap. XXVIII — “Du Grand Royaume de la Chine”), ocasião para serem, enfim, incorporadas algumas das novidades das navegações portuguesas, se bem que a mistura entre tais novas e a dívida permanente em relação a viajantes antigos como Marco Polo muitas vezes não contribua mais do que para recriar confusões. Ver, *inter alia*, Carlos Sanz, “Introducción”, in Bernardino de Escalante, *Primera Historia de China*, ed. 1958, pp. XXV-XXVI; *supra*, Parte II, I-2.

Desta vez, os méritos repartem-se quase por igual entre a já habitual liderança assegurada pelo trabalho dos cartógrafos portugueses e o labor da Escola francesa de Dieppe, a par com a Escola bretã um dos dois centros avançados do conhecimento náutico acabado de inaugurar neste país. Contudo, e tal como antes tínhamos tido para o legado de Sevilha, por exemplo, este último aspecto não pode ser desligado dessa colaboração que diversos especialistas lusitanos continuavam a emprestar no estrangeiro. Basta notar que nenhum navio francês navegara até então através das águas do Extremo Oriente e que as poucas incursões que se tinham atrevido a realizar no Índico não lhes haviam concedido a possibilidade de ir além da ilha de Samatra. As únicas áreas onde a sua navegação procedia a levantamentos que poderemos classificar de pioneiros seriam as das costas do Canadá e do Brasil, portanto sem nada em comum com o Mar da China.

Porventura, haverá ainda alguma originalidade no contributo francês para o esboço da costa da Austrália setentrional, assim seja esse o objecto da representação da célebre “Jave La Grande”, a terra de dimensões continentais situada a Sul da real ilha de Java e que surge no *mapa do Delfim* (de Harleian ou Dauphin), de 1536¹⁶². Entre muitos outros mapas de Dieppe que teimam em fazer figurar tal terra contam-se o mapa-mundo de Nicolas Desliens de 1541¹⁶³, a carta das Índias Orientais de Jean Rotz (ou Roze) de 1542, correspondente aos fólios 9v.-10r. do seu *Boke of Idrography*¹⁶⁴, a *Carta Circular* que está no fólio 30 da mesma obra — onde é “The Land of Java”¹⁶⁵ —, o planisfério de Pierre Desceliers de 1550¹⁶⁶ e o fólio 33 da *Cosmographie Universelle, selon les navigateurs, tant anciens que modernes, par Guillaume Le Testu, pillotte en la Mer du ponant de la ville Françoisse de Grace* (1556)¹⁶⁷.

Neste último caso a legenda indica “Grande Iave” e — à parte uma nomenclatura das margens costeiras que, como em muitas das cartas anteriores,

¹⁶² *Mapa do Delfin*, 1536, Londres, The British Library (Add. 5413); rep. parcial in *História dos Portugueses no Extremo Oriente [HPEO]*, vol. 1, t. 2, *De Macau à periferia*, direcção de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, p. 472.

¹⁶³ Nicolas Desliens, mapa-mundo, 1541, Londres, The British Library (Maps 147d24 (2)); rep. parcial in *HPEO*, vol. 1, t. 2, 2000, p. 483.

¹⁶⁴ Jean Rotz (ou Roze), carta das Índias Orientais in *Boke of Idrography*, 1542, Londres, The British Library, Royal (Ms. 20 E IX), fls. 9v.-10r.; rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 39.

¹⁶⁵ Jean Rotz (ou Roze), *Carta Circular* in *Boke of Idrography*, 1542, Londres, The British Library, Royal (Ms. 20 E IX), fl. 30; rep. hemisfério asiático-australiano in *HPEO*, vol. 1, t. 2, 2000, p. 479.

¹⁶⁶ Pierre Desceliers, Planisfério, 1550, Londres, The British Library (Add. Ms. 24065); rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 47.

¹⁶⁷ Guillaume Le Testu, *La Grande Jave*, in *Cosmographie Universelle*, 1556, Château de Vincennes, Bibliothèque du Service historique de l'Armée de terre (D.L.Z. 14), fl. 33; rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 51.

continua quase exclusivamente lusa — a grande diferença é que tem o miolo da dita terra vestido como nunca de cenas importadas de uma Arábia feliz da boa tradição humanista. Enfim, para além de se repetir em objectos cartográficos franceses como o planisfério de Desliens de 1566¹⁶⁸ (onde, de resto, um *Mer Australle incongneue*, simétrico de um *Mer Septentrionalle incogneue*, toma o lugar ocupado em Le Testu ou Desceliers pelo todo formado por este vasto continente e a terra antártica), ela é a mesma terra que assinalámos ser perceptível num dos esboços cartográficos incluídos na *Cosmographie* de João Afonso, prefigurando tudo isto uma tendência que se manterá viva até meados do século XVIII.

No entanto, o mais certo é a especificidade em causa derivar, isso sim, da leitura da “Lei da Analogia” enunciada por Aristóteles, a qual, depois de retomada pelo pensamento grego e romano, serve agora para equilibrar no hemisfério Sul as grandes massas terrestres da Eurásia e da África. Para a recuperação desta hipótese cosmográfica muito terão contribuído Oronce Fine (mapa-mundo de 1531-1532) e outros cosmógrafos normandos, se bem que, desde logo, também alguém como Guillaume Le Testu se tenha sentido na obrigação de compensar os excessos fantasistas do seu bestiário de 1556 com legendas como a que diz que “cette terre est partie de ladictte Terre Australe à nous incognue car ce qui est merché n’est que par imagination et oppinion incertaine” (fl. 32) ou a que acrescenta que “la terre figurée ici n’a poict encor esté découverte pour ce qu’il n’est mémoire qu’aucun l’eut encore cherchée et pour ce qu’elle n’est marquée que par imagination” (fl. 36).

No planisfério manuscrito não colorido que o mesmo Le Testu assina em 1566 voltam a balancear-se as figurações mais espectaculares da Terra Austral com palavras como estas: “Aulcuns Portugais allans aux Indes furent par contrariété de temps transportés fort su du Cap de Bonne Espérance. Lesquels firent report que ils avoient eu quelque cognoissance de ceste terre. Toutefois pour n’avoir esté découverte aultrement j’ay seulement icy notée n’y voullant ajouter Foy”¹⁶⁹. Permeabilidade à influência das ideias sobre a existência de um continente desconhecido nessa posição manifestada lado a lado com as incertezas que, apesar de tudo, não deixavam de permanecer a seu

¹⁶⁸ Nicolas Desliens, Planisfério, 1566, BNP (Cartes et Plans, Rés. Ge D 7895); rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 58.

¹⁶⁹ Guillaume Le Testu, Planisfério (manuscrito) não colorido, in *Cosmographie Universelle*, 1566; ref. in Paolo Carile, “Les récits de voyage protestants dans l’Océan Indien au XVIIe siècle: entre utopie et réalisme”, in Falcão, Nascimento & Leal (org.), *Literatura de Viagem. Narativa, história, mito*, 1997, p. 52.

respeito é, por sua vez e por exemplo, patente nos mapas de Ortelius (1570), Arias Montanus (1571) e Cornelis de Jode (1593)¹⁷⁰.

Em síntese, os franceses usam para o tratamento da matéria chinesa quer os segredos que lhes seriam sobretudo transmitidos por alguns pilotos portugueses mais do que nada receptivos aos honorários que o seu rei não queria ou não podia pagar, quer aqueles copiados de cartas antes elaboradas em Portugal, sendo que o principal motivo de interesse reside no facto de não ter sobrevivido nenhum dos protótipos lusos de que estes concorrentes se serviram. Tamanha interacção contribuiu também para a inevitável semelhança que existe entre as cartografias normanda e portuguesa, ambas de base essencialmente experimental, se bem que aqui a vantagem se repita para o lado português porque muitos dos exemplares Norte-europeus de que falamos não só continuarão a revelar traços ptolomaicos, como mesmo o eco de algumas fábulas antigas¹⁷¹.

Viegas & Desliens

O primeiro objecto da Escola normanda digno de nota que encontramos nesta década é o referido mapa-mundo de Nicolas Desliens de 1541, se bem que sejam levantadas as possibilidades adicionais da data aí indicada antecipar a data efectiva ou de o mesmo ter sido retocado algum tempo depois desse ano que é assinalado. Trata-se daquele exemplar que como que abre o período de maior brilho desta Escola, período prolongado até aos trabalhos que Jacques de Vau de Claye assina nos últimos anos da década de 70 e que vê desfilar pelo meio as referidas pessoas de Pierre Desceliers, Jean

¹⁷⁰ Nakamura, 1962, pp. 46-48; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, pp. 30, 226-227, 232-234 e 238; Moreland & Bannister, ed. 1995, pp. 125 e 275. Cf. Albuquerque, 1990, pp. 87-90 e 94-103; Kenneth McPherson, “Austrália”, in *HPEO*, vol. 1, t. 2, 2000, pp. 475-487; W. A. R. Richardson, “Is Jave-la-Grande Australia? The Linguistic Evidence Concerning the West Coast”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 4, Dezembro 1992, pp. 267-287; W. A. R. Richardson, “Java-la-Grande: a place name Chart of its East Coast”, in *The Great Circle*, 6 (1), Abril 1984, pp. 1-23; ref. in McPherson, 2000, p. 481; W. A. R. Richardson, *The Portuguese Discovery of Australia: fact or fiction?*, Occasional Lecture Series — 3, Camberra, National Library of Australia, 1989; ref. in McPherson, *ibidem*, p. 481.

¹⁷¹ Kammerer, 1944, pp. 204-205; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, pp. 29-30. Ver também Luís Filipe Thomaz, “Prefácio”, in Manuel Godinho de Erédia, *Suma de Árvores e Plantas da Índia Intra Ganges*, edição de John G. Everaert, J. E. Mendes Ferrão e Maria Cândida Liberato, prefácio de L. F. Thomaz, transcrição paleográfica de J. G. Everaert e Luís Pinheiro, colecção Outras Margens, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 13-20.

Rotz e Guillaume Le Testu, além das do anónimo autor do *Atlas Universal* ou *Vallard* (1547)¹⁷² ou de Jean Cossin.

O planisfério de Desliens evidencia, desde logo, um progresso assinalável em relação ao último grande exemplar cartográfico a que fizemos referência, o *padrão real* de Diogo Ribeiro de 1529. Mesmo não se tendo identificado até hoje a carta ou as cartas de marear portuguesas em que se apoiou, o aproveitamento da notícia das escalas asiáticas que estes nacionais divulgavam para o serviço das diversas oficinas do seu país é patente na generalidade da toponímia que aparece para lá de “Mallague” (Malaca). Assim, e de Ocidente para Oriente, alinham-se uns depois de outros o “Siam”, “canboia” (Cambodja), a novidade do termo “Candachina” (pequena ilha fronteira ao Guangdong), “coai” (Guanghai), Cantão, a “Y. darmaga” (ilha da Veniaga) e “Chincheo”. Mais adiante, sobra uma influência poliana: “zantom”¹⁷³.

Desta sucessão de escalas destaca-se pela sua importância essa que pode corresponder ao primeiro registo de Chinchéu inserido num exemplar cartográfico europeu. Contudo, será este o melhor momento para referir o conteúdo dos dois atlas anónimos atribuídos ao cartógrafo português Gaspar Viegas e que foram datados de c. 1537 (ver Fig. 7)¹⁷⁴. Em qualquer deles também surge traçada a costa chinesa até ao “Cabo de Chicheo”. É mais provável que esta toponímia dissesse respeito a Quanzhou (24° 50' lat. N e 118° 40' long. E), o grande porto marítimo do comércio externo chinês desde a época dos Tang, esse mesmo que Polo designara por Zaitun, e não a Zhangzhou, o outro porto do Fujian (24° 30' lat. N e 117° 40' long. E). Se assim for, talvez já não tenhamos aqui o “chamcheo” que Tomé Pires referira na *Somma Orientall*, porque esta última forma remete, antes de tudo, para a que é própria do primeiro destes dois portos¹⁷⁵. De qualquer modo, sabemos também que estas paragens tinham sido visitadas pela primeira vez pelos portugueses pelo menos em 1518-1519, portanto muito antes destes as começarem a frequentar com outra assiduidade a partir do final da década de 30 e um pouco antes de terem transferido para aí o seu principal ponto de

¹⁷² Anónimo — *Atlas Universal* (“Vallard”), 1547, Huntington Library, San Marino, Califórnia (HM 29).

¹⁷³ Kammerer, 1944, p. 206; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, p. 30.

¹⁷⁴ Anónimo — Gaspar Viegas, Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal*, c. 1537, Biblioteca Riccardiana, Florença (Cod. Ricc. 1813); rep. in *PMC*, vol. 1, est. 51C.; idem, Carta do Extremo Oriente, in *Atlas Universal*, c. 1537, Archivio di Stato, Florença (Cod. naut. 11; Invent. som. 17, ex Med. Pal. 2135); rep. in *PMC*, vol. 1, est. 51D.

¹⁷⁵ Ver *supra*, Parte II, cap. 3-3; Tomé Pires, *Somma orientall*, ed. 1978, pp. 359-360, n. 370; Luís Filipe Thomaz, “Chinchéu”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 250 [Thomaz, 1994b]. Cf. Kammerer, 1944, pp. 102-105.

apoio, logo depois do ataque a Liampó¹⁷⁶. Ora, tudo isto só ajuda à possibilidade de estarmos em presença dos únicos testemunhos sobreviventes do inevitável labor cartográfico que os portugueses realizaram durante o longo período em branco que temos entre o planisfério de Ribeiro de 1529 e esta produção de Desliens.

Das duas principais questões colocadas pelos exemplares em causa, a da respectiva autoria é aquela que parece a menos problemática dadas as flagrantes semelhanças que o desenho das bandeiras, troncos-de-léguas, escalas de latitudes, da rosa-dos-ventos central, das linhas de costa, dos baixios, restingas e, sobretudo, das ilhas atlânticas — representação, desenho de baixios, disposição da nomenclatura — revelam em relação aos seus homólogos da carta atlântica (assinada) de Viegas, de 1534.

Pelo contrário, as margens de incerteza são bem maiores no que respeita às datas. Ainda assim, a soma de várias coincidências com essa outra carta do mesmo autor e o facto de nenhum destes atlas anónimos incorporar quaisquer notícias alusivas a viagens portuguesas posteriores a 1533, às expedições de Cartier (1534, 1535-1536, 1541) ou uma representação do Amazonas (que Orellana desceu em 1542 e que Sebastião Caboto aproveitou pela primeira vez para o seu mapa-mundo de 1544¹⁷⁷) apontam para que não devam ter sido iniciados muito depois do exemplar de 34. Por outro lado, uma comparação mais imediata entre espécimes também sugere que nunca devam ter sido terminados mais tarde do que aquela carta portuguesa anónima que representa a maior parte do Índico e das costas do Leste asiático situadas a Sul do Trópico de Câncer, incluindo a Insulíndia, e que é conhecida por carta de Wolfenbüttel (de 1546, segundo Albert Kammerer, que a atribuiu a Lopo Homem; de *c.* 1540, segundo Armando Cortesão, quem, de caminho, vê poucas hipóteses na hipótese Lopo Homem)¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2.

¹⁷⁷ Sebastião Caboto, Mapa-mundo, 1544, BNP (cópia); rep. in *Atlas das Descobertas*, direcção editorial Fernando Capela, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Representações Zairol, 1993, grav. 34 (1.^a ed. Londres, Times Books, 1992). Diga-se que neste mapa-mundo de Sebastião Caboto de 1544 a China é também olhada com bastante pormenor, e isto apesar de aí se incluir uma extensa descrição sobre a mesma e o Japão retirada do *Livro de Marco Polo*. Ver, *inter alia*, *Atlas das Descobertas*, ed. 1993, p. 348; Robert W. Karrow, Jr., *Mapmakers of the Sixteenth Century and Their Maps. Bio-Bibliographies of the Cartographers of Abraham Ortelius, 1570. Based on Leo Bargrow's "A. Ortelii Catalogus Cartographorum"*, Chicago, The Newberry Library by Speculum Orbis Press, 1993, pp. 108-109.

¹⁷⁸ Anónimo — Carta da Ásia e Insulíndia, *c.* 1540?, Herzog August-Bibliothek, Wolfenbüttel (102. Aug. fl.; ex 94. Aug. fl.)"; rep. in *PMC*, vol. 1, est. 71. Ver Albert Kammerer, *Le portulan portugais anonyme inédit de l'Océan Indien de la Bibliothèque grande ducale de Wolfenbüttel (probablement de Lopo Homem et de 1546)*, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 59.^a série, 5-6, Lisboa,

Desta forma, e de novo, o mais provável é termos nestes dois atlas de Gaspar Viegas a prova material que faltava de um tipo de trabalho a que os portugueses se entregavam e que, naturalmente, antecipava quaisquer cópias estrangeiras onde começasse a aparecer uma toponímia de charneira como a de Chinchéu. Como dissemos, esta designação corresponde agora ao mesmo porto principal chinês, uma ocorrência que tende repetir-se na generalidade da cartografia posterior, a começar pelo globo de Mercator de 1541 (aí, “C. do Chimcheo”), outro caso em que a fonte foi uma carta portuguesa mais antiga¹⁷⁹.

Oficinas normandas e bretãs (continuação)

O presbítero Pierre Desceliers é o autor de outra das obras pioneiras da Escola normanda, o designado mapa-mundo “harléienne”, do nome de um seu proprietário do século XVIII, Lord Harley. Executado entre 1542 e 1546, trata-se do primeiro de uma

Sociedade de Geografia de Lisboa, 1941, pp. 3-9; Kammerer, 1944, pp. 207-208; *PMC*, vol. 1, pp. 117-121 e 147-148; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 222.

¹⁷⁹ Gerard Mercator, Globo terrestre, 1541, National Maritime Museum, Greenwich (GLBoo96).

Apesar de havermos escolhido não o detalhar, uma leitura desta questão não deve passar sem que se faça uma referência àquela que é conhecida por “carta Penrose”, do nome do seu proprietário em 1928, Boies Penrose. No conjunto dos exemplares portugueses conhecidos, trata-se-á daquele que se situa imediatamente antes (c. 1535, segundo Cortesão) ou imediatamente depois (hipótese que abrimos) dos dois atlas de Gaspar Viegas de c. 1537 e, portanto, em qualquer caso antes da carta de Wolfenbüttel (Anónimo — Carta do Extremo Oriente, c. 1539?, espécime que pertenceu à extinta Collection Boies Penrose, Devon, Pensilvânia; rep. in *PMC*, vol. 1, est. 58).

Quanto a esta hipótese que acabamos de deixar, a mesma resulta de observarmos como a carta em questão inclui uma representação das ilhas dos Léquiós que não está em nenhuma das restantes, se bem que, a propósito do mesmo, se possa sempre argumentar que se trata de uma representação convencional, resultado de um “ouvir dizer” (A. Cortesão, 1935, vol 1, p. 159). A linha de costa desenha-se aí entre o Arquipélago e a península malaia — em concreto, desde “bégala” — e a China, incluindo ainda o Sul das Filipinas, várias ilhas das Molucas (as únicas três assinaladas são “maluco” (Motir), “tidore” e “ternate”, de acordo com uma toponímia que continua a não deixar dúvidas quanto à origem portuguesa), assim como inclui a que poderá ser a primeira representação completa da linha costeira da ilha de Bornéu.

É manifesto que, também por contraste com algumas destas outras cartas, surgem aqui algumas “regressões” tanto evidentes como significativas. Contudo, este esboço (e é de um simples esboço realizado sobre um pedaço de pergaminho que se trata) marca imediatamente a Sul do limite da costa chinesa (este numa forma que sugere uma península) a referida menção aos “Leeques”, ao lado de um círculo de ilhéus, em ponteados. Ainda na costa da China aparece a legenda “Rio de câtam a china”, a última que se dá, porque para Leste a referida linha de costa prolonga-se sem qualquer indicação adicional, vindo a encontrar uma derradeira enseada e, enfim, a dita península depois da qual o traço se suspende.

Ver *PMC*, vol. 1, pp. 121 e 123-124. Cf. Boies Penrose, *A link with Magellan, being a chart of the East Indies c. 1522*, Filadélfia, 1930; C. C. C. F. M. Le Roux, “Een oude kaart van den Oostindischen Archipel uit de eerste helft der 16de eeuw”, in *Tijdschrift voor Indisch Taal-, Land-en Volkenkunde*, dl LXX, Batávia, 1930, pp. 108-125; A. Kammerer, *La Mer Rouge, l’Abyssinie et l’Arabie aux XVIe et XVIIe siècles et la Cartographie des Portulans du Monde Orientale*, t. 3, 3e partie, Cairo, Societé Royale de Géographie d’Egypte, 1932, pp. 185-188 e 190-191; refs. in *PMC*, vol. 1, pp. 123 e 124.

série de quatro planisférios concluídos até 1553 pelo mesmo cartógrafo e geógrafo, série que escolhemos notar no seu conjunto dadas a coincidência de autoria e a proximidade temporal de cada um dos objectos. Os dois exemplares intermédios aparecem datados de 1546 e de 1550.

Nesse mapa de Pierre Desceliers cuja data limite é o ano de 1546 ressurgem nos litorais chineses a escala da ilha da Veniaga (“y. dabiniaga”), assim como se incorpora a da ilha de Sanchoão, a qual só algum tempo depois seria repetidamente referida por ter sido o local onde Francisco Xavier morreu (aqui, “R. de Sensan”). À parte vários outros topónimos não identificáveis, aparecem aí também Cantão e as ilhas Pescadores. No seu planisfério de 1546, Desceliers identifica a ilha de Hainão (“ainã”), a ilha da Veniaga, Sanchoão (agora afrancesada como ilha “St. Jhan”), o rio de Cantão, Chinchéu e, tal como Nicolas Desliens em 1541, também a “zeiton cité”. Entre Cantão e o último dos topónimos modernos referidos surgem alguns outros nomes que ainda não foram identificados com segurança.

Quanto ao planisfério de 1550, trata-se do mais esplendoroso dos quatro exemplares assinados por este cartógrafo fundador da segunda geração da Escola de Dieppe, tendo sido dedicado ao rei Henrique II de França¹⁸⁰. A delicadeza dos desenhos e o modo superior como foi pintado transformam-no, ainda mais do que os restantes, num exemplar por excelência da cartografia de aparato, por definição pouco ou nada consentânea com as características das vulgares cartas náuticas “instrumentais” pois, acima de tudo, é adequada para as necessidades não especializadas de um ambiente cortesão¹⁸¹.

Assinale-se como ao longo da margem esquerda vão aqui aparecendo os doze climas herdados de Ptolomeu, do equador ao polo, e como a indicação das latitudes é articulada com a duração dos dias do ano. Além de se fazer representar o Grande Cã, uma das legendas esclarece que as referências asiáticas são retiradas de “marc paul vénicien”. No entanto, uma análise mais detalhada revela que esta pretensão só é parcialmente verdadeira já que, apesar de agora desaparecer Hainão, surgem a sua satélite Tinhose (“anthihosta”), a ilha da Veniaga (outra vez como “ya dabiniaga”), o rio de Cantão (“R. de cantam”), as Pescadores (“C. de pescheurs”) e Chinchéu (“Chincheo”). À parte também ser patente num “Zipangü” em forma de paralelogramo

¹⁸⁰ Pierre Desceliers, Planisfério, 1550, British Library, Londres (Add. Ms. 24065); ref. *supra*, n. 166 a este capítulo.

¹⁸¹ Ver, *inter alia*, Curvelo, 1996, p. 147.

muito simplificado e colocado muito próximo do continente, a mais óbvia dívida contraída junto do veneziano para o esclarecimento do Extremo Oriente vem de novo a propósito do topónimo mais remoto, “Zaito”. Por sua vez, o planisfério de 1553 repete quase tudo isto ao assinalar “Antinhosta”, a “Ya da viniaga”, o “R. de Cantam”, o “cap de Chincheo” e “Zailon”¹⁸².

Pertence a Jean Rotz a primeira representação autónoma do conjunto das Índias Orientais feita por um francês. Esta acontece na correspondente e também mencionada folha pertencente ao *Boke of Idrography* de 1542 e que foi dedicado a Henrique VIII¹⁸³. No desenho iluminado em questão, orientado, como os restantes, com o Norte pela base, podem seguir-se os contornos dos litorais desde o extremo Sul da península indiana ao Sul da China. A generalidade das ilhas do arquipélago indonésio aparece mal esboçada, tal como é evidente a configuração incompleta do Bornéu e das Filipinas. Porém, as Flores e Timor surgem bem precisas e sempre, como o mais, traduzindo uma toponímia de clara inspiração portuguesa. Para a parte que nos interessa, esta mesma dependência é nítida em toda a extensão de costa representada entre a “I. da beniaga” e a “c. de chincheo”, a qual tem rasgada mais ou menos a meio a enseada do “Rio de catam”.

Guillaume Brouscon é outro dos cartógrafos franceses que requisita os conhecimentos portugueses quando desenha as costas do Extremo Oriente. Fê-lo no planisfério que realizou em 1543 muito provavelmente para Artus de Cossé, marechal de França, e que apareceu no interior de um pequeno guia náutico xilogravado¹⁸⁴. Activo no porto de Conquet, nas proximidades de Brest, Brouscon alargava assim os conhecimentos tradicionais desses meios marítimos bretões, pouco mais do que familiarizados com o comércio de cabotagem para os portos do Poente e com a pesca bacalhoeira. O rigor das condições de navegação da zona incentivou também aí a elaboração local de cartas, tal como a de calendários, guias náuticos e a de reproduções conseguidas através da gravura em madeira¹⁸⁵. Neste mapa-mundo de Brouscon a costa sínica não evidencia topónimo algum. No entanto, não só estes mesmos litorais são desenhados bastante próximos do real, como são acompanhados pelo perfil de uma península que poderá corresponder à Coreia, um pormenor que, por exemplo, escapa por completo ao traço de Desceliers de 1550.

¹⁸² Kammerer, 1944, pp. 206-207; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, pp. 231-232.

¹⁸³ Ver Roncière & Mollat du Jourdin, *ibidem*, p. 226.

¹⁸⁴ Guillaume Brouscon, Planisfério, 1543, Henry E. Huntington Library and Art Galery, San Marino, Califórnia; rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 42.

¹⁸⁵ Ver La Roncière & Mollat du Jourdin, *ibidem*, pp. 227-228.

Antes de concluirmos com uma referência a três exemplares específicos da cartografia portuguesa, nota ainda para um outro planisfério da primeira metade desta década, aquele que o genovês Battista Agnese concluiu em 1543¹⁸⁶. Longo servidor da Senhoria de Veneza (1538-1564), onde divulgou os modelos espanhóis e onde concebeu cerca de cem atlas náuticos, sessenta e cinco dos quais sobreviventes, faz destacar nesta sua famosa obra em forma oval o traçado de duas novas rotas marítimas, a que Magalhães revelara em direcção às especiarias e a que é utilizada para transportar o ouro entre o Peru e Sevilha. No entanto, a actualização geográfica, designadamente no que se refere à parte da Ásia, não está à altura deste conteúdo económico que o cartógrafo aí incluiu a pensar nos interesses dos armadores e mercadores venezianos¹⁸⁷.

Principiemos por assinalar a ausência da península indiana e a decorrente fidelidade a muitas das ideias ptolomaicas nesse espaço. Depois, excepto a legenda que identifica “Esta mar dale Malucho” — e que está escrita sobre a linha negra por onde a nau *Victoria* teria passado quando navegava a Sul e entre os limites da Áurea Quersoneso e da Taprobana —, toda a demais (e mínima) toponímia é retirada das grandes unidades identificadas pelo alexandrino, um “*Sinus Magnum*” e um “*Sinarum Situs*” incluídos. Quanto ao topónimo China, encontramos-lo correspondendo à Birmânia costeira. Diga-se ainda que no protótipo de mapa-mundo que divulgará as concepções deste cartógrafo, aparece uma Ásia separada da Europa por intermédio de uma cadeia montanhosa colocada na direcção Norte-Sul, deixando-se a Leste o Cataio e ao Sul o “*Sinarum Situs*”¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Battista Agnese, Mapa-mundo, 1543, BNP (Cartes et Plans, Rés. Ge FF 14410); rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, *ibidem*, grav. 41.

¹⁸⁷ Ver La Roncière & Mollat du Jourdin, *ibidem*, pp. 28 e 227; *Atlas das Descobertas*, ed. 1993, pp. 344-347. Ver também Skelton, 1958, p. 74.

¹⁸⁸ A propósito, note-se como no âmbito da produção cartográfica italiana que inclui representações da China é, pelo geral, demorado o abandono das referências dadas por Ptolomeu, Marco Polo e pela generalidade dos viajantes medievais. A este respeito atente-se no mapa-mundo de Giovanni Matteo Contarini-Francesco Roselli (ou Rosselli) de c. 1506 (o primeiro mapa impresso a representar uma parte do continente americano: G. Contarini-F. Roselli, mapa-mundo gravado em cobre sobre papel, Florença, c. 1506; British Library, Londres; rep. in Nebenzhal, 1990, pp. 46-47) e no mapa-mundo do genovês Niccolò Caveri (Nicolaus de Caverio) de 1505-1506, este muito próximo do planisfério de Cantino, pelo que seguramente apoiado num protótipo português (N. Caveri, Planisfério, c. 1505, BNP – Cartes et Plans, S.H. Archives n.º. 1; rep. in La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, grav. 26). Aqui, admirável o desenho do perímetro de África e o de uma Índia com forma já próxima da real, tudo isto contra um Índico e um Golfo Pérsico fantasistas, uma ilha de Ceilão sem nome mas acompanhada por uma nota alusiva à passagem da canela e das especiarias, assim como à pesca das pérolas, de uma Samatra identificada como “*Taporbana*”, de uma enorme península oriental em cujo extremo já aparecem “*Malacca*” e “*Singapur*”, e, enfim, uma parte restante do Extremo Oriente por certo inspirada em informações muçulmanas, caso da ilha colocada no canto superior direito — “*Cingirina*”, quase de certeza o Japão.

Oficinas portuguesas (continuação)

Para além dos já descritos espécimes atribuídos a Gaspar Viegas, identificamos, a terminar, três mapas portugueses em que a progressão do conhecimento dos litorais chineses pode ser acompanhada apesar de nos continuarmos a encontrar condicionados pela enorme escassez de novas recolhas e, logo, pelo número mínimo daquelas que puderam estar disponíveis nas pranchas de Lisboa antes do termo da década de 1540.

O primeiro é o também antes referido portulano anónimo de Wolfenbüttel, atribuído por Albert Kammerer ao cartógrafo e cosmógrafo Lopo Homem, um dos participantes portugueses (delegado ou simples técnico, discute-se) na Junta de Badajoz-Elvas e profissional que o rei D. Manuel tratava em 1517 como “mestre de nossas cartas de marear”¹⁸⁹. Armando Cortesão deixou bem justificado por que motivo é duvidoso que a carta em questão tenha sido desenhada por este Homem (o primeiro e mais destacado dos cartógrafos com tal apelido), assim como condicionou que se mantivesse até hoje em aberto a resolução do mesmo problema de autoria¹⁹⁰. Como se escreveu, este historiador contrariou a pretensão de Kammerer segundo a qual a

Outro exemplar do mesmo tipo é o do veneziano Pietro Coppo. Nos dois planisférios e nas quatro tábuas referentes à Ásia que integram o *De toto Orbe* (1520) a China não surge representada, alegando o geógrafo que desta não se sabe muito dadas a sua vastidão e a particular novidade que representa. Quase igual para o mapa-mundo do gravador e impressor veneziano Giovanni Andrea di Vavassore de 1522, apesar das várias modificações que introduz ao desenho ptolomaico. No que toca à Ásia, alarga o padrão do alexandrino de uma décima de grau a setentrião e de cinco graus ao meio-dia, forma de incluir a representação da costa setentrional e meridional da China e as ilhas “*Iava Minor*”, “*Iava Maior*” e “*Zumpagu*”. Enquanto isto, a África é apresentada separada da Ásia, para a Ásia oriental confessa-se o recurso a Silvano e encontram-se um “*Sinus Magnus*” e múltiplos topónimos recolhidos de Polo e de alguns dos seus congéneres medievais.

Enfim, assinala-se a figura maior de Giacomo Gastaldi, autor da desaparecida *La Universale Descrittione del Mondo* (Veneza, 1561 ou 1562), de dois mapas-mundo e da primeira carta original relativa ao continente asiático, esta a carta mural que desenhou em 1552 na Sala dello Scudo do Palácio Ducal de Veneza. Com o Sul ao alto, combinava as notícias sobre as descobertas mais recentes com os itinerários de Polo que pudera desde logo ler nas *Navigazioni et Viaggi* de Ramusio, obra para a qual contribuiu ao desenhar ou ao seleccionar todos os mapas que aí aparecem. No entanto, mais expressiva para o que nos interessa é a sua carta da Ásia (esta com o Norte ao alto) em três partes e seis fólios e que é divulgada em Veneza entre 1559 e 1561. Na “*Terza parte dell’Asia*”, alusiva à secção oriental e estampada em 1561, surge a quase totalidade deste continente (falta o limite setentrional, para o qual se tinha a informação muito reduzida ou nula que sabemos), sendo este enquadrado por uma malha de latitudes e longitudes e ilustrado com uma toponímia abundante, esta — como sempre — sobretudo derivada do texto de Polo. Gastaldi.

Ver *supra*, Parte II, cap. 1, n. 43; Rodolfo Gallo, “La Mappa dell’Asia della Sala Dello Scudo in Palazzo Ducale e il *Milione* di Marco Polo”, in *Nel VII centenario della nascita de Marco Polo*, scritti di R. Almagià, F. Babinger, R. Gallo, L. Hambis, G. Luzzatto, A. Marcello, A. A. Michieli, L. Olschki & K. Usman, Veneza, Palazzo Loredam, 1955, pp. 197-221; La Roncière & Mollat du Jourdin, 1984, pp. 215-217 e 259-260; Bencardino, 1993, pp. 49-50; Morelan & Bannister, ed. 1995, pp. 64-67.

¹⁸⁹ Alvará régio de 16 de Fevereiro de 1517, AN/TT, *Chancelaria de D. João III, Doações*, liv. 37, fl. 170v.; transcr. in A. Cortesão, 1935, vol. 1, p. 324. Ver A. Cortesão, *ibidem*, p. 324.

¹⁹⁰ *PMC*, vol. 1, p. 147.

respectiva data de execução seria 1546, preferindo a segurança relativa da data de *c.* 1540 e a indicação dos dois mapas que o balizam: o atlas de Gaspar Viegas de *c.* 1537 e o planisfério anónimo de Viena de *c.* 1545, que veremos já a seguir.

Contudo, pouco disto colide com o essencial, isto é, com o facto de o mapa de Wolfenbüttel avançar de modo quase imperceptível em relação aos dados antes oferecidos sobre a China meridional por Viegas, Desliens ou Desceliers. Aqui, tal como em todos estes, o derradeiro nome moderno atribuído a uma escala é o de Chinchéu. Largamente concentrado nestas costas, dá-nos a propósito vinte e nove topónimos, alguns deles numa primeira aparição, se bem que, no conjunto, apenas quatro sejam identificáveis com segurança. Talvez os mais relevantes: “aina” para a ilha de Hainão, “Pulucujo” para a ilha Taya, “Sunbachina” por “Candachina”, Cantão, ilha “da binyaga” e “Chincheo”. No prolongamento da costa aparecerá depois “cayto” (por Zaitun), a mesma recorrência dos franceses. Nas periferias não encontramos vestígios da Coreia, das Léquias ou do Japão, apesar de algumas ilhas colocadas a Norte sugerirem a forma da península coreana e de se marcarem com bastante mais exactidão que em portulanos anteriores as configurações da Indochina, da Malásia, das Filipinas, das ilhas das Especiarias ou de Samatra¹⁹¹.

O segundo destes exemplares portugueses que contemplam a representação do Extremo Oriente é um planisfério anónimo guardado na Österreichische Nationalbibliothek de Viena (Fig. 8)¹⁹². Sobre o respectivo território aparece o desenho daquele que deve ser o imperador da China, uma das doze personagens representadas no mapa — o Preste João e os imperadores de Marrocos e da Turquia são três das outras. As graduações de latitudes e longitudes aparecem inseridas em todas as margens, sendo tomado como referência para as primeiras um meridiano que entra pelo Norte do Brasil no equador, a Oeste do Maranhão. Os dois outros meridianos colocados a 180° deste num e noutro lado tocam a extremidade da costa chinesa por alturas de “Chincheo”, a qual, assim, cabe na sua integralidade (de resto, como as Molucas, a Terra Nova e o Rio da Prata) dentro daquele que só pode representar o hemisfério português de Tordesilhas. Pela composição, parece também indiscutível que estaremos em presença de uma cópia

¹⁹¹ Kammerer, 1944, pp. 207-208. Cf. Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 223-224.

¹⁹² Anónimo, Planisfério, *c.* 1545, Österreichische Nationalbibliothek, Viena (Kartensammlung FKB 272/11); rep. in *PMC*, vol. 1, est. 79.

oficial do *padrão real* português, tal como não é improvável que esta tenha sido concebida *c.* 1545¹⁹³.

O derradeiro espécime é o planisfério anónimo e iluminado descoberto entre o espólio da Biblioteca Vallicelliana de Roma. A sua datação, que volta a ter de ser aproximada, não se distanciará muito de 1548-1550¹⁹⁴. Partindo daí, adquire uma importância superior por nos aparecer hoje como a mais antiga das cartas que divulga em Portugal uma imagem do Japão recentemente descoberto — são desenhadas duas correntezas de ilhas, uma que começa na Formosa, toma a direcção Sudoeste-Nordeste e é identificada como “lequeos”, outra que prolonga a anterior a partir do seu extremo setentrional, segue na mesma direcção e é limitada pelos topónimos “japam” e “ilhas de miacao” (de Miyako, o nome tradicional da capital Kyoto), respectivamente nos extremos Sul e Norte¹⁹⁵.

Para o que nos prende, verifica-se que os litorais chineses avançam neste mapa para Norte de Chinchéu, vindo a inflectir pouco depois para Noroeste de acordo com o desenho de um longo troço de costa sombreado, o que já dá uma ideia de conjunto muito mais próxima da forma efectiva da China marítima. Apesar disto, os dados que disponibiliza são mais incompletos que aqueles que aparecem num planisfério posterior, a que voltaremos, o de Lopo Homem de *c.* 1554, planisfério onde, além de se assinalar o Golfo de Nanquim, se terá inaugurado a indicação toponómica de Liampó¹⁹⁶. Nesta nossa presumível carta do final da década de 1540 não só não se vai tão longe quanto aí, cingindo-se as escalas identificadas à nomenclatura usual na maioria das últimas cartas com que vimos lidando, como os referidos desenhos das ilhas Léquiás e (sobretudo) do Japão, são igualmente muito menos apurados que nesse trabalho de Homem¹⁹⁷. Ainda neste nosso caso, o que deve ser o antimeridiano de Tordesilhas entra nos litorais do Oriente através de um delta do Irrauádi muito recortado e continua pelo meio de Samatra. Como que para compensar, está um escudo português sobre a península indochinesa, assim como estão cravados pavilhões de Portugal nas Java Maior e Menor, nas Molucas e na China. Os pavilhões castelhanos são apenas colocados sobre a Nova Guiné.

¹⁹³ Ver *PMC*, vol. 1, pp. 155-157.

¹⁹⁴ Anónimo, Planisfério, *c.* 1550, Biblioteca Vallicelliana, Roma (Invent. Gen. 103); rep. in *PMC*, vol. 1, est. 80.

¹⁹⁵ Ver, *inter alia*, Costa, 1995, pp. 174-175.

¹⁹⁶ Ver, *inter alia*, Visconde de Lagoa, *A Dupla Liampó das Crónicas Portuguesas*, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950, p. 7.

¹⁹⁷ Kammerer, 1944, pp. 208-209; *PMC*, vol. 1, pp. 157-159.

7. Balanço da década

Novos desembarques na China, a consulta comprovada de livros chineses por alguns intelectuais europeus ou o contacto também crescente que a Europa experimenta com naturais deste país que lhe começariam a chegar de modo talvez menos esporádico que antes, traduziram-se num efectivo acréscimo da informação disponível, quer sobre matérias mercantis, quer sobre matérias culturais. Contudo, será neste último domínio que as mudanças em relação ao passado recente são mais significativas, acontecendo desde logo duas novidades de primeira importância. Uma — que resulta da chegada dos primeiros jesuítas ao Oriente — faz com que passe a pender para o lado da dimensão cultural, religiosa e política a grande fatia dos progressos registados no conhecimento da China. Em segundo lugar, e até pelo anterior, temos que é agora cada vez maior o número dos humanistas europeus interessados no fenómeno civilizacional representado por este mundo distante.

Seleccionámos para esta década cinco textos em que a matéria chinesa foi tratada com relativo destaque e um sexto em que a mesma foi, enfim, o objecto exclusivo de um inquérito-descrição. Destes, três estão associados, por autoria ou por encargo, a dois missionários da Companhia de Jesus (Henrique Henriques, 1546; Francisco Xavier, 1546; *Emformação da chyna* de c. 1548). Até certo ponto próximo deste conjunto existe a passagem do tratado do humanista e eclesiástico português D. Jerónimo Osório. Quanto aos dois restantes autores, um é um piloto português radicado em França com experiência de navegação nos Mares da Ásia (João Afonso), outro um antigo feitor espanhol também com alguma experiência nessas partes (Garcia de Escalante Alvarado). De qualquer modo, talvez mais importante que isto seja o facto de todos reproduzirem em segunda ou em terceira mão dados recolhidos na China por mercadores portugueses ou por mercadores chineses ou europeus de uma ou de outra forma associados à empresa comercial portuguesa no Oriente.

A geografia que corresponde aos locais de encargo, recolha ou de tratamento da informação volta a conferir com o avanço das escalas lusitanas: além de Goa e Cochim (Henriques e *Emformação* de c. 1548), também Malaca, Amboino e Ternate (Xavier, 1546; Alvarado). Cantão, Chinchéu e Liampó parecem ser os principais pontos do litoral chinês visitados pelos observadores europeus que escrevem ou alimentam a redacção destes textos, o que volta a confirmar o caminho ou os avanços da presença portuguesa — neste caso, informal. Pequim e a fronteira Norte da China também são

referidas, neste caso ao que parece por intermédio de um “subinformador” chinês (Xavier, 1546; *Emformação* de c. 1548).

Quanto à posterior porta de entrada na Europa de todos estes novos dados, ocorreria também uma continuidade em relação ao anteriormente descrito já que terá sido sempre a Portugal que os informadores ou os correspondentes registos vieram aportar. Daqui, passam de imediato para a restante Europa, sobretudo através da correspondência da internacional jesuíta. Apesar de apenas se ter tido um impresso tardio (Osório, 1549), os ecos dos conteúdos difundidos por esses canais reaparecem tão cedo quanto c. 1544 em La Rochelle — e, assim, num dos centros da terceira potência a articular um discurso colonial depois da Espanha e de Portugal — pela mão de um português emigrado como Afonso¹⁹⁸. Por seu turno, enquanto este último autor é lido ou plagiado por gente como Giovanni Battista Ramusio, Richard Hakluyt ou André Thevet, a circunstância desse único impresso ter sido dado em latim é sintomática do empenho que os meios oficiais portugueses a partir de agora passam a dedicar à difusão do seu imenso património de conhecimentos ultramarinos.

Itália e, em particular, Florença, voltarão a marcar presença neste contexto tanto porque a aprendizagem humanista que Osório recebera em Bolonha é indispensável para a gestação da respectiva obra, como porque é nessa cidade toscana que aparece a primeira reedição do *De gloria*, por seu turno o modelo das inúmeras reedições europeias que se lhe seguem. No entanto, a partir de agora também iremos encontrar em França um acompanhamento do domínio complementar da cartografia dos litorais chineses que rivaliza com o que Sevilha emprestava ao pioneirismo português na generalidade das áreas mais sensíveis da partição dos mundos.

Todos os autores que destacámos anotam, ou procuram anotar, as principais características do perfil religioso da China, mesmo quando o seu campo de acção prático ou a encomenda dos respectivos registos não faz adivinhar um convívio de alguma forma consistente com esta dimensão da vida social. Noutro plano, alguns destes textos continuam debruçar-se de forma explícita sobre esse conjunto de condições que vinham moldando a imagem de um reino de abundância e de cidades pujantes que era, igualmente, o destino principal das mais importantes linhas de comércio marítimo da Ásia.

¹⁹⁸ Ver, *inter alia*, Franco Cardini, “I Fiorentini e l’Espansione Europea”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 2, Junho de 1991, pp. 35-36

Contudo, e como se disse, a grande revelação que esta década vem oferecer é a que, ao jeito clássico entretanto sancionado por Pierre Gourou, se pode dizer que identifica a China com uma “civilização superior”¹⁹⁹. Destaca-se aqui a figura de um país praticante da tolerância, do ensino, detentor de uma cultura matricial em relação a todo o espaço do Extremo Oriente (a identificação da importância da língua chinesa como veículo de entendimento entre todos estes povos) e zeloso do estatuto superior dos homens de saber que aparece na *Emformação* de c. 1548. De resto, esta foi composta com base numa grelha de perguntas a respeito da qual é lícito interrogarmo-nos sobre a fronteira entre, por um lado, aquilo que teria sido recolhido antes e que agora precisava de confirmação, e, por outro, a predisposição dos jesuítas em identificar um reino que praticasse todas as virtudes sociais apesar da sua condição gentílica. Vendo mais longe, tal tipo de preocupações e de leituras começara a transpirar naquele texto de Afonso em que se concebe uma idealização quase platónica do modelo chinês. Definitivas, neste aspecto, serão as páginas de Osório, onde não sobram dúvidas sobre a suprema polícia, a suprema antiguidade, o pioneirismo da actividade editorial, a qualidade do sistema de ensino ou sobre a justiça do governo e da administração de um reino que só as superstições à solta impedem que seja plenamente feliz.

¹⁹⁹ Ver Pierre Gourou, *L'Asie*, Paris, Librairie Hachette, 1953, p. 74

III. Quando o biombo cai

Introdução

Entre o princípio da sexta década do século XVI e os anos de 1614-1628 temos definido o intervalo durante o qual se consumou a difusão dos conhecimentos sobre a China entre um vasto público europeu. Sabemos que a primeira destas últimas datas corresponde à primeira edição portuguesa da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, enquanto que a segunda viu sair a tradução francesa da mesma obra. De acordo com os argumentos que expusemos quando tratámos da seriação cronológica, nada obstará a que prolongássemos o intervalo em apreço de forma a incluir, por exemplo, os tempos correspondentes às edições inaugurais em língua holandesa ou inglesa do título em causa (respectivamente, 1652 e 1653). Contudo, já escrevemos que o essencial se nos afigura adquirido antes do termo da terceira década de Setecentos: ao contrário do que apesar de tudo ocorre até meados do século XVI, é entre *c.* 1550 e o termo desses anos 20 do século XVII que se concretiza a possibilidade de alargar as notícias sobre o nosso objecto geográfico a sectores incomparavelmente mais amplos e de indiscutível recorte continental.

Ao curso deste processo importa desde já associar duas constatações. Em primeiro lugar, que a acumulação e a disponibilização das novas sobre a China aconteceram a par de constantes e cada vez mais intensas instrumentalizações nacionais e partidárias dos respectivos conteúdos. Em segundo lugar, que os ganhos objectivos a que se vai assistindo com o passar do tempo conviveram com uma progressiva tendência tanto para o esbatimento das experiências no terreno, como para o afinamento da qualidade dos observadores e da classe dos principais responsáveis pelo arranjo destas matérias. Para o dizer numa palavra, evoluir-se-ia para tratamentos menos “isentos” dos dados e para a promoção dos olhares do religioso e dos demais saberes cultos especializados sobre a informalidade do mercador e do homem do mar.

Apesar de todas as dificuldades colocadas no caminho da recolha, da escrita ou da publicitação dos novos elementos sobre o Império do Meio, é também forçoso começar por notar que a procura de dados sobre este assunto permitiu que o tema da

China se individualizasse como um dos três que orientaram a produção textual portuguesa do período dedicada à Ásia. Por outra parte, esta produção textual deixou em definitivo de considerar as Descobertas como um tema *per se*.

Claro que âmbitos culturais de outros países consagrariam parte importante dos seus esforços ao retrato do mesmo horizonte chinês, sobretudo quando o fim do século revelasse as estratégias editoriais que respondiam à competição ultramarina entretanto posta em marcha entre portugueses, holandeses, ingleses e venezianos. Claro ainda que grupos não directamente enfeudados a uma lógica de Estado como a Companhia de Jesus ofereceram um contributo inestimável para o assunto que tratamos. No entanto, há que reconhecer que foi a Portugal — e, em particular, àqueles dos seus autores que trabalharam a coberto da iniciativa oficial —, que coube disponibilizar o essencial do que chegou ao leitor europeu da segunda metade do século XVI sobre este tópico. Sendo assim, tem toda a relevância observar o modo como a China aí passou a suscitar uma busca e um tratamento informativo específico só comparáveis ao que se tinha para o cruzamento da experiência nos mares da Ásia com a figura de D. Manuel, por um lado, e para o registo encadeado do desbravar dessa área do mundo com episódios como cercos ou conquistas capitais, por outro. E tem também toda a relevância assinalar como já nas últimas décadas deste século o conjunto constituído pela China, pelo Japão e pelas Filipinas logra conquistar a maioria dos europeus atentos ao fenómeno da Expansão¹.

Outra aquisição que marca quase desde o seu início este segundo período é a que respeita ao avanço das leituras sobre o interior da China. Extrapolando as palavras que o matemático italiano Egnatio Danti usara a pensar no domínio cartográfico, não aquelas leituras que pudessem ser transpostas para “cartas de navegação ordinária”, mas as que cabem nas cartas “nas quais se descreve o país dentro da terra”². Se bem que os grandes obreiros desta nova etapa de descobrimento geográfico, os jesuítas, apenas tenham tido oportunidade de a começar a realizar metodicamente a partir do final do século — quando, por fim, lhes é facultada a entrada na China e o estabelecimento em Pequim —, todo o curso da segunda metade da centúria vai oferecendo um sem-número de

¹ Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 181-182; Diogo Ramada Curto, “Cultura escrita e práticas de identidade”, in Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (dir.), *HEP*, vol. 2, *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 462-463 [Curto, 1998c].

² Carta de Egnatio Danti a Bernardo Néri, Florença, Mosteiro de Santa Maria Novella, 28 de Outubro de 1569, Ms. Houghton Library, Harvard University; pub. in Rebecca Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto e Outros Documentos*, colaboração de Francis M. Rogers, Lisboa, Editorial Presença/BNL, 1983, cit. p. 112.

elementos que permitem compor um retrato apesar de tudo muito aproximado do que seria a realidade continental deste reino, retrato quase em branco na altura de *c.* 1551 em que temos suspensa a nossa resenha.

Um último indicador da mudança que acontece por alturas de meados do século XVI, no que toca à divulgação dos conhecimentos chineses entre os leitores informados, prende-se com os pesos absoluto e relativo a partir de então ocupados no mercado editorial-tipo português pelas obras consagradas ao relato de viagens ou à geografia em geral e às partes da Ásia ou à corografia em particular. Não escamoteamos que a existência de não muito mais do que dezasseis títulos relativos à Ásia ou de catorze crónicas que abordam os assuntos orientais, entre as cerca de duzentas obras que foram publicadas em Portugal entre 1570 e o final do século XVI, traduzem valores irrisórios. Depois, saber que talvez apenas 10% das publicações portuguesas saídas entre 1540 e 1600 tratam de um ou vários aspectos relativos ao Oriente não serve para melhorar o cenário. Contudo, tal não só representa um ganho sobre a fatal hegemonia dos livros de carácter religioso, como obriga a considerar o segmento constituído pelas crónicas, pelas cartas de jesuítas e pelos demais títulos autónomos onde estes assuntos foram veiculados como o terceiro em importância, logo depois dos mesmos livros religiosos e dos decretos governamentais.

Uma leitura menos conservadora será ainda capaz de valorizar a importância do nosso universo editorial face ao todo sempre e quando não atenda apenas ao número de títulos impressos, mas também ao número de volumes e ao número de páginas por obra. De facto, não só as obras que cabem dentro da categoria consagrada às matérias orientais tendem em boa parte dos casos a ser compostas por mais unidades que as obras inseridas em qualquer outro campo, como baterão todos os géneros, salvo o religioso, pelo número de páginas impressas³.

O registo destes três domínios pelos quais agora passam os progressos sentidos no que toca à divulgação do saber gerado pela descoberta China e dos chineses — especialização temática dos inquéritos e das obras, aprofundamento continuado das conhecenças terrestres e conquista de um espaço editorial próprio para a partilha pública dos respectivos resultados — tem de ser contrabalançado com, pelo menos, outras tantas advertências preliminares. Assim, começa por se notar como continuava deficiente em meados do século XVI, inclusive entre alguns dos mais informados

³ Lach, ed. 1994, vol. 1. t. 1, pp. 182-183. Ver *supra*, Parte II, I-3.

observadores europeus estantes no Oriente, a percepção do primeiro dos aspectos dos quais depende uma correcta leitura do objecto: o da sua configuração ou dos seus limites geográficos. É o caso de um português de nome António Mendes de Castro que, estando em Diu em 1548, se oferece a D. João de Castro para “yr a China por terra”⁴. Jerónimo Corte-Real, outro português que escreve no tempo do consulado desse mesmo governador da Índia, assegura que a China estava “mostrando as espaldas Alemanha”⁵. Quanto ao Pe. Gaspar Barzeo, também ele era da opinião de que o Império dos Ming “comquista com Alemanha, principalmente a Tartaria Maior”⁶, até porque de outra forma certamente não se teria mostrado tão desejoso de viajar daí até Roma por terra⁷.

Um segundo obstáculo aos avanços atrás citados coloca-o a dificuldade técnica que impunha que se não fizesse em simultâneo a impressão das caixas de letras e a dos desenhos gravados. Decorria daqui que a imensa maioria das obras consagradas à descrição geográfica que se imprimiam por esta altura — e que eram, ao mesmo tempo, aquelas acessíveis à grande massa de público — não incluísse ainda a imagem cartográfica que temos referido de modo complementar ao texto. Quanto à reprodução independente, uniformizada e sistemática de mapas, só em 1570 surge o *Theatrum Orbis Terrarum* de Abraham Ortelius, o atlas que, fora o facto de ter respondido à iniciativa de Filipe II, foi o primeiro a merecer uma ampla divulgação comercial (quarenta e duas edições com cinco suplementos com texto em latim, holandês, alemão, francês, espanhol, italiano e inglês entre esta data e 1612)⁸.

No caso, sobravam duas excepções, qualquer delas pouco ou nada determinante, pelo menos para a avaliação que se pudesse fazer a partir da leitura conjunta das formas textuais e dos mapas. Uma é das obras de prestígio com que eram presenteadas as bibliotecas conventuais ou principescas, essas sim proprietárias da generalidade das

⁴ Carta de António Mendes de Castro a D. João de Castro, Diu, 6 de Março de 1548, AN/TT, *Cartas de Diu*, 19; pub. in *Obras Completas de D. João de Castro*, vol. 3, ed. crítica por Armando Cortesão & Luís de Albuquerque, Coimbra, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1976, cit. p. 535. Ver Loureiro, 1994b, vol. 2, p. 910.

⁵ *História Quinhentista (inédita) do Segundo Cêrco de Dio. Ilustrada com a correspondência original, também inédita, de D. João de Castro, D. João de Mascarenhas, e outros. Publicada e largamente prefaciada por António Baião*, “Prologo da presente obra que he do acontecido em Dio. Sendo capitam desta fortaleza Dom Joham Mascarenhas e governador da India Som Joham de Castro ho anno de 1547”, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, cit. p. 2. Ver *infra*, cap. 10-5.

⁶ Carta do Pe. Gaspar Barzeo, S.J., ao Pe. Inácio de Loyola, S.J., Goa, 16 de Dezembro de 1551, ARSI, *Ep. Nostr.* 98, fl. 122r.; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 7, 1952, cit. p. 83.

⁷ Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2; Schurhammer, “Die Reisewege des hl. Franz Xaver und die geographischen Kenntnisse seiner Zeit”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 53-54; Loureiro, 1994b, vol. 2, pp. 910-911; Loureiro, 2000a, p. 476.

⁸ Moreland & Bannister, ed. 1994, pp. 98 e 100.

estampas ou mapas, uns intercalados em livro, outros simplesmente soltos. A outra excepção é a que ofereciam algumas obras manuscritas, nas quais era mais fácil inserir figuras e esclarecer com recurso às mesmas aquilo que o texto apenas tem a capacidade de dar por aproximação. Ora, como pouco ou nada disso foi praticável para a generalidade das obras impressas, nestas, e na melhor das hipóteses, o leitor somente podia beneficiar daquele género de sugestões e paralelismos com o universo familiar que João de Barros imaginou para suas *Décadas da Ásia* quando escreveu que a “figura do estreito do már roixo quér parecer ao corpo de hũ lagárto, cujas pórtas são o lugar do cóllo”⁹ ou quando, “pera se melhór entender esta enseáda [de Bengala] e cósta”, o convidou a virar a palma da mão esquerda para baixo e a dispor os dedos de tal forma que traduzissem a geografia dos litorais entre Cambaia e o Sião¹⁰.

A terceira advertência que entendemos dever fazer antes de passarmos à descrição de cada um dos principais testemunhos escritos e cartográficos que possibilitaram construir na segunda parte de Quinhentos e primeiros vinte anos de Seiscentos uma imagem da China sem paralelo com a de tempos anteriores está associada aos dois grandes mitos que desde muito antes vinculavam este país aos olhos dos ocidentais: o religioso e o geográfico. Quanto ao primeiro, todos estaremos a par da forma como a ideia do Preste João se insinua entre os francos desde a Segunda Cruzada (1145) e de como sobrevive até à Idade Moderna associada à esperança de que exista um reino cristão que se possa aliar com a Europa contra os islamitas. Quanto ao segundo dos mitos, este decorre do anterior e não é outro senão o que se tece em torno do sítio do reino do Cataio, aquele cuja existência Giovanni da Pian del Carpine começou por registar e ao qual Marco Polo colou a certeza de que seria governado pelo próprio Preste. Aqui, o problema é que nem a identificação do Cataio com a China nem a desmontagem da tese do Cataio cristão foram concluídas ou, pelo menos, assimiladas durante o século XVI.

⁹ João de Barros, *Segunda decada da Asia de Joam de Barros: Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento r cõquista dos mares r terras do Oriente*, liv. VIII, cap. I — “Em que se descreue o már róixo: & todolas pouoações & portos do marítimo delle”, fl. 111v.; ed. fac-similada da edição *princeps*, Lisboa, IN-CM, 1988, cit. p. 357. Todas as citações a partir desta edição. Cf. Suzanne Daveau, “Algumas leituras para uma Exposição”, in *A Pintura do Mundo – Geografia Portuguesa e Cartografia dos Séculos XVI a XVIII*, catálogo da exposição homónima (Porto, VI Colóquio Ibérico de Geografia, 14-17 de Setembro de 1992), Porto, Câmara Municipal do Porto, 1992, pp. 18-20.

¹⁰ João de Barros, *Asia*, Década I, liv. 9, cap. 1 — “Em que se descreue a cósta marítima do oriente com as distancias que há entre as mais notáueis cidades r pouoações per módo de roteiro, segundo os nauegantes”, fl. 107v., ed. 1988, cit. p. 342.

Recorde-se que é só entre 1602 e 1605 que Bento de Góis experimenta saber pelo próprio pé que o Cataio é a China. Matteo Ricci confirma pouco depois este dado com base no diário desse seu colega jesuíta, assim como o da coincidência entre Pequim e a Cambaluc de Marco Polo. No entanto, também já sabemos de que forma ainda em 1624 um outro jesuíta, António de Andrade, alimentava a suposição de que o Cataio era o Tibete e de como os seus principais textos gozaram de vasta ressonância europeia¹¹. O que é pior, ainda que pelo meio tivesse sido especificamente proclamada a distinção entre estas duas unidades, obra de um obscuro português de nome Diogo de Almeida e anotada por Frei António de Gouveia (Beja, 1575-Manzanares de Membrilla, 1628) na sua *Jornada do Arcebispo de Goa D. Frei Aleixo de Meneses, Primaz da Índia Oriental, Religioso da Ordem de Santo Agostinho* (Coimbra, 1606)¹², manter-se-ia por não pouco tempo a esperança de recurso que pretendeu que o Tibete — ou Potente, como então aparece designado a partir da palavra local *pot* — fosse o suposto reino cristão do Oriente há muito perseguido e entretanto deslocado para a Ásia Central¹³. Repetindo, tudo razões para que, pesem embora todos os progressos que passaremos a alinhar de imediato, não se deva iludir o facto de no extremo do nosso intervalo cronológico estarem longe de solução algumas das premissas fundamentais do retrato geográfico chinês.

¹¹ Ver *supra*, Parte II, cap. 3-2.

¹² Frei António de Gouveia, *Jornada do Arcebispo de Goa D. Frei Aleixo de Meneses, Primaz da Índia Oriental, Religioso da Ordem de Santo Agostinho Quando foy as Serras do Malauar, & lugares em que morão os antigos Christãos de S. Thome, & os tirou de muytos erros & heregias em que estauam, & reduzio à nossa Sancta Fè Catholica, & obediencia da Santa Igreja Romana, da qual passaua de mil annos que estauão apartados. Recopilada de diuersos tratados de pessoas de autoridade, que a tudo forão presentes. Por um Religioso da mesma Ordem de Santo Agostinho, lente de theologia, & prior do Conuento de Goa. Dase noticia de muytas cousas notauéis da India, de que a não auia tão clara. Dirigida ao Reverendissimo Senhor Dom Frey Agostinho de IESV Arcebispo, & Senhor de Braga, Primaz das Hespanhas Religioso da mesma Ordem*, Coimbra, Diogo Gomes Loureiro, 1606. Esta obra teve tradução espanhola (Madrid, 1624, 1632, 1669, 1674; Cádiz, 1647) e francesa (Bruxelas, 1609; Antuérpia, 1609; Colónia, 1611). Refs. in Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica, e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos Aucthores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente, Por Diogo Barbosa Machado Olyssiponense Abbade Reservatario da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real*, vol. 1, ed. facsimilada da ed. de 1741, Coimbra, Atlântida Editora, 1965, p. 295; Luís Graça, *A Visão do Oriente na Literatura Portuguesa da Viagens: os Viajantes Portugueses e os Itinerários Terrestres (1560-1670)*, Estudos de História de Portugal e dos Portugueses — 3, Lisboa, IN-CM, 1983, p. 297; José Nunes Carreira, *Do Preste João às Ruínas da Babilónia – Viajantes Portugueses na Rota das Civilizações Orientais*, colecção Estudos de Cultura Portuguesa — 5, Lisboa, Editorial Comunicação, 1990, p. 87, n. 5.

¹³ Ver, *inter alia*, Rosa Maria de Figueiredo Perez, “Os Jesuítas portugueses e a representação das culturas”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 12, Novembro 1992, pp. 74-81; Maria Armanda Ramos, “Tibete”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, pp. 1028-1031.

Uma palavra final para o modo como organizaremos daqui para a frente o nosso inventário. Como elucidado na introdução a esta segunda parte a propósito de todo o género de testemunhos salvo os espécimes cartográficos, passaremos a tomar um a um os textos ou os volumes que entendemos dever destacar sobretudo pela importância que adquiriram os respectivos conteúdos e/ou circulação pública. Independentemente deste critério, é impossível escapar a essa outra forma de leitura algo convencional e da qual Donald Lach deu aquela que é até hoje a síntese mais bem conseguida, leitura que tende a repartir a generalidade dos mesmos títulos em três grandes grupos: o das crónicas oficiais, o da produção jesuítica e o das grandes colecções de relatos de viagem.

Conhecendo-se o que se conhece sobre o seu valor e eco próprios, é compreensível que o grosso dos exemplares da cronística a que atenderemos tenha saído de um ambiente intelectual muito específico como o português. No entanto, esta evidência não dispensa notas pontuais sobre alguns dos seus homólogos espanhóis. No que diz respeito às fontes básicas da Companhia de Jesus, as cartas gerais e anuais e as colecções de cartas como os *Nuovi Avvisi dell'Indie di Portogallo* (Veneza, 1565) ou as *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Iapão & China* (Évora, 1598, 2 vols.), elas partilham grande parte das atenções com um outro tipo de documentos oriundo desses meios, o dos “tratados”. Referimo-nos aqui a fontes narrativas redigidas quase sempre na Europa com base nos documentos etnográfico-propagandísticos chegados do Oriente e que, apesar de não homotéticas, são comumente designadas como Histórias ou Crónicas das Missões das Índias Orientais¹⁴. Enfim, restam as colecções de viagens, as quais não mais é necessário esclarecer que são tipificadas pelos nomes de Giovanni Battista Ramusio e Ricard Hakluyt.

Da combinação de todas estas premissas resulta a conveniência de subdividirmos os cerca de oitenta anos que temos pela frente em períodos quanto possível ajustados ao género de fontes que se foi sucedendo ou sobrepondo. A principal cronística lusa de Quinhentos, as primeiras epistolografia e sínteses dos jesuítas e os primeiros livros especificamente consagrados à temática chinesa definem o intervalo de *c.* 1551 a *c.* 1590 que vamos analisar de imediato (III, caps. 7-12). A historiografia eclesiástico-missional da Companhia de Jesus anterior ao *De Christiana Expeditione apvd Sinas* de Matteo Ricci e Nicolas Trigault aconselha a abertura de outro segmento que vá de *c.*

¹⁴ Ver, *inter alia*, Bourdon, 1993, pp. 22-28; Alao, 1997, p. 545.

1580 a 1614 (IV, caps. 13-20). Por último, os aventureiros, mercadores e espiões de diversas proveniências que prepararam a segunda Expansão europeia, as crónicas portuguesas do início de Setecentos e o caso excepcional de Fernão Mendes Pinto dão sentido a um arranjo de registos de claro pendor laico definido entre *c.* 1580 e *c.* 1630 (V, caps. 21-25).

CAPÍTULO 7

Os primeiros ensaios da cronística portuguesa, 1551-1561

1. A *Historia da India* de Fernão Lopes de Castanheda, 1551-1561

Pertence a Fernão Lopes de Castanheda (Santarém, c. 1500-Coimbra, 1559) uma das duas primeiras notícias detalhadas sobre a China inseridas numa crónica portuguesa, a qual pouco depois saiu beneficiada com uma tradução que lhe abriria caminho para um público internacional. Praticamente simultânea, a outra dessas provas do género cronístico encontramos-na na *Década I* da *Asia* de João de Barros, o nome que veremos logo a seguir. Contudo, assinala-se desde já que Castanheda e Barros concorrem um com o outro dentro de um mesmo ambiente intelectual e que as respectivas empresas editoriais estão marcadas — pelo menos nos tempos iniciais — pelo despique entre as casas impressoras que as divulgam¹.

Castanheda

Fernão Lopes de Castanheda partiu para a Índia em 1528 depois da haver estudado no Convento de S. Domingos de Santarém. Fê-lo na ocasião em que seguia o recém-empossado governador Nuno da Cunha e em companhia do pai, o licenciado Lopo Fernandes de Castanheda, que foi o primeiro ouvidor de Goa. Conjugará a sua permanência nessa cidade durante os dez anos seguintes com várias deslocações pelas partes da Ásia marítima, tempo e oportunidades que aproveitou para recolher os inúmeros materiais escritos e orais que fazem da sua *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses* uma peça única entre a generalidade dos trabalhos dedicados à Expansão lusa com os quais se identifica. Como garante, “vi tormentas, vi

¹ Diogo Ramada Curto, “Língua e memória”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, *No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 361 e 369.

batalhas no mar & peleias na terra, & espedaçar nauios, & bater muros & vêcer a ãmigos, & falo como esprementado”².

Quer a iniciativa tenha partido do próprio, quer tenha sido encomendada, recomendada ou apoiada por D. João III, algo que está por esclarecer, certo é que Castanheda já encetara a redacção desta obra quando volta ao reino. Instalado em Coimbra, recebeu sucessivamente os encargos menores de bedel do Colégio das Artes e de guarda do cartório e biblioteca da Universidade. Entrega-se então à entrevista complementar de “muytos fidalgos & Capitães” regressados da Índia³, assim como à consulta de textos como a *Somma Orientall* de Tomé Pires e o *Livro* de Duarte Barbosa ou de materiais cartográficos como os de Francisco Rodrigues com o fim de completar a escrita dos dez livros que se julga compusessem esta *Historia* — interrogado porque apenas foram editados oito livros, enquanto a oposição da regente D. Catarina se encarregou de impedir a prensagem dos restantes, dos quais só sobram os 31 capítulos do livro IX na transcrição que deles fez o jesuíta Giovanni Pietro Maffei, correspondentes a uma resenha dos acontecimentos de 1539 a 1542.

Editado em Coimbra em 1551 e reeditado na mesma cidade em 1554, o primeiro livro da *Historia da India* por Castanheda é aquele que mais fama goza entre o público europeu⁴. Quanto aos restantes, os livros II e III são publicados em 1552 (ainda em Coimbra, como todos os demais)⁵, os livros IV e V em 1553⁶, os livros VI e VII em

² Fernão Lopes de Castanheda, *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses*, vol. 1, *Livros I, II, III e IV*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, liv. III, “Prologo dirigido à muyto alta & Serenissima Raynha dona Caterina de Portugal nossa senhora”, colecção Tesouros da Literatura e da História, Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, cit. p. 495. Salvo indicação em contrário, todas as citações a partir desta edição. Cf. António Rosa Mendes, “A vida cultural”, in. J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, 1993, p. 397.

³ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. III, “Prologo”, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 494.

⁴ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses. Feyta per Fernão Lopez de Castanheda. E aprouada pelos senhores deputados da sancta Inquisição*, Coimbra, João da Barreira e João Álvares, 1551. O título da correspondente edição revista: *Ho Livro Primeiro dos dez da historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses. Agora emmendado & acrecentado. E nestes dez liuros se contêm todas as malagrosas façanhas que os Portugueses fizerão em Ethiopia, Arabia, Persia, E nas Indias, dentro do Ganges & fora dele, & na China & nas Ilhas de Maluco, do tempo que dom Vasco da Gama conde da Vidigueira & almirante do Mar Indico descobrio as Indias, ate a morte de dom Ioão de Castro que foy governador & visorey. Em que se contem espaço de cincoenta annos*, Coimbra, João da Barreira, 1554. Ver António Joaquim Anselmo, *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1977, pp. 35-36, ref. 130 (1.^a ed. 1926); Faria, 1977, pp. 178-180, refs. 140-141.

⁵ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia de liuro segundo do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses. Feyta per Fernão lopez de Castanheda*, Coimbra, João da Barreira e João Álvares, 1552. O seguinte: *Ho terceiro liuro da historia do descobrimento & conquista da India, pelos Portugueses. Feito por Fernão lopez de Castanheda*, Coimbra, João da Barreira e João Álvares, 1552.

⁶ Fernão Lopes de Castanheda, *Os liuros quarto & quito da historia do descobrimento & cõquista da India pelos Portugueses*, Coimbra, João da Barreira e João Álvares, 1553.

1554⁷ e o livro VIII em 1561⁸. O livro I na sua versão original foi de imediato traduzido para francês pelo humanista normando Nicolas de Grouchy (Nicolaus Gruchius Rothomagensis), antigo professor de Dialéctica no Colégio das Artes de Coimbra reputado pelos seus comentários sobre Aristóteles e então retirado em La Cauchie, perto de Dieppe (Paris, 1553)⁹. Acrescida de importantes modificações, esta tradução reaparece em Antuérpia em 1554 (“chez Jean Steelsius”) e em Antuérpia-Paris em 1576¹⁰. O mesmo tomo sai em espanhol em 1554 (Antuérpia) a partir de versão de 1551 e sem que se mencione quem foi o tradutor¹¹. Em 1565 é a vez de sair uma tradução alemã baseada na de Nicolas de Grouchy¹². Não traz indicação de autor nem de local de edição, embora se pense que fosse impressa por Nicolas Heinrich, em Ober-Ursel, nos arredores de Frankfurt¹³. A versão de Grouchy estará ainda na origem de uma edição

⁷ Fernão Lopes de Castanheda, *Ho Sexto Liuro da historia do descobrimento & conquista da India polos Portugueses*, Coimbra, João da Barreira, 1554. O seguinte: *Ho Setimo liuro da historia do descobrimento r conquista da India pelos Portugueses. Feyto por Fernã Lopez de Castanheda*, s.l., s.t. [Coimbra, João da Barreira e João Álvares], 1554.

⁸ Fernão Lopes de Castanheda, *Ho Octavo liuro da historia do descobrimẽto & cõquista da India pelos Portugueses. Feyto por Fernão Lopez de Castanheda, que Deos tem*, Coimbra, João da Barreira, 1561. Ver Anselmo, ed. 1977, p. 36, refs. 131 e 132; pp. 44-45, ref. 159; pp. 77-82, refs. 281, 290, 291 e 297; Ana Paula M. Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda – Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 98-114, 206-207 e 269-270.

⁹ Fernão Lopes de Castanheda, *Le Premier Livre de l’Histoire de l’Inde, contenant comment l’Inde a esté découuerte par le commãdement du Roy Emanuel: & la guerre que les capitaines Portugalois ont mené contre le Samorin, Roy de Calecut: faict par Fernãd Lopes de Castagneda: & traduit de Portugués en Frãçois par Nicolas de Grouchy*, Paris, De l’imprimerie de Michel de Vascosan, demourant à l’enseigne de la Fontaine, rue S. Iaques, 1553. Ver Vicomte de Grouchy & Émile Travers, *Étude sur Nicolas de Grouchy (Nicolaus Gruchius Rothomagensis) et son fils Timothée de Grouchy, Sieur de La Rivière*, Paris/Caen, l’Imprimerie F. Le Blanc-Hardel, 1878, pp. 12-15, 55-62, 71-100 e 213-215; Georges Le Gentil, *Nicolas de Grouchy – Traducteur de Castanheda*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1937, pp. 1-12; Avelar, 1997, p. 214.

¹⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *Histoire des Indes de Portugal, contenant comment l’Inde a esté decouuerte par le commendement dv Roy Emanuel. Plus la guerre que les Portugais ont faite pour la conqueste d’icelles faite en portugues par Fernand Lopez de Castanenda, et traduit de noueueu en François par Nicolas de Grouchy*, Imprimé à Anuers, et ce [sic] vend chez Iean Parant, rue Saint-Iaques, à Paris, 1576.

¹¹ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia del descubrimiento y conquista de la Yndia por los Portugueses, compuesta por Hernan Lopez de Castañeda en lenguaje portuguesa y traduzida nuevamente en romance castellano*, Antuérpia, por Martin Nunzio, 1554. Ver Le Gentil, 1937, p. 6.

¹² Fernão Lopes de Castanheda, *Warhafftige vnd volkomene Historia von erfindung Calecut vnd anderer Königreich Landen vnd Inseln in Indien vnd dem Indianischen Meer gelegen So vormals von niemands mehr erkand Daher bisz auff den heutigen Tag allerley Gewürtz Specery vnd andere köstliche Wahr Fast in die gantze Christenheit gebracht werden. Wie dieselbigen durch des Königes ausz Portugal Vnterthanen zu Meerersucht gefunden vnd bekriegt worden etc. Ausz Frantzösischer Sprach jetzt newlich ins Teutsch gebracht* (História verídica e completa da descoberta de Calecut e de outros reinos, países e ilhas, situados na Índia e no mar indiano, que ninguém tinha explorado antes e de onde, até ao presente, todo o tipo de especiarias, de condimentos e de outras mercadorias preciosas foram trazidas para quase toda a Cristandade. Do modo como estes países foram procurados por mar, encontrados e conquistados pelos súbditos do rei de Portugal. Traduzida recentemente do francês para alemão), s.l., 1565, s.t. Ver Faria, 1977, pp. 190-191, ref. 149; Lopes, 2002, p. 45.

¹³ Ver Grouchy & Travers, 1878, pp. 107-109.

italiana de que há notícia mas não provas, da autoria do basco Agustín de Cravaliz e dada à estampa em Roma em 1556.

Em 1582 aparecerá em Londres a correspondente tradução inglesa. Dedicada a Sir Francis Drake, tanto é possível que esta tenha sido realizada a partir do original português como a partir da versão espanhola de 1554. Porém, mais significativa será a possibilidade de o Nicholas Lichefield que assina como tradutor ser Thomas Nicholas, o mercador retirado de um demorado convívio com os meios mercantis sevillhanos e canários e que foi responsável pelas versões inglesas da segunda parte da *Historia de las Indias y conquista de Mexico* de Francisco López de Gómara — *The pleasant historie of the conquest of Weast India, now called New Spayne, achieved by Hernando Cortez* (Londres, H. Bynnerman, 1578) —, da *Historia del descubrimiento y conquista de la provincia del Perú* de Agustín de Zárate (Antuérpia, Martin Nucio, 1555) — *The strange and delectable history of Peru* (Londres, R. Jones, 1581) — e, antes destas, de um folheto intitulado *The strange and marveilous Newes lately come from the Great Kingdome of Chyna, which adjoyneth the East Indya: translated out of the Castlyn tongue* (Londres, T. Gardyner & T. Dawson, 1577)¹⁴.

É sobretudo no livro IV — ainda que também nos livros II, III, V, VII e VIII — que se encontra incluída a informação sobre a China que nos interessa. Neste caso, a respectiva publicitação além-fronteiras não apenas teve de esperar até à tradução feita por Alfonso Ulloa dos sete primeiros livros da *Historia do descobrimento & conquista de India*, que surge editada em Veneza em 1577 e em 1578¹⁵, como até às edições dos resumos em francês dos últimos livros por Simon Goulart de Senlis (livros consagrados ao reinado de D. João III) que são dadas em Genebra (sem indicação de local)¹⁶ e Paris

¹⁴ Taylor, 1930, pp. 39-40 e 190; E. G. R. Taylor, *Late Tudor and Early Stuart Geography, 1583-1650*, Londres, Methuen & Co., 1934, p. 187; K. R. Andrews, “Hakluyt’s use of the materials available to him – Latin America”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, p. 235; David B. Quinn, “Hakluyt’s use of the materials available to him – North America”, in idem, *ibidem*, p. 248. Ver também Sánchez Alonso, 1944, pp. 121-122; J. A. Williamson, “Richard Hakluyt”, in Edward Lynam (ed.), *Richard Hakluyt & His Successors – A volume issued to commemorate the centenary of the Hakluyt Society*, Londres, The Hakluyt Society, 1946, pp. 20-21

¹⁵ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia dell’Indie orientali scoperte e conquistate dai Portughesi di commissione del Re Manuello*, Veneza, Giordano Ziletti, 1578.

¹⁶ Simon Goulart, *Histoire de Portugal, contenant les entreprises, nauigations, & gestes memorables des Portugallois, tant en la côqueste des Indes Orientales par eux descouertes, qu’ès guerres d’Afrique & autres exploits, depuis l’an mil quatre cens nonâte six, iusques à l’an mil cinq cens septante huit, sous Emmanuel premier, Iean troisieme, & Sebastien premier du nom. Comprise en vingt liures, dont les douze premiers sont traduits du latin de Ierosme Osorius, Euesque de Sylues en Algarve, les huit suivans prins de Lopez de Castagnede & d’autres historiens. Nouuellement mise en François, par S. G. S. [Simon Goulart Senlisien] Auec vn discours du fruit qu’on peut recueillir de la lecture de ceste histoire, & ample*

em 1581¹⁷, em Paris em 1587 e novamente em Genebra em 1610. Esta abreviação foi também posta em holandês em 1670 (Roterdão)¹⁸.

Sinais antigos

Como vem sendo frequente, começamos por observar algumas das referências à China que aparecem de forma avulsa na *Historia da India* de Fernão Lopes de Castanheda, logo em todos esses livros acabados de referir, excepto no quarto. Fazendo-o, constata-se de imediato que a principal novidade em relação ao que já circulava decorre do encadeamento que é oferecido entre diversos momentos da iniciativa política, militar ou comercial lusa e a terra ou a gente da China que vivia repartida por diversas escalas dos Mares da Ásia. Quer isto dizer que, para ele, tanto tem menos interesse a súmula de informações sobre produtos transaccionados pela diáspora chinesa, como a memória dos mecanismos do sistema tributário, algo no essencial já levantado por observadores anteriores mais competentes ou mais lidos como Duarte Barbosa, Tomé Pires ou até Ludovico di Varthema¹⁹.

Indice des matieres principales y contenues, s.l. [Genebra], De l’Imprimerie de François Estienne, pour Antoine Chuppin, 1581.

¹⁷ Simon Goulart, *Histoire de Portugal contenant les entreprises, nauigations & gestes memorables des Portugallois, tant en la conqueste des Indes Orientales par eux descouuertes, qu’ès guerres d’Afrique & autres exploits, depuis l’an mil quatre cens nonãte six, sous Emmanuel premier, leã troisieme, & Sebastião premier du nom* [...], Paris, De l’Imprimerie de Pierre Chevillot, 1581.

¹⁸ Ver *infra*, cap. 10-4, n. 112; Grouchy & Travers, 1878, p. 100, n. 1; Faria, 1977, p. 189; Aldo Albónico, “Imprese portoghesi e comunità tomassine: riflessi ed echi in opere italiane del Cinquecento”, in *Le Caravelle Portoghesi sulle vie delle Indie. Le cronache di scoperta fra realtà e letteratura – Atti del Convegno Internazionale, Milano 3-4-5 dicembre 1990*, a cura di Pietro Ceccucci, Roma, Bolzoni Editore, 1993, p. 198; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 187-190; Carmen Radulet, “Fernão Lopes de Castanheda”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, pp. 218-219 [Radulet, 1994d]; Avelar, 1997, pp. 212-215.

¹⁹ Contudo, não queremos deixar de referir a seguinte passagem do primeiro capítulo da versão original do livro I escrita a propósito da viagem de Afonso de Paiva pelo apego que denota em relação a duas das principais heranças da tradição literária, sendo uma delas aquela de fundo chinês que mais alusões nos tem merecido: “[...] & Afonso de payva ficou pera hir por terra aa corte do emperador de ethiopia que he o *que* agora erradamẽte nomeamos por Preste João, porque o verdadeiro, que foi aquelle de que Marco Polo fala ã seu livro, que senhoreava no sertão da India & continuava seu senhorio cõ ho grãção de Cathaio, & ho derradeyro Preste foy morto em hũa batalha que ouue com hũ grão cão & logo acabou ho senhorio do Preste João & ja neste tempo ho não hauia” — Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. I, cap. I, 1551, exemplar da BAL (50-VIII-58), p. 5; transcr. in Avelar, 1997, cit. p. 85.

Na versão de 1554 desaparece esta referência à obra de Polo (retirada, naturalmente, da edição do *Livro de Marco Paulo* feita por Valentim Fernandes em Lisboa, em 1502), vindo apenas a ser retomada no livro III, quando aí se volta ao tópico das terras do Preste e numa passagem em que se elogia a figura intelectual de Damião de Góis: “E porque no liuro primeyro toquey breuemẽte que ao emperador da Etiopia chamamos erradamẽte preste João, direy agora como, segũdo Marco paulo escreve. Aquele *que* se soya de chamar preste João, teue seu senhorio comarcão cõ as terras do grão de Cathayo, que ficava antrelas & ho grande reyno de Deli, bẽ dentro no sertão da India, & era Christão, & foy vencido 6 morto

Encaixa em pleno nesta ideia a passagem do capítulo LVIII do livro II em que se esclarece que, ao lado das muitas mercadorias que chegam da Índia, de Malaca, de Bengala, de Alexandria, do Cairo, da Pérsia e “doutras prouincias de Asia”, vêm da China à cidade de Ormuz “almizquere, reubarbo, & seda”²⁰. Como quem fala em mercadorias fala em comunidades mercantis, é isso o que sobressai quando se lê o retrato da riqueza pretérita de Malaca exposto no capítulo CXII do mesmo livro. Castanheda começa por nos explicar que costumavam afluir ao porto malaio muitos estrangeiros ou juncos de Paleacate, da ilha de Java, de Samatra, do Malabar, da Índia, do Coromandel, de Bengala, de Tanaçarim, do Pegu, do Maluco ou de Timor. E diz-nos também que tal trânsito mais a soma das embarcações vindas da China tinham feito a glória dessa que fora “a mayor escala & das mais ricas mercadorias que se então sabia no mûdo: porque aqui vinhão juncos da china *que* trazião ouro, prata, aljofar, perlas, almizquere, reubarbo, borcadilhos, cetís, damascos, tafetàs, seda solta, & retros, porcelanas, cofres dourados: & outros brîcos & lindezas muyto mais polidos *que* os de Frâdes. E mais leuauão ferro & salitre: & fazião seu emprego ã pimenta, panos de Cambaya, de Bêgala”²¹.

Continuam a enquadrar-se nessa leitura as linhas do capítulo CXIII do livro II que aludem aos quatro juncos chineses encontrados por Diogo Lopes de Sequeira em Malaca em 1509 e à amizade que os seus capitães haveriam dispensado aos portugueses acabados de desembarcar²². Igual para a descrição do primeiro ataque à praça malaia desencadeado por Fernão Peres de Andrade a mando de Albuquerque que está no livro III: é o conhecido episódio do resgate dos juncos chineses e da pretensa promessa que

em hũa batalha *que* lhe deu ho grão cão de Cathayo *que* lhe ocupou seu señorio, & nũca mais ouue preste joão: & segũdo isto o *que* agora chamamos preste johão ho não he, nẽ menos tẽ tal nome ã sua terra, & assi ho diz Frãcisc Alvarez no livro *que* fez das cousas do señorio deste preste, onde andou muyto tẽpo & soube todas suas particularidades, nẽ menos he bispo, pera *que* se diga que de presbiter nome latino, *que* quer dizer bispo se mudou em preste, porque na terra ha hũ patriarca *que* gouerna a igreja daquelas partes, & *que* ao preste lhe chamão vniversalmẽte, em sua lingua neguz & agacé, *que* na nossa quer dizer rey ou emperador. E tãbẽ lhe chamão precioso joão, segundo afirma Damiã de goys, homẽ de grande erudição & de marauilhoso engenho, & de curiosidade singular. E este nome precioso parece *que* se corrõpeo em preste, & daqui lhe camão os nossos, & outros preste joão” — Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. III, cap. XCVI — “De como ho governador soube *que* hũ embaixador do Preste que vinha pera el rey estaua preso ã Dabul, & quẽ era ho Preste Ioão & onde teue seu senhorio”, ed. 1979, vol. 1, cit. pp. 724-725. Ver *supra*, Parte I, cap. 1-1. Cf. Avelar, 1997, pp. 84-85.

²⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. II, cap. LVIII — “Em que se escreue a cidade Dormuz. E de como Coieatar que era governador do reyno se apercebia pera peleitar com ho capitão moor”, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 340.

²¹ Idem, *ibidem*, liv. II, cap. CXII — “Em que se escreue ho sitio da cidade de Malaca, & sua grande riqueza: & como se fez reyno”, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 461.

²² Ver idem, *ibidem*, liv. II, cap. CXIII — “De como ho capitão mór Diogo lopez de sequeyra chegou ao porto de Malaca, & se uiu com el rey: & assentou trato, & amizade, & da treição que se lhe ordenou”, ed. 1979, vol. 1, p. 462.

esses orientais então teriam feito de trazerem cada ano cem das suas embarcações caso o desfecho da batalha pela posse da cidade fosse favorável aos portugueses²³.

No capítulo LVII deste livro III regressar-se-á ainda à descrição dessa primeira *entente cordiale* luso-chinesa com a crónica do consentimento dado para a partida dos chineses em pleno cerco de Malaca, motivo pelo qual estes então forão “muyto contentes e dauão muytas graças a Deos por [o governador] os tirar do poder de tão maa gente como os mouros malayos”²⁴. Sempre no livro III, mas agora no capítulo CXLIX, Castanheda regista a passagem por Malaca de Rafael Perestrelo quando incumbido da tarefa de descobrir a China²⁵. Quatro capítulos adiante aparece a indicação dos nomes dos capitães que tinham largado de Lisboa em 1515 juntamente com o novo governador Lopo Soares de Albergaria, nomes acrescentados das capitánias com que cada um fora agraciado. Entre eles figuram aqueles a quem se delegava o encargo de ir à China. Um pouco à frente, surge de novo uma nota a respeito de Fernão Peres de Andrade, desta feita porque acabou por receber em Moçambique da mão do mesmo Lopo Soares a nau com que iria “assentar trato & amizade na China, & ã Bêgalã”²⁶.

Com grande probabilidade de ter sido inédito para a maior parte dos leitores coevos, mas sem novidade em relação ao que já sabemos, era ainda o caso daquelas referências à viagem da China que Simão Peres de Andrade ganha depois do regresso à Índia do seu irmão Fernão²⁷, àquela de que um Rafael Catanho e um Rafael Perestrelo usufruem em 1519 com igual destino²⁸, àqueloutra que Pêro Lourenço de Melo levara

²³ Ver idem, *ibidem*, liv. III, cap. LIII — “De como Fernão perez dâdrade com outros capitães poserão fogo â cidade por mandado do gouernador, pelo que elrey lhe mãdou logo Ruy daraujo & os outros nossos”, ed. 1979, vol. 1, pp. 628-629.

²⁴ Idem, *ibidem*, liv. III, cap. LVII — “De como hũ mercador jao principal homẽ de Malaca mãdou pedir seguro ao gouernador, & lho deu, & como ho gouernador mandou hum messajeiro a el rey de Sião”, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 637. Ver Carlos Augusto Montalto de Jesus, *Macau Histórico – Primeira edição portuguesa da versão apreendida em 1926*, trad. Maria Alice Morais Jorge, coleção História, Macau, Livros do Oriente, 1990, p. 21 (1.ª ed. 1902; 2.ª ed. revista e aumentada: Macau, Salesian Printing Press/Tipografia Mercantil, 1926).

²⁵ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. III, cap. CXLIX — “De como el rey de Campar que era bendâra em Malaca foy degolado por treyção del rey de Bitão”, ed. 1979, vol. 1, p. 849.

²⁶ Idem, *ibidem*, liv. III, cap. CLII — “De como partio de Portugal por gouernador da India Lopo Soarez, & de como chegou laa”, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 856: Ver idem, *ibidem*, liv. III, cap. CLII, ed. 1979, vol. 1, p. 855.

²⁷ Ver idem, *ibidem*, vol 2, *Livros V, VI, VII, VIII e IX*, liv. V, cap. IV — “De como ho gouernador despachou certos capitães pera diuersas partes”, ed. 1979, p. 12; idem, *ibidem*, liv. V, cap. X — “De como despois Dantonio correa socorrer Malaca se partio pera Pegú a assentar amizade”, ed. 1979, vol. 2, p. 18

²⁸ Ver idem, *ibidem*, liv. V, cap. XV — “De como partio de Portugal por capitão mór da armada da India Iorge dalbuquerque, & de como dõ Luys de guzmão arribou ao brasil por lhe quebrar o leme”, ed. 1979, vol. 2, p. 27; idem, *ibidem*, liv. V, cap. LI — “De como auendo ho gouernador dir inuernar a Ormuz deixou na India em seu lugar a dom Aleixo de meneses”, ed. 1979, vol. 2, p. 88.

em 1520²⁹, à de Martim Afonso de Melo, no ano seguinte³⁰, ou às de uns Manuel de Brito e Manuel Botelho, em 1531³¹. Mais correntes são já as impressões sobre a qualidade superior da porcelana chinesa vindas a propósito daquela “não tão fina” que se fazia em Marbatão, no Pegu³². A hipótese de que os chins tivessem exercido em tempos a sua suserania sobre este reino era aqui repetida de acordo com a imagem que vimos ensaiada pela primeira vez com consistência por Varthema e que, por exemplo, fora logo ampliada por Tomé Pires. Em concreto, Castanheda notava o registo dos típicos caracteres dessa escrita estrangeira nas armas de metal e nos sinos que existiam nesse local. A constatação da presença de ídolos chineses nas mesmas paragens e a de que os seus naturais também adoravam “a hūs edificios *que* chamão varelas feytos ao modo das dos Chins” sublinhava essas interdependências passadas³³. No último livro desta *História* anota-se a propósito da forma como o antigo (e primeiro) governador do Brasil e então capitão Martim Afonso de Sousa “desbaratou el rey [da ilha] de Repelim, & lhe queymou a cidade” que aí “forão achadas hūs letras Chins, que el rey de repelim tinha em grande veneração, por ser cousa de sua religião”³⁴.

Budismo e burocracia

Como veremos já a seguir, o tratamento destacado que é dado à China no livro IV da *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses* coincide com a época da famigerada jornada de Fernão Peres de Andrade. Tal ajuda à visualização da

²⁹ Ver idem, *ibidem*, liv. V, cap. XXXVIII — “De como foy por capitão mór da armada pera a India Iorge de Brito, & do que aconteceu ao galeão de Ruy vaz pereyra com hũ peixe”, ed. 1979, vol. 2, p. 60; *supra*, Parte I, cap. 5-1.

³⁰ Ver Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. V, cap. LXIX — “De como partio de Portugal dom Duarte de meneses por governador da India, & de como chegou lá com toda sua armada”, ed. 1979, vol. 2, p. 115.

³¹ Ver idem, *ibidem*, liv. VIII, cap. XLVIII — “De como ho governador começou a fortaleza de Chale”, ed. 1979, vol. 2, p. 639.

³² Idem, *ibidem*, liv. V, cap. XI — “Em *que* se escreue ho reyno de Pegú & seus costumes”, ed. 1979, vol. 2, p. 20.

³³ Idem, *ibidem*, liv. V, cap. XI, ed. 1979, vol. 2, cit. p. 21. Ver idem, *ibidem*, pp. 20-21. Como observámos, o termo “varela” ocorre no texto de García de Escalante Alvarado (ver *supra*, Parte II, cap. 6-4). Do malaio *barhala* (javanês *brahala*), “ídolo”, subentendendo-se *rumah*, “casa de”. É sinónimo de pagode e mosteiro de budistas na Indochina, na China e no Japão. Dalgado, *Glossário*, vol. 2, 1921, p. 405.

³⁴ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. VIII, cap. CXLIII — “De como Marfĩ afonso de Sousa desbaratou el rey de Repelim, & lhe queymou a cidade”, ed. 1979, vol. 2, cits. pp. 798 e 799. Ver, p. ex., Mariana Lagarto, “Martim Afonso de Sousa”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, pp. 1003-1004 [Lagarto, 1994b].

sequência de relatos oferecida daí para a frente e nos quais o nome dos lusitanos aparece envolvido com o nome deste Império. O obrigatório registo do modo “como se leuantarão os Chins contra os Portugueses que estauão em Cantão: & prenderão ho embaixador del Rey de Portugal, & os *que* estauão coele” — a narrativa que vai entre a partida de Simão Peres para Malaca e o golpe na embaixada de Tomé Pires — ocupa todo o capítulo LXXX do livro V³⁵. Depois disto, os capítulos XIII, XIV e XV do livro VI contam-nos as frustradas tentativas para repor a normalidade do trato cantonense levadas a cabo por Martim Afonso de Melo³⁶. Enfim, os capítulos LXVI e LXXXIX do livro VIII tanto nos dão as notícias da paz conseguida por D. Paulo da Gama com os reis de Pão e Patane e da quase automática retoma dos contactos entre Malaca e a China que tal propiciou, como da descoberta de “mais de cincoenta pórtos melhores que os de Cantã” que — no que é um óbvio exagero da parte do cronista — teriam resultado desse facto³⁷.

Nesse livro IV da *Historia* de Lopes de Castanheda o capítulo IV é reservado para os pormenores de como “Fernão perez dandrade partio de Malaca pera a China, & de como arribou com tempo”³⁸. Na mesma linha, o capítulo XXVIII, intitulado “De como Fernão perez chegou ao porto da ilha da veniaga, & de como se lhe ouuera de perder a frota estando no porto”, o capítulo XXX (sobre a chegada de Fernão Peres a Cantão) e o imediatamente posterior (sobre as negociações que antecederam o desembarque de Tomé Pires), perdem-se na inventariação dos respectivos acontecimentos e nada precisam sobre os cenários que os suportam³⁹. Dado isto, o

³⁵ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. V, cap. LXXX — “De como se leuantarão os Chins contra os Portugueses que estauão em Cantão: & prenderão ho embaixador del Rey de Portugal, & os *que* estauão coele”, ed. 1979, vol. 2, pp. 133-134.

³⁶ Ver idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XIII — “De como Marti Afonso de melo coutinho chegou aa China & a achou de guerra”, ed. 1979, vol. 2, p. 176; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XIV — “De como Martim Afonso de melo quisera tornar a reformar a paz com os Chins & não pode”, ed. 1979, vol. 2, pp. 177-178; idem, *ibidem*, liv. VI, cap. XV — “De como ardeo a nao de Diogo de melo, & os Chis tomarão a nao de Pedroomẽ & a quãtos estauão dentro. E de vomo Martim Afonso partio pera Malaca”, ed. 1979, vol. 2, pp. 178-179.

³⁷ Idem, *ibidem*, liv. VIII, cap. LXVII — “Da treyção que el rey de Bengala ordenou contra Martim afonso de melo jusarte”, ed. 1979, vol. 2, cit. p. 678. Ver idem, *ibidem*, liv. VIII, cap. LXXXIX — “De como Francisco de barros de payua & Anrique mêdez de vascôcelos pelejarão cõ hũa armada de Iaos”, ed. 1979, vol. 2, p. 714; *supra*, Parte I, cap. 5-2.

³⁸ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. IV — “De como Fernão perez dandrade partio de Malaca pera a China, & de como arribou com tempo”, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 876. Ver idem, *ibidem*, liv. IV, cap. IV, ed. 1979, vol. 1, pp. 876-877.

³⁹ Ver idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVIII — “De como Fernão perez chegou ao porto da ilha da veniaga, & de como se lhe ouuera de perder a frota estando no porto”, ed. 1979, vol. 1, pp. 915-917; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXX — “De como ho capitão mór chegou a Cantão, & de como despois chegarão ho Cõquam, Compim & ho Tutão”, ed. 1979, vol. 1, pp. 919-921; idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXXI — “De

núcleo das observações onde encontramos o retrato da realidade chinesa ocorre condensado nos capítulos XXVII (com a “discrição da China & de seus costumes”) e XXIX (onde se alude ao “sitio de Cantão”).

Conferida a distância que separava Malaca da China — pouco mais de quinhentas léguas navegando para Leste —, vinham à cabeça os detalhes sobre a lendária abundância desta: oferta de todo o género de mantimentos, de todas as frutas que havia em Espanha, de muitas minas de ouro e prata, de todos os demais metais, de muita e muito fina seda, de riubarbo, de cânfora, de canela, de azougue, de pedra-ume e de porcelanas. Fala-se também na riqueza dos chineses, nos grandes juncos que os seus mercadores usavam no trato ultramarino e nas “muytas & grandes cidades cercadas de muros, torres & cauas em que ha muy nobres edificios”⁴⁰. Como reconhecemos sem esforço, os termos são correntes e alguns deles chegam quase idênticos aos empregues por Tomé Pires na *Somma Orientali*. No entanto, isto não quer necessariamente dizer que tenha sido esta a fonte — ou, pelo menos, a única fonte — utilizada.

Passa-se então para uma nota sobre as crenças dos chineses que não apenas é muito mais extensa que todas as demais, como também portadora de novidades. Aqui, depois de garantir que “todos sam gentios”, Castanheda acrescenta um número considerável de aspectos do culto que julga indiciarem “que ouue Christãos naquela terra”. Escreve que os chins adoram “hũ soo deus & tẽno por criador de todo mũdo: & adorã tres imagẽs domẽ, & tal de hũa como a outra, & todas sam hũ homem soo. Adorã duas imagẽs de molheres que crẽ sanctas, hũa se chama Nãma & teena os mareantes por auogada [...], a outra se chama Conhãpuça [...]: esta dizem que goarda a terra, tem a sua imagem huma pomba de bico vermelho”. Escreve que conservam estas e as demais imagens que veneram “em sumtuosos templos, a que eles chamam varelas & sam da feyção que contão os historiadores que forão as piramides do Egipto” (aqueles mesmos que acabámos de ver no Pegu) e “em altares da maneyra dos nossos”. Escreve também que os officiantes rezam aí “por hum liuro escripto em lingoagem que antreles he como antrenos ho latim, porque não a entendem todos”. Continuando com as palavras do cronista, os frades que moravam nessas “varelas” celebravam os officios divinos envergando ornamentos “como quãdo antre nos os sacerdotes dizem missa”, sendo tais edifícios repartidos em partes idênticas àquelas que se encontravam “nos

como ho capitão mór mãdou recado ao Tutão, & foy escripto a el rey de sua chegada. E de como deixãdo ho embaixador em Cantão se tornou á ilha Daueniaga”, ed. 1979, vol. 1, pp. 921-923.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVII— “De como Fernão perez dandrade tornou a partir pera a China, & da discrição da China: & seus costumes”, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 912.

nossos mosteiros”⁴¹. Ainda que sem nunca as identificar, a notícia acrescenta outras características típicas das práticas de comunidades budistas, das vestes e das cabeças rapadas dos bonzos à pobreza de recursos no quotidiano e à dieta alimentar privada de carne e peixe.

Tudo isto contrasta quer com o que já lemos sobre o tópico nas cartas de Henrique Henriques (1546) e de Escalante Alvarado (1548) — onde o budismo ou seitas nele inspiradas são registadas se bem que sem levarem o rótulo apropriado — ou na carta de Niccolò Lancilotto (1548) — onde aparece a ideia de uma tradição cristã herética adormecida na China —, quer com a generalidade dos inquiritos encomendados ou aferidos pelos jesuítas ao longo dessa década anterior. Daí que não chegue a ser ousado afirmar que as linhas que Fernão Lopes de Castanheda dedica à da religião dos chineses tenham partido de um texto ou da combinação de vários textos do tipo da maioria desses.

Pela mesma ordem de razões, continua a não ser demasiado arriscado defender que a origem das respectivas informações continuasse a ser o litoral do Guangdong ou a imediata periferia de Cantão, onde o culto da deusa Nãna, a Rainha do Céu, era particularmente vivo entre as referidas gentes do mar. Poucas linhas adiante a ilha da Veniaga reaparece citada como o único entreposto onde era autorizado o comércio exterior, o que corrobora este palpito⁴². A propósito, esclareça-se que Nãna, Niang Má, A-Ma ou Á Má, o nome de *Tian Hou* (cantonense *Tien Hau*), é aquele a que desde cedo as gentes de Macau associaram a designação do próprio enclave, algo que Matteo Ricci recolhe e que sua leitura ajudará a divulgar⁴³. Exceptuando o forçado exercício de

⁴¹ Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 912.

⁴² Ver idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 2, pp. 913-914.

⁴³ Na obra de Matteo Ricci, concluída c. 1608-1609: “nella detta penisola [de Macau], dove era venerata una pagoda, che chiamano Ama. Per questo chiamavano quel luogo Amacao, che vuol dire in nostra lingua *Seno di Ama*” [“Seno” no sentido de baía] — Pe. Matteo Ricci, S.J., *Storia dell’introduzione del Cristianesimo in Cina*, liv. II, cap. I — “Di como si diede principio all’ entrata de’ nostri nella Cina”; pub. in *Fonti Ricciane*, vol. 1, *Storia dell’introduzione del Cristianesimo in Cina, NN. 1-500*, edite e commentate da Pasquale M. D’Elia sotto il patrocinio della Reale Accademia d’Italia, Roma, Libreria dello Stato, 1942, cit. pp. 151-152.

Na tradução de Nicolas Trigault: “In ea peninsula idolum erat, quod holieque; visitur, cui nomen Ama: Inde locus Amacao, ac si dicas Amæ Sinus appellatur” — Pe. Matteo Ricci, S.J. & Pe. Nicolas Trigault, S.J., *De Christiana Expeditione apud Sinas suscepta ad Societate Iesv, Ex. P. Matthæi Ricij eiusdem Societatis Comentarjjs. Libri V ad S.D.N. Pavlym V. In quibus Sinensis Regni mores, leges atq instituta & noua illius Ecclesiae difficillima primordia accurate & summa fide describuntur Auctore P. Nicolao Trigautio Belga ex eadem Societate*, lib. II, cap. II — “Huius expeditionis principia iterum ab Societate Iesu instaurantur”, Augsburgo, apud Christoph. Mangium, 1615, cit. p. 141.

O tradutor italiano de Trigault entendeu: “In quella [“Peninsula”] vi era un’Idolo, & hoggi anco vi se vede, che haueua nome Ama, da quello fù detto il lito Amacao, cioè di Ama” — Pe. Matteo Ricci, S.J. & Pe. Nicolas Trigault, S.J., *Entrata nella China de’Padri della Compagnia del Gesv. Tolta da i*

correspondências entre os mundos religiosos alheio e próximo, para o qual as esperanças dos missionários da Companhia não deixariam também de ter sido determinantes, supomos que as três imagens idênticas explicitadas fossem quaisquer das trindades budistas e que a segunda das santas mencionadas correspondesse à divindade budista da Misericórdia, então a mais venerada na China: *Conhãpuça* corresponde à transcrição exacta de *Guan Yin Pou Sat* (*Kuan Yin P' ou Sat*), também reconhecida por *Avalokita*⁴⁴.

Se a sombra dos levantamentos sobre a personalidade dos chineses executados às ordens dos discípulos de Inácio de Loyola parece óbvia neste pedaço de prosa assinado pelo autor da *História do descobrimento & conquista da Índia pelos Portugueses*, o que se lê a seguir a respeito da língua, dos modos, do saber, do engenho oficial, dos estatutos do imperador e dos mandarins ou da clausura do país, ainda que por vezes nos remeta para os termos empregues num documento como a *Emformação da chyna* incluída na colectânea que foi propriedade de Garcia de Sá, identifica-se sobretudo com o *Livro das cousas da India* de Duarte Barbosa, com a *Somma Orientall* de Tomé Pires e com o conteúdo das cartas escritas em Cantão por Cristóvão Vieira e Vasco Calvo.

Claro que existem algumas discrepâncias menores, mesmo algumas novidades em relação a esses ou a quaisquer textos anteriores que conheçamos: quando Fernão Lopes de Castanheda refere que se usa geralmente entre os chineses “toda a policia do mundo”, acrescenta que “cuydão eles que a não ha em outra parte se não na China, nem

Commentary del P. Matteo Ricci di detta Compagnia. Doue si contengono i costumi, le legge, & ordini di quel Regno, e i principij difficilissimi della nascente Chiesa, descritti con ogni accuratezza, e con molta fede. Opera del P. Nicolao Trigaucci Padri di detta Compagnia, & in molti luoghi da lui accresciuta, e reuista. Volgarizata dal Signor Antonio Sozzini da Sarzana, libro II, cap. II — “Di nuouo si tenta dalla nostra Compagnia l’entrata alla China”, Nápoles, Lazzaro Storiggio, s.d. [1622], cit. p. 111.

E o tradutor espanhol: “En esta peninsula, o casi isla, avia un Idolo, que aun en dia se ve, al cual llamavan Ama, de quien se le dio al lugar nimbres de Amacao, como si se dicesse ensinada, o puerto de Ama” — Pe. Matteo Ricci, S.J. & Pe. Nicolas Trigault, S.J., *Istoria de la China i Christiana Empresa hecha en ella: por la Compañia de Iesvs. Qve, de los escritos del Padre Mateo Richo, compuso el Padre Nicolas Trigault Flamenco, ambos de la misma Compañia. Donde se describen las Costumbres, las Leies, i los Estatutos de aquel Reino, i los dificultosissimos Principios de su nueva Iglesia. Traduzida de Lengua Latina por el Liceniado Duarte, Abogado de las Reales Audiencias de la Ciudad de Seuilla, i Lima, libro II, cap. II — “Renueva otra vez la Compañia de Iesus los principios desta Empresa”, Sevilha, Gabriel Ramos Veiarano, 1621, cit. fl. 71r.*

Ver Montalto de Jesus, ed. 1990, p. 46; Manuel Teixeira, *Macau no séc. XVI*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1981, pp. 4-6; Jonathan Porter, “Religião popular chinesa e povoamento de Macau”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 10, Abril-Maio-Junho 1990, pp. 51-57 e p. 66, n. 1; Gonçalo Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, *Macau – Da “Povoação do Nome de Deus do Porto de Macau na Chyna” à Carta de Privilégios, 1557-1586*, Macau, ICM, 1996, pp. 12-13.

⁴⁴ Manuel Teixeira, *Pagodes de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982, pp. 47-57; Samuel Couling, *The Encyclopaedia Sinica*, Hong Kong, Oxford University Press, 1983, pp. 67-75; refs. in Loureiro, 1994b, vol. 2, p. 871, n. 145. Cf. Loureiro, 2000a, pp. 454-456 e 458-459.

tem por homem ho que não he chim”⁴⁵; quando refere o uso de comerem em mesas altas, com toalhas, guardanapos “& as igorias apartadas em prateis”, aduz “que tudo o que comem tomão com garfo”⁴⁶; e quando refere que os reis da China “soyão de ser antigamente por eleyção, & de pouco tempo pera ca herda ho filho primeyro de qualquer de suas molheres”⁴⁷ torna-se explícito que corrige o que sobre isso escrevera Pires⁴⁸. Por outro lado, apesar de lembrar a preponderância dos letrados, que as promoções se faziam “por letras & por bõdade” e que um dos cargos “não dura mais que hũ anno”⁴⁹, Castanheda esquecerá a vigência do sistema de exames subjacente à progressão na carreira do funcionalismo. Contudo, ou isto significava simples variações sobre um tema já visto — por exemplo, esse da polícia dos outros como lição para o desgoverno próprio —, ou então correspondia a correções ou a omissões insignificantes face ao já sistematizado nos melhores registos dos jesuítas ou nos desses quatro portugueses⁵⁰.

O apontamento consagrado à residência do monarca e da sua Corte merece ser destacado porque é um dos mais originais do conjunto. Como se conhece, reporta-se à Cidade Proibida, que Lopes de Castanheda descreve assim: “hũa muy grande cerca õde el rey tem seus paços, & ali tem cada hũa [das suas “muytas molheres & muytas mancebas”] seu apousentamẽto”⁵¹.

Outra nota interessante é a que oferece sobre a designação dos principais cargos do aparelho administrativo civil e militar. À parte saber que os mais honrados de todos são os “fidalgos que se chamão mandarins” e que estes “andão a caualo”⁵², designa por “colous” os três oficiais encarregues da justiça⁵³, por “tutões” os governadores de comarcas, por “achancis” os secretários, por “compins” os capitães de guerra (que “não he letrado”), por “conquões” os encarregues “das cousas da fazenda” e por “ceiui” aquele que “despacha com ho tutão as cousas da justiça & tẽ cargo de tirar as

⁴⁵ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 2, cits. p. 913.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 2, cits. p. 913. Ver *supra*, Parte II, cap. 3, n. 97; *infra*, cap. 10-1.

⁴⁷ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 2, cit. p. 913.

⁴⁸ Ver Tomé Pires, *Somma Orientall*, fl. 161r., ed. 1978, p. 359; *supra*, Parte II, cap. 3, n. 121.

⁴⁹ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 2, cits. p. 914.

⁵⁰ Para leituras que negam ou são reticentes à possibilidade de Fernão Lopes de Castanheda ter recorrido às *cartas dos cativos de Cantão* para compôr a sua *História*, ver p. ex. Lach, 1961, p. 282; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 188-189; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 738; Loureiro, 2000a, p. 459.

⁵¹ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 2, cit. p. 913.

⁵² Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 2, cit. p. 913.

⁵³ Talvez para corresponder ao chinês *guo lao* (*koh-láu*), “conselheiro” ou “ministro de Estado”. Dalgado, *Glossário*, vol. 1, 1919, p. 296; idem, *ibidem*, vol. 2, 1921, p. 417; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 73, n. 15.

inquirições & deusasas gerais que manda a el rey”. Na base da pirâmide social estavam os “officios menores” dos chamados “puchancis, amechacis, tocis, pios que sam almirantes & ticos que não soube de que seruião”, cada um por sua vez repartido em “grãde, pequeno, mais pequeno”⁵⁴.

Também aqui parece que Lopes de Castanheda tenta actualizar um dos referidos originais portugueses, neste caso a carta de Cristóvão Vieira. Praticamente ninguém como este antigo cativo estivera tão próximo de detalhar com acerto a complicada teia de funcionários imperiais e provinciais que dava corpo ao Estado chinês. Depois, as traduções fonéticas e vários dos esclarecimentos introduzidos por um e outro são demasiado próximos para poderem ser taxados de meras coincidências. Por último, poucos observadores europeus teriam experimentado como Vieira as idas e vindas destes titulares.

A dado passo da sua longa missiva de 1534, o desventurado acompanhante da embaixada de Tomé Pires refere a propósito das “casas da justiça que ha nesta cidade de Cantão” a do “canchefu”, a do “pochanci” (que “tera vinte manderis pequenos e grandes escrivães chimchaes”), a casa do “anchaci”, a do “toci”, a do “cehi” (que deve ser o mandarim que antes correria como “ceuhi”⁵⁵ e que agora se explica “que teem carrego de toda a iustiça”), a do “cuchi” (que não corre em Castanheda), a do “tutão”, a do “choipi” (que antes correria como “coupim”⁵⁶), as do “congom grande e do piqueno” e a do “tiqos”⁵⁷. Pouco depois, duas outras passagens nos soam familiares. A primeira é a que conta que “o tutão compim comquõ são tres pessoas que teem carrego desta governança de Cantão e Canci: estes são os maiores”⁵⁸. A segunda pormenoriza assim:

“Tem Cantão mandarim depois destes ho cheuchi e o pochãci e amchaci toci que chamão camci que estão de contino nesta cidade. O ceuhi vem cada anno, este não teme a ninguem todos temem a este, este vem pera despachar todo caso pera ver qual mandari faz mal, se o mandari que faz erro he pequeno, este lhe tira logo as orelhas daa diso enformação ao Rei, se o mandari he moor escreve delle ao Rei sua culpa, dela vem que não seja mais mandarim porque o Rei da inteiro credito a este assi ao tutão e conquão. O campim não escreve que teem carrego de gerra o

⁵⁴ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 2, cits. p. 914.

⁵⁵ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. p. 11. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 31.

⁵⁶ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 17. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 36.

⁵⁷ *Ibidem*, ed. 1989, cits. p. 28.

⁵⁸ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 32. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 52.

tutão manda em tudo se algũa carta ouver descrever seja o ao euchi [antes como “ceui”] porque vem cada anno”⁵⁹.

A forma como Castanheda garante que os chineses “sam geralmẽte homens fracos pera guerra” ainda que tenham “boas armas [...] corçoletes com suas peças, terçados de ferro morto, alabardas, roncãs, lanças & frechas & algũas bombardas de ferro”⁶⁰ é outra alusão a que pouco falta para ser uma cópia fiel de Cristóvão Vieira⁶¹. Aquela que menciona que o rei é chamado de “filho de deos & senhor do mundo”⁶² pode bem ser um acrescento à informação que Vasco Calvo dera sobre isso na sua carta de 10 de Novembro de 1536⁶³. A lembrança de Duarte Barbosa viera um pouco atrás tanto a propósito de predicados como os da alvura e da boa disposição inata aos chineses, como quando se afirmara que “no tã da fala parecem alemães”⁶⁴.

Quanto ao mais incluído no capítulo XXVII do livro IV da *Historia* de Castanheda, é menos pacífico precisar-lhe uma génese neste ou naquele texto. De qualquer modo, nem por isso imaginamos que o autor se tenha aí servido de informadores originais. No essencial, repete as informações sobre “homẽs letrados em diuersas sciencias que se lem em escolas pubricas [*sic*]”, sobre a impressão de “muytos

⁵⁹ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 33. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 53.

Quanto ao presumível significado destas designações ou dos seus sinónimos noutras fontes coevas: “anchaci” ou “amechaci” para *an-ch’ a-shih* ou *anachashi* (*anjiazi* ou *án-cha-sz*), o juiz provincial ou comissário judiciário; “cancheufu” para *guanchedu* (*kuna-cheu-fu*), a sala de audiências de cada prefeitura; “ceuhi” ou “ceui” talvez para *yushi* (*yü shih*), o censor que exerce como comissário imperial que visita anualmente as províncias; “chimchae” ou “chinchai” para *dingzhai* (*tingchai*), servidor; “choupim” para *zongbing* (*tsung-ping*), tenente-general do exército; “conquão” para *zongguan* (*tsung kuan*), chefe da fazenda provincial; “cuchi” talvez como equivalente de “anchaci”; “pio” era abreviatura de *beiwoduzhuhui* (*pei-wo-tu-chih-hui*), comandante da frota de vigilância costeira; “ponchacyi” ou “puchanci”, para *buzhengshi* (*pu-cheng-sze*), mandarim tesoureiro de uma província; “tico” talvez para *tiqu* (*ti-tu*, *t’i-chü* ou *t’i-kiu*), mandarim que supervisiona o comércio externo, talvez para *zhixian* (*chi-hsien*), magistrado provincial subalterno; “toci” ou “tuci”, para *dushi* (*tu-che* ou *tu-shih*), oficial superior do exército provincial; “tutão” para *dutang* (*tu-tung* ou *hsün-fu-tu-t’ ang*), o governador-general ou o vice-rei da província.

Ver *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 11, notas 25 e 31-33; p. 13, n. 50; p. 17, notas 77-78; p. 28, notas 139-143; p. 33, notas 160-161; *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, p. 64, n. 51; p. 69, notas 136 e 138; p. 77, n. 298. Cf. *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 11, n. 30; *Cartas dos Cativos de Cantão*, 1992, p. 63, notas 34 e 40; p. 64, notas 47 e 51; p. 66, notas 84-86; p. 69, notas 135-138; Loureiro, 1994b, vol. 1, p. 429, n. 36; p. 439, n. 74; p. 440, n. 84; p. 441, n. 86; p. 444, n. 102; p. 445, n. 106.

⁶⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 913.

⁶¹ Ver *supra*, Parte II, cap. 5-1.

⁶² Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 913.

⁶³ Ver *supra*, Parte II, cap. 5-1.

⁶⁴ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 913. Ver *supra*, Parte II, cap. 3-3.

e bõs liuros”, sobre a destreza dos chins “assi nas artes liberaes como nas machanicas”, sobre a obediência que devotavam “a seus mayores” e aos “regimentos de seu rey” e sobre a pena de morte em que incorria quem abandonasse o país sem licença do monarca — “porque tẽ que não ha no mundo melhor terra que a China nẽ mais abastada de todas as cousas necessarias pera a vida humana”, lê-se em jeito de justificativa⁶⁵.

O sítio de Cantão

A preciosa descrição da urbe cantonense que se oferece no capítulo XXIX do livro IV da *Historia da India* de Fernão Lopes de Castanheda tem praticamente de novo um gémeo na carta de Cristóvão Vieira. Num detalhe apenas nos parece que o modelo passa a ser Vasco Calvo, o que, como é evidente, não altera o perfil das suas fontes. Digamos que Castanheda se serviu de um ou outro testemunho mais para obter as impressões que lhe permitem reportar com um traço um pouco diferente do desses cativos a paisagem “por aquele rio acima” entre a barra e Cantão e entusiasmar-se com as “muytas ilhetas” verdes e viçosas que a água da preia-mar cobria, com a “grãde multidão dadens & de patos que leuam ali em jangadas grandes” ou com os “muytos lugares murados, que tem muytas quintas, hortas, & muytos parques” visíveis em ambas as margens⁶⁶. Contudo, a partir do momento em que assinala que esta cidade “será de cerca algũa cousa mayor que Euora”⁶⁷ — aquela referência que dizemos dever ter tido origem na frase de Calvo segundo a qual “cada villa [da província de Cantão] he maior que a cidade d’Evora dez vezes mais gẽte”⁶⁸ —, decide-se, no essencial, por lhe ajustar uma mistura entre a imagem geral da cidade chinesa produzida por Vieira e a caracterização que este fizera da própria Cantão. Hipótese simétrica é a de que, desde o princípio, Castanheda manuseasse um documento concebido a partir dos dizeres dos dois antigos cativos. Para ajuizar da justeza da nossa ideia, vejamos os seguintes seis exemplos.

⁶⁵ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXVII, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 913.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, liv. IV., cap. XXIX — “De como vendo Fernão perez que ho Pio lhe não queria dar despacho se partio pera Cantão, & do sitio de Cantão”, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 918.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 918.

⁶⁸ Carta de Vasco Calvo, Cantão, 10 de Novembro de 1536, ed. 1989, cit. p. 49. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 97.

(1) Nesta *Historia* a leitura urbana em causa começa com a medida da largura dos muros — “cinco braças” —, com a indicação dos materiais aí empregues e dos cimos em ameias: “cãtaria de pedra vermelha & mole, he entulhado de terra ate ho meyo, & ameado cõ ameas de seteiras”⁶⁹. Na passagem equivalente, ainda que sobre as cidades em abstracto, Cristóvão Vieira esquece as medidas exactas, assim como a forma recortada dos topos desta estrutura, mas não só também começa por referir todos os demais elementos, como apenas troca o vermelho pelo “tijolo” e acrescenta que “a face de fora dentro são taipas”⁷⁰.

(2) Nesta *Historia* vem a seguir a informação sobre as setenta e oito torres entulhadas que se distribuiriam por todo o perímetro amuralhado, sobre a vigia que estaria em cada uma e sobre as suas sete aberturas, cada qual com “hum postigo de cada ilharga” e com quatro portas de ferro, que “porê sam mais fermosas que fortes”⁷¹. Na passagem equivalente, Vieira esquece os números e ainda não fala de solidez aparente, mas não esquece que “as portas fazem abobadas grandes e grandes portas sobre as portas goaritas de madeira”⁷².

(3) Nesta *Historia* diz-se depois que em cada casa de vigia cabem quinhentos homens, que a guarda das ditas portas é feita “de dia & de noyte” e que por “ordenança da cidade as suas portas se fechão em se poendo ho sol, & abrense em saindo, & isto por amor dos muytos ladrões que ali ha”⁷³. Na passagem equivalente, Vieira dissera que as portas se abriam e fechavam com o sol e que todas elas “teem pessoa que a guarda com dez doze pessoas de noite tudo se vigia grandemente tememse dos naturaes”⁷⁴.

(4) Nesta *Historia* diz-se que a busca de terra para entulhar do muro de Cantão fez com que “donde se ela [terra] tirou ficou hũa fermosa caua de grãde altura que se enche dagoa da bãda do rio”⁷⁵. Na passagem equivalente, Vieira dissera que quando “tirão a terra pera as taipas ficão os lugares e muros ã muros e cavos”⁷⁶.

(5) Nesta *Historia* diz-se que “as casas do Puchanci, que he o que a gouerna em ausencia do Tutão” têm “algũa aparência de fortes: & porê não ho sam”⁷⁷. Na passagem

⁶⁹ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 918.

⁷⁰ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cits. p. 27. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 46.

⁷¹ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 918.

⁷² Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. p. 27. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 46.

⁷³ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cits. pp. 918 e 919.

⁷⁴ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. p. 27. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 46.

⁷⁵ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 918.

⁷⁶ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. p. 27. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 46.

⁷⁷ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cits. pp. 918-919.

equivalente — agora quando já mencionava os detalhes sobre Cantão e não as características das cidades da China em geral —, Vieira dissera que “a casa do aitão he muito grãde e portas fortes grandes fermosas e a parede aos couces he no chão”⁷⁸.

(6) Castanheda diz na sua *Historia* que as casas desta cidade “sam todas de taipa acafeladas por fora cõ cal de cascas dostras, & forradas por dentro de madeira grossa, & pintadas fermosamente, & todas tem oratorios com retauolos & imagens dos idolos dos Chins”, assim como que todas têm “pateos lageados de fermosas pedras, & poços dagoa”⁷⁹. Nas passagens equivalentes — a primeira quando caracterizava o tipo da cidade chinesa, a segunda quando particularizava para Cantão —, Vieira dissera que “as casas todas são armadas de madeira sobre esteios de madeira, as paredes dellas são d’esteias poucas as mais de canas e taipas com barro face de cal per cima sobradas de madeira poucas geralmente assi sã todas cousa muito fraca”⁸⁰ e que “cada casa destas de manderis teem terreiros e lageamento”⁸¹.

Ainda que a propósito não se possa falar numa transferência directa ou absoluta de conteúdos, anotemos só mais um contraste entre as escritas de Lopes de Castanheda e de Cristóvão Vieira, desta vez trazida a pretexto de alguns dos edificios e espaços públicos. Assim, Vieira afirma-nos que dispensaria as “casas de suas orações e as ruas que he quanto talhado sem conto” para a construção do sistema defensivo de uma Cantão tomada pelos portugueses “pois madeira huma casa destas [de mandarins] teem pera emmadeirar hũa fortaleza com dez torres”⁸². Quanto a Castanheda, que escrevia sem qualquer urgência bélica e, como vimos, também por certo na posse de elementos complementares, acrescentou à indicação sobre as “muytas casas pera os officiaes que a governão, & sam pera ver de fermosas” uma outra que esclarece que “todas as ruas tem portaes nos cabos ou começos a modo de arcos triumphaes”, que destes havia “mais de quinhentos”, tal como “muytas varelas, que sam as casas doração dos Chins, assi mosteiros como igrejas em que ha muyto singulares agoas”⁸³.

O texto da *Historia* continua referindo “hũ arrabalde de mayor pouoação que a cerca”, o qual se estendia “ao longo do rio, & he muyro comprido & estreito: & assi nele como na cerca ha gente sem conto, fidalgos a que chamão mandarins na lingoa

⁷⁸ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. p. 28. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 48.

⁷⁹ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cit. p. 919.

⁸⁰ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. pp. 27-28. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 47.

⁸¹ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 28. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 48.

⁸² *Ibidem*, ed. 1989, cits. p. 28. Cf. *ibidem*, ed. 1992, p. 48.

⁸³ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 919.

Chim, mercadores & officiaes mecanicos”. O respectivo remate, sendo outro trecho que deixa por esclarecer qual a fonte que o inspirou, não chega para comprometer a tese atrás ensaiada a respeito de transferências de conteúdos até porque aponta mais para o domínio das convenções literárias que outra coisa: “E assi nisto como no mais [Cantão] he tambem regida que não tem enueja as milhores regidas Deuropa [...]: & não he marauilha porque ali não ha peste, nem guerra, nem fome”⁸⁴.

2. As Décadas I e II da *Asia* de João de Barros, 1552-1553

O escriba do Império

Descendendo pelo lado paterno da nobreza rural e funcionária e, pelo materno, de gente prática na vida comercial de Lisboa, João de Barros (Viseu?, c. 1496-Vermoil, Pombal, 1570) será criado sob os tectos do Paço da Ribeira, a residência da Corte portuguesa. Aí acompanha e serve como moço de guarda-roupa o futuro D. João III e instrui-se desde cedo nos latinos Catão, Terêncio, Virgílio, Salústio e talvez ainda em Tácito, assim como em grego, Ovídio, Plínio, Tito Lívio e em “alguma parte da Bíblia”. A seguríssima formação humanista e a vasta erudição de que dará repetidas provas confirmam-se nas referências que deixou dispersas a clássicos como Platão, Aristóteles, Xenofonte e Cícero ou aos contemporâneos Erasmo e Thomas More. Nesse ambiente cortesão cruzou-se também com muitas das figuras que depois transportou para as principais páginas da sua obra de historiador da África e da Ásia — entre outros, Vasco da Gama, Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro e Fernão Peres de Andrade.

Personagem polifacetada como muito poucas no seu tempo, ele é o mesmo geógrafo, humanista, ensaísta, filósofo, antropólogo, gramático e pedagogo em quem se assinala a fidelidade aos pressupostos programáticos do nacionalismo historiográfico de Lívio e do nacionalismo linguístico à Lorenzo Valla e Antonio de Nebrija, aquele estudioso para quem o discurso literário ou o fazer a História dos portugueses não são concebíveis sem o traço identificativo das melhores epopeias, enfim, o intelectual que não admite a apresentação das regras da língua sem que uma razão civilizadora ou proselitista-cristã o justifique. Quando Barros entende a língua como companheira do

⁸⁴ Idem, *ibidem*, liv. IV, cap. XXIX, ed. 1979, vol. 1, cits. p. 919.

Império não apenas está a teorizar sobre uma destas vertentes na esteira do Humanismo italiano e — sobretudo — de Valla, mas obviamente também a estender a ponte entre ambas⁸⁵.

De 1525 a 1528 João de Barros foi cumprindo como tesoureiro da Casa da Mina, em Lisboa, “tesoureiro do dinheiro” da Casa da Índia e tesoureiro-mor da Casa de Ceuta. De 1533 a 1567 é feitor da Casa da Índia. Apesar de envolvido de forma directa no trato do Oriente e de ter interesses empatados na colonização do Brasil (é donatário de duas capitâneas na costa do Maranhão em 1535 e compra o porto de Búzios ou Pirangipe, na capitania de São Tomé, em 1564), não terá viajado mais longe do que São Jorge da Mina, na costa da Guiné (hipotética viagem em 1522).

Dado que nunca viveu uma experiência oriental, quando este autor escreve sobre essas partes ultramarinas vai depender, no essencial, da reportagem alheia. A isso acresce que não se coíbe de utilizar o fantasioso ou o hiperbólico que os cânones estilísticos e programáticos nos quais se filiava consentiam. Às vezes faz entrar aragens de romance de cavalaria onde era menos previsível que tal acontecesse. Outras vezes

⁸⁵ No importante corpo de obras de carácter pedagógico e gramatical que João de Barros publica entre 1539 e 1540, acolhendo as lições de Lorenzo Valla e Antonio de Nebrija, impõe-se a proposta fundadora de um nacionalismo linguístico. Para a defesa da língua pátria, que sustenta com a codificação sistemática das respectivas regras de gramática, exhibe como argumento o do seu carácter e responsabilidade universais: veículo de comunicação entre os povos à escala planetária, a língua portuguesa é um instrumento indispensável ao contacto civilizacional e, sobretudo, ao proselitismo cristão, “com que muitos povos da gentilidade são metidos em o curral do Senhor” — João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa* (= *Cartilha*, 1539); pub. in J. de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa, Cartilha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa Linguagem e diálogo da Viciosa Vergonha*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Faculdade de Letras, 1971, cit. p. 4; Américo da Costa Ramalho, “João de Barros, Humanista”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 27, Julho/Setembro 1996, p. 70.

Em plena sintonia com as preocupações do Humanismo renascentista — que, para além da recuperação do bom uso da *latinitas*, considerou a valorização e a normalização das línguas nacionais —, destacam-se os seguintes trabalhos publicados por João de Barros neste domínio: A citada *Grammatica da lingua portuguesa com os preceitos e mandamentos da santa mãe igreja, e com os mistérios da missa e responsorios della* (Lisboa, Luís Rodrigues, 1539), obra que apesar de incluir os preceitos e mandamentos da Igreja e algumas orações, é uma cartilha para aprender a ler; a *Grammatica da Língua Portuguesa* (Lisboa, Luís Rodrigues, 1540), a primeira gramática normativa e sistematizadora do português, acompanhada na mesma edição pelo *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*, primeira peça de uma trilogia didáctico-moral de que fazem ainda parte o *Diálogo da Viciosa Vergonha* (Lisboa, Luís Rodrigues, 1540) e *Diálogo de Joam de Barros com dous filhos seus sobre preceitos moraes cõ pratica delles em modo de jogo* (Lisboa, Luís Rodrigues, 1540), o último dos quais propondo a aprendizagem da *Ética* de Aristóteles através da solução pedagógica do jogo. Além disto, Barros deixou em manuscrito uma *Grammatices Rudimenta*, gramática latina redigida na mesma época ou talvez um pouco antes.

Ver Álvaro Manuel Machado, *O Mito do Oriente na Literatura Portuguesa*, colecção Biblioteca Breve — 72, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, p. 28; Maria Leonor Carvalhão Buescu, “A Galáxia das Línguas na Época da Expansão”, in *A Galáxia das Línguas na Época da Expansão*, 1992, pp. 23-43 [M. L. Buescu, 1992b]; M. L. Buescu, 1992a, pp. 67; 79-81; Luís Filipe Barreto, “João de Barros”, in *DHDP*, 1994, vol. 1, pp. 124-126; Ana Isabel Buescu, “João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 27, Julho/Setembro 1996, pp. 11; 14-18.

confessa coisas que alguns julgariam inconfessáveis como a que pretende que a “primeira & mais principal parte de historia é a verdade della, & porẽ em algũas cousas nam ha de ser tanta, *que se diga por ella o dito de muyta justiça que fica em crueldade: principalmẽte nas cousas que tratam da infamia dalguem ainda que verdade sejam*”⁸⁶. Com tais liberdades doseia as fontes orais, o testemunho que lhe transmitem embaixadores ou muitos dos protagonistas dos sucessos aos quais acedeu, assim como a documentação ou a correspondência dos organismos públicos onde trabalhou, quer se tratasse de cartas, regimentos, roteiros, relações, dos arquivos da Torre do Tombo ou das provas manuscritas e impressas dos seus pares Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Garcia de Resende ou Francisco Álvares.

O mesmo é válido a respeito dos muitos autores cristãos que tinham escrito sobre o Oriente desde o tempo de Marco Polo e que procurou e leu. E igual se passou com as genealogias e crónicas dos reis de Quíloa, Ormuz, Guzarate, Decão, Bisnaga e Malabar, as crónicas árabes e persas, a espécie de sumário de reis da Pérsia que refere por *Lorigh* ou *Tarigh*, ou com a cosmografia chinesa que teve à mão e para cuja leitura foi auxiliado ora por um escravo turco, ora por um escravo chinês, ora pelos seus próprios conhecimentos ou por algum outro falante nativo das línguas em causa estante em Lisboa ou para aí levado só para servir nessa tarefa⁸⁷. Contudo, nada disto tolda o facto de, tanto pelo rigor documental como pela amplitude de paragens e temas tratados, os escritos de Barros serem dos mais sistemáticos e dos mais completos e sérios de toda a produção europeia da época no que diz respeito à geografia, à história económica, à antropologia e à etnologia asiáticas⁸⁸.

O apego à ideologia imperial que será plenamente exercitado no projecto das *Décadas da Ásia* — um título bem à maneira de Tito Lívio e que Pietro Martire d’Anghiera não resistira a aplicar algum tempo antes no seu *De Orbe Novo* — já se insinuava na mente de João de Barros nos primeiros anos de 1520 quando lera a D. Manuel alguns capítulos da *Primeira parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal descendem*. Publicada pela primeira vez em Lisboa em 1522, essa fora a sua obra de estreia⁸⁹. Sabe-se que, sob a aparência de romance de cavalaria, na

⁸⁶ João de Barros, *Asia*, Década III, “Prologo”, ed. 1992, s. p. [cit. p. 4].

⁸⁷ Ver *supra*, Parte II, cap. 5-1; Shurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 555-556.

⁸⁸ Ver, *inter alia*, Barreto, 1994, pp. 124-126; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, pp. 496-497; A. Buescu, 1996, pp. 12; 18-20; António Borges Coelho, *João de Barros – Vida e Obra*, Lisboa, GTMECDP, 1997, pp. 9-32, 43-47 e 133-138.

⁸⁹ João de Barros, *Primeira parte da cronica do emperador Clarimundo donde os Reys de Portugal descendem*, Lisboa, Germão Galharde, 1522.

prosa em questão manuseavam-se com clareza os princípios de uma historiografia ao serviço de uma ideia de nação-Império, algo que não deverá ter escapado ao monarca⁹⁰. A dedicatória da *Década I* acabaria por contemplar D. João III, mas o panegírico do novo rei que lhe vai associado apenas serve para confirmar a condição oficial do escrito.

Em esboço por volta de 1539, esta vem a ser impressa em Lisboa treze anos mais tarde com o título *Asia de Joam de Barros dos factos que os Portugueses fizeram no descobrimento r conquista dos mares r terras do Oriente* e reporta a sequência que vai entre 1420, o tempo do infante D. Henrique, e 1505⁹¹. Sempre em Lisboa, a *Década II* surge em 1553 (cobrindo as acções passadas entre os anos de 1505 e 1515)⁹², a *Década III* em 1563 (actualizando o relatório até 1525 e vencendo um largo hiato editorial a que não terão sido alheias desgastantes intrigas de Corte)⁹³, enquanto a *Década IV*, deixada incompleta e dedicada ao período 1526-1538, sairá em Madrid, em 1615, reformada e acrescentada por João Baptista Lavanha⁹⁴. Desta última existe ainda uma edição

⁹⁰ O género literário escolhido para esta obra vai ao encontro da recuperação ibérica da matéria cavaleiresca então em voga e que fora sobretudo suscitada pela publicação do *Amadis de Gaula* (1508) e que seria cultivada até c. 1540. No capítulo IV do livro III, nas passagens que se referem à profecia de Fanimor, torna-se patente a procura ideológica de uma identificação entre a matéria histórica dos Descobrimentos portugueses e a tarefa de concretizar, por seu intermédio, a Cidade de Deus na terra. Ver Barreto, 1994, p. 124; A. Buescu, 1996, pp. 11-12; Pedro Cardim, “Livros, literatura e homens de letras no tempo de João de Barros”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 27, Julho/Setembro 1996, p. 41.

⁹¹ João de Barros, *Asia de Joam de Barros dos factos que os Portugueses fizeram no descobrimento r conquista dos mares r terras do Oriente*, Lisboa, Germão Galharde, 1552.

⁹² João de Barros, *Segunda decada da Asia de João de Barros dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento r cõquista dos mares r terras do oriente*, Lisboa, Germão Galharde, 1553.

⁹³ João de Barros, *Terceira decada da Asia de Ioam de Barros: Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento & conquista dos mares & terras do Oriente*, Lisboa, João Barreira, 1563.

⁹⁴ João de Barros, *Quarta decada da Asia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento, e conquista dos mares, e terras do Oriente*, Madrid, Impressão Real, 1615.

O projecto historiográfico de João de Barros era bem mais vasto do que o que concretizou nas Décadas. Correspondia a um plano em três partes, pensado para dar uma visão global dos Descobrimentos portugueses: “[...] Mas como de cada hũa destas partes [da terra: Europa. África e Ásia] em seu lugar mais copiõsamente fazemos relaçam, ao presente (leixadas ellas) pera se milhór entender o fundamento desta nõssa Asia, cõuem que saibamos como no titulo da real coroa destes reynos, se comprehendem tres cousas distintas hũa da outra: posto *que* antre sy sejam tam correlatiuas, *que* hũa nõ pôde ser sem adjutorio da outra, comunicandose pera sua conseruaçã. A primeira *é* cõquista, a qual trata de milicia, a segunda nauegaçam, a que responde a geographia, r a terceira comercio *que* conuem á mercaderia” — João de Barros, *Asia*, Década I, liv. I, cap. I — “Como os mouros vieram tomãs Espãña: r depois que Portugal foy intitulado em reyno, os reys delle os lançaram alem már, onde os foram conquistar, assy nas partes de Africa como nas de Asia: r a causa desta escriptura”, fl. 4r., ed. 1988, cit. p. 10.

Assim, a *Asia* corresponde apenas a parte da história dos feitos militares portugueses, que deveria ser continuada com a descrição do sucedido nos quatro continentes: na Europa, desde os romanos; em África, desde a tomada de Ceuta (1415); e na “terra do Brasil”, desde a descoberta oficial, por Pedro Álvares Cabral (1500). Com idêntica ambição planetária, Barros terá redigido grande parte da Navegação ou “vniuersal geographia de todo o descuberto” (idem, *ibidem*, Década I, liv. I, cap. I, fl. 4r., ed. 1988, cit. p. 10), tal como organizado “em arte com regras vniuersaes r particulares, como tem todolas sciencias r artes actiuas pera boa polycia” parte substancial do Comércio, “onde particularmente se veram todolas cousas de que os hõmees tem vso: óra sejam naturaes, óra arteficiaes, como a natureza r calidade de cada hũa dellas (segundo o que podemos alcançar) cõ as mais partes de pesos medidas, r cetera, que a esta

trabalhada por Diogo do Couto e impressa em Lisboa em 1602⁹⁵. É a este antigo aluno de jesuítas e dominicanos, militar na Índia, Mestre dos Arsenais e, depois, conservador dos arquivos oficiais de Goa, que em Fevereiro de 1595 Filipe II entrega a tarefa de completar a obra de Barros. Couto assim o fará, vindo a detalhar a crónica da Expansão portuguesa nas Índias correspondente ao período de 1525 a 1600 com tal riqueza de pormenores que, por junto, os textos sobreviventes das *Décadas da Asia* da dupla Barros-Couto (onze *Décadas* completas, duas versões da *Década IV* e os cinco livros do fragmento incompleto da *Década XII*) perfazem vinte e dois tomos⁹⁶.

Para quem escreve João de Barros? Aqui, se é certo que o trabalho é impulsionado pelo poder régio, já o resultado — como, desde logo, com a *Historia da India* de Fernão Lopes de Castanheda — interessa por igual aos círculos cortesãos e aos capitães, mercadores e demais gente ligada à vida marítima portuguesa para quem o esclarecimento sobre a geografia e as posições de além-mar é indispensável para a gestão corrente dos respectivos interesses⁹⁷.

Onde Castanheda o ultrapassou, pelo menos no que toca à circulação autónoma da obra, foi no domínio da tradução. Sob a epígrafe “Della Historia del Signor Giovan de Barros”, Giovanni Battista Ramusio inclui na edição de 1554 do *Primo Volume delle Navigazioni et Viaggi* seis capítulos da *Década I* (sobre a África Oriental e a Índia, correspondentes aos fls. 426r.-436r.), capítulos reinseridos nas edições de 1563, 1587-1588 e 1603 da mesma colectânea⁹⁸. As duas primeiras *Décadas* são vertidas para italiano e publicadas em Veneza em 1561 e 1562 (2 vols.), sendo o tradutor Alfonso

materia conuem” (idem, *ibidem*, *Década I*, liv. I, cap. I, fls. 4r.-4v., ed. 1988, cits. pp. 10 e 11). Ambos os manuscritos se perderam.

Ver António José Saraiva, “Uma concepção planetária da história de João de Barros”, in J. A. Saraiva *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. 2, 5.^a ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1982, pp. 261-283 (conferência proferida na Faculdade de Letras de Aix-en-Provence em Abril de 1959, refundida para a 1.^a ed., 1961).

⁹⁵ Diogo do Couto, *Década Quarta da Asia, dos feitos que os Portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras, & mares do Oriente: em quanto governarão a Índia Lopo Vaz de sam Payo, & parte de Nuno da Cunha. Composta por mandado do muito catholico e inuenciuel Monarcha de Espanha dom Felipe Rey de Portugal o primeiro deste nome: Por Diogo do Couto Chronista e guarda mór da torre do tomo do Estado da India*, Lisboa, Impresso por Pedro Craesbeeck no Collegio de santo Agostinho, 1602.

⁹⁶ Ver *infra*, cap. 24-2; Manuel Rodrigues Lapa, “Prefácio”, in Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, colecção Clássicos Sá da Costa — Nova série, 3.^a ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1980, pp. 1-9; A. Farinha de Carvalho, *Diogo do Couto, o Soldado Prático e a Índia*, colecção Documenta Historica — 4, Lisboa, Editorial Vega, 1979, pp. 14-29; Kirti Chaudhuri, “A recepção europeia da expansão”, in *HEP*, vol. 1, 1998, p. 520 [Chaudhuri, 1998a]; A. Buescu, 1996, p. 22.

⁹⁷ Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 190-191; Coelho, 1997, p. 46.

⁹⁸ Ver Picchio, 1999, p. 362.

Ulloa, aquele que depois traduziria Castanheda⁹⁹. Melchisedec Thévenot traduziu para francês secções do texto da *Década* saída em 1552 subordinando-as ao título “L’Asie de Barros ou l’Histoire des Conqvetes des Portvgais aux Indes Orientales”, dividindo-as em cinco capítulos e incluindo-as na quarta parte do segundo tomo das suas *Relations de Divers Voyages Curieux* (Paris, 1696)¹⁰⁰. Fernando Alvia de Castro experimenta um tipo de uso específico deste cronista ao editar os *Aphorismos, y exemplos politicos, y militares. Sacados de la primeira Decada de Iuan de Barros* (Lisboa, 1621)¹⁰¹.

Por aqui se vê que o interesse editorial estrangeiro pelo trabalho em causa esteve longe de fazer justiça à riqueza dos conteúdos, tendo sido sobretudo alimentado dentro da órbita ítalo-ibérica. Barros apenas surge traduzido para holandês e alemão muito depois de encerrado o nosso horizonte temporal: no primeiro caso com as traduções ou adaptações de diversos trechos editadas em Leyden nos anos de 1706 e 1727 (em 2 vols. ou em opúsculos); no segundo caso com as traduções, por certo incompletas, publicadas em Braunschweig em 1821 (5 vols.) e em Nuremberga em 1844 (1 vol.)¹⁰².

Tal ideia continua válida apesar de muito se terem apoiado nas *Décadas da Ásia* quer Juan de Mendoza, quer Giovanni Pietro Maffei, os autores dos dois livros que

⁹⁹ João de Barros, *L’Asia del S. Giovanni di Barros, consiglerio del christianissimo re di Portogallo: de’ fatti de’ Portoghesi nello scoprimento, & conquista de’ Mari & Terre di Oriente. Nella quale oltre le cose appartenenti alla militia, si ha piena cognitione di tutte de Città, Monti & Fiume delle parti Orientali; con la descrizione de’ paesi, & costumi di quei popoli. Nuouamente di lingua portughese tradotta dal S. Alfonso Vllloa*, Veneza, apresso Vincenzo Valgrisio, 1562. Ver, *inter alia*, Le Gentil, 1937, p. 16; Albónico, 1993, p. 198.

¹⁰⁰ Melchisedec Thévenot, *Relations de Divers Voyages Curieux, Qui n’ont point este’ publie’es Et qu’on a traduit ou tiré des Originaux des Voyageurs François, Espagnols, Allemands, Portugais, Anglois, Hollandois, Persanes, Arabes & autres Orientaux, données au public par les soins de feu M. Melchisedec Thevenot. Le tout enrichi de Figures, de Plantes non décrites, d’Animaux inconnus à Europe, & de Cartes Geographiques, qui n’ont point encore été publiées. Nouvelle Edition, Augmentée de plusieurs Relations curieuses. Tome Second, Contenant la III et IV Partie*, Paris, chez Thomas Moette, 1696.

O primeiro dos cinco capítulos em causa (pp. 1-5) principia com a referência à Expansão maometana pela Ásia Menor que sucede depois de consumada a Reconquista Cristã na Península, tema do capítulo I do livro I da *Década I*, passando de seguida à descrição dos planos de Descobrimento do Infante D. Henrique surgidos na sequência da conquista de Ceuta em 1415, tema do capítulo II do mesmo livro; o capítulo II intitula-se “Découverte du Roy Dom Alonso V. depuis 1448. jusqu’à 1471” (p. 5), e resume os dois capítulos do livro II; o capítulo III intitula-se “Découvertes & conquestes du Roy D. Iuan II depuis l’année 1481. jusqu’en 1495” (pp. 5-8) e resume o conjunto dos capítulos do livro III; o capítulo IV intitula-se “Découvertes du Roy D. Manuel depuis l’année 1497. jusqu’en 1500” (pp. 8-13) e resume o conjunto dos capítulos do livro IV; enfim, o capítulo V intitula-se “Découvertes du Roy D. Manüel, depuis 1500. jusqu’en 1502” (pp. 13-16) e resume parte dos livros V e VI desta *Década*.

¹⁰¹ Fernando Alvia de Castro, *Aphorismos, y exemplos politicos, y militares. Sacados de la primera Decada de Iuan de Barros. Por Don Fernando Alvia de Castro Prouedor de la Real Armada, y Exercito del mar Oceano, y de la gente de guerra del Reyno de Portugal. Por el Rey nuestro Señor. A Don Diego de Sylva, y Mendoza, Duque de Francauilla, Marques de Alenquer, Conde de Salinas, y Ribadeo, Comendador de Herrera en la Orden de Alcantara: Virrey, y Capitan General de los Reynos de Portugal. Por su Magestad, del Consejo de Estado, y Veedor de hazienda del*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1621. Ver Curto, 1998c, p. 464.

¹⁰² Faria, 1977, pp. 161-162.

abordaram a China mais procurados pelo público leitor no século XVI — de resto, Mendoza aceitou a João de Barros por via de uma obra intermédia, o *Discvrso de la navegacion* de Bernardino de Escalante¹⁰³. Também não atenua por aí além essa constatação sobre o sucesso relativamente mitigado conseguido pelo *magnum opus* de Barros saber-se que as duas primeiras Décadas estão disponíveis em português na colecção dos Fugger, os renomados mercadores-banqueiros alemães, onde, por outro lado, Castanheda também figura: era natural que esses meios concorressem com o dos académicos e humanistas da Renascença neste tipo de interesses. Depois, que a tradução italiana da *Décadas I* e da *Década II* se encontre catalogada em 1583 na biblioteca do matemático e geógrafo galês John Dee ou que o cardeal Giovanni Moroni tenha considerado com base nesses dois exemplares venezianos que “cotejada a istoria da India escritta por João de Barros com as dos famosos capitães romãos lhe parecia aquella de muito mayores grandezas”¹⁰⁴, continua a ser pouco para que possamos rever aquela opinião. Outro dado que não é suficiente para relativizar o modesto percurso internacional do autor da *Asia* é a frase, até sardónica, em que o estudioso florentino Filippo Sassetti o apelida de Lívio português¹⁰⁵. Nesse sentido, a falta de uma tradução inglesa diz muito sobre o seu impacto.

Verdade seja que também não se deve menosprezar em absoluto o facto de um John Dee ter tido em seu poder o livro de João de Barros. É que não só este inglês mantinha importantes contactos com a rainha Isabel e a sua Corte, como foi notória a campanha que persistentemente desenvolveu em prol da entrada de Inglaterra no trato asiático por qualquer das vias oceânicas. Além disso, também não lhe faltaram interlocutores tanto entre os principais dos homens de conhecimento e decisão ingleses, como entre os do Continente, dos imperadores Maximiliano II e Rodolfo II a Henrique II de França, do príncipe Laski a Mercator, de Ortelius a Postel¹⁰⁶. De qualquer modo, uma coisa parece certa: a língua em que foi escrita, somada ao volume e à densidade

¹⁰³ Ver *infra*, cap. 12-1.

¹⁰⁴ Carta do embaixador Lourenço Pires de Távora a el-rei sobre Moroni e Barros, BAL, Cartas de Lourenço Pires de Távora, fl. 222r.; pub. in *Corpo Diplomatico Portuguez. Contendo os Actos e Relações Políticas e Dyplomaticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o seculo XVI até os nossos dias. Publicada de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa por José da Silva Mendes Leal*, t. 9, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1886, cit. p. 212. Cf. Matos, 1991, p. 340.

¹⁰⁵ Ver carta de Filippo Sassetti com destinatário desconhecido, s.d.n.l. (algures na Índia); pub. in Filippo Sassetti, *Lettere di Filippo Sassetti sopra i suoi viaggi nella Indie Orientali dal 1578 al 1588*, Reggio, Dalla Stamperia Torreggiani e C., 1844, pp. 222-223; Taylor, 1930, pp. 199-200. Salvo indicação expressa, todas as citações das cartas de Filippo Sassetti a partir desta edição. Sobre Sassetti, ver *infra*, cap. 21-1.

¹⁰⁶ Taylor, 1930, pp. 75-77; Matos, 1991, pp. 62-63; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1. pp. 191-192; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 741; Chaudhuri, 1998a, pp. 520-521.

que apresentava desde sempre tornaram a crónica asiática de Barros um texto menos apto ou menos ágil como instrumento para a transmissão de novidades do que originais de outros idiomas, os manuscritos e a generalidade dos impressos que apenas se concentravam num assunto.

Do Mekong a Liampó

Como que cumprindo a cronologia das percepções, a primeira referência de João de Barros não vai para a China, mas é dedicada às teses sobre as “cousas orientaes do regno Catháyo, e assy da grande ilha Cypángo” pregadas junto da Corte de Portugal por Cristóvão Colombo quando este a tinha rondado em busca de apoios para o seu projecto de para aí navegar “per este már occidental”. Os parágrafos em causa aparecem a propósito do trânsito do genovês por Lisboa por alturas do seu regresso triunfal de 1493, sendo devidamente contextualizados, o que inclui uma explanação sobre a influência que sobre ele exercera a leitura de Polo. Barros recria-o como um “hómem falador e glorióso em mostrar suas habiliádes, e mais fantastico e de imaginações com sua ilha Cypango, que certo no *que* dizia”, ajudando com isso a esclarecer o motivo pelo qual o rei português lhe dera pouco crédito. O cronista não se furta a revelar que chegara a congeminar-se em Portugal o assassinato de Colombo antes que este passasse a Castela com a notícia da descoberta, solução que teria neutralizado a possibilidade de virem a acontecer aquelas “paixões e contendias” que depois haveriam de dar-se entre os dois reinos peninsulares sobre o “negócio da India”¹⁰⁷.

É já no livro IX, “em que se contem o que fez dom Francisco Dalmeyda, depois que entrou na India te fim do anno de quinhētos e cinco”, que cabem algumas notas sobre os contornos físicos da China e as qualidades dos chineses, qualquer delas facultada “mais *que* pera dár razã da história e ãã pera situaçã de lugáres”. Os capítulos em que tal acontece são o primeiro e o segundo e constituem o exemplo acabado dessa ordem que Barros se esforça por respeitar ao longo de todo o seu trabalho, de acordo com a qual à cenografia das “cidades e principaes pouoações e pórtos da cósta marítima desta páрте oriētal” compete o papel de mestre de cerimónias da “relaçã de nósas

¹⁰⁷ João de Barros, *Asia*, Década I, liv. III, cap. XI — “Como a este reyno veo tér hum Christóuam Colom, o qual vinha de descobrir as ilhas occidentaes, a que agóra chamámos Antilhas, por ser lá ido per mandádo del rey dom Fernando de Castélla; e do que el rey dom Joam sobrisso fez, e depois per o tempo em diante socedeo sobre este caso”, fl. 36v., ed. 1988, cits. pp. 112 e 113.

nauegações e cõquista”¹⁰⁸. Como repete uma e outra vez, com este mapa-mundo arranjado “pér módo de itinerário marítimo” apenas quer oferecer o esboço indispensável para a compreensão do relato dos acontecimentos que preludia, remetendo os leitores curiosos ou insatisfeitos para as tábuas da sua *Geografia*. Esta obra correspondia à segunda parte do projecto do cronista. Anunciada pelo próprio como *Navegação* ou “universal Geografia de todo o descoberto”, foi iniciada e deixada escrita não se sabe até que ponto, tendo-se entretanto perdido¹⁰⁹.

Depois de relembrar idêntico exercício apresentado pouco antes para as terras da “Ethiopia sobre Egipto” e do Malabar¹¹⁰, Barros avança para o périplo litorâneo em questão seguindo a ordem das nove partes da Ásia que tem por mais justa: do Mar Vermelho ao Golfo Pérsico, uma; do Golfo Pérsico à foz do Indo, a segunda; das bocas do Indo à cidade de Cambaia, a terceira; de Cambaia ao Cabo Comorim, a quarta; do Cabo Comorim às bocas do Ganges, a quinta; do Ganges ao Cabo de Singapura, a sexta; do Cabo de Singapura ao Mekong, a sétima; enfim, a oitava compreendida entre a foz do Mekong e um “notáuel cábo que é o mais oriêtal de toda a terra firme, *que* ao presente sabémos, a qual é quásy no meyo de todo o marítimo da grãde regiã da China, a que os nössos chamã cábo de Liampó por razam de hũa illustre cidãde *que* está na vólta delle chamãda pelos naturáes Nimpó, da qual os nössos corrõperã Liampó: e toda a mais cósta deste grande reino o qual córre quásy ao noroeste, fique pera este lugar descriptura cõ nóme de nóna páрте, ainda per nós ñã nauegãda”¹¹¹.

Será sobre este perfil por desvendar e sobre “todo o interior desta grãde prouincia da China” que João de Barros confessará a sua dívida para com a atrás mencionada cosmografia chinesa e para com o natural desse reino que o deve ter ajudado a interpretá-la. Quando resenha as partes do Golfo de Bengala e os vestígios do apostolado de S. Tomé por Meliapor também alude a “hũ liuro de escriptura dos Chiis r outro dos Párseos com algũas informações dos costumes dos gentios daquellas pártes”¹¹², obras solicitadas pelo cardeal Farnese, tramitadas pelo Núncio de Paulo III acreditado em Lisboa e entregues ao humanista Paolo Giovio, que as iria usar na composição do primeiro tomo dos seus *Historiarum sui temporis* (Paris, 1553-1554).

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*, Década I, liv. IX, cap. I — “Em que se descréue toda a cósta marítima do oriente com as distancias *que* há entre as mais notáuees cidãdes r pouoações per módo de roteiro, segundo os nauegantes”, fl. 105v., ed. 1988, cits. pp. 335 e 336.

¹⁰⁹ Ver *supra*, n. 94 a este capítulo.

¹¹⁰ João de Barros, *Asia*, Década I, liv. IX, cap. I, fl. 105v., ed. 1988, cit. p. 335.

¹¹¹ Idem, *ibidem*, Década I, liv. IX, cap. I, fl. 106r., ed. 1988, cit. pp. 336-337.

¹¹² Idem, *ibidem*, Década I, liv. IX, cap. I, fl. 108r., ed. 1988, cit. p. 344.

Ao mesmo tempo que diz isso, nem esquece uma referência suplementar às partes insulares das “ilhas dos Lequios e dos Japões, e á grande prouincia de Meácó *que* ainda por sua grãdeza nã sabámos se é ilha se terra firme”¹¹³, nem a emenda das indicações de Ptolomeu sobre a situação da “cidade Catigára”, com base na qual o renomado geógrafo fizera a “computaçam do comprimento de todo órbe descubérto oriental”¹¹⁴. De qualquer modo, antes de se passar à pormenorização do Império do Meio descobrir-se-á apenas uma outra alusão mais do que marginal a esse espaço do Extremo Oriente quando somos informados de que é aí que nasce “aquele soberbo rio Mecon” que corre pelo meio do reino do Cambodja¹¹⁵.

Entrados na “regiam da China”, compõe-se então o retrato das “quinze governanças, cada hũa das quães póde ser hũ grãde reyno”. João de Barros pretende ter ajustando para tanto as provas trazidas da navegação portuguesa até Liampó — cujo cabo “está em altura de trinta grãos e dous terços” — com o que pôde deduzir sobre a costa que se prolongava para além daí com base na importada obra de geografia chinesa. Assim, inclui no primeiro desses segmentos as “governanças maritimas” de “Cantam”, “Fuquiem” e “Chequã em *que* está a cidade Nimpo”, dando como ponto de partida para a respectiva derrota a “ilha de Aynã onde se pesca o aljofre” e calculando para o conjunto a extensão de duzentas e setenta e cinco léguas. No segundo segmento conta “Nanquii”, “Xantom” (Shandong) e “Quincii [Pequim]: onde o mais do tempo o rey reside, que esta em quorêta y seys grãos, e corre ainda a cósta desta prouincia té cincoêta grãos, na qual se contê quátro cêtas léguas, em *que* acaba a mais oriental e boreal terra firme que sabémos”¹¹⁶.

Os mínimos elementos cedidos sobre o mundo material e sobre o “estádo da gentilidade” do reino da China cabem no capítulo seguinte, bem a propósito intitulado “Dalguũs reyes r principes das pártes orientães mouros e gentios, com *que* tiuemos cõmunicaçã: assy per via de cõquista, como de cõmercio”. Logo após el-rei de Sião — e em último lugar no inventário —, descreve-se el-rei da China. Um pouco antes o cronista servira-se de um conhecido expediente do seu officio quando nos quisera fazer querer que “a potencia e riqueza” destes e dos reis de Bisnaga, Oriza, Bengala e Pegu “é

¹¹³ Idem, *ibidem*, Década I, liv. IX, cap. I, fl. 106r., ed. 1988, cit. p. 337.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, Década I, liv. IX, cap. I, fl. 107v., ed. 1988, cits. p. 341.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, Década I, liv. IX, cap. I, fl. 109r., ed. 1988, cit. p. 346.

¹¹⁶ Idem, *ibidem*, Década I, liv. IX, cap. I, fl. 109r., ed. 1988, cits. pp. 346 e 347.

tam grande cousa, que a pena recea entrar na relaçam delles”¹¹⁷. Utilizada a figura de estilo, e quando chega a vez do monarca chinês, começa por dizer que “sómente elle em terra, pouo, potencia, riqueza, e policia é mais que todos estoutros”. Para se explicar recorre ao número de províncias, às ideias genéricas sobre a sua grandeza e à avaliação sobre o enorme comprimento da costa que já nos dera. Ajusta ainda que o imperador da China deveria ter “mór rendimento que todolos reynos e potencias da Európa”, vindo a terminar com alusões à grande quantidade de “todolos metáes”, à imensa abastança de tudo, aos exemplares mil e trezentos quintais de seda solta e tecida que alguns portugueses observaram carregar num porto junto a Liampó, a uma mecânica “muyta mais *que* em Frãdes e Alemanha” e às “óbras de todo genero” de que o povo em questão seria capaz — “tam primas e sotiis *que* nam parecem feytas com dedos mas *que* as laurou a natureza”¹¹⁸.

Na *Década II* as impressões sobre os “pouos Chiis gente que habita a mais occidental [*sic*] terra que sabemos que é a regiam do Synas de que faláram os Geographos”¹¹⁹ aparecem expostas a propósito dos desembarques de Diogo Lopes de Sequeira e de Afonso de Albuquerque em Malaca nos anos de 1509 e 1511, respectivamente. Barros podia ter tido conhecimento, por não importa que fonte, do também muito pouco de que aí dá conta: sobre a recepção amistosa que os chineses dispensaram às tripulações portuguesas logo na primeira dessas visitas a despeito da má fama que estas tinham entre os mouros; sobre o hábito comum entre eles de “vestir pano e outras cousas a nósso módo”¹²⁰; sobre a disponibilidade manifestada de combaterem do lado de Albuquerque pela tomada da cidade¹²¹; e sobre o conhecimento antecipado que o *Terribil* teria “da potencia do seu rey, grandeza da terra pollicia, e riquezas della”¹²².

Tanto por aquilo que viremos a constatar no conteúdo da *Década III* como por aquilo que Fernão Lopes de Castanheda divulgou sobre a China por esta mesma altura, não é crível que Barros não soubesse mais do que o que agora diz sobre o assunto.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, *Década I*, liv. IX, cap. II — “Dalguũs reyes r principes das pártes orientáes mouros e gentios, com *que* tiuemos cõmunicaça: assy per via de cõquista, como de cõmercio”, fl. 110r., ed. 1988, cits. p. 350.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, *Década I*, liv. IX, cap. II, fls. 110r. e 110v., ed. 1988, cits. pp. 350 e 351.

¹¹⁹ João de Barros, *Asia*, *Década II*, liv. IV, cap. III — “Da viagem que Diogo López de Sequeira fez, depois que o áno de quinhentos e oito se partio deste reino”, fl. 54r., ed. 1988, cit. p. 172.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, *Década II*, liv. IV, cap. III, fl. 54r., ed. 1988, cit. p. 172.

¹²¹ Idem, *ibidem*, *Década II*, liv. VI, cap. II — “Do que Afonso Dalbuquérqye passou no caminho *que* fez de Cóchii té a ilha Çamáttra onde foy vesitado dos reys de Pedir e Pácem: e dio *que* mais fez té chegar a Maláca”, fls. 82r.-82v., ed. 1988, pp. 262-263.

¹²² Idem, *ibidem*, *Década II*, liv. VI, cap. II, fl. 82v., ed. 1988, cit. p. 263.

Como acabámos de sugerir, boa parte das suas impressões pode ter sido tomada de informadores mais ou menos indiscriminados ou simplesmente copiada das convenções literárias. Contudo, no pormenor da enumeração e distribuição das províncias chinesas não só temos uma novidade para o suporte impresso que o divulga, como um conjunto de similitudes flagrantes com a carta escrita por Cristóvão Vieira em 1534. Este texto será, com toda a probabilidade, uma das fontes dessa *Década* seguinte, mas nem sequer é necessária tal leitura para perceber como já aqui os dois se aproximam. Assim, confronte-se o que a propósito citámos da *Década I* com os dados, a toponímia, a divisão entre “governanças” marítimas e interiores e, mesmo, a precisão sobre os rumos dos litorais expostos pelo antigo cativo de Cantão¹²³. Neste caso, a assessoria que lhe emprestava o escravo comprado para decifrar a letra da cosmografia chinesa poderia ter servido apenas para confirmar o que já aí lera ou para o quase nada que faz a diferença entre as duas versões¹²⁴.

Por outro lado, não temos dúvidas em afirmar que no ponto sobre Liampó o informador de João de Barros foi um terceiro homem ou um grupo de homens de origem portuguesa. Na *Emformação da chyna* de c. 1548 encontrámos fixado pela primeira vez este topónimo. A recepção de tal dado em Lisboa teria de ser recente, até porque, como referimos, não parece ter sobrevivido nenhuma carta anterior ao planisfério de Lopo Homem de c. 1554 em que este porto esteja assinalado¹²⁵. Se voltarmos a diferenciar os circuitos da transmissão do manuscrito e do impresso, encontraremos outra vez aqui uma das poucas novidades absolutas sobre a China por hora concedidas ao público das *Décadas*.

3. *A Miscellanea de Garcia de Resende, 1554*

Por maioria de razão, a condição porosa dos conteúdos própria de uma historiografia ultramarina cujo paradigma é a *Asia* de João de Barros teria todas as condições para reaparecer num texto como a *Miscelanea & variedade de historias, custumes, casos, & cousas que em seu tẽpo accõtescerã* de Garcia de Resende (Évora, c. 1470-1536), a colectânea poética escrita em redondilhas que acompanha o *Livro das*

¹²³ Ver *supra*, Parte II, cap. 5-1,

¹²⁴ Ver, *inter alia*, Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 2, p. 379, n. 37, 739. Cf. Loureiro, 2000a, pp. 451-452.

¹²⁵ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2; Parte II, cap. 6-6.

obras do autor a partir da sua segunda edição (Évora 1554¹²⁶; reeds. prévias ao século XX: 1622, 1752 e 1798, todas em Lisboa).

Composta em Évora entre 1530 e 1533, a *Miscellanea* de Resende relata um conjunto de acontecimentos e temas que tinham estado no centro da actualidade política da Europa ao longo dos oitenta anos anteriores. O rei D. João III é o destinatário da voz do autor. Quanto à mensagem apresentada, esta evidencia uma estrutura dual: por um lado, dá corpo ao registo desencantado dos incontáveis maus exemplos de guerras entre nações do Velho Mundo e de desastres como a queda de Constantinopla, assim como anota as sucessivas tentativas frustradas de consumir pelo casamento a união entre as duas Coroas ibéricas¹²⁷; por outro, descreve com espanto e entusiasmo os recém-afirmados Impérios americanos, africano ou asiático:

“[...] Outro mundo encuberto
vimos entam descobrir,
que se tinha por incerto:
pasma o homem de ouuir
ho que sabe muyto certo,
que cousas tam grandes sam
hos da India, e Iucatom,
e quam na China espantosas,
que façanhas façanhosas
no Brasil e Peru vaam?”¹²⁸.

¹²⁶ Garcia de Resende, *Livro das obras de Garcia de Resende, que tracta da vida & grandissimas virtudes & bõdades: magnanimo esforço, excelentes costumes & manhas & muy craros feitos do christianissimo: muito alto & muito poderoso principe el rey dom Ioam ho segundo deste nome: & dos Reys de Portugal ho trezeno de gloriosa memoria: começado de seu nascimento & toda sua vida ate ha ora de sua morte: cõ outras obras que adiante se seguẽ. Vay mais acrescõtado nouamente a este liuro hũa Miscellanea ã trouas de mesmo auctor & hũa variedade de historias, custumes, casos, & cousas que em seu tẽpo accõtescerã*, Évora, André de Burgos, 1554

¹²⁷ Resende refere-se à ideia do casamento entre D. Afonso V de Portugal (r. 1438-1481) e a infanta espanhola D. Joana, assim como ao desenlace trágico das uniões entre o príncipe real D. Afonso de Portugal e D. Isabel, a filha primogénita dos *Reis Católicos* (morte de D. Afonso em 1491), e entre esta e D. Manuel (morte de D. Isabel em 1498). Tem também em mente os projectos gorados pela morte prematura, em 1500, do filho destes últimos, o príncipe D. Miguel da Paz. Tais planos de consumir uma Ibéria unida remontam ao final do século XIV, quando o rei português D. Fernando (r. 1367-1383) se apresenta como candidato ao trono espanhol, tendo continuado com as tentativas de D. João I de Espanha, marido da infanta D. Beatriz de Portugal, para tomar posse do trono português. A D. Afonso V caberia retomar o projecto já no século XV, quando começou por se lançar à sucessão do trono de Castela a seguir à morte de Henrique IV (r. 1454-1474). Ver, *inter alia*, João Ameal, *História da Europa*, vol. 3, *De Vasco da Gama à Paz de Ryswick (1495-1700)*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1983, pp. 26-28; João Paulo Oliveira e Costa, “D. Afonso V”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 27 [Costa, 1994c].

¹²⁸ Garcia de Resende, *Miscellanea & variedade de historias*, in G. de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, IN-CM, 1991, cit. p. 343. Todas as citações a partir desta edição. Ver Joaquim

Garcia de Resende é um cortesão refinado que começa a sua carreira como “moço da câmara” de D. João II e depois sobe a “moço de escrivãinha” ou secretário particular do mesmo rei. Cumpre missões diplomáticas importantes e é feito fidalgo durante o reinado de D. Manuel, acabando os seus dias ao serviço de D. João III, de quem será escrivão da Fazenda. Para além de responsável pela compilação de poesia palaciana que forma o *Cancioneiro Geral* (Lisboa, Hermão de Campos, 1516), destaca-se como autor dessa *Crónica de D. João II* que ocupa a parte nobre do volume das *Obras* de 1554 onde figura pela primeira vez a *Miscellanea*, crónica que, tendo sido dada por concluída em 1533, fora já editada nove anos antes (Lisboa, Luís Rodrigues, 1545)¹²⁹.

Não só copiando o título como seguindo de muito perto a letra da *Chronica d’El-Rei Dom João II* escrita por Rui de Pina e que então permanecia em manuscrito (redacção c. 1497-1504), este relato do segundo dos três reinados emblemáticos da Expansão portuguesa surge-nos ainda como um caso típico em que, de acordo com as regras herdadas das tradição historiográfica medieval, tal tema das conquistas ultramarinas é subalternizado diante das exigências da celebração da memória da figura do monarca, suas proezas de armas e seus episódios de família. Assim — e exactamente como naquela crónica de Pina —, para o nosso campo de interesses são deixadas pouco mais que algumas referências, umas dedicadas à descoberta do Benim, outras à descoberta e à cristianização do Congo¹³⁰.

Em contraste, num domínio mais literário ou mais aberto como o da *Miscellanea* ofereciam-se outras possibilidades para contornar esta limitação axiomática, o que o autor aproveita em pleno quando trabalha em verso os inúmeros dados exóticos, sobretudo aqueles trazidos ao conhecimento dos europeus através das viagens marítimas a África e à Ásia. De tal flexibilidade ou indefinição de fronteiras entre géneros que aqui se nota serão também bom indício os dois pequenos títulos integrados na edição de 1545 do *Livro das Obras* de Garcia de Resende em complemento à *Crónica de D. João II* e que, na nossa de 1554, têm o seu lugar tomado pela *Miscellanea: A paixão de nosso*

Verissimo Serrão, “Prefácio”, in G. de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, ed. 1991, pp. XLI-XLVII.

¹²⁹ Garcia de Resende, *Lyuro das obras de Garcia de Resende que trata da vida r grãdissimas virtudes r bõdades magnanimo esforço excelentes costumes r manhas r muy craros feitos do christianissimo muito alto r muyto poderoso principe el Rey dõ João o segundo deste nome r dos Reys de Portugal o trezeno de gloriosa memoria começado de seu nascimento r toda sua vida ate a ora de sua morte cõ outras obras que adiante se seguem*, s.l. [Lisboa], Luís Rodrigues, 1545.

¹³⁰ Curto, 1993, p. 370; Carmen Radulet, “Rui de Pina”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, pp. 903-904 [Radulet, 1994d]. Ver também Radulet, 1992, pp. 9 e sgs.

*senhor Iesu Xpo toda inteira: segundo os quatro euãgelistas e o Sermão sobre a vinda dos sãctos tres Reis magos*¹³¹.

É possível que Garcia de Resende se tenha inspirado para a sua *Miscellanea* naquela designação homónima devida a Angelo Poliziano, professor de Humanidades no *Studio fiorentino* e genuíno entusiasta dos feitos marítimos portugueses, tanto que em 1489 ou 1490 se oferecera a D. João II para compor em grego ou latim uma crónica que o imortalizasse¹³². Partindo desse título ou tão-só da raiz latina da palavra, Resende passaria aí para os leitores algumas impressões sobre a China que, à semelhança das rimas acabadas de citar, se são breves quando comparadas com o pormenor das riquezas dos costumes, das gentes ou das “estranhezas” de outras partes¹³³, são também sintomáticas das associações que as coisas deste país suscitavam sem demasiado esforço nos espíritos relativamente bem informados de Portugal nesses anos iniciais da década de trinta do século XVI em que foram escritas.

Na narrativa da “Hida da Infanta dona Beatriz a Saboya” que está anexa ao final da *Crónica de D. João II*, ao descrever a “camara em que a senhora Infante dormia”, entre infinitos pormenores sobre almofadas, cobertores, alcatifas, franjas, brocados e veludos o nosso escritor regista que o enorme toldo que a cobria era “forado de dentro de damasco azul da China”¹³⁴. Pouco depois dessa referência não concretizada às “tam grandes” e “espantosas” coisas da China e integrado no mesmo desfiar de terras que começa “em Guiné e Manicongo”, que segue costa abaixo até à Índia, que salta às Antilhas e que, por exemplo, irá também a Java e às Molucas, ao reportar a “Índia em geeral” voltamos a tropeçar nos “Muytos damascos da China”¹³⁵. Ainda nessa décima o leitor é deixado suspenso com a inacreditável abundância de cofres de rede dourados, de mesas, de prata fina, de aljôfar, de seda, bem como a fama das “policias tam polidas”. Na décima seguinte é a vez das “cidades populosas / de grandes pouoações, / cercadas, fortes, pomposas, / de pedra, cal, muy lustrosas”¹³⁶. Contudo, nada disto tem

¹³¹ Anselmo, ed. 1977, pp. 304-305, ref. 1047; Curto, 1993, p. 370; Alfredo Pinheiro Marques, “Garcia de Resende”, in *DHDP*, vol. 2, 1994, pp. 943-944 [Marques, 1994b].

¹³² Epístola de Angelo Poliziano a D. João II, in *Omnia Opera Angeli Politiani*, liv. X, cap. I, Veneza, in aedibus Aldi Romani mense Iulio M.IID [1498]; ref. in Sylvie Deswarte, *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos – Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*, tradução de Maria Alice Chicó, colecção Memória e Sociedade — Série Especial, Lisboa, Difel, 1992, p. 237, n. 24. Matos, 1991, pp. 62-63 e 70-71; Serrão, 1991, p. XLI.

¹³³ Garcia de Resende, *Miscellanea*, ed. 1991, p. 344.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1991, cit. p. 330.

¹³⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1991, cit. p. 346.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, ed. 1991, cit. p. 346.

necessariamente de dizer respeito à oferta mercantil ou aos perfis civil e urbano chineses porque continua a ser da Índia em termos gerais que Resende nos fala.

Indiscutível é o significado da passagem em que, a propósito da “letra de forma achada / com que a cada passada / crescem tantas liurarias / e a sciencia he augmentada”, se confrontam os defensores da patente alemã com os outros que “affirmam na China o primeiro inuentador”¹³⁷. Pode não ter sido esse o motivo pelo qual Resende tenha entendido dever lembrar aqui os pergaminhos chineses associados à invenção da imprensa, mas em qualquer caso recordemos que não muitos anos antes fora recebido na Corte de Lisboa um livro chinês, objecto que D. Manuel pouco depois ofereceria a Leão X¹³⁸.

Por último, há ainda um outro passo em que o poeta-cronista também se mostra actualizado a respeito dos assuntos chineses. É quando, ao tratar os adversários do mundo cristão, se refere nos seguintes termos à ascensão e queda do Grande Cã:

“[...] O gram Caõ também mandou
grãdes gentes, muytas terras,
vimos quanto prosperou,
e quantos desbaratou,
em muytas, e grãdes guerras;
como foy obedecido
de tantos, e tam sobido,
tam temido, e acatado,
em breue tempo acabado
foy, e ja não he sabido”¹³⁹.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, ed. 1991, cits. p. 362.

¹³⁸ Ver *supra*, Parte II, cap. 3-1.

¹³⁹ Garcia de Resende, *Miscellanea*, ed. 1991, cit. p. 338.

4. Balanço da cronística lusa da década de 1550

Salvaguardando o conjunto específico de obras dado pela correspondência e demais produção textual jesuítica e que será analisado no capítulo seguinte, podemos desde já concluir a respeito desta década de 1550 que, fora os mesmos missionários ou os seus círculos e o que encontramos em Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e, mesmo, em Garcia de Resende, nenhum autor avançou ao público europeu da época o que quer que fosse de substancialmente novo sobre a China. Da leitura destes três cronistas (se bem que um deles por intermédio de um título que não pertence ao género), do que sabemos sobre a história da edição das respectivas traduções e sobre o panorama editorial europeu no seu conjunto acrescentamos três ideias fundamentais.

Para começar, foi adiada a aprendizagem além-fronteiras das referências que sobretudo Castanheda e Barros fazem ao mundo chinês — poucas, mas várias delas ainda assim pioneiras na forma impressa: nem as edições francesa de 1553 ou espanhola de 1554 da *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses* relevam para esta matéria, nem isso ocorre com o espaço que Giovanni Battista Ramusio dedica às *Décadas da Ásia* na segunda edição do primeiro volume das suas *Navigazioni*, em 1554. Mais tarde, quando tal acontecer, notar-se-á que Veneza concentra o essencial das edições em língua italiana, sobrando apenas a hipótese assinalada da edição romana do livro I da *Historia da India* de Castanheda, mas que também não interessa para o nosso tema. Paris e Genebra farão o mesmo em relação aos títulos em francês, enquanto Londres responderá a uma nova procura em língua inglesa, que, no entanto, não contempla Barros. Do progressivo alargamento dos interesses por este tipo de escritos à escala europeia serão igualmente indicadores claros as traduções holandesas de ambos os cronistas e a tradução alemã de Barros.

Outra das ideias-chave é a de que, apesar de algumas das ditas informações poderem ser inéditas para a generalidade dos leitores, nota-se que tudo continua demasiado condicionado pelos efeitos decorrentes da interrupção dos contactos marítimos regulares com os litorais chineses, a qual se manterá até à negociação do assentamento de Macau. É certo que, mesmo insistindo em certos temas genéricos, alguns deles já cristalizados ou a caminho disso como o da inacreditável abundância material da China, o da sua excelência urbana, o da sua polícia absoluta ou o do país dado ao saber, se conseguem esses pequenos, mas todavia não descartáveis, progressos que se assinalaram. Contudo, é patente que para que o reino da China se

individualizasse como um tema autónomo ou quase autónomo dentro do segmento deste tipo de literatura dedicado à Ásia havia primeiro que resolver esse impasse prático.

Por fim, quase acaba por ser redundante assinalar que continua a caber por excelência a Portugal o papel de agente responsável pela colocação destas notícias ao dispor da Europa. Tal lembrança só não será de todo desnecessária porque este momento coincide, pouco mais ou menos, com a saída do primeiro livro da Parte II da *Historia general y natural de las Indias* de Gonzalo Fernández de Oviedo (o 20.º livro da obra, 1548; reed. 1557) e com a publicação em Saragoça da *Historia de las Indias y conquista de Mexico* de Francisco López de Gómara (1552; reeds.: Medina del Campo, 1553; Saragoça e Antuérpia, 1554).

Quer uma quer outra destas obras fundadoras da cronística espanhola em que o assunto principal não podia deixar de ser a empresa americana tem incorporada algumas indicações, também elas originais, sobre o mundo asiático. Oviedo escreve sobre os primórdios da presença espanhola nas Filipinas, sobre Brunei, o trato das ilhas das Especiarias e Java, abordando, assim, dois dos temas sobre os quais os espanhóis depois manterão concentrada a maior parte da literatura que surgirá a jusante e não por acaso expressamente catalogada no *Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica* de Antonio León Pinelo (Madrid, 1629) como “Historias de las Filipinas i Molucas”¹⁴⁰. No entanto, apesar deste mesmo livro desgarrado ter tido por fontes, entre outros, os relatos de Maximiliano Transilvano e Antonio Pigafetta e a *Relación* escrita em 1537 por Andrés de Urdaneta a propósito da expedição capitaniada por Jofre de Loaysa e ida em 1525 “à armar para la China”¹⁴¹, nada ressalta daí para o nosso tema. Quanto a Gómara, os resultados são idênticos: abordagem extra-americana às Molucas e às Filipinas, neste caso até extensiva a várias outras das partes do Atlântico ou dos

¹⁴⁰ Ver Antonio de León Pinelo, *Epitome de la Biblioteca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica. Al Excelentiss. Señor D. Ramiro Nuñez Perez Felipe de Guzman, Señor de la Casa de Guzman Duque de Medina de las Torres, Marques de Toral i Monasterio, Conde de Parmacoello i Valdorce, Comendador de Valdepeñas, Gran Canciller de las Indias, Tesorero General de la Corona de Aragon, i Consejo de Italia, Capitan de los cien Hijosdalgo de la guarda de la Real persona i Sumiller de Corps. Por el Licenciado Antonio de Leon Pinelo Relator del Supremo i Real Consejo de las Indias*, Madrid, por Iuan Gonzalez, 1629, pp. 80 e sgs.

¹⁴¹ Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental, Nautica, y Geografica de Don Antonio Leon Pinelo, del Consejo de su Mag. en la Casa de la Contratacion de Sevilla, y Coronista Maior de las Indias; Añadido, y enmendado nuevamente, en que se contienen los escritores de las Indias Orientales, y Occidentales, especialmente del Peru, Nueva-España, la Florida, el Dorado, Tierra-Firme, Paraguay, el Brasil, y viajes a ellas, y los autores de navegacion, y sus materias, y sus apendices, Al Rey Nuestro Señor, por mano de el Marques de Torre-Nueva*, Tomo segundo, Madrid, Oficina de Francisco Martinez Abad., 1738, col. 673. Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

Mares da Ásia controladas ou disputadas pelos portugueses, mas de novo nada de assinalável sobre as matérias chinesas¹⁴².

¹⁴² Benito Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía Española. Ensayo de un examen de conjunto*, vol. 1, *Hasta la Publicación de la Crónica de Ocampo (...-1543)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1941, pp. 444-445; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1. pp. 184-185.

CAPÍTULO 8

A correspondência da Companhia de Jesus, 1551-1561

1. Os jesuítas, Portugal e a Ásia

Coube ao “mui católico” rei D. João III a decisão de atrair a Portugal e aos seus imensos domínios ultramarinos os promissores jesuítas, os homens recrutados por Inácio de Loyola em torno dos propósitos da propagação da fé, do serviço em instituições hospitalares, da assistência aos pobres, do conforto dos prisioneiros e, por um inadvertido encadeamento de ocorrências, também do ensino¹.

Estávamos em 1539. Ao fundamentalismo luterano acabavam de bastar duas décadas para apartar da autoridade do catolicismo romano cerca de um terço das suas almas, tudo enquanto a emergência do Turco ameaçava o resto da antiga hegemonia cristã nos mares Mediterrâneo e Árabe e nas respectivas terras limítrofes. De certa forma preludiadas pela instituição de “clérigos regulares” do Oratório do Amor Divino, fundado em Roma em 1517, constituem peças de uma mesma resposta tanto a nova ortodoxia saída de Trento, como as reformas impostas aos beneditinos, agostinhos e franciscanos e o aparecimento de outras novas Ordens como os teatinos (1524) e os barnabitas (1530). Isso continua válido apesar das estratégias ou dos interesses parcelares poderem ser diversos e, às vezes, até pouco harmónicos entre si. Também cabem aqui as acções de Pedro Guerrero, bispo de Granada, de Tomás de Villanueva, bispo de Valência, de Jacopo Sadoletto, bispo de Carpentras, de Giovanni Matteo Gilberti, bispo de Verona, do cardeal Ridolfi de Vicenza, do cardeal Hércules Gonzaga de Mântua, dos alemães Frederico de Hohenzollern, Berthold Pirstinger e Cristóvão de Uthenheim ou do polaco Estanislau Hosius (Hozyjusz Stanislaw). Igual com os ensaios de reforma católica que, antes da tradução alemã da *Bíblia*, significaram as de Francisco

¹ Ver, *inter alia*, Luce Giard, “Le devoir d’intelligence, ou l’insertion des jésuites dans le monde du savoir”, in L. Giard (dir.), *Les jésuites à la Renaissance – Système éducatif et production du savoir*, Bibliothèque d’Histoire des Sciences, Paris, Presses Universitaires de France, 1995, pp. LIII-LXIV.

Jiménez de Cisneros para a língua espanhola (1511-1517), a de Erasmo para a língua latina (1516) e a de Lefèvre d'Étaples para francês (1523-1530)².

Porém, não se pode dizer que sejam apenas as imprecações de um Martinho de Lutero contra o Papado — “fundado em Roma pelo Diabo”, como escreverá quase moribundo — ou os efeitos religiosos e os mais imediatos aproveitamentos políticos disso em Inglaterra, na Suíça, na Prússia, na Lituânia, na Livónia, em Riga, na Dinamarca ou na Suécia o que move o soberano português. É certo que paira sobre as suas preocupações o espectáculo da fractura que tinha vindo arruinar a velha *Respublica Christiana* teorizada na prática anti-imperial por Gregório VII e retomada na dimensão imperial romana cara a Leão X ou a Clemente VII, os Papas Medici. Aflige-o a humilhação de Roma, levada ao zénite quando os mercenários protestantes germânicos recrutados pelo imperador-rei Católico a tomaram de assalto em 1527. Mas se até por tudo isto o seduzia a censura implícita que os “mestres de Paris” liderados por Loyola deixavam em relação ao Império laico universal dos Austria, Carlos V e Filipe II, tal como a defesa que faziam do carácter de universalidade do mesmo Papado, seria também por ver em risco algo tão indispensável para a sustentação da independência portuguesa como o vinha sendo historicamente a caução da Santa Sé o que o incitava a agir³.

O Doutor Diogo de Gouveia, então principal do Colégio de Santa Bárbara em Paris, é quem primeiro dá a ver a D. João III o “bem inestimável” que a ida desses homens para a Índia poderia constituir. Assim que este o informa sobre a partida de Inácio de Loyola e dos seus companheiros de França para Itália com o propósito de verem sancionado pelo Pontífice o documento estatutário da Companhia dito *Summa instituti* ou *Formula instituti*, são dadas instruções ao embaixador português na Cidade Eterna, D. Pedro de Mascarenhas, no sentido de que o diplomata exerça a sua influência em favor da rápida aprovação papal e que, conseguida esta, logo recrute para o reino tantos membros da nova Ordem quantos possível⁴. As potencialidades que eram

² Ver, *inter alia*, Ameal, 1983, pp. 173-175; José Luis Abellán, *Historia Crítica del Pensamiento Español*, vol. 2, *La Edad de Oro (Siglo XVI)*, 2.^a ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1986, p. 39 (1.^a ed. 1979).

³ José Sarmiento de Matos, “Os Jesuítas e a Ideia de Portugal”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 12, Novembro 1992, pp. 38-39.

⁴ “[...] vos encomendo muito que, tanto que esta carta receberdes, trabalheis por saber que homens são, e onde estão, e de sua vida e costumes e letras, e preposito; e sendo estes lhes faleis se ahi estiverem, e sendo absentes lhe escrevays e façays que elles queirão vir a mim, porque certo, se seu preposito é esse de acrecentar e aproveitar á fé, e servir a Deos pregando e com exemplo de suas vidas, nam pode haver parte onde lhes esté mais aparelhado poderem-no fazer e comprir seus desejos que em minhas conquistas” — Carta de D. João III a D. Pedro de Mascarenhas, Lisboa, 4 de Agosto de 1539, BAL, *Correspondência*, fl.

oferecidas por uma Companhia de Jesus amarrada aos interesses de Portugal tinham sido antecipadas. A D. João III apoquentá-lo-ia ainda a presença entre os próprios clérigos e casas religiosas portuguesas de muitos desses sintomas de degenerescência de costumes de que a Cristandade era acusada pelos seus inimigos. Há, depois, um terceiro factor não menos determinante que os anteriores: o juízo que o próprio monarca faz da contradição que existe entre a preponderância política, económica e científica do Portugal da época e a sua relativa menoridade tanto no campo das letras como no do ensino universitário que, em tese, as deve promover.

A propósito deste último aspecto, diga-se que D. João III nutre um constante e especial interesse pela elevação do nível cultural do clero que serve no país, a ponto de se poder afirmar que a sua ideia para o ensino universitário tem sempre como objectivo anterior a todos os outros o do reforço dos estudos teológicos. O processo vem de trás e acaba assinalado por 1537, o ano em que se opera a transferência do Estudo Geral de Lisboa para Coimbra, no que configura uma verdadeira refundação. Esta refundação começa por se filiar no movimento europeu do erasmismo e nas implicações ideológicas que dele resultavam para as letras e as humanidades, apostando num modelo de saber que, se por um lado aprofunda e acerta as capacidades do pensamento abstracto — a exposição retórica, a visão ética e a capacidade de aferimento moral dos acontecimentos de acordo com os preceitos humanistas e em oposição aos desvios da escolástica —, por outro avança divorciado desse domínio da observação da natureza ou do mundo físico, desse saber prático, técnico e positivo que dava a vantagem indiscutível ao humanismo dos Descobrimentos e, muito em particular, ao dos mais importantes vultos portugueses que cumpriam com o exemplo de um Duarte Pacheco Pereira ou de um Tomé Pires⁵.

Contudo, nem sequer essa evolução na continuidade e tão próxima do programa das letras e da espiritualidade bebida no roterdamês ou em Nebrija viria a frutificar no seio do ensino superior do reino luso. Tal seguiu sendo assim mesmo depois de antevisto que as reformas pedagógicas e curriculares a realizar passavam obrigatoriamente pela criação de uma rede autónoma de colégios para o ensino de disciplinas de base, preparatórias do nível universitário e concebidas à imagem de Paris, Oxford, Salamanca e de Alcalá de Henares. Entre outros incidentes, manteve-se por largo tempo a confusão entre os níveis preparatório e superior, albergados nas mesmas

75r., minuta s.d.; pub. in *Corpo Diplomatico*, t. 4, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1870, cit. pp. 104-105. Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. 2, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto/Lisboa, Livraria Civilização, 1968, pp. 169-170.

⁵ Rosa Mendes, 1993, pp. 390-392.

instalações coimbrãs, revelou-se morosa a transição dos esquemas escolásticos do *trivium* (gramática, retórica e lógica) e do *quadrivium* das ciências matemáticas ou aparentadas (geometria, aritmética, astronomia e teoria da música) para um currículo de perfil humanista que acentuasse a importância do latim, do grego e do hebraico nos cursos dos colégios e acabou por ser impossível aliciar esse corpo docente estrangeiro de peso e de renome sobre o qual deveria repousar o essencial do arejamento dos métodos escolares.

O princípio da década de 1540 vê ainda surgir o esboço daquela que era suposto ter sido a resposta definitiva para este semi-fiasco: a criação do Colégio das Artes de Coimbra, concretizada em 1547 sobre o modelo do Collège Royal de Francisco I. Tratava-se, portanto, de um local pensado para a confluência das matrizes laica e cristã do humanismo ou para o convívio criativo e conciliador entre diferentes vertentes do pensamento cristão, lugar para onde se contara recrutar os muitos bolsheiros portugueses no estrangeiro deixados relativamente à margem do projecto anterior. Minado por disputas internas e pelas superstições ou pelo veneno daqueles que apostavam em identificar Erasmo com Lutero, bem pode dizer-se que o plano que visa a afirmação de uma cultura secular e autónoma (mas, claro, não anti-religiosa) sobre o primado teológico-eclesial está condenado à partida. O tempo que corre vai agora sendo também cada vez menos favorável à mudança pois esse ano de 1547 é não só o da confirmação e constituição orgânica do Tribunal do Santo Ofício, como ainda aquele durante o qual sabemos que sai o primeiro rol de livros proibidos, o exemplo por excelência do integrismo da Contra-Reforma⁶.

Apesar da reiterada incapacidade que a instituição universitária ia revelando de se reformar por si própria, enquanto este desfecho não acontece temos que não apenas durante os anos de 1530 como durante grande parte dos de 1540 ainda sopra o espírito modernizador daqueles a quem incomodavam as letargias acumuladas e o anquilosamento desse sector essencial para a vida do país. Do mesmo modo — e mesmo que não perdesse nenhuma oportunidade para se assegurar de que os estudos teológicos seriam os primeiros a beneficiar com as emendas —, o monarca continuava receptivo à generalidade daqueles seus conselheiros que seguiam reclamando a abertura ao estrangeiro e a decorrente necessidade de se recrutarem mestres que contribuíssem para a sua reforma.

⁶ Idem, *ibidem*, pp. 384-390 e 402-404. Ver Grouchy & Travers, 1878, pp. 53-85; Saraiva, ed. 2000, vol. 1, pp. 183-192 e 197-211.

Por outro lado, as novas conquistas em África, nas Índias e no Brasil vinham acrescentar uma outra dimensão ao problema. Daí todo o interesse que lhe desperta a referida informação transmitida por Gouveia, por cujas aulas tinha passado esse estudante basco de nome Iñigo de Oñaz y Loyola, que depois se rebaptizara como Inácio, e de quem saberia o fascínio pela geografia do turco, da Índia e da Etiópia que Jean Fernel lhe inculcara em Santa Bárbara⁷. Daí, igualmente, a urgência posta nas diligências do embaixador Mascarenhas e a solicitação que se lhe faz de que, desde logo, acenasse com a Índia aos potenciais missionários. Este cumprirá com as instruções, tanto assim que antes de Paulo III ter aprovado pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae* de 27 de Setembro de 1540 a constituição da Companhia de Jesus já Francisco Xavier e Simão Rodrigues de Azevedo, o único português de entre os fundadores, se faziam ao caminho para Portugal⁸.

Rodrigues verá frustrados os seus intentos de seguir viagem, primeiro para a Índia, depois para o Brasil. No entanto, será superior (1540-1546) e provincial (1546-1552) da Província portuguesa — a primeira das doze que se constituíram durante o generalato de Loyola⁹ —, além de ter exercido desde 1543 como preceptor do príncipe D. João, filho do rei, tendo sido graças ao seu labor que a Companhia de Jesus logra dar os primeiros passos em Portugal. Em 1553, os jesuítas inauguram o Colégio do Espírito Santo, em Évora, o Colégio de Santo Antão, em Lisboa, e fundam nesta cidade uma casa de professores. A partir de 1555, assumem a responsabilidade da direcção do ingovernável Colégio das Artes de Coimbra.

Se são várias as medidas reais que reforçam o poder que tal representava para a nova Ordem, destaca-se aquela de 1561 por via da qual se vedava a qualquer estudante a entrada em Cânones ou em Leis caso não se apresentasse formado pelo Colégio das Artes. Em 1560 a Companhia funda o colégio de S. Lourenço, no Porto. Em 1561 é a

⁷ Sobre o ensino da geografia no Colégio de Santa Bárbara por Fernel, a recepção que as novidades das descobertas portuguesas no mesmo instituto e o conteúdo do *Monalosphaerium* (1527) e da *Cosmotheoria* (1528), as lições de Fernel, ver François de Dainville, *La Géographie des Humanistes – Les jésuites et l'éducation de la société française*, Paris, Beauchesne et ses Fils, 1940, pp. 11-15; Matos, 1991, p. 138.

⁸ F. Cronin, “Saint Francis Xavier”, in *Boletim do Instituto Português de Hong Kong*, Hong Kong, 2, September 1949, pp. 279-282; Matos, 1950, pp. 32-35; Josef Wicki, *As relações de viagens dos jesuítas na carreira das naus da Índia de 1541 a 1598*, comunicação apresentada ao II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa/II International Seminar on Indo-Portuguese History, Lisboa, 20-24 Outubro 1980, p. 1 (policopiado); Dauril Alden, *The Making of an Enterprise – The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford – Califórnia, Stanford University Press, 1996, pp. 3-8 e 25-27.

⁹ A Província é a unidade territorial de administração da Companhia, colocada sob a autoridade de um superior provincial nomeado pelo superior geral para um mandato de vários anos.

vez do de S. Paulo de Braga, enquanto no ano seguinte abre o do Santo Nome de Jesus de Bragança. Em 1568 Pio V confere-lhe o governo da Universidade de Évora, organismo fundado em 1555 e cuja jurisdição e direito de visitação são agora subtraídos ao rei e ao arcebispo de Évora. Até ao termo do século abrirá ainda o Colégio do Funchal, na ilha da Madeira (1570), os colégios açoreanos de Angra, na ilha Terceira (1572) e de Ponta Delgada, em São Miguel (1591), e o colégio algarvio de Faro (1599).

Mesmo que a maior parte destas instituições tenha aparecido na sequência de um pedido emanado de uma autoridade, fosse ela real, eclesiástica ou municipal, ou que a influência dos jesuítas num organismo de importância fulcral como a Universidade de Coimbra tenha desde sempre sido compensada pela presença do poder régio por interposta Mesa da Consciência e Ordens¹⁰, ou, inclusive, que tão cedo quanto 1562 tenham as próprias Cortes reagido com uma proposta de confiscação das rendas da Companhia, não só são indisfarçáveis o peso e as prerrogativas que esta depressa adquire no domínio do ensino, como não escapará a ninguém a circunstância, que para isso mesmo concorre, da generalidade dos respectivos estabelecimentos ter escolhido implantar-se em núcleos urbanos e não no remanso rural preferido por tantas outras Ordens — além, claro está, de que é de colégios e de algumas universidades que se trata porque à milícia de Loyola não interessa, por definição, levantar conventos. Depois, no conjunto da rede de estabelecimentos pré-universitários que lhe facultava o controlo dessa vertente do sistema educativo português estão nada menos que os três centros intelectuais do país: Lisboa, Coimbra e Évora¹¹.

¹⁰ Paradigma do absolutismo régio, a Mesa da Consciência e Ordens foi o tribunal criado por D. João III em Dezembro de 1532 para o coadjuvar na resolução de vários casos jurídicos e administrativos que “tocavam à obrigação da sua consciência” e que escapavam à alçada dos tribunais de justiça e Fazenda. Uma das responsabilidades que lhe competia era a de resolver em primeira e última instância os negócios relativos à administração das Ordens Militares de Cristo, de Avis e de Santiago. Conforme uma tendência que se prolongaria, em 1567 vê os seus poderes serem alargados pelo facto de então começar a competir-lhe passar em nome do rei e com o sinal de dois deputados cartas de vedoria dos bens e propriedades das ordens militares, licenças para uso de capelanias, vigariarias, etc. das ordens militares, cartas para os clérigos poderem ser examinados fora de Lisboa, provisões que habilitavam ao controlo da conta do dinheiro das fábricas dos conventos ou outros documentos como alvarás de visitação de igrejas das ordens e informações dos costumes dos priores. Fora destes domínios, e para o que mais nos interessa, registre-se que detinha o poder de nomeação e provimento dos lentes e reitores da Universidade de Coimbra e a competência para inspeccionar os negócios da mesma instituição, capacidade esta que conservou até 1790. A Mesa seria extinta em 1833. Ruy d’Abreu Torres, “Mesa da Consciência e Ordens”, in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. 3, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 42; Francisco Bethencourt, “Os equilíbrios sociais do Poder”, in J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 3, 1993, pp. 154-155 [Bethencourt, 1993a]

¹¹ Jorge Ferreira Paulo, “Cronologia da Companhia de Jesus”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 12, Novembro 1992, pp. 42-43. Cf. Alden, 1997, pp. 27-35.

Também não escapará ao observador atento a profunda distância que vai entre, por um lado, as disciplinas clássico-filológicas ministradas nos programas de feição humanista, estas postas ao serviço de um certo ideal ético de aperfeiçoamento do “cristão bem formado”, indivíduo autónomo e que se acredita ser responsável pelo seu destino, e, por outro lado, as “humanidades” que preenchem o currículo dos jesuítas portugueses, onde a aprendizagem do latim e da retórica fornece ao “homem religioso” que se tem por objectivo moldar para o apostolado os rudimentos mínimos que lhe permitirão abalançar-se à doutrina teológica que atravessa verticalmente todos os cursos ou à qual todos os cursos se ajustam¹².

De igual modo, não passará despercebido ao leitor dos manuais em uso pelos novos donos da cultura escolar portuguesa — e que, de novo, tanto pesaram na formação de muitos dos missionários enviados para as terras ultramarinas situadas na dependência formal do Padroado Português — que aquelas aquisições do saber técnico-positivo ligado ao mar ou os princípios gerais da metodologia experimentalista ou para-experimentalista lhe tenham sido, por regra, estranhos já que foram quase invariavelmente substituídos por um empirismo ingénuo ou pela descrição de simples percepções sensoriais ou de evidências espontâneas. Enfim, também o “naturalismo” associado às navegações não viu os campos da medicina, da matemática, da física ou das restantes matérias da “história natural” serem impulsionados de forma criativa pelo modelo epistemológico neo-escolástico posto em prática¹³.

Estamos cientes de que a avaliação desta herança está longe do seu termo e, muito menos, de ser pacífica¹⁴. Bem ou mal, os jesuítas inauguraram nesta altura em Portugal dois séculos de renovação dos estudos escolásticos e o valor da filosofia conimbricense representada pelos *Institutionum dialecticarum libri VIII* do Pe. Pedro da Fonseca, por exemplo, pode ser defendido com base na vasta repercussão internacional de que tal obra gozou (1.^a ed. Lisboa, 1564¹⁵; 53.^a ed. Lyon, 1625)¹⁶. No entanto,

¹² Rosa Mendes, 1993, pp. 406-407. Ver também: Saraiva, ed. 2000, vol. 1, pp. 211-216.

¹³ Rosa Mendes, 1993, pp. 410-411.

¹⁴ Ver, *inter alia*, Giard, 1995, pp. XXV-LXXIX; Alfredo Dinis, “Para uma compreensão das mudanças de paradigma cultural”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa – Braga, 54 (2), Abril-Junho de 1998 – *Os jesuítas e a ciência (sécs. XVI-XVIII)*, p. 161.

¹⁵ Pe. Pedro da Fonseca, S. J., *Institutionum dialecticarum libri octo. Auctore Petro Afonseca ex Societate Iesv*, Lisboa, Herdeiros de João Blávio, 1564.

¹⁶ Por “filosofia” entendemos esse conjunto de saberes definido pelo sistema aristotélico e coberto pela expressão *philosophia lato sensu*, composto pela lógica (a “dialéctica”, a técnica que ensinava a pensar e a argumentar pelo mecanismo silogístico) e pelos saberes que pertencem aos domínios físico-natural, moral e metafísico, com a física (que inclui a ontologia), a astronomia, a biologia, a psicologia, a ética, a

encontramos em vários dos assumidos autores da contra-tese da decadência cultural jesuíta concordância com a ideia de que a opção destes religiosos pelo exclusivo do aristotelismo escolástico — que começava por conciliar a própria tradição escolástica com algo dos modernos avanços filológicos entretanto postos ao serviço da análise textual, mas que logo regredia ao afirmar como referências únicas o *corpus* aristotélico e a escolástica medieval, sobretudo a defendida por São Tomás de Aquino —, dizíamos, até entre esses sectores encontramos exposta a ideia de que tal opção configurava, senão uma completa traição ao espírito do humanismo, pelo menos um manifesto empobrecimento face ao mesmo¹⁷.

Mesmo os mais transigentes com a generalidade das rotinas impostas pelo apego dos inicianos ao aristotelismo escolástico de índole tomista nos confirmam que, com tudo isso, se cedeu definitivamente aos meios situados na Europa Ocidental não hispânica a oportunidade de liderarem o desenvolvimento da fundamentação científica e de assumirem a responsabilidade pelo desencadear da revolução assim designada. Enquanto talvez esperássemos que, como vantagem comparativa e base segura que eram, tanto os resultados do saber técnico-positivo colhido ao longo de várias décadas de experiência marítima como os bosquejos de metodologia experimentalista de homens como D. João de Castro tivessem pelo menos sido aproveitados para acompanhar esse salto epistemológico que outros deram ao negarem uma suposta *philosophia perennis*, uma *limes scientiae non plus ultra* representada pelo saber do sistema aristotélico-escolástico, nem sequer isso sucedeu.

O movimento cujo encontro é falhado pelos jesuítas portugueses ou pelos jesuítas estabelecidos em Portugal que de facto contavam para o efeito já fora posto em marcha e não fazia segredo da sua preferência pelas ciências físico-matemáticas. Primeiro com base no modelo cartesiano, depois no sensismo e no matematismo experimental de Newton, a máxima dignidade hierárquica dos saberes do sistema deixava de pertencer ao grupo das matérias morais e metafísicas para caber à física. Ora, enquanto Francis Bacon, Galileu ou Descartes influíam além-Pirinéus, em Coimbra nem

metafísica, os pequenos naturais e a meteorologia. José Sebastião da Silva Dias, “Cultura e obstáculo epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”, in *A Abertura do Mundo – Estudos de História dos Descobrimientos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. 1, org. Francisco Contento Domingues & Luís Filipe Barreto, colecção Métodos — 23, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 50, n. 6.

¹⁷ Pedro Calafate, “Apresentação”, in Michel Leroy, *O Mito Jesuíta – De Béranger a Michelet*, trad. de José Eduardo Franco, Ana Santos, Isabel Gomes e Sofia Galdes, Lisboa, Roma Editora, 1999, pp. 10-11. Cf. Charles H. Lohr, “Les jésuites et l’aristotélisme du XVIIe siècle”, in L. Giard (dir.), *Les jésuites à la Renaissance*, 1995, pp. 79-91.

parece que se tenha tomado conhecimento da física nova de Jean Buridan e seus discípulos, nem atendido às reflexões lógico-gnoseológicas em desenvolvimento na Universidade de Pádua ou às reflexões sobre o método propostas pela escola de Pádua, por Francisco Sanches, Jacopo Aconcio, Pierre de la Ramée ou por Adrien Turneboef. Também não transpira nessa cidade qualquer olhar atento sobre os *De Orbitum Coelestium Revolutionibus Libri VI* de Copérnico para além da refutação que lhe dedica o alemão Christopher Clavius, patriarca dos matemáticos da Companhia, no seu *In Sphaeram Joannis de Sacro Bosco Commentarius* (Roma, 1570)¹⁸.

Se bem que para aqui as opiniões também sejam desencontradas, não seria correcto esquecer que em muitas zonas dessa Europa além-Pirinéus se somaram os exemplos de participação de jesuítas no desenvolvimento em curso das ciências matemáticas. O reparo terá toda a pertinência até porque essa outra realidade continua a repercutir-se de modo directo na actividade científica desenvolvida nas Missões ou em torno das Missões portuguesas, a começar pelas asiáticas. É que quando se observa o modo como a Assistência lusitana supriu as suas necessidades neste campo¹⁹, tudo o que acabámos de dizer sobre o magistério da Companhia em Portugal resulta, se possível, mais claro ainda. Castigada pelo atraso do ensino e da cultura da matemática nos seus colégios, esta solicitou ao longo dos anos inúmeros especialistas formados no Colégio Romano e, em concreto, na Academia de Clavius. Só depois de 1620 se notará uma quebra relativa na preponderância da escola romana na formação dos missionários estrangeiros que passavam pelo país de Pedro Nunes e de Damião de Góis a caminho do Oriente, quebra que, no caso da Missão chinesa, se expressa a partir de 1640, quando aí chegam vários jesuítas belgas e, sobretudo, franceses.

De resto, Roma forma a maioria dos quadros matemáticos portugueses, o que, de novo, não foi suficiente para resolver o atraso estrutural em que o país se conservou em relação a Itália, à Alemanha e à França durante a segunda metade do século XVI e ao longo do século XVII. Diga-se a propósito que enquanto o ensino desta disciplina no

¹⁸ Silva Dias, 1986, pp. 42-48; Rosa Mendes, 1993, pp. 407-413.

¹⁹ Assistência é a designação dada a cada uma das divisões administrativas da Companhia à escala do mundo e concebidas de acordo com as principais linhas de separação linguística existentes no seu seio, sendo representadas junto do geral por um assistente nomeado ou ratificado pela Congregação Geral. Em 1558, contavam-se quatro Assistências: Italiae (com a Sicília), Lusitaniae (com o Brasil, as Índias Orientais e o Japão), Hispaniae (onde se destacam o México e o Peru) e Germaniae (com a Europa Ocidental, do Norte e Central). Em 1608, junta-se-lhes a Galiae, a Assistência francesa, o que não impediu que a Assistência germânica permanecesse a maior do conjunto, com a Áustria, a Hungria, a Polónia, a Lituânia, os Países Baixos, a Bélgica e a Inglaterra. Em 1755, é constituída a Polinae, a Assistência polaca. Alden, 1996, pp. 9 e 234, n. 14; Giard, 1995, pp. XIII-XIV.

Colégio Romano começou em 1553, em Praga e Viena antes de 1560 e cerca de 1570 em França²⁰, descontando os anteriores cursos privados oferecidos desde 1586-1587 em Coimbra a estudantes jesuítas, a matemática só entra de forma pública e permanente num currículo de Portugal no curso de 1590 ministrado no Colégio de Santo Antão em Lisboa por João Delgado, mais um antigo aluno de Christopher Clavius. Como se isso não bastasse, o respectivo programa será dado aí durante quase dois séculos integrado na chamada “aula da esfera”, um entendimento sobre o conceito útil da disciplina imposto pelo rei D. Sebastião e que já tinha implicado a formulação de algumas observações da Província de Portugal ao capítulo *De mathematicis* do *Ratio Studiorum* de 1586, observações enviadas ao geral da Companhia logo depois desta data e que apontavam para a necessidade de se reduzir ao mínimo o número de horas dedicadas à matemática de base.

Reencontrando o que vimos pouco antes, significava tudo isto que se dava preferência às noções elementares de cosmografia e astronomia sobre outras partes da matemática pura ou aplicada. A circunstância da maioria dos estudantes que passavam por esta Aula deter o estatuto de futuro especialista de navegação e cartografia ao serviço da monarquia, de jovem nobre aspirante à carreira militar no Reino ou no Império ou de religioso destinado às Missões (jesuíta ou não) fez com que a opção corresse no sentido de favorecer a aprendizagem do uso dos instrumentos e da esfera. Claro, tudo isto significou também que se reduziram ao essencial os conteúdos desenvolvidos pelos mestres Clavius e Nunes, que a geometria e a álgebra avançada foram deixadas de lado e que as questões teóricas decisivas só eram ventiladas quando se tornavam indispensáveis para a resolução de problemas práticos, como na náutica ou em questões astronómicas relacionadas, razão pela qual nunca poderiam incluir ou suscitar o aparecimento de novidades conceptuais²¹.

Apenas a Espanha parece facultar um exemplo de maior desinteresse ou resistência à introdução das disciplinas matemáticas nos *curricula* dos jesuítas, uma vez que será preciso esperar pelo *catalogus* da Província de Toledo de 1627 para termos uma primeira referência, esta dada na oportunidade da transformação do Colégio de Madrid em Colégio Imperial. A leitura mais comum quer que o caso em questão tenha

²⁰ Ver, *inter alia*, Steven J. Harris, “Les chaires de mathématiques”, in L. Giard (dir.), *Les jésuites à la Renaissance*, 1995, pp. 244-251.

²¹ Ugo Baldini, “As Assistências ibéricas da Companhia de Jesus e a actividade científica nas missões asiáticas (1578-1640): Alguns aspectos culturais e institucionais”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa – Braga, 54 (2), Abril-Junho de 1998 – *Os jesuítas e a ciência (sécs. XVI-XVIII)*, pp. 195, 211-215 e 219-220.

ocorrido condicionado pela persistência de um caldo de cultura mais visceralmente avesso que qualquer outro a admitir o valor cognitivo desta ciência, facto que se misturaria com receios mais ou menos generalizados a propósito de eventuais ligações à astrologia e ao esoterismo. O cuidado mínimo ou nulo que, mesmo para lá de 1640, este ensino mereceria nas províncias de Aragão, Castela e Andaluzia quase nos confirmava tal tese a cem por cento, não tivéssemos também a realidade oposta da escola matemática dos jesuítas belgas e a situação geral do progresso científico das Flandres espanholas nos séculos XVI e XVII para nos baralhar uma outra vez as conclusões.

Seja como for, será seguro dizer que, tanto como em Portugal, as directrizes pioneiras do administrador Jerónimo Nadal no sentido da inclusão da matemática nos colégios da Companhia tiveram durante demasiado tempo um eco muito reduzido entre as instituições espanholas. Por outro lado, será tão pacífico como isso que as competências científicas solicitadas a esta Assistência por parte das Missões sob sua tutela foram menos exigentes do que aquelas que o convívio com a Ásia impôs à sua congénere lusa, o que em boa medida resultou na antecipação e na maior vitalidade apesar de tudo demonstradas do lado português. Consensuais são igualmente as diferentes matrizes que enformam o funcionamento de uma e de outra destas escolas: enquanto a portuguesa foi, como acabámos de ver, influenciada pela tradição italiana e em Clavius, a espanhola, mais tardia, entronca sobretudo nos conceitos e nos métodos adoptados pelos jesuítas belgas, alunos de Grégoire de Saint Vincent ou André Tacquet.

Repare-se que só sobra um italiano entre os primeiros professores de matemática que leccionaram em Madrid (Francesco Antonio Camassa, que ensinou arquitectura militar), sendo os demais originários da Província de Lyon, da Baviera e da Bélgica. Temos também que, sem que lhe pesassem as directrizes acordadas com o rei português para o ensino da matemática, os respectivos cursos no Colégio Imperial ignoram a teoria da navegação e não acordam o mesmo cuidado às questões cartográficas e à astronomia prática que conhecemos serem regra do Colégio de Lisboa. Além disso, exibem uma separação entre a matemática pura e a aplicada e a presença de um ensino *de re militari*, que compreendia a teoria das fortificações, programas que não acertam por completo com os dos cursos da generalidade dos colégios maiores de outras Assistências, incluindo o Colégio Romano²².

²² Idem, *ibidem*, pp. 211-213, 215-219 e 229-238. Ver também Ugo Baldini, “L’insegnamento della matematica nel Collegio di D. Antão a Lisbona, 1590-1640”, in Nuno da Silva Gonçalves (coord.), *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente, Actas do Colóquio Internacional promovido pela*

2. Para além da sombra tutelar do Padroado Português do Oriente

Retome-se o fio que nos conduz aos Mares da Ásia.

Se Simão Rodrigues é, de certa forma, forçado a permanecer em Portugal contra a garantia de que lhe seria concedida a oportunidade de abrir um colégio em Coimbra especialmente vocacionado para o treino de missionários a enviar para além-mar, quanto a Francisco Xavier sabemos-lo embarcado para o Oriente em Abril de 1541, onde chega no ano seguinte à frente de um pequeno contingente de religiosos da sua Ordem. Logo depois da equipa de Xavier, outras seguem da Europa para a Índia em 1545, 1546 e 1548. Em 1601 partia a quadragésima nona. Quanto a efectivos, até ao termo da década de 1620 estes foram sempre em maior número em cada nova leva: vinte e seis durante a década de 1540; cerca de cinquenta na década de 1560; cerca de noventa em cada uma das restantes décadas do século XVI; e um valor ainda superior a este último nas três primeiras décadas do século XVII.

Por nacionalidades — e descontando sempre o clero indígena —, Goa acolhe ou distribui pelo subcontinente e para além dele até *c.* 1640 uma maioria de padres portugueses (um pouco menos de metade do conjunto), um número considerável de falantes italianos (cerca de 12% dos efectivos estrangeiros entre 1541 e 1580, contra cerca de 27% entre 1581 e 1640) e um importante número de espanhóis quase até aos anos da união das Coroas de Portugal e Espanha (cerca de 30% dos efectivos estrangeiros entre 1541 e 1580, número que os receios provocados pelos primeiros boatos sobre os projectos de invasão da China urdidos em Manila e pela conjuntura resultante da própria união dinástica fazem cair para valores insignificantes a partir de 1575-1580). Quanto aos nacionais de língua alemã, estes só nos aparecem no pós-1580, constituindo por enquanto menos de 1% dos efectivos estrangeiros. Por último, a soma de franceses, flamengos, ingleses, irlandeses e suíços apenas nos dá cerca de 4% dos efectivos estrangeiros em ambos os intervalos²³.

Fundação Oriente e pela Revista Brotéria (Lisboa, 21-23 de Abril de 1997), Lisboa, Brotéria – Revista de Cultura/Fundação Oriente, 2000, pp. 275-310.

²³ Alden, 1996, pp. 44-47 e 267-269. Ver também Josef Wicki, “Liste der Jesuiten-Indienfahrer 1541-1758”, in *Portugeisische Forschungen der Görresgesellschaft. Erste Reihe, Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 7. Band 1967, Munique, 1969, pp. 269-334; ref. in Wicki, 1980, p. 1; Maria Odete Soares Martins, *A Missionação nas Molucas no século XVI. Contributo para o estudo da acção dos Jesuítas no Oriente*, colecção Teses — 2, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 213-217.

Bulas e breves

Tal como nas opções cedo postas em prática na metrópole no domínio do ensino, a Companhia surgirá na Ásia apoiada num programa apesar de tudo relativamente bem definido que lhe permite distinguir-se desde a primeira hora dos demais religiosos actuantes no âmbito do Padroado Português. De acordo com o que acabou de ser dito, a isso acresce ter sido apenas por alturas de meados do século que, tanto no caso africano como no asiático, surgiram reunidas aquelas condições gerais que permitiram às estruturas eclesiásticas lusas enfrentar de modo sistemático as suas obrigações no plano missionário: supressão dos mais sérios afloramentos de heresia da população metropolitana, do apego de muitas delas a tradições pagãs, moçárabes ou judaicas, empenho no castigo de muitos dos desvios à regra praticados no seio do clero ou emenda da própria ausência de um projecto missionário autónomo²⁴.

Os primórdios destas obrigações de carácter apostólico que recaíam sobre os portugueses no que concerne às terras de uma ou de outra forma identificadas com a sua tutela são marcados pela letra da bula *Inter cætera* de Calisto III. Datada de 13 de Março de 1456, fazia do vigário da Ordem da Mílicia de N. S. Jesus Cristo o beneficiário do exclusivo da jurisdição espiritual — ou seja, de um ministério quase episcopal — sobre as ilhas, cidades, portos, terras e outros lugares conquistadas pelos reis de Portugal aos sarracenos, assim como sobre aquelas que se conquistassem desde o Cabo Bojador e do Cabo Não, na Guiné, até à Índia²⁵. Este texto completava o da bula *Romanus pontifex* de 8 de Janeiro de 1455, concedida por Nicolau V a D. Afonso V e a primeira a definir um regime de derrogação da organização eclesiástica válido sobre novos territórios reclamados pela expansão da Cristandade para além do seu berço europeu — “*usque ad Indos, qui Christi nomen colere dicuntur*”²⁶. Por outro lado, e vendo mais longe, completava também os encargos que pesavam desde 1420 sobre esta Ordem Militar — a herdeira da Ordem do Templo e mantida desde a sua fundação, em 1319, sob a alçada da Coroa de Portugal — conforme o conteúdo da bula *In apostolicæ*

²⁴ Jorge Manuel dos Santos Alves, “Cristianização e Organização Eclesiástica”, in *HPEO*, vol. 1, t. 1, 1998, p. 302.

²⁵ Publicada por João Martins da Silva Marques (ed.), *Descobrimientos Portugueses – Documentos para a sua História*, vol. 1, 1147-1460, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 536-537.

²⁶ Alfonso García-Galo, “Las Bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en Africa y India”, in *Los Origenes Españoles de las Instituciones Americanas. Estudios de Derecho Indiano*, Conmemoraciones del V centenario del descubrimiento de America, Madrid, Real Academia de Jurisprudencia y Legislación, 1987, pp. 583-583; ref. in Saldanha, 1997, p. 205, n. 12.

dignitatis specula de 25 de Março, aquela que, no rescaldo da conquista de Ceuta, em 1415, lhe outorgava a tarefa de organizar a vida cristã nas terras efectivamente conquistadas ao Islão²⁷.

Vendo ainda mais longe, é evidente que tudo isto tem na sua origem as cedências do direito de padroado das igrejas das cidades conquistadas aos muçulmanos no reino de Granada nas pessoas do rei Pedro I de Aragão e seus sucessores acordadas por Urbano II na bula *Tuae dilectissimæ* de 16 de Abril de 1095. As como que cláusulas de salvaguarda previstas nessa altura, mormente as que estipulavam a negação dos respectivos direitos no caso de se tratar de sedes episcopais, seriam mantidas no espírito e na letra da bula que a renova nos tempos modernos, a *Laudibus et honore* de 24 de Julho de 1436, negociada entre o Papa Eugénio IV e Juan II de Castela. Tais restrições só seriam levantadas com a bula *Orthodoxæ fidei*, de 13 de Dezembro de 1486, pela qual Inocêncio VIII acede a ampliar, de forma inequívoca, os poderes do soberano castelhano nos domínios da organização eclesiástica e da escolha das suas principais hierarquias²⁸.

Num plano paralelo corre a letra da bula *Romanus pontifex*, de 15 de Setembro de 1436. Por via desta o Papa Eugénio IV concede a D. Duarte o direito de conquista das Canárias, melhor, à parte do arquipélago canário que pudesse ser considerada “*res nullius*”. Trata-se de um documento menor se consideradas as respectivas consequências práticas — que foram nenhuma —, mas que se torna importante pelo precedente dado por um articulado que tanto faculta ao rei português a capacidade de se apropriar de terras e de habitantes e não submetidos a qualquer príncipe cristão ou muçulmano, como a de tomar estes últimos como seus súbditos logo que cristianizados²⁹.

A seguir contar-se-ia com o breve *Dum diversas* de 18 de Junho de 1452, pelo qual, e no contexto de Marrocos, o mencionado Nicolau V exorta o também mencionado D. Afonso V e os seus sucessores a atacar, conquistar e submeter as possessões de “sarracenos, pagãos e outros infieis inimigos de Cristo”. Este breve seria confirmado pela referida bula *Romanus pontifex* de 8 de Janeiro de 1455, documento que, por seu turno, estende o seu âmbito quer de modo a abranger todas as terras e mares já conquistados ou por conquistar — “*Terra et maria conquesita et conquirenda*,

²⁷ Ver, *inter alia*, Roland Jacques, *De Castro Marim à Faiço: Naissance et développement du padroado portugais d’Orient des origines à 1659*, Lisboa, FCG, 1999, pp. 35-39 e 47-48.

²⁸ Jacques, 1999, pp. 18-19 e 43.

²⁹ Ver, *inter alia*, Olmedo Bernal, 1995, pp. 203-213.

possessa et possidenda” —, quer de forma a garantir ao rei português o monopólio do comércio e o controlo exclusivo sobre a circulação de pessoas, sob pena de excomunhão.

Note-se que é somente com o texto papal de 1452 e com este último que as atribuições do direito de conquista evoluem de casos concretos ou, até certo ponto, bem determinados para um enunciado genérico, nem limitado no tempo nem no espaço. Com isto, ficavam estabelecidos os precedentes de direito a que os portugueses recorreriam a partir de meados do século XVI quando chegasse a vez de enquadrar a transição de um longo período em que apenas estivera em jogo o espírito da reconquista e a necessidade de resgatar os prisioneiros cristãos do mundo islâmico para aquele outro em que a prioridade passa a ser a de integrar na esfera de influência da Cristandade representada de forma qualificada por Portugal os mundos novos do Oriente e do Extremo Oriente³⁰.

Será nos mesmos princípios de retribuição do esforço despendido em favor da dilatação da fé que sustentam o precedente português que se apoiarão as reivindicações de Castela de um padroado real sobre os novos territórios da Coroa. Começará por fazê-lo no referido ano de 1486, quando se manifesta de modo efectivo o que se convencionou chamar de *patronato de Granada*, e isto apesar do direito que então vê criado ainda se circunscrever ao quadro peninsular da luta contra o Islão. No entanto, logo entre 1493 e 1511, consumada que está a principal etapa do descobrimento americano, esta Casa Real tem as suas pretensões plenamente satisfeitas pelos privilégios pactuados ao abrigo do *patronato das Índias*. Os propósitos de equiparação ao exemplo português estão, de resto, inscritos na própria letra de uma das mais emblemáticas dessas disposições, a bula *Eximiae devotionis sinceritas* de Alexandre VI, datada de 3 de Maio de 1493 (em rigor, dada em Julho). Nas bulas *Inter caetera* datadas de 3 e 4 dos mesmos ano e mês (na verdade, de Abril e Junho, respectivamente) e que a retomam em substância, acede-se a que os *Reis Católicos* desfrutem das prerrogativas de escolher, dotar e enviar os missionários destinados às obras de conversão pela prédica³¹.

³⁰ Jacques, 1999, pp. 19, 21 e 39-42.

³¹ Ver Beatriz Fernández Herrero, *La utopía de América: Teoría, Leyes. Experimentos*, prólogo de José Luis Abellán, colección Pensamiento Crítico/Pensamiento Utópico — 63, Barcelona, Editorial Anthropos, 1992, pp. 115-121; Alberto de la Hera, “La primera división del océano entre Portugal y Castilla”, in *Congreso Internacional de Historia – El Tratado de Tordesillas y su Epoca (Setúbal, 2 junio, Salamanca, 3-4 junio, Tordesillas, 5-7 junio de 1994)*, vol. 2, Madrid, V Centenario del Tratado de Tordesillas/Junta de Castilla y León/CNCDP, 1995, pp. 1051-1061.

A despeito disto, não deve deixar de se reparar numa diferença subtil que desde logo aqui se institucionaliza entre o Padroado Português e o Patronato Espanhol: enquanto neste as obrigações e os privilégios em matéria religiosa recaem sobre o soberano, fazendo dele o vigário eclesiástico do Papa no Novo Mundo³², naquele o direito de conquista recai sobre o príncipe mas as correspondentes obrigações e privilégios religiosos incumbem à entidade de direito eclesiástico que é a Ordem de Cristo, o que se conservará em espírito mesmo depois de 30 de Dezembro de 1550, quando esta Ordem for incorporada à perpetuidade na Coroa portuguesa pela letra da bula *Præclara charissimi in Christo fillio*, entregue a D. João III por Júlio III³³.

Não repousará nem numa subtileza jurídica como essa nem nas diferenças de tom perceptíveis entre a generalidade das bulas portuguesas, de um lado, e castelhanas e aragonesas, do outro, a razão pela qual as experiências do apostolado católico no Novo Mundo ou nas Filipinas tenham sido, pelo geral, radicalmente diferentes daquelas que pronto encontraremos nas áreas do Padroado Português, sobretudo nos territórios ou Estados não islamizados situados para lá de Malaca.

É um facto que no primeiro destes dois conjuntos de textos se repetem os apelos directos à coragem pessoal dos soberanos quando estiver em causa concretizar a conversão de outros povos, enquanto os segundos preferem ser mais cuidadosos ao recomendar a constituição de uma guarda avançada de “varões probos e temerosos de Deus, doutos, instruídos e experimentados” que se responsabilizasse por tal tarefa³⁴. Os espanhóis também usarão e abusarão desse instrumento quase perfeito para absolver más consciências e remover inoportunas polémicas que é o *Requerimiento* congeminado por Martín Fernández de Enciso e, com maior probabilidade, posto em letra de forma por López Palacios Rubios em 1512³⁵. Todavia, os diferentes resultados que uns e outros vieram a alcançar neste domínio sabemos que dependeram sobretudo da natureza tão específica do primeiro Império português, muito mais uma talassocracia que uma empresa colonial clássica, da força prática que o sustenta, bem menor que a dos seus

³² Ver bulas *Universalis Ecclesiae regimini* de 28 de Julho de 1508 (sobre o direito de apresentação) e *Romanus pontifex* de 8 de Agosto de 1511 (sobre a delimitação das dioceses); refs. in Jacques, 1999, p. 20, n. 20.

³³ Giuseppe Sorge, “Documenti Pontifici dei sec. XV-XVI sul Padroado ed espansione coloniale portoghese”, in *Actas do Congresso Internacional de História – Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. 3, *Igreja, Sociedade e Missionação*, colecção Memorabilia Christiana — 4, Braga, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa/CNCDP/Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 597-602; Jacques, 1999, pp. 19-20, 22-23 e 49-52.

³⁴ Fernández Herrero, 1992, pp. 117-118.

³⁵ Ver idem, *ibidem*, pp. 212-216. Cf. Jacques, 1999, pp. 23-26.

rivais ibéricos, tal como da realidade de muitas das pré-existências sociais e civilizacionais com as quais foi posto em contacto, menos vulneráveis que outras a uma mudança súbita das suas referências políticas e religiosas. Sobra um último factor determinante para a originalidade lusa e do qual começámos por falar: o peso específico reservado à Companhia de Jesus a partir de meados do século XVI.

Uma certa ideia de Deus

Até ao final do século XV-princípio do seguinte seria desolador o estado da empresa missionária portuguesa no ultramar. Apesar da Ordem de Cristo ao longo dos anos ter tentado compensar as limitações decorrentes da sua vocação de cavalaria com a progressiva abertura ao trabalho das Ordens mendicantes, um resultado como esse não podia deixar de lhe ser imputado. Fazendo uma vez mais o périplo, nessas datas observar-se-ia o seguinte: uma acção religiosa mínima nos arquipélagos dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde e nas ilhas de São Tomé e Príncipe; nenhum intento consumado na região dos “Rios de Guiné”, onde, de qualquer modo, haveria sempre que enfrentar a resistência de populações islamizadas e de tribos animistas; uma presença circunscrita à Fortaleza de São Jorge da Mina no caso do Golfo do Benim; nenhum resultado palpável nessa costa oriental de África onde os povos de Sofala, Quíloa, Mombaça ou Melinde se apresentavam igualmente convertidos ao Islão; nova barreira intransponível no Malabar, esta oferecida pelo poder e pela consistência social do hinduísmo e à qual os franciscanos, a maioria dos religiosos para aí enviados, não sabia responder tanto por ignorância da língua malaiala ou malabar, como porque não dispunha da sensibilidade suficiente para descodificar o sistema de castas; e, no extremo oriental do momento, desinteresse por qualquer acção relevante em Malaca e no arquipélago malaio na sequência desse ano de 1511 em que a primeira é conquistada para D. Manuel³⁶.

Antes da referida medida de 1551 que incorpora a Ordem de Cristo na Coroa de Portugal, esta avança, mas sempre com demora, para a submissão daquela à sua tutela. Começa a fazê-lo com o primeiro de um conjunto de textos passados por Leão X entre

³⁶ Alves, 1998, pp. 302-304; Rui Manuel Loureiro, “O Descobrimento da Civilização indiana nas Cartas dos Jesuítas (Século XVI)”, in AAVV, *Encontros sobre Portugal e a Índia*, Lisboa, Fundação Oriente/Livros Horizonte, 2000, pp. 110-112 [Loureiro, 2000b].

1514 e 1516, os quais vêm repor um certo equilíbrio em relação aos privilégios que Alexandre VI e Júlio II tinham entretanto já acordado em benefício do *patronazgo* espanhol para a América. Tomemos apenas os mais significativos.

A 7 de Junho do primeiro desses anos a bula *Dum fidei Constantium* introduz para o caso português a noção de padroado a propósito de Marrocos. À Ordem de Cristo continuava a caber a jurisdição espiritual, mas esta é agora expressamente diferenciada do padroado real, direito reservado ao monarca, para quem sobra ainda o de nomeação das pessoas aptas para todas as igrejas e benefícios eclesiásticos — “*jus patronatus et præsentandi personas idoneas ad quascunque ecclesias et beneficia ecclesiasticum cujuscunque qualitas fuerint*”. Uma súbita reviravolta, cujas circunstâncias mais próximas permanecem por apurar, acontece pela bula *Pro excellenti praeeminentia* de 12 de Junho desse mesmo ano, aquela que retira à Ordem a jurisdição espiritual sobre as partes ultramarinas ao constituir a diocese do Funchal e ao fazer desta a guardiã de todos os correspondentes direitos, benefícios e prerrogativas antes identificados com o vigário da Milícia. Ao rei e só a ele cabe o direito de padroado e a capacidade de indicar o novo bispo, sobrando para o Grão-Mestre laico da Ordem o direito de escolha dos dignatários subalternos. Mesmo sendo este titular e o monarca uma e a mesma pessoa, só com uma medida extrema como esta se sentiria D. Manuel com poder bastante para impor a sua vontade à instituição e para conseguir o estabelecimento de uma hierarquia episcopal nos territórios não abrangidos pela reconquista sobre os islâmicos, condição considerada indispensável para a eficácia da obra de cristianização.

A bula *Dudum pro parte tua* de 31 de Março de 1516 vem recordar a separação estabelecida dois anos antes entre a jurisdição espiritual da Ordem de Cristo para os assuntos de Marrocos e a que agora é pertença da diocese do Funchal, isto é, toda a que se exerce sobre os demais territórios de África e sobre a Ásia. A erecção da diocese de Goa a 3 de Novembro de 1534 pela bula *Æquum reputamus* de Paulo III aparece no seguimento destes passos, tanto porque lhe era concedida a dignidade de diocese sufragânea do Funchal, como porque tem sob a sua jurisdição espiritual, e além da cidade e ilha de Goa, todos os territórios compreendidos entre o Cabo da Boa Esperança e a China. Ao mesmo tempo, a Coroa obteve a criação de duas outras novas dioceses desmembradas e sufragâneas do Funchal: a de Angra, para os Açores, e a de São Tomé, para o respectivo arquipélago e as terras entre as costas fronteiras do Golfo da Guiné e o Cabo. Ainda que apenas em 1558, sucede outro momento decisivo com a elevação de Goa a arcebispado (bula *Etsi sancta et immaculata*, de 4 de Fevereiro) e com a criação

das duas novas dioceses suas sufragâneas que foram a de Cochim (o segundo centro da Índia portuguesa, com jurisdição sobre as terras entre a Costa do Malabar e a Birmânia) e a de Malaca (o novo centro de gravidade da iniciativa portuguesa, com o equivalente entre a Birmânia e o Japão).

Em 1560 — e em resposta a um pedido de Francisco Xavier —, o Tribunal do Santo Ofício inaugura a sua sede em Goa. Estamos em presença de uma estrutura também ela abrangida pelo processo de relativa “estatização” da Igreja portuguesa que acontece ao longo do século XVI. No caso, esta manifesta-se sobretudo através da capacidade detida pelo monarca de interferir no estatuto e na constituição do respectivo Conselho Geral³⁷. A altura coincide com a chegada do primeiro arcebispo de Goa. Simultaneamente, dos pioneiros dominicanos enviados para Cabo Verde por volta de 1460 e da abertura da primeira Missão franciscana no Congo em 1484 chegar-se-á à fundação da primeira Missão franciscana estável nas Índias portuguesas em 1517 ou 1518, à que estes missionários inauguram em Ceilão em 1545, às primeiras Missões dominicanas na Índias (1548) e em Malaca (1549) e à missão do dominicano Gaspar da Cruz ao Cambodja (1555) e a Cantão (1556) — os franciscanos recoletos fundarão a sua primeira Missão no Oriente em 1566, os agostinhos em 1572 e os carmelitas descalços em 1607, mas então já quando tudo mudara por efeito da presença jesuíta³⁸.

A continuada tendência para reduzir as capacidades da Ordem de Cristo em matéria de evangelização a pouco mais do que uma caricatura de si próprias, o sinal dado pelo progressivo esvaziamento das atribuições da diocese do Funchal na esfera ultramarina ao serem criadas novas dioceses com competência específica sobre o espaço asiático, a entrada em Goa *c.* 1520 dos primeiros bispos *in partibus* (os designados “bispos de anel”, equivalentes a um bispo auxiliar itinerante actual) a secundar o desembarque de três sucessivos vigários-gerais, a chegada dos primeiros mendicantes e do primeiro bispo residente de Goa (este em 1538) ou o número crescente de baptizados reclamados não logravam, apesar de tudo, disfarçar a falta de um plano missionário rigoroso organizado à sombra do Padroado Português³⁹.

³⁷ Francisco Bethencourt, “A Inquisição”, in Yvette Kace Centeno (coord.), *Portugal: Mitos Revisitados*, colecção Minotauro — 2, Lisboa, Edições Salamandra, 1993, pp. 102-105 [Bethencourt, 1993b].

³⁸ Jorge Manuel dos Santos Alves, “Introdução”, in *Notícias de Missionaço e Martírio na Índia e Insulíndia*, 1989, pp. 20-22; Sorge, 1993, pp. 602-604; Alden, 1996, p. 43; Alves, 1998, pp. 305-308; Jacques, 1999, pp. 26-28, 61-67, 70-72 e 75-78. Ver também: António da Silva Rego, *Trent's Impact on the Portuguese Patronage Missions*, translation by Joaquim da Silva Godinho, Lisboa, CEHU, 1969, pp. 74-78.

³⁹ Alves, 1989, pp. 17-19; Jacques, 1999, pp. 67-69.

Até meados da centúria de Quinhentos em Goa ou em Malaca constatava-se em crescendo que a maioria de novas conversões era epidérmica ou ditada por motivos de oportunidade política, social ou económica, logo susceptível de regredir de um momento para o outro ao estado inicial. Estas conversões confirmavam-se também quase sempre nas castas ou nos grupos inferiores do corpo social. Nos litorais da península malaia (em Kedah, Perak, Pahang ou Patane), tal como nas ilhas de Samatra, Java ou de Bornéu a disseminação do Islão, em grande parte apoiada no instrumento privilegiado que era a língua malaia, tornara as suas populações virtualmente imunes às pregações dos religiosos católicos. Apenas se conseguia um avanço neste domínio nos limites orientais do Arquipélago em torno das ilhas das Especiarias, onde o islamismo não substituíra os antigos ritos animistas ou as formas miscigenadas de animismo, hinduísmo e budismo, mas nestes locais a instalação lusitana assenta por enquanto sobretudo na iniciativa privada de mercadores ou de aventureiros⁴⁰.

É aqui que vem entroncar a acção dos missionários da Companhia de Jesus. Apesar da cumplicidade óbvia que os ligava aos interesses da Coroa de Portugal e do que dissemos sobre o projecto que traziam consigo logo que começaram a afluir ao Índico Ocidental nesse começo da década de 1540, não estava na sua índole submeter-se à estrutura rígida do Padroado Régio se isso os não satisfizesse ou se isso se viesse a revelar contraditório com a sua concepção de apostolado. Será, pois, sobretudo por terem bem claros estes princípios que a sua entrada fez toda a diferença.

Pregar dentro dos muros das fortalezas ou das cidadelas, deixar-se enredar pela burocracia administrativa e militar do Estado da Índia ou executar as tarefas de confesores das armadas era demasiado pequeno para os novéis milicianos. Realizar conversões em massa que se esboroavam no dia seguinte apenas porque a conjuntura local mudara, depressa lhes começou a parecer insuportável. Ganhar para a sua causa uma parcela de população pertencente na sua maioria aos sectores menos influentes da sociedade funcionaria como promessa para tudo menos para resultados duradouros. Tentar o diálogo com uma multidão de povos surpreendentemente diversos dos europeus e diversos entre si sem prestar uma atenção simultânea à língua dos seus interlocutores, ao conhecimento do sistema de castas e dos hábitos do quotidiano, ao papel dos seus homens de religião e das suas crenças ou sem sentir curiosidade pela forma e pela simbólica dos seus templos tanto pesava como um contra-senso, como

⁴⁰ Alves, 1998, pp. 304 e 307-310.

feria as instruções sobre tolerância, humildade e prudência que traziam decoradas. Permanecer em territórios onde a persuasão teológica e filosófica para a qual vinham particularmente preparados pelo estudo da retórica e da arte de argumentação não podia ter sucesso porque a influência do hinduísmo ou do Islão tornava inglórios os seus melhores esforços tardou pouco em constituir-se numa razão de sobra para que abandonassem uma área depois de outra, sempre em busca de uma terceira melhor onde lhes fosse dado ter pela frente um povo instruído que os recebesse pelos seus méritos e não por quaisquer vantagens ou circunstancialismos laterais⁴¹.

Assim, passaram a actuar naquilo em que os mendicantes não brilhavam e a decidir-se por áreas geográficas onde, em geral, nem estes nem o Estado da Índia tinham instalados os seus homens e as suas estruturas. Primeiro, estudaram e prepararam *artes* ou *vocabulários* nas principais línguas das sucessivas partes pelas quais foram passando: em sânscrito, para acederem a argumentar com os brâmanes indianos na sua língua litúrgica e de cultura; em concanim, na região de Goa; em tamil e malaiala, logo que assentaram no Cabo Comorim e tiveram oportunidade de olhar para a Costa da Pescaria e para a Índia meridional no seu conjunto; em malaio, quando divergem do Golfo de Bengala para a Insulíndia; em *jawi*, a escrita malaio-árabe pontuada com elementos do persa, quando entram à descoberta do arquipélago malaio-indonésio; ou em japonês e chinês, mesmo quando se apercebem de que este último na sua versão escrita era a língua literária do Japão.

Depois, tal como se acomodam sem compromisso no decurso desta errância quando isso lhes é útil, também se libertam da tutela do Estado da Índia e escolhem incrustar-se nessas comunidades mercantis privadas onde o braço dos poderes oficiais é frágil ou tarda em impôr-se. Com isto, nem desdenham nem enfrentam o Padroado Régio, cuja tutela continuam a respeitar, mas também não desperdiçam as oportunidades de o ultrapassar ou de iludir a sua atenção quando isso se lhes afigura indispensável para consolidar situações *de facto* pouco ortodoxas mas interessantes ou para ampliar as suas possibilidades muito próprias de sobrevivência. Tal foi o caso dos esforços despendidos em Bengala, sobretudo aqueles que levaram à fundação de Hugli por volta de 1579-1580; tal foi o caso das Molucas, onde a passagem e a obra iniciada por Xavier em 1546 decorre das promissoras mas desprotegidas conversões suscitadas pela criação em 1536 do seminário de Ternate pelo capitão português António Galvão;

⁴¹ Ver, *inter alia*, Loureiro 2000b, pp. 109-119.

e, como sabemos, assim sucedeu com Macau em relação à China e com Nagasáqui em relação ao arquipélago nipónico.

Em terceiro lugar, e decorrendo de tudo isto, os jesuítas apostam desde o início na constituição de uma estrutura hierárquica própria, praticamente paralela à do Padroado. Em 1549, quando se cria a Província de Goa, tem-se iniciada a aplicação desta estratégia. Em 1581, quando se decide a constituição da Vice-Província do Japão, é a Alessandro Valignano, o visitador da Companhia, que se deve o impulso decisivo. Quando conseguem a promulgação do breve *Ex pastoralis officio* de 1585, fundamental para esclarecer sobre o exclusivo da missão do Japão face aos crescentes atritos com as ordens mendicantes sediadas em Manila⁴², é sempre essa ambígua coincidência entre as esferas de influência do Padroado e da Companhia o que também ressalta como consagrado. Enfim, quando se criam as dioceses de Macau (1576) e do Funai (1588), apesar de ser também um pouco a honra do Padroado Régio o que se tenta salvar, o que sobretudo importa é consumir o reconhecimento de uma especificidade e de uma ideia de missão que traziam a marca do pioneirismo jesuíta⁴³.

Nas poucas cartas de jesuítas, nos relatórios escritos no Oriente por seu encargo ou no par de autores estantes na Europa que neles beberam e que analisámos ao tratar as referências à China surgidas em década de 1540 pudemos já notar a presença de praticamente todas estas características. À partida, um cuidado com os pormenores linguísticos e um entusiasmo sintomático com a descoberta da imprensa chinesa, o veículo mais indicado que qualquer outro para pôr em prática os seus métodos de conversão. Ao mesmo tempo, aproveitamento dos contactos da rede mercantil portuguesa para a recolha de dados numa região onde nada se podia esperar das estruturas do Estado da Índia. E, em paralelo, consciencialização cada vez mais apurada sobre a necessidade de forjar uma diplomacia compatível com as sofisticadas práticas culturais desse Império de que iam tendo as primeiras notícias e onde começavam a perceber que, para atingirem os seus objectivos, nem poderiam contar com a cumplicidade de uma casta socioeconómica preponderante, como em alguns dos litorais indianos, nem com grupos religiosos afins, a exemplo do que por esta altura se pensava estar reservado para os cristãos sírio-malabares do Coromandel ou do que se acalentaria

⁴² Ver *supra*, Parte I, cap. 6-2.

⁴³ Alves, 1989, pp. 34-36; Alves, 1998, pp. 305-307 e 312-325.

durante tantos anos para a Etiópia, nem com uma clique político-militar, como viria a acontecer com os *dáimios* japoneses⁴⁴.

Se se quiser, a grande novidade que os prolíferos inacianos nos oferecem na sua epistolografia quando aí tratam as coisas da China a partir de 1550-1551 resulta da crescente necessidade, a que igualmente se aludiu, que então começaram a sentir de avaliar esse destino. O matiz parece-nos importante: uma crescente necessidade, autonomizada a pouco e pouco do horizonte do Extremo Oriente em geral e do japonês em particular, mas sem que, por enquanto, a Companhia indicie uma viragem radical com expressão numa aposta do género tudo ou nada na China.

Uma como que espera conformada manter-se-ia por várias décadas: primeiro porque um próspero exército de neófitos renovará, ano após ano e até à década de vinte do século XVII, as promessas do jardim japonês; depois porque os mandarins cortam cerce quaisquer potenciais desenvolvimentos das diversas abertas aproveitadas pelos missionários até ao termo da década de 1570 para espreitarem o seu mundo — aqui, as suas preces só seriam escutadas em 1582-1583, quando o paciente Valignano chama Matteo Ricci a Macau e logra introduzir Michele Ruggieri no Guangdong/Guangxi. Nas cartas desta altura o objectivo chinês ressent-se até de uma certa orfandade assim que é sabido que Francisco Xavier acabou a sua corrida na praia de Sanchoão. Vários dos seus companheiros ora se entregam a uma reflexão interminável sobre as causas desse desaparecimento prematuro, voltando a ponderar todas as pré-condições avaliadas pelo “apóstolo” como indispensáveis para entrar no país, ora hesitam meses a fio por tomar decisões neste capítulo. Há ainda um último factor que pesa no impasse, menos explícito mas não menos real: a natural prudência a que se obriga quem viveu demasiados fiascos para os curtos anos que leva de carreira no Oriente.

Só uma palavra sobre isto. Conferimos que as perguntas colocadas pelo Padre-mestre Francisco Xavier a respeito da China em 1545 tinham sido em parte satisfeitas entre 1547 e 1548, mas também que a cortina que então descia sobre o Império dos Ming só por si desmotivava quaisquer planos adicionais. Conferimos que a estada deste missionário no Japão entre 1549 e 1551 tanto servira para lhe arrefecer as ilusões mais pueris quanto a uma rápida conversão do arquipélago, como para realizar que o projecto chinês deveria ser resgatado do estatuto de subsidiário para o de actor fundamental da própria empresa nipónica. No seu regresso à Índia, nesse ano de 51, veremos que um

⁴⁴ Ver Alves, 1998, p. 315.

conjunto de coincidências fa-lo-á ser mais sensível a esta última ideia, tanto assim que morrerá por ela em finais de 52⁴⁵. Mas a todos estes dados somavam-se ou somar-se-iam dentro em breve os sucessivos reveses noutros não menos ingénuos sonhos de descobrir um povo de cultura sólida ou, quando muito, leal e apto para engrossar o número dos doutrinados de modo que não fosse apenas nominal.

Deste modo, depois dos “mouros” ou dos brâmanes do Noroeste da Índia é a casta inferior tamil dos paravás, os pescadores de pérolas da Costa da Pescaria, quem os desaponta; tanto como com os mukkuvas de Travancore e a sua moral de faquires, desinteressar-se-ão dos cristãos sírio-malabares de Meliapor (que se vai suspeitando serem nestorianos), cansar-se-ão da hostilidade dos nayaks ou governadores locais vijayanagaris do Coromandel e lêem o irredutismo budista em Ceilão; o ano e meio passado por Xavier nas Molucas bastou-lhe para ver quão selvagens eram afinal os alfourus ou os indígenas da ilha do Moro, tal como era o medo dos malaaios o motivo da fraternidade sobrante; e quando o capitão de Malaca, D. Álvaro de Ataíde, inviabiliza o projecto de embaixada à China de Diogo Pereira e Francisco Xavier, os jesuítas retiram da cidade com o argumento de que a dissolução dos costumes locais anulava quaisquer esperanças aos melhores esforços que os missionários aí faziam desde 1545. De forma breve: fim do sonho na costa ocidental indiana em 1543; fim do sonho na costa oriental desta península entre 1543 e 1545; fim do sonho molucano em 1547; fim da miragem japonesa e extremo-oriental em 1550, começo de 1551; compenetração do fogo-fátuo que fora Malaca em 1552. Vem daqui essa primeira, mas cautelosíssima, basculação para a China de que falamos⁴⁶.

⁴⁵ Georg Schurhammer, *Francisco Javier: su vida y su tiempo*, vol. 4: *Japón-China, 1549-1552*, trad. Francisco Zurbano, Pamplona, Gobierno de Navarra/Compañía de Jesús/Arzobispado de Pamplona, 1992, pp. 387-410 (1.ª ed. 1973).

⁴⁶ Ver Bailey W. Diffie & George D. Winius, *A Fundação do Império Português, 1415-1580*, vol. 2, tradução de Luís Manuel Dionísio, colecção Documenta Historica — 24, Lisboa, Vega, 1993, pp. 194-197; Bourdon, 1993, pp. 63-82 e 100-105; Alden, 1996, pp. 42-71; João Pedro Ferro, “O Ensino”, in *HPEO*, vol. 1, t. 1, 1998, p. 434.

3. Uma Europa em “grande alvoroço” à espera da epistolografia oriental dos jesuítas

As regras e os públicos

Com as cartas de Henrique Henriques e de Francisco Xavier antes lidas tivemos o primeiro contacto com o género literário que é o da epistolografia ultramarina dos jesuítas, ainda que também seja verdade que isso se aplicou a um momento anterior aos anos de 1550-1551, quando tal tipo de textos transita dos canais internos da Companhia para o grande público através das edições que então começam a ser feitas em Portugal. De forma idêntica, nas notas que antecipam o capítulo 7 referimos a importância que algumas das unidades pertencentes a este *corpus* assumem dentro do conjunto de testemunhos que seleccionámos. No entanto, nem num caso nem no outro explorámos demasiado os aspectos associados à sua literalidade como estilo, à estrutura textual ou às dependências intertextuais. Também não abordámos as especificidades do seu contributo para a identificação da geografia ou de múltiplos elementos do mundo natural do Oriente, assim como aquele esforço que despendem no sentido da caracterização fenotípica, da identificação dos costumes, da avaliação da “polícia”, do engenho ou das crenças religiosas dos povos orientais e que contribuem para que escapem ao campo de mera História da Religião e se integrem com toda a facilidade nessa mesma família que escolhemos apelidar de literatura dos Descobrimentos e da Expansão⁴⁷.

Sem pretendermos aqui levar demasiado longe a análise destes assuntos, algumas considerações há sobre a estrutura genérica da correspondência dos jesuítas e sobre o novo contexto que se abre com a novidade trazida pela sua divulgação em larga escala que merecerão ser expostas. Para tanto, nada melhor que começar por ler os esclarecimentos que, em plena sintonia com as instruções dadas em 1547 pelo secretário Juan Alonso de Polanco para a redacção periódica de cartas por parte dos missionários,

⁴⁷ Ver, *inter alia*, José Manuel Garcia, “A epistolografia ultramarina dos jesuítas impressa em Portugal no século XVI”, in *Actas do Congresso Internacional de História – Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. 3, 1993, pp 132-133 [Garcia, 1993b]; Clara Vitorino, “As primeiras cartas do Japão. Tradução e impressão”, in Laborinho, Seixo & Meira (org.), *A Vertigem do Oriente*, 1999, p. 97; Bethencourt, 1998a, p. 102. Cf. José Manuel Garcia, “A Literatura Portuguesa da Expansão: Contribuição para o seu Estudo e Inventário”, in *Le Caravelle Portughesi sulle vie delle Indie*, 1993, pp. 71-72 [Garcia, 1993c].

o Padre-mestre Francisco Xavier entendeu endereçar sobre idêntica matéria ao Pe. João da Beira e aos seus companheiros em Ternate ao lhes escrever de Malaca a 20 de Junho de 1549.

Para que nos situemos, diga-se que essas instruções de Juan Polanco tinham em mente sedimentar o espírito de corpo entre os missionários através do intercâmbio e da leitura em circuito fechado das cartas de uns e de outros. Ao mesmo tempo, visavam garantir que a publicitação do espólio que daí viesse a decorrer pudesse servir para cativar novas adesões à Ordem entre os leitores e para desbloquear a disponibilização de apoios de qualquer espécie de que esta carecia⁴⁸. Ponto de honra era que os textos em causa se circunscrevessem ao essencial, que não reportassem nada mais do que aquilo que tivesse sucedido, tivesse sido observado ou fosse tido de fonte segura, sendo que os missionários se deveriam aplicar num estilo simples e objectivo, sem exageros nem repetições⁴⁹. Nas *Constituições* que o próprio Inácio de Loyola redigiu para a Companhia e que foram aprovadas em 1558, dois anos depois da sua morte, insistir-se-á em que a prática da correspondência tanto assumia propósitos de consolidação da estrutura e do zelo apostólico internos, como de edificação moral extramuros. Em concreto, este último documento prescreve que cada colégio ou residência importante enviasse *Litteræ quadrimestre* ao geral, residente em Roma⁵⁰. Em 1564, quando do governo de Diogo Laínez (1558-1565), tais cartas passam ao regime semestral. Em 1565, um decreto emanado da segunda Congregação Geral reforma o anterior e fixa pela primeira vez a regra das *Litteræ Annuae*⁵¹.

Naquela missiva que Xavier dirige em Junho de 1549 aos missionários estacionados em Ternate tais recomendações contemplavam a definição dos destinatários finais, dos correios e do tipo ou do conteúdo a que cada uma das modalidades desses escritos se deveria circunscrever. À parte os elementos que o próprio reclamava que lhe fossem relatados directamente para o Japão, todos os irmãos da Índia teriam de saber por eles do “fruto que lá [nas Molucas] se faz, pera que dem todos graças a Deus Noso senhor”. Por outro lado, tanto Inácio de Loyola, em Roma,

⁴⁸ Ver *supra*, Parte II, I-1, n. 13.

⁴⁹ Ver Georg Schurhammer, “Die Anfänge des Römischen Archivs der Gesellschaft Jesu (1538-1548)”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 477-481 (1.ª ed. in *Archivum Historicum Societatis Iesu*, 12, 1943, pp. 89-118).

⁵⁰ *Monumenta Ignatiana. Series Tertia. Constitutiones*, vol. 2, Roma, p. 621; cit. in Correia-Afonso, ed. 1969, p. 5; Correia-Afonso, *ibidem*, pp. 3-8.

⁵¹ Ver carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. João da Beira e companheiros nas Molucas, Malaca, 20 de Junho de 1549, BNL, *Fundo Pombalino 745*, fl. 79v.; pub. in *Epistolæ S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, pp. 112-115; reed. in *DHMPPPO – Insulíndia*, vol. 1, 1954, p. 608.

como Simão Rodrigues, em Portugal, receberiam “huma carta muito comprida, dando-lhe comta mui meudamente do fruto que lá fazeis todos os que lá estaes”, mas que também apenas versaria “cousas de edificação” — “e as cousas que não sam de edificação, guardai-vos que as não escrevaes”. Xavier explica: “E a carta que escreverdes ao Padre Mestre Inacio e ao Padre Mestre Simão, fazei comta que muitos as am de ler; por iso seja de maneira escrita, que ninguem se desedifique”⁵².

Formulado com toda a clareza, salta à vista o cuidado posto na transmissão de tudo aquilo e só de tudo aquilo que concorresse para tornar apelativo este longínquo campo onde os inacianos apenas cerca de sete anos antes tinham assentado arraiais. Francisco Xavier esclarece o seguinte a propósito de algo do que considerava dispensável que chegasse ao conhecimento dos leitores que pretendia ver tocados ou seduzidos pelo seu exemplo: “Das cousas que teverdes necessarias, asi de favor do Senhor Governador [da Índia], ou cousas necessarias pera o corpo, escrevereis ao Padre Antonio Gomez huma carta particularmente a elle, porque elle vos proverá de todo o necessario pola nao que for a Maluco”⁵³. Idêntico apelo pode ser entendido a respeito da narrativa daquelas dificuldades que desmotivariam o mais empenhado dos candidatos a missionário, de todas aquelas disputas que inevitavelmente aconteciam entre religiosos ou daquelas alianças pragmáticas a que os jesuítas não se furtavam no terreno e que, se propagandeadas, não abonariam em nada a sua reputação, fosse entre partidários, censores ou críticos.

A distinção aqui proposta entre cartas particulares, de circulação interna e destinadas a dar conta de aspectos mundanos, do ramerrame ou de queixas sobre o funcionamento das Missões (e os missionários eram livres de as endereçar directamente a Roma ou aos seus Superiores), e cartas gerais, publicitáveis e resultado da síntese feita por um religioso sobre o estado da Missão a partir da sua própria experiência e da auscultação dos seus companheiros, conservar-se-á por largo tempo nos hábitos da Companhia, pelo menos até à reforma epistolográfica introduzida por Alessandro Valignano para as denominadas *Cartas japonesas* entre os anos de 1570 e o início da década de 1580⁵⁴. Confundido com as imagens vagas que eram induzidas por uma já típica sobrecarga mística e com o excesso de divergências entre o optimismo à prova de

⁵² *Ibidem*, fl. 79v., ed. 1954, cits. p. 608.

⁵³ *Ibidem*, fl. 79v., ed. 1954, cit. p. 608.

⁵⁴ As ditas *Cartas japonesas* compreendem o conjunto da correspondência pessoal e os relatórios anuais produzidos na sua maioria (mas não exclusivamente) no Japão durante o “século cristão”, i.e. entre 1542-1543 e 1640. Ver, *inter alia*, Leal, 1997, pp. 127-144.

tudo de muitas das cartas particulares e a realidade bem mais mesquinha que veio a encontrar no Japão, Valignano faria então suas as críticas que vários sectores do público leitor e da própria Companhia de Jesus vinham proferindo aos embalos líricos, às inúmeras contradições, truncagens, indiscrições e juízos duvidosos expressos nesta correspondência, tendo ordenado que se reduzisse o mais possível a redacção desse tipo de cartas.

Às vezes os defeitos não partiriam dos próprios missionários, mas da inépcia dos censores, da pressa ou das liberdades daqueles editores, livreiros e demais agentes que poliam a seu bel-prazer os originais de modo a torná-los mais apetecíveis ou mais vendáveis. A formação específica em muitos dos colégios e universidades da Europa à qual aludimos ao falar de Coimbra, tornava os discípulos de Loyola destros no manuseio de regras de composição retórica no que se refere aos códigos da *inuentio*, da *dispositio* e da *elocutio*, mas não os imunizava de uma certa *secura*, o que explica muito do que se passou neste domínio⁵⁵. Outras vezes também as emendas ou os arranjos eram imperativos, fazendo-se simplesmente para tornar legíveis os textos porque o talento literário de alguns dos jesuítas não era soprado por aqueles espíritos bemfazejos que, com outra facilidade, transfiguravam as suas acções aos olhos dos homens em invejáveis exemplos de martírio. Enfim, certas incongruências até podem ser desculpadas por as cartas terem sido concebidas para desempenhar uma função apologética, não historiográfica, objectivo que terão, essas sim, as Histórias das Missões começadas a compor nos anos de 1570, ainda que à custa de uma leitura — e de uma leitura em grande parte acrítica, diga-se — do património memorialístico depositado de modo quase inadvertido no epistolário da Companhia.

De qualquer forma, Alessandro Valignano reitera as instruções para que os autores apurem a simplicidade de escrita e se conformem em registar apenas e só os factos exactos e comprovados. Depois, volta a instruir sobre a composição de cartas anuais, as quais teriam de ser mais extensas do que as cartas gerais, cabendo-lhes sumariar as informações libertadas pelas diversas residências. Ao mesmo tempo, é solicitado que o superior de cada Missão, ou alguém em seu nome, faça chegar relatórios oficiais e anuais ao provincial e ao geral, outra disposição consignada em termos genéricos na *formula scribendi* de Laínez. Porém, quer porque teimassem em ser

⁵⁵ Aníbal Pinto de Castro, “As cartas dos Jesuítas do Japão, documento de um encontro de culturas”, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos*, 1993, pp. 177-178.

muito extensos e melífluos, quer porque em princípio eram considerados confidenciais, poucos foram os relatórios tornados públicos⁵⁶.

Como antes com as cartas gerais, a *Carta annual* é enviada para a Europa em duas ou três “vias” diferentes, sendo recebida em Coimbra, sede do Seminário das Missões de além-mar, de onde seguiam cópias para os Colégios de Lisboa, Évora, Espanha e Roma. Já a pensar numa ampla divulgação internacional, é ainda nesses destinos portugueses, tal como em Roma, que se realizam as primeiras traduções e impressões. Todo este o mecanismo sofre demasiadas interferências para poder ser avaliado de modo imediato. Por exemplo, sabemos que às diferenças que por vezes decorrem do facto de duas “vias” distintas pressuporem dois destinatários diferentes se podem ter de acrescentar outras trazidas por uma “via” que foi enriquecida com pormenores que não estavam disponíveis na altura em que se fechou a imediatamente anterior⁵⁷. Conhecemos também que, tanto no momento da cópia, como, sobretudo, nos momentos das eventuais tradução e edição, reaparece inúmeras vezes o expurgo ou a censura do que se avalia como menos edificante ou apropriado para a leitura.

E não é só o conteúdo, mas até a própria sintaxe o que notamos ter sido afectado nesses processos de “trasladação”. Parágrafos de teor doutrinário considerados demasiado rebarbativos, que se julga que perturbariam a leitura fluente da narrativa ou que entediariam um público não religioso estão na origem de muitos cortes. Por outro lado, e como vimos a propósito da dita “carta grande” de Francisco Xavier⁵⁸, podia dar-se que a primeira edição de uma carta escrita em castelhano ocorresse em Portugal e também nessa mesma língua mas tendo por base uma versão portuguesa intermédia, algo que, entre o mais, permitia criar a ilusão de que o original havia sido redigido em português. Muitas vezes sucedia ainda que as cópias enviadas para impressão incluíam frases ou fórmulas, como as de despedida, que não estavam presentes no texto original mas que se tornara quase obrigatório introduzir em função da necessidade de respeitar expectativas ou hábitos entretanto instituídos entre os leitores⁵⁹.

⁵⁶ Correia-Afonso, ed. 1969, pp. 2, 15-18, 35-37 e 104; Joseph Dehergne, “Les lettres annuelles des missions jésuites de Chine au temps des Ming (1581-1644)”, in *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, Institutum Historiarum S. I., 49 (97), 1980, pp. 379-380; Bourdon, 1993, pp. 21-22; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 314-318; Michael Cooper, *Rodrigues, o Intérprete. Um Jesuíta no Japão e na China*, trad. Tadeu Soares, Lisboa, Quetzal Editores, 1994, pp. 167-169.

⁵⁷ Bourdon, 1993, p. 23.

⁵⁸ Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

⁵⁹ Vitorino, 1999, pp. 102-113.

Esse aspecto da diversidade de públicos a quem a epistolografia jesuítica interessa é daqueles que nos aconselha maior atenção. Antes de quaisquer outros, traduzem-no dois sintomas característicos.

O primeiro aparece na própria estrutura das cartas, a qual tende a reproduzir um modelo padronizado e divisível em duas metades, algo bem evidente nas ânuas da China que surgem a partir de 1581⁶⁰. Uma, mais extensa e também mais apta ao serviço da propaganda, contempla a descrição das actividades apostólicas propriamente ditas ou do “estado da Missão”: relatório dos progressos realizados e das perspectivas missionárias, com o nome ou nomes dos padres e irmãos residentes, as entradas, saídas e promoções, dados sobre catequese, pregação, cerimonial eucarístico, procissões, baptismos, visitas efectuadas a “crisandades anexas” ou às aulas dos colégios, quando os há. Não se esquece aí a exposição das provações enfrentadas, a insistência nas ideias de reconhecimento e submissão à vontade de Deus, tal como é habitual narrarem-se os “casos particulares e de edificação”, pequenas narrativas moralizantes em que o sobrenatural tende a desempenhar o papel de actor principal na conversão dos gentios, na derrota dos argumentos dos “pagodentos” ou no castigo dos inimigos e desrespeitadores do culto católico.

A outra parte destas cartas é a que descreve a geografia dos lugares, a fauna, a flora, tal como os povos encontrados a partir dos tópicos da língua, dos hábitos alimentares, do vestuário ou da organização social. Ponto fundamental é aqui aquele nosso conhecido que enlaça a revelação dos costumes, das crenças, das hierarquias sociais, do estatuto dos sacerdotes, da liberdade ou das restrições impostas à circulação dos estrangeiros, da tolerância ou da intolerância religiosa com as perspectivas de evangelização. No caso das cartas anuais, esta segunda parte respeitante ao “Reino” tende a ser aberta com a reportagem dos acontecimentos políticos e sociais mais significativos ocorridos no ano transacto no país a que se referem.

Claro que a cedência de dados sobre o modo de vida dos povos exóticos em boa parte se prende com a necessidade de esclarecer o futuro missionário a propósito da formação e das qualidades de que deve ser provido no caso de se decidir por abraçar tais destinos. Não é menos óbvio que os leitores devotos descobririam em prosas assim arrumadas suficientes exemplos de entrega heróica e de desprendimento material da

⁶⁰ Ver, *inter alia*, Horácio Peixoto de Araújo, “Introdução”, in António de Gouveia, *Cartas Ânua da China (1636, 1643 a 1649)*, edição, introdução e notas de H. P. de Araújo colecção Documenta — 1, Macau/Lisboa, Instituto Português do Oriente/BNL, 1998, p. 14.

parte dos milicianos da Companhia em terras incógnitas para se convencerem de que essa era uma via segura para a salvação⁶¹. No entanto, até pelo que acabámos de assinalar sobre a frequente supressão no impresso de passagens de excessivo pendor doutrinário de modo a que pudessem ser salientados os aspectos “curiosos”, podemos entender que existe um outro tipo de leitor para quem estas cartas não interessam necessariamente pelo seu pendor religioso.

Por outras palavras, este procurar-las-á da mesma maneira que procura as cartas de autores seculares ou os relatos de viagem: pela abundância de novas sobre os mundos estranhos que trazem, pelo simples prazer de ler sobre as alteridades mais extremas ou até por essa necessidade irracional que todos sentem de compensar o seu próprio quotidiano com uma mão-cheia de proezas ou de sucessos mais da ordem do fantástico que de outra coisa. A título de exemplo, lembremo-nos só da referência feita pelo Pe. Baltasar Teles na sua *Chronica da Companhia de Iesu* à epistolografia do Pe. Luís Fróis (Lisboa, 1532-Nagasaki, 1597)⁶², o mais notável dos autores europeus que escreveu sobre o Japão durante o “século cristão”⁶³, referência que assinala ter o visado

⁶¹ Um exemplo: “[...] Agora he tempo carissimos irmãos, de pordes por obra vossos desejos, pois vedes chegado o tempo. Não vos impida o temor de vir ajudar estas almas, pois Christo nosso Senhor tanto fez por ellas. Acudi irmãos a estas criaturas, que tão apartadas andão do conhecimento de seu criador: vinde abraçar a Cruz, porque este campo não está aparelhado senão para caualeiros de Christo. Sayão vossos desejos, passem vossos affeitos de mar a mar: vinde a ver estas novas estrellas, e Reinos, porque delles sejamos levados ao Reino eterno” — Carta do Pe. Gaspar Vilela aos Irmãos do Colégio de Coimbra, Cochim, 24 de Abril de 1554; pub. in *Cartas de Iapão*, Évora, 1598, t. 1, cit. fls. 30r.-30v.

⁶² Tendo trabalhado na secretaria do rei D. João III, Luís Fróis ingressou na Companhia de Jesus em 1548 (Lisboa), o ano mesmo ano em que partiu para a Índia. Desloca-se a Malaca em 1554 na companhia de Melchior Nunes Barreto e de Fernão Mendes Pinto para regressar a Goa em 1557, onde prosseguiu os seus estudos de Escolástica. Ordenado sacerdote em 1561, é enviado para o Japão em 1562 e chega a Omura em Julho de 1563. Exerce o apostolado na ilha de Takushima, perto de Hirado, até 1564 e trabalha em Miyako ou nas suas proximidades nos doze anos seguintes. Nomeado Superior em Bungo em 1577, reside nesse reino até 1581. Em 1581 e 1582 foi tradutor e acompanhante do visitador Alessandro Valignano, após o que passa a secretário e intérprete do Pe. Gaspar Coelho, o vice-provincial. Regressa a Miaco em 1586, torna a Takushima em 1587, vai a Macau com Valignano em 1592 e volta ao Japão em 1595.

Ver, *inter alia*, Armando Martins Janeira, *Figuras de Silêncio – A Tradição Cultural Portuguesa no Japão de Hoje*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1981, pp. 243-246; Garcia, 1997b, pp. 29-30.

⁶³ Fora as cerca de 130 cartas que dele conhecemos, a maior parte das quais essencial para decifrar a realidade japonesa do período compreendido entre 1563 e 1597, Luís Fróis legou-nos igualmente a monumental *História de Japam*, manuscrito composto entre 1584 e 1597, e dois tratados, também eles deixados pelo autor em manuscrito: *Tratado em que se contém muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente da Europa e esta provincia de Japão* (1585) e o *Tratado dos embaixadores Iapões que forão de Iapão a Roma no anno de 1582* (c. 1591). Junte-se-lhes a sua última obra, escrita em castelhano: *Relaçion de la persecucion desta Christandad, y de la gloriosa muerte de seis religiosos de la orden de S. Fr.co y tres de la comp^a y otros diez y siete Christianos Japones que fueron crucificados en Nagasaqui por mandado del Rey de Japon, Unos por predicar la ley de Dios y otros por ser Christianos a 5^o dias del mes de hebrero. año de 97*. Seria editada quase imediatamente, mas em italiano: Pe. Luís Fróis, S.J., *Relatione della gloriosa morte di XXVI posti in croce per comandamento del re di Giappone, alli 5 fi Febraio 1597 de quali sei furno religiosi di San*

tido “o particular cuidado de escrever todos os annos a Portugal os sucessos daquella nova Christandade, cujas cartas eram esperadas com grande alvoroço, nam só em Portugal, aonde as remettia, mas tambem por toda a Europa, aonde se desejavam”⁶⁴.

O segundo indício maior de que a correspondência dos jesuítas oriunda da Índia, do Japão, da China e de outros lugares do Oriente é bem acolhida muito para além das casas professoras, dos colégios e residências da Companhia em Portugal e na Europa é demonstrado por alguns apelos à sua distribuição de que temos conhecimento, pelas características de alguns títulos e pelos valores de algumas das respectivas tiragens quando de impressos se trata, neste caso porque eram mais do que suficientes para todo o público-alvo que pudesse existir no interior da Ordem.

Francesco, tre della Compagnia di Giesù, & dicisette Christiani Giapponesi. Mandata dal Padre Luigi Frois alli 15 di Marzo dal R. P. Clavdio Acqvaviva Generale di detta Compagnia. Et fatta in Italiano dal P. Gasparo Spitilli di Campli della medesima Compagnia, Roma, Luigi Zannetti, 1599.

Ver, *inter alia*, J. A. Abranches Pinto, Yoshitomo Okamoto e Henri Bernard, “Introduction”, in *La Première Ambassade du Japon en Europe, 1582-1592 – Première Partie: Le Traité du Père Frois (Texte portugais)*, ouvrage édité et annoté par J. A. A. Pinto, Y. Okamoto & H. Bernard, Monumenta Nipponica Monographs — 6, Tóquio, Sophia University, 1942, pp. VII-XXI; *ibidem*, pp. XXIII-XXX; Pe. Luís Fróis, S.J., *Kulturgegensätze Europa-Japan (1585). Tratado em que se contem muito susinta e abreviadamente algumas contradições & diferenças de costumes antre a gente de Europa & esta Provincia de Japão. Erstmalige, kritische Ausgabe des eigenhändigen portugiesischen Frois-Textes*, ed. Josef Franz Schütte, Tóquio, Sophia University, 1955, pp. 94-266; Georg Schurhammer, “P. Luis Frois SI, ein Missionshistoriker des 16. Jahrhunderts in Indien und Japan”, in *Orientalia*, 1963, pp. 598-604 (1.^a ed. in *Stimmen der Zeit*, 109, 1925, pp. 453-469); Josef Wicki, “Introdução”, in Pe. Luís Fróis, S.J., *Historia de Japam*, vol. 1, 1549-1564, edição anotada por J. Wicki, Lisboa, BNL, 1976, pp. 1*-50*; Janeiro, 1981, pp. 245-255; José Manuel Garcia, “Apresentação”, in Pe. Luís Fróis, S.J., *Tratado em que se contém muito sucenta e abreviadamente algumas contradições e diferenças de costumes entre a gente de Europa e esta provincia de Japão – Europa/Japão: um diálogo civilizacional no século XVI*, apresent. de J. M. Garcia, fixação de texto e notas por Raffaella D’Intino, Lisboa, CNCDP, 1993, pp. 27-37 [Garcia, 1993d]; Rui Manuel Loureiro, “Introdução”, in Pe. Luís Fróis, S.J., *Tratado dos Embaixadores Japões*, introd., notas, selecção e modernização de textos de R. Loureiro, Lisboa, GTMECDP, 1993, pp. 5-12.; Jorge Dias, *No Adito da Ásia: Episódios da Aventura Portuguesa no Oriente*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1994, pp. 29-39; António Baptista, “A Obra Invulgar de Luís Fróis”, in *Macau*, Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau, 67 (II série), Novembro 1997, pp. 176-188.

⁶⁴ Pe. Baltasar Teles, S.J., *Chronica da Companhia de Jesu, na Provincia de Portugal; e do que fizeram, nas Conquistas d’este Reyno, os religiosos, que da mesma Provincia entràram, nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola [...] Pelo P. M. Balthazar Telles; Primeira parte, na qual se contem os principios d’esta Provincia, no tempo, em que a fundou, & governou o P. M. Simam Rodrigues*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645, p. 393; cit. in Schurhammer, “P. Luis Frois SI, ein Missionshistoriker des 16. Jahrhunderts in Indien und Japan”, in *Orientalia*, 1963, p. 598. Ver Rui Manuel Loureiro, “A visão do outro nos escritos de Luís Fróis, SJ”, in Roberto Carneiro & Artur Teodoro de Matos (ed.), *O Século Cristão do Japão, Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão, 1543-1993 (Lisboa, 2-5 de Novembro de 1993)*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa/Instituto de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, pp. 649 e 652 [Loureiro, 1994c]; Araújo, 1998, pp. 11-15; Vitorino, 1999, pp. 99-100 e 112-114; João Paulo Oliveira e Costa, “Estudo Introdutório”, in *Cartas Anuas do Colégio de Macau (1594-1627)*, direcção e estudo introd. de J. P. O e Costa, transcrição paleográfica de Ana Fernandes Pinto, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Fundação Macau, 1999, pp. 37-38 [Costa, 1999b].

Em carta de 24 de Fevereiro de 1554 dirigida para Goa ao cuidado do missionário Gaspar Barzeo, Inácio de Loyola faz-lhe saber que algumas pessoas principais de Roma, leitoras habituais das cartas remetidas daí, estavam particularmente interessadas em que nas mesmas fossem incluídas mais informações sobre a cosmografia das regiões onde os missionários actuavam⁶⁵. Em 1566, num momento mais avançado e, também, quando já há muito tinham sido editadas as primeiras colecções de *cartas da Índia* — a *Copia de vnas cartas del padre mestre Frãcisco, y del padre M. Gaspar* publicada em Coimbra em finais de 1551 ou inícios de 1552⁶⁶ e os *Avisi particolari* publicados em Roma em 1552⁶⁷ —, sai em latim das oficinas de Johannes Rutilius, em Lovaina, uma colecção não autorizada desta correspondência⁶⁸. É seguro afirmar que os custos da forte polémica que sobre ela se abateu tanto pelo seu carácter clandestino como pelas emendas, amputações e acrescentos que o seu editor decidira realizar por conta própria para a adaptar ao gosto corrente foram compensados pela ampla circulação que conseguiu, de tal forma que nesse mesmo ano se lançou uma segunda edição⁶⁹.

A apetência pelo género e a sua vocação internacional continuam a ser comprovados pelos seis títulos exclusivamente dados em castelhano que aparecem em Portugal entre 1550 e 1565 (existe um sétimo, de finais de 1551 ou inícios de 1552, e também de cartas trasladadas de português em castelhano, porém reservado ao Brasil), pelas oitocentas e cinquenta cópias da colecção de cartas que sai em Antuérpia em 1590⁷⁰ ou pelos valores semelhantes alcançados por algumas daquelas distribuídas em Veneza, Colónia, Paris, Roma, Sevilha, Dillingen, Ingolstadt, Brescia, Munique, Évora,

⁶⁵ *Monumenta Ignatiana. Series Prima. Epistolae et Instructiones*, vol. 5, Madrid, pp. 329-330; cit. in Correia-Afonso, ed. 1969, p. 14.

⁶⁶ Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2, n. 63.

⁶⁷ *Avisi particolari delle Indie di Portogallo riceuuti in questi doi anni del 1551 & 1552 da li reuerendi padri de la cõpagnia de Iesu, doue fra molte cose mirabili, si uede delli paesi, delle genti, & costumi loro & la grande cõuersione di molti populi, che cominciano a riceuere il lume della sãta fede & relligione christiana*, Roma, per Valerio Dorico & Luigi Fratelli Bressani, 1552.

⁶⁸ *Iesvs epistolae indicae de stvpendis et praeclaris rebvs, qvas diuina bonitas in India, & variis insulis per Societatem nominis Iesv operari dignata est, in tam copiosa gentivm ad fidem conuersione*, Lovaina, apud Rutgerum Velpium, 1566.

⁶⁹ *Epistolae indicae de praeclaris et stvpendis rebvs, qvas diuina bonitas in India, & variis insulis per Societatem nominis Iesv operari dignata est, in tam copiosa gentivm ad fidem conuersione. Secunda editio auctior*, Lovaina, apud Rutgerum Velpium, 1566

⁷⁰ *Annales indiques contenant la vraye narration et aduis de ce qu'est advenu & succedé en Iapon, & aultres lieux voisins des Indes, enuoyez par les Peres de la Societé de Iesus au R.P. Claude Aquaiiua General de la dicte Compagnie, en l'an 1588. Nouuellement traduites en françois*, Antuérpia, en l'imprimerie Plantinienne chez la Vefue & Iean Mourentorf, 1590.

Lisboa, Nápoles, Florença ou Madrid⁷¹. Ao justificar o seu patrocínio às duas edições antológicas que se publicariam em 1570 em Coimbra⁷², colectâneas que eram as maiores até então organizadas em Portugal e as primeiras publicadas neste país em português, D. João Soares, bispo de Coimbra, informa que se tinham imprimido “somente mil livros e se mandarão dar de graça, por ser neste pouco participante no muito fruto que desta lição com a graça de nosso Senhor se espera que se há-de fazer nas almas dos que os lerem. Amen”⁷³. O relativo desencanto do clérigo seria sobretudo uma força de expressão porque uma tiragem destas, para mais ocorrendo repetida no intervalo mínimo de um mês, constituía um resultado excepcional para um mercado em que trezentos a quatrocentos exemplares para este tipo de literatura era já uma fasquia ousada.

*

Quatro advertências obrigatórias à lista das principais colecções impressas de cartas dos jesuítas que se acomodam ao âmbito da nossa análise e que apresentaremos já a seguir. Para começar, tanto se sucedem as duplicações de originais de uma ou mais cartas incluídas noutros volumes, como os mencionados cortes. Se estes às vezes são justificados com uma desactualização das reportagens, na maior parte delas nem sequer surgem assinalados. Ainda assim, e por exemplo, o traço censório é mais frequentes nas edições romanas do que nas ibéricas⁷⁴.

O segundo ponto prévio prende-se com aquelas publicações que integram documentos cujos originais parecem ter desaparecido. Como é bom de ver, tal tipo de limitação torna impossível qualquer confronto mais profundo que possa ser necessário fazer. Por exemplo, isso sucede com algumas das traduções insertas no *De rebus*

⁷¹ Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 318-320.

⁷² Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2, n. 65.

⁷³ D. João Soares, bispo de Coimbra, “Prólogo”, in *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia da India, e Europa, des do anno de 1549. ate o de 66*, Coimbra, 31 de Agosto de 1570, cit. fl. 3r. Ver *ibidem*, fl. 4r.; *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia da India, e Europa, des do anno de 1549. ate o de 66.*, Coimbra, Julho de 1570, fl. 5v.; Garcia, 1993b, pp. 124-131.

⁷⁴ Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 320.

Japonicis, indicis et peruuanis epistolae recentiores, publicado em Antuérpia no ano de 1605⁷⁵.

A terceira consideração, que restringimos às edições portuguesas, espanholas e italianas — aquelas que, directa ou indirectamente, foram decisivas para que a Europa no seu conjunto tenha acedido a este género literário —, acontece associada ao número de cartas por colectânea. Aqui, apesar de valores francamente desiguais e de algumas quebras de percurso, constata-se uma tendência de crescimento logo que superada a década de 1550, a qual se prolonga até por volta de 1570 (ou 1575, para fazermos jus ao caso espanhol). O relativo decréscimo de popularidade que afecta este segmento editorial a partir de então é apenas como que contrabalançado com o início da distribuição das grandes colecções latinas destinadas à Europa do Norte⁷⁶ e pela retoma das edições lusas entre 1588 e 1598, edições estas, no entanto, agora já apenas direccionadas para o mercado interno porque, à semelhança do que vinham fazendo desde 1570, continuam a apostar em exclusivo no português como língua utilizada.

Para terminar, a matéria chinesa não suscita só por si a elaboração de colectâneas especializadas. No que às novidades orientais diz respeito, estas colecções, tal como a edição de epístolas isoladas, apostam até aos primeiros anos de 1560 na Índia, altura em que o Japão passa a monopolizar as atenções dos missionários, logo, e por arrasto, as do seu público⁷⁷. Encontramo-nos muito longe da corrida às novas da China que traduziria a publicação da celeberrima série francesa *Lettres édifiantes et curieuses écrites des Missions Étrangères, par quelques missionaires de la Compagnie de Jesus* (34 vols., Paris, 1702-1741) e da sua contrafacção austro-germânica iniciada por Joseph Stöcklein, *Der Neüe Weltbott mit allerhand Nachrichten deren Missionarien Soc. Jesu* (O Novo Mensageiro do Mundo Contendo Abundantes Informações Envidas pelos Missionários Jesuítas, 38 partes, Augsburgo e Graz, 1726-1761). A prova disso está em que a emissão de cartas se ressentia de imediato do início da fase séria das perseguições à Cristandade japonesa em 1597 (martírio do primeiro número considerável de cristãos na sequência dos incidentes desencadeados pela confiscação da carga do galeão espanhol *San Felipe*⁷⁸) e, sobretudo, em 1614, quando o xogum promulga um novo édito de expulsão e os anteriores entusiasmos com as perspectivas missionárias no arquipélago

⁷⁵ John Hay of Dalgetty, *De rebus Japonicis, indicis et peruuanis epistolae recentiores... in librum unum coacervatae*, Antuérpia, Martin Nutis, 1605. Ver Bourdon, 1993, p. 26.

⁷⁶ Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 430.

⁷⁷ Ver Costa, 1999a, pp. 203-212.

⁷⁸ Ver *infra*, cap. 16-3.

nipónico só esperam para serem apagados de vez a revolta de camponeses convertidos em Shimabara no ano de 1637, o morticínio que se seguiu e a definitiva e irrevogável defenestração lusa de 1640⁷⁹.

A principal oferta tipográfica

Repetimos que Portugal representou o principal destino da prosa epistolar dos jesuítas radicados no ultramar oriental, prosa esta escrita na sua imensa maioria em português, mesmo quando o missionário em causa não é natural deste país. O cumprimento das respectivas obrigações de divulgação começa a ser comprovado com as duas cartas indianas isoladas que se publicam em Coimbra, uma talvez em 1550⁸⁰, outra entre o final de 1551 e o começo de 1552⁸¹. Depois vem a edição da indicada primeira colecção coimbrã de finais de 1551 ou inícios de 1552, com mais quatro cartas indianas⁸². As três seguintes compilações são dadas em Coimbra em 1555 (cartas escritas em Goa, Malaca e no Brasil, num total de nove, repartidas por 33 fólhos)⁸³, em 1562 (cartas da Índia “y otras partes orientales”, num total de vinte e cinco, repartidas por 103 fólhos)⁸⁴ e em 1565 (a primeira saída em Portugal exclusivamente preenchida com cartas do Japão, num total de quarenta, repartidas por 478 fólhos)⁸⁵.

⁷⁹ Ver, *inter alia*, Charles R. Boxer, *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, Manchester, Carcanet Press/FCG/CNCDP, 1993, pp. 163-171 e 373-397 (1.ª ed. 1951) [Boxer, ed. 1993a]; Andrew C. Ross, *A Vision Betrayed – The Jesuits in Japan and China, 1542-1742*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1994, pp. 79-82 e 93-110; Valdemar Coutinho, *O Fim da Presença Portuguesa no Japão*, prefácio de João Paulo Oliveira e Costa, colecção Memória Lusíada — 3, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 21-95.

⁸⁰ *Copia de vna carta, que escriuiu de la India el padre. M. Gaspar de la compañía de Iesus a los hermanos del collegio de Iesus de Coymbra: recebida el año de. M.D.L. trasladado de Portugues en Castellano*, s.l.n.d. [Coimbra, 1550?].

⁸¹ *Copia de vna carta que embio de la India el padre Enrrique Enrriquez, de la compañía de Iesus al padre maestro Simon preposito de la dicha cõpañia en Portugal, y a los hermanos de Iesu de Coimbra, trasladada de portugues en castellano. Recebidas el año de M. D. LI., s.l.n.d. [Coimbra, 1551 ou 1552].* Para as dúvidas sobre a data de edição desta carta, ver: Schurhammer, *Die zeitgenössischen Quellen*, 1932, n.º 5110; Costa, 1999a, p. 227, n. 3.

⁸² Ver, *supra*, Parte II, cap. 6-2, n. 63.

⁸³ *Copia de vnas cartas de algunos padres y hermanos dela compañía de Iesus que escriuieron dela India, Iapon, y Brasil a los padres y hermanos dela misma compañía, en Portugal trasladadas de portugues en castellano. Fuerõ recibidas el año de mil y quinientos y cinquenta y cinco. Acabaronse a treze dias mes de Deziember*, s.l. [Coimbra], João Álvares, 1555.

⁸⁴ *Copia de algunas cartas que los padres y hermanos de la compañía de Iesus, que andan en la India, y otras partes orientales, escriuieron a los de la misma compañía de Portugal. Desde el año de MDLVII, hasta el de lxx. Trealadadas de portugues en castellano*, Coimbra, João de Barreira, 1562.

⁸⁵ *Copia de las cartas que los Padres y hermanos de la Compañia de Iesus que andan en el Iapon escriuieron a los de la misma Compañia de la India, y Europa, desde el año de M.D.XLVIII. que*

Em 1570 surgem as duas réplicas da importante colectânea de oitenta e duas cartas patrocinada pelo bispo Soares, cada uma com mais de 600 fólhos⁸⁶. Dezoito anos passariam até à primeira de três colecções mais modestas que antecedem as duas impressões, cada uma delas com cerca de duzentas e dez cartas repartidas por dois volumes publicadas em Évora em 1598⁸⁷. Trata-se de *Algvs capitvlos tirados das cartas que vieram este anno de 1588. dos Padres da Companhia de Iesv que andam nas partes da India, China, Iapão, & reino de Angola* (Lisboa, 1588, em 64 fólhos)⁸⁸, colecção seguida do par de cartas japonesas dos padres Luís Fróis e Organtino Soldo (Lisboa, 1589⁸⁹; reed. Coimbra, 1590⁹⁰) e das *Cartas do Iapam* de 1593 (Lisboa, com cartas do Japão e da Índia)⁹¹. Antes do termo do século, temos impresso em Lisboa em 1598 o *Compendio* de cartas da Índia, da Corte Mogol, da China, Japão e do Brasil⁹². Dobrado este, sucede-se um conjunto de edições de importância menor: são os volumes-

começaron, hasta el passado de LXIII. Trasladas de Portugues en Castellano, Coimbra, João de Barreira e João Álvares, 1565.

⁸⁶ Ver, *supra*, Parte II, cap. 6, n. 65.

⁸⁷ Ver, *supra*, Parte II, cap. 6, n. 66. Na segunda edição (com um total idêntico de 481 fólhos), o rosto do primeiro tomo desta colectânea aparece com os dizeres: *Iesus. Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreuerão dos Reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa des do anno de 1549. até o de 1580*. O segundo volume da colecção intitula-se em qualquer das edições: *Segunda parte das cartas de Iapão que escreuerão os padres, & irmãos da companhia de Iesus*, Évora, Manuel de Lira, 1598. Inclui cartas escritas entre 1581 e 1589. Note-se, contudo, que enquanto a primeira edição do segundo tomo tem 267 fólhos, a segunda tem apenas 264 fólhos. Garcia, 1997b, pp. 22-43; Costa, 1999a, p. 280.

⁸⁸ Pe. Amador Rebelo, S. J. (compilador), *Algvs capitvlos tirados das cartas que vieram este anno de 1588. dos Padres da Companhia de Iesv que andam nas partes da India, China, Iapão, & reino de Angola, impressos pera se poderem com mais facilidade cômunicar a muitas pessoas que os pedem. Collegidos per o padre Amador Rebello da mesma Companhia, procurador geral das prouincias da India, & Brasil &c.*, Lisboa, António Ribeiro, 1588.

⁸⁹ *Carta do padre Lvis Froes da Companhia de Iesvs. Em a qual da relação das grandes guerras, alterações & mudanças que ouue nos reynos de Iapão, & da cruel perseguição que o rey vniuersal aleuantou contra os padres da Companhia, & contra a Christandade. Ajuntou se tambem outra do padre Organtino da mesma Companhia que escreueo das partes do Miaco*, s.l. [Lisboa], António Álvares, 1589.

⁹⁰ *Relação das grandes alterações & mudanças que ouue em os reynos de Iapão nos annos de 87 e 88. E da perseguição que o rei de todo o Iapão leuantou contra a Christandade. E da grande Fé, & constancia dos christãos. Enuiada ao muito reuerendo Padre Geral da Companhia de Iesvs pelo padre Luis Froes. Ajuntouse outra do padre Organtino da mesma Companhia*, Coimbra, António de Barreira, 1590.

⁹¹ *Cartas do Iapam nas qvaes se trata da chegada daquellas partes dos fidalgos iapões que ca vierão, da muita christandade que se fez no tempo da perseguição do tyrano, das guerras que ouue, & como Quambacudono se acabou de fazer senhor absoluto dos 66 reynos que ha no Iapão, & de outras cousas tocantes ás partes da India & do Grão Mogor*, Lisboa, Simão Lopes, 1593.

⁹² Pe. Amador Rebelo, S. J., (compilador), *Compendio de algvas cartas que este anno de 97 vierão dos padres da Companhia de Iesv, que residen na India & corte do Grão Mogor, & nos reinos da China & Japão, & no Brasil, em que se contem varias cousas. Collegidas por o padre Amador Rebello da mesma companhia*, Lisboa, Alexandre de Sequeira, 1598.

súmula publicados por Fernão Guerreiro em 1603⁹³, 1605⁹⁴, 1607⁹⁵, 1609⁹⁶ e 1611⁹⁷, os quais comprovam o definitivo declínio deste género junto do público⁹⁸.

⁹³ Pe. Fernão Guerreiro, S. J., *Relaçam annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Iesus na Índia & Iapão nos annos de 600 & 601. & do processo da conuersão & christandade daquellas partes: tirada das cartas gêraes que de lá vierão pello Padre Fernão Guerreiro da Companhia de Iesvs. Vai diuidida em dous liuros, hum das cousas da India, & outro do Iapam*, Évora, Manuel de Lira, 1603.

⁹⁴ Pe. Fernão Guerreiro, S. J., *Relaçam annal [sic] das covsas qve fezeram os padres da Companhia de Iesvs nas partes da India Oriental, & no Brasil, Angola, Cabo verde, Guine, nos annos de seiscentos & dous & seiscentos & tres, & do processo da conuersam, & christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram. Pello padre Fernam Guerreiro da mesma Companhia natural de Almodouuar de Portugal. Vay diuidido em quatro liuros. O primeiro de Iapã. O II. da China & Maluco. O III da India. O IIII. do Brasil, Angola, & Guiné*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1605.

⁹⁵ Pe. Fernão Guerreiro, S. J., *Relaçam annval das covsas qve fizeram os padres da Companhia de Iesus nas partes da India Oriental, & em algumas outras da conquista deste Reyno nos annos de 604. & 605. & do processo da conuersam & Christandade daquellas partes. Tirada das cartas dos mesmos Padres que de la vieram, pello Padre Fernam Guerreiro da mesma Companhia, natural de Almodouuar de Portugal. Vay diuidida em quatro liuros, o primeiro de Iapam, o segundo da China, terceiro da India, quarto de Ethiopia & Guiné*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1607.

⁹⁶ Pe. Fernão Guerreiro, S. J., *Relaçam annal [sic] das covsas qve fezeram os padres da Companhia de Iesvs nas partes da India Oriental, & em algumas outras da conquista deste reyno anno de 606. & 607. & do processo da conuersão, & Christandade daquellas partes. Tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vierão: Pello padre Fernam Guerreiro da Companhia de Iesv natural de Almodouuar de Portugal. Vai dividida em quatro livros: O primeiro da Prouincia de Iapão, & China. O segundo da Prouincia do Sul. O terceiro da Prouincia do Norte. O quarto de Guiné, & Brasil*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1609.

⁹⁷ Pe. Fernão Guerreiro, S. J., *Relaçam annal [sic] das cousas que fezeram os padres da Companhia de Iesvs, nas partes da India Oriental, & em algumas outras da conquista deste Reyno nos annos de 607. & 608. & do processo da conuersão & christandade daquellas partes, com mais hua addiçam á relaçam de Ethiopia. Tirado tvdo das cartas dos mesmos padres que de lá vierão, & ordenado pello Padre Fernão Guerreiro da Companhia de Iesv, natural de Almodouar. Vai dividida em cinco livros. O primeiro da Prouincia de Goa, em que se contem as missoes de Monomotapa, Mogor, & Ethiopia. O segundo da Prouincia de Cochim, em que se contem as cousas do Malabar, Pegù, Maluco. O terceiro das Prouincias de Japam, et China. O quarto em que se referem as cousas de Guiné, & serra Leoa. O quinto, em que se contem hua adição a relação de Ethiopia*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1611.

⁹⁸ Deixando para depois a utilização feita pelo Pe. Pierre du Jarric na terceira parte da sua *Histoire des choses plus memorables advenues tant ez Indes Orientales, que autres país de la decouverte des Portugais* (Bordéus, 1614) da obra de Fernão Guerreiro, tal como, sem prejuízo do que já a seguir anotaremos a respeito da bibliografia jesuítica em línguas espanhola e alemã, cabe referir aqui algumas das principais transposições para estes dois idiomas dos conteúdos originais oferecidos pelo Pe. Guerreiro. Assim:

(1) o volume eborense de 1603 teve imediata tradução espanhola sob o título *Relacion anual de las cosas que han hecho los padres dela Compañia de Iesus en la India Oriental y Iapon, en los años de 600. y 601 y del progreso de la Conuersion y Christandad de aquellas partes. Sacada de las cartas generales qve han venido de alla. Por el padre Fernan Guerrero de la Compañia de Iesvs, natural de Almodouar de Portugal. Traduzida de Portvgves en Castellano por el Padre Antonio Colaço Procurador general de la Prouincia de Portugal, India, Iapon, y Brasil, de la misma Compañia. Dirigida a Don Iuan de Boria Conde de Ficallo, del Consejo supremo de Portugal, y del Estado de su Majestad*, Valhadolid, por Luys Sanchez, 1604;

(2) os volumes saídos em Lisboa em 1607 e 1609 apareceram parcialmente traduzidos para alemão no título *Ethiopische Relation oder Berich, Was sich in dem grossen Königreich Ethiopia (so man sonst der Abyssiner, oder Priester Johañ Land nenut) vom 1604. vnd folgenden Jahren, so wol in Welt- als Geistlichen sachen zügetragen. Dariun auch insonderheit das Leben und ableiben H. Andreae Ouiedi, Ethiopischen Patriarchen vnd seiner Gefährten, glaubwürding beschriben. Auss Portugeisischer zu Lszbona gedrunckten Exemplaren ins Teutsch gebracht*, Dillingen, durch Johann Mayer, 1610;

(3) somadas ao conteúdo de uma carta ânua de Matteo Ricci, as referências à China presentes nos mesmos volumes de 1607 e 1609 voltam a surgir no título *Historischen Bericht, Was sich in dem grossen unnd nun je lenger je mehr bekandten Königreich China, in verkündigung des H. Euangelij und*

Quanto a Espanha, destacam-se por esta ordem as edições das *Cartas que los padres y hermanos de la Compañia de Jesus, que andan en los reynos de Iapon escriuieron a los dela misma Compañia, desde el año de mil y quinientos y quarenta y nueve, hasta el de mil y quinientos y setenta y uno* (Alcalá, 1575)⁹⁹, com setenta e oito missivas, algumas delas não detectáveis noutras compilações, e a barcelonesa de 1562 intitulada *Copia de algunas cartas que los padres y hermanos de la compañia de Iesvs, que andan en la India, y otras partes orientales, escreuieron*, esta vinte e sete cartas recebidas entre 1557 e 1561¹⁰⁰. Contam-se ainda aqui a *Recopilacion de las cartas que fueron embiadas de las Indias & islas del Serenissimo rey de Portugal* (Córdova, 1557)¹⁰¹, as edições de Barcelona ditas *Cópia de diversas cartas* (de 1556, com sete

fortpflanzung der Catholischen Glaugens, vom 1604 und volgenden Jaren, denckwürdinds zugetragen. Auss Portugesischen zu Lisabona gedruckten Exemparen ins Teutsch gebracht, Augsburg, bey Chrysostomo Dabertzhofer, 1611;

(4) o mesmo volume de 1607 ecoa num outro título alemão simultâneo: *Indianische relation was sich in den Königreichen Pegu, Bengala, Bissnaga, und etlich andern Ländern, der gegen Ausgang gelengnen Indien vom 1604. und etlich volgenden Jahren so wol in Geist: als Welt-lichen Pachen zugetragen. Auss portugeisichen zu Lissbona getruckten exemplaren ins teutsch gebrach*, Augsburg, Chrysostomo Dabertzhofer, 1611;

(5) o volume saído em Lisboa em 1611 tem tradução alemã sob o título *Indianische Newe Relation. Erister theil was sich in der Goanischen Provintz, und in der Mission Monomatapa, Mogor, auch in der Provintz Cochim, Malabaria, China, Pegu und Maluco von 1607 1608. vnd folgenden zugetragen. Vom R. Pater Fernando Guerreiro, der Societat Iesv, in Portugesischen Sprach beschriben*, Augsburg, Chrysostomo Dabertzhofer, 1614;

(6) o mesmo volume de 1611 tem tradução espanhola simultânea: *Historia y anal relacion de las cosas que hizieron los Padres de la Compañia de Jesus por las partes de Oriente y otras, en la propagación del Santo Evangelio: los años passados de 607 y 608 sacada limada y compuesta de Portugues en castellano por el Doctor Christoval Suarez de Figueroa. A Don Geronymo Carella y Mendoza, Conde de Cocentagna, Marques de Almenara etc.*, Madrid, Imprenta Real, 1614;

(7) e talvez no mesmo ano é dada em língua alemã nova obra (na verdade, um pequeno opúsculo de 4 páginas) em que transparece o título do volume lisboeta de Guerreiro de 1611: *Etliche merchwürdige Sachen die augezogen sind aus einem Portugiesischen Buch welches sish in E. A. P. Bibliothek befindet und hat folgende Überschrift: Relaçam annual & [...] Gestellet durch Pater Ferdinandus Guerr. von der Societat Jesu, zu Lissabon gedruckt durch Peter Craesbeeck. Anno MDCXI, s.l.n.a.* [Augsburgo, 1614?].

Cf. Carlos Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus – Première Partie: Bibliographie par les Pères Augustin et Aloys de Backer; Second Partie: Histoire par le Père Auguste Carayon*, nouvelle édition par C. Sommervogel, vol. 2, Bruxelas/Paris, Oscar Schepens/Alphonse Picard, 1891, pp. 1292-1293; idem, *ibidem*, vol. 3, 1892, pp. 1913-1915; Durval Pires de Lima, “As cartas dos jesuítas”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 3 (1-2), 1983, pp. 218-219 e 224; Garcia, 1993b, pp. 125-130; Garcia, 1997b, p. 23.

⁹⁹ *Cartas que los padres y hermanos de la Compañia de Jesus, que andan en los reynos de Iapon escriuieron a los dela misma Compañia, desde el año de mil y quinientos y quarenta y nueve, hasta el de mil y quinientos y setenta y uno. En las qvales se da noticia de las varias costumbres y idolatrias de aquella gentilidad; y se cuenta el principio y successo y bondad de los christianos de aquellas partes*, Alcalá, Juan Iñiguez de Lequerica, 1575.

¹⁰⁰ *Copia de algunas cartas que los padres y hermanos de la compañia de Jesus, que andan en la India, y otras partes orientales, escreuieron a los de la misma compañia de Portugal. Desde el año de MDLVII, hasta el de lxj. Trestadadas de portugues en castellano*, Barcelona, Claudio Bornar, 1562.

¹⁰¹ *Recopilacion de las cartas que fueron embiadas de las Indias & islas del Serenissimo rey de Portugal a los hermanos de la compañia de Jesus del collegio de Coymbra. Agora de nuevo corregidas y añadidas en esta Impression*, Córdova, s.d. [1557]

cartas recebidas até 1555 e provenientes da Índia, do Japão, do Brasil e da China)¹⁰², *Cartas de Japon isla delas Indias Orientales* (de 1580, com quatro cartas recebidas entre 1574 e 1576)¹⁰³ e o título *Copia de diuersas cartas*, incluído na edição da *Historia de las cosas de Ethiopia* do Pe. Francisco Álvares traduzida por Fr. Tomás de Padilla e publicada em Saragoça em 1561¹⁰⁴.

Para os impressos saídos em Itália, começemos por individualizar alguns dos cabeçalhos romanos e venezianos. Em Roma: os *Avisi particolari delle Indie di Portogallo* (1552¹⁰⁵, 1556¹⁰⁶ e 1557¹⁰⁷); os *Nuovi Avisi delle Indie di Portogallo*¹⁰⁸ e os *Novi Avisi di Piu Lochi de l'India et Massime de Brasil*¹⁰⁹ (ambos em 1553); os *Avisi*

¹⁰² *Copia de diuersas cartas de algunos padres y hermanos de la Compañia de Iesus Recebidas el Año de M.D.LV. De las grandes marauillas, que Dios nuestro Señor obra en aumento de la Sancta Fe Catholica, en las Indias del rey de Portugal, y en el reyno de Iapon, y en la tierra del Brasil. Con la descripcion de las uarias leys, y costumbres de la gente del gran reyno dela China, y otras tierras nueuamente descubiertas, en que ay nueuas de grãde admiraciõ y hedificacion pero muy uerdaderas*, Barcelona, Claudio Bornar, 1556.

¹⁰³ *Cartas de Japon isla delas Indias Orientales, ahora nuevamente venidas de los años 74, 75 y 76. Escritas por los reuerendos padres dela Compañia de Iesus, y recebidas despues, de las que se imprimierõ vltimamente en Alcalá. Traduzidas de italiano en vulgar castellano*, Barcelona, Claudio Bornar, 1580

¹⁰⁴ *Copia de diuersas cartas de algynos padres y hermanos de la compañia de Iesus. Recebidas el Año de mil y quinientos cinquenta y cinco. De las grandes marauillas, que dios nuestro señor obra en aumento de la Sancta Fe Catolica, en las Indias del rey de Portugal, y en el reyno de Iapon y en la tierra de Brasil. Con la description de las varias leyes, y costumbres de la gente del gran reyno de la China y otras tierras nuevamente descubiertas, en que ay nueuas de gran admiracion y hedificacion, pero muy verdaderas*, in Pe. Francisco Álvares, S. J., *Historia de las cosas de Ethiopia, en la qual se cuenta muy copiosamente, el estado y potencia del emperador della (que es el que muchos han pensado ser el Preste Juan) con otras infinitas particularidades, assi dela religiõ de aquella gente, como de sus cerimonias, segun que de todo ello fue testigo de vista Frãçisco Aluarez, capellan del rey don Manuel de Portugal*, Saragoça, Agustin Millan, a costa de Miguel de Suelues, 1561, fls. 66r. e sgs.

A edição original da obra de Francisco Álvares: *Ho Preste Joam das indias. Verdadera [sic] informaçam das terras do Preste Joam segundo vio r escreueo ho padre Francisco Aluarez capellã del Rey nosso senhor. Agora nuoamête impresso por mandado do dito senhor*, s.l. [Lisboa], Luís Rodrigues, 1540. Ver António Alberto Banha de Andrade, “Francisco Álvares e o êxito europeu da Verdadeira Informação sobre a Etiópia”, in *Actas do Colóquio “Presença de Portugal no Mundo”*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 318-321.

¹⁰⁵ Ver *supra*, n. 67 a este capítulo.

¹⁰⁶ *Avisi particolari delle Indie di Portogallo. Nouamente hauuiti questo anno del 1555 da il R. padri della Compagnia di Iesu doue si ha informatione delle grande cose che si fanno per aumento de la Santa Fede. Con la descriptione e costumi delle genti del regno de la China, & altri paesi incogniti nouamente trouati*, Roma, Antonio Blado, 1556.

¹⁰⁷ *Avisi particolari dell'Indie di Portvgallo nouamente hauuti quest'anno del 1557, dalli R. Padri della Compagnia de Iesu, doue s'ha informatione, delle gran cose che si fanno per aumento della Santa Fede & cõuersione de quelle genti infideli à Christo N. Signore*, Roma, Societas Iesu, 1557

¹⁰⁸ *Nuovi Avisi della Indie di Portogallo riceuuti questo Anno del 1553 doue si trata della cõuersione di molte persone principali & tra li altri d'un Re signore de 11000 Isole, con vna discriptione delli costumi dei Giaponesi nostri antipodi & come lore riceuono la nostra Santa Fede*, Roma, Valerio Dorico & Luigi Fratelli, 1553.

¹⁰⁹ *Novi Avisi di Piu Lochi de l'India et Massime de Brasil riceuuti quest'anno del MDLIII doue chiaramente si puo intendere de la conuersione di s'aspetta nell'altre che si han de scoprir & la mutatione grande che fanno de la lor vita dil che n'han conseguito oltra la ciuilta & politia di costumi*

particolari del aumento che Iddio da alla sua chiesa Catholica nell' Indie, et specialmente nelli regni di Giappõ, cõ informatione della China (1558)¹¹⁰; e os *Nuovi Avisi dell'India* (1570)¹¹¹. Em Veneza: os *Nuovi Avisi dell'Indie di Portogallo* (1559)¹¹² e 1568¹¹³); os *Diversi Avisi Particolari dall'Indie di Portogallo* (1559¹¹⁴ e 1565¹¹⁵); os *Nuovi avisi dall'Indie di Portogallo* (1562)¹¹⁶; os *Diversi avisi particolari dell'Indie di Portugallo* (1565)¹¹⁷; os *Nvovi avisi delle Indie di Portogallo, venuti nuovamente* (1565)¹¹⁸; e os *Nvovi avisi dell'Indie di Portogallo, ricevuti* (1568)¹¹⁹. Entre estas, sublinhe-se a importância das edições venezianas dos *Diversi Avisi* de 1559 e 1565 e dos *Nuovi avisi* de 1562 e 1565, com cinquenta e três, vinte e nove, oitenta e dez cartas, respectivamente. Em contraste, e por exemplo, os volumes publicados em Roma em 1556 e 1557 oferecem dez cartas, um, e quinze cartas, o outro, enquanto a última das edições mencionadas (Veneza, 1568) apenas dá seis cartas.

Os *Avisi particolari* de 1558 voltam a ser estampados “in felice citta de Palermo” nesse preciso ano¹²⁰. Editados em Brescia, têm-se dois outros *Nuovi Avisi* que

che Dio operi al presenti euidenti segni & miracoli in loro, Roma, Antonio Blado, ad instancia de Messer Battista Genouense de Rossi, 1553.

¹¹⁰ *Avisi partielari del aumento che Iddio da alla sua chiesa Catholica nell'Indie, et specialmente nelli regni di Giappõ, cõ informatione della China, recevuti dalli padri della Compagnia di Jesu questo anno del 1558*, Roma, nella casa della Compagnia di Iesv, 1558.

¹¹¹ *Nuovi Avisi dell' India de Reverendi Padri della Compagnia di Giesù. Ricevuti quest' anno MDLXX*, Roma, herdeiros de Antonio Blado, 1570.

¹¹² *Nuovi Avisi dell'Indie di Portogallo, riceuuti dalli reuerendi padri della Compagnia di Giesu, tradotti dalla lingua spagnuola nell' italiana*, Veneza, Michele Tramezzino, 1559.

¹¹³ *Nvovi avisi dell'Indie di Portogallo, riceuuti dalli reuerendi padri della Compagnia di Giesv, tradotti dalla lingua spagnuola nell' italiana*, Veneza, Michele Tramezzino, 1568.

¹¹⁴ *Diversi Avisi Particolari dall'Indie di Portogallo riceuuti, dall'anno 1551 fino al 1558, dalli Reuerendi padri della compagnia di Giesu. Dove s'Intende delle Paesi, delle genti, & costumi loro, & la grande conuersione di molti popoli, che hanno riceuuto il lume della Santa Fede, & religioni Christiana. Tradotti nuouamente dalla lingoa spagnuola nella Italiana*, Veneza, Michele Tramezzino, 1559.

¹¹⁵ *Diversi Avisi Particolari dall'Indie di Portogallo riceuuti, dall'anno 1551 fino al 1558, dalli Reuerendi padri della compagnia di Giesu. Dove s'Intende delle Paesi, delle genti, & costumi loro, & la grande conuersione di molti popoli, che hanno riceuuto il lume della santa fede, & religioni Christiana. Tradotti nuouamente dalla lingoa spagnuola nella italiana*, Veneza, Michele Tramezzino, 1565

¹¹⁶ *Nuovi avisi dell' Indie di Portogallo riceuuti dalli reuerendi padri della compagnia di Giesu, tradotti dalla lingua spagnuola nell'italiana. Terza parte*, Veneza, Michele Tramezzino, 1562.

¹¹⁷ *Diversi avisi particolari dall'Indie di Portogallo, riceuuti dall'anno 1551 fino al 1558 dalli reuerendi padri della compagnia do Giesv. Dove s'intende delli paesi dele genti, & costumi loro, & la grande conuersione di molti popoli, che hanno riceuuto il lume della Santa Fede, & religione christiana. Tradotti nuouamente dalla lingua spagnuola nella italiana*, Veneza, Michele Tramezzino, 1565

¹¹⁸ *Nvovi avisi delle Indie di Portogallo, venuti nuouamente dalli R. padri della compagnia di Giesv, & tradotti dalla lingua spagnuola nella italiana. Quarta parte*, Veneza, Michele Tramezzino, 1565

¹¹⁹ *Nvovi avisi dell'Indie di Portogallo, riceuuti dalli reuerendi padri della Compagnia di Giesv, tradotti dalla lingua spagnuola nell'italiana*, Veneza, Michele Tramezzino, 1568.

¹²⁰ *Avisi particolari del aumento che Iddio da alla sua chiesa Catholica nell' Indie, et specialmente nelli regni di Giappõ, cõ informatione della China, recevuti dalli padri della Compagnia di Jesu questo anno del 1558*, Palermo, Giovanni Matteo Maida, 1558

é habitual considerar nos inventários principais: os de 1571¹²¹ e 1579¹²². Sempre a propósito dos títulos nesta língua, e depois de uma das colecções saídas em Roma em 1553 ter incluído as primeiras notícias sobre a realidade nipónica, a procura de relatos sobre os progressos das Missões japonesas passa a ser satisfeita a partir de 1578 com volumes apenas consagrados às cartas daí enviadas: são as *Lettere del Giappone degli anni 74. 75 & 76* (Roma, 1578)¹²³ e as *Lettere del Giappone dell'anno MDLXXVII* (Roma, 1579)¹²⁴, ambas de menores dimensões que a generalidade das precedentes colectâneas. Após ter sido enquadrada pelas referências à Índia nos *Avvisi particolari* impressos em 1556, a China volta a adquirir um relativo destaque nos *Avvisi del Giappone* que saem em 1586 em Roma, Veneza, Milão, Paris, Sevilha e Dillingen. Na folha de rosto da primeira destas edições (“per Francesco Zannetti”): *Avvisi del Giappone de gli anni MDLXXXII. LXXXIII et LXXXIV. Con alcuni altri della Cina dell' LXXXIII et LXXXIV cauati dalle lettere della Compagnia di Giesù. Riceuute il mese di Dicembre MDLXXXV*¹²⁵.

Tal como Coimbra, Lovaina antecipa-se à especialização temática no Japão acabada de evocar e faz aparecer entre 1569 e 1570 quatro edições de *Epistolae Japonicae*¹²⁶. Em anexo à sua tradução demasiado “livre” da inédita *Historia das*

¹²¹ *Nuovi Avvisi dell'India de reverendi padri della Compagnia di Giesu. Ricevuti quest'anno MDLXXI*, Brescia, Giovanni Paolo Borela, 1571.

¹²² *Nuovi Avvisi Delle Indie di Portogallo... Quinta Parte*, Brescia, Giovanni Paolo Borela, 1579.

¹²³ *Lettere del Giappone degli anni 74. 75 & 76 scritte dalli reverendi padri della Compagnia di Giesu & di portughese tradotte nel volgare italiano*, Roma, Francesco Zannetti, 1578.

¹²⁴ *Lettere del Giappone dell'anno MDLXXVII scritte dalli reverendi padri della Compagnia de Giesù*, Roma, Francesco Zannetti, 1579.

¹²⁵ Título idêntico para a edição milanesa (“apresso Pacifico Pontio”). Em Veneza: *Nuovi avvisi del Gioapone con alcuni altri della Cina del LXXXIII et LXXXIV. Cavati dalle lettere della Compagnia di Giesu. Riceuute il mese di Dicembre prossimo passato MDLXXXV* (“apresso i Giolitti”). Em Paris: *Avvisi du Japon des années MDLXXXII LXXXIII et LXXXIV. Avec quelques autres de la Chine, des années LXXXIII. LXXXIV. Recueillez des lettres de la Compagnie de Jesus receues au mois de Decembre MDLXXXV* (“chez Thomas Brumen”). Em Sevilha: *Relacion de algunas cosas notables, que en estos vltimos años de ochenta y dos, ochenta e tres, y ochenta y quatro han acontecido en los Reynos de Japon, sacada de las vltimas cartas que los padres de la Compañia de Jesus, que andã en ellos, escriuieron al padre general, y llegaron este año de ochenta y cinco en el galeon de Malaco* (“por Fernando Maldonado”). Em Dillingen: *Fernere Zeitung auss Japon des zwey und achtzigsten drey vnd achtzigsten vnd vier vnd achtzigsten Jars. Sampt langstgewünschter frölicher Botschafft ausz der gewaltigen bisz anhero haydnischen Landschafft China desz 83. vnd 84. Jars Von dem daselbst angehenden Christenthumb. Gezogen ausz Briefen der Societet Iesv die zu Rom ankommen im December desz 1585 Jars* (“durch Johannem Mayer”). Ver Dehergne, 1980, p. 378, n. 4; p. 382.

¹²⁶ Esses quatro títulos: (1) *Epistolae iapanicae de multorum gentium in varijs insulis ad Christi fidem per Societatis nomis Iesu theologos conuersione. In quibus etiam mores, leges, locorumque, situs luculenter describuntur*, Lovaina, apud Rutgerum Velpium, 1569; (2) *Epistolae iapanicae de multorum gentium ad Christi fidem conuersione per Societatis Iesu theologos pars altera*, Lovaina, apud Rutgerum Velpium, 1569; (3) *Epistolae indicae et japonicae de multarum gentium ad Christi fidem, per Societatem Iesu conuersione. Item de tartarorum potentia moribus & totius pene Asiae religione. Tertia editio cum indice castigatior & auctior*, Lovaina, apud Rutgerum Velpium, 1570; (4) *Epistolae japonicae*

Missões do Oriente até o anno de 1568 de Fr. Manuel da Costa e que se escreveu *Rervm a Societate Iesu in Oriente gestarvm ad annvm vsque a deipara virgine MDLXVIII commentarius*, o Pe. Giovanni Pietro Maffei decide incluir o título *De iaponicis rebus epistolarum libri III*, igualmente traduzido pelo próprio (Dillingen, 1571¹²⁷; reeds. Paris, 1572¹²⁸, Nápoles, 1573¹²⁹, Colónia, 1574¹³⁰, 1579¹³¹ e 1583¹³²; trad. francesa, Lyon, 1571¹³³; trad. alemã, Ingolstadt, 1586¹³⁴). À parte o assinalado epistolário nipónico dado em latim em Antuérpia no ano de 1606 e aqueles *Advis* que se oferecem em Paris “chez Thomas Brumen” em 1586 tendo por base o que Francesco Zannetti dera em Roma

de multorum in varijs insulis gentilium ad Christi fidem conuersione Illvstrissimo principi domino D. Guiliel. Bauariae Duci dicatae. Accessit demum rerumac verborum index locupletissimus, Lovaina, apud Rutgerum Velpium, 1570.

¹²⁷ Pe. Manuel da Costa, S. J. & Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Rervm a Societate Iesu in Oriente gestarvm ad annvm vsque a deipara virgine MDLXVIII commentarius Emanuelis Acostae lusitani, recognitus, & latinitate donatus. Accessere de iaponicis rebus epistolarum libri III, item recogniti et in latinum ex hispanico sermone conuersi*, Dillingen, apud Sebaldum Mayer, 1571.

¹²⁸ Pe. Manuel da Costa, S. J. & Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Emanuelis Acostae lusitani rervm a Societatis Iesu in Oriente gestarum, ad annum usq. a deipara virgine MDLXVIII, recognita, & latinitate donata. Accessere de iaponicis rebvs epistolarum libri III item recogniti... ex hispanico sermone conuersi. Et recentivm de rebvs indicis epistolarvm liber vsque ad annum 1570*, Paris, apud Michaellem Sonnum, 1572.

¹²⁹ Pe. Manuel da Costa, S. J. & Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Rervm a Societate Iesu in Oriente gestarum volumen. In qua haec ferme continentur. De rebvs indicis ad annvm a Deipara Virgine MDLXVIII, commentarius Emmanuelis Acostae lusitani recognitus et latinitate donatur... Accessit etiam specimem quoddam litterarum vocumque japonicarvm*, Nápoles, in aedibus Decii Lachaci, 1573.

¹³⁰ Pe. Manuel da Costa, S. J. & Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Rervm a Societate Iesu in Oriente gestarum volumen, Continens Historiam incundam lectu omnibus Christianis praesertimijis, quibus vera Religio est cordi. In qua videre possunt, quomodo nunquam Deus Ecclesiam suam deserat, & in locum deficientium a vera fide, innumeros alios in abditissimis etiam regionibus substituat nunc pluribus vltra omnes editiones priores locupletatum... (de rebvs indicis as annum vsque MDLXX, epistolarum liberl. De iaponicis rebvs ad annum usqz MDLXV, epistolarum libri V. Omnes item accurate recogniti et in latinum ex hispanico sermone conuersi)*, Colónia, apud Geruinum Calenium & haeredes Iohannis Quentel, 1574.

¹³¹ Pe. Manuel da Costa, S. J. & Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Rervm a Societate Iesu in Oriente gestarvm volvmen...*, Colónia, apud Geruinum Calenium & haeredes Iohannis Quentel, 1579.

¹³² Pe. Manuel da Costa, S. J. & Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Rerum a Societate Iesu in Oriente gestarvm volvmen. Continens historiam iucundam lectu omnibus christianis, praesertim iis, quibus vera religio est cordi. In qua videre possunt, quomodo nunquam Deus ecclesiam suam deserat, & in locum deficientium a vera fide, innumeros alios in abditissimis etiam regionibus substituat*, Colónia, apud Geruinum Calenium & haeredes Iohannis Quentel, 1583.

¹³³ Pe. Manuel da Costa, S. J. & Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Histoire des choses memorables, sur le fait de la religion chrestienne, dictes et executées ès pays et Royaume des Indes Orientales. Par ceux de la Compagnie du nom de Iesus, depuis l'an 1552, iusques à present. Avec certaines epistres notables, et concernantes l'estat des affaires du pays du Japon. Traduit du latin de Iean Pietro Maffeo, en françois par M. Emond Auger de la Compagnie du nom de Iesus. Dedié à Monsieur*, Lyon, Benoist Rigauld, 1571.

¹³⁴ Pe. Manuel da Costa, S. J./Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Kurtze Verzeichnuss vnd historische Beschreibung deren dingen so von der Societet Iesu in Orient von dem Jahr nach Christi Geburt 1542 bis auff das 1568 gahandelt worden. Erstlich durch Ioannem Petrum Maffeiium, auss portugaleisischer Sprach in Latein vnd jetzo neben etlichen japonischen Sendtschreiben vom Jar 1548 bis auff 1555 allen frommen Catholischen zu Lieb vnd Trost ins Teutch gebracht vnnnd zum ersten mal an Tag geben. Durch Weyland den hochgelehrten Herrn Ioannem Georgium Götzen bet der Rechten Doctorn auch Fürstlichen Bischofflichen Constantzischen Rath vnnnd Secretarien*, Ingolstadt, durch David Sartorium, 1586.

nesse mesmo ano, sublinhado aqui para os *Nouveaux advis de l'amplification du Christianisme es pays et royaumes du Japon*, edição lionesa de 1580¹³⁵.

De qualquer modo, o pioneirismo em matéria de edições latinas e francesas para a generalidade das cartas jesuíticas do Oriente pertence a outras colecções. Em latim, à colecção *Epistolae indicae* (Dillingen, 1563)¹³⁶, às referidas “colecções piratas” dadas em Lovaina por duas vezes em 1566 e à que aí volta a sair em duplicado em 1570¹³⁷. Em língua francesa, prioridade pelo menos para o título *L'institution des loix, costvmes et autres choses merueilleuses & memorables tant du Royaume de la Chine que des Indes contenues en plusieurs lettres missiues enuoyées aux religieux de la Compagnie du Nom de Jesus* (Paris, 1556)¹³⁸ e para o *Recveil des plvs fraisches lettres, escrittes des Indes Orientales, par ceux de la Compagnie du nom de Jesus, qui y font residence, & enuoiées l'an 1568, 69 y 70 à ceux de la dicte compagnie en Europe, sur la grande conuersion des infidèles à Jesuschris* (Paris, 1571)¹³⁹. Quando se entrar no período de contracção editorial que sucede após 1570 será quase só nos *Novveaux advis des Indes Orientales et Iapon* (Paris, 1581) que surgem algumas das notícias actualizadas sobre as Missões indianas¹⁴⁰.

Em idioma alemão têm-se publicados em Munique no ano de 1571 dois dos primeiros títulos de referência: *Episteln oder Briefe, geschrieben von einingen*

¹³⁵ *Nouveaux advis de l'amplification du Christianisme es pays et royaumes du Japon envoyees au R.P. General de la Compagnie de Jesus par le pere François Cabral superieur de ladicte Compagnie audict Jappon*, Lyon, Benoist Rigaud, 1580.

¹³⁶ *Epistolae Indicae in Quibus Loculenta extat Descriptio Rerum nuper in India Orientalis praeclare gestarum a Theologis societatis Iesu: qui paucis hinc annis infinita Indorum milia Christo Iesu Christi. Ecclesiae mirabiliter adiunxerunt. Eiusdem argumenti Epistolae complures breui prodibunt, quae omnes bona fide narrant incredibilem Ecclesiae Catholicae apud Indos & non ita pridem repertas Insulas propagationem: estq. historia illa si ulla quidem alia, nunc lectu diggnissima iucundissimaq.*, Dillingen, apud Sebaldum Mayer, 1563.

¹³⁷ Esses dois títulos: (1) *Epistolae indicae et japanicae de mvltorum gentium ad Christi fidem, per Societatem Iesu conversione. Tertia editio cum indice castigatior & auctior*, Lovaina, apud Rutgerum Velpium, 1570; (2) *Epistolae japanicae de multorum in varijs insulis gentilium ad Christi fidem conuersione Illvstrissimo principi domino D. Guiliel. Bauariae Duci dicatae. Accessit demum rerumac verborum index locuplentissimus*, Lovaina, apud Rutgerum Velpium, 1570.

¹³⁸ *L'institution des loix, costvmes et autres choses merueilleuses & memorables tant du Royaume de la Chine que des Indes contenues en plusieurs lettres missiues enuoyées aux religieux de la Compagnie du Nom de Jesus. Traductes d'Italien en Francoys*, Paris, s.t., 1556.

¹³⁹ *Recveil des plvs fraisches lettres, escrittes des Indes Orientales, par ceux de la Compagnie du nom de Jesus, qui y font residence, & enuoiées l'an 1568, 69 y 70 à ceux de la dicte compagnie en Europe, sur la grande conuersion des infidèles à Jesuschris. Traduites d'italien en françois*, Paris, chez Michel Sonnius, 1571.

¹⁴⁰ *Novveaux advis des Indes Orientales et Iapon, concernantes la conuersion des gentils, avec vn miraculeux martyre adenv à Maroc, ville d'Aphrique & Barbarie*, Paris, Thomas Brumen, 1581.

*Jesuitern, die als Missionairs in Mehreren Ostindische Halbinseln abgesendet waren*¹⁴¹ e *Sedtchreiben und warhafftige Zeytungen, von auffgang vnd erweiterung des Christenthumbs bey den Hayden inn der newen Welt*¹⁴². A partir daí e até 1583 as prensas germânicas não acusam demasiada actividade neste domínio. É quando o Japão revelado por Fróis dá azo a uma nova obra saída em Munique: *Sendschreiben des ehrwürdigen Herrn Ludouici Froes der Societet Jesu auss Japponia von einem jungen Fürsten wie ritterlich vnd bestendig er sieh in seiner bekerung zu dem Christlichen Glauben erzaigt hat*¹⁴³. Isolado ou de parceria com as terras da Índia, a China ou a Corte Mogol, este país está em todos os muitos títulos que se publicarão nesta língua daqui ao final do século, seja em Dillingen, em Augsburgo, em Friburgo, em Ingolstadt ou em Mainz (isto reservando-nos àquelas obras cujo local de edição ficou assinalado)¹⁴⁴.

¹⁴¹ *Episteln oder Briefe, geschrieben von einigen Jesuitern, die als Missionairs in Mehreren Ostindische Halbinseln abgesendet waren. An ihre Brüder der Gesellschaft Jesu in Rom, vielmehr an ihren damaligen ordens General in Rom, Munique, Adam Berg, 1571.*

¹⁴² *Sedtchreiben und warhafftige Zeytungen, von auffgang vnd erweiterung des Christenthumbs bey den Hayden inn der newen Welt: Auch von vervolung vnnnd Hailigkeit der Geistlichen Apostolischen Vorsteher daselbs so ersidises Jar ausz den Orientischen Indien kommen vnd jetzt inn teutsche Spraach transzferiert worden durch D. Philipp Dobereiner von Türschenreut [...] Anno MDLXXI, Munique, Adam Berg, 1571.*

¹⁴³ *Sendschreiben des ehrwürdigen Herrn Ludouici Froes der Societet Jesu auss Japponia von einem jungen Fürsten wie ritterlich vnd bestendig er sieh in seiner bekerung zu dem Christlichen Glauben erzaigt hat. Was er auch für anfechtung betrübussen überstanden: allen Christglaubigen sehr nützlich vnd lustig zulesen. Auss dem Latein verteutscht, Munique, Adam Berg, 1583.*

¹⁴⁴ Ver, *inter alia*, Correia-Afonso, ed. 1969, pp. 177-180; Lima, 1983, pp. 220, 224-225 e 230-243; Bourdon, 1993, pp. 25-26; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 318-319, 321, 431 e 446; Costa, 1999a, pp. 226-290.

4. As cartas de Gaspar Lopes e Lançarote Pereira, cativos em Guilin, e a prioridade chinesa de Francisco Xavier, 1551-1552

Recapitulação

Francisco Xavier deixa o Japão a 15 de Novembro de 1551 em boa parte forçado pelos encargos que continuava a ter como superior das Missões orientais. Cerca de dois anos antes, na “carta grande” que escrevera em Kagoshima aos seus irmãos do Colégio de Goa, supunha suficiente um “saluo conduto del rey de Iapon” para que os missionários se estabelecessem na China com segurança. É claro que o dizia sem sequer conhecer a realidade japonesa já que nem três meses tinham passado sobre a sua chegada ao arquipélago. As viagens a Hirado (Julho a Setembro de 1550), a Yamaguchi (finais de 1550) e a Miyako (Janeiro de 1551), os regressos a Hirado (Março de 1551) e a Yamaguchi (Abril de 1551) e a ida a Bungo (Setembro de 1551) fa-lo-ão compenetrar-se do país que pisa, a começar pela impotência do poder imperial¹⁴⁵. De qualquer modo, quando parte do porto de Funai nesse dia de Novembro de 1551 a bordo da nau do mercador Duarte da Gama ainda tem como primeira prioridade voltar a essas ilhas mal se liberte das tarefas que o esperavam na Índia.

Vimos que quase tudo o que fora obtido pelos inquéritos jesuítas da década de 1540 se resumia a uma ideia muito superficial sobre o mundo chinês e a uma conclusão desalentadora sobre a hipótese de um qualquer culto cristão se manifestar activo nesse reino. Em 1546, Xavier ainda quer acreditar na possibilidade de subsistir aí a herança de S. Tomé. E em 1548 o Pe. Niccolò Lancilotto atrevera-se a sugerir que um cristianismo de linhagem assíria teria continuado a ser praticado na China até essa data. Porém, não só estes dois jesuítas não vão insistir nestas suas teses sobre a religiosidade dos chineses, como os demais observadores passarão a preferir falar numa terra de gentios ou, quando muito, numa aparente conformidade entre os princípios ou os rituais de alguns dos seus homens de religião e os preceitos ou os cerimoniais da Igreja latina. Em virtude das dificuldades práticas que sabemos, esteve sempre fora do alcance dos europeus esclarecer estas dúvidas no local, pelo que o mesmo Japão que o Padre-mestre

¹⁴⁵ Bourdon, 1993, pp. 190-194.

agora abandona depressa se afirmou como a alternativa perfeita para o respectivo impasse.

Desse período anterior ou coincidente com a primeira Missão jesuíta no Nippon principiamos por recuperar mais algumas cartas que nos permitem ver confirmadas tanto a secundarização da China como objectivo estratégico da Companhia, como várias dessas apreciações genéricas sobre o Império Ming que se mantinham em vigor quando da despedida japonesa do seu máximo responsável na área.

Assim, na carta que dirige desde Goa a Diogo Pereira no dia 2 de Abril de 1548 Francisco Xavier dá a conhecer ao seu amigo mercador o projecto que acalenta de se dirigir ao Japão no prazo de um ano. Pereira preparava-se para partir de Cochim para a China e o missionário serve-se da missiva para lhe recomendar um tal Ramires, muito provavelmente um português cujo nome seria Afonso Ramiro, marinheiro oriundo da frota de Ruy López de Villalobos, o qual, tendo perdido a oportunidade, ou não tendo sido abrangido pela oportunidade de repatriamento patrocinada pelo Estado da Índia a esses tripulantes, procurava agora ganhar alguns proventos para poder vir a comprar a sua volta para a Europa. Sintomática, a única alusão à China é feita nos seguintes moldes: “Muito folgara de ver-me com V. M. antes que se partira pera a China, para lhe emcommendar huma veniaga muito rica, de que pouca conta fazem os que tratão em Mallaca e na China: esta veniaga se chama a consciencia da alma. Hé tão pouco conhecida por aquellas partes, que cuidão todos os mercadores que ficão perdidos se uzão bem della!”¹⁴⁶.

Menos etérea, todavia sempre confusa apesar de reiterar a noção já divulgada da consaguinidade cultural existente entre a China e o Japão, é a perspectiva sobre o primeiro destes países que se tem na carta escrita por Xavier ao Pe. Simão Rodrigues a 20 de Janeiro de 1549 e assinada em Cochim. Nesta é também sintomático que se protele para uma altura mais propicia a missionação desse Império, até porque o seu autor confirma que “este Abril que viene del anyo de 1549 [determino] de ir a Japón con hun Padre, por nombre Cosme de Torres”¹⁴⁷. Em síntese, o padre Xavier afirmava aí que “por tiempos plazerá a Dios que muchos de la Compañia yrán a China, y de China a aquellos sus grandes estudios que están allende de China y Tartao que se llama

¹⁴⁶ Carta do Pe. Francisco Xavier a Diogo Pereira, Goa, 2 de Abril de 1548, ARSI, *Macaensis*, fl. 41v.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1944, vol. 1, cit. pp. 437-438; reed. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, cit. p. 51.

¹⁴⁷ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Cochim, 20 de Janeiro de 1549, *Archiv. Hist. Nacional*, Madrid, *Jesuítas 271*, n. 1249-IV-49, fl. 1r.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, cit. p. 38.

Chingico, según la información de Paulo [Paulo de Santa Fé, *i.e.* o japonês converso Anjirô], que dize que en todo Tartao, China y Japón tienen la ley que enseñan en Chingico; y por quanto éll no entiende la lengua en que tienen escrita la ley que tienen los de su tierra escrita en libros, que es como latín entre nos, por esso no me sabe dar entera información de la ley que tienen escrita en sus libros de impressão”¹⁴⁸.

Desmontando, “Tartao”, uma forma japonesa, vale obviamente para Tartária, enquanto “Chingico” corresponde à transcrição do japonês *Tenjiku* ou “pátria do Buda”. Ao informar sobre o tal lugar situado nos confins da China e da Tartária onde era suposto existirem esses “grandes estudios”, impressão equívoca que tomou conta do Pe. Francisco Xavier, aquilo que Paulo de Santa Fé assinalara era a difusão do budismo a partir da Índia por vastas zonas do Extremo Oriente¹⁴⁹. Numa outra “via” da mesma carta, esta em português, “Chingimquo” é a palavra escolhida para traduzir essa espécie de universidade¹⁵⁰. Em carta dirigida pelo próprio Xavier a Inácio de Loyola alguns dias antes a mesma fora escrita “Chengico”¹⁵¹. Ao Pe. Rodrigues o missionário na Índia fará chegar, pelo menos, ainda uma outra interpretação equivalente na carta em latim que lhe escreve a 2 de Fevereiro de 1549. Nesta, escolhe traduzir o fonema aprendido de Anjirô como “*Academiam Cengicenam*” — “*quae vltra Sinas et Cathaium sita est*”¹⁵².

Por intermédio de Malaca, a recente notícia sobre o reforço das proibições ditadas pelas autoridades chinesas em relação ao comércio externo chega ao conhecimento de Francisco Xavier, que avalia os novos dados mas nem por isso considera a possibilidade de desistir de rumar às costas japonesas: “[...] llegaron las naves de Malaca, en que dan nuevas mucho ciertas que los puertos de la Chyna están todos levantados contra los portugueses; mas ny por esso no dexaré de ir a Japón, como os tengo escrito, pues no ha otro mayor descanso en esta vida de syn sosi[e]go, que

¹⁴⁸ *Ibidem*, fl. 1r., ed. 1945, cit. p. 39. Cf. *ibidem*, BAL, *Jesuitas na Ásia*, 49-IV-49, fls. 53r.-55v; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, p. 236.

¹⁴⁹ Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 338-339.

¹⁵⁰ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Cochim, 20 de Janeiro de 1549, ARSI, *Goa*, 10, fl. 51v.; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, cit. p. 249.

¹⁵¹ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Inácio de Loyola, Cochim, 12 de Janeiro de 1549, ARSI, *Ep. Nostr.*, 72, fl. 127r.; pub. in *Monumenta Xaveriana. Ex autographis vel ex antiquioribus exemplis collecta*, vol. 1, *Sancti Francisci Xaverii Epistolae aliaque scripta complectens quibus praemittitur ejus vita. A P. Alexandre Valignano S.J. ex India Roman missa, Liber secundus S. Francisci Xaverii Epistolae*, Madrid, Augustini Aural, 1899-1900, cit. p. 477. Cf. *ibidem*, in *Epistolae S. Francisci Xaverii aliaque eius scripta. Nova editio ex integro refecta*, vol. 2, 1549-1552, ed. Georg Schurhammer & Josef Wicki, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1945, p. 11.

¹⁵² Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Cochim, 2 de Fevereiro de 1549, versão latina Tursellini, fl. 77; pub. in *Epistolae S. Francisci Xaverii*, ed. 1945, vol. 2, cit. p. 71. Cf. *ibidem*, in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, p. 277.

bevir en grandes perigos de muerte, tomados todos emmediatamente por solo amor y servicio de Dios nuestro Señor y acrecientamiento de nuestra sancta fee”¹⁵³. A capacidade que, apesar disso tudo, a praça portuguesa na península malaia mantinha de perscrutar um mínimo que fosse sobre a China e de se assegurar como plataforma de comunicação com o Japão, comprova-as este nosso padre quer quando assinala a Lisboa que o seu companheiro Francisco Pérez, superior da residência dos jesuítas de Malaca, a informará sobre algumas “cousas da China e de Japão”, quer quando solicita a Simão Rodrigues que não se esqueça de lhe escrever para a sua futura residência no arquipélago nipónico ao cuidado dos padres da Companhia que estavam em Malaca “porque todos os anos partem pera a China e de China a Japão”¹⁵⁴.

Ou porque cedo alguém isolado lhe passara a esperança de que poderia atingir com sucesso a China ou porque essa vontade sempre vivera consigo, descobrimos a ideia que o Pe. Gaspar Barzeo alimentou de seguir para essas paragens antecipada numa carta que dirigiu de Ormuz a 24 de Novembro de 1550 aos religiosos de Coimbra¹⁵⁵. Começando por dizer que já havia estado nesse caminho, como que voltara à estaca zero, pelo que agora esperava que o reitor de Goa lhe desse luz verde para avançar definitivamente e acompanhado por uns doze voluntários acabados de arrebanhar.

De qualquer modo, até pela forma como essas adesões são relatadas se infere o carácter improvisado de uma iniciativa em que o flamengo sobretudo parece correr por conta própria: um dos candidatos despira-se em plena praça depois de escutar um sermão do próprio padre, entregara as suas vestes a um pobre e pedira para ir morrer por Cristo na Pérsia; outro prostrara-se-lhe aos pés a chorar depois de ouvir outro sermão; a repreensão que Barzeo fizera a um terceiro homem tinha tido como consequência que este insistisse em querer ir morrer consigo onde quer que fosse; outro ainda escrever-lhe de Mascate a confiar-lhe todo o dinheiro que possuía e a manifestar-lhe também a intenção de acabar os seus dias na sua companhia, só que desta vez precisando uma morte “assado en parrillas”; e mesmo que logo o primeiro dos aderentes fosse reputado

¹⁵³ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Cochim, 25 de Janeiro de 1549, BAL, *Jesuítas na Ásia*, Aut. fl. 55r.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, cit. pp. 56-57. Cf. *ibidem*, in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, pp. 268-269.

¹⁵⁴ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Cochim, 1 de Fevereiro de 1549 BAL, *Jesuítas na Ásia*, Aut. fl. 78r.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, cit. p. 66. Cf. *ibidem*, in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, pp. 273 e 274.

¹⁵⁵ Carta do Pe. Gaspar Barzeo aos religiosos de Coimbra, Ormuz, 24 de Novembro de 1550, BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-49, fls. 94r.-98r.; pub in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, pp. 523-539.

de néscio por parte de todos os populares que assistiram à cena, Gaspar Barzeo não esconde que “los otros fueron recibidos de la misma manera”¹⁵⁶.

O “mistério dos dois juncos”

O momento em que aconteceu a decisiva mudança de planos de Francisco Xavier em benefício da China coincide com a escala que o junco que o transporta da ilha de Kyûshû em direcção a Malaca faz em Sanchoão. Depois de amparados durante alguns dias pela monção favorável e de terem escapado a uma “*magna exorta tempestate*” por alturas de Chinchêu, os tripulantes continuavam a singradura para Cantão quando percebem fundeada nesse ancoradouro clandestino de portugueses a *Santa Cruz*, nau propriedade de Diogo Pereira. Este esperava que o vento Norte se levantasse para, também ele, poder atingir Malaca apesar de saber que a cidade se poderia encontrar sitiada pelo sultão de Joore e pelos seus aliados javaneses — posto a 5 de Junho, o cerco mantivera-se até meados de Setembro, mas sobre tal desfecho nada ainda aí chegara. Nesse entretanto, Pereira inteirara-se da sorte de cerca de trinta homens seus largados nesses litorais um par de anos antes a bordo de dois juncos carregados de mercadorias.

Tratava-se da frota que tinha viajado do Sião à China em finais de 1548 e onde conseguira ser admitido aquele Ramires ou Ramiro por quem Xavier intercedera. No seguimento de um combate com uma esquadra chinesa no Sul do Fujian, vários destes portugueses e dos seus escravos, assim como cerca de noventa embarcados chineses haviam sido executados sumariamente. A carga fora confiscada aos sobreviventes e estes levados em ferros, primeiro para Quanzhou, no Sul do Fujian, e logo depois para Fuzhou, capital da mesma província. A repressão está associada à subida do “proibicionista” Zhu Huan ao cargo de vice-rei do Fujian e Zhejiang que se dá por esta altura e à campanha sem tréguas que ele decreta com o objectivo de erradicar os *wakô* dessas costas¹⁵⁷. Depois, absolvidos da acusação de pirataria por uma comissão de inquérito nomeada pela Corte Imperial em atenção ao apelo dos cativos e aos pedidos dos inimigos locais do vice-rei, todos os portugueses, menos quatro que não escapam à

¹⁵⁶ *Ibidem*, fl. 95v., ed. 1950, cit. p. 530.

¹⁵⁷ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2.

pena de morte pelo hipotético assassinato de soldados chineses, são sentenciados pelo crime de contrabando.

Repartidos em grupos de dois ou três por distintas partes da província de Guangxi, era por intermédio de cartas de dois deles, Gaspar Lopes, personagem que Xavier encontrara em Ternate a servir como escrivão de uma nau portuguesa, e Lançarote Pereira de Abreu, um fidalgo da Casa Real com larga experiência no Oriente, que o chamado “mistério dos dois juncos” acabava de ser desvendado. Além de Lopes, Lançarote e de Alonso ou Afonso Ramiro, Galiote e Amaro Pereira, Manuel de Chaves e Mateus de Brito (este ainda assim com várias reticências no caso de se querer que seja um conhecido e abastado mercador português de Malaca que respondia por esse nome) são outros prisioneiros. Como veremos nos excursos seguintes, as narrativas de alguns deles ajudariam, como poucas, à composição do retrato chinês deste período charneira da década de 1550-início da década de 1560¹⁵⁸.

É de Gaspar Lopes o único fragmento sobrevivente dessa duas missivas recolhidas por Diogo Pereira e que este deu a conhecer a Xavier na viagem que fizeram juntos entre Sanchoão e Malaca. O respectivo original guarda-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, sendo referenciado como “Carta de Gaspar Lopes ao seu irmão e mercadores portugueses”. Escrita em papel português, é proveniente de Guilin (Kweilin), capital do Guangxi, e vem assinada do seguinte modo: “Deste tromquo, segunda-feira pela manhã, a catorze de Outubro de jb’lj [1551] anos. // Do voso irmão e amigo, Guaspar Lopez”¹⁵⁹. Documento tocante, como todos no género, também como vários outros do seu tipo avança com a sugestão de alguns esquemas que deveriam inspirar quem viesse a tentar o almejado resgate.

Uma das primeiras ideias legíveis é a que dá conta das muitas e corruptas mãos por que passara a pouca correspondência e ajuda em dinheiro que ainda assim o seu irmão —provavelmente um tal António Lopes de Bobadilha — lhe conseguira fazer chegar desde o exterior. “São muito tiranos e cobiçosos”, assim diz Gaspar Lopes dos

¹⁵⁸ Ver, *inter alia*, Boxer, 1953b, pp. XXVI-XXXII; D’Intino, 1989, pp. XXVII-XXIX e 79; Schurhammer, ed. 1992, vol. 4, pp. 813-816; Rui Manuel Loureiro, “Introdução”, in Galiote Pereira, *Algumas cousas sabidas da China*, introd., modernização do texto e notas de R. M. Loureiro, Lisboa, Ministério da Educação, 1992, pp. 8-9; Loureiro, 2000a, pp. 421-439.

¹⁵⁹ Carta de Gaspar Lopes ao seu irmão e mercadores portugueses desde o cárcere de Guilin, 14 de Outubro de 1551, AN/TT, *Fragmentos*, maço 30, fl. 2r.; pub. in Georg Schurhammer, “Der Ursprung des Chinaplans des hl. Franz Xaver”, in *Xaveriana*, 1964, cit. p. 673 (1.^a ed. in *Archivum Historicum Societatis Iesu*, 22, 1953, pp. 38-56).

chineses¹⁶⁰. Outra ideia é a de que se ia tornando insustentável manter o habitual disfarce de siameses dado que ninguém no grupo sabia “ffallar syão”, motivo pelo qual esse argumento jamais deveria ser incluído nas petições que se redigissem para os libertar. A isto acrescenta que quem viesse em seu socorro e em socorro dos demais deveria forjar que, na altura da detenção, os presos estavam na posse de autorizações para tratar na China concedidas pelo “mamdarim gramde”, pelo “m[andar]im da Cumay” (Quemoy/Xiamen/Chin-mên, no Fujian) e pelo “Aytão de Quamtão”¹⁶¹.

De seguida, Lopes apela a que o seu irmão, Diogo Pereira ou quem quer que se enviasse para se tentar aproximar dos cativos avançasse em conformidade com os rituais normais de vassalagem, não esquendo o pagamento dos direitos portuários estipulados, porque esse seria o único modo de “livrar tantas allmas e abrir o porto”¹⁶² (de Cantão). Antes de concluir, dá ainda conta de dois factos de actualidade: o cerco de Malaca, de que terá tido conhecimento por intermédio de uma das cartas recebidas no calabouço e sobre o qual tanto avisa o seu parente como Pereira por forma a que aí não tentem regressar sem primeiro se inteirarem do que lá se passava; e, em segundo lugar, o nome dos dois únicos aliados seguros com que os portugueses no momento podiam contar para lá dos Estreitos, o Sião e o Japão — “E oulhay que Patane é amiguo por não poder mais; não vos enguane ser sogeyto a ellrey de Syam. Nam temos aguora, Senhor Deus seja louvado, sennão primeyramente Syam e Japão”¹⁶³.

Como acabámos de referir, extrai-se dos pedaços sobrantes deste manuscrito que Gaspar Lopes sugeriu a realização de uma embaixada tributária à China, projecto que Diogo Pereira concerta com Francisco Xavier enquanto discutem durante as semanas seguintes o melhor modo de atender aos prisioneiros portugueses e demais cristãos que se encontram nas mesmas condições que Gaspar e Lançarote. Numa das primeiras linhas da segunda página do mesmo texto percebe-se a custo a meia palavra “baixada”, sendo esta dada num contexto em que também se percebem (ainda tomando para tanto a recomposição bastante livre do Pe. Georg Schurhammer) as frases “pera que saibam a” e “e asy liv[vrareis a no]s todos”¹⁶⁴. Um pouco à frente vem o tira-teimas: “[...] Asy senhor imrão torno a dizer que, se o Senhor Deus vos trazer por quallquer destas vias

¹⁶⁰ *Ibidem*, fl. 1r., ed. 1964, cit. p. 670.

¹⁶¹ *Ibidem*, fl. 1r., ed. 1964, cit. p. 670.

¹⁶² *Ibidid*, fl. 1v., ed. 1964, cit. p. 672.

¹⁶³ *Ibidem*, fl. 1v., ed. 1964, cit. p. 672. Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 4, pp. 394-400.

¹⁶⁴ Carta de Gaspar Lopes ao seu irmão e mercadores portugueses, Guilin, 14 de Outubro de 1551, fl. 1v., ed. 1964, cit. p. 670.

[especificação dos possíveis acessos ao porto de Cantão que ficou no texto perdido] pera entrar e pagar direitos, que vos deveis de ter e chamar por bemaventurado, e se o Sennhor Dioguo Pereira tall cousa detremina, por certo que seja canunizado em tirar parentes e amiguos de cativeyro. E se por allguma vya o posa ffazes a saber aos portugueses de Cochim [aqui por Zhaoqing, entre Cantão e Wuzhou¹⁶⁵], que ho Senhor Diogo Pereira está no porto e detreminna tall romaria, elles resuscitaram e não daria[m] o contentamento disto por nennhum preço, seja Manoel de Chaves de velho moço”¹⁶⁶.

Foi à volta destes acontecimentos que se gerou a missão diplomática que as autoridades máximas do Estado da Índia acordaram confiar em Diogo Pereira em 1552 e que o capitão do Mar de Malaca, D. Álvaro de Ataíde da Gama, condenaria ao fracasso ao impedir que o nomeado embaixador largasse dessa cidade para o seu destino¹⁶⁷. Jogando com os interesses de Goa mas sem a desmotivar com uma exigência exorbitante, os dois amigos combinam que ao vice-rei da Índia se solicitem apenas as “cartas, provisões, & patentes” necessárias para impressionar favoravelmente a Corte do rei da China¹⁶⁸. Por sua parte, Pereira compromete-se a ceder a nave e a custear todas as despesas que houvesse que cobrir para que ele e Francisco Xavier voltassem à China, razão pela qual se dirige sem demora para a Sunda a carregar pimenta e demais mercadorias necessárias à viagem¹⁶⁹. Ido ao encontro de D. Afonso de Noronha, o novo vice-rei, Xavier teria ainda a aguardá-lo o cargo de provincial da Missão da Índia, distinta da Missão de Portugal. A promoção era acrescida de alguns poderes próprios do geral e que Inácio de Loyola não hesitara em delegar em vista das generosas disposições que recentemente vira consagradas nessa bula passada por Paulo III a 10 de Outubro de 1549 e que com toda a propriedade se intitulou *Mare Magnum*.

Em teoria, tudo isto deveria ter funcionado em favor das intenções de ambos, mesmo quando D. Álvaro de Ataíde, depois de um primeiro parecer favorável, passa a

¹⁶⁵ Schurhammer, ed. 1992, vol. 4, p. 399, n. 43. Depois de ter conhecido várias denominações, no início do século XII a cidade já então chamada Zhaoqing (Chao-ch’ing/Shui-hing) é instituída como capital de Guangdong e Guangxi e como residência dos vice-reis. Estes transferirão a sua residência para Cantão em 1664.

¹⁶⁶ Carta de Gaspar Lopes ao seu irmão e mercadores portugueses, Guilin, 14 de Outubro de 1551, fl. 1v., ed. 1964, cit. p. cit. 671.

¹⁶⁷ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2.

¹⁶⁸ Pe. Francisco de Sousa, S.J., *Oriente Conquistado a Jesu Christo*, Parte I, Conquista IV, Divisão I, ed. 1978, cit. p. 527.

¹⁶⁹ Ver Carta do Pe. Francisco Pérez ao Pe. Inácio de Loyola, Cochim, 21 de Janeiro de 1555, ARSI, Goa, 8-1, fls. 73r.-76v.; pub. in *Documenta Indica*, vol. 3, 1553-1557, ed. Josef Wicki, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1954, pp. 247-254. Cf. Georg Schurhammer, “Portugal nas *Cartas de S. Francisco Xavier*”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 333-334, n. 5 (1.ª ed. in *Brotéria*, 44, 1947, pp. 205-221); Schurhammer, ed. 1992, vol. 4, p. 396, n. 26.

não disfarçar a sua indisponibilidade para aceitar a concorrência que Diogo Pereira lhe pudesse fazer, fosse de que forma fosse, nos negócios da China. Porém, zombando das prerrogativas e das ameaças de excomunhão que Francisco Xavier lhe exhibe como núncio apostólico, das provisões com que o vice-rei dotara Pereira e das arbitragens sucessivamente ensaiadas pelo vigário da cidade e pelo ouvidor e capitão da fortaleza, o senhor de Malaca — a quem “todos adoravaõ como a Sol, que havia de nascer, & que já entrava em tudo antes de sahir”¹⁷⁰ — determina que o embaixador permaneça em terra, taxa Xavier de hipócrita e falsário, escolhe vinte dos seus homens mais um capitão da sua confiança para a nau onde o padre se vê na contingência de seguir sozinho e dá o caso por encerrado. Ao se lamentar a Gaspar Barzeo de que D. Álvaro também lhe sonegara a embarcação que lhe fora entregue pelo vice-rei, este desabafa assim: “Deos nosso Senhor lhe perdoe, porque me temo que o castigue mais do que elle cuida”¹⁷¹.

Só se espera que o Santo não tivesse pactuado com quem não devia porque Ataíde adoce pouco depois, cobrindo-o depressa “hũa lepra muy fea”. Dois anos após este episódio era-lhe confiscada a capitania e dava-se-lhe ordem de regressar ao reino sob prisão, onde morreu “corrupto de hum apostema tam asqueroso que o fez insofrível a parentes, & amigos, desamparado dos quaes acabou sem honra, & sem fazenda”¹⁷².

Mudança táctica

Pequena crónica à parte, entre o seu encontro com o capitão Diogo Pereira em Sanchoão em finais de 1551 e o momento conturbado de meados de Julho de 1552 em que deixa Malaca para a China, Francisco Xavier semeia por várias cartas outras tantas observações actualizadas a respeito da terra dos chineses e do duplo motivo que aí o leva, libertar os prisioneiros e obter o consentimento suplementar para o início da pregação católica naquele Império.

¹⁷⁰ Pe. Francisco de Sousa, S.J., *Oriente Conquistado a Jesu Christo*, Parte I, Conquista IV, Divisão I, ed. 1978, cit. p. 527.

¹⁷¹ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Gaspar Barzeo, reitor da Companhia de Jesus em Goa, Malaca, 16 de Julho de 1552, ARSI, *Macaensis*, fl. 63v.; pub. in *Monumenta Xaveriana*, vol. 1, 1899-1900, cit. p. 764. Cf. *ibidem*, in *Epistolae S. Francisci Xaverii*, ed. 1945, vol. 2, p. 467; *ibidem*, in Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, p. 19.

¹⁷² Pe. Francisco de Sousa, S.J., *Oriente Conquistado a Jesu Christo*, Parte I, Conquista IV, Divisão I, ed. 1978, cit. pp. 532-533. Ver, *inter alia*, Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 1, 1996, pp. 208-214.

Assunto recorrente nas missivas do padre Xavier — e que por esta altura vemos reequacionado por efeito da visita ao Japão e do maior conhecimento que adquirira sobre a China — prende-se com os requisitos básicos do missionário que se destine a qualquer destes dois campos de evangelização. Em 1548, solicitando reforços a Simão Rodrigues, descrevera do seguinte modo os servidores da Companhia que se deveriam enviar para estes destinos, mas também para o Maluco ou para o Pegu: “A qualquiera destas partes pueden ir personas, que, aunque no tengan muchas letras, si tuvieren mucha virtud que los acompañe, pueden hazer servicio a Dios N. S.”¹⁷³. Decorreu um ano e um novo pedido de sete pregadores para paragens não discriminadas vem acompanhado da instrução que diz que “ahunque no tuviessen talento de predicar, siendo personas de muchas mortificaciones y experiencia de muchos años, ahunque no tuviessen tantas letras, para la conversión de los infieles harían mucho, por quanto los infieles destas partes es gente muy bárbara y ignorante; e con tener mediocres letras y muchas virtudes y fuerças corporales para llevar los trabajos destas partes, harían mucho servicio a Dios nuestro Señor por las fortalezas destas partes”¹⁷⁴. Ora, com os japões e os chins no mapa passa a ser necessário algo mais do que a boa resistência física e o mínimo de espírito que supririam as necessidades colocadas pelos indígenas de Travancore, da Pescaria e das Molucas:

“E as pessoas que a estas partes hão de vir, pera fazerem fruto nas almas, hé necessario que tenham duas cousas: a primeira, que tenham muita esperientia de trabalhos, nos quaes, asi como foram provados, asi tambem ficaram muito aproveitados; a segunda, que tenham letras, asi pera pregar, como pera confesar e respo[n]derem em Yapão e na China às muitas perguntas, que os Padres gentios lhe farão, que nunca acabão de perguntar”¹⁷⁵.

Um dos sacrificados pela preparação teológica, filosófica, dialéctica e até científica que era indispensável para argumentar com os bonzos das “universidades” de Miyako e do Kantô ou com os seus previsíveis pares chineses foi o sempre inquieto Pe. Gaspar Barzeo. Na altura mais adiantada em que, como dizia, o Senhor finalmente o ia

¹⁷³ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Cochim, 20 de Janeiro de 1548, ARSI, *Ep. Nost.* 72, fl. 109r.; pub in *Epistolae S. Francisco Xavierii*, ed. 1944, vol. 1, cit. p. 420. Cf. *ibidem*, in *DHMPPPO – Índia*, vol. 4, 1950, p. 29.

¹⁷⁴ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Cochim, 20 de Janeiro de 1549, fl. 1r., ed. 1945, cit. p. 37. Cf. *ibidem*, ed. 1950, p. 235.

¹⁷⁵ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Goa, 7 de Abril de 1552, *Hist. Soc. Ia*, n. CC, fl. 172v.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, cit. p. 347. Cf. *ibidem*, in *DHMPPPO – Índia*, vol. 5, 1551-1554, ed. António da Silva Rego, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1951, pp. 135-136.

deixar cumprir os “desejos que senpre tive tão azeos pera esta parte”, quando já tinha deixado Ormuz “pera melhor compryr com a sancta hobidiencia, que me chama pera Japão e pera a China”¹⁷⁶, uma contra-ordem voltou a obrigá-lo a permanecer apeado. Não que o parecer de Francisco Xavier permita grandes dúvidas sobre a eficiência de Barzeo no género *sermão de aparato*¹⁷⁷ ao defini-lo como “pessoa de quem eu muito confio, pessoa humilde, obediente, a quem Deus tem comunicado grande graça de pregar; move tanto o povo a lagrimas quando prega, que hé cousa muito pera dar graças a Deus Nosso Senhor”¹⁷⁸. Mas a verdade é que Xavier também não aproveitou a sua conhecida queda para as coisas sínicas, optando por o nomear nesses primeiros meses de 1552 em que, ele sim, ultimava a sua partida para a China para os cargos de reitor do Colégio de Goa e de vice-provincial da Índia.

Agora vez à palavra resignada do padre Gaspar: “Eran muy grandes los desseos que yo sentía de hazer sacrificio de mí al Señor en el Japán y aquel mar Scítico; pero siempre hallo más acepto a Dios el sacrificio de la obediencia y propria voluntad que ningún otro”¹⁷⁹. Entretanto, Xavier fora pensando que um catecismo que preparara no Japão deveria tomar o lugar dos rudimentares breviário e cruz tidos por suficientes na Índia e obraria o necessário durante o tempo que demorasse a aprender chinês, pelo que o mandara traduzir para esta língua a alguns dos seus coadjutores japoneses¹⁸⁰.

Que os chineses aparentavam “ser regidos por leies y ser amigos de saber, y otras cosas particulares, por las quales parece ser que tomarán más ayna nuestra fee, permaneciendo en ella [más] que estotra gente de la India” é coisa que terá por certa, não muito depois, uma terceira testemunha da época, no caso o Pe. Francisco Pérez¹⁸¹. Mas com bastante probabilidade fora Francisco Xavier quem lhe emprestara esta

¹⁷⁶ Carta do Pe. Gaspar Barzeo ao Pe. Inácio de Loyola, Goa, 16 de Dezembro de 1551, fl. 122r., ed. 1952, cit. p. 83.

¹⁷⁷ Ver Bourdon, 1993, pp. 234-236.

¹⁷⁸ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Simão Rodrigues, Goa, 7 de Abril de 1552, fl. 172r. ed. 1945, cit. pp. 135.

¹⁷⁹ Carta do Pe. Gaspar Barzeo, vice-provincial da Índia, ao Pe. Inácio de Loyola, Goa, 12 de Janeiro de 1553, ARSI, *Goa 10 I*, fl. 278r.; pub. in *Documenta Indica*, vol. 2, 1550-1553, ed. Josef Wicki, Roma, Monumenta Historica Societatis Iesu, 1950, cit. p. 580. Cf. *ibidem*, in *DHMPPPO – Índia*, vol. 7, 1952, p. 168.

¹⁸⁰ “Fyzymos en lengua de Japón un lybro que trataba de la creacyón del mundo y de todos los misterios de la vyda de Chrysto; y después este mesmo lybro escrybimos en letra de la China, para quando a la Chyna fuere, para darne a entender hasta saber hablar chyna” — Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Inácio de Loyola, Cochim, 29 de Janeiro de 1552, ARSI, *Hist. Soc. Ia*, n. CIC, fl. 3r.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, cit. p. 292. Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 4, pp. 403-404, n. 71; p. 567, n. 128. Cf. *ibidem*, in *Monumenta Xaveriana*, vol. 1, 1899-1900, p. 674.

¹⁸¹ Carta do Pe. Francisco Pérez ao Pe. Inácio de Loyola, Cochim, 21 de Janeiro de 1555, fl. 73r., ed. 1954, cit. p. 247. Cf. Schurhammer, “Der Ursprung des Chinaplans des hl. Franz Xaver”, in *Xaveriana*, 1964, p. 670, n. 31; Schurhammer, ed. 1992, vol. 4, p. 396, n. 26.

impressão. Com ela, quase de certeza também a tese do efeito de contágio que esperava ver produzido no Japão assim que os japoneses soubessem que até os seus insuspeitos, sobrepolicados e aparentados vizinhos tinham aderido à doutrina de Jesus Cristo.

Em 1552, o Padre-mestre já escreve que os japoneses tinham para si que os chineses eram “muyto sabedores, asy n’as cousas do outro mumdo, como n’a governação da reepublica”¹⁸². Sobre os chins também aprendera ser um povo de pele branca como os europeus, sem barba, de olhos muito pequenos¹⁸³, que convivia com gente de diversas leis¹⁸⁴ e que era muito dado às letras, pormenores que o haviam levado a ajuizar que “el que más letrado es, es más hidalguo y tiene más valía”¹⁸⁵. Por último, vários observadores ter-lhe-iam explicado que além de ser terra muito rica, de muita gente e grandes cidades com “cassas de pedra muyto lauradas”, uma “terra muyto grande, paçiffiqua, sem aver guerras nenhuma”, abundante em vários tipos de seda e de “mays justiça que nenhuma de toda a xpaãdade”¹⁸⁶, a China era convenientemente tutelada por um único monarca a quem obedeciam “en grande manera”¹⁸⁷. Conclusão esperada: “porque sabyendo los japones que a ley de Dyos rescyben los chynas, an de perder más presto la fee que tyenen a sus setas”¹⁸⁸.

5. A omissão chinesa do Pe. Melchior Nunes Barreto em 1554

A partir de meados de 1554, as cartas dos jesuítas residentes no Oriente confirmam para a Europa o rumor da “morte temporal” do Padre-mestre Francisco Xavier. Pode dizer-se que desde o primeiro destes relatos está encontrada a fórmula narrativa que, com toda a eficácia, fez da sua doença, morte e enterramento em

¹⁸² Carta do Pe. Francisco Xavier aos Jesuítas da Europa, Cochim, 29 de Janeiro de 1552, *Hist. Soc. 1a*, n. CIIC, fl. 229v.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, cit. p. 264. Cf. *ibidem*, *Monumenta Xaveriana*, vol. 1, 1899-1900, p. 684.

¹⁸³ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Inácio de Loyola, Cochim, 29 de Janeiro de 1552, fl. 2v., ed. 1945, p. 291. Cf. *ibidem*, ed. 1899-1990, p. 672.

¹⁸⁴ Carta do Pe. Francisco Xavier aos Jesuítas da Europa, Cochim, 29 de Janeiro de 1552, fl. 233v., ed. 1899-1990, p. 695. Cf. *ibidem*, ed. 1945, p. 277.

¹⁸⁵ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Inácio de Loyola, Goa, 9 de Abril de 1552, Istituto Missioni Estere, Parma, fl. 177r.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, cit. p. 371.

¹⁸⁶ Carta do Pe. Francisco Xavier aos Jesuítas da Europa, Cochim, 29 de Janeiro de 1552, fl. 233v., ed. 1945, cits. p. 277. ed. 1889-1900, cits. p. 694. Cf. *ibidem*, ed. 1889-1900, p. 694.

¹⁸⁷ Carta do Pe. Francisco Xavier ao Pe. Inácio de Loyola, Cochim, 29 de Janeiro de 1552, fl. 2v., ed. 1945, cit. 291. Cf. *ibidem*, ed. 1899-1990, p. 672.

¹⁸⁸ *Ibidem*, fls. 2v.-3r., ed. 1945, cit. pp. 291-292. Cf. *ibidem*, ed. 1889-1900, p. 672. Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 4, pp. 563-575 e 708-714. Cf. Loureiro, 1994b, vol. 2, pp. 904-911; Loureiro, 2000a, pp. 474-476.

Sanchoão, da exumação do cadáver em Março de 1553, da sua nova inumação em Malaca ainda nesse mês, da reexumação e transporte para Goa (Dezembro de 1553-Abril de 1554), e, enfim, da imagem de um corpo sempre incorrupto o elemento agregador mais do que perfeito para a empresa missionária em causa. A epistolografia hoje, tal como amanhã a cronística oficial da Companhia de Jesus, tinham descoberto o seu mártir.

Mas se o espaço e o tom peripatético que os escribas de Inácio de Loyola ofereciam por esta altura a toda esta sucessão de acontecimentos inflacionava as reportagens, nestas não por acaso quase se calara tudo aquilo que respeitava ao último sonho de Xavier. Este fora “posto no regno da China só”¹⁸⁹ e, sendo-se objectivo, o que sucedera era que desse esforço desproporcionado nada de concreto havia sobrado para além de relíquias. O presente era de luto e inventário. Quanto ao futuro imediato, depressa se interioriza que, mais do que em quaisquer novos planos, antes de tudo ele deveria assentar no reagrupamento em torno às tarefas já lançadas.

Percebendo isto, Melchior Nunes Barreto (1519-1571), um português doutorado em Cânones por Coimbra, antigo superior da Residência de Baçaim (1552-1553) e que acabava de suceder a Gaspar Barzeo como vice-provincial da Índia (1553), decide rumar ao Japão e às respectivas prioridades sem mais delongas. Para trás deixa algumas cartas e encomenda uma outra que, entre assuntos vários, constituem excelentes pontos de apoio para quem quiser inteirar-se dessa prorrogação *sine die* do objectivo chinês.

Aires Brandão foi quem o novo Padre-mestre escolheu para escrever “algumas cousas para louvor do Senhor” que não tinham ficado demasiado detalhadas nas cartas de outros irmãos seus. Compatriota de Nunes Barreto, entrara na Companhia em 1552, seguindo então para a Índia. Aí estudava Filosofia, vindo a ser ordenado em 1557. Companheiro do Pe. Barzeo, sucede-lhe na Missão de Ormuz. A carta que aqui trazemos é uma das “vias” conhecidas daquela que foi escrita em Goa a 23 de Dezembro de 1554 para os padres de Coimbra, indo dirigida aos jesuítas da Companhia em Portugal. Texto muito extenso, faz a síntese dos acontecimentos passados nas Missões da Ásia entre 1552 e 1554, inclui uma descrição exaustiva e quase canónica sobre o fim de Francisco Xavier e sobre todas as peripécias que acompanharam o retorno do seu corpo à Índia, além de que pormenoriza aspectos da geografia e dos costumes de muitas regiões orientais, matéria esta que não constava da carta geral que o

¹⁸⁹ Carta do Irmão Aires Brandão aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Coimbra, Goa, 23 de Dezembro de 1554, ARSI, *Goa*, 8-1, fl. 60v.; pub. in *Documenta Indica*, vol. 3, 1954, cit. p. 177.

próprio redigira antes mas que acabou por anotar em resposta a um pedido expresso entretanto chegado de Roma. Várias vezes reeditada em versão parcial, encontramos-la, por exemplo, nas colectâneas *Copia de vnas cartas* de Coimbra de 1555 (primeira carta), *Copia de las cartas...* de Coimbra de 1565 (pp. 82-94), *Epistolae indicae de praeclaris et...*, segunda edição de Lovaina de 1566 (pp. 369-375), *Cartas de los padres y hermanos...* de Alcalá de 1575 (pp. 58-60) e *Cartas que os padres e irmãos...* de Évora de 1598 (fls. 28r.-30r.)¹⁹⁰.

Ceilão, Baçaim, Cochim e Couião são alguns dos postos avançados da Companhia de que o padre Aires dá notícia antes de se espraiair pelo tema da morte e recepção dos restos mortais de Francisco Xavier em Goa, parágrafos em que se lê quase tudo do quase nada que a carta oferece sobre a China. Aí, a informação mais concreta que é dada vem junto a um equívoco compreensível, a troca de Sanchoão por Cantão: “[...] chegou [Xavier] a huum porto da China que se chama Cantão, ahonde se deteve por espaço de alguns dias, porque pera entrar pello regno erão muitos os perigos e impedimentos que o demonio tinha armados, pera que tão sancta obra nom viesse a effecto”¹⁹¹. Tratado o assunto, é contada a aliciante descrição da terra e gente japonesas que Fernão Mendes Pinto teria feito a Melchior Nunes Barreto. Havendo escutado o que esse aventureiro lhe dissera sobre isso, o padre Barreto convencera-se de que “em nenhuma outra parte do mundo se poderia fazer maior serviço a Deos que naquella terra [do Japão], pela desposição em que elle vio no tempo que lá [Fernão Mendes] andou”¹⁹². Tudo somado, a China apagara-se do horizonte do novo líder dos inicianos no Oriente, pelo menos do seu horizonte pessoal mais imediato.

Quanto às cartas de Nunes Barreto, a mais antiga de um grupo inicial de três aparece-nos escrita entre Goa e Cochim em Maio de 1554, na viagem de ida para o Japão, enquanto as duas outras o foram na escala de Malaca a 3 de Dezembro desse ano. As primeiras são endereçadas a Inácio de Loyola, enquanto a terceira era dirigida ao Pe Diego Mirón, provincial de Portugal. Quer a primeira quer a última foram reimpressas mais do que uma vez integradas em colecções: por exemplo, aquela nas *Copia de*

¹⁹⁰ Ver, *inter alia*, Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 45-46; Garcia, 1997b, p. 24.

¹⁹¹ Carta do Irmão Aires Brandão aos Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, Goa, 23 de Dezembro de 1554, fl. 58r., ed. 1954, cit. p. 172. Há vantagem em confrontar esta passagem com a de outra cópia: “[...] chegou [Xavier] a um porto da China, que se chama Cantão, onde se deteve alguns dias porque, ao entrar no reino, ai muitos empedimentos, porque ay graves penas, assi para os estrangeiros que entrarem em o reino, como para quem os meter, e são tantas que ninguem se atreve a meter nenhum estrangeiro dentro” — *ibidem*, BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-49, fl. 183r.; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 5, 1951, cit. p. 384.

¹⁹² *Ibidem*, fl. 61r., ed. 1954, cit. p. 174.

diversas cartas... de Barcelona de 1556 (fls. 2v.-13v.) e Saragoça de 1561 (o suplemento à *Historia de las cosas de Ethiopia* de Francisco Álvares, fls. lxxvj v.-lxxix v.), nos *Diversi Avisi Particolari dall'Indie di Portogallo* de Veneza de 1565 (fls. 161r.-170v.), nas *Epistolae indicae de stvpendis et praeclaris rebvs...* de Lovaina de 1566 (pp. 199-225) e nas *Epistolae indicae de praeclaris et...* de Lovaina de 1566 (pp. 144-173); exemplificando sempre, a segunda de Malaca na *Copia de unas cartas...* de Coimbra de 1555 (terceira carta), na *Copia de diversas cartas...* de Barcelona de 1556 (pp. 25r.-30v.), na *Copia de diuersas cartas... in* Francisco Álvares, *Historia de las cosas de Ethiopia* (fls. lxxiii r.-lxxiiii r.), na *Copia de las cartas...* de Coimbra de 1565 (pp. 71-82), nas *Cartas qve os padres y hermanos...* de Alcalá de 1575 (pp. 61 v.-63 r.) e nas *Cartas que os padres e irmãos...* de Évora de 1598 (fls. 30v.-32v.)¹⁹³.

A carta redigida algures ao largo das costas do Canará e do Malabar para ser depositada em Cochim e daí seguir, assim que possível, para a Europa tem como objectivos centrais dois dos tópicos que seriam aprofundados por Aires Brandão alguns meses depois, a saber, a confirmação do que se receava ter sucedido ao Pe. Francisco Xavier e uma explicação a respeito da viagem que o próprio Nunes Barreto decidira empreender ao arquipélago do Sol Nascente.

Sem perder a oportunidade, o autor empresta aqui um importante contributo para a fixação dos milagres, profecias e provas de santidade que integrariam dentro em breve o retrato oficial de São Francisco: um corpo maravilhosamente imune “a toda corrupción y hediondés”, um misterioso vaticínio que um companheiro ocasional de jornada recolhe e que este depois viera a comprovar acertado, um gesto e a ressurreição de um morto no Cabo Comorim, um outro gesto e um cego que passara a ver no Japão, etc., etc... Quanto a esse país fechado e à história desastrosa de como Xavier fora acabar à sua vista empapado em febres e delirando em latim, o padre Barreto tem a capacidade de, num golpe de asa, os transfigurar numa bela promessa: “Mas la bondad divina, que le movió a se ofrecer a estos trabajos, dándole el merecimiento dellos en el grande deseo que llevaba, quiso que el grano de trigo fuese sembrado en la entrada de la China para que no mengüen Padres de la Companhia que vaian a cojer los manojos, los quales no an de faltar”¹⁹⁴.

¹⁹³ Ver, *inter alia*, Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 20-21 e 33-34; Garcia, 1997b, p. 26.

¹⁹⁴ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto ao Pe. Inácio de Loyola, escrita entre Goa e Cochim, Maio de 1554, ARSI, *Jap.-Sin.*, 4, fls. 67v. e 66r. (1.ª via); pub. in *Documenta Indica*, vol. 3, 1954, cits. pp. 77 e 74.

No melhor estilo das cartas de edificação, não há infortúnio que não venha por uma boa causa. Porém, esta pedia homens à altura, pelo que o descobrimos a retomar um dos últimos pedidos do mártir de Sanchoão, o de que se enviassem missionários tanto aptos a enfrentar grandes reinos como os da China e do Japão onde “no ha ningún conocimiento de Jesú Christo, Hijo de Dios, ni lo uvo”, como capazes de discutir aí, de igual para igual, com “jemtes que Dios dotó de dones naturales de ingenio y juicio natural muy perfecto”¹⁹⁵. Nunes Barreto confessa faltarem-lhe algumas dessas qualidades requeridas, o que terá ditado que o seu objectivo se restringisse ao mais extremo destes dois campos, aquele onde a arroteia já iniciada dava a entender que o assunto seria mais o de “coger el fruto della, que a cavarla y agricultarla de nuevo”. Definitivamente, a China está guardada para outros operários: “Y para esto es necessario que enbíe vuesta Paternidade hun par de Padres profesos de grande espíritu para abriren el camino, para nosotros los flaqos nos animarnos a entrar en tierras tan estranhas, pobladas de inimigos de nuestra ffee samta, adó, así como la sperança del fruto es muy grande, así los peligos y trabajos no son menores”¹⁹⁶.

A primeira do par de cartas de 3 de Dezembro de 1554 repete em moldes breves os elementos presentes na carta anterior, incluindo aquele sobre a partida de Francisco Xavier para as ilhas fronteiras aos litorais chineses, onde esperara em vão que “Dios nuestro Señor le abraze la puerta para tener entrada en la tierra firme, y así el demonio quedase burlado, y la vandra de Christo alborada en la China”¹⁹⁷. É também repetido o pedido de “algunos Padres prophesos, para acometer la China, y para estender mucho la ffee en el Japón”, pedido acrescentado do pormenor obrigatório de que tais missionários fossem “mui suficientes en virtudes y letras y prudentia”¹⁹⁸. Contudo, esta passagem em trânsito por Malaca dera-lhe para recolher novos dados sobre este reino — “Una información de las cosas de la China que me dió hum cavallero, que allá estuvo mucho tiempo cativo, y aora fué rescatado”, como diz¹⁹⁹. Tratava-se do relato anónimo referenciado como *Enformação de alguas cousas acerca dos custumes e leys do reino da China, que hum homem honrrado, que la esteve cativo seis annos contou no collegio*

¹⁹⁵ *Ibidem*, fls. 71r. e 70v., ed. 1954, cits. p. 89.

¹⁹⁶ *Ibidem*, fl. 68r., ed. 1954, cits. p. 79.

¹⁹⁷ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto ao Pe. Inácio de Loyola em Roma, Malaca, 3 de Dezembro de 1554, ARSI, *Goa*, 10-2, fl. 343r.; pub. in *Documenta Indica*, vol. 3, 1954, cit. p. 121.

¹⁹⁸ *Ibidem*, fl. 344v., ed. 1954, cit. p. 126.

¹⁹⁹ *Ibidem*, fl. 345r., ed. 1954, cit. p. 127.

*de Malaca ao Pe. Mestre Belchior*²⁰⁰, texto que Barreto enviava junto com esta carta para que o geral de Roma visse “quámta opurtunidad se alla en jente tan capaz de razón, y de tanto primor para aceptar la ffee y lei verdadera del Criador”²⁰¹.

Apesar de original por comparação com as duas precedentes quer no que respeita aos inúmeros pormenores que dá sobre a actividade quotidiana dos jesuítas em Malaca, quer no que toca a uma habilidade barroca de sentido edificante que já sabíamos ser propria do autor mas que ainda não tínhamos visto em toda a sua plenitude, a segunda das cartas que Melchior Nunes Barreto escreve em Dezembro de 1554 caracteriza-se por nada acrescentar às demais em relação àquilo que é importante para nós. Num ponto apenas ela é útil para aqui, e isto quando indica que, tal como Loyola, também o provincial de Portugal ia ter a sorte de ler o supracitado relato sobre a China que alguém não identificado ditara no colégio local. Ao anunciá-lo, o mestre Melchior voltou a recorrer à alegoria agrícola: “[...] tambien lhes mamdo huma informação das cousas da China, pera verdes e semtirdes quão gramde mall hé em tão bom natural não estar edeficado o sobrenatural, e não ser a santissima ffee de Christo emxertada em plantas honde parese que tanto se aumentará. Irmãos meus, o grão de trigo morreo e cahio na emtrada da China, silicet: o nosso bemavemturado Francisquo; sinal hé que dará Deus Nosso Senhor grandes espigas dele, se as formos a colher”²⁰².

6. A *Enformação de hum homem honrrado*, 1554

A *Enformação de hum homem honrrado* que o Pe. Melchior Nunes Barreto recolhe em Malaca em 1554 chegaria a Lisboa em meados de 1555. Dito isto, passamos a referir de acordo com a seguinte ordem aos três aspectos que aí voltam a ser fundamentais: o primeiro sobre a respectiva autoria e a ambiência em que foi

²⁰⁰ Anónimo, *Enformação de alguas cousas acerca dos custumes e leys do reino da China, que hum homem honrrado, que la esteve cativo seis annos contou no collegio de Malaca ao Pe. Mestre Belchior*. Cópias contemporâneas na Academia das Ciências de Lisboa (BACIL, *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus na Ásia*, t. 1, fls. 249r. e sgs.) e na Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros (entre as cartas do ano de 1554, fls. 270r. e sgs.). Existe ainda uma cópia do século XVIII na Biblioteca da Ajuda (*Jesuítas na Ásia*, 49-IV49, fls. 193r.-197r.).

²⁰¹ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto ao Pe. Inácio de Loyola em Roma, Malaca, 3 de Dezembro de 1554, fl. 345r., ed. 1954, cit. p. 127.

²⁰² Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto ao Pe. Diego Mirón, provincial de Portugal, Malaca, 3 de Dezembro de 1554, ARSI, *Goa 10, II*, fl. 338r.; pub. in *Documenta Indica*, vol. 3, 1954, cit. p. 139.

concebido; o segundo sobre as matérias descritas; e o terceiro sobre a importante repercussão internacional que obteve por via do impresso.

Quem és tu?

Para começar, nem o documento em si nem nenhum outro que se conheça permitem atribuir com segurança a *Enformação* em causa a muito mais do que esse vago cavaleiro de que fala o Padre-mestre Melchior na sua carta de 3 de Dezembro de 1554 a Inácio de Loyola. Contudo, vários indícios recolhidos ao correr do texto dão-nos a possibilidade de circunscrever a incógnita a uma falha que não compromete de todo a sua análise. O autor — e é o próprio quem o refere — esteve encarcerado durante três anos na companhia de outros companheiros que não nomeia nas “cidades principaes” da China²⁰³. Diz-nos também que a ele e aos demais logo os “leuarão desta cidade, onde estivuemos catiuos p.^a outra terra e andamos cento e uinte dias de caminho sem atravessar o Reyno”²⁰⁴. Ora, as semelhanças entre isto e as desventuras do grupo de prisioneiros de 1549 do qual fizera parte Gaspar Lopes são por demais evidentes. Galiote Pereira, um dos outros portugueses referido por Lopes, celebrar-se-ia igualmente por esta altura por motivos muito próximos destes: em finais de 1552, e depois de cerca de três anos e meio de cativo, logrou escapar para Sanchoão e aí deu início à escrita de mais uma importante reportagem sobre o reino da China²⁰⁵. Mais do que isto, Galiote foge na mesma oportunidade que Manuel de Chaves, outro dos indiciados na carta que Gaspar Lopes fez seguir de Guilin e um homem de quem Francisco Xavier ainda teve oportunidade de recolher algumas impressões sobre a China enquanto esperava a oportunidade, que nunca veio, de ser colocado a coberto da noite numa praça de Cantão²⁰⁶.

Conicionados pelo facto de não restar a relação completa dos prisioneiros do “mistério dos dois juncos”, as evidências sobranes favorecem Manuel de Chaves como

²⁰³ Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 3 de Dezembro de 1554, Ms. BACIL, ref. *supra*, n. 200 a este capítulo; pub. in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, transcrição de Adolfo Casais Monteiro, Biblioteca de Autores Portugueses, Lisboa, IN-CM, 1983, “Apêndice – Cartas”, cit. p. 740. Salvo indicação expressa, todas as citações a partir desta transcrição do códice da Academia.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 739.

²⁰⁵ Ver *infra*, cap. 9-3.

²⁰⁶ Carta do Pe. Francisco Xavier a Diogo Pereira, Sanchoão, 22 de Outubro de 1552, ARSI, *Macaensis*, Aut., fls. 71r.-72r.; pub. in *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1945, vol. 2, p. 499.

o mais sério dos candidatos à autoria desta *Enformação* de 1554. Assim o pretendeu, antes que todos, Georg Schurhammer²⁰⁷. Mateus de Brito, outro dos cativos da época, e Fernão Mendes Pinto, são ainda duas alternativas requisitadas por alguns, no entanto sem qualquer consistência²⁰⁸. O primeiro é liberto das prisões de Cantão por intercessão do próprio Melchior Nunes Barreto, mas apenas em 1555. Quanto a Fernão Mendes, sobram os motivos contra. Desde logo, nem na mais circunstancial das cartas que escreveu deixa de surgir a sua prosa inconfundível, prosa que está nos antípodas do estilo rudimentar do texto que temos diante de nós²⁰⁹. Depois, não parece fazer sentido que fosse a Malaca ditar ao padre Melchior o seu saber sobre a China meses depois de ter travado conhecimento com este religioso em Goa, de com ele ter praticado largamente sobre os assuntos orientais, de ter frequentado e de se ter recolhido no Colégio dos jesuítas dessa cidade e, ainda, de ter aí consumado a sua entrada na Ordem.

O terceiro e definitivo argumento é ele mesmo quem no-lo dá na carta de 5 de Dezembro deste ano de 1554 que envia de Malaca aos padres e irmãos da Companhia em Portugal. É que então — e ao contrário do que faz a respeito do Pegu, do Sião ou do Japão, por exemplo — Mendes Pinto não só se furta a escrever sobre os costumes da China, como anuncia que apenas o fará no momento em que chegue ao arquipélago nipónico: “Daqui por diante [da Cochinchina] corre a terra da China que he hum processo quasi infinito fallar nella. Se deus nos der uida, de Japão uos escreuerey muitas cousas da china e da disposição da terra pera nella se aumentar a santissima fé de JESV Christo Nosso sñor”²¹⁰. Será concebível que Pinto afirmasse o que afirmava se Nunes

²⁰⁷ Schurhammer, *Die zeitgenössischen Quellen*, 1923, n.º 6062.

²⁰⁸ Para a atribuição da autoria do texto em causa a Mateus de Brito, ver: (1) George Le Gentil, *Les Portugais en Extrême-Orient: Fernão Mendes Pinto, un précurseur de l'exotisme au XVIIe siècle*, Paris, Hermann & Cie., 1947, p. 105; (2) José Maria Braga, “Alguns Portugueses Cativos na China”, in *Mosaico*, Macau, 1, (2), 1950, p. 176.

Para a respectiva atribuição a Fernão Mendes Pinto vejam-se os seguintes dois precursores: (1) José Feliciano de Castilho, *Fernão Mendes Pinto – Excerptos seguidos de uma notícia sobre a sua vida e obras*, vol. 2, Paris/Rio de Janeiro, Liv. B. L. Garnier, 1865, pp. 234-237 (1.ª ed. Lisboa, 1845); (2) Cristóvão Aires, *Fernão Mendes Pinto. Subsídios para a sua biographia e para o estudo da sua obra. Com duas cartas e uma Informação de Fernão Mendes, inéditas; a reprodução de um antigo portulano portuguez representando Macau e mais ilhas do Mar de Cantão, e de tres cartas geographicas originaes portuguezas do século XVII; e a indicação do roteiro da última viagem de Fernão Mendes Pinto de Goa ao Japão em 1554-1556. Memoria Apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por Christovam Ayres*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1904, p. 21. Ver também D'Intino, 1989, pp. 65-66; Loureiro, 2000a, pp. 516-517.

²⁰⁹ Ver Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação e Outras Obras*, vol. 4, ed. António José Saraiva, Lisboa, Sá da Costa, 1984, pp. 332-347.

²¹⁰ Carta do Irmão Fernão Mendes aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, Malaca, 5 de Dezembro de 1554, BACIL, *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus da Asia*, t. 1, fls. 238v. e sgs. (“Carta dũ Irmão.....da Companhia de Jesus de Malaca pera os padres e irmãos da Companhia em portugal de 1554”); pub. in Fenão Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. 1983, “Apêndice – Carta I”, cit. pp.

Barreto tivesse fechado na véspera uma carta contendo uma larga notícia da China saída da sua mão, para mais havendo sido ele alguém que, como teremos oportunidade de constatar, foi sempre cioso das suas experiências chinesas, não as divulgando sequer ao mais credenciado dos agentes que se lhe dirigiu com esse preciso intuito?

Além do que já foi dito sobre Manuel de Chaves, sabe-se ainda que embarcou para Malaca em finais de 1552. Para que o *puzzle* batesse certo, ou seja, para que o autor anónimo da *Enformação* de 1554 pudesse ser com toda a segurança este Chaves era desde logo necessário que os seis anos de cárcere que aparecem no título das respectivas cópias não fossem seis mas três ou quatro. Como vimos, uma passagem do texto até parece confirmá-lo, o que faria da informação dada no cabeçalho uma simples gralha de copista. Mas noutro momento tal leitura é menos linear: é quando se refere que o contingente em que o relator ia integrado foi mantido preso numa “mesma cidade” durante três anos²¹¹, mais um do que aqueles que durou a primeira prisão destes cativos de 1549 em Fuzhou e muito mais do que seria exequível se o autor fosse aquele que pensávamos e se se estivesse a referir ao tempo passado no interior do Guangxi, para onde só foi transferido em 1551. Claro está que, até pela contradição, isto não torna impossível que a verdade esteja do lado do número total de anos conjuntos de cativo de que precisávamos. Depois, enquanto se repete ao longo do escrito a referência ao triénio, este mesmo conteúdo nunca confirma esses anunciados “seis annos que la esteve cativo”. Seja como for, muito menos dúvidas levanta a possibilidade de que a ocasião que propiciou este manuscrito tenha sido a do incidente dos dois juncos, e é isso o que sobretudo importa²¹².

Doze esclarecimentos para o novo Padre-mestre

Passando à matéria propriamente dita, importa também começar por notar que a *Enformação* de 1554 é uma parente próxima da *Emformação da chyna* de c. 1548 atrás analisada. Ainda que, ao invés do que então sucedera, não se transcreva agora cada uma das perguntas de um inquérito prévio, se lermos com atenção este novo documento não

728-729. Outras cópias nos códices da BAL (*Jesuitas na Ásia*, 49-IV-49, fls. 186v. e sgs.) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros (fls. 261r. sgs).

²¹¹ Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, cit. p. 738.

²¹² Cf. Schurhammer, *Die zeitgenössischen Quellen*, 1923, n.º 6062; Boxer, 1953b, pp. LVI-LVII; D’Intino, 1989, pp. 65-66; Loureiro, 2000a, pp. 517-520.

tardamos a encontrar a contraluz um esquema inquisitorial e um conjunto de preocupações próprios dos círculos da Companhia de Jesus em tudo semelhantes àqueles que tinham motivado o texto trazido de Malaca para Goa por Francisco Xavier alguns anos antes.

A grande diferença está no conhecimento mais completo que o informador do Pe. Nunes Barreto demonstra ter sobre alguns aspectos pouco ou nada tratados nessa ocasião precedente, em especial sobre o aparelho administrativo e o sistema judicial chinês. É sabido que, entre outros, os *cativos de Cantão*, com Cristóvão Viera à frente, tinham avançado de forma substancial nestes domínios, mas ainda assim este anónimo mostra aqui uma familiaridade com o objecto que resulta numa correcção ou, pelo menos, num complemento autorizado em relação a muito do que já circulava. No entanto, a cultura e o quotidiano são os dois tópicos sobre os quais mais vantagens soube extrair da oportunidade que tivera de um demorado convívio com o mundo chinês. Vamos tentar seguir a ordem da sua exposição, ainda que obrigando-nos por mais de uma vez a saltar entre parágrafos por forma a não imitar o autor numa ou noutra referência deslocada do núcleo principal em que o respectivo tema foi detalhado.

Ponto um, “o modo *que* os chynas tem de edificar suas cidades”, assunto que, em conformidade com a frase, o informador tende a tratar em termos gerais ainda que particularizando aqui e ali a partir do que constataria *de visu*. Elementos que mais o impressionaram nesta paisagem: os muros de pedra e cal, os “muy grandissimos edificios e pontes”²¹³, estes sobretudo correntes nas cidades grandes, as formidáveis proporções e as colunatas que sustentavam os edificios públicos — caso da “casa del Rey” ou daquela em que se recolhe “o thesouro das rendas daquella prouincia”²¹⁴ — e os edificios que “todos os fidalgos e homens principaes” têm o hábito de levantar diante das suas portas em forma de arco, “hũus de pedra e outros de madr.^a [madeira] muyto galantes con todas as pinturas e cores douro e azul, e toda a maneyra de passaros, e cousas *que* possão agradar a vista dos *que* passão”²¹⁵. Aqui referia-se aos típicos “arcos triumphaes” descritos por Fernão Lopes de Castanheda²¹⁶, os pailós que muitas das gentes de fortuna ou posição, ou tão-só os *jinshi* ou letrados que venciam a prova dos sucessivos exames públicos, construíam diante das suas residências como forma de

²¹³ Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, cit. p. 738.

²¹⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 738.

²¹⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cits. pp. 738-739.

²¹⁶ Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1, n. 83.

exibirem o respectivo estatuto ou honrarem a memória de alguém notável²¹⁷. Também é assinalado que nas cidades as “casas são ladrilhadas de azulejos de muytas cores, e a madr.^a dellas muyto laurada, as ruas muyto bem feytas e todas empedradas”²¹⁸. Por sua parte, todos os caminhos reais são vistos calçados, tal como todas as estradas²¹⁹.

Ponto dois, o da meritocracia como fundamento da sociedade chinesa. Sabemos que o tema não é novidade para um registo europeu de Quinhentos, mas isso não retira mérito a mais esta observação atenta sobre um sistema de recrutamento de funcionários que tem por trás um conceito do próprio sistema político que faz da burocracia um contrapoder natural à autarcia representada pela pessoa do imperador. Escreve-se a propósito: “Todo ho homem, *que* ouuer de reger prouincia, gouernar cidade, e ter algũ mando, ou dignidade, não ade ser constituido < por honra >, nem nobreza de parentes, senão por muy letrado²²⁰, e homem de muyta prudentia natural, e se os filhos de todos estes são sufficientes em letras, e bõ juizo, concede lhe elrey os priuilegios, e cargos de seus pais, e doutra manr.^a os não admite p.^a seu seruiço, nem consinte, *que* hos cargos, *que* da a hũ homẽ os possa vender anhũ outro temendo não ser suficiente nas letras”²²¹. Acrescente-se que o acesso a este serviço civil que na prática controla a China podia ser consumado através de uma das seguintes vias: por testes realizados na Academia Imperial a todos os que se revelassem mais aptos para as ditas letras; pelo visto bom dado pelo imperador aos ensaios que lhe apresentassem aqueles candidatos ao funcionalismo que tivessem sido recomendados por funcionários de carreira; ou, enfim, pela aprovação que o mesmo soberano decidisse merecerem os simples memoriais que lhe fossem submetido pelas pessoas autopropostas para tais cargos²²².

²¹⁷ *pailó* do chinês *pai-lo/p'ai-lu*. Ver, *inter alia*, Joaquim Heliodoro Callado Crepo, *Cousas da China – Costumes e Crenças*, Quarto Centenário do Descobrimento da Índia – Contribuições da Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, pp. 28-29; Boxer, 1953a, p. 68, n. 37, p. 68; Werner Speiser & Eleanor von Erdberg-Consten, *Extremo Oriente*, tradução António Gonçalves Silva, colecção “Ars Mundi” — 4, Lisboa, Editorial Verbo, 1969, p. 165; Raymond Dawson, *The Chinese Experience*, series History of Civilization, Londres, Phoenix Press, 2000, p. 36 (1.^a ed. 1978). Ver também: Carlos Alberto Caçorino da Palma Baracho, *Um percurso ao encontro do medievalismo em Macau. Urbanismo e arquitectura – Persistência e coexistência de elementos medievais portugueses e tradicionais chineses na estrutura urbana e arquitectónica de Macau nos séculos XVI e XVII*, dissertação para defesa de Tese de Mestrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1992, p. 42 (policopiado).

²¹⁸ Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, cit. p. 739.

²¹⁹ Idem, *ibidem*, ed. 1983, p. 739.

²²⁰ No Códice dos Estrangeiros: “senão por homẽ muyto letrado”; ref. in idem, *ibidem*, ed. 1983, p. 739, n. 2.

²²¹ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 739.

²²² Ver, *inter alia*, Dawson, ed. 2000, p. 33.

Ponto três, o da isenção e monolitismo do sistema judicial, este uma faceta apenas do monolitismo do sistema administrativo *lato sensu* já que é o poder central que define e controla — ou, pelo menos, pretende controlar — todos os escalões subalternos de poder, do nível provincial ao dos condados ou distritos passando pelo das prefeituras e sub-prefeituras. Certos “capitães da corte”, diz-se no texto, deslocam-se todos os anos por duas vezes “por mandado delrey a faser correição por todas as cidades, p.^a ver principalmente se servẽ bem os capitaães, ou se faser justiça, ou tyrannias, ou agrauo ao pouo, p.^a logo os tirar²²³, e por outros em seu lugar”²²⁴. Tais agentes são pouco depois referenciados por “capitaães de correção”²²⁵ sem que se acrescente muito à explicação já dada, salvo que isso ajuda a reforçar a ideia de uma justiça exemplar e monotorizada a partir do topo: “[...] todo homem *que* estiuer agrauado de algũa sem justiça *que* hos capitaães lhe tenham feyta, *que* uão aparecer em juizo no seu auditorio e *que* lhe farão justiça: e por esta causa tirão amuytos dos capitaães e gouernaçoões por não siruirem fielmente a seu Rey, e fazerẽ mal, ou sem justiça ao pouo comũ”²²⁶.

A pormenorização dos cargos e das hierarquias dos poderes públicos prossegue com outros elementos, mas sempre ao nível de uma cidade principal. Nelas começa por aparecer um conjunto de “seis capitaães”, sendo todos “como officiaes de justiça per a muyta gente *que* ha hi nas cidades”. Um destes tem preponderância sobre os restantes se bem que todos estejam obrigados a “escreuer cada lua a corte del Rey do *que* passa do gouerno da terra, e isto cada hum por si, pera ver se lhe falão verdade”. Um requinte de isenção já conhecido leva ainda a que nenhum deles governe “em terra donde he natural, ou tenha parêtes, para *que* sem acceptação de pessoas possa fazer igual justiça a todos os homens”. No escalão inferior, “outros seis homens em cada cidade, que tem cuidado darecadar as rendas dellas, e dos termos”. Também aqui não tardam a aparecer tanto as especializações como as hierarquias de comando. O mais cotado é aquele que “he obrigado todas as noytes com gente a uigiar a cidade pera *que* não haja ladrões, *que* desenquitem o pouo”²²⁷. Quanto aos outros, um será o responsável pelo fecho das portas depois do pôr do Sol, um primeiro grupo pela manutenção de um contingente de

²²³ No Códice dos Estangeiros: “para os tirar”; ref. in Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, p. 739, n. 3.

²²⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cits. p. 739.

²²⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 740.

²²⁶ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. 740.

²²⁷ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 740.

soldados em permanente estado de alerta e um segundo grupo está encarregue de prestar contas ao trono sobre os gastos anuais da urbe²²⁸.

Algumas destas capacidades, tal como outras que era suposto o imperador reservar para si, seriam mais as do corpo de funcionários “sábios e virtuosos” que o assessorava uma vez que o estatuto imperial que até os especialmente autocráticos soberanos Ming conseguiram que vigorasse não subverteu o entendimento que o confucionismo fora impondo ao longo do tempo como ideal de governação. Tal ideologia da administração imperial, feita de um apurado compromisso com as pulsões legalistas de sinal contrário, *i.e.* aquelas que defendiam a concentração de um poder ilimitado ou quase ilimitado no vértice da pirâmide, aceitava que esta pessoa funcionasse acima de tudo como “pai e mãe do povo” ou como referência do tipo moral da sociedade, no fundo as prerrogativas de quem, apesar de intervir ou de ser identificado com algumas das funções mais nobres do executivo, está longe de dispor de um livre-arbítrio²²⁹.

O informador anónimo que rastreamos não esquece sequer dois dos privilégios excepcionais que o imperador se reserva neste domínio, o de comutar penas de morte e o de decretar amnistias, até porque muito provavelmente tanto beneficiou de um como experimentou a esperança, que diz ter testemunhado, em relação ao outro. No entanto, e como é fácil de entender, não aprofundou todos os complexos mecanismos de poder que lhe iam associados. Neste capítulo, a verdade era para ele (como antes para um Cristóvão Vieira, por exemplo) mais simples e apenas esta: “He tão temido ElRey dos seus *que* não se pode dizer, e he de manr.^a *que* lhe chamão Deos e Rey, e en sua lingua A. F.²³⁰ Isto he pelo grande regimêto e justiça, *que* manda por en seu Reyno, porque naturalmête he a gente maa, e maliciosa, e ser tambem venerado he mais pelo temor de serẽ punidos *que* per nhũa inclinação de vertude”²³¹.

Foi o seguinte o que referiu a propósito do primeiro desses privilégios do trono: “As culpas de todos os homens *que* tem delictos graues, vão a corte, e pera os *que* vem de laa sentençeados amorte da ElRey poder aos capitãees daquella cidade onde estão estes homens, *que* tornera outra uez a reuer as culpas, por estarem mais perto dõde se

²²⁸ Idem, *ibidem*, ed. 1983, p. 740.

²²⁹ Ver, *inter alia*, Dawson, ed. 2000, pp. 3-25.

²³⁰ Estas duas maiúsculas devem ter sido utilizadas pelo impressor em substituição dos dois caracteres chineses desenhados no original manuscrito por serem as que lhe pareceram mais semelhantes a eles. Loureiro, 2000a, p. 538, n. 73.

²³¹ Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, cit. p. 741.

cometeo o delicto, e achandoos menos culpados, lhes possão dar vida con lhes dar desterro, ou *que* siruão a el Rey por tantos annos, ou toda sua uida, e seus filhos tambem; por *que* todos os meos, e industrias buscão p.^a não matar hũm homem senão por muyta sobigidão de malicia e crimes”²³². E a propósito de amnistias: “Outras festas fazem muyto grandes, quando ElRey constituy a seu filho por herdeyro do Reyno, ficando de todos alleuantado por Rey, em que o ql [qual] dia me certificarão, *que* soltão e dão liberdade a todos os pressos, assi os *que* estão sentenceados a morte, como a todos os outros de menores culpas: E no tempo *que* nos estauamos pressos veyo noua que ElRey queria en sua vida alleuantar por Rey a seu filho, *que* foy causa de grande aluroço p.^a os pressos en todos os carceres pola esperança *que* tinhão de serem libertados”²³³.

Depois de se narrar a vida comum nos cárceres das cidades maiores do reino, tema completado com uma descrição das diferentes penas previstas no código chinês que surge vários parágrafos adiante²³⁴, o ponto quinto da *Enformação de hum homem honrrado* versa o temor crónico de uma invasão tártara e a aturada preparação militar a que os “lascarins” (soldados)²³⁵ são submetidos para o caso de terem de a enfrentar. Sem que se extraia uma avaliação capciosa sobre a qualidade deste povo para as coisas da guerra como a que fora transmitida pelos *cativos de Cantão*, a conclusão a que agora se chega a esse respeito nem assim é demasiado branda: “Comũmẽte toda a gente da China não he bellicosa, nem destra p.^a as armas, nem estão em uẽturas de guerras, e mais he a sua fortaleza da parte da muyta multidão da gente, e dos muros, e cidades estarẽ fortes, e proudidas de munições, *que* de suas forças nem inclinação natural”²³⁶.

Linhas adiante surge-nos a continuação do tópico, desta feita quando se aborda a marca defensiva constituída pela Grande Muralha e os serviços que esta prestara “no tempo que ahi estauamos cativos”, uma referência às incursões dos Tártaros de 1549-1550: “Nos limites do Reyno da Chyna da parte donde cõfina cõ hos tartaros, *que* deuide os Reynos estão hũus muros de admirabele fortaleza de hum mez de caminho, ou mais, *que* o Rey da Chyna mandou faxer, onde tem sempre nos belluartes muyta gente de guerra p.^a defensão, e onde os muros entestão cõ montes alterosos, cortãonos ao picão, de manr.^a que fiquão seruindo de muros, nos valles são todos edificados con

²³² Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 741.

²³³ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 742.

²³⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1983, pp. 740-741 e 746.

²³⁵ Dalgado, *Glossário*, vol. 1, 1919, pp. 515-516.

²³⁶ Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, cit. p. 741.

alicerces muy largos, e fortes: Por *que* os tartaros são muyto bellicosos, e destros na guerra”²³⁷.

Ponto sexto, o das festas principais do país. Uma celebravam-na os chineses no dia do aniversário de “elRey”. Outra “no primeiro dia do año, *que* he en dia, *que* hos cristãos celebrão a festa da circuncisão”²³⁸. Além disto, tinham as citadas celebrações que aconteciam na altura em que era designado aquele que seria o sucessor ao trono.

Ponto seguinte, o da divisão provincial. Aqui, assim como se confirmam as sabidas quinze províncias e o correspondente número de quinze cidades capital, também se aponta o largo espectro de “justiças”, “priuilegios” e “liberdades” particulares de que cada uma disfrutaria. Tal acontece, explica-se, como forma de dissuadir as fugas em massa para o lado tártaro que aconteceriam se todo o presumível culpado de um crime não encontrasse dentro da própria China um santuário onde se refugiar mas uma justiça uniforme e uniformemente dura: “A causa destes priuilegios, e liberdades, he per *que* tem o Reyno da China guerra cõ hos tartaros, e com outros Reys, e não dando seguro aos naturães em diuersas Prouincias, passarsehiam muytos p.^a os tartaros”²³⁹.

Outra vez, era até certo ponto razoável que este observador não se apercebesse por inteiro de que os vários quadros de excepção a que aludia tivessem pouco de intencional e fossem muito mais o produto da efectiva dificuldade que a Corte sempre sentiu em impor o seu controlo aos estratos inferiores da máquina administrativa e judicial. De qualquer modo, digamos que não desperdiçou a oportunidade de emendar essa falta de visão momentânea quando, um pouco à frente, deu conta da impunidade em que vivia pelos sertões dentro e entre altas montanhas “mujta copia de gente aleuãotada”. Com isso, não deixa margem para dúvidas quanto à realidade de um poder oficial a quem escapam largas franjas do Império: “e tem laa dentro cidades muradas tão isentos e libertados, *que* nem o proprio Rey lhe pode faser resistentia, por serẽ serras muito altas e fortes, e brenhas muyto spessas, e os caminhos p.^a ellas muito escondidos”²⁴⁰.

Ponto oitavo, sobre a “cidade principal em *que* estaa elRey, *que* he sobre todas a mais populosa e nobre, e chama-se Paquim”. Apesar de um desses intróitos do tipo retórico a que estamos habituados e pelo qual o escriba se acautela do que pudesse parecer incrível com a garantia de que só narraria “aquellas [cousas] que mais

²³⁷ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cits. pp. 742-743.

²³⁸ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cits. pp. 741 e 742.

²³⁹ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 742.

²⁴⁰ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cits. p. 746.

comumênte nas cidades onde estive erão auidas por verdadeyras”, apesar de repetir que só escreve o que lhe afirmam ou contam “hos homens grandes” e apesar de jurar que só transmite do que lhe disseram os “naturaêes da terra”, não poupa pormenores sobre os sete dias de caminho direito que se levavam para a atravessar, sobre as descomunais dimensões da sua cercas, sobre as “marauilhas das riquezas, e obras das casas Reais” ou sobre quantos palmos de altura tinha cada uma das estátuas de gigantes que guardavam as portas da sua “fortaleza estranha”²⁴¹. O mesmo assunto serve para fazer a ponte para a ideia do estado de reclusão em que vive o soberano e, daí, para a estrutura e funções do Grande Secretariado.

Os seguintes elementos facultados sobre o primeiro desses aspectos dirão o bastante sobre a precisão da notícia a despeito de, uma vez mais, nem tudo aí ser uma estreia: “ElRey affirmão *que* nunca say daquela cidade, por *que* nella tem todos os modos de suas recreações, e deleytes terrenos, e todo o *que* come se cria dos muros p.^a dêtro, nem say elRey nunca as outras duas cercas de fora, nem dizem *que* he visto, senão daquelles, *que* ho seruem dentro naquella cerca mais interior, os quaêes são todos capados”²⁴². Depois disso, a definição que o anónimo luso encontra para esse corpo superior da administração que trata de questões de alta política, corpo que os Ming instituem em único supervisor das actividades do executivo e nomeam como seu assessor para estas tarefas: “Tem mais elRey oyto fidalgos de seu conselho muyto letrados e de grande prudencia, com os quaêes despacha todos os negocios do Reino, tambem estes nunca saẽ fora da terceyra cerca por nhũm caso ate a morte, a estes chamão vlãos²⁴³. O modo que tem p.^a os eleger p.^a aquella dignidade he este: tem per notitia *que* ha hi hũm homem muyto letrado, e discreto el algũa Prouincia de seu Reyno, e *que* pola voz de todos he tido nesta reputação; manda o chamar e faz lhe muyta honrra, e meteo na vagante de hũm destes oyto, para *que* rejão seu Reyno”²⁴⁴ — sempre a ascensão apenas e só pelo mérito.

Ponto décimo, o dos modos e crenças das gentes, no caso mesclado com algumas pistas sobre a abundância natural de um país onde se fazem muitas sedas, onde a terra é muito fértil, onde as águas são muito singulares, onde os jardins são muito

²⁴¹ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 743.

²⁴² Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 744.

²⁴³ “vlãos” ou “ulãos” por *clãos*, *calãos*, a partir do chinês *guo lao*, “ministro de Estado”. Talvez equivalente aos “colous” que referira isolado Fernão Lopes de Castanheda. Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1, n. 53.

²⁴⁴ Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, cit. p. 744.

frescos e onde há “toda a manr.^a de montaria, e caça”. Pretende a testemunha que os chineses — “assi homens como mulheres” como os “pequenos e grandes” — sejam “de muyto primor” nas suas cortesias, “muyto honestos, e muy bem tratados” no modo de vestir e que comam “por limpeza” não com as mãos mas com dois pauzinhos²⁴⁵. Comummente, trajavam “hũas cabayas grandes de cangastinas, ou sedas pretas, por *que* ante a gente de primor tem se por deshonestidade toda a maneyra de sedas de cores”²⁴⁶. Mais: usavam barretes, calções e sapatos.

O feitio destes elementos, tal como o de outras roupas, é depois especificado atendendo ao estatuto em que cada um se posiciona e ao que a oportunidade obriga. Por exemplo: cabaias de cor e de comprimento muito curto na ocasião em que um escravo ou alguém de muito baixa condição tenha de se dirigir a um nobre; barretes com “hũas orelhas apegadas de cada parte” que só os “capitães” têm o direito de pôr na cabeça porque são “hua certa manr.^a de dignidade”; “peças de damasco vermelho mujto riquas” que também só estes envergam na ocasião das suas festas principais; ou “roupas brancas, como leteyros, ou Gunes”, nos casos em que os “capitães” ou senhores nobres tenham de mostrar o luto pela morte de familiares chegados (já se terá notado que a palavra mandarim não consta do seu vocabulário). No que toca aos paramentos do imperador, o que lhe foi dito é que “nunca veste senão cor de ceo”²⁴⁷. À parte isto, a um homem é-lhe consentido desposar quantas mulheres entender, vendê-las a outro e ficar com o seu dinheiro, “de sorte *que* ficão sendo suas escrauas”²⁴⁸. A ocupação de todo e qualquer um independentemente do seu estatuto é uma regra básica: “Fidalgos, e todo homẽ occupa seus filhos, hũns poẽm aler e escreuer, cousa *que* geralmẽte todos usãõ, outros a tratar, outros mais bayxos aprendẽ officios”²⁴⁹.

Quanto às suas “mesquitas ou pagodes”, tratava-se de uns edificios ricamente decorados “a *que* chamão varellas, por *que* as figuras das mesmas varellas, *que* em si são de muy grande estatura estão todas cubertas de ouro de martello, e o forro dos templos tambem dourado”²⁵⁰. Poucas linhas adiante não restam dúvidas de que o que aqui quer referir são as estruturas e os officiantes do culto budista: “Na sua lingua

²⁴⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cits. p. 744.

²⁴⁶ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 746.

²⁴⁷ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cits. pp. 746 e 747.

²⁴⁸ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 745.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 745.

²⁵⁰ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 744.

chamão as Igrejas Incão²⁵¹, e os padres coxão²⁵²: estes seus cacisses per nhũa via comê carne nem peyxe, somente hervas principalmête Bredos, e algũas fruytas, jejuão algũs dias, não hande ter molheres, e se algũs as tem, ou fazem o *que* não deuem, tirãonos das varellas, e dãonas a outros, e a estes mãdão *que* não sejão mais padres”²⁵³. No entanto, tais impressões permitiam-lhes, ainda assim, espaço para realizar que não vigorava em todo o reino uma verdadeira religião ou um modo de rezar “como fazem outros gintios”, apenas que “estes chinas” tinham por costume “hir a estas varellas fazerlhes azumbahia”²⁵⁴. Tais práticas, acrescenta, conviviam com outra das características chinesas, a de uma desusada supersticiosidade: “São todos muy dados a feytiçarias, agouros e adeuinhaçojs, de maneyra *que* se querem fazer algũ caminho, pergũtão as varellas se sera bõo hir ou não, cõ hũas sortes *que* deytão. Isto fazẽ tambẽ acerca das outras mais cousas, *que* querem saber, e creem tâto naquillo, como se presentialmête o vissem”²⁵⁵.

Trazendo-nos à lembrança uma das interrogações mais insistentes dos jesuítas, surge a seguir uma pequena frase só por si capaz de tranquilizar o mais recalcitrante dos leitores sobre a proclamada tolerância chinesa: “São homens *que* de nhũa qualidade constangem a ninguẽ a viuer em sua ley, nem adorar seus pagodes, e quasi nunca falão nella”. Outra das dúvidas recorrentes destes padres prendia-se com a presença de estrangeiros na China, algo a que em grande medida pareciam estar destinadas a responder as linhas que se lhe colavam: “A muytas, cidades, *que* fomos achamos muytos mouros estrangeyros, *que* disião ser da Arabia falauão muyto bem Persio. Estes per serẽ bõos homens de guerra, os fazem lascarins, e lhes dão soldo, porem tem nos repartidos polas cidades, e não estão juntos, per *que* não andem imaginando algũa treyção”²⁵⁶.

Ponto décimo primeiro, o das restrições impostas à circulação interna e o da enorme vigilância a que estava sujeito todo aquele que viajava para fora da sua cidade de origem ou se tornava suspeito de vadiagem. Apenas a frase que introduz o tópico:

²⁵¹ Talvez “Incão” por *mião*, do termo chinês *miau* correspondente a templo budista. Ver Dalgado, *Glossário*, vol. 1, 1919, p. 465; idem, *ibidem*, vol 2, 1921, p. 498; Loureiro, 1994b, vol. 2, p. 990, n. 70.

²⁵² “Coxão” corresponderá a *ho-shang*, o termo chinês para monge budista, Ver Dalgado, *Glossário*, vol. 1, 1919, p. 319; Loureiro, 1994b, p. 990, n. 70.

²⁵³ Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, cit. pp. 744-745.

²⁵⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 745.

²⁵⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 745.

²⁵⁶ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cits. p. 745.

“Nhũ dos naturaes pode hir de hũa prouincia p.^a outra, sem leuar hũa l.ç^a²⁵⁷ do governador, e achando o sem ella, tem por isso castigo”²⁵⁸.

Ponto décimo segundo e derradeiro da lista por nós arrumada, o do calendário: “Seus anos tem doze luas, e a cõta dellas he per onde cõtão hos annos, e de tres em tres ha hũ *que* tem treze luas”²⁵⁹. Enquanto nenhum dos últimos dois esclarecimentos daria azo a grandes surpresas, já aqui estaria mais um daqueles pequenos pormenores que marcavam a diferença entre esta reportagem e a generalidade daquelas até aí remetidas do interior da China.

Em síntese, raras vezes a Europa tivera ao seu dispor uma relação que se comparasse a esta em riqueza de pormenores e em rigor de observações, para além de que, como referido e visto, alguns constituíam novidades absolutas. A receptividade editorial que a *Enformação de hum homem honrrado* veio a conhecer esteve de acordo com esta qualidade que era a sua, desde logo porque foi a primeira notícia alargada sobre a China a merecer o privilégio da impressão depois das edições daquelas obras de Lopes de Castanheda e João de Barros atrás analisadas. Começando por aparecer em castelhano e em versão ligeiramente abreviada com o título “Información de algunas cosas acerca delas costumbres y leyes del Reyno de la China” na colectânea *Copia de vnas cartas* de Coimbra de 1555, foi de seguida publicada noutras colecções de cartas jesuítas como os *Avisi particolari delle Indie di Portogallo* de Roma de 1556, *L'institution des loix, costvmes et aultres choses merueilleuses & memorables...* de Paris de 1556, a *Copia de diversas cartas...* de Barcelona de 1556 ou na edição de Saragoça da *Verdadera informaçam das terras do Preste Joam* de Francisco Álvares (1561)²⁶⁰.

²⁵⁷ No Códice dos Estrangeiros: “licêça”: ref. in idem, *ibidem*, ed. 1983, p. 745, n. 1.

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 745.

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, ed. 1983, cit. p. 746.

²⁶⁰ Ver *Primera relación impresa del Reino de la China publicada (en Coimbra) en 1555 y reproducida en Zaragoza en 1561 – Cartas de las Indias Orientales*, texto seleccionado y publicado por Carlos Sanz, Madrid, Gráficas Yagües, 1958, pp. 1-4; Boxer, 1953b, pp. LVI-LVII; D’Intino, 1989, p. 66.

7. O acaso chinês do Pe. Melchior Nunes Barreto, Julho de 1555 – – Junho de 1556

Aparentemente, marear à bolina

Tanto a correspondência redigida a mando do Pe. Melchior Nunes depois sua partida de Malaca com destino a Bungo em Abril de 1555, como aquela que o próprio assina na mesma oportunidade, são de molde a que fiquemos com a impressão de que se lhe colocariam constantes dramas existenciais e que se lhe revelaria uma apatia quase absoluta sempre que tinha de tomar as decisões necessárias ao bom encaminhamento dos seus planos. Nesse sentido, a sua chegada a Sanchoão a 20 de Julho desse ano, as visitas que realizou a Cantão durante os meses seguintes e todas as novidades que daí saíram para quem se interessasse pelo que eram os chineses e as respectivas plagas parecem sobretudo o fruto de uma sucessão de circunstâncias para as quais a sua vontade pouco ou nada foi achada. Ainda assim, encontramos duas atenuantes para tudo isto.

Primeiro, o Padre-mestre teria sentido a necessidade de utilizar todos os meios ao seu alcance para se justificar aos seus superiores já que largara de Goa sem qualquer mandato de Inácio de Loyola e fora só a meio caminho entre Malaca e o Japão que o interceptara o correio chegado da Europa e da Índia com as ordens ou os pedidos para que retornasse ao Indostão. Depois, mesmo que o seu companheiro nestas andanças que por algum tempo mais continuou a ser Fernão Mendes Pinto nos confirme que os seus projectos à saída dessa praça portuguesa eram apenas os de fazer a viagem “rota batida p.^a Japão”²⁶¹ — a mesma expressão que Francisco Xavier usara em 1549²⁶² —, a verdade é que aí ainda ponderara seriamente a possibilidade de enviar um jesuíta para a China e que só não pusera em marcha essa ideia porque as necessidades do Colégio da

²⁶¹ Carta do Irmão Fernão Mendes Pinto ao Pe. Baltasar Dias, reitor da Companhia de Jesus em Goa, Macau, 20 de Novembro de 1555, BACIL, *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus da Ásia*, t. 1, fls. 235v. e sgs. (“Copia de hũa carta (de hũ Irmão da Comp.^a) [no original, riscado: Fernão Mendes] que escreveo Malaqua [aliás Macau] ao Reitor do Collegio de Guoa de 1555 annos. 20 de Nouembro”); pub. in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. 1983, “Apêndice – Carta II”, cit. p. 734. Outras cópias nos códices da BAL (*Jesuítas na Ásia*, 49-IV-49, fls. 235r. e sgs. com o título “Copia de hũa carta do Irmão fernão mêdes que escreueo de Malaca ao Reitor do Collegio de Goa a 20 de nouêbro de 1555”) e da Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa (fls. 343v. e sgs. com o título “Copia de hũa carta que escreueo hũ dos cõpanhr.^{os} do p.e m. Belchior de Malaca ao Reitor do Collegio de Goa a 20 de nouêbro de 1555”).

²⁶² Ver *supra*, Parte II, cap. 6-2.

cidade não aconselhavam a que se dispensasse qualquer dos seus poucos homens. Luís Fróis explica assim o sucedido, ao mesmo tempo que reclama ter sido ele o missionário indigitado nessa oportunidade: “Antes que o padre [Barreto] daqui [Malaca] se partisse, tinha determinado de mandar-me a China, e lançarão-me (*sic*) os portugueses na terra, pera que na cidade de Cantão me pusesse com algum dos senhores da terra, e ay andasse, dous ou tres annos, aprendendo a lingoa, ate que viessem padres da India pera que, quando la fossem, achassem quem lhe soubesse interpretar a lingoa”²⁶³.

Fiquemo-nos com a dúvida sobre se Melchior Nunes Barreto hesita menos do que aparenta e sigamos um pouco mais o seu rasto. Um aparatoso encalhe ao largo do Estreito de Singapura que deu num rombo no casco e uma furiosa tempestade no Golfo do Sião acabaram por decidir que a caravela onde embarcara arribasse perto de Pahang. Aí, um encontro casual com os capitães de um par de galeões portugueses convence-o de que o melhor modo de atingir o seu destino era rumar à China, “porque dahi esta certo auer embarcação p.^a Japão”²⁶⁴. Conta depois o padre: “Muitas duuidas tive do que fazia nisto por que me parecia que era nosso snõr seruido de me tornar pera a India mas uendo que não tinha monçam em Malaca pera a India se não day a noue meses e que com ir a China tomaua experientia da terra pera que importa a conuersam della e que ay também podja receber as cartas que uiessẽm de Japam, India e purtugal, e podia experimentar a êtrada da China, pera que pondo tudo diante dos olhos escolheçe o que me parecece mais gloria onra de deus e saluaçaõ das almas, de maneira que cõ isto nos ãbarquamos pera a China”²⁶⁵.

Lampacau é a ilha escolhida para a ancoragem e foi também nesse local que Nunes Barreto recebeu a referida correspondência vinda do reino e do reitor do Colégio de Goa que o fez sentir ser seu dever retornar ao Índico. Mas eis que o apelo original é reavivado com a chegada de uma nau que trazia as novas das “cousas tam miraculosas

²⁶³ Carta do Irmão Luís Fróis aos confrades de Portugal, Malaca, 15 de Dezembro de 1555, BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-49, fl. 235r.; pub. in *DHMPPO – Insulíndia*, vol. 2, 1550-1562, ed. coligida e anotada por Artur Basílio de Sá, vol. 2, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1950, cit. p. 177.

²⁶⁴ Carta do Irmão Fernão Mendes Pinto ao Pe. Baltasar Dias, Macau, 20 de Novembro de 1555, ed. 1983, cit. p. 735.

²⁶⁵ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, BACIL, *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus*, t. 1, fls. 307r. e sgs. (“Copia de hua carta que escreueo o Pe. Mestre Belchior, de Macau [com mais probabilidade antes Lampacau], porto da China, aos Irmãos do collegio de Goa, escrita a 23 de Novembro de 1555”); pub. in Aires, 1904, cit. p. 84. Cf. *ibidem*, in *Enformação das cousas da China*, 1989, pp. 137-138; *ibidem*, in *Em Busca das Origens de Macau (Antologia Documental)*, introdução, leitura e notas de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, GTMECP, 1996, p. 77.

de gloria de *deus* e da limpa e boa christandade” do Japão²⁶⁶. O dilema de sempre, seguir ou tornar em direcção a Malaca, esse só o terá solucionado a falta uma embarcação de portugueses que o levasse para os portos de origem. Pelo menos, esta é uma das duas explicações que todos nos dão. A outra delegou-a Fernão Mendes nas mãos da misericórdia divina, a qual “ordenou”, escreve, “não ir ninguem p.^a India, por se lembrar dos xãos [cristãos] *que* a mingoa de não ter *padres* se perdem o *que* não ha em guoa *que* o *que* he mau xão heo por sua maa inclinação e não por mingua, porque muitos *padres* e frades a laa”²⁶⁷.

Enquanto tudo isto corria, o Pe. Melchior entregara-se aos trabalhos que fizeram a crónica da sua invernagem nos litorais chineses. Em Lampacau, edificou uma igreja, além de que pregou e confessou de contínuo os cerca de trezentos portugueses que ali permaneciam, e ao que parece com tanto êxito que “mujtos restituirão e deixarão as mancebas outros as casarão”²⁶⁸. Numa das suas idas a Cantão acaba por conseguir pagar a liberdade de Mateus de Brito e de outro homem que com ele fora conservado cativo durante seis anos. Nas mesmas ocasiões disputa com um “cacis dos chĩs”²⁶⁹ alguns princípios de religião e avalia as possibilidades de aí largar um dos irmãos que trouxera consigo para que este aprendesse a língua e preparasse o terreno a possíveis futuros missionários²⁷⁰. A seu tempo Fernão Mendes Pinto julgou com o maior cepticismo este propósito por lhe parecer “*que* não ay maior enguano *que* cuidar ninguẽ *que* em algũ tempo naturalmente possa auer alguns xãos Chins senão se *deus* fizer outros de nouo porque estes *que* ao presente a na terra é por demais falar nisso”²⁷¹. O padre opinou de modo contrário pois quando a monção favorável lhe permitiu enfim fazer-se ao Japão (Junho de 1556) o jesuíta Estevão de Góis permanece em terra. Contudo, os avisos do antigo mercador não tardariam a justificar-se já que, ao regressar a Goa alguns meses

²⁶⁶ Carta do Irmão Fernão Mendes Pinto ao Pe. Baltasar Dias, Macau, 20 de Novembro de 1555, ed. 1983, cit. p. 736.

²⁶⁷ *Ibidem*, ed. 1983, cit. p. 736.

²⁶⁸ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, Cochim, 10 de Janeiro de 1558, BACIL, *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus da Ásia*, t. 2, fls. 58r. segs; pub. in Aires, 1904, cit. p. 98.

²⁶⁹ “Caciz”, palavra derivada do árabe *qasīs* (origem síriaca), sinónimo de padre ou sacerdote cristão (de resto, sinónimo que se repete com o persa *kaschīsh*). No entanto, a generalidade das fontes portuguesas e castelhanas quincentistas relativas ao Oriente tendem a seguir uma opção restrita, dando *caciz* como sinónimo de um título específico de um teólogo maometano ou gentio. Ver Dalgado, *Glossário*, vol. 1, 1919, p. 95, n. 51 e pp. 165-166; Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, p. 135, n. 25.

²⁷⁰ Carta do Irmão Luís Fróis aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Malaca, 7 de Janeiro de 1556, BACIL, *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus da Ásia*, t. 1, fls. 378r. segs; pub. in Aires, 1904, cit. p. 92.

²⁷¹ Carta do Irmão Fernão Mendes Pinto ao Pe. Baltasar Dias, Macau, 20 de Novembro de 1555, ed. 1983, cit. pp. 730-731.

depois, Barreto condói-se de ver quão debilitado estava esse desgraçado Góis e fá-lo embarcar: “Mas o yrmão *que* aj [na China] deixey deuse tanto ao aprender da lingoa e tem ella em si tanta dificuldade *que* cayo ã tanta fraquesa da cabeça *que* parece *que* não foy N. S. por agora seruido *que* elle acabaçe de aprender a lingoa. Auia 7 dias *que* não comia quãdo torney de Japão *que* passey por cantão e pareceome necessario tornalo a traser pera a India”²⁷².

Sempre muito ao modo da sua escola, em Lampacau Nunes Barreto chegou a ver-se a si próprio como um personagem bíblico: “Eu ãtrej por espia da terra de promisam pera dar nouas della, em que achasse nella gigantes digo cõ Jesue e caleph *que* se o todo poderoso *deus* a quẽ seruimos nos ajudar ãtraremos nas cidades monilos [munidas] e gozaremos do mel e da manteiga *que* da terra mana”²⁷³. Ao receber em Malaca declarações como esta, Luís Fróis apressa-se a dar o sonho por realidade: “Eis charissimos Irmãos corroborada vosa esperãça ouvidos vossos cõtinis gimidos e lagrimas diante de *deus*, eis consumada e perfeiçoada a cousa eficasmẽte *que* desejaueis *scilicet* esta bendita plãta da cõpanhia dilatar e estender o odor suavissimo da ley evãgéliqua naquele grãde imperio da china”²⁷⁴. Noutra carta que lhe é atribuída garante-se simplesmente: “Estas partes, charissimos, são pera vos”²⁷⁵.

No entanto, nem sequer foi preciso esperar que os acontecimentos pusessem ordem nos vaticínios mais imponderados porque é o próprio Barreto quem logo realiza que só uma embaixada do género daquela que um dia fora proposta por Francisco Xavier poderia negociar “hum selo delrey” para que todos os seus vassallos que assim o desejassem se convertessem “sem escandalo nã perjuizo”²⁷⁶. Mais tarde, repetiu-o com outras palavras: “sem Authoridade e liçença del rei, e dos quatro mandarĩs *que* governão” não seria humanamente possível abrir a “porta pera tão bem” e converter uma gente “tã apremiada dos Regedores e do Rey” como eram os chineses²⁷⁷.

²⁷² Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, Cochim, 10 de Janeiro de 1558, ed. 1904, cit. p. 100.

²⁷³ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, ed. 1904, cit. p. 89. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 143; *ibidem*, ed. 1997, p. 85.

²⁷⁴ Carta do Irmão Luís Fróis aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Malaca, 7 de Janeiro de 1556, ed. 1904, cit. p. 91.

²⁷⁵ Carta para os confrades de Portugal assinada pelo Pe. Baltasar Dias mas atribuída ao Irmão Luís Fróis, Malaca, 19 de Novembro de 1556, BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-49, fl. 286v.; pub. in *DHMPPO – Insulíndia*, vol. 2, 1950, cit. p. 271.

²⁷⁶ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, ed. 1904, cit. p. 87. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 142; *ibidem*, ed. 1997, p. 83.

²⁷⁷ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, Cochim, 10 de Janeiro de 1558, ed. 1904, cits. p. 100.

É de referir que Leonel de Sousa, o capitão que negociou com as autoridades do Guangdong a retoma do trato pacífico dos portugueses na Baía de Cantão em 1554²⁷⁸, depois de ter aportado em Malaca em Março de 1555 — portanto, quando o jesuíta Melchior Nunes ainda aí se encontrava — vai especificar a mesma questão da embaixada na carta que dirige de Cochim a 15 de Janeiro do ano seguinte ao Infante D. Luís, irmão de D. João III. Explica ele: “Ao tempo de minha partida me mandou dizer o Aytao, que se queríamos navegar na Chyna que fosse Embaxador de Sua Alteza pera ElRey se emformar por elle de nos e que gēte heramos, e a paz ficaria fixa, porque os que navegam na China, navegam com licença d’ElRey, e tem Portos limitados aonde am dir”²⁷⁹.

Também é de referir que nesse ano de 1555 — e, de novo, talvez durante os meses em que o Pe. Melchior permanece na China — chega aos mercadores portugueses presentes em Lampacau uma carta que o “híbrido” Allomso Ramiro (assinatura nos respectivos fragmentos originais²⁸⁰) remetera de Wuzhou, no extremo Leste do Guangxi. Num português sem castelhanismos (o que, junto com uma ou outra frase, nos tira quase todas as dúvidas sobre qual seria a sua nacionalidade²⁸¹), o prisioneiro narra com o maior pormenor os incidentes e as aventuras processuais em que se tinham visto envolvidos os tripulantes dos dois juncos capturados em 1549. No final, reclama do seguinte modo o envio de uma missão diplomática que equiparasse Portugal aos Estados tributários da China — “os Liquios e diamãtes [porventura os tributos de Kaschgar] e outras tres castas” — tal qual fora avançado por Gaspar Lopes anos antes: “[...] mãdãdo o Senhor Governador hũa embaixada mui rica a melhor que se pudesse achar de todas as cousas ricas que achassẽ nas Indias, como são alguns cavalos bem

²⁷⁸ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2.

²⁷⁹ Carta de Leonel de Sousa ao infante D. Luís, Cochim, 15 de Janeiro de 1556, AN/TT, *Corpo Cronológico*, I-106-98; transcr. parcial in Jordão de Freitas, *Macau – Materiais para a sua História no Século XVI*, Macau, ICM, 1988, cit. p. 10. Cf. *ibidem*, pub. integral em leitura diplomática in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 1, 1960, pp. 909-915.

²⁸⁰ Carta de Afonso Ramiro aos portugueses em Lampacau, Wuzhou, 1555, AN/TT, *Fragmentos*, maço 24, s. fl. [fl. 2.v]; pub. in Schurhammer, “Der Ursprung des Chinaplans des hl. Franz Xaver”, in *Xaveriana*, 1964, cit. p. 678.

²⁸¹ Por exemplo, atente-se ao sentido unívoco da seguinte passagem: “[...] as pregütas que nos forão feitas pregütamdonos a cada portugues pola fazēda e prata que trazia cada dia” — Carta de Afonso Ramiro aos portugueses em Lampacau, Wuzhou, 1555, BACIL, *Cartas dos Padres da Companhia de Jesus*, vol. 1, fls. 249r.-255r. (“Traslado de hua carta que Afonço Ramiro cativo na China escreveu aos Portugueses que estavam fazendo fazenda em o porto da China, anno de 1555”); pub. in *Enformação das cousas da China*, 1989, cit. p. 82 (cópia com redação mais completa). pp. 674-675. Outra cópia na Biblioteca da Ajuda: BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-49, fls. 233v.-234v.; primeira edição (com algumas omissões) in Schurhammer, “Der Ursprung des Chinaplans des hl. Franz Xaver”, in *Xaveriana*, 1964, pp. 673-678.

ajaezados, alifantes e pedras de aneis e peças de terció, pello de todas as cores, especialmente das que veste el Rei, como he este da China, que desta maneira logo sera recebida esta embaixada sem nenhuma duvida e nisto não ha que cuidar”²⁸². Se os mercadores e os missionários pensavam o assunto cada um à luz dos seus interesses, o facto é que este tópico de uma embaixada portuguesa à China se repetirá em múltiplos documentos da época.

A vista do “porto da China”

Todas as considerações avançadas até aqui sobre a primeira e única passagem de Melchior Nunes pela China, sendo importantes para que se esclareça o contexto, não substituiriam nunca a descrição que fez da cidade de Cantão e do modo de vida dessa grande metrópole, em definitivo a mais antiga a ser produzida por um religioso ocidental. Vem esta nessa carta que já citámos escrita do “porto da China” (muito provavelmente Lampacau) para Goa a 23 de Novembro de 1555 e que foi incluída, por exemplo, nos títulos *Copia de las cartas...* de Coimbra de 1565 (pp. 123-145), *Diversi Avisi Particolari dall’Indie di Portogallo...* de Veneza de 1565 (pp. 263v.-273v.), *Epistolae iapanicae...* de Lovaina de 1569 (pp. 131-159), *Cartas que os padres e irmãos...* de Coimbra de 1570, *Cartas que los padres y hermanos...* de Alcalá de 1575 (pp. 63v.-68r.) ou *Cartas que os padres e irmãos...* de Évora de 1598 (fls. 32v.-37r.)²⁸³. Sem que ofereça revelações demasiado surpreendentes, a leitura em causa era ainda assim uma boa sùmula do que se escrevera desde a década de trinta sobre a realidade do Império do Meio, além de que oferecia a garantia de vir “como testemunha de vista” ou ouvido de alguém autorizado.

Aqui o Pe. Barreto lembra as “treze provincias ou reinos” (com isso apenas omitia da contagem as áreas metropolitanas de Pequim e Nanquim), assinala que cada uma delas possuía por cabeça uma cidade principal e exemplifica com Cantão, a qual

²⁸² Carta de Afonso Ramiro aos portugueses em Lampacau, Wuzhou, 1555, ed. 1989, cits. pp. 84 e 83. Ver Schurhammer, “Der Ursprung des Chinaplans des hl. Franz Xaver”, in *Xaveriana*, 1964, p. 678, n. 89; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 84, n. 23.

²⁸³ Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, p. 65; *Enformação das cousas da China*, 1989, pp. 133-134; Garcia, 1997b, pp. 26 e 39. Ver *Información del Reino de la China, impresa en lengua castellana, el año 1565 y reproducida, con algunas variantes, en Alcalá de Henares en 1575*, texto comentado y publicado por Carlos Sanz, s.l. [Madrid], Graficas Yagües, s.d.

deveria ser mais pequena que todas as outras não obstante a “muita gente *que tem*”²⁸⁴ (noutra cópia: “tem mays gente que Lisboa”²⁸⁵). Ficam-lhe também na retina os seus bons muros e casas, as portas que fecham à noite cada uma das suas ruas, os “mais de mil” arcos triunfais, um por cada três anos de mandato de um governador, as árvores que fazem muitas das suas ruas parecer jardins, a cava que a rodeia, os “regos d’agoa” que ladeiam a maior parte dos seus caminhos, a abundância que tem de todos os géneros e a rigorosa concentração dos ofícios, cada um na sua zona. Do país em geral diz coisas menos precisas mas, no entanto, talvez as essenciais: que as “fruitas aruores e animais e serviço da terra he mui semelhãte a Europa” e que a abundância é tanta que só Cantão consome num mês os “trinta e tantos mil quintaes de pimenta e sem mil crusados ã prata” que uma nau acabara de trazer do Japão²⁸⁶.

Sobre os costumes vigentes e as qualidades dos chineses tomemos algumas observações, a maioria delas tornadas lugares-comuns à força de repetidas. Assim, lê-se que o “traio [trajo] todo dos homens e molheres he honesto”, que existem leis para castigar os adúlteros, que para que ninguém fique desocupado até os cegos “moẽ nas atafonas”, que não haverá outra nação em que a gente tenha “mais singular engenho de mãos”, que é povo com “*muito* engenho de comprar e uender”, que não consentem que entre eles “nenhũ seia grande e nobre nẽ que tenha rendas de juro”, que todos vivem sujeitos e obedientes aos regedores das cidades, que todas as pessoas entre os dezoito e os sessenta anos são obrigadas a pagar os seus impostos, que são governados com tanta paz que não se lhes vê uma arma, que são muito dados a comer e a beber, que possuem “muito bõ ãtendimento” e que muito mais teriam caso fossem cristãos — “por *que se* tirarião dos uicios carnaes *que lhe segam* o juizo pera obras artificiaes”²⁸⁷.

Sobre a guerra, o padre percebe que a têm com o Japão, acrescentando que “sam tam ualentes *que lhe uão* correr a costa e destruir a terra”²⁸⁸. Sobre o “regimento da terra”, além do que se dissera a respeito do tempo que cada governador levava em funções, repete-se que este funcionário era recrutado fora da sua província de origem,

²⁸⁴ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, ed. 1904, cit. p. 85. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 139; *ibidem*, ed. 1997, p. 81.

²⁸⁵ *Ibidem*, pub. in *Cartas que os padres e irmãos da Companhia de Jesus que andão nos Reynos de Iapão escreuerão aos da mesma Companhia da India, e Europa, des do anno de 1549. ate o de 66*, Enformaçam da terra da China, Coimbra, 1570, cit. fl. 96r. Cf. *ibidem*; pub. in Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, p. 68.

²⁸⁶ *Ibidem*, ed. 1904, cits. pp. 86. Cf. *ibidem*, ed. 1989, pp. 139 e 140; *ibidem*, ed. 1997, pp. 81 e 82.

²⁸⁷ *Ibidem*, ed. 1904, cits. pp. 86 e 88. Cf. *ibidem*, ed. 1989, pp. 139 e 142; *ibidem*, ed. 1997, pp. 81 e 84.

²⁸⁸ *Ibidem*, ed. 1904, cit. p. 86. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 140; *ibidem*, ed. 1997, p. 82.

explicam-se as diferenças entre o “casi” (noutras cópias “anchaci”²⁸⁹), o “ponchasi”, o “aitam”, o “chaem” e o “tutão”²⁹⁰, descreve-se a vida sumptuosa deste último, que dispõe do poder de mandar açoutar “todo homẽ rico, pobre, alto, baixo”, como é o espectáculo do seu séquito e de que forma este anuncia o “estado do mandarim”²⁹¹. Sobre o “negocio da alma”, para o qual Melchior Nunes diz nunca ter visto “gente tão sega”, logo se constata o que havia para constatar: que “não alcanção ser a alma immortal, nem auer hum soo *deus* criador de todas as cousas, nẽ esperar premio nẽ castigo na outra”²⁹². Quando passa à abordagem dos seus sacerdotes, o culto budista tanto é outra vez tomado como o todo, como é entendido na real marginalidade em que vigorava: se esses homens de religião “não tem mais solenidade *que* receber hum barete *que* lhe da o Rei a maneira de carocha e andam todos rrapados”, também mais não eram que “gente vil e mui desprezada antre elles”. Quanto ao resto, os chins tinham “uarelas ou Idolos mui grãdes” (neste caso, a palavra apareceria apenas a designar o ídolo e com menos hipótese o templo), tendo-os cada morador “ẽ suas casas, sem ter mais oração *que* porfumalos com cheiros”. Como na *Enformação* enviada de Malaca no ano anterior, acabava-se com uma alusão à sua supersticiosidade ritual: “ho mais credito *que* tem nelles he ẽ sortes, por *que* tudo ho que amde [hã-de] começar he por elles, e se lhes não são sertas as cousas asoutannos mui bem”²⁹³.

Quem quisesse saber algo mais das “abominações dos Chins” por uma notícia contemporânea àquela que aqui se narra sempre podia recorrer à deliciosa interpretação que Luís Fróis faz e divulga do que lhe contara “um filho espiritual” do grupo de Melchior Nunes chegado a Malaca em finais de 1555 ou no princípio de 1556. O que o irmão Fróis transmitiu de tal gente foi isto: “Tẽ para si *que* foi *ab eterno* o mundo e inclinase *muito* a opinião dos epecurios tendo o ventre por *deus*, poem a suma flicidade nas recreações da sensualidade, dizem *que* não ha mais *que* morrer e viuer e *que* por morte acaba tudo no homẽ. Tem por pai a onzena e por maj a triste e horrenda abominação da sodomia. São homẽs que nhũ limite nẽ ordẽ tẽ no comer, mas para cõ

²⁸⁹ *Ibidem*, ed. 1983, cit. p. 69.

²⁹⁰ *Ibidem*, ed. 1904, cits. p. 86. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 140; *ibidem*, ed. 1997, p. 82. Ver *supra*, Parte II, cap. 7, n. 59.

²⁹¹ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, ed. 1904, cits. p. 87. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 141; *ibidem*, ed. 1997, pp. 82 e 83.

²⁹² *Ibidem*, ed. 1904, cits. p. 88. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 142; *ibidem*, ed. 1997, p. 84

²⁹³ *Ibidem*, ed. 1904, cits. p. 88. Cf. *ibidem*, ed. 1989, pp. 142 e 143; *ibidem*, ed. 1997, p. 84.

mor facilidade pecarẽ ã todos os sete pecados mortaes comẽ de sete veses para cima”²⁹⁴. Tal teve pelo menos eco em Veneza nos *Diversi Avisi Particolari dall’Indie di Portogallo* de 1565 (fls. 276r.-282r.), em Lovaina nas *Epistolae japonicae* de 1569 (pp. 95-110) e em Alcalá nas *Cartas qve los padres y hermanos...* de 1575 (fls. 68v.-69v.)²⁹⁵.

Quer a descrição de Cantão, quer a rápida pincelada sobre a terra e a gente da China que o Padre-mestre Melchior dera no Inverno de 1555, são esquecidas na carta que o mesmo escreveu em Cochim um ano após o seu regresso à Índia e que antes também citámos. O Japão e as últimas etapas da sua estada aí dominam essa sua conversa epistolar com os irmãos de Portugal. Há, contudo, uma pequena curiosidade que não fora a tempo de incluir nessa longa narrativa anterior e a que desta vez não resiste. Diz ele que em Cantão lhe disseram terem saído “de baixo da terra muitos guorgulhões dagoa”, os quais teriam submergido perto de sessenta léguas da província de “Sancij” (Shanxi), incluindo sete cidades e toda a gente dessa província menos um menino de sete anos, salvo “em hũ pao” — “nouas estranhas, *que* nos meterão ã muito espanto”²⁹⁶ e às quais também não resistimos porque a cartografia da época, notá-lo-emos adiante, as absorveu com tanta rapidez e tão à letra como as terá absorvido o vulgar leitor dos *Nuovi Avisi dell’Indie de Portogallo* de Veneza de 1559 (fls. 42r.-53r.), da *Copia de las cartas* de Coimbra de 1565 (pp. 187-198), das *Epistolae iapanicae* de Lovaina de 1569 (pp. 160-189), das *Cartas...* de Alcalá de 1575 (fls. 75v.-78v.) ou das *Cartas que os padres e irmãos...* de Évora de 1598 (fls. 47-51) onde elas vieram contadas²⁹⁷.

À imagem desse dilúvio subterrâneo, alguns dos mais marcantes *topoi* literários que Nunes Barreto ajuda a assentar ou a fazer sinónimos do reino da China vão ressurgindo por força das coisas primeiro que tudo do seio da própria confraria jesuíta, esse corpo miliciano que jamais descansou até ver aberta uma brecha na muralha. O brilhante Luís Fróis escreve assim numa das suas incontáveis cartas, quando ia no fim o ano de 1560 e todos os seus irmãos continuavam do lado de fora: “Esta ay esse reino ou Imperio da China, que dizem ser tamanho ou maior que toda a christandade de Europa

²⁹⁴ Carta do Irmão Luís Fróis aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Malaca, 7 de Janeiro de 1556, ed. 1904, cits. p. 92.

²⁹⁵ Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, p. 82.

²⁹⁶ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Padres e Irmãos da Companhia de Jesus em Portugal, Cochim, 10 de Janeiro de 1558, ed. 1904, cits. p. 99.

²⁹⁷ Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 99-100; Garcia, 1997b, pp. 26 e 39.

junta, aonde não a nobreza de sangue, mas dinidades de honrra, pola sciencia e letras, porque quanto mais letrados e insignes em sua filosofia, tanto são constituídos em mais supremos graos de honrra e excelencia de tudo. Desta terra, se o tempo me dera lugar, lhe poderia estrever vinte folhas de papel, e tudo cousas de que recebera muito gosto e consolação, mas minhas occupações me não dão lugar para mais”²⁹⁸.

O próprio Pe. Barreto, ocupado meses depois em mover todas as peças que podia para que os seus superiores o autorizassem a acompanhar a missão diplomática que se preparava na Índia para Gil de Góis, volta a velhos argumentos e, como por instinto, também a um dos seus inesquecíveis registros:

“[Parecia-me] que me vinha por direito a ida da China com o embaxador que ho visorey a-se mandar ao rey da China este Abril que vem de 1562 pera que, com a entrada da embaxada temporal, tivese ocasião de dar outra celestial ao mesmo rey e aver della chapa ou patente pera os seus poderem ouvir a ley de Deos. Tenho escrito ao Padre Provincial que a mim compete esta ida, pela noticia que ay tenho dos chins, e porque nenhum dos outros he tão são como eu, pera sofrerem os trabalhos da China. Não sei como despachara minha pitição. Eu cuido que algum direito tenho, porque assi como Yosue e Caleph espiaram a terra da Promissão e trouxerão nova da fertilidade della e por onde se poderia tomar, alcançarão entrarem nella. [E] assi, se Nosso Senhor fosse servido, grande bemaventurança seria a minha, se, pela santa hoberdencia, me fosse concedida esta missão da China aonde estive perto de hum ano, e trouxe as novas como poderíamos la entrar”²⁹⁹.

Melchior acabou por não tomar parte na “embaxada celestial” onde tanto quisera ter ido e a “embaxada temporal” de Gil de Góis foi o fracasso que se conhece³⁰⁰. Porém, não só é certo e sabido que as leituras deste missionário sobre os modos de transpor o biombo chinês e sobre o muito, o grande e o admirável que este escondia lhe sobreviveram, como veremos que vingaram amplamente.

²⁹⁸ Carta do Irmão Luís Fróis ao Irmão Volfango, Goa, 30 de Novembro de 1560, BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-50, fl. 335r.; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 7, 1952, cit. p. 138. Uma cópia desta mesma carta guardada na BNL (*Fundo Geral*, n.º 4534, fls. 222r.-222v.) leva o título: “Carta do Irmão Luís Fróis ao Irmão João Volfango, boemio, da Companhia de Jesu, no collegio de Coimbra”.

²⁹⁹ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Padres e Irmãos da Companhia, Cochim, 31 de Dezembro de 1561, BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-50, fls. 383r.-383v.; pub. in *DHMPPPO – Índia*, vol. 8, 1560-1561, ed. António da Silva Rego, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, cit. p. 480.

³⁰⁰ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-3; *infra*, cap. 9-2.

8. Balanço da epistolografia jesuítica da década de 1550

Quando a década começa, Francisco Xavier encontra-se no Japão e não tece quaisquer planos concretos para entrar na China. Pouco depois da década terminar, o seu sucessor Melchior Nunes Barreto faz em Cochim o balanço da viagem que empreendera ao mesmo arquipélago entre 1556 e 1557, confirma a China como prioridade missionária para a Companhia de Jesus, mas não dispõe ainda de quaisquer homens no terreno. Entre os dois extremos do intervalo, o Mar do Sul da China desanuviara-se consideravelmente para a navegação portuguesa, Macau está instituída como estabelecimento privilegiado para o trato sino-nipónico e os jesuítas recolhem e divulgam pelo menos duas informações circunstanciadas sobre o Império do Meio: a *Enformação de hum homem honrrado* de 1554 e a carta que Nunes Barreto terá remetido de Lampacau em Novembro de 1555. Ainda assim, o tema chinês não tivera tempo para se individualizar, enquanto tal, na prosa especializada desta Ordem. Neste capítulo, o mais que se conseguia era que os assuntos japoneses ganhassem todos os dias terreno às matérias indianas.

Pouco antes do começo da década, grande parte do pouco que Francisco Xavier relata sobre a China e os seus confins fora-lhe reportado por Anjirô, o japonês converso seu amigo. Quando a década termina, as fontes da Companhia são bem mais diversificadas, continuando a acompanhar o avanço da presença portuguesa para Oriente. Malaca é a principal plataforma para a recolha e a tradução das informações na forma epistolar a que os leitores europeus terão acesso. No entanto, textos como a *Enformação* de 1554, a carta de Nunes Barreto de 1555 e até a carta de Gaspar Lopes de 1551 atestam um contacto directo e uma demora relativamente prolongada na própria China que em boa parte facultam a diferença que agora se sente em relação àquilo que ficara para trás.

Como é natural, as províncias litorais e Cantão permanecem como os pontos mais trabalhados pelos observadores. Contudo, o aproveitamento de certas condições de cativo e de convívio com os naturais do país que estas proporcionaram não apenas permitiu que algumas reportagens se tivessem expandido para várias áreas do interior, como levou a que se fixassem lugares como a capital ou espaços como as fronteiras próximas desta com uma nitidez que, às vezes, quase substitui a observação em primeira mão. Shanxi, a Grande Muralha ou a “banda do Sertaõ” por onde “salteam os

Tartaros”³⁰¹ são três tópicos especificados. Fora isto, e quando se tentavam levar as descrições mais para dentro do continente, podiam acontecer referências tão enigmáticas como esta. “[...] por outra [banda do sertão] dizem que se mete hum Mar morto, que se nã navega, por onde já vieram á China parcios [persas]”³⁰². Estar-se-ia aqui a pensar no Mar Cáspio?

A orgânica do Padroado Português do Oriente, sob cuja tutela funcionam as Missões jesuíticas na Ásia, determina que as novidades informativas que estas recolhem sejam por regra escritas em português e que dêem entrada na Europa através dos portos portugueses. Somam-se a isto as atribuições específicas dos Colégios da Companhia em Portugal, responsáveis por traduzir e editar as respectivas as cartas ou conjuntos de cartas tidos por mais relevantes. Neste sentido, veja-se que praticamente todas as informações que destacámos e contadas entre o par de cartas do Pe. Melchior de 1554 e aquela que o mesmo assinou em Cochim em 1558 tiveram uma primeira edição coimbrã em castelhano, fosse ainda nos anos de 1550, fosse até meados da década de 1560 (no geral, um contraste assinalável com a muito mais lenta circulação internacional oferecida aos escritos contemporâneos dos laicos Castanheda e Barros). Quanto ao resto, Barcelona e Saragoça, para o caso das edições espanholas, Roma e Veneza, para o caso italiano, Lovaina para as edições latinas e Paris para a divulgação em língua francesa do mais importante dos textos do período (a *Enformação* de 1554) encarregaram-se de disponibilizar para um largo espectro de público até ao tempo de meados-finais de 1560 o essencial do que, por hora, se recolhera sobre a China. Quando se entrar no último quartel do século, Alcalá ou Évora juntar-se-lhes-ão nessa tarefa.

O facto de estarmos perante um conjunto de testemunhos escritos por um único corpo de agentes, ou que estes arrolaram em função das suas prioridades informativas, faz com que o aprofundamento dos contactos e do conhecimento da China que se foi verificando desde o início da década tanto não tenha tido correspondência numa alteração demasiado significativa dos conteúdos seleccionados como na qualidade da matéria efectivamente divulgada. Nas cartas escritas em Cochim em Janeiro e Fevereiro de 1549, Francisco Xavier concentra-se no tema dos “grandes estudos” de além-China e Tartária. Depois, quando a sua experiência japonesa e as cartas enviadas de Guilin em 1551 por alguns cativos portugueses o fazem considerar a necessidade de se instituir a Missão chinesa, em vários dos apelos que lança para que lhe enviem missionários para

³⁰¹ Carta de Leonel de Sousa ao infante D. Luís, Cochim, 15 de Janeiro de 1556, ed. 1988, cit. p. 11.

³⁰² *Ibidem*, ed. 1988, cit. p. 11.

esse fim refere sobretudo a sabedoria, o apego às letras e à justiça ou o bom governo dos chineses. A morte do “apóstolo do Oriente” determinou que tais planos fossem afastados por um breve momento, momento em que da China pouco mais se diz que o respectivo hermetismo (carta de Aires Brandão de Dezembro de 1554). Mas quando os mesmos planos são retomados pela mão do Pe. Melchior em 1554, regressam com eles as ideias feitas e quase só as ideias feitas de um povo amigo do saber, das leis e da mais excelente prudência (cartas de Melchior Nunes entre Maio e Dezembro de 1554 ou de Francisco Pérez em Janeiro de 1555).

O aparente paradoxo que constitui esta fidelidade não só a uma temática, mas também ao respectivo miolo informativo, acentua-se nos dois textos nucleares da jornada, a *Enformação* enviada de Malaca em 1554 e a carta que Nunes Barreto quase de certeza compôs em Lampacau em 1555. Tal como nos seus equivalentes jesuíticos da década anterior, caso da *Emformação da chyna* de c. 1548, vemos que aí o pormenor das notícias sobre a matéria económica e mercantil perde quando comparado com o destaque consagrado aos assuntos da organização política e administrativa, do sistema judicial, das qualidades morais ou dos modos e crenças das gentes. Neste ponto, escusado será dizer que o juízo genérico é por demais favorável, acentuando, se possível fosse, a imagem de um país de abundância, de cidades desmesuradas mas que vivem na mais perfeita ordem, cultor do saber, regido por uma justiça justa, um governo centralizado e uma administração ideal na qual o mérito é o único atributo reconhecido.

Sobre o tema da justiça, o informador anónimo que dita o texto de 1554, ele próprio um antigo cativo na China, não faz passar outra ideia que não seja a da sua exemplaridade. Outro tanto é praticado por Barreto, que teve oportunidade de acolher nos braços o torturadíssimo preso de vários anos que foi Mateus de Brito — “descalço sem barrete com as mãos ambas metidas nã çepo, cõ hũa taboa metida no pescoso cõ hũas letras *que* declarauão seu crime, e hũa cadea nos peis” porque esse era “o modo dos *que* tem caso de morte”³⁰³ — mas que nem por isso escreveu um palavra que fosse contra os procedimentos judiciais chineses.

Afonso Ramiro, um dos seus eventuais informadores, tendo todas as razões do mundo para dizer o contrário já que permanecia degredado nos confins do Guangxi, não o deixaria ser original neste campo pois garante na mesma carta em que pede que o

³⁰³ Carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, ed. 1904, cit. p. 88. Cf. *ibidem*, ed. 1989, p. 143; *ibidem*, ed. 1997, p. 84.

resgatem a ele e às “sesêta e tâtes almas que estão cativas nesta terra”³⁰⁴ que (primeiro) “estes gintios [são] gête de istima, justa por estremo, ao maenos seu Rei he muito justicado e asi o mãda fazer verdadeiramente”³⁰⁵, que (segundo) “todos fomos tratados honestamente”³⁰⁶ e que (terceiro) “nos fizerão muita justiça ã esta terra, sêdo tomados por mui grãdes governadores ã este reino da China, sem nunca querer aceitar grãdes peitas, nẽ querer aceitar algũs presentes, senão fazer põtualmẽte justiça direita, o qual tivemos por grãde milagre, mas porẽ não he nada segũdo o grãde regimẽto que tẽ ã seu reino este Rei da China”³⁰⁷. Leonel de Sousa, outro dos eventuais informadores do Padre-mestre Melchior, é mais um dos que amplificam este sentimento. Não esconde que a China “he terra de muyta Justiça, e cruaa”, que “os que mandão são muyto graves, e iproquetas” ou que são “muyto crús, e justiçaços, que todos metem ao açoute, e tormento”³⁰⁸. Porém, considera igualmente os chineses como “pacifiquos, e governados por Justiça” e menciona vir da Corte todos os anos “hũa Justiça Mor a prover nas Cadeas, e dar a pena a cada hum, que merece”³⁰⁹.

Onde a função apologética da epistolografia jesuítica do período mais vai distorcer as verdades da terra é no campo da religiosidade dos chineses. Continuando o que haviam ensaiado com sucesso na década precedente, os escribas colocados no Oriente ou os seus irmãos dos Colégios da Europa revelam-se exímios manipuladores de uma matéria que sabem ser decisiva para suscitar novas adesões ou o entusiasmo e as esmolos dos sectores laicos de que tanto careciam. Assim, a *Enformação* de 54 preocupa-se em esclarecer que os gentios deste Império não forçavam ninguém a aderir às crenças vigentes entre eles. Diz também que tais crenças não devem ser tomadas como uma verdadeira religião, algo até certo ponto corroborado por Melchior Nunes em 55 quando assinala que os homens que aí se entregavam aos ofícios rituais eram amesquinados e tidos por vis pelos seus próprios conterrâneos. Nisto tudo havia tanto de verdade como de intenção.

Este exercício de estilo sobre a religião vigente na China até teve como resultado duas orientações ou observações a que a própria Companhia de Jesus só retornaria ou de que só se consciencializaria mais tarde. Por um lado, e como acabámos de dizer, repara-

³⁰⁴ Carta de Afonso Ramiro aos portugueses em Lampacau, Wuzhou, 1555, ed. 1989, cit. p. 84.

³⁰⁵ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 81.

³⁰⁶ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 83.

³⁰⁷ *Ibidem*, ed. 1989, cit. p. 83.

³⁰⁸ Carta de Leonel de Sousa ao Infante D. Luís, Cochim, 15 de Janeiro de 1556, ed. 1988, cits. pp. 10 e 11.

³⁰⁹ *Ibidem*, ed. 1988, cits. pp. 11 e 12.

se que o budismo — à parte as muitas manifestações de religiosidade popular, para todos os efeitos o único dos cultos estruturados descrito apesar de não ser ainda identificado com correcção — é percebido como crença desprovida de qualquer estatuto social relevante. Ora, quando nos lembramos que Matteo Ricci começou por ensaiar a sua missão na China disfarçado de monge budista e que só num segundo momento se compenetrou das vantagens que tinha em passar antes a envergar os trajos de mandarim e em colar-se à ortodoxia neo-confuciana dado o prestígio de que esta gozava, temos aqui como que um aviso que depois parece ter sido pura e simplesmente esquecido.

Por outro lado, notar-se-á que nesta década desaparecem da prosa dos jesuítas interrogações como as que o navarro Francisco Xavier fizera em 46 sobre as probabilidades de S. Tomé ter pregado na China ou como as que o italiano Niccolò Lancilotto produzira em 48 sobre a eventualidade de alguns “cristiani eretici” terem ido aí ensinar a sua fé e a sua moral dada a aparente similitude entre os costumes de “lá” e de “cá”, ideia esta em larga medida retomada no livro IV da *Historia da India* de Castanheda (1554). Por outras palavras, o budismo não é aqui interpretado como um duplo semipagão do nestorianismo, algo que, a acontecer, teria de concordar com a possibilidade de uma cristianização antiga de grande parte da Ásia e seria encaixado nessa busca, tão corrente ao tempo, das “cristandades exteriores” à europeia.

Certo, havia espaço para continuar a admitir que uma *prisca theologia* única e universal tinha um dia tocado estes povos e deixara em homens como Confúcio o mesmo tipo de verdades que esse humanismo cristão do Renascimento que venerava Hermes Trimegisto aceitava que se houvesse manifestado na religião egípcia ou que Clemente de Alexandria queria ver traduzido na filosofia platónica ou neo-platónica da Antiguidade tardia porque a fazia sinónimo do Antigo Testamento dos não-judeus. Mas esta disponibilidade para aceitar vários aspectos das tradições religiosas da Ásia, mantida de pé enquanto não ficou estabelecido que o Antigo e o Novo Testamento eram os únicos textos onde Deus se revelara, não era sinónimo dessa ideia de uma China ou de uma Ásia amplamente cristãs. Para os portugueses Nunes Barreto (em 1555) ou Luís Fróis (em 1556) os chineses eram a gente mais cega que havia para os negócios da alma, não mostravam qualquer sinal de saber da imortalidade da alma, da existência de um só Deus criador ou de que uma outra vida os esperava depois da morte. Ora, também neste aspecto o “retrocesso” viria depois, no caso quando o italiano Matteo Ricci e o belga Nicolas Trigault dissessem que os chineses (como os etíopes) tinham

sido convertidos à Verdade com S. Tomé, que com ele tinham aceite o Pai, o Filho e o Espírito Santo, que com ele tinham manifestado a fé no Deus único ou que com ele o Reino dos Céus lhes tinha sido entregue³¹⁰. Apesar das suas estratégias de propaganda, os jesuítas desta sexta década do século XVI não foram tentados pelas mitificações extremas que alguns dos seus confrades procurariam institucionalizar noutras épocas.

³¹⁰ Pe. Matteo Ricci, S.J. & Pe. Nicolas Trigault, S.J., *Istoria de la China*, libro I, cap. XI — “De los Moros, de las Indias, i de los rasytos de la fe Cristiana entre los Chinos”, Sevilha, 1621, pp. 31-32. Ver Hugues Didier, *Os Portugueses no Tibete – Os Primeiros Relatos dos Jesuítas (1624-1635)*, coordenação e fixação dos textos da ed. portuguesa por Paulo Lopes Matos, tradução de Lourdes Júdice, colecção Outras Margens, Lisboa, CNCDP, 2000, pp. 26-52 e 81-82 (ed. orig. franc.: Paris, Éditions Chandeigne, 1996).

CAPÍTULO 9

Mercadores portugueses e escrita jesuítica, 1562-1565

1. A China negra de Amaro Pereira segundo Baltasar Gago, S. J., e a China rosa de Amaro Pereira segundo Manuel Teixeira, S. J., 1562-1565

Autorias

Na primeira metade da década de 1560 os padres jesuítas remetem para a Europa várias informações sobre a China que têm em comum basearem-se integral ou parcialmente no testemunho de Amaro Pereira, um dos mercadores feitos cativos na sequência do combate naval de 1549 que pusera frente a frente os portugueses e as forças do vice-rei do Fujian e Zhejiang¹. Apesar de não igualarem a profundidade e a novidade das duas principais notícias facultadas na década anterior pelas mesmas vias — a *Enformação de hum homem honrrado* de 1554 e a carta do Padre-mestre Melchior Nunes Barreto de 23 de Novembro 1555 —, tal como apesar de não suplantarem a ressonância que as mesmas haviam conseguido graças a múltiplas traduções e impressões, os casos que agora referimos começam por ser exemplos do empenho persistente e do modelo inquisitorial que a Companhia continuou a praticar para resolver o mistério que era a China. Por outro lado, a sequência destas notícias dá-nos a ver com especial clareza como funciona o verdadeiro processo de dulcificação da matéria-prima informativa em que os missionários da Companhia de Jesus se especializaram através da respectiva prática epistolar.

São quatro as fontes coligidas para este ponto. A primeira é a *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira que esta preso em Cantão ha 14 anos e vai no certo*, texto integrado na “Copia de hũa [carta] de Baltazar Gago para

¹ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-4.

os P.es e Irmãos de Portugal, de Goa 10 de Dezembro de 1562”². A segunda é a carta escrita em Macau pelo Pe. Manuel Teixeira a 1 de Dezembro de 1563 e dirigida aos jesuítas de Goa³. A seguinte é outra epístola assinada pelo padre Teixeira, desta vez em Cantão, com data de 30 de Novembro de 1564 e endereçada a um confrade anónimo do Colégio de Goa⁴. A quarta volta a pertencer a este último missionário e foi despachada de Macau a 1 de Dezembro de 1565 para os jesuítas da Europa⁵.

Quanto a estes dois interlocutores de Amaro Pereira e às circunstâncias em que o encontraram, temos o seguinte. Baltasar Gago era natural de Lisboa, onde nasceu cerca de 1515. Figura importante dos tempos iniciais da Missão japonesa, viveu dias áureos em Hirado, onde reclama haver baptizado num mês 1400 pessoas e posto os seus neófitos a rezar por D. João III. Sofreu nesse arquipélago as mais extremas privações, incluindo uma perseguição em Hakata e um sequestro de três meses às mãos de uma quadrilha de bandidos que lhe quebraram o ânimo e forçaram a retirar-se. Entrara para a Companhia em 1546, partira para a Índia em 1548, chegara a Bungo em 1552, saíra do Japão em Outubro de 1560, aportara em Goa em 1562 e veio a falecer aí em 1583⁶.

² Ms. ARSI, *Japonica-Sinica*, 4, fls. 292r.-298v.; pub. in *Enformação das cousas da China*, 1989, pp. 89-96. Todas as citações a partir desta edição. Também: versão italiana no ARSI (*Japonica-Sinica*, 4, fls. 306v.-310v.); cópia na BAL (*Jesuítas na Ásia*, 49-IV-50, fls. 406-463); cópia incompleta na Biblioteca Pública de Évora (*Codex Eborensi*, 2, fls. 367r.-382r.).

³ Carta do Pe. Manuel Teixeira aos Padres e Irmãos da Companhia em Goa, Macau, 1 de Dezembro de 1563, BACIL, *Cartas do Japão*, t. 3, fls. 30r.-32v. (“Carta da China do Pe. Manoel Teixeira pera os Padres & Irmãos da Comp.^a de Jh’us em Goa ao pr.^o de Dezembro de 1563”); pub. in Benjamim Videira Pires, “Cartas dos Fundadores”, in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, Macau, 62 (724-725), Outubro-Novembro de 1964, pp. 729-739. Todas as citações a partir desta edição. Reedição em versão modernizada in *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, pp. 107-113.

⁴ Carta do Pe. Manuel Teixeira, Cantão, 30 de Novembro de 1564, BACIL, *Cartas do Japão*, t. 3, fls. 102r.-103r. (“Copia de huã [carta] do pe. Manoel teixeira da Cidade de Cantão aos 30 de Nouembro de 1564. pera hu’ pe. da Comp.^{am}”); pub. in Videira Pires, *ibidem*, pp. 760-764. Todas as citações a partir desta edição. Reedição em versão modernizada in *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, pp. 131-133.

⁵ Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, BACIL, *Cartas do Japão*, t. 3, fls. 210r.-215v. (“Copia [de uma carta] do P. Manoel Teixeira q’ escreveu do Porto do Nome de deos da China p.^a os Pes. e Irmãos de Europa e’ [1 de] deze’bro [1]565 annos”); pub. in Videira Pires, *ibidem*, pp. 783-797. Salvo indicação expressa, todas as citações a partir desta edição. Reedição parcial em versão modernizada, confrontada e corrigida com a cópia do original guardada no ARSI (*Japonica-Sinica*, 6, fls. 93r.-99r.), in *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, pp. 183-191.

⁶ William V. Bangert, *História da Companhia de Jesus*, tradução de Joaquim dos Santos Abranches e Ana Maria Lago da Silva, colecção História da Companhia de Jesus — 3, Porto/São Paulo, Livraria Apostolado da Imprensa/Edições Loyola, 1985, p. 113; Boxer, ed. 1993a, p. 167; Garcia, 1997b, p. 25; Costa, 1999a, pp. 20-21. Cf. Pe. Luís Fróis, *Historia de Japam*, vol. 1, cap. XV — “De como se destruiu Yamanguchi, e o Pe. Cosme de Torres se veio para Bungo, e da chegada do Padre Mestre Belchior a Japam com seus companheiros no mesmo anno de 1556”, ed. 1976, p. 102; idem, *ibidem*, vol. 1, cap. XVIII, — “De como o Pe. Gaspar Vilela foi de Bungo enviado para Firando, e do que ahi socedeo”, ed. 1976, pp. 115-116; idem, *ibidem*, vol. 1, cap. XX — “Dos grandes trabalhos e perigos em que se virão o Padre Balthazar Gago e o Irmão Guilherme, na cidade do Facata”, ed. 1976, pp. 127-133; idem, *ibidem*, vol. 1, cap. XXVIII — “Da hida do Pe. Balthazar Gago de Japão para a India e dos trabalhos que passou na viagem”, ed. 1976, pp. 182-188.

Como se constata pelas datas enunciadas, é durante a sua viagem de regresso à Índia que se avista com A. Pereira, o qual foi encontrar na prisão de Cantão pouco antes deste ter recuperado a liberdade.

Sobre Manuel Teixeira sabemos que nasce por volta de 1536 em Miranda do Douro, no Norte de Portugal, que entra na Companhia em 1551 e embarca para a Índia nesse ano. Estuda Filosofia e Teologia em Goa, conhece Francisco Xavier, é ordenado sacerdote em 1560 e está em Baçaim em 1561. Em 1563 é destacado juntamente com os jesuítas Francisco Pérez (1514-1583) e André Pinto (1538-1588) para acompanhar a missão diplomática de Gil de Góis à China⁷. Segundo o próprio, visitou Cantão por duas vezes entre 1564 e 1565. Fundou a residência jesuíta de Macau e conservou-se nesse litoral até 1567. Regressa à Índia em 1568, onde vem a ser reitor do Colégio de Cochim (1569-1572), vice-provincial (1573-1574) e superior da Missão do Norte em Baçaim (1577-1578).

Autor da primeira *Vida de São Francisco Xavier* (ms. português perdido, de 1580, traduzido para espanhol e italiano e completado em 1581 com dois capítulos finais e dois apêndices de “Anotações e Correções”⁸), Teixeira morreu em Goa corria o ano de 1590⁹. Também segundo o próprio, ao redigir as notícias chinesas constantes da sua carta de 1563 serve-se do ouvido da boca “de hu[m] Amaro Pereira Portuguez catiuo q’ ha 15. annos q’ foi [capturado] E agora o soltarão”¹⁰. Haviam passado escassos quatro meses sobre a sua chegada ao porto de Macau e ainda não tivera oportunidade de visitar a metrópole provincial porque a parte civil da embaixada mal acabara de proceder aos primeiros trâmites negociais. Instalado em Cantão há apenas alguns dias, na carta de Novembro do ano seguinte afirma ir escrever sobre a terra com base no pouco que conseguira ver “E pelo q’ me dizem os moradores della, E hu’ portugues q’ nesta cidade esteue quinze annos catiuo, E pouco ha o soltarão”¹¹. Enfim, na carta de

⁷ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-3.

⁸ Título da tradução espanhola: *Vida del bienaventurado Padre Francisco Javier, Religioso de la Compañía de Jesús*. Subtítulo da tradução italiana: *Itinerario o Memorial d’alcune cose della vita et morte del Benedetto Padre Maestro Francesco Javier della Compagnia del Gesù, et il primo che di essa passò all’Indie et fu primo prouinciale della Compagnia in quelle parte primo predicatore della nostra santa fede nelle isole et terre del Giappone il qual morse poi nella China l’anno del 1552*. Ver *infra*, cap. 13-2.

⁹ *Epistolae S. Francisci Xavierii*, ed. 1944, vol. 1, p. 79; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 594-597; *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, p. 107; Mesquitela, *História de Macau*, vol. 1, t. 2, 1996, p. 50, n. 47; Garcia, 1997b, p. 31.

¹⁰ Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas de Goa, Macau, 1 de Dezembro de 1563, fl. 31r., ed. 1964, cit. pp. 733-734. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 110.

¹¹ Carta do Pe. Manuel Teixeira, Cantão, 30 de Novembro de 1564, fl. 102r., ed. 1964, cit. p. 760. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 131.

Dezembro de 1565 evoca para os mesmos efeitos a sua experiência de três anos na terra e a de “umas duas vezes que nesta cidade de Cantão por alguns dias estive”¹². Nesta oportunidade, esquece referir os ensinamentos transmitidos pelo antigo cativo, mas um leitor atento não demora a notar como num ou noutra ponto repete esclarecimentos que só Amaro Pereira expressara daquela maneira.

Versão A

A *Enformação* veiculada pelo Pe. Baltasar Gago em 1562 destaca-se do conjunto pela espontaneidade e por uma visão da China que está, por exemplo, muito mais próxima daquela que fora dada pelos antigos cativos Cristóvão Vieira e Vasco Calvo do que da que era norma nos textos produzidos ou encomendados pela Companhia. Amaro Pereira destila um rancor em absoluto compreensível atendendo à situação em que se encontra há quase década e meia. Tal como com Vieira e Calvo, os aspectos judiciais e prisionais da vida chinesa ocupam o centro do relato. Depois, a ideia de um Império submetido ao arbítrio de um punhado de tiranos tem aqui uma oportunidade de ouro para continuar a ser glosada. Voltam também a ler-se associações entre as pretensas incapacidade defensiva geral e revolta latente de alguns sectores inferiores da sociedade.

Assim, ao mesmo tempo que se assinala que ninguém salvo os frecheiros mouros tem autorização para trazer armas, aposta-se em que uma soltura geral dos presos de Cantão só por si seria o bastante para assolar a cidade e antevê-se para breve que os mesmos mouros “an de vir a tomarlhe [aos mandarins] a terra [...] que tão fraca gente he esta”¹³. Com uma frase desassombrada que apenas lembra a profecia dita em 1555 pelo outro homem vivido que foi Fernão Mendes Pinto¹⁴, o jesuíta dá ainda conta da profunda descrença do prisioneiro português na conversão da China: “Diz este cativo que en qualquer parte do mundo se pode fazer fructo de christãos mas que nesta terra não pollas grandes abominações que ha nesta grãde Sodoma e que isto reina nos

¹² Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fl. 211v., ed. 1964, cit. p. 787. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 185.

¹³ Amaro Pereira & Pe. Baltasar Gago, S.J., *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira*, 1562, ed. 1989, cit. p. 94.

¹⁴ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7.

maiores e nos seus jogues¹⁵ ou casizes¹⁶ em grandes e pequenos, alem de outras muitas maldades que tem, que ho filho por direito mata o pai e a mai”¹⁷. No penúltimo parágrafo, Baltasar Gago pede aos seus irmãos que encomendem a Cristo aquelas partes e, em particular, que “se abra caminho para que naquelle grande mundo da China seja sua Divina Majestade obedecido servido e adorado”¹⁸. Contudo, a interjeição é de circunstância, não tendo correspondência de espécie alguma com o trabalho consciencioso sobre a conversa com Amaro Pereira que ficara para trás.

Amaro Pereira é o primeiro informador depois de Cristóvão Vieira a dar a lista completa das “quinze governações” chinesas. É certo que a terminologia encontrada nem sempre concorda com a desse seu predecessor, tal como este nem sempre escrevera de uma única forma o nome de uma mesma província. Porém, a listagem é exacta, perfeitamente identificável e, ainda que não diferencie as marítimas das interiores, vem acrescida do número de “cidades cabeça e mais” por província, qualquer delas murada, sendo as primeiras “como metropolis” e as segundas como “villas”, tudo num total de 1481 — “afora infinitos lugares e aldeas de que se não fas menção”¹⁹. A contagem serve também para narrar as inundações ocorridas sete anos antes em Shanxi e já assinaladas por Melchior Nunes em 1558, com as diferenças mínimas de agora não serem sete mas oito as cidades submersas e de o cataclismo ser descrito com uma gama alternativa de pormenores: o solo que se abre, a água que sai fervendo, lagoas vermelhas que secam e deixam a terra vermelha como sangue e outros que tais²⁰.

Se bem que o mercador não se tivesse afastado demasiado dos litorais do Sul da China durante os largos anos que levava cativo, estava em condições de oferecer à curiosidade geográfica do missionário alguns dados suplementares em relação ao saber acumulado até então, dados nem sempre correctos mas que desde logo foram úteis para colmatar algumas das insuficiências mais gritantes dos mapa mentais do interior do continente. Amaro Pereira afirma que da “gouvernação de Honnan [Yunnan] podem ir ao reino de Sião em menos de hũ mes por terra e parte este reino com os Bramas que

¹⁵ “Jogue”, termo que identifica o asceta hindu (escassamente vestido, com o corpo polvilhado de cinza, cabelo comprido e desalinhado), mas que se aplica também ao penitente e mendicante hindu ou ao religioso mendicante maometano (*faqir*). Dalgado, *Glossário*, vol. 1, 1919, p. 491. Cf., *inter alia*, *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 95, n. 51.

¹⁶ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7, n. 269.

¹⁷ Amaro Pereira & Pe. Baltasar Gago, S.J., *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira*, 1562, ed. 1989, cit. p. 95.

¹⁸ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 96.

¹⁹ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 89.

²⁰ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 89. Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7.

possuem Pegu”²¹. Afirma depois que nas vizinhanças da cidade de “Paquin” estava “hum certo passo” por onde vinham os mogores e onde diziam existir “casta de homens como gigantes”²². Excepto a distorção lendária em relação à qual é natural que alguém como ele não se tivesse conseguido distanciar, era um facto que o Império Mogol confinava com algumas regiões chinesas, mas as mais ocidentais e nunca com a região de Pequim. Pelo meio, ainda quis que a “governança de Liampo” fosse a mais chegada ao Norte²³, o que dá noutro desfasamento com essa dimensão da geografia chinesa mais apartada da frequência habitual do trato português e que restava por desbravar. A terminar, calcula em “200 legoas chins, que hũa tẽ duas e hũ quarto das nossas” ou em quarenta dias de marcha rápida a distância entre Cantão e Pequim²⁴.

A abundância de informações de carácter económico e fiscal marca mais um contraste em relação ao que era regra no clássico documento jesuítico. Com este Pereira vamos redescobrir o interesse pelo ouro, o almíscar, a seda ou a louça da China a que nos tinham habituado observadores do género dele e não os padres ou os textos da Companhia²⁵. Entra igualmente com um detalhe pouco habitual nos montantes pagos pelo imperador aos seus oficiais, nos impostos cobrados a cada chefe de família e naqueles arrecadados pelos principais funcionários²⁶. Já como um maior número dos demais observadores da época, reconhece os nomes e o estatuto particular de muitos desses funcionários²⁷, evoca a primazia dos “regedores e mandarins por letras”, os exames feitos “cada 3 anos” em regime de “desputa pera mandarins novos” ou os “grandes estudos” que existiriam por toda a terra e os diferentes graus a que estes davam acesso e que permitiam que “filhos de pescadores e carvoeiros” viessem a ser “grandes”²⁸. À semelhança de muitos, conclui que com esta aprendizagem tais gentes “buscão novos entêdimentos e rezas que he a sua rectorica”, que com ela “fazem farsas

²¹ Amaro Pereira & Pe. Baltasar Gago, S.J., *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira*, 1562, ed. 1989, cit. p. 89.

²² Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. p. 95.

²³ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 93.

²⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 96.

²⁵ Ver idem, *ibidem*, ed. 1989, pp. 89-90 e 93.

²⁶ Ver idem, *ibidem*, ed. 1989, pp. 91-93.

²⁷ Ver idem, *ibidem*, ed. 1989, p. 90.

²⁸ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. p. 92. Sobre o mesmo assunto, ver *supra*, Parte II, cap. 5-1 (carta de Cristóvão Vieira, Cantão 1534) e cap. 6-5. (D. Jerónimo Osório, *De gloria*, 1549).

e destas letras tomão metaphoras” e que “os Japões que sabẽ estas letras se entendem com os Chins por cartas e não pela lingoa”²⁹.

No parlatório da cadeia de Cantão o padre Gago anotou, a propósito de outras matérias que fariam parte do questionário-padrão, outras tantas respostas concordantes ou pouco inovadoras em relação ao que saberia o leitor informado que as acolhesse ou que se interessasse de longe pela sorte das Missões. Por exemplo, que as pessoas não podiam transitar “de hũa guovertação para outra sem leva chapa e registo em que diga de que terra he e para onde vai e que vai fazer e de quantos anos he e se tem barbas ou não e que sinais”³⁰, acontecendo o mesmo com as fazendas³¹. Amaro Pereira colocou-o também a par da “grande festa” que todos os chineses celebravam por ocasião do seu nascimento e dos seus rituais de luto. Alude à invasão mongol de 1147, descreve sem surpresas o mecanismo da sucessão dinástica, a vida da Corte, o “grande aposento e cerca a maravilha” onde “El Rei esta sempre” e o “muro de 500 legoas de comprido e que he de taipas muito forte” que protegia o soberano em pleno sertão³². Note-se que a única nota que aparece sobre a religião ou as religiões dos naturais é esta: “El Rei adora todos los pagodes ou idolos dos seus reinos, temnos juntos em hũa casa dentro do Paquin e asi tem cada reino os seus e cada chin em sua casa tem hũ dous que adorão”³³.

É induzida pela descrição dos modos quotidianos que nos surge uma das impressões que mais contrasta com a norma: “Estes Chins comem todas as cousas emmundas e sujas, cães e gatos, cobras, bugios, minhocas, ratos, com quanto podem aver no mar e na terra”³⁴. Depois, os degredos, os castigos corporais, as execuções ou as extorsões forçadas de bens de que Amaro Pereira fora vítima, ou a que assistira, suscitam o que falta para que se classifique o essencial da sua imagem da China tal como captada pelas lentes do jesuíta Baltasar Gago de disfórica e distrópica³⁵. Vimos o relator da *Enformação* de 1554 considerar frequentes as injustiças dos “capitães e gouernações”, mas os “capitães da corte” compensavam tais prepotências ao desautorizarem e punirem com frequência os funcionários subalternos³⁶. Num plano descomprometido do discurso da Companhia, citámos Leonel de Sousa quando este

²⁹ Amaro Pereira & Pe. Baltasar Gago, S.J., *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira*, 1562, ed. 1989, cits. p. 92.

³⁰ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 93.

³¹ Ver idem, *ibidem*, ed. 1989, pp. 93-94.

³² Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. p. 95.

³³ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 95.

³⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 95.

³⁵ *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 87.

³⁶ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-6.

consegue a habilidade de denunciar a crueldade do código penal chinês sem contudo pôr em causa a excelência do sistema no seu conjunto³⁷. Ora, nisto esta *Enformação* de 1562 é radical, não poupando quase nada nem ninguém.

Com Amaro Pereira o “capitão da Corte” do anónimo de 1554 passa a “olheiro del Rei” e é identificado correctamente com o “chaẽ”, o comissário do tribunal dos censores de Pequim em visita às províncias, algo de que Melchior Nunes Barreto tinha dado conta na sua carta de Novembro de 1555, ainda que sem o mesmo pitoresco³⁸. Pereira principia por assinalar que este “tẽ poder para desfazer a todos e que se não torce por nhũa dadiva”³⁹, que “cada 3 anos na corte ha despachos de todas as guoernações geraes” e que estes “poẽ e despoẽ, acrescentão e deminuem e tẽ tal ordẽ que os naturais de Canton mudanos para outra provincia longe dali, asi que os naturais não tem em sua natureza carreguos”⁴⁰. De seguida, lembra que os mandarins enviados em périplo pelo imperador cada cinco anos têm a faculdade de “perdoar penas e soltar presos”, medida que agradeceriam todos aqueles que não dispusessem de dinheiro para pagar a liberdade e, claro, que tivessem sobrevivido aos açoitamentos prescritos⁴¹. No entanto, as pareenças findam aqui. Para o martirizado prisioneiro o que sobressai são os taéis mínimos que todos têm de possuir para serem soltos, os mandarins que “em quanto tem o cargo aproveitanse quanto podẽ a custa da genta da terra porque outros também tiranizão a estes quando os despõe”⁴², as “infinitas tiranias que não tẽ conto” representadas pelos tributos que referimos serem impostos a cada agregado familiar⁴³ ou as “muitas tiranias e roubos que cada hora lhe fazẽ [aos próprios moradores] os que regem e guoernão” e que suscitavam a predisposição a “entregar a terra e dar modo e maneira com que se tome” de que também falámos⁴⁴. Enfim, deixa expressa essa impressão insuperável de que há um rei que “chama a si tudo e tudo come”⁴⁵.

³⁷ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-8.

³⁸ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7. Cf. *supra*, Parte II, cap. 7, n. 59.

³⁹ Amaro Pereira & Pe. Baltasar Gago, S.J., *Enformação da China que ouve de hũ portugues por nome Amaro Pereira*, 1562, ed. 1989, cit. p. 90.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. pp. 90-91.

⁴¹ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 92.

⁴² Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 92.

⁴³ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 93.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. p. 94.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 94.

Versão B

Pela sua parte, o Pe. Manuel Teixeira possuía todas as características para ser bem sucedido no ofício que os seus mestres lhe teriam ensinado como regra epistolográfica de transmutar más impressões como esta na música suave. Muito mais jovem que Baltasar Gago mas moldado pela Companhia desde muito mais cedo que o seu companheiro, apresenta as suas entrevistas com Amaro Pereira num contexto que é também inverso do experimentado por este. Lembre-se só que enquanto Teixeira vai à China com o fim expresso de inaugurar uma Missão, Gago apenas teria tido Macau e Cantão na sua rota porque a escala era inevitável para quem, como ele, regressava à Índia vindo do Japão. Mas não é tudo e, talvez, nem sequer o decisivo. O autor das cartas de 1563, 1564 e 1565 que pertencem a este ponto exhibe um talento literário que, ao contrário da escrita trôpega do firmante da *Enformação* de 1562, o coloca de pleno direito no panteão dos mais excelentes cultores do género. Fluência narrativa e capacidade sugestiva como as suas não eram de todo em todo dons ao alcance do padre de Lisboa.

Neste capítulo, a carta de 1 de Dezembro de 1563 é admirável. Porque há quase nada para contar sobre o desempenho diplomático de Gil de Góis, Manuel Teixeira preenche cerca de metade do texto com a narrativa da viagem empreendida desde Goa. A vida a bordo é reduzida às ladainhas que os missionários diziam cada dia, às rezas feitas aos domingos diante de um altar em substituição das missas, às pregações patrocinadas aos meninos e escravos que vinham na nau, às histórias de santos com que se edificavam os senhores, às confissões ouvidas ou à mediação de desacatos, sempre tão bem sucedida que todos acabam reconciliados e amigos⁴⁶. Há dois parágrafos para a escala em Malaca, mas logo se volta à rotina das ladainhas, da água benta, das encomendas a Deus e ao espectáculo dos principais acidentes das costas que

⁴⁶ Sobre a celebração dos mistérios eucarísticos a bordo dos navios e as limitações de lugar e tempo que lhes foram impostas durante certos períodos do século XVI — e, designadamente, sobre a aparente ausência de missas celebradas a bordo nas primeiras levadas de jesuítas para o Oriente, incluindo a viagem de Francisco Xavier, tal como sobre as medidas da sessão XXII do Concílio de Trento (Decreto *De observandis et evitandis in celebratione Missae*, de 17 de Setembro de 1562), medidas que restringiram a sua prática e conduziram às chamadas “missas secas” (*i.e.* limitadas à recitação das fórmulas prescritas pelo missal, sem consagração nem o respeitante à oblação, tal como sem volta do sacerdote para o povo ao “*Dominus vobiscum*”) —, ver o remoto estudo de Domingos Maurício Gomes dos Santos, “A missa a bordo das naus da Índia”, separata da revista *Las Ciencias*, Año XVII (4), Madrid, C. Bermejo Impresor, 1908, pp. 731-760.

Sobre a generalidade da “vida espiritual” nas mesmas condições, ver Francisco Contente Domingues & Inácio Guerreiro, *A vida a bordo na carreira da Índia (século XVI)*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Série Separatas — 1988, Lisboa, IICT, 1988, pp. 29-33.

sucessivamente se iam avistando e entravam para o diário colados ao nome do santo do calendário: após Cochim, Ceilão e Samatra, qualquer delas olhada ao largo, a chegada a Malaca aconteceu no dia do bem-aventurado Santo António; depois do Estreito de Singapura, do Mar do Sião e das costas do Cambodja e Champá, as terras da Cochinchina são avistadas no dia do bem-aventurado Santo Apolinário; o Golfo de Hainão é atravessado no dia do bem-aventurado São Tiago; as ilhas de Cantão são vistas no dia do bem-aventurado São Nazário; e o porto de Macau é transposto no dia da bem-aventurada Santa Marta⁴⁷.

Para que os seus irmãos caríssimos pudessem fazer ideia do que ia dentro da terra à porta da qual Manuel Teixeira acabava de chegar (e as expressões continuam a ser as dele), este começa por lhes dar as coordenadas de Macau e por citar duas informações do antigo cativo Amaro Pereira, uma sobre a distância Cantão-Pequim, outra sobre o suposto contacto entre as terras de Pequim e as partes dos mogores. Os termos eram idênticos aos da carta do padre Gago, só que vinham acrescentados do que lhe dissera um cristão arménio — que, por sua vez, o escutara de um mouro — sobre uma outra parte do reino “q’ confina cõ a Tartaria E esta cõ a Moscovia da qual dizia q’ podiaõ uir ao Paqui’ em seis ou sete meses por terra”⁴⁸. O padre Teixeira não confirma nem despreza tal notícia. Complementares em relação a esse texto do ano anterior, ainda que sem originalidade de monta, são igualmente aquelas informações sobre os cabelos e as unhas compridas ou sobre a indumentária dos chineses: as suas vestes longas e de mangas largas (“quasi ao modo Venesiano”), os seus calções, sapatos e barretes lavrados de sedas (“cõpridos e rãbos na põta quasi ao modo de didaes de laurãdeiras”), ou o pano acolchoado, as calças e os barretes de feltro que traziam de Inverno em vez da seda e do algodão do Verão e que então completavam com sombreiros do mesmo tecido, de copa comprida (“como frame’gos, ou ytalianos”)⁴⁹. À parte isto, a oportunidade é toda ela para reacerτος com a norma epistemológica dos jesuítas.

Deste modo, o tema da centralização e do exercício do poder segundo Amaro Pereira/Baltasar Gago dá lugar a um reino “todo muito pacifiquo E tão obediente E sozeito [sujeito] E temeroso a seu Rei q’ assi como [em] hu[m] Collegio bem ordenado de pessoas obedientes se cu’pre a letra o q’ o Superior manda da mesma maneira se faz

⁴⁷ Ver carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas de Goa, Macau, 1 de Dezembro de 1563, fls. 30r.-31r., ed. 1964, pp. 729-732. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 107-109.

⁴⁸ *Ibidem*, fl. 31v., ed. 1964, cit. p. 734. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 110.

⁴⁹ *Ibidem*, fl. 31v., ed. 1964, cits. p. 735. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 110.

o q' seu Rei quer E manda ã todo este Reino"⁵⁰. Manuel Teixeira não perde tempo para demonstrar quais as suas reais intenções: “[O] q' he grã meio por q' se algu' tempo cõ a ajuda de nosso sôr se ouuer algu'a cousa ou licenca del Rei pera se pregar nossa santa fee em seu Reino como em nosso sôr esperamos se auera [ocasião] pera ella se dilatar mais nelle q' todo outro q' saibamos"⁵¹. Outro tema caro à dupla Pereira/Gago, o de um povo indefeso porque lhe está proibido o porte de armas ou porque é obrigado a acatar uma justiça despótica, é retomado pelo novo missionário na China, porém sem nenhum adjectivo depreciativo, antes com mais esta prova de admiração: “e nesta ge'te se vee o q' dos Magos se diz andar a nobreza e [a] valia cõ a scie'çia e [a] yustiça pr.q' soo os q' a te' a exercitaõ e vale' como ya saberão"⁵².

Continuemos. O texto de Pereira/Gago destacara em mais do que um ponto a rudeza de vários hábitos do quotidiano. Aqui, nota-se antes que a gente é “geralm.te m.to cõuersavel e de grãdes cortesias e' q' se acha primor"⁵³. O texto de Pereira/Gago referira a universalidade do ensino mas não ousara perspectivar outros usos para o fenómeno. Ao invés, Teixeira intui também aí potencialidades suplementares e concordantes com o que lhe é mais caro: “e ate os mesmos remeyros vemos aqui andar cõ liuros de hystorias ympressos na mão q' he outro grãde me[i]o para nesta terra e' pouco te'po se manifestar a notiça da nossa sãta fee. Se nosso sôr chegar a os fazer dela como esperamos partiçipãtes como he façil segundo o q' ca e'te'demos"⁵⁴. Por último, as observações sobre matéria religiosa, que a *Enformação* de 1562 tocara ao de leve e uma outra vez ainda sem consequências e sem aproveitamentos práticos. Pois bem, elas não apenas são alteradas nesta carta de 1563, como lhes é agora conferido um alcance em tudo outro: “são os Chins pouco afeiçoados a seus idolos, e te'lhes pouco acatam.to aynda q' não estão ne' andaõ sem elles, por q' não Vemos neste porto casa ne' e'barcação e' q' os não tenhaõ parece-lhe[s] be' nossa maneyra de culto diuino, amostrãdosse afeiçoados a elle, e hu'a das cousas cõ q' mays credito tinhamos cõ este Mandari' q' aqui veo era ver q' tinhamos aqui ygreja, a que' elle fazia reuere'cia quãdo nella e'traua e q' vsuamos das cõtas de rezar, e assi as folgaua de ver como se soubera

⁵⁰ *Ibidem*, fl. 31v., ed. 1964, cit. p. 734. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 110.

⁵¹ *Ibidem*, fl. 31v., ed. 1964, cit. pp. 734-735. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 110.

⁵² *Ibidem*, fl. 31v., ed. 1964, cit. p. 735. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 111.

⁵³ *Ibidem*, fl. 31v., ed. 1964, p. 735, CF. ed. 1996, p. 111

⁵⁴ *Ibidem*, fl. 31v., ed. 1965, cit. p. 736. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 111.

a bondade de seu vso”. E a promessa que se queria ouvir: “ne’ estranhaõ fazere’s xpaõs [cristãos] na terra”⁵⁵.

Achegas à versão B

Os mesmos assuntos da cartografia verbal do espaço chinês, das práticas culturais e educativas da China, do seu exercício de governação ou da sua atitude face ao sagrado tanto são retomados na carta de 30 de Novembro de 1564, como na de 1 de Dezembro de 1565. Por ser um autêntico relatório sobre os três anos que este padre já cumprira em Macau e arredores, a segunda é muito mais extensa do que a do ano anterior. Contudo, o desequilíbrio de conteúdos que naturalmente deriva daqui nem impede que em ambas notemos novidades, nem que confirmemos a mudança de atitude face ao escrito de Amaro Pereira/Baltasar Gago de 1562 que a carta de 1563 nos permitira ver. Um por um, eis o que o novo missionário foi dizendo sobre tais tópicos.

Na carta de 1564 o Pe. Manuel Teixeira abrevia a reportagem sobre a geografia chinesa em relação àquilo que escrevera em 1563: nada sobre latitudes ou distâncias internas e nenhum dos palpites antes dados sobre os povos e os territórios limítrofes menos esclarecidos. Salvam-se Pequim, os reinos da Tartária e, sem compromisso, a referência a outros povos “q’ elles não sabem polla nhu’a comunicação q’ este reyno tem, nem quer ter com elles, nem com nenhum outro pera assi melhor se cõseruar”⁵⁶. Acrescenta também o número das províncias, igual ao da *Enformação* de 1562, mas sem as designações. Só na carta aos jesuítas da Europa de 1565 temos inovação: anúncio de que os chineses chamam à sua terra “Tamenquos”, o que traduz para “Grande e Claro ou Puro Reino” (nada menos do que a transcrição do chinês *Ta Ming Kuo*, o Reino do Grande Ming); esclarecimento que entre si se chamam “Tagem”, o que decifra como “Gente do Grande Reino” (de *Ta Jên*, os mandarins de categoria superior)⁵⁷; e um parecer segundo o qual a Tartária, terra de gentios e gente branca,

⁵⁵ *Ibidem*, fl. 31v., ed. 1964, cits. p. 736. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 111; *ibidem*, Ms. BAL, *Jesuítas na Ásia*, 49-IV-50, fls. 592r.-594r.; transcr. parcial in Freitas, 1988, pp. 23-27.

⁵⁶ Carta do Pe. Manuel Teixeira a um Padre da Companhia, Cantão, 30 de Novembro de 1564, fls. 102r.-102v., ed. 1964, cit. p. 761. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 131.

⁵⁷ Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fl. 211v., ed. 1996, cits. p. 185. Na leitura de B. Videira Pires: “Tamencuo” para a terra e “Tangence” para a designação da sua gente. Ver Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, ed. 1964, p. 787. Cf. *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, p. 191, n. 9.

limita a China pelo Norte, enquanto o Mar Oceano a limita pelo Oriente e Meio-dia e o reino dos bramás e pegús pelo Poente. Dizendo citar os seus roteiros, informa que a China está lançada “de vinte até cinquenta graus ao Norte”, que conta mais de quinhentas léguas entre o Norte e o Sul e “de Oriente a Poente muito mais”⁵⁸. Conforme tudo isto, conclui que este mesmo reino “tem a temperança dos tempos e cor da gente, que é toda branca”⁵⁹. Para rematar, dissimula mal o recurso ao informador Amaro Pereira e jura que a China “terá trezentas e quarenta e tantas Cidades e mil e cento e tantas Vilas e todas cercadas, amuradas, segundo em seus tombos achamos escrito”⁶⁰.

Segundo tema, o das práticas culturais, que voltamos a colar à apreciação genérica sobre a índole dos chineses. Assim, em vez dos “grandes estudos” que constam da carta do Pe. Baltasar Gago de 1562 lê-se “grandes huniuersidades E estudos”. Em vez das explicações sobre a capacidade deste povo para a retórica ou para as metáforas, Teixeira refere que as letras que aí se aprendem “são as de suas leys do Reyno”, imutáveis há perto de dois mil anos e que “são todas suas cyencias, Artes Philosophia, E Theologia E como ya disse bem-aVenturanca”⁶¹. Passando a 1565, lê-se um pouco mais: que as letras que aprendem para se regerem “são como filosofia moral”⁶², que têm uma enorme diversidade de línguas mas que todos se entendem na língua dos regedores (o mandarim, leia-se), que essa língua é usada em todos os seus livros, que escrevem como os japoneses de cima para baixo e que usam por letras “uns caracteres significativos de coisas”⁶³. Sobre as qualidades inatas desse povo tão maltratado em 1562 mas também já reparado moralmente por Manuel Teixeira no ano seguinte, outro progresso: “É este gentio o mais político que até agora temos visto e de boa

Ver-se-á já a seguir que Galiote Pereira prepara c. 1554 dados semelhantes sobre a designação chinesa da China: ver *infra*, excurso 3 a este capítulo. Que saibamos, antes dele — e, conseqüentemente, antes de Manuel Teixeira — só António Galvão, o presumível autor do *Tratado de las Yslas de los Malucos y de los costumbres de los indios y todo lo demas* (ms. de c. 1544?), passara a escrito o mesmo género de informações sobre os nomes originais da China e dos chineses, informações estas que os portugueses conheceriam desde as suas primeiras viagens pelos Mares da Ásia. Ver Boxer, 1953b, p. 260, n. 4; Loureiro, 1994b, vol. 1, p. 1146, Luís Filipe Oliveira, “Duarte Galvão”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 446; *infra*, cap. 10-2.

⁵⁸ Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fl. 212r., ed. 1964, cits. p. 788. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 186.

⁵⁹ *Ibidem*, fl. 212r., ed. 1964, cit. p. 788. Na versão corrigida e impressa em 1996: “tem a temperatura dos tempos e cor da gente, que é toda branca” — *ibidem*, ed. 1996, cit. p. 186.

⁶⁰ *Ibidem*, fls. 211v.-212r., ed. 1964, cit. p. 787. Na versão corrigida e impressa em 1996: “E terá trezentas e quarenta e tantas cidades, e mil e cento e tantas vilas, e todas cercadas, muradas e arruadas, segundo em seus tombos achámos escrito” — *ibidem*, ed. 1996, cit. p. 185.

⁶¹ Carta do Pe. Manuel Teixeira a um Padre da Companhia, Cantão 30 de Novembro de 1564, fl. 102v., ed. 1964, cits. p. 762. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 132.

⁶² Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fl. 213v., ed. 1964, cit. p. 791. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 187.

⁶³ *Ibidem*, fl. 212v., ed. 1964, cit. p. 789. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 186.

conversação. Tem grandes cortezias e cumprimentos, especialmente ao comer; e são grandes comedores. Usam muito por desenfadamento autos e comédias sentenciosas. São muito industriosos e servidores, grandes aproveitadores e trabalhadores. E começam m.to pequenos ao trabalho”. Outra conclusão pretendida: “esta é também uma das causas da grande abastança desta terra”⁶⁴.

Terceiro tema, o do regimento ou do governo do reino da China. A propósito disso, em 1564 o destinatário anónimo da carta de Cantão em causa lia que todo o povo era “muy tiranizado assi o pouo das yusticas Como as yusticas inferiores das superiores E estas del rey”⁶⁵. Se por acaso fosse o mesmo da carta de 1563 acharia estranha a incongruência. De qualquer forma, o autor não tarda a repor a normalidade na sua linha de pensamento ou a mitigar os estragos que pudesse ter causado à reputação da China neste campo. Na forma muito mais cuidada da sua carta do ano seguinte aos confrades da Europa lembra que em todo este grande reino não havia mais do que um só “Rei”, que só ele era “grande e poderoso e temido e acatado”, que o governo era aí entregue a “pessoas de letras e saber”, jamais a “pessoas de sangue ou riquezas”, e que o imperador chinês tinha “postas suas leis no Reino e m.tas delas conforme a rezão e justiça”⁶⁶.

Último tema nuclear, o do culto e religião dos chins. Em 1564 há algo de novo sobre o muito pouco que diz que tal gente sabe das coisas de Deus e da alma: que os deuses que adoram são reis ou regedores passados, ou que os filhos se curvam diante das estátuas e imagens dos seus pais mortos, uma alusão ao culto dos antepassados. Diz também que não é o facto de lhes serem “muyto nouas as Cousas de ds’ [Deus] Verdadeiro” — “como quem nunca teue dellas notitia [*sic*]” — que os impede de folgar ao ouvi-las, de lhes mostrar afeição e de desejarem vir a ser ensinados nelas⁶⁷. Mas em 1565 há bastante mais sobre o assunto, contudo nada que abale a estratégia missionária em que Teixeira acredita, bem pelo contrário.

É então que vê “duas maneiras de sacerdotes”. Uns, “todos rapados, barbas e cabeças”, trazem “nelas [cabeças] uma maneira de mitras cortadas e quadradas”. Sobre estes aprendeu que tiveram a “sua origem de estrangeiros de outro Reino, que à China vieram ter” (alusão imediata aos sacerdotes budistas). Já outros, “com cabelo e barba e

⁶⁴ *Ibidem*, fl. 213r., ed. 1964, cits. pp. 789-780. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 187.

⁶⁵ Carta do Pe. Manuel Teixeira a um Padre da Companhia, Cantão 30 de Novembro de 1564, fl. 102v., ed. 1964, cit. p. 762. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 132.

⁶⁶ Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fl. 213v., ed. 1964, cits. p. 790. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 187.

⁶⁷ Carta do Pe. Manuel Teixeira a um Padre da Companhia, Cantão 30 de Novembro de 1564, fl. 103r., ed. 1964, cits. p. 763. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 132.

com barretes comuns”, vivem como os primeiros recolhidos nas suas varelas ou templos de ídolos, como eles nada mais fazem que idolatrar e rezar, mas parecem-lhe antes ser naturais do país (alusão não menos imediata aos sacerdotes taoístas). Vê ainda que, tal como “alguns dos antigos”, os chineses dão igualmente ideia de venerarem o céu e o sol, “a que eles chamam Tom” (outra alusão imediata a esse *Tian/T'ien* que daria em tantas controvérsias a partir do momento em que os missionários jesuítas tentassem a impossível analogia verbal entre o respectivo duplo conceito chinês — *i.e.* céu/firmamento e Céu invisível — e a palavra Deus⁶⁸). A concluir, o Pe. Teixeira vê aqueles que “adoram e veneram ao Diabo em própria figura”⁶⁹.

A encerrar o tópico, Manuel Teixeira faz um resumo do que de mais importante “um mestre deles, que parecia filósofo moral” argumentara consigo. Dissera-lhe a personagem “que o mundo fora produzido de água ou de uma matéria confusa dela”. A afirmação forçara a pergunta sobre “quem fora o que movera aquela água primeiro”. Aqui tivera por resposta um sorriso que mais do que dava a entender que “não *erat ultra*”. Depois, o problema da imortalidade das almas. Sucedia que o sábio até aceitava a ideia, somente que o lugar e a glória que antevia reservado no céu a algumas delas era “de cousas temporais e humanas, como todos os Infieis dizem”, enquanto que os que mal viviam e morriam “eram levados a certas maneiras de Infernos, que mais propriamente se podiam chamar purgatórios” porque não tardavam a transmigrar de corpo em corpo “até se acabar sua pena”. O padre Teixeira esclarece desta forma o sentido do seu embate com o budismo chinês: “Esta opinião de transmigração das almas é de Pitágoras e dos mais infieis destas partes”⁷⁰. Note-se que era uma das primeiras experiências do género vividas por um missionário católico, um pouco distante da que o dominicano Gaspar da Cruz tivera em 1556 (mas que só seria dada a conhecer em 1570)⁷¹ ou um quase nada posterior àquelas que o próprio Manuel Teixeira tinha

⁶⁸ Ver, *inter alia*, Danielle Elisseeff-Poisle, *Nicolas Fréret (1688-1749) – Réflexions d'un humaniste du XVIIIe siècle sur la Chine*, Mémoires de l'Institut des Hautes Études Chinoises — 9, Paris, Institut des Hautes Études Chinoises – Collège de France, 1978, pp. 25-27; Haun Saussy, *The Problem of a Chinese Aesthetic*, Stanford - Califórnia, Stanford University Press, 1993, pp. 36-37; Jacques Gernet, *L'intelligence de la Chine – Le social et le mental*, Bibliothèque des Histoires, Paris, Éditions Gallimard, 1994, pp. 224-228; Wang Bin, “Deus e *Tian* – Paradoxo de representação do que está para além da representação”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 21, Outubro-Dezembro 1994, pp. 93-106.

⁶⁹ Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fl. 214v., ed. 1964, cits. pp. 793 e 794. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 189 e 190.

⁷⁰ *Ibidem*, fl. 215r., ed. 1964, cits. pp. 795-796. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 190.

⁷¹ Fr. Gaspar da Cruz, O.P., *Tractado em que se cõtam muito por estẽso as cousas da China, cõ suas particularidades, e assi do reyno d'Ormuz, cõposto por el R. padre frey Gaspar da Cruz da ordẽ de sam Domingos. Dirigido ao muito poderoso Rey dom Sebastiam nosso Señor*, cap. XXVII — “Dos ritos e adorações dos Chinas”, Évora, André de Burgos, 1570; reed. in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação – E*

protagonizado numa “grande Varella” da ilha do Pinhal no início de 1564 e nos “templos de idolos” da cidade de Anung Hoi, na boca do rio das Pérolas, em meados de Novembro deste ano de 1565⁷².

Como em 1563, nada disto atenta contra o seu optimismo inabalável nas hipóteses de conversão da China ou contraria aquele quadro tão distinto da visão sombria de Amaro Pereira que logo aí se esforçara em transmitir. O Pe. Manuel Teixeira sabe o que fazer de cada um dos obstáculos ou de cada uma das penosas realidades que nem o estado de espírito do antigo prisioneiro português, nem as qualidades de ouvinte do jesuíta Baltasar Gago haviam sido capazes de transformar em oportunidades. O país poderia desconhecer uma única crença que não fosse errada e cega, mas não era também certo que o baixo estatuto social e a infindável ignorância dos seus pregadores os inibia definitivamente de se virem a constituir num incómodo de monta para os futuros missionários⁷³ O país era desmesurado, evangelizá-lo requeria o contributo de todos os colégios da China mais o das universidades de Espanha e, ainda por cima, nada seria praticável sem a licença dos mandarians ou dos regedores⁷⁴. No entanto, por que não esperar com confiança que, tal como lhes tinham parecido “m.to bem as Verdades de N. St^a Fé”, Nosso Senhor obrasse neles “a vontade para que as aceitem e a seu Rei para que lho permita”?⁷⁵ Como estrangeiros que eram, não pesariam sobre todos os missionários os inconvenientes e os riscos da “incomunicação e resguardo grande” em que os chineses viviam? Era verdade. Só que do lado de cá contava-se com a

Itinerário de António Tenreiro, Tratado das Cousas da China, Conquista do reino de Pegu, introdução de Aníbal Pinto de Castro, colecção Tesouros da Literatura e da História, Porto, Lello & Irmão Editores, 1984, p. 881. Todas as referências e citações a partir desta edição. Ver *infra*, cap. 11-2.

⁷² Ver carta do Pe. Baltasar da Costa ao Pe. Francisco Pérez, Ilha do Pinhal, dia de S. Sebastião [20 de Janeiro] de 1564, transcrita pelo Irmão André Pinto na sua carta aos jesuítas da Índia, Macau-Cantão, 13-30 de Novembro de 1564, BACIL, *Cartas do Japão*, t. 3, fls. 97v.-102r. (“*Copia de hu’a [carta] do Irmão Andre Pinto Pera os padres E Irmãos da Companhia de Jesu no Collegio de S. Paulo de goa E de de Cochim. a 13 de Novembro de 1564*”); pub. in Videira Pires, 1964, pp. 740-759. Reedição com leitura modernizada e confrontada com o original guardado no ARSI (*Japonica-Sinica*, 5, fls. 152r.-156r.), in *Em Busca as Origens de Macau*, 1996, pp. 117-127. A parte correspondente à carta de Baltasar da Costa (fls. 97v.-99r.), in Videira Pires, 1964, pp. 741-747. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 118-121. Ver carta do Irmão André Pinto aos jesuítas da Índia, Macau-Cantão, 30 de Novembro de 1564, fls. 101v.-102r., ed. 1964, pp. 757-759. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 126-127.

⁷³ Ver carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fls. 214v.-215r., ed. 1964, pp. 794-795. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 190.

⁷⁴ Ver carta do Pe. Manuel Teixeira a um Padre da Companhia, Cantão 30 de Novembro de 1564, fl. 103r., ed. 1964, p. 763. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 132-133.

⁷⁵ Carta do Pe. Manuel Teixeira aos jesuítas da Europa, Macau, 1 de Dezembro de 1565, fl. 213r., ed. 1964, cit. p. 790. Cf. *ibidem*, ed. 1996, p. 187.

perseverança, a continência, a virtude e o exemplo dos servos de Deus para entrar nesse átrio onde os aguardava escondido um tão grande “tesouro de almas”⁷⁶.

Neste particular, não foi o cepticismo de Amaro Pereira deixado escapar por Baltasar Gago o que venceu, antes o voluntarismo profissional de Manuel Teixeira. No mundo de papel e tinta em que tudo isto se passava, era muito mais agradável ter o bem e o mal cada qual no seu lado e saber de antemão que seriam os justos a ganhar a partida.

2. A segunda parte dos *Comentarios* de João de Escobar sobre a embaixada de Gil de Góis, 1564

A primeira metade da década de 1560 vê serem remetidos para a Europa através do correio interno da Companhia de Jesus dois textos mais em que a China e a aprendizagem portuguesa da China são os assuntos destacados. Por um lado, referimo-nos ao *Tratado* que o fidalgo Galiote Pereira compôs com maior probabilidade entre os anos de 1553 e 1555, mas que tanto quanto se sabe apenas foi copiado pelos “meninos da terra” do Colégio de São Paulo de Goa em finais de 1561. Por outro lado, pensamos nos dezanove capítulos da “segunda parte” dos *Comentarios* anotados pelo escrivão João de Escobar sobre a embaixada despachada para a China em 1563 pelo vice-rei da Índia Portuguesa, embaixada encabeçada por Gil de Góis e quase de certeza forjada de parceria entre os principais mercadores privados portugueses e luso-asiáticos activos nos mares da Ásia do Sudeste e da China e os homens de Inácio Loyola. Este último documento vem anunciado na carta que o Pe. Francisco Pérez envia de Macau para Goa ao cuidado do seu confrade Luís Gonçalves e que tem data de 3 de Dezembro de 1564⁷⁷, sendo que, pela ordem da respectiva descrição, deve ter sido concluído pela mesma altura. No título do original ou da cópia manuscrita que se conserva nos arquivos da Companhia em Roma e que só em 1996 foi editado (sem o prólogo e com ortografia modernizada): “Segunda parte dos Comentarios de Joam d’escouar sobre a enbaxada

⁷⁶ *Ibidem*, fl. 214r., ed. 1964, cit. p. 792. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 188-189.

⁷⁷ Carta do Pe. Francisco Pérez ao Pe. Luís Gonçalves, Macau, 3 de Dezembro de 1564, ARSI, *Japonica-Sinica*, 5, fls. 164r.-169r.; pub. in *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, pp. 135-141. Para a referência em causa, ver *ibidem*, ed. 1996, p. 139.

que o muito alto, & muj poderoso Rey dom sebastião, mandou a china” (*alia manu* 1564)⁷⁸.

Talvez integrado logo em Goa na comitiva do embaixador Góis, o veterano do Oriente João de Escobar tinha tido ocasião de descrever numa “primeira parte” dos seus *Comentarios* que fizera seguir para a Índia ainda em 1563 o andamento das negociações para a acreditação da missão diplomática em causa junto dos mandarins do Guangdong⁷⁹. Até hoje não se encontrou o rasto deste relatório. Caso haja sobrevivido, o que é certo é que o encaminharam para o mesmo olvido em que repousou durante séculos esta parte que o completa. Contudo, e observando o que temos, o desinteresse por uma divulgação mais ampla é fácil de explicar.

Aqui, o secretário da embaixada trata fundamentalmente dos percalços da mesma iniciativa durante o ano de 1564 e do episódio da ajuda emprestada pelos portugueses de Macau às autoridades cantonenses para a liquidação da unidade de defesa costeira rebelada meses antes e acantonada em Zhelin. Para o leitor curioso em questões de história comparada, esta versão ocidental do que as crónicas chinesas registam como tendo tido lugar no 43.º ano do reinado do imperador Chia Ching assume uma importância que não será necessário justificar. Dá-nos também um retrato insubstituível do microcosmos do Império Português do Oriente que era Macau na altura em que se constituiu: a família de Diogo Pereira e a comunidade mercantil que tutela, os seus aliados chineses, o estudado proselitismo dos Pereira, que é óbvio que respaldam as ambições dos jesuítas porque os interesses de uns e de outros convergem, o campo paralelo da pequena e média fidalguia portuguesa envolvida na viagem da China e Japão que cada ano ali aportava, os conflitos desta com as clientelas lusas

⁷⁸ Ms. ARSI, *Goa*, 38, fls. 47r.-73r.; transcr. in Loureiro, 1994b, vol. 2, pp. 1421-1473. Todas as citações a partir desta transcrição. Reprodução fotográfica do primeiro fôlio dos *Comentarios* de João de Escobar in Jorge Manuel dos Santos Alves, “A primeira década de diplomacia luso-chinesa após a fundação de Macau”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 19, Abril/Junho 1994, p. 6 [Alves, 1994a]. A primeira edição (versão modernizada, sem “Prologo”) dos mesmos *Comentarios* in *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, pp. 145-174.

⁷⁹ Sabe-se muito pouco de concreto a respeito da biografia de João de Escobar, salvo que se encontraria na Índia na altura em que D. Constantino de Bragança era vice-rei (1556-1561) e que aí acompanhou o seu sucessor, D. Francisco Coutinho, às negociações que este manteve com o samorim de Calecute em 1562. Fora isto, enquanto uns o consideram ex-jesuíta, outros não só têm notado a coincidência que ocorre entre o seu nome e o do secretário da embaixada que o rei D. Manuel enviou ao Preste João em 1520, como apontado aquela que se dá em relação a um outro homónimo seu contemporâneo que foi poeta cómico e professor de música, para além de autor de um auto muito popular no seu tempo intitulado *Fidalgo de Florencia* (dedicado a D. Sebastião e várias vezes reimpresso).

Ver António Baptista, “Jesuítas na China – A Saga Cultural”, in *Macau*, Macau, Gabinete de Comunicação Social de Macau, 92 (II série), Dezembro 1999, p. 160; Jorge Manuel dos Santos Alves, *Um porto entre Dois Impérios – Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas*, colecção Memória do Oriente — 14, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999, p. 54, n. 3 [Alves, 1999b].

instaladas e o seu menosprezo por tudo o que não se enquadrasse numa visão do enclave como mera escala comercial⁸⁰. Em suma, histórias de assaltos de piratas, de batalhas navais, de promessas e trocas de favores entre cristãos e gentios dos mais mundanos que havia, invejas e disputas entre gente de uma só nação e nada, ou quase nada, que interessasse à edificação ou ao aconchego das almas.

Aprendizagem protocolar

O “neguócio da embaxada”, como se lhe refere João de Escobar, conhece, digamos, cinco actos na versão narrada nesta segunda parte dos seus *Comentarios*. Anotamos com brevidade a respectiva leitura porque é o melhor meio para esclarecer esse quadro do funcionalismo e do protocolo chinês do qual os portugueses vinham descobrindo os requintes e as hierarquias, mas cuja prática, como o falhanço da própria missão de Gil de Góis se encarregará de demonstrar, é ainda muito mal dominada pelos ocidentais⁸¹.

Assim, nos primeiros dois capítulos seguimos as diligências de Manuel do Penedo, um notável da comunidade macaense e homem de mão de Diogo Pereira, que se desloca a Cantão “a cargo” do mandarim que estivera em Macau no ano anterior para sondar quais seriam as reais intenções da embaixada que aí se preparava e para avaliar a qualidade dos presentes que deveriam ser enviados para Pequim. A recepção solene que lhe dispensa uma junta constituída, entre outros, pelo “aythao”, o “puchançy”, o “ancheçy” e um não identificado “ancheffu” impressiona Penedo e os que o acompanham, tanto que contarão que foram recebidos “con tanta çirimonia daparato, *que* [nem] en Espanha nã [em] Ithalia se guainha a estes en nenhũa cousa”⁸². Na versão de Escobar, o acto termina quando os mandarins pedem que se apresente a “chapa” ou o mandado que anos antes fora concedido a um outro embaixador do mesmo rei, uma presumível alusão a Tomé Pires, o que os lusos dizem não estar em condições de satisfazer por tal credencial se ter alegadamente perdido num incêndio em Malaca.

⁸⁰ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-2 e 3.

⁸¹ Ver Saldanha, 1997, pp. 683-697.

⁸² João de Escobar, *Segunda parte dos Comentarios*, Novembro de 1564, cap. 2 — “da pitição *que* o mādari; e manoell do penedo apresētarão, sobre a embaxada aos grandes de canthão, e o despacho *que* tiuerão”, fl. 48v., transcr. 1994, cit. p. 1424. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1996, p. 146.

Perante isto, as autoridades provinciais chinesas revelam-se intransigentes e suspendem o processo de acreditação⁸³.

O segundo acto começa em Agosto de 1564 com a chegada a Macau dos capitães D. João Pereira e D. Luís de Melo da Silva, pronto envolvidos um com o outro e ambos com Diogo Pereira numa contenda pelo direito ao cargo de capitão da cidade. Já de si travadas pelo lado chinês, mas igualmente proteladas pelo lado dos mercadores portugueses, cujas prioridades depressa se orientaram para o escoamento das suas fazendas, as “cousas da enbaxada” sofreriam agora dois golpes adicionais. Um porque D. João, que acaba por sair vitorioso da disputa pela capitania, não se empenha nessa causa, antes pelo contrário. Outro porque o governador da Índia não atende ao pedido de alguns elefantes e cavalos que Gil de Góis lhe fizera para compor o aparato da sua missão. Entretanto, a unidade militar chinesa amotinada saqueia a periferia de Cantão e afirma-se de modo crescente como ameaça para a segurança de toda a área. Nesta conjuntura, o clã dos Pereira manobra uma vez mais em Cantão, só que desta vez à revelia do novo poder oficial português em Macau: oferecendo os seus préstimos e, sobretudo, a sua artilharia para lutar contra os “corsarios ladroes”, não tarda a conseguir que um dos seus servidores-intérpretes chineses (vulgo “jurubaças”⁸⁴) lhe traga de volta da parte do “chumby” (ou “chumpim”, *i.e.* comandante do exército provincial⁸⁵) a tão desejada “chapa” para a embaixada⁸⁶.

D. João reage mal à notícia e ameaça cortar as orelhas ao intérprete caso este voltasse a ir a Cantão negociar em nome de Diogo Pereira ou de Gil de Góis sem seu conhecimento. Porém, “loguo neste comenos, chegou o mãdarim com embarquações de

⁸³ Ver *idem, ibidem*, cap. 1 — “da tornada do mãdarim grãde pera canthão e do bõ credito que achou nos portugueses e como se entregou de manoell do penedo pera Requerer as cousa da enbaxada”, fls. 47v.-48r., transcr. 1994, pp. 1422-1423; *idem, ibidem*, cap. 2, fls. 48r.-49v., transcr. 1994, pp. 1423-1426. Cf. *idem, ibidem*, ed. 1996, pp. 145-148.

⁸⁴ “Jurubaça”, “jirubaça” ou “jerubaça”, do malaio *jurubahsa*.

⁸⁵ “Chumpim”, do chinês *zongbing (tsong-ping)*

⁸⁶ Ver João de Escobar, *Segunda parte dos Comentarios*, Novembro de 1564, cap. 3 — “como dom João pereira e luis de melo chegarão ao porto de macao anbos fazer a uiagem de Japão; e a diferença que entre elles ouue fiquamdo dom João fazendo a viagẽ e por capitão moor da chyna” fls. 49v.-50v., transcr. 1994, pp. 1426-1428; *idem, ibidem*, cap. 4 — “como se leuamtarão en canthão çertos cosarios ladroes e a destruição que fizerão saqueando cantão; e o pouco que ficerão no porto dos portuguezes”, fls. 50v.-52r., transcr. 1994, pp. 1429-1431; *idem, ibidem*, cap. 5 — “como os ladroes meado Junho vierão ha pouoação dos portuguezes e se forão descomfiando; desembarcar no porto”, fls. 52r.-53v., transcr. 1994, pp. 1431-1434; *idem, ibidem*, cap. 6 — “como o chumby mamdou hũ grande mamdarim ao porto de macao cõ muitas embarquações pedir o socoro e o que se nisso fez”, fls. 53v.-54v., transcr. 1994, pp. 1434-1436. Cf. *idem, ibidem*, ed. 1996, pp. 148-153.

Juncos, e lanteas⁸⁷ ao porto de macao da parte do chumby [a] pedir o dito socorro” e não resta ao novo capitão-mor outra alternativa senão a de reunir os “mujtos fidalguos e primçipaes da pouoação” para que estes deliberem a respeito⁸⁸. Era o terceiro acto.

De acordo com a minuta de Escobar, tal conselho respondeu “a hũa uoz *que* hera mujto bẽ e mujto necesario; asi *pera* o seruiço de *deus* como del Rej como *pera* o bem comum de todos dar se o tal socorro”. E destaca três dos argumentos que mais contribuíram para que o parecer tivesse sido favorável e unânime: a esperança de se ver por aí selada uma “amizade *perpetua*” como os chineses; a esperança de que não fossem quebradas as hipóteses da embaixada a pretexto de uma hipotética recusa; e a esperança de que esse gesto servisse para reparar a imagem de “maos e ladroes” que os portugueses tinham entre os mesmos chins⁸⁹. Na referida carta de 3 de Dezembro de 1564, o Pe. Francisco Pérez dá-nos uma lista de razões sensivelmente idêntica. Segundo ele, escolhera atender-se ao auxílio solicitado pelos mandarins de Cantão para anular a revolta “de outros alevantados chins” porque os portugueses sabiam estar em terra alheia, porque os sublevados também ameaçavam Macau e o seu tráfego marítimo, porque assim se ganharia a amizade e uma dívida de gratidão do lado dos chineses e porque de tal forma seria possível negociar com outros argumentos a recepção da embaixada, passo fundamental quer para elevar o estatuto do empório, quer para credibilizar o pedido que os padres faziam para entrar na China⁹⁰.

Desenrolaram-se então negociações tripartidas para o acerto da campanha militar: por uma parte, entre o mandarim destacado para Macau e D. João Pereira; por outra, entre o dito mandarim, Diogo Pereira e Gil de Góis; e entre um mercador chinês envolvido há largos anos no trato dos portugueses, Diogo Pereira e D. Luís de Melo, aqui para solucionar divergências tácticas entretanto suscitadas entre os dois principais grupos de Macau que estes últimos representavam⁹¹.

⁸⁷ “Lanteá” ou “lanteias”, do chinês *lingting* (*ling t'ing*), pequena embarcação chinesa de passageiros, também usada no transporte de mercadorias.

⁸⁸ João de Escobar, *Segunda parte dos Comentarios*, Novembro de 1564, cap. 6, fls. 54r.-54v., transcr. 1994, cits. pp. 1435-1436. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1996, p. 153.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, cap. 7 — “do *que* se asentou no cõselho *que* se fez en cas [*sic*; por casa] de dom João pereira, e de como se uio co mãdarĩ Na uarela”, fl. 55r., transcr. 1994, cits. p. 1437. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1996, p. 154.

⁹⁰ Ver carta do Pe. Francisco Pérez ao Pe. Luís Gonçalves, Macau, 3 de Dezembro de 1564, ed. 1996, pp. 137-138.

⁹¹ Ver João de Escobar, *Segunda parte dos Comentarios*, Novembro de 1564, cap. 8 — “do aparato do mamdarim com que saio; e do que se praticon entre elle e dom Joam”, fls. 56r.-57v., transcr. 1994, pp. 1439-1442; idem, *ibidem*, cap. 9 — “como dom João tornou mudar o parecer sobre dom manael; e pediu a luis de melo *que* açeita sse a capitania mor e de como ha açeitou”, fls. 58r.-58v., transcr. 1994, pp. 1442-1444; idem, *ibidem*, cap. 10 — “de como; o enbaxador e dioguo pereira, e seu Jrmão se uirão co

O quarto acto dos sucessos da embaixada vem a seguir, quando Diogo Pereira tenta aproveitar a vitória sobre os revoltosos para relançar a mais do que protelada causa de Góis e dos padres. Fá-lo usando a pessoa do agradecido e obrigado “chumby” (que agora surge acolitado por um “giratuly”, termo que Escobar traduz por “hũ dos seus escryuaes”), a quem se queixa das demoras dos “grandes de canthão” em dar despacho ao assunto, a quem pede e de quem recolhe nova “chapa” e a quem dá “todo ho auiamẽto de prata e o mais neçesario *pera* o caminho por não se deter por nada como cheguasse a *cantham*”⁹².

Quinto acto: regressa a Macau vindo de Cantão o conhecido “jirubaça” do mercador Pereira que por hábito servia de ponte entre os dois lados e transmite a notícia de que também o “ajtão” (antes “aythao”) concorda em favorecer o pedido do embaixador. O texto termina referindo-se ao momento de meados de Novembro de 1564 em que o Pe. Manuel Teixeira salta para bordo das mesmas lanteias em que tinham vindo por esses dias alguns mandarins a cobrar direitos e se dirige na sua companhia “*pera* ver canthão e trabalhar *com* se acabarẽ as cousas da enbaxada com moor breujdade e [para] o enbaxador ficar em canthão admitido com a embaxada *antes* das naos partirem *pera* a Jndia”⁹³. Deixava-se aberto o pano para um sexto e derradeiro acto.

O “estranho teatro” dos mandarins

Cerca de um ano depois, já o padre Teixeira está de novo em Macau e é João de Escobar quem lhe remete desde Cantão a crónica da decisiva entrevista protocolar com os mandarins, depois da qual se pode dizer se adia até 1583, a época de Michele Ruggieri e Alessandro Valignano, a entrada na China que os jesuítas vinham tentando.

mamdari e o que se detriminou”, fls. 59r.-60v., transcr. 1994, pp. 1444-1446; idem, *ibidem*, cap. 11 — “do aJuntamẽto *que* se fez en cas [*sic*; por casa] do prouisor e do *que* nele se asentou”, fls. 60v.-62r., pp. 1438-1450. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1996, pp. 155-161.

⁹² Idem, *ibidem*, cap. 17 — “como dioguo pereira se tornou a *Ver* co chũby e o que *com* elle asentou açerca da enbaxada”, fls. 70v.-71r., transcr. 1994, cits. pp. 1467-1468. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1996, pp. 171-172.

⁹³ Idem, *ibidem*, cap. 19 — “das nouas *que* mãdou thome pereira girubaça *que* en cãothão fora feito quãdo entro ha armada do chũby con Jucos dos ladroes”, fl. 73r., transcr. 1994, cit. pp. 1472-1473. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1996, p. 174. Ver idem, *ibidem*, caps. 17, fls. 69r.-71v., transcr. 1994, pp. 1465-1469; idem, *ibidem*, cap. 18 — “como se tornarão os portugueses *pera* macão nas embarcações *que* estauão; e como o mãdarim *que* os tornou a trazer; lhes deu as graças na Jgreja e se despedio tornãdo se *pera* cãntam”, fls. 71v.-72v., transcr. 1994, pp. 1469-1471; idem, *ibidem*, cap. 19, fls. 72v.-73r., transcr. 1994, pp. 1465-1473. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1996, pp. 170-174.

Trata-se da carta de 22 de Novembro de 1565, texto que, como os *Comentarios* acabados de ler, seria utilizado pelo Pe. António Franco, um ultra-citado biógrafo setecentista da Companhia, quando escrevesse algumas páginas do segundo tomo da sua *Imagem da Virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Coimbra* dedicadas à questão da embaixada⁹⁴. Desta vez, é Francisco Pérez quem lidera a parte religiosa das negociações, enquanto que o grupo de portugueses não especificados que o acompanha se entrega à defesa dos respectivos interesses, também eles não especificados mas nem por isso difíceis de recriar.

O padre Pérez e os mercadores de Macau são recebidos com todas as formalidades por cinco mandarins sentados lado a lado, “todos iguaes nos assentos” e “uestidos todos de uermelho”. Escobar identifica-os como sendo o “puchançi”, o “anchoci”, o “aitão”, o “jusã” (?) e o “concuñici” (?) e diz que um pouco à margem está um outro, do qual, contudo, não é capaz de descortinar “sua cadeira e dignidade propria”⁹⁵.

Segundo o escrivão, este era “o mais estranho Theatro E conserto” que já vira. Os portugueses passam a apresentar as suas reclamações, os mandarins prometem dar-lhes um despacho célere e justo, e é então que o jesuíta toma a palavra. Auxiliado por um intérprete e munido de cópias da sua petição previamente traduzidas para chinês e que vai distribuindo pelos membros do conselho mandarinal, apresenta-se como um “mestre letrado” que viaja pelo mundo a ensinar a lei de Deus, explica a sua doutrina desafiando os mandamentos, reclama “chapa e licença” para poder pregar e uma “casinha” onde ensinar e morar. Os mandarins parecem agradados e colocam-lhe em volta do pescoço uma peça de damasquillo vermelho transparente “por inprema [emblema] de mestre [e] homem de deus”⁹⁶. Por fim, vem a pergunta do “puchançi” sobre se o padre sabia a língua chim. Conclui a carta: “E como elle respondesse que não disse que por ser esse respeito não poderia andar polla terra da china porque teria necessidade de Jerubaça E que se a soubera que muito bem poderia andar soo. O Aitão

⁹⁴ Carta de João de Escobar ao Pe. Manuel Teixeira, Cantão, 22 de Novembro de 1565, BACIL, *Cartas do Japão*, t. 3, fls. 208v.-210r. (“*Copia de Huã [carta] q’ Joçao de Escouar escreueo ao Pe. Manoel Teixeira de Cantão cidade da China sobre o gasalhado q’ os mādari’s fizeraõ ao Pe. frãncisco Pe’z. a 22. de Nove’bro 1565*”); pub. in Videira Pires, 1964, pp. 778-782. Todas as citações a partir desta edição. Reedição modernizada e corrigida in *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, pp. 179-181. Ver Pe. António Franco, *Imagem da Virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio de Coimbra, no qual se contem as vidas, e virtudes de muitos Religiosos que nesta Santa Casa foraõ novicos. Segundo Tomo*, Coimbra, Officina do Real Collegio das Artes, 1719, pp. 402-404.

⁹⁵ Carta de João de Escobar ao Pe. Manuel Teixeira, Cantão, 22 de Novembro de 1565, fl. 209r., ed. 1964, cits. p. 780. Cf. *Ibidem*, ed. 1996, p. 180.

⁹⁶ *Ibidem*, fl. 209r., ed. 1964, cits. pp. 779, 780 e 781. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 179 e 180.

disse conforme a seu mau zelo que não era costume darse lize'ça ao estrangeiro p^a andar polla china”⁹⁷.

Em 1566 Gil de Góis regressou à Índia coberto de dívidas e penou algum tempo até conseguir ver-se parcialmente ressarcido do prejuízo acumulado na viagem à China e por via daquelas exigências da embaixada que terá suportado por conta própria. Valer-lhe-ia o vice-rei D. Luís de Ataíde, que lhe entregou em 1569 — a ele e ao seu irmão Jorge Toscano de Lacerda — uma “náo mourisca” capturada fazia pouco perto de Diu⁹⁸. O Pe. Francisco Pérez não tardou em seguir-lhe os passos, retomando o superiorato de Cochim e Coulão e passando daí a Manar e a São Tomé de Meliapor. Em 7 de Dezembro de 1579 será nessas paragens que assina uma conhecida *Informação acerca do principio da Companhia na India*⁹⁹. Quanto aos jesuítas em geral, sabemos que é agora que se instalam em Macau, mas também que o fazem antes de mais a pensar numa retaguarda para as Missões japonesas. Apesar de ter ficado demonstrado quanto a burocracia chinesa era indulgente com os letrados, também se aprendera que ainda havia muitas outras subtilezas de protocolo a requerer treino.

3. O *Tratado de Galiote Pereira, 1553-1565*

Deverá ter sido o jesuíta Luís Fróis, então secretário do padre provincial, quem supervisionou a cópia apressada que os seminaristas do Colégio de Goa fizeram em finais de 1561 do texto conhecido por *Tratado de Galiote Pereira*. Expedido daí para a Europa na *appendix* à carta ânua dessa data, não se conhece manuscrito mais antigo do que o que foi depositado no Archivum Romanum Societatis Iesu, correspondente à respectiva segunda “via”: “Alguas cousas sabidas da China por portuguezes que lá estiverão cativos e tudo na verdade, somente hir mal tresladado polos meninos da terra do Collegio por não aver tempo”, esclarece o escrupuloso responsável pela

⁹⁷ *Ibidem*, fl. 209v., ed. 1964, cits. pp. 781-782. Cf. *ibidem*, ed. 1996, pp. 180-181.

⁹⁸ Provisão do vice-rei D. Luís de Ataíde, Goa, 17 de Outubro de 1569, *Registos da Casa dos Contos*, liv. IV, fl. 206r.; pub. in *Archivo Portuguez Oriental*, ed. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, fasc. 5, pt. 2, Nova Deli, Asian Educational Services, 1992, ref. 678, cit. p. 714. Ver *ibidem*, ed. 1992, pp. 714-715 (1.^a ed. *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 5, pt. 2, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1865). Ver também: Rui Manuel Loureiro, “Origens de Macau, mitos e realidades”, in *Em Busca das Origens de Macau*, 1996, pp. 31-42 [Loureiro, 1996b].

⁹⁹ Pe. Francisco Pérez, S.J., *Informação acerca do principio da Companhia na India*, 7 de Dezembro de 1579; pub. in Josef Wicki, “Das neuentdeckte Xaveriusleben des P. Francisco Pérez SI (1579)”, in *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, Institutum Historiarum S. I., 34, 1965, pp. 36-78. Cf. Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 593-594.

correspondência em questão no verso da última folha¹⁰⁰. O título que o encima faz destacar outro pormenor importante, este dado pelo facto daquilo que ia copiado não ser o original de Galiote, mas uma recomposição do mesmo realizada pelos missionários: “Alguas cousas sabidas da China por purtug[u]eses que estiberão la cativos e tudo na verdade que se tirou dum tratado que fez Galiote Pereira homem fidalgo que la esteue cativo alguns annos e vio tudo isto passar na verdade o qual he de muito credito”¹⁰¹.

À semelhança dos autores da *Emformação da chyna* de c. 1548 ou da *Enformação* de Malaca de 1554, este antigo prisioneiro na China terá muito provavelmente sido induzido à escrita por insistência dos meios da Companhia, algo que tanto é amparado por uma sistematização de conteúdos que reflete a marca de água por excelência dos inquéritos promovidos por esta, como pela ocasião em si. Hipótese também válida é a de que Galiote não tenha escrito mas ditado a um qualquer missionário de Loyola o material que compõe o seu *Tratado*¹⁰².

Galiote Pereira e o seu testemunho

Nascido entre 1510 e 1520, filho terceiro do alcaide-mor de Arraiolos, no Alentejo, Galiote Pereira rumou para a Índia em 1534 e irá conciliar nos anos seguintes o serviço de oficial da Coroa com o trato mercantil. Em 1539 serve em Malaca com Pêro de Faria, o patrono de Fernão Mendes Pinto, e é muito provável que tenha efectuado várias viagens aos litorais chineses entre essa altura e 1547. Em Outubro de 1547 é testemunha do sermão em que um Francisco Xavier em transe convence as volúveis forças portuguesas de Malaca a seguirem em perseguição da armada do sultão do Achém, que pouco antes tentara tomar a cidade de assalto. Em 1548 acompanha Diogo Pereira ao Sião. Incorpora o contingente português que defende a capital siamesa do exército do vizinho rei do Pegu, seguindo para a China ainda em 1548. Aprisionado na

¹⁰⁰ Ms. ARSI, *Japonica-Sinica*, 123, fls. 214r.-226r.. Cópia posterior na Biblioteca da Ajuda: Ms. BAL, *Jesuitas na Ásia*, 49-IV-50, fls. 388r.-399v.

¹⁰¹ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China por purtug[u]eses que estiberão la cativos e tudo na verdade que se tirou dum tratado que fez Galiote Pereira homem fidalgo que la esteue cativo alguns annos e vio tudo isto passar na verdade o qual he de muito credito*; pub. in *Enformação das cousas da China*, 1989, pp. 63-93 (transcrição do códice ARSI, cotejado com o de Lisboa). Salvo indicação expressa, todas as citações e referências a partir desta edição. Primeira edição in Boxer, 1953a, pp. 63-93.

¹⁰² Sem que tanto constitua prova bastante para sustentar tal hipótese, é de notar que o narrador do *Tratado* de Galiote Pereira só excepcionalmente afirma que escreve, preferindo a coloquialidade permitida pelo verbo dizer: “eu digo”, “e isto diguo”, “como diguo”, “agora direi”, “aqui direi”, “tenho atras dito”, “como fica dito” ou “como ja disse”, por exemplo.

altura em que o foi a maior parte dos portugueses implicados no “mistério dos dois juncos”, sabemos que se evadiu quando Manuel de Chaves o fez. Nos últimos dias de Fevereiro de 1553 é testemunha ocular da exumação do corpo de Xavier em Sanchoão. Está em Malaca no ano seguinte e, pelo menos, manteve-se por mais algum tempo em contacto estreito com os padres porque em 1557 estes recolhem o seu depoimento em Cochim quando preparam o processo de beatificação do “apóstolo do Oriente”.

Tais aspectos, várias chamadas no próprio texto e, acima de tudo, o detalhe com que Galiote reporta muitas das situações ou dos lugares por onde passou, indiciam que redigiu (ou ditou) o seu testemunho ou o essencial dele pouco tempo depois de recuperar a liberdade. Há apenas um parágrafo em que o verbo está conjugado no presente, o que, no caso, poderia querer dizer que existira um esboço da sua relação datado de 1551, portanto ainda da altura do cativo. No entanto, o contexto permite classificar sem esforço o pormenor em causa como erro do próprio ou gralha do copista¹⁰³. Dá-nos tudo isto um manuscrito sensivelmente coetâneo da *Enformação* de 1554, apesar de — incógnita das incógnitas — ter sido divulgado apenas um ano antes da *Enformação* de Amaro Pereira/Baltasar Gago¹⁰⁴.

Perguntar-se-á que trechos do *Tratado* de Galiote Pereira foram acrescentados, omitidos ou retocados pelos intermediários jesuítas? Isso é antes que tudo um exercício de adivinhação, o qual tentaremos contornar vendo algumas das principais diferenças que oferece em relação a outros textos de época com os quais é legítimo estabelecer correspondências. Contudo, desde já notamos que em quatro ocasiões o documento remete para passagens anteriores que se vê que foram truncadas¹⁰⁵. Alguns ajuizarão que tais passagens não foram truncadas, ou que nem sempre foram truncadas, mas tão-só não escritas (ou não ditadas), ou por vezes não escritas (ou não ditadas), por um autor que se distrairia com frequência. Outros dirão que foram truncadas porque os jovens

¹⁰³ O trecho em questão: “[...] E assi no mar a lomgo da costa premdem muitos [ladrões], os quais como são tomados com tal abito, depois de muito cruamente açoutados, são metidos em hum tromquo, omde a fome e ao frio em muito pouquos dias todos morrem. E destes, ate este tempo de nosso cativo, teremos visto morrer mais de sesenta e se algum escapa por ter algũa maneira de comer vem por tempo a meteremno na comta dos comdenados a quem el Rei da de comer” — Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. pp. 111-112. Leia-se “ate esse tempo de nosso cativo” (sublinhado nosso) em vez do citado, sendo o contexto mais do que plausível o das observações realizadas por Galiote Pereira nos litorais chineses antes de ter sido feito prisioneiro. Cf. Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1992, p. 13, n. 1 e p. 30, n. 100; Loureiro, 1994b, vol. 1, p. 1004 e n. 139; Loureiro, 2000a, p. 528.

¹⁰⁴ Cf. Boxer, 1953a, pp. 59-61; Boxer, 1953b, pp. L-LI e LV-LVIII; Loureiro, 1992a, p. 8.

¹⁰⁵ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 102 (parágrafos 4 e 12), 106 (parágrafo 22) e 122 (parágrafo 63). Cf. idem, *ibidem*, ed. 1992, p. 13, n. 1; p. 15, n. 16; p. 22, n. 60; p. 44, n. 155.

catecúmenos indianos que copiavam o original não viram, ou foram instruídos para não ver, tal era a urgência de ter o trabalho concluído a tempo de ser levado à nau da carreira. Enfim, outros julgarão que tais passagens foram truncadas pelos mesmos responsáveis em atenção a um critério selectivo mais rigoroso, talvez condicionado por algumas desactualizações, incongruências ou repetições que este original exhibiria à vista desarmada quando comparado com vários dos depoimentos do tipo já divulgados. Ora, ainda que seja legítimo especular sobre tudo isto, a verdade é que sem dispormos do exemplar que saíu da pena ou da boca do nosso fidalgo para confrontarmos as dúvidas — exemplar que é dado por irremediavelmente perdido —, tal tem de permanecer em suspenso.

Agora algo de mais positivo. Além de ter sido o primeiro escrito dedicado à China a ser designado como *Tratado*, o trabalho de Galiote Pereira merece por inteiro a distinção que significava pertencer a tal género. No conjunto, consegue ser o mais longo e o mais completo de entre todos os testemunhos até aí forjados no âmbito da aventura lusa pelos Mares da Ásia. Consegue mesmo a proeza de suplantar uma narrativa como a de Amaro Pereira, quer na sua versão de 1562, quer nas versões indirectas dos anos seguintes a cargo do Pe. Manuel Teixeira. É ainda o último grande testemunho vivencial na terra chinesa recolhido em Quinhentos, tão importante que a ele recorreu Frei Gaspar da Cruz, um visitante ocasional de Cantão em 1556, para completar aquele *Tractado das cousas da China* de 1570 que sabemos que foi a mais antiga obra sobre este Império a ser impressa de forma autónoma — por sua vez, fonte de *best-sellers* europeus como a *Historia de China* de Juan González de Mendoza e a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, como também referimos. Tudo motivos que justificassem a sua edição (um pouco abreviada) nos *Nuovi avisi delle Indie di Portogallo, venuti nuovamente* de Veneza de 1565 (*Quarta parte*, fls. 63r.-87r.) e as três edições ingleses que um dia a retomarão, a de Richard Willes em 1577, a de Richard Hakluyt em 1599 e a de Samuel Purchas em 1625¹⁰⁶.

Não necessitará ser demonstrado que quando a imprensa inglesa elege o texto de Galiote como representante do saber ocidental sobre o mundo chinês não podia estar a inaugurar uma nova era no conhecimento que a Europa tinha dessa área. Sem dúvida que este esforço publicitário veio abrir outros horizontes a um público não latino como o seu, mas nem contempla o universo geral dos leitores do continente — ou, sequer, a

¹⁰⁶ Ver *supra*, Parte II, I-4.

sua maioria —, nem faculta uma perspectiva da China original em relação àquela que vinha sendo inquirida desde o começo do século, ou àqueloutra que vinha sendo divulgada pelo menos desde que haviam saído os primeiros quatro livros da *Historia da India* Lopes de Castanheda, desde que haviam sido traduzidas para italiano as duas primeiras *Décadas da Ásia* de João de Barros ou desde que se traduzira para castelhano, italiano e francês a *Enformação de hum homem honrrado*¹⁰⁷. Ainda assim, guardemos duas linhas para o fenómeno lançado pelo renegado jesuíta Richard Willes em 1577, um professor de Retórica na Universidade de Perugia até Junho de 1572 que se preferia intitular professor de Cosmografia apesar de não existirem aí nem a dita cadeira, nem um leitorado equivalente¹⁰⁸.

Versões e interesses ingleses

O destinatário mais imediato do executor literário de Richard Eden e das suas *Decades of the Newe Worlde*, a primeira colecção de viagens inglesa, é o núcleo do poder nobiliárquico e mercantil que tem nas mãos apoiar a busca da passagem para a China pelo Noroeste e as tentativas concretas que Martin Frobisher realiza nesse sentido entre 1576 e 1578. Onde Eden amalgamara informações sem muito mais critério que o de um interesse insistente pelas terras do Ocidente, o editor da *History of Travayle in the West and East Indies* tanto encontra uma oportunidade para um arranjo coerente de materiais, como para reorientar a agulha das expedições do seu país tendo por base aqueles que seriam os primeiros textos sobre o Oriente divulgados em Inglaterra. Vimos que *A discourse of a discouerie for a new passage to Cataia* de Sir Humphrey Gilbert fora recuperado para publicação no ano anterior, uma década depois de ter sido redigido¹⁰⁹. Outro tanto vai fazer Richard Willes, que pouco acrescenta sobre a América aos textos de Pietro Martire, Gonzalo Fernández de Oviedo e Francisco López de Gómara recolhidos por Eden, mas que, em compensação, faz descobrir a uma procura pública em constante crescimento o tratado chinês de Galiote Pereira, uma descrição japonesa baseada numa carta de Giovanni Pietro Maffei a Luís Fróis (retirada do *Rerum*

¹⁰⁷ Para um exemplo recente desta tendência para começar as contagens dos testemunhos europeus do século XVI relativos à China no *Tratado* de Galiote Pereira, ver Spence, ed. 1999, pp. 19-24.

¹⁰⁸ Taylor, 1930, pp. 37-38.

¹⁰⁹ Ver *supra*, Parte II, cap. 4-4.

a *Societate Iesu in Oriente gestarum volumen*, Nápoles, 1573, fls. 207v.-214v.¹¹⁰, se bem que também acrescentada da recomposição de outras fontes jesuíticas da autoria do próprio Willes) e o relato indiano de Ludovico di Varthema.

Alguns anos depois é a vez de Richard Hakluyt utilizar o mesmo modelo, só que então para transferir os interesses coloniais da Inglaterra de onde Gilbert, Frobisher e Willes os tinham fixado para a nova terra prometida da América do Norte. Neste sentido, a Ásia começa por lhe merecer uma atenção muito secundária nas *Principall navigations* de 1589¹¹¹, apenas corrigindo tal tendência na segunda edição deste título (1598-1600)¹¹². No que toca ao Extremo Oriente, e tal com explica nos seus prefácios, interessam-lhe sobretudo materiais sobre a Tartária, a China setentrional, a Coreia, o Japão e Yezo (Hokkaidō) porque estas são as áreas que vê mais acessíveis através das rotas do Norte, aquelas onde perspectiva que os mercadores ingleses terão maiores possibilidades de colocar os seus tecidos de lã e onde pensa que estes menos teriam de se preocupar em enfrentar os portugueses e os espanhóis¹¹³.

Detenhamo-nos na sua China, de todas as nações asiáticas a mais bem tratada por este que será o mais célebre dos editores londrinos de relatos de viagens. No primeiro volume das *Principal Navigations* (1598) estão várias narrativas de deambulações terrestres medievais, duas das quais ainda consideradas indispensáveis para suprir as lacunas das escritas contemporâneas: as de Giovanni da Pian del Carpine e Willem van Ruysbroek (ambas em versão latina e inglesa e copiadas de manuscritos

¹¹⁰ Pe. Manuel da Costa, S. J. & Pe. Giovanni Pietro Maffei, S. J., *Rerum a Societate Iesu in Oriente gestarum volumen*, Nápoles, in *ædibus Decii Lachaci*, 1573; ref. *supra*, Parte II, cap. 8, n. 129. Ver *infra*, cap. 13-1.

¹¹¹ Richard Hakluyt, *The Principall Navigations, Voiages and Discoveries of the English nation, made by Sea or ouer Land, to the most remote and farthest distant Quarters of the earth at any time within the compasse of these 1.500 . yeeres: Deuided into three seueral parts, according to the positions of the Regions wherunto they were directed... By Richard Hakluyt Master of Artes, and Student sometime of Christ-church in Oxford*, Londres, George Bishop & Ralph Newberie, 1589.

¹¹² Richard Hakluyt, *The Principal Navigations, Voiages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*, Londres, G. Bishop, R. Newberie & R. Barker, 1598, ref. *supra*, Parte II, cap. 1, n. 19; Idem, *The Second Volume of the Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation, made by Sea or overland, to the South and South-east parts of the World, at any time within the compasse of these 1600 yeres... By Richard Hackluyt Preacher...*, Londres, G. Bishop, R. Newberie & R. Barker, 1599; Idem, *The Third and Last Volume of the Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*, Londres, G. Bishop, R. Newberie & R. Barker, 1600, ref. *supra*, Parte II, cap. 6, n. 89.

¹¹³ George Bruner Parks, *Richard Hakluyt and the English Voyages*, edited with an introduction by James A. Williamson, Nova York, American Geographical Society, 1928, pp. 46; 70-71; Donald F. Lach, "Hakluyt's use of the materials available to him – The Far East", in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, p. 219. Ver também, Williamson, 1946, pp. 22-46.

da biblioteca de Lord Lumley)¹¹⁴. No livro I do segundo volume desta colectânea, volume que deverá ter sido editado antes do termo de 1599, temos outro texto antigo de renome: “The voyage of Frier Beatus Odoricus to Asia minor, Armenia, Chaldæa, Persia, India, China, and other remote parts, &c.” — versões latina (pp. 39-52) e inglesa (pp. 53-67), conforme transcrição ou tradução que Hakluyt fizera de mais um manuscrito de Lord Lumley.

É no livro II deste segundo volume que se insere sob a epígrafe “Certain reports of the mighty kingdome of China deliuered by Portugales which were there imprisoned” (pp. 68-79) a mesma versão do *Tratado* de Galiote que Richard Willes traduzira e publicara em 1577. O relato é seguido do citado texto composto pelo próprio Willes a partir de Maffei — “A discourse of the Isle of Iapan, and of other Isles in the East Ocean, &c.” (pp. 80-87) —, por sua vez enquadrado por um outro documento fundamental sobre a China, o colóquio XXXIII do *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam curiam* dos padres Duarte de Sande e Alessandro Valignano, o qual ganha aqui a designação de “An excellent treatise of the kingdome of China, and of the estate and gouernment thereof. Printed in Latine at Macao, a citie of the Portugals in China. An. Dom. 1590, and written Dialogue-wise. The speakers are Linus, Leo and Michael” (pp. 88-101)¹¹⁵.

No terceiro volume das *Principal Navigations* (1600) vem também a descrição da viagem feita por Francisco Gali entre Acapulco e a China, esta retirada de uma versão prévia do *Itinerario* de Jan Huygen van Linschoten¹¹⁶ (pp. 442-447, referenciada como “The memorable voyage of Francis Gaulle a Spanish captaine and pilot, vndertaken at the appointment of the viceroy of New Spaine, from the hauen of Acapulco in the sayd prouince, to the islands of the Luçones or the Philippinas, vnto the hauen of Manila, and from thence to the hauen of Macao in China...”). Várias folhas adiante surgem as importantes notas sobre população, forças militares e organização

¹¹⁴ Giovanni da Pian del Carpine, *The long and wonderfull voyage of Frier Iohn de Plano Carpini, Anno 1246*, in Richard Hakluyt, *Principal Navigations*, Londres, 1598, pp. 21-53 (texto latino) e 53-71 (versão inglesa). Para Ruysbroek, ver *supra*, Parte II, cap. 1, n. 19.

¹¹⁵ Ver *infra*, cap. 16-1.

¹¹⁶ Jan Huygen van Linschoten, *John Huighen van Linschoten. his Discours of Voyages into ye. Easte & West Indies. Deuided into foure Bookes*, Londres, John Wolfe, 1598, pp. 411-415. Trata-se da tradução inglesa do *Itinerario* de Linschoten, a qual inclui o *Reys-gheschrift* e o *Seker Extract* do mesmo autor. Ver *infra*, cap. 21-3.

política chinesas assinadas por Thomas Cavendish, mas que este por certo fora buscar a um dicionário geográfico chinês (pp. 857-859)¹¹⁷.

Com isto, é patente que Richard Hakluyt tanto se esforça por não repetir o que já se publicara sobre a China em língua inglesa, como por deixar de fora tudo o que não constituísse um relato recente baseado num testemunho em primeira mão — claro que o recurso aos autores medievais para cobrir as zonas semi-incógnitas do interior mais extremo do continente asiático era assumido como uma inevitabilidade. Dessa forma, cai o *Itinerario* de Varthema oferecido por Willes, tal como o *Livro* de Marco Polo publicado de forma autónoma em 1579 com tradução de John Frampton e a *Historia* de Mendoza traduzida por Robert Parke e editada nas mesmas condições que o anterior em 1588. Por outro lado, opta-se por não considerar as geografias de Duarte Barbosa e Tomé Pires, dadas ambas por Ramusio. Também não se considera qualquer dos sete primeiros livros da *Historia* de Castanheda (o livro I com várias edições não portuguesas, incluindo a inglesa de 1582; este e os demais com, entre outras, as edições venezianas de 1577 e 1578) ou o *Tractado* de Gaspar da Cruz. De fora estão igualmente as *Décadas* de João de Barros (as duas primeiras disponíveis em versões venezianas desde 1562, enquanto a importante *Década III* fora publicada em Lisboa em 1563) e a obra máxima do padre Maffei sobre as Missões dos jesuítas no Oriente, os *Historiarium Indicarum libri XVI*, com primeira edição em Florença, em 1588, e uma tradução italiana disponível¹¹⁸.

Samuel Purchas recupera “The relation of Galeotto Perera” para o terceiro volume daquela que é a derradeira grande colecção de viagens inglesa a aparecer antes do final do século XVII, *Hakluytus Postumus, or Purchas His Pilgrimes, Contayning a History of the World in Sea Voyages and Land Trauells by Englishmen and Others* (Londres, William Stansby for Henrie Fetherstone: vols. I-IV, 1625; vol. V, 1626). O plano da obra segue de perto o trabalho de Richard Hakluyt que a precedera, dando ênfase às viagens de descoberta, comércio e guerra dos ingleses e suprindo-as com as narrativas e os tratados produzidos por estrangeiros sempre que estes incidissem sobre paragens ainda não frequentadas pelos seus compatriotas.

O corpo principal desta nova colectânea é constituído pela importante massa de documentos que Hakluyt fora coligindo entre 1600 e 1616, a data da sua morte —

¹¹⁷ Ver Lach, 1974, pp. 221-222; David B. Quinn & Alison M. Quinn, “A Hakluyt Chronology”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, pp. 313; A. M. Quinn & D. B. Quinn, 1974, pp. 379, 407, 427-428 e 445.

¹¹⁸ Ver Lach, 1974, pp. 214-222.

“Master Hakluyts many yeeres Collections”, dizia o herdeiro. A isso Purchas acrescenta muitas das viagens inglesas que haviam ocorrido desde então, bem assim como as viagens editadas por outros durante o primeiro quartel do século. Sempre que pode, completa esse exercício com testemunhos orais de alguns dos protagonistas, confronta os relatos escritos que colecciona com objectos acessórios como as pinturas chinesas que o capitão John Saris adquirira no curso das suas travessias pelos Mares da Ásia em 1613, tal como consegue um acesso condicionado às relações guardadas nos arquivos da *East India Company*. No entanto, a ideia que o guia é sobretudo a de um antiquário entretido com o “confused chaos” (*sic* Purchas) dos seus materiais, muito diferente da que fora própria de um pragmático conselheiro privado do rei ou de príncipes mercadores como Hakluyt. Onde tínhamos tido alguém empenhado em recolher o que lhe parecesse útil para o uso prático passamos a ter uma figura que submete tudo o que obtém à moldura prévia e pessoal de quem escreve uma história geral das viagens.

Sem dispor da perícia de um Richard Hakluyt para seleccionar o essencial do acessório, ou da fama que este tinha de se esforçar por transcrever com fidelidade as narrativas originais independentemente da sua extensão (Hakluyt poderia eliminar os prefácios ou as longas introduções, sobretudo se eram o panegírico de algum inimigo da Inglaterra, mas pouco mais), o reverendo Purchas é ainda acusado de cortes que desfiguram sem apelo os escritos, de reduzir a resumos penosos alguns textos fundamentais apenas para evitar correr o risco de aborrecer o leitor com alusões que pudessem ser comuns a outros e de lhes adicionar notas muitas vezes cem por cento redundantes. Mas nem tudo será tão negro assim. Pelo menos, a crédito conta com o feito ciclópico de ter consultado mais de 1300 autores e de ter facultado a muitos deles a oportunidade de sobrevivência que de outra forma não teriam¹¹⁹.

O enquadramento que se oferece ao *Tratado* de Galiote Pereira e à imagem da China que este transporta no referido volume III da *Pilgrimes* (livro I, pp. 252-281) é fatalmente condizente com este critério algo megalómano, logo obrigatoriamente contrastante com o que havíamos tido na obra de Hakluyt. Antes do mesmo Galiote, começamos por ler aí “The iournall of Frial Wiliam de Rubruquis, a French man, of the order of the Minorite Friars, vnto the East parts of the World, Anno. Dom. 1253” (livro

¹¹⁹ Ver Parks, 1928, pp. 181-182 e 223-229; Taylor, 1934, pp. 64-66; William Foster, “Samuel Purchas”, in E. Lynam (ed.), *Richard Hakluyt & His Successors*, 1946, pp. 49-57; C. R. Steele, “From Hakluyt to Purchas”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, pp. 74-82.

I, pp. 1-52, a versão completa do texto abreviado dado em versão latina e inglesa nas *Principal Navigations*). Este é seguido de “The first Book of Marcus Paulus Venetus, or of Master Marco Polo, a Gentleman of Venice, his Yoyages” (livro I, pp. 65-104, conforme o texto de Ramusio), de “The Historie of Ayton, or Anthonie the Armenian, of Asia, and specially touching the Tartars” (livro I, pp. 108-127, uma versão abreviada, sendo que a respectiva segunda parte fora dada no vol. II das *Navigations et Viaggi*) e das “Trauels and Memorials of Sir Iohn Mandeuille” (livro I, pp. 128-138, abreviadas a partir da tradução das *Principall Navigations* de 1589).

Sempre antes de Pereira, Purchas inclui “The Yoyage of Nicolo di Conti a Venetian, to the Indies, Mangi, Cambaluc and Quinsai, with some Observations of those places” (livro I, pp. 138-140; “This is taken out of Ramusius discourse of this voyage”, esclarece uma nota lateral¹²⁰), os “Extracts of Alhacen his Arabike Historie of Tamerlan, touching his Martiall Travels, done into French by Jean Du Bec, Abbat of Mortimer” (livro I, pp. 140-164), os “Reports of Chaggi Memet a Persian of Tabas in the Province of Chilan, touching his Travels and Observations in the Countrey of the Great Can, unto M. G. Baptista Ramusio” (livro I, pp. 164-166, sendo o autor Haji Muhammad) e “A Treatise of China and the adjoyning Regions, written by Gaspar Da Cruz a Dominican Friar, and dedicated to Sebastian King of Portugall: here abbreviated” (livro I, pp. 166-198).

Depois de, de uma forma mais objectiva ou de uma forma mais ínvia, o interesse pelo objecto chinês ter sido satisfeito com recurso a esta densa floresta de textos entre a qual o *Tratado* de Galiote Pereira mal se distingue, Samuel Purchas elege para o livro II deste terceiro volume da sua obra outra série de autores que só acentua o contraste em relação ao que Hakluyt facultara a propósito do mesmo. Assim, entre as páginas 252 e 281 surgem as “Observations of China, Tartaria, and other Easterne parts of the World, taken out of Fernam Mendez Pinto his Peregrination”. O capítulo seguinte intitula-se “Spanish plantation of the Philippinas, and what entercourse hath thence hapned betwixt them and the Chinois” e é um misto de extractos de livros e cartas de que dão ideia os respectivos dois primeiros subtítulos: “First discoverie of the Philippinas: written by Frier Ivan Gonzales de Mendosa” (pp. 282-284) e “First Plantation of the Philippinas,

¹²⁰ Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes. Contayning a History of the World in Sea Voyages and Lande Travells by Englishmen and others*, vol. 10, “Nicolo di Conti”, cap. VII — “The voyage of Nicolo di Conti a Venetian, to the Indies, Mangi, Cambalu and Quinsai, with some Observations of those places”, Glasgow, James MacLehose and Sons, 1905, cit. p. 394. Todas as citações da colectânea de Purchas a partir desta edição.

by Michael Lopez De Legaspi” (pp. 284-286). Este segundo começa com uma nota marginal que diz “This I translated out of a Manuscript Latine which I found with M. Hak” e, um pouco adiante, acompanha-o uma outra esclarecedora o suficiente: “This which followeth is taken out of Fray Juan Gonzales de Mendosa his Spanish Relation of China, & is here much abbreviated”¹²¹.

Cabem também neste livro II do volume III das peregrinações de Samuel Purchas “Two Letters taken out of Bartolome Leonardo De Argensola his Treatise, called Conquista de las Islas Malucas, Printed at Madrid, 1609, pagg. 336. 337. mentioning the comming of two English ships to China...” (pp. 309-310, abreviado), “The report of a Mahometan Merchant which had beene in Cambalu: and the troublesome travell of Benedictus Goes, a Portugall Jesuit, from Lahor to China by land, thorow the Tartars Countreyes” (pp. 310-316), “A Generall Collection and Historicall representation of the Jesuites entrance into Japon and China, untill their admission in the Royall Citie of Nanquin” (pp. 316-349, com o relato das actividades de missionários como Francisco Xavier, Melchior Nunes Barreto, Alessandro Valignano, Duarte de Sande, Michele Ruggieri ou Matteo Ricci, por exemplo) e “A Letter of Father Diego De Pantoia, one of the Company of Jesus, to Father Luys De Guzman, Provintiall in the Province of Toledo; written in Paquin, which is the Court of the King of China, the ninth of March, the yeete 1602” (pp. 350-379, a versão abreviada da *Relación de la entrada en la China* de Diego de Pantoja, aqui anotada assim: “This Booke I have both in Spanish printed 1606. in Valencia: and in Latine at Mentz 1607”¹²²). A terminar, “A Discourse of the Kingdome of China, taken out of Ricius [Ricci] and Trigautius, contayning the Countrey, People, Government, Religion, Rites, Sects, Characters, Studies, Arts, Acts; and a Map of China added, drawne out of one there made with Annotations for the understanding thereof” (pp. 380-411, sobretudo com base no *De Christiana Expeditione apvd Sinas*, tendo sido entreposta na página 410 uma cópia simplificada de um mapa chinês da China obtido pelo capitão John Saris em Bantão no final de 1612, mapa depois adquirido por Hakluyt e oferecido por este a Purchas em 1614)¹²³.

¹²¹ Idem, *ibidem*, vol. 12, “Michael Lopez de Legaspi”, cap. III — “Spanish plantation of the Philippinas, and what entercourse hath thence hapned betwixt them and the Chinois”, 1906, cits. pp. 149 e 153.

¹²² Idem, *ibidem*, vol. 12, “Jesuits in the Far East”, cap. VI — “A Letter of Father Diego De Pantoia, one of the Company of Jesus, to Father Luys De Guzman, Provintiall in the Province of Toledo; written in Paquin, which is the Court of the King of China, the ninth of March, the yeere 1602”, 1906, cit. p. 331.

¹²³ Raleigh Ashlim Skelton, “Hakluyt’s maps”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, pp. 63-64. Cf. Steele, 1974, p. 87; D. B. Quinn & A. M. Quinn, 1974, p. 328; Lust, ed. 1992, p. 19,

O texto de Galiote: conteúdo, inovação e coincidências

Naquela que foi a primeira edição do texto português do *Tratado* de Galiote Pereira (“via” original de Roma cotejada com a cópia da Ajuda) o historiador Charles R. Boxer tentou utilizar a riqueza da descrição proporcionada pelo gentil-homem que o escreveu para resolver algumas dúvidas persistentes a respeito do percurso ou dos percursos pelo interior da China impostos aos cativos de 1549. Contudo, nem aí nem em qualquer ensaio posterior se chegou a conclusões definitivas sobre, por exemplo, os itinerários seguidos entre a captura ao largo do Fujian e “Chincheo” (Quanzhou) ou entre “Funcheo” (Fuzhou) e a “cidade de Quanci” (Guilin). A passagem de Galiote pelas cidades de Zhangzhou e Tong’an, qualquer delas no Fujian, é outro ponto a respeito do qual se conservam em aberto várias perguntas¹²⁴.

Questões menores? Nem tanto, desde logo porque boa parte da reportagem geográfica que Galiote oferece é o resultado instantâneo dos caminhos trilhados nesses intervalos. De qualquer modo, o facto é que a sua memória ou as suas capacidades descritivas o traíram neste particular e não sobrou nada que as substituísse. Sucede também que o seu escrito é feito de uma alternância permanente entre o mesmo relato dos tempos e dos lugares de cativo e a resposta, mais ou menos exaustiva, a questões como o sistema judicial e o regime prisional, a organização administrativa ou as práticas religiosas dos chineses. Como dissemos, a algumas dessas questões talvez respondesse por iniciativa própria, mas outras decorriam de uma sugestão explícita dos jesuítas. Ora, se é certo que sai daqui uma sistematização relativamente correcta de cada um dos tópicos tratados, daí derivam, não com menos evidência, algumas elipses demasiado longas, as quais acabam por confundir a boa ordem da narrativa.

Passamos a inventariar os principais aspectos do contributo que Galiote Pereira emprestou para o conhecimento e a imagem da China na Europa de Quinhentos. Tal como tem sido nossa prática, recuperamos cada uma dessas informações de acordo com o lugar que ocupam na narrativa. Também como é habitual, limamos os saltos produzidos no documento, agrupando numa só chamada as referências dispersas que digam respeito a um só assunto. Tenha-se uma vez mais presente que este *Tratado* — ou o essencial dele — deve ter sido escrito por aquela altura em os padres de

ref. 68; p. 34, ref. 119; p. 68, ref. 255; p. 73, ref. 280; p. 74, ref. 285; p. 77, ref. 301; p. 86, ref. 345; p. 88, ref. 352; p. 105, ref. 423; p. 119, ref. 494; p. 189, ref. 812.

¹²⁴ Boxer, 1953a, pp. 58-60. Cf. Boxer, 1953b, pp. LI-LV e LVII-LVIII; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 104, n. 28.

Companhia de Jesus recolhiam em Malaca a *Enformação* atribuída a Manuel de Chaves. Diga-se ainda que aqui nos surgem algumas frases ou expressões que, umas, nos parecem decalcadas da carta redigida por Melchior Nunes Barreto a 23 de Novembro de 1555, outras da *Enformação* de Amaro Pereira de 1562.

Por razões de tempo (um ano de diferença entre o manuscrito final do *Tratado* de Galiote e o texto de A. Pereira/B. Gago) e de oportunidade (tramitação de ambos os escritos através de Goa), este segundo caso é que o menos surpresas levantará. No entanto, a hipótese do padre Melchior ter podido aceder, senão ao documento completo de Galiote, pelo menos a um rascunho, não tem que parecer demasiado rocambolesca já que a sua longa permanência em Malaca, pouco antes, pode muito bem ter-lhe dado a ocasião de que precisou para tanto. Quanto àquela coincidência que, em tese, seria mais plausível vir a encontrar, ou seja, a que se pudesse dar entre o *Tratado* de Galiote e a *Enformação* de 1554, apesar de existirem alguns indícios que não anulam as probabilidades dos respectivos autores se terem lido um ao outro, também aparecem algumas diferenças e contradições demasiado gritantes entre estes dois testemunhos, as quais, pelo menos, obrigam a eliminar em definitivo a ideia às vezes aventada segundo a qual o autor desta última *Enformação* teria sido nada menos que o próprio Galiote Pereira¹²⁵.

O *Tratado que fez Galiote Pereira* começa por referir o número de treze províncias — “que antes muito forão reinos separados hũs dos outros mas de muito tempo a esta parte he tudo de hum so Rei” — facultado por Nunes Barreto em 1555 (contra as quinze províncias do “homem honrrado” de 1554, só para notarmos uma dessas diferenças de fundo impossíveis de ignorar). Amaro Pereira, que fora outro a ver quinze “gouvernações” e não treze, cruzara a lista dos respectivos nomes com o número de cidades por cada uma dessas unidades administrativas maiores¹²⁶. Agora, Galiote refaz a exposição apoiado numa terminologia algo distinta e que lhe seria a mais familiar, vindo a conseguir uma nova listagem na qual as áreas metropolitanas de Pequim e Nanquim são assimiladas a províncias normais e em que faltam as designações de Shandong, Shanxi, Shenxi e Henan ou Yunnan¹²⁷ — repare-se que três

¹²⁵ Para uma leitura algo diversa, ver Loureiro, 1994b, vol. 2, pp. 1006-1007 e p. 1007, n. 152. Ainda que de forma menos incisiva, a sugestão conserva-se na edição quase integral deste mesmo estudo: Loureiro, 2000a, p. 529.

¹²⁶ Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

¹²⁷ A referência à província “Umã” que surge no décimo parágrafo do texto não permite certezas sobre se corresponde a Yunnan ou a Henan (Honan). Ver Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, p. 102.

das províncias mais setentrionais e talvez uma das mais remotas do quadrante Sudoeste do Império. É ainda capaz de identificar algumas cidades “cabeça das outras” que nenhum dos demais observadores dera, além de contabilizar o número de cidades existentes em algumas províncias, num cálculo que volta a não coincidir exactamente com nenhum dos precedentes¹²⁸.

Um ponto que nos habituámos a ver assinalado é o da eficácia centralista do poder político chinês ou aquele em que se discorre sobre o invejável regimento da terra. Habituámo-nos também a conferir os títulos e os desempenhos de cada um dos principais funcionários provinciais, tendo tido na mencionada carta de Melchior Nunes Barreto um recente exemplo disso. Galiote Pereira não destoa da regra e repõe o que já tinha sido escrito sobre o “ponchacim”, o “anchassi”, o “tutão” e o “chaem”. Em relação a Melchior Nunes, acrescenta uma nota sobre o “tuci” (uma designação já presente na carta de Cristóvão Veira de 1534 e que agora se explica como ofício “principalmente nas cousas da guerra”) e uma outra em absoluto inédita sobre o “taissu” ou “tarfu” (vinculado ao “tronco principal de toda a cidade”, que se discute se corresponderá a *tai-sse*, “director de cárcere”, ou a *taishou*, “prefeito” da cidade¹²⁹). Com um “he a terra melhor regida que se pode aver em todo o mundo”, vindo a propósito das visitas regulares dos comissários imperiais às províncias, com a nota de que a Corte “tê todos os meses relação do seu reino”, uma alusão que surge a pretexto dos relatórios periódicos que sobem até aí vindos de cada uma das mesmas províncias, ou com um “por aqui verão quão temido he este Rei, que ate ho seu nome venerão”, dado sobre o culto prestado em todas as cidades ao imperador, temos algumas das exclamações que confirmam essa impressão da boa ordem chinesa que é comum à maioria dos testemunhos da época¹³⁰.

A apreensão do essencial da geografia da China é conseguida com o auxílio da cronometragem das distâncias que separam a “grãde cidade de Paquim” da “fralda do mar” onde o narrador viveu as suas experiências. A propósito, Galiote Pereira contrapõe os percursos terrestres aos marítimos, refere a importância da navegação fluvial — “esta terra da China he toda lavrada de rios, de maneira que se navegua de hũas cidades pera outras per elles” — e transmite sobre aquelas partes meridionais que percorreu não

¹²⁸ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 101-102.

¹²⁹ Na variante “tuifu” na cópia da Ajuda. Ver Dalgado, *Glossário*, vol. 2, 1921, p. 339; Boxer, 1953b, p. 12, n. 3; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 107, n. 44.

¹³⁰ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. pp. 103 e 119. Ver idem, *ibidem*, ed. 1989, pp. 102-103 e 106-107.

apenas a impressão do seu sobrepovoamento e uso agrícola intensivo, como a do contraste entre a “grãde abastamça” de todos e cada um dos povoados e a “gente muito pobre” que viva fora deles. De todos as cidades que avista não é capaz de distinguir a que fosse a mais bem cercada, espanta-se com as “pontes tamanhas”, obra “de imaginaria [engenharia] e romana”, com a “grãndura das pedras que nelas vimos” e com os caminhos que eram “todos calçados d’escoaria em extremo bẽ feita”, motivos bastantes para que julgasse “não aver no mũdo edificadores como os Chins”¹³¹.

O urbanismo chinês é um dos tópicos mais explorados por Galiote, às vezes a enquadrar alusões genéricas à cidade chinesa, outras quando ilustra o observado ou o sabido de casos como os de “Chincheo”, “Funcheo”, “Quanci”, “Nãquim” ou “Paquim”. E o deslumbramento prossegue: é a sua “gramde limpeza” e a formosura das portas “em extremo grandes, forradas de ferro”; são as “grãdes torres” e os “bons muros e cavas” que lhes permitem parecer fortes apesar de não terem artilharia; é a “cousa de maravilha” dos seus arruamentos largos e direitos; são os alicerces das casas em pedra e a altura térrea destas que faz com que as ditas cidades se estendam muito e sejam “tamanhas que se não podem crer”; são as coberturas para os mercadores e os muitos arcos triunfais sob os quais se vende ou sob os quais quem passa se protege do chuva ou do sol; são os grandes bazares “com todas as cousas necessarias em muita abastança”, o obrigatório fecho das entradas durante a noite ou os esteiros de água “tão largos”, as “muitas pontes” e os “caes tão altos” que fazem de Fuzhou “outra Veneza”¹³².

Neste *Tratado* vem referida da seguinte forma mais uma originalidade em relação ao que qualquer dos textos que se leram para trás especificara sobre a vida urbana da China: “Tem mais hũa cousa que parece bem e nos espantou muito por serem gêtios ã todas as cidades [há] espritaes [hospitais] que estão sempre cheos de gemte”. Com isto, Galiote explica por que motivo não vira “hum pobre pedir esmola pollas portas” durante todo o tempo que se demorara nesse país. Em continuação, diz que em todas as cidades existia esse “gramde encerramento, ã que avia muita camtidade d’aposentos pera gête povre, convem a saber cegos, aleijados, ou pessoas tam velhas que não posão ja trabalhar e não tenhã outro remedio de vida, a qual gemte tem nestas casas arroz em abastamça e que lhes sobeja, sem mais houtra cousa”. Para aí ser admitido bastava que o necessitado formulasse uma petição ao “ponchassi” comprovando a verdade do seu estado, sendo-lhe então permitido criar os seus porcos e

¹³¹ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. pp. 103-104.

¹³² Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. pp. 105-106, 117-118, 119 e 123.

galinhas e, com isso, sustentar-se dentro do tal “gramde apouzeno” até morrer sem andar pedindo¹³³.

Depois de derivas como estas por assuntos próprios de várias das paisagens chinesas, as matérias da administração do Reino do Meio são retomadas com uma descrição do sistema de recrutamento do funcionalismo civil e judiciário. De sublinhar que Galiote Pereira não utiliza designações como mandarim ou letrado, antes fala de “louteas” — de *lao jia (lo-tia)*, contracção de *laorenjia*, sinónimo de “venerável pai”¹³⁴. Ao contrário, por exemplo, do autor da *Enformação* de 1554, também estabelece a diferença entre aqueles que para “cervir em cargos gramdes de justiça” são recrutados depois de passarem por “exame de letras” e os que “pera os cargos mais baixos” têm o seu acesso ao aparelho público regulado “por merce”¹³⁵. Vem a propósito mais uma referência ao ritual dos exames trienais, às festividades com que se premeiam os bem sucedidos e aos castigos a que podiam estar sujeitos aqueles que, por culpa própria, tivessem falhado a obtenção do “graio”¹³⁶.

Faz-se então a crónica dos cortejos dos grandes do reino pelas ruas, a qual lembra muito a que o Pe. Melchior Nunes produziu sobre igual espectáculo na sua carta do “porto da China”: um como o outro aludem e referem-se sensivelmente pela mesma ordem às cadeiras em que estes são transportados, ao número ou à qualidade das canas, maças-de-arms ou bastões que empunham consoante a sua dignidade, aos brados dados pelos homens que vão à frente para afastar quem se pudesse atravessar ou às tábuas que têm escrito quem são e que hierarquia ocupam¹³⁷. Porém, este *Tratado* dá de novo aqui algumas indicações únicas, caso daquela sobre a quantidade e a cor dos “sõbreiros” que distinguem um “loutea de guerra” de um “tutão” ou de um “chaim” e, em especial, sobre a percepção da relevância da cor amarela à luz da simbólica chinesa: “E se he dos grandes leva dous e tres e quatro [sombreiros ou guarda-sóis], e se he dos maiores, leva amarelos que entre elles ase por gramde honra”¹³⁸. Note-se que o amarelo claro era a

¹³³ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. p. 120.

¹³⁴ Boxer, 1953a, p. 69, n. 38; Boxer, 1953b, p. 10, n. 3; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 106, n. 38; Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1992, p. 22, n. 60.

¹³⁵ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. p. 106.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, ed. 1989, pp. 107-108.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, ed. 1989, p. 108. Cf. carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, ed. 1904, p. 87.

¹³⁸ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 108.

cor dos trajos imperiais, sendo interpretada como cor da Terra, o Elemento central que “governava” todos os outros¹³⁹.

Quando Gailote escreve sobre os requintes que os chineses revelam à mesa há muito menos novidades: refere as mesas altas, os dois pauzinhos a fazerem as vezes das colheres do Ocidente ou a limpeza irrepreensível dessas ocasiões, possível apesar de não usarem nem toalhas nem guardanapos. Não obstante, o parágrafo vem adicionado de uma frase que pode ser apenas banal, mas que também não deixa de ser muito semelhante a uma outra que o responsável pela *Enformação da China* de 1554 empregou no mesmíssimo contexto: “E assi no comerẽ como em tratarem huns com os outros, são homens de muito primor nas cortesias”¹⁴⁰. O louvor desta civilidade extrema é reforçado com a impressão magnânima de que eles, chineses, “são tão atilados, que ganhão a todo o gentio e mouro, e tem pouqua razão de nos aver ãveja”. Uma breve alusão à indumentária retoca o quadro: “E são tão vãos os gramdes, que trazem a millhor ceda por forro dos vestidos que trazem”¹⁴¹.

Nas linhas consagradas neste *Tratado* às “gramdes idolatrias” dos chins é ainda a *Enformação de hum homem honrrado* o outro texto do género e da época que mais depressa ocorre à lembrança, tão semelhantes são eles num par de aspectos de primeira importância. Galiote Pereira apelida alguns dos templos da China de “meãos” — no caso, espaços presumivelmente consagrados ao culto de algum notável local —, aqui sim uma indiscutível transcrição do *miau* chinês, não se referindo nunca a mesquitas, a pagodes ou a varelas, ao invés do que preferira esse seu congénere em Dezembro de 1554¹⁴². No entanto, insiste em que quando alguém entra em alguns desses lugares o faz a “lançar sortes” e a fazer “gramdes sũbaias” diante das figuras do venerado ou das pinturas do diabo que se encontram à sua direita¹⁴³. É verdade que alude a que os respectivos cultos se repartem entre a adoração do céu — “assi como nos dizemos Deos o sabe, dizem eles Tiem jautee, que quer dizer o ceo lo sabe”¹⁴⁴ —, da lua ou do citado diabo, o que a lembrar alguém, lembra antes de todos o Pe. Manuel Teixeira e a sua

¹³⁹ Ver, *inter alia*, Ellen Uitzinger, “O significado dos motivos simbólicos”, in *A Cidade Proibida*, catálogo da exposição A Cidade Proibida – A Cultura na Corte dos Imperadores Chineses, 1644-1911 (Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Lisboa, 1992), tradução Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Fundação Oriente, 1992, p. 88.

¹⁴⁰ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 109. Cf. *supra*, Parte II, cap. 8-6.

¹⁴¹ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. p. 109. Ver *idem*, *ibidem*, ed. 1989, pp. 108-109.

¹⁴² Ver *supra*, Parte II, cap. 8, n. 251.

¹⁴³ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, p. 109. Cf. *supra*, Parte II, cap. 8-6.

¹⁴⁴ “Tiem jautee” por *tian hsiao tê* (*t'ien hsiao tê*).

carta de Dezembro de 1565¹⁴⁵. Mas também tranquiliza o leitor com um “e assi cada hum [adora] o que lhe vem a vontade e nhũ por força nhũa cousa” que é em tudo idêntico à confiança depositada na tolerância religiosa chinesa por Manuel de Chaves ou por quem quer que tenha escrito o informe que lhe é atribuído¹⁴⁶.

Galiote Pereira tem a propósito da suposta crença dos chineses na imortalidade da alma e na reencarnação dos bons como diabo ou dos pecadores como búfalos, vacas ou cães outra leitura bem próxima da do jesuíta Teixeira. Se bem que não o vejamos referir-se de modo expresso à transmigação das almas e, muito menos, a Pitágoras, entende-se que na base do seu raciocínio está a tradução da palavra *kuei* — “alma dos mortos”, “espírito” — por “diabo”, numa solução de facilidade comum a vários outros portugueses do seu tempo¹⁴⁷. Por outro lado, vem a identificação do segundo tipo de templos da China, agora sem margem para dúvidas os templos de uma das grandes seitas budistas (dada a falta de clareza da sua exposição, até aqui as alusões levam a admitir que tanto se referia a lugares de culto taoístas como budistas¹⁴⁸). Estes encontravam-se repletos de ídolos bem proporcionados e sem cabelos chamados “Omithofom”¹⁴⁹, representações de antigos homens castos que em vida nunca tinham provado carne ou peixe, só arroz e ervas¹⁵⁰.

De algumas trocas de argumentos por interposto intérprete, da admiração que diz ter observado nos seus interlocutores chineses a respeito do “nosso rezar” e do pouco caso que estes fariam das suas próprias crenças — “Quando estão em suas idolatrias, se estão rimdo elles mesmos de ssi”, escreve — ficara convencido de que “esta nelles a materia mui disposta pera se imprimir neles o conhecimento da verdade”. Qual Manuel Teixeira, insiste em que “vimdo esta terra ã algũ tempo a estar corrente com nosquo, era com pouquo trabalho toda convertida” e em que “com hum bom limgoa em muito pouquo tempo se poderia fazer muito fruto”¹⁵¹. Esta perspectiva optimista sobre as

¹⁴⁵ Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

¹⁴⁶ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. p. 109.

¹⁴⁷ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, p. 109. Cf. Boxer, 1953b, p. 16, n. 1; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 109, n. 52; Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1992, p. 27, n. 87.

¹⁴⁸ Boxer, 1953b, p. 15, n. 5.

¹⁴⁹ Mi T’o Fo/Amito, do sânscrito *amitabha*, “infinitamente esplendoroso” ou “da idade infinita”, epíteto do Buda que reina sobre o paraíso do Ocidente. Ver *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 110, n. 53; Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1992, p. 27, n. 88; Jacques Gernet & Catherine Meuwese, “Bouddhisme”, in *Dictionnaire de la Civilisation chinoise*, préface de J. Gernet, introduction d’Alain Thote, Encyclopædia Universalis, Paris, Albin Michel, 1998, pp. 121-122.

¹⁵⁰ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 109-110.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. p. 110.

possibilidades de subordinação religiosa da China ao Cristianismo amplia-a fólhos adiante quando descreve a corrupção das regras e o “tam baralhados” que andavam os mouros que viviam no Império a respeito de dois dos seus costumes emblemáticos, as proibições de ingerir carne de porco e beber vinho¹⁵².

Tal espécie de optimismo é ainda alimentada por essa ideia nada original, sobretudo entre alguns dos antigos cativos portugueses, de que será fácil empreender a conquista militar da China. Apesar de, neste capítulo, o seu discurso não ser linear já que é o próprio quem referencia as “sommas grandes d’armada e paraos”¹⁵³ que vigiavam o importante tráfego fluvial¹⁵⁴, destaca-se aqui o juízo sobre um povo grande em número mas pequeno em força: “he a gemte tão fraqua, posto que seja sem numero, que com muito pouquo se podia nesta terra, em muito pouquo tempo, fazer muito serviço a Deos e a el Rei nosso senhor”¹⁵⁵ (a versão italiana e, logo, a inglesa, omitiram esta passagem¹⁵⁶). Não existem razões para duvidar de que Galiote Pereira não estivesse convencido disto tudo apesar de uma frase como a seguinte, de tão rebarbativa que é, poder com igual probabilidade ter saído de outra pena ou de outro ditado que o seu: “Queira nosso Senhor, por sua misericórdia infinita, ordenar a cousa de maneira que seja isto algũa ora, por que, cousa tamanha como he esta terra, senão perqua assi a mimgoa”¹⁵⁷.

Oferece-se um parágrafo sobre as festas e o calendário chinês, de novo sem acrescentar excessivos dados ao que temos conferido¹⁵⁸, e a justiça e o governo chineses passam a ser abordados com um detalhe ainda mais aguçado que nos escritos de outros ex-prisioneiros lusos. As impressões desfiadas a propósito são também aquelas que lemos e releemos nos demais relatos produzidos no seguimento do episódio dos dois juncos, excepção feita para Amaro Pereira. Como aí, Galiote não poupa encómios e fala nas vantagens que, apesar da sua condição de gentios, os chins tinham no capítulo judicial em relação aos cristãos por, segundo ele, serem “obrigados a fazer a verdade e

¹⁵² Idem, *ibidem*, ed. 1989, pp. 124-125.

¹⁵³ “Armada” para navios-patrolha e “paraos” para a pequena embarcação à vela ou a remos comum no Oriente e tanto usada para fins militares como comerciais — do malaio *pâru*. Ver, *inter alia*, Boxer, 1953a, p. 65, n. 25; Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1992, p. 18, n. 39; p. 47, n. 173.

¹⁵⁴ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, p. 124.

¹⁵⁵ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 118.

¹⁵⁶ Ver Boxer, 1953b, p. 28, n. 2.

¹⁵⁷ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 110. Veja-se suspeita idêntica a propósito de outro parágrafo próximo e complementar em relação a este in idem, *ibidem*, ed. 1992, p. 28, n. 93.

¹⁵⁸ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 110-111.

direito”¹⁵⁹. Equivalente é a certeza que dá de que “estes homens são uniuos no fazer de suas justiça, mais do que forão os Romanos nem outro *nenhũ* genero de gemte”¹⁶⁰.

Uma nota perdida pouco antes tinha uma vez mais traduzido a experiência de alguém que um dia se vira envolvido naquele tipo de “caso grave e de muita importancia” em que o réu não só podia ser atendido por uma junta de magistrados, como era protegido pelo direito de recurso “a mor alçada”¹⁶¹. Aqui, todo o resto confirma essas primeiras agradáveis surpresas. Parece-lhe “bem em extremo” que os acusados de qualquer crime sejam ouvidos em público num “gramde auditorio” já que “por esta via não pode aver testemunhas falças, como antre nos se acha cada dia”¹⁶². Os “governadores e regedores” de uma província nunca são naturais dela e nunca permanecem num posto o tempo suficiente “pera criarem malicia”¹⁶³. Entre “louteas principais” e “outros louteas” há em cada província um número mais do que suficiente de funcionários para supervisionar tanto “as cousas de justiça”, como a “arrequadação das remdas”¹⁶⁴. O seu empenho na prisão de ladrões é tal que não há cidade, vila ou lugar em que um destes possa escapar¹⁶⁵. E por maior que seja a dignidade dos magistrados, anotam eles próprios as declarações dos acusados por não “se querẽ fiar senão de si mesmos” e comportam-se durante as audiências “com tamta paciencia e sofrimento que nos fazião espamtar”¹⁶⁶. Indisponível para vários destes elogios rasgados ao processo chinês esteve o censor italiano, que os abreviou quanto pôde, sobretudo quando eram secundados por comparações com a inépcia ou a parcialidade da justiça portuguesa. Ficou assim condicionado o que a Europa leu a propósito em qualquer das versões impressas nos séculos XVI e XVII¹⁶⁷.

A nossa testemunha descreve os suplícios infringidos nas prisões, as mortes diárias ao frio e à fome, tal como os açoites que os algozes podem ir dando até quebrar todas as resistências dos condenados. Seguem-se as radiografias das penas que esperam os sentenciados por roubo, homicídio, adultério ou por dívidas e as dos maus-tratos por que passavam os prisioneiros quando eram transportados de um lugar para outro

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 111.

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 113.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. p. 107.

¹⁶² Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 112.

¹⁶³ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 111.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 111.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1989, p. 111.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. p. 113.

¹⁶⁷ Boxer, 1953b, p. XXIX e p. 19, n. 2.

enjaulados e “quasi enforcados pelos pesquosos” pela aposição da canga¹⁶⁸. Mas não se lhe encontra uma crítica a propósito, quem sabe senão também porque nada disso era mais tenebroso que o que poderia presenciar em qualquer prisão do seu distante Portugal. Pelo contrário, é com a maior incredulidade e admiração que vê esses gentios que não o conheciam a ele e aos seus de parte nenhuma nem lhes entendiam as palavras apesar dos seus cargos e honras e depois prender “por amor de nos” aquele par de mandarins — Zhu Huan e o comandante do exército da província do Fujian, Lu T’ang¹⁶⁹ — que tinha sido a causa da sua desgraça. Como repete à exaustão: “E quanto a serem gentios não sei houtra prova melhor pera louvar a sua justiça que sermos guardada a nosa, sendo cativos e estrangeiros. Porque em qualquer terra de christãos que assim forão tomados huns homens como nos, não conhecidos, e que tiverão comtra si quaisquer partes, eu não sei que feito pudera ser ho dos martires, quanto mais nesta, sendo como he de gintios e tendo comtra nos dous homens dos grandes desta terra e tãtos inimigos por sua causa delles, e sem limgoa [intérprete]”¹⁷⁰. Fatalmente, esta foi outra das passagens em que o elogio soou excessivo aos censores jesuítas de Roma, que voltaram a reduzir ao mínimo o texto original quando o cederam à imprensa¹⁷¹.

Nas últimas partes o *Tratado* de Galiote Pereira reforça a condição de relato de viagem terrestre que também traz incorporada, decorrendo daí uma leitura sobre a geografia dos limites e da população chinesa que é, a vários títulos, das mais interessantes do conjunto. Ao pretender saber do nome da terra, tinham-lhe dito que se chamava “Tamen” (de *Ta Ming*, Grande Ming), enquanto os seus habitantes se auto-intitulavam “Tamejins” (de *Ta Ming jen*, a “Gente do Grande Ming”, ou, talvez, uma corrupção de *Tang ren*, “homem de Tang”)¹⁷². Trata-se em ambos os casos de uma redacção muito parecida à que é dada pelo Pe. Manuel Teixeira na sua carta de 1 de Dezembro de 1565¹⁷³. Ainda que sem o saber com certeza absoluta, parecia-lhe que a China confinava com a Cochinchina, terra dos “Conchins”. Sempre sem o saber de ciência certa, apenas confiado no que ouvira dizer, faz dois retratos rápidos, um de

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 117. Ver Idem, *ibidem*, ed. 1989, pp. 111-117.

¹⁶⁹ Ver Tien-Tsê Chang (Zhang Tianze), *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644 – Uma Síntese de Fontes Portuguesas e Chinesas*, introdução de Jorge dos Santos Alves, tradução de Pedro Catalão, colecção Memória do Oriente — 8, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997, p. 109 (1.^a ed. Leyden, E.J. Brill, 1934; reed. corrigida Leyden, 1969).

¹⁷⁰ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. p. 113.

¹⁷¹ Boxer, 1953b, p. 21, n. 1.

¹⁷² Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 118-119. Cf. idem, *ibidem*, ed. 1992, p. 40, n. 133; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 119, n. 77.

¹⁷³ Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

Nanquim, outro “desta cidade do Paquim omde el Rei esta”, agora com uma redacção não muito distante da do “homem honrrado”¹⁷⁴. De ouvido viera-lhe outra informação, esta sobre a guerra que os chineses tinham reatado com os Tártaros depois de mais de oitenta anos de tréguas — ainda que por outras palavras, era a mesma alusão aos ataques de 1550 às regiões de Pequim e Paoting fu que anotámos ao ler a *Enformação de 1554*¹⁷⁵.

Ao tentar reconstituir o percurso tomado pelos antepassados das comunidades muçulmanas que viviam na China, um desses pontos quase obrigatórios nos inquéritos encomendados pelos padres da Companhia, Galiote Pereira diverge e inova quando se compara o seu escrito com esse supostamente redigido por Manuel de Chaves. Corrigindo a impressão que o próprio chegara a ter de que esses “mouros” haviam chegado “polla via de Siom”, começa por transmitir a ideia de que era “hũa gemte que em tempos passados por aquella bamda de Paquim vinhão, ã naos preguadiças e de gaveas, com muitas fazendas, a hum porto que el Rei lhes tinha dado”¹⁷⁶. Estes teriam depois sido “repartidos por algumas cidades, omde ficando sêpre cativos del Rei”. Porém, à frente já diz que soubera que os homens dessa religião que encontrara em Guilin eram naturais de “Quamarquam [Samarcanda], terra firme ã qu ha muitos reis, e tem muita noticia da Imdia”. E acrescenta: “E soube mais que este mar, por omde soião a vir estes Mouros a China, he hum muito grãde lago, metido pella terra demtro, que vem ao longo de Tartaria e Persia, fiquamdo da outra bamda tudo terra da China, e assi a terra dos Mogores lamçando sempre para o sul”¹⁷⁷.

Lembrar-se-á que a *Enformação de Malaca de 1554* menciona mouros estrangeiros vindos da Arábia e que falavam persa¹⁷⁸. Lembrar-se-á que, na sua carta de Janeiro de 1556 ao infante D. Luís, Leonel de Sousa alude a um “Mar morto, que se ã navega”¹⁷⁹, o qual talvez seja — mas só talvez — o mesmo Cáspio que Galiote Pereira aqui cartografa com razoável rigor. Como Manuel Teixeira em 1565, Galiote usa ainda a cor da pele para ajustar o seu mapa da Ásia: “estes Mouros que vimos são homens mais baços que bramquos, por omde parece serẽ da terra mais quête do que he a China por aquella bamda do Paquim, que he tão fria que sem nenhũa duvida se coalhão os rios

¹⁷⁴ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. p. 119. Ver *supra*, Parte II, cap. 8-6.

¹⁷⁵ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, pp. 120 e 126. Ver *supra*, Parte II, cap. 8-6; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 126, n. 98.

¹⁷⁶ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 124.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cits. pp. 125-126.

¹⁷⁸ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-6.

¹⁷⁹ Ver *supra*, Parte II cap. 8-8.

no inverno”¹⁸⁰. Outro tanto para os “Mogores”, os quais “são homens também brancos [como os Tártaros] e assi mesmo gentios” e sobre quem aprendera “que confinão por hũa das bamdas com estes Tartaros e pella outra bamda tambem com esta Tartaria Persia, de que nos davão sinais”¹⁸¹. E como Amaro Pereira e, inclusive, com algumas expressões muito parecidas com as suas, não falha a Grande Muralha que separa tártaros de chineses — “E por aquella bamda de Paquim [a Tartária] confina com a China, e ha hũas grandes cerras que partẽ os reinos, omde ha alguns passos ã que assi de hũa bamda como da outra ha forças e sempre gemte de guarnição”¹⁸².

Mas continuam a ser os grandes espaços do interior do continente os principais privilegiados com a aprendizagem de cativo passado para este *Tratado*: “esta bamda de Quanci he hum dos cabos do reino” para além do qual estão “grandes cerras” que correm de Norte para Sul; para além delas e “pera a bamda do loeste he esta terra dos Brames de que achamos certos sinais”; e para além das mesmas, só que “pera a bamda do sul” (esta uma passagem quase amputada nas traduções italiana e inglesa¹⁸³), está “toda a terra de Sião e dos Laos, que tãbẽ aqui achamos, he a terra de Camboja e a de Champa e a de Cochinchina”¹⁸⁴. Mesmo uma das mais perenes confusões geográficas evocadas a propósito da China desfá-la um Galiote Pereira em absoluto senhor do que dizia: “[...] de maneira que esta he a verdade desta terra e não a que ouvi muitas vezes dizer, que comfina por esta bamda do norte com Alemanha”¹⁸⁵. Gaspar Barzeo foi um dos que já não foram a tempo de o ler.

¹⁸⁰ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cit. p. 126. Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

¹⁸¹ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. p. 126.

¹⁸² Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 126. Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

¹⁸³ Boxer, 1953b, p. 39, n. 8.

¹⁸⁴ Galiote Pereira, *Alguas cousas sabidas da China*, ed. 1989, cits. pp. 126-127.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1989, cit. p. 126.

CAPÍTULO 10

A China entre o segundo e último fôlego da História-crónica portuguesa de Quinhentos e o discurso experiencialista, 1563-1578

1. A Década III da *Asia* de João de Barros, 1563

Com a edição da *Terceira decada da Asia* de João de Barros, em 1563, assinala-se o início de um período de quinze anos durante o qual a Europa recebe por via dos prelos de Lisboa um conjunto de trabalhos pertencentes ao género historiográfico em que a China e a sua excelência superlativa são como que definitivamente deixadas em semente para o século XVIII e a sinofilia que os jesuítas então inspirariam¹. Seguindo a ordem cronológica dos respectivos títulos, os nomes de António Galvão, Damião de Góis, D. Jerónimo Osório e Brás de Albuquerque sucedem ao de Barros nesta listagem. Em simultâneo, há um manuscrito de primeira importância que não pode ser esquecido: as *Lendas da India* de Gaspar Correia. Pertencentes a um campo discursivo distinto, o da matéria médica, temos um outro par de textos saídos da cultura dos Descobrimentos portugueses em que os aspectos pertinentes do mundo chinês também são veiculados, ainda que por certo para um público leitor europeu mais específico e pouco coincidente com o que procurava o primeiro género de obras. Falamos dos *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India* de Garcia de Orta e do *Tractado Delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales* de Cristóvão da Costa².

Sabemos que na sua *Década III* João de Barros regista para a posteridade as glórias dos lusitanos no Oriente entre 1515 e 1525. Regra de historiador *oblige*, é conhecido que quase tudo o que não cabe na narrativa das descobertas e conquistas, como os elementos de geografia local ou os traços sociais dos povos contactados,

¹ Ver, *inter alia*, Charles R. Boxer, “Three Historians of Portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro)”, in *Boletim do Instituto Português de Hong Kong*, Hong Kong, 1, Julho 1948, pp. 21-22.

² Ver, *inter alia*, Barreto, 1989a, pp. 30-38.

constitui assunto marginal a este tipo de prosa, algo que no caso de Barros se percebe melhor do que em nenhum outro já que constantemente nos remete para os trechos correspondentes daquela *Geografia* que, pelo menos, terá escrito em parte e que se perdeu³. Por exemplo, tal sucedera na antes citada passagem da *Década II* em que o encontro que Diogo Lopes de Sequeira teve em Malaca em 1509 com as tripulações de vários juncos serviu de pretexto para algumas notas ilustrativas sobre os “pouos Chiis”. Outro tanto fizera por essa altura o compilador anónimo da *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas dos Portugueses na Índia*⁴ ou Fernão Lopes de Castanheda, este sobretudo quando, no livro IV da sua *Historia*, aproveitou as referências à expedição de Fernão Peres de Andrade e à largada do embaixador Tomé Pires em solo Ming para descrever a China e o sítio de Cantão⁵.

Apesar da data tardia em que foi impressa e do período que abrange obrigar o seu autor a repetir vários dos pormenores entretanto publicitados por Castanheda sobre essa expedição conduzida por Fernão Peres entre 1517 e 1518, ou sobre a que se lhe segue sob as ordens do outro dos irmãos Andrade, a *Década* que agora analisamos consegue transmitir a propósito da China aquilo que classificámos de descrição revolucionária. Este sentido inovador vem concentrado no capítulo VII do livro II, “Em que se descreue a terra da China & relata algũas cousas que há nella, & principalmente da cidade Cantam que Fernam perez ya descobrir”⁶. À parte este, existem mais quatro capítulos férteis em indicações que interpelam o nosso objecto, porém sem que sobre ele deixem novidades substanciais. Ainda assim, principiamos por aqui.

³ Veja-se a seguinte passagem de uma carta escrita em Coimbra em 1569 — ou seja, no ano anterior ao da morte de Barros — pelo jesuíta Cipriano Suárez ao seu confrade Diego Mirón, este em Roma, passagem onde se responde a uma pergunta expressa sobre a obra do cronista: “Juan de Bairros [...] a hecho trasladar las cartas nuestras de Japón, y está en una heredad suia en Leiria [Quinta de S. Lourenço], donde acabará esto, y si Dios le diere vida, las Tablas y Cosmographia de Oriente, que será la cosa más necesaria de quantas él a hecho” — Carta do Pe. Cipriano Suárez ao Pe. Diego Mirón em Roma, Coimbra, 22 de Fevereiro de 1569, ARSI, *Lus.* 63, fl. 20v.; transcr. parcial in Schurhammer, “1543-1943. O descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543”, in *Orientalia*, 1963, cit. p. 557. Cf. Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 108-109.

⁴ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1; Parte II, cap. 3, n. 97.

⁵ Ver *supra*, Parte II, cap. 7-2 e cap. 7-1.

⁶ João de Barros, *Asia*, *Década III*, liv. II, cap. VII — “Em que se descreue a terra da China & relata algũas cousas que há nella, & principalmente da cidade Cantam que Fernam perez ya descobrir”, ed. 1992, fls. 44r.-48v.

Aprendizagem tecnológica e geográfica

Com quase nenhuma surpresa a respeito daquilo que nos toca aparece o capítulo VII do livro II, capítulo de onde antes transcrevemos algumas linhas e que se intitula “Como el rey dom Manuel mandou Fernam perez Dandrade descobrir a enseada de Bengalla & a cósta da China: & o que passou primeiro que fosse a cidade Cantam, que é a principal de hũa das prouincias que a China tem”⁷. Outro tanto para o capítulo VIII do mesmo livro, “Do que Fernam perez passou em quanto esteue na China”⁸: traz a aportada na ilha da Veniaga, a apresentação do embaixador Pires por Giovanni da Empoli, a viagem de reconhecimento de Jorge de Mascarenhas ao Fujian, os lucrativos negócios que este consegue em Chinchêu, aqueles que Fernão Peres de Andrade realiza em Cantão e o regresso confiado da sua frota a Malaca. Nele apenas duas notas excêntricas sobre construção naval, uma para tratar das “varandas sobre o leme fora do corpo da náó”, prática chinesa que os portugueses depressa copiaram, e a segunda a propósito do “lápez”⁹, técnica de calafetagem dos navios que as tripulações vindas de Portugal também aí aprendem. Este o cronista descreve-o como um “forro de tauoádo delgado *que se prega per todo o costado da náó, vindo debaixo ate hum pouco acima da cintas já onde o már ñã chega*”, um “betume feito de cal & azeite de pexe” e “cousa que faz durar hũ lunco muyto tempo & o tem estanque d’água”¹⁰.

Continuamos a ter uma espécie de revisão da matéria dada nos capítulos primeiro e segundo do livro VI. Em sequência, tratam do sucedido à embaixada de Tomé Pires entre o momento em que Simão Peres a encontra empatada em Cantão, a sua retirada em desgraça de Pequim em 1521 e o contributo lateral emprestado pelas fanfarrônicas a que esse oficial “muy ponpóso, glorióso, & gastador” e vários outros mercadores lusos exibiram em Tamão — num caso porque o dito Simão se terá achado com prioridade sobre várias naus de Patane, do Sião e do Cambodja que tinham chegado depois de si, porque terá tentado erguer uma defesa em pedra e madeira e porque terá posto a funcionar uma forca e comprado crianças locais; noutro porque tanto quanto se sabe os ditos mercadores terão sido surdos à regra que estipulava a

⁷ Idem, *ibidem*, Década III, liv. 2, cap. VI, ed. 1992, fls. 41r.-44r. Ver *supra*, Parte I, cap. 1-2 e cap. 5-1.

⁸ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. 2 cap. VIII, ed. 1992, fls. 48v.-53r.

⁹ Do malaio *lapis*, a pasta chamada em chinês *chunam*. Ver Jean-Yves Blot, “O junco chinês: arqueologia de um sonho”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 27/28, Abril/Setembro 1996, pp. 320-321.

¹⁰ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. 2 cap. VIII, ed. 1992, cits. fl. 52r. Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1; Boxer, 1948, p. 22 e p. 41, n. 11; Jean-Yves Blot, “O junco chinês: do esboço de uma cronologia à cronologia de um esboço”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 27/28, Abril/Setembro 1996, pp. 330-332.

suspensão de todo o comércio enquanto durasse o luto oficial pela morte do imperador e forçaram a descarga dos produtos que traziam¹¹.

De referir que, da subida do boticário-diplomata à Corte até à leitura dos motivos protocolares utilizados pelos mandarins do conselho do “filho de Deos & senhor do mundo” para classificarem a sua embaixada de falsa e de vir em missão de espionagem para preparar a tomada da China, Barros segue de muito perto a letra da carta de Cristóvão Vieira de 1534 em que essa aventura e essas interpretações vêm contadas¹². O cronista é escrupuloso o bastante para não omitir quais as suas fontes, escrevendo a propósito: “E segundo duas cartas que os nossos dahy a dous ou tres annos oueram destes dous hómens; Vasco Caluo jrmão de Diogo Caluo, & Christóvão Vieyra que estáuam presos em Cantam: era cousa piadôsa ouuir os martirios *que* passaram & os roubos que os governadores fizeram em nauios estrangeiros, tudo com acháque que leuáuam Portugueses”¹³. Além disso, é superior na análise que faz da presumível permeabilidade das autoridades chinesas às acusações mais sérias que tinham pendido sobre os seus compatriotas, designadamente sobre os alegados hábitos antropofágicos: “as quaes cousas elles criam serem assi, porque de gente que nunca teueram noticia, & eramos terror & medo a todo aquelle Oriente, nam era muyto crese que faziamos estas cousas, porque outro tanto cremos nós delles & doutras nações tam remótas & de que temos pouca noticia”¹⁴.

Enfim, as novidades encerradas no notável capítulo VII do livro II, oportunidade escolhida por João de Barros para retratar conjuntamente a China e Cantão num arranjo que, insistimos, evoca aquele já apresentado em impresso por Lopes de Castanheda. Barros avança para a sua inspecção geográfica desta “gram prouincia” quer estabelecendo contínuos paralelismos com a posição ocupada pela Europa no extremo oposto da mesma massa continental, quer recuperando vários elementos que expusera na *Década I*. Como aí, inicia o périplo costeiro chinês na ilha da Hainão. Este orienta-se “pelo rumo a que os mareantes chamam Lesnórdeste” até “a cidade de Nimpó a que os

¹¹ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. VI, cap. I — “Como Symão Dandråde foy á China: & do que laa succedeo a Thomé Pirez que Fernam perez Dandrade seu jrmão leixou em Cantam pera jr a elrey da China, & como se lá apregouo guerra contra nós & as causas porque”, ed. 1992, fls. 155v.-158v.; idem, *ibidem*, Década III, liv. VI, cap. II — “Do que Symão Dandråde fez em quanto esteue no porto de Tamou da China, por onde ouue causa do aleuantamento daquellas pártes contra nós: & dos máles que os nossos passuam neste tempo, & depois que Duarte Coelho pelejou com os capitães dos Chijs”, ed. 1992, fls. 158v.-161r. Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1.

¹² João de Barros, *Asia*, Década III, liv. VI, cap. I, ed. 1992, fls. 156v.-158v. Cf. carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, pp. 7-10 e 16-19; cf. *ibidem*, ed. 199, pp. 27-30 e 35-38.

¹³ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. VI, cap. II, ed. 1992, cit. fl. 160v.

¹⁴ Idem, *ibidem*, Década III, liv. VI, cap. I, ed. 1992, cit. fl. 158v.

nóssos corruptamente chamam Liampó” e é corrigido a partir desse ponto “contra o nóroeste & nórtē”. O limite dá-o situado numa terra “metida debaixo dos regellos do nórtē, onde hábitam os Tártaros, a que eles chamã Tátas, com que tem continua guerra”. Com a medida dos dezanove graus a que sabe estar Hainão e a dos “cincoenta grãos daltura” desse extremo conhecido da China calcula a sua “grandeza” em “mensuras geographias” e confronta-a com a “largura” muito próxima da Europa toda. Só não dá notícia da respectiva “longura, porque per rezam da differença dos paráellos, os quáes ainda nam temos verificados pelo instrumento de que vsamos na discripçam das tauoas da nóssa Geographia”. Inevitável, vem novo encaminhamento para esse seu outro trabalho mais do que promissor: “per este lugar leixam a sua distancia”¹⁵.

A síntese que repôs o mito

Vimos que na *Década* editada em 1552 este cronista deitara mão a uma cosmografia chinesa ilustrada com cartas e que levava uma notícia explicativa em anexo, a qual fora interpretada com auxílio de um chinês mandado vir para esse efeito¹⁶. Entretanto, João de Barros colecionara mais alguns livros que também pedira que lhe trouxessem da China e uma “carta de Geographia de toda aquella terra, feyta pelos mesmos Chijs, onde vem situádos todollos montes, rios, cidádes, villas, com seus nomes escriptos na letra delles”. Tal carta não era graduada, mas “sómente pera demonstraçam”, como explicava. Contudo, confrontando-a com as indicações emprestadas pela cosmografia que já possuía podia agora confirmar as informações que fora recebendo sobre um “muro” que corria de Poente para Oriente entre a cidade de “Ochióy” (decerto Jiayu¹⁷) e o “már oriental” e que lhe parecia ter “mais de dozêtas legoas”. De igual exercício retira ainda informação sobre os três tipos de “mensura Itinerária” usados pelos chineses, os quais compara ao estádio, à milha e à jornada usados pelos europeus: o “Lij, que tem tanto espáço quáto per terra chaã em dia quieto & sereno se póde ouuir o brado de hum hómē”; o “Pú”, igual a dez “Lijs” e que

¹⁵ Idem, *ibidem*, *Década* III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 44r. e 44v.

¹⁶ Ver *supra*, Parte II, cap. 5-1.

¹⁷ Ver, *inter alia*, Loureiro, 2000a, p. 612, n. 46.

“responde pouco mais de hũa legoa das nóssas Espanhóes”; e a “jornáda de hum homem” que faziam dez destes últimos e era chamada “Ychan”¹⁸.

Como até então apenas Cristóvão Vieira fora capaz de saber, na citada *Década I* surgira igualmente a indicação de que a China contava “quinze governanças”. Aí Barros ficara-se pelo nome de seis delas, algo que desta vez completa, fazendo-o sempre de acordo com uma toponímia muito próxima da escolhida por este antigo cativo de Cantão. Conta 244 “cidádes notáues as quáes todas acabam nesta syllaba fú”, cálculo este que, porém, já não bate certo com o dessa ou de qualquer outra fonte por nós revista. Indica que “Cheu” é o termo final identificativo das vilas¹⁹ e que entre estas e as aldeias as hierarquias não são definidas pelo número de habitantes que cada uma delas guarda, antes pela existência ou não de muralhas e “jnsignias” associadas à “administraçã de justiça como nas outras cousas do gouerno da terra & priminenças de hõrra”²⁰. Lembrado isto e sem nunca se afastar demasiado de Vieira — ou, quando muito, do trabalho complementar que sobre ele fizera Castanheda²¹ —, nomeia e caracteriza as funções de três dos “gouernadores principáes” que estacionam em cada uma das divisões administrativas maiores, sendo eles o “Tutam” ou “gouernador das cousas que pertencem ao estado & administraçã da justiça”, o “Concam” ou “o do regimento da fazenda” e o “Chumpim” ou “capitam geral da guerra”²².

A ideia de uma China bem governada cuja divulgação muito ficou a dever ao que João de Barros aqui redigiu fê-la ele coincidir com um conjunto de motivos mais ou menos comuns à generalidade dos principais registos em primeira mão que temos analisado ainda que, no caso, seja de supor que estes também tenham continuado a ser em parte inspirados pela carta de Cristóvão Vieira. Em primeiro lugar vem uma nota sobre o “mais maduro conselho” que os três mandarins principais realizam todos os meses em conjunto. Do tipo desta são outras sobre o limite de três anos que cada um deles tem para o exercício das suas funções numa cidade, sobre a impossibilidade dos oficiais de justiça ocuparem postos nas terras de onde são naturais e sobre as diferentes penas a que estão sujeitos em caso de incumprimento dos seus deveres. Para cúmulo, o

¹⁸ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 44v. e 45r.

¹⁹ “Cheno”, do chinês *chendian*, povoado de razoáveis dimensões mas sem estatuto de cidade. Cristóvão Vieira escrevera: Esta governança [Cantão] tem treze cidades e sete chenos que sã grandes cidades que não teem nome de cidades [...]” — Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cit. p. 24. Ver Loureiro, 2000a, p. 691.

²⁰ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fl. 45r.

²¹ Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

²² João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fl. 45v.

“Rey & Principe deste grande Imperio” tem a capacidade de enviar no maior segredo a qualquer das cabeças de província esse dos seus oficiais superiores “aque elles chamã Ceuhij”, ficando todos os funcionários residentes obrigados a acatar o que quer que determine no campo judicial²³.

Gregos e latinos ou gregos, romanos e cartagineses, conforme as ocasiões, são para Barros o exemplo de excelência mais próximo mas mesmo assim nem sempre à altura daquele que estes gentios mostram ao mundo. Justifica-o o “modo da sua religiã, os templos desta sua sanctidade, os religiosos que residem em conuentos, o módo de razar [*sic*] de dia & de noyte, seu jejum, seus sacrificios, os estudos gerães onde se aprende toda ciência, natural, moral, á maneira de dár grãos de cada hũa ciência destas, & as cautellas *que* tem pera nam auer sobornações, & terẽ Impressam de letra muyto mais antiga que nós, & sobrisso o gouerno de sua Republica, a mechanica de toda óbra de metal, de barro, de páo, de pano, de seda”. Continua a justificá-lo a memória da hegemonia militar e cultural que exerceram sobre regiões remotas, a qual podia ser testemunhada pelas ruínas de algumas cidades por si edificadas no reino do Pegu, pela difusão do uso de bombardas que teriam estimulado antes dos europeus o conhecerem e pela sobrevivência da sua religião, dos seus conhecimentos de ciência natural, do seu calendário ou da sua astronomia em vastas partes do interior do continente. Completam este quadro o ritual das embaixadas enviadas “quasy te nosso tempo de tres em tres annos” à Corte do Império da China por vários dos Estados seus tributários, a clarividência demonstrada por “hum Rey prudente que entam governáva” ao saber abdicar do domínio marítimo de zonas demasiado longínquas como a Índia em favor de um recolhimento “nos termos do estado que tinha” ou as medidas consequentes que interditaram a estranhos vindos por terra ou mar a entrada aí, que proibiram os seus naturais de navegar para fora e que determinaram que todas as excepções de compra e venda que houvesse que fazer com o exterior passassem obrigatoriamente por uma autorização dos regedores²⁴.

João de Barros vê os chineses como “hómens delgádos em todo o negócio”, distintos os da província de Cantão dos do Norte “assi no parecer, na aluura & trájo” como a gente de África dos alemães, de tal maneira “que os debaixo parecem escrauos dos de cima”. Transmite que as suas línguas vão variando de província para província, mas que se entendem “quásy ao módo dos Gregos, contrahendo os vocábulos hũs mais

²³ Idem, *ibidem*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 45v. e 46r.

²⁴ Idem, *ibidem*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 46r. e 46v.

que outros”. Só não lhes dá vantagem no manuseio do ferro e “em artefícios de fogo pera guerra naual”, campos em que, apesar de tudo, “os nósos” os batiam em qualidade e experiência. Mas também avisa logo que “nam ham enueja aos da Európa, & já quando lá fomos tinham artelharia”²⁵, o que bate certo com a sua fama de soberbos: “E bem como os Gregos em respectu de sy todallas outras nações auiam por bárbaras, assi os Chijs dizem *que* elles tem dous ólhos de jntendimêto acerca de todallas cousas, & nós os da Európa depois *que* nos comunicarã temos hum ólho, & todallas outras nações sam çegas”²⁶.

As suas mulheres julga-as “de bõ parecer em seu módo”, diz que mal são vistas por eles serem “tam ciósos dellas” que quando saiem saiem “todas cubertas de seda em cóllos de hómês rodeádas de seruidores” e que a norma era a de cada um ter duas ou três, a primeira das quais “por legitima na estimaçã”. Acrescenta que tanto “ellas como elles sam muy mimósos & diliciósos no trájo” e que se não poupam em cuidados com a sua aparência ou com o tempo que despendem à mesa posto que “tudo sam banquetes, em que gástam dias & noytes, de maneira que lhe nam chegam Framengos nem Alemães”. Descreve que estas ocasiões, interditas às “mulheres próprias”, são acompanhadas por “todo o genero de música: de volteadores, de comedias, de chocarreiros, & toda outra deleitaçam que os póde alegrar” e que o serviço em que comem é “o mais limpo que péde ser”, usando e trocando a cada sorte de iguarias as toalhas, os pratos, as facas, as colheres e esse “garfo feito a seu módo” que lhes permite passar “sem por a mão no comer por meudo que seja”. No interior das suas casas as mesmas mulheres copiam estes rituais sem que um homem que seja aí possa estar, “sómente algũs cegos *que* tangẽ & cantam”²⁷. Se bem que com menos desenvoltura, observámos que o Pe. Manuel Teixeira ainda se ocupou de alguns dos aspectos menos divulgados aqui presentes na sua carta macaense de 1 de Dezembro de 1565²⁸.

A fronteira que se ia marcando entre as províncias litorais e aquelas situadas mais a Setentrião volta a ser considerada para a descrição dos tópicos urbano e da navegação fluvial. Para estes domínios João de Barros serve-se de um grupo de informadores privilegiados constituído por Fernão Peres de Andrade e pelos outros portugueses que lá haviam estado em sua companhia, tendo o cuidado de dizer que estes só se mostraram capazes de confirmar as suas revelações sobre a primeira dessa partes

²⁵ Idem, *ibidem*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 46v. e 47r.

²⁶ Idem, *ibidem*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cit. fl. 46r.

²⁷ Idem, *ibidem*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 47r. e 47v.

²⁸ Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

da China já que não tinham visto nada do que contavam existir a Norte. De qualquer modo, isso é-lhe suficiente para visualizar uma terra marítima “muy chãa” e que “pareçe alagadiça nã o sendo”, trabalhada pelos naturais com tal indústria que lembra “hũ pomár regádo”, retalhada por inúmeros rios e esteiros, uns de água doce outros de água salgada, e cruzada em todos os sentidos “por tanta cópia de barcos” que se supõe “habitar tanta gente nágua como na terra”. Alguns dos barqueiros transportam a mulher, os filhos e a fazenda numa parte da barca “coberta a maneira de cása”, guardando a outra “tambê cuberta segũdo o tẽpo do anno pera os passageiros”. Para abastecer este trânsito estão todos os rios e lagos “qualhádos doutros barcos estantes, á maneira de vendas, omde se ácham totalas poliçias que pôde auer nas cidades”. E como que a fazer justiça à propalada inventividade dos chineses, conta que até correm “carretas á vella nos lugares de cãpina: as quáes governam como pôdẽ fazer ahũ barco per hũ rio, onde a gente caminha ao módo dos carros de Flandres & Italia, posto que tem outros de cauállos”²⁹.

Quanto ao retrato urbano produzido por Barros, este acaba por se cingir à Cantão anunciada no título do capítulo. Fernão Peres e os seus continuam a facultara-lhe de viva voz o corpo principal dos dados que expõe. Para além disso pouco mais terá feito do que apoiar-se num “debuxo do natural della *que* nos delá trouxerã”. Sobre as cidades das províncias do Norte tudo o que supõe é que, por contraste com as casas térreas características da “cidáde Cantã, & todo o maritimo *que* os nössos virã”, tivessem “hedifícios sobradádos”. Assim, alude à situação da metrópole marítima do Guangdong ao longo de um rio navegável, às ilhas existentes na barra, aos “lugares pequenos viçosos” que povoavam as suas margens e ao “cãpo chão & gracióso com agricultura delle” sobre o qual assentava. Estima o perímetro da respectiva cintura amuralhada em mais de três milhas a partir da corrida que sobre ela fizera certa noite um “hómeme curioso” da companhia de Andrade e de nome António Fernandes (então, este teria contado noventa torres, mais doze que as escritas por Lopes de Castanheda³⁰). Tal muro não assentaria sobre nenhum alicerce, apenas “sobre a face da terra”, estava “liado de cãtaria & cál”, era largo de vinte palmos no cimo e entulhado por dentro “mais das duas pártes da altura delle, *que* poderá ser de corẽta palmos”³¹.

²⁹ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fl. 47v.

³⁰ Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

³¹ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 47v. e 48r.

Da remoção do dito entulho tinha resultado a abertura de “huma cáua muy larga que chea dágua tornea todo este muro, ficando entrelle & ella espaço tam lárigo que poderá jr apár feys hómês a cauállo”. Em cada uma das torres que a muralha suportava estava instalada uma guarita coberta “onde per ordenança da cidáde todolas noytes está vellas que vegiam” (como o anterior, um dado convencional mas também próximo do oferecido na *Historia da India* daquele cronista seu concorrente). Franqueavam-na sete entradas, cada qual com uma ponte de pedra e cal e uma torre com três portas. Em todas elas estacionavam um capitão da guarda e alguns “menistros”, gente que proibia o acesso a todos os que não fossem naturais ou conhecidos ou que viessem armados, exceção feita aos soldados. Os estrangeiros e os forasteiros chegados de outras províncias da China eram obrigados a instalar-se num arrabalde não obstante saber-se de todos e de qualquer um “donde e, a *que* vem” e de estar determinado que qualquer vadio que surgisse seria preso. Quatro das sete entradas da cidade abriam para “duas ruas feitas em cruz”. Por esse motivo, e porque todas as restantes ruas lhes copiavam o padrão, a ordem das casas fazia-se “mais fermósa” (em parte, nova retoma da prosa de Castanheda, em parte coincidência com o gosto pela regularidade do urbanismo chinês evidenciado por Galiote Pereira³²). Quase no meio do perímetro destacava-se um “sumptuoso tẽplo, *que* com seus curucheos a maneira de pirames de *que* elles vsam do cimento te o cume, faz móstra da cidáde muy fermósa”³³.

João de Barros conclui o esboço de Cantão com um conjunto de alusões esparsas ao “gouerno & prudência desta terra”, algumas das quais são, com ou sem surpresa, muito próximas daquelas que lemos na carta escrita por Melchior Nunes Barreto no “porto da China” em Novembro de 1555 e que foi editada pela primeira vez pelos jesuítas de Coimbra em 1565 — de resto, o mesmo não deixará de ser válido para outras atrás transcritas sobre o engenho oficial dos chineses, os seus pantagruélicos repastos ou sobre isso que acabámos de citar a respeito do porte de armas³⁴. A propósito, o autor das *Décadas da Ásia* informa que as mulheres solteiras viviam fora dos muros da cidade “por nam corromper a honestidáde dos cidadãos”, que não existia homem do povo que não tivesse ofício e que, por este motivo, não havia pobre que pedisse esmola. Quanto

³² Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

³³ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 47v. e 48r.

³⁴ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-7.

aos quatro mil cegos que aí viveriam, diz ainda que “seruẽ de moer nas atafonas em mós de braço assi Trigo com Arroz”³⁵.

2. O Tratado dos descobrimentos de António Galvão, 1563

Galvão em impresso e em manuscrito

Se a 18 de Agosto de 1563 o tipógrafo régio João de Barreira fazia sair da sua oficina situada rua lisboeta de S. Mamede a *Década III* de João de Barros, logo a 15 de Dezembro desse ano dava por concluído na mesma cidade o *Tratado dos descobrimentos antigos & modernos feitos até à era de 1550* de António Galvão (Índia ?, c. 1490-Lisboa, 1557), filho bastardo do cronista-mor do reino Duarte Galvão e militar de carreira que estanciará no Oriente de 1522 a 1524, de 1526 a 1527 e de 1533 a 1540³⁶. Em parceria ou não com o outro impressor de el-rei que foi João Álvares³⁷, tinha sido também sob chancela desta Barreira que se editara em Coimbra entre 1551 e 1561 a *Historia da India* de Fernão Lopes de Castanheda³⁸. Enfim, tanto caberá aos seus clientes ler a primeira como a segunda edição da obra de Brás de Albuquerque que a seguir analisaremos.

Estava-se nesse quinquénio de luxo de 1561 a 1565 durante o qual as prensas portuguesas publicaram um número recorde de vinte e três títulos repartidos entre relatos de viagens e corografias³⁹. Não obstante ser um facto que tais valores eram uma gota de água num oceano dominado pelas obras de carácter religioso, constituem apesar de tudo sintoma da participação do país no processo mais amplo começado a configurar em meados do século e por via do qual a Península Ibérica impõe a sua presença na geografia cultural europeia através de um conjunto de títulos de claro pendor identitário.

³⁵ João de Barros, *Asia*, *Década III*, liv. II, cap. VII, ed. 1992, cits. fls. 48r. e 48v.

³⁶ António Galvão, *Tratado. Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galvão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta. Com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: & em que tempos & as suas alturas, obra certo muy notauel & copiosa*, Lisboa, João de Barreira, 1563. Anselmo, ed. 1977, p. 33 e p. 49, ref. 177.

³⁷ Anselmo, *ibidem*, p. 16.

³⁸ Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

³⁹ Ver *supra*, Parte II, I-3.

É o momento de Lopes de Castanheda, João de Barros, Brás de Albuquerque ou Gaspar Correia, como o é de Gonzalo Fernández de Oviedo, Francisco López de Gómara ou da *Brevisima* e da *Historia de las Indias* de Bartolomé de Las Casas. Cada um a seu modo, todos apostam em sistematizar e em divulgar os escritos e as notícias acumuladas sobre os feitos ultramarinos das suas pátrias e em proceder ao respectivo balanço moral, ensaiando por aí a consciência historiográfica da Expansão⁴⁰. Como seria inevitável, há entre eles divergências de fundo, sobretudo a propósito daquelas zonas em que os dois reinos peninsulares competiam pela hegemonia. Por isso, enquanto Barros se mostra insuperável no louvor das realizações portuguesas ao longo da costa africana, Las Casas denuncia-lhes as sombras da escravatura e das pilhagens levadas a cabo na mesma África. Por isso também é Oviedo tão parcial ao tratar os sucessos relativos ao Sudeste asiático e ao rio da Prata, diminuindo deliberadamente o papel luso enquanto promove o desempenho das comunidades locais e dos grupos de mercadores.

Mas nem tudo foi tão linear assim, tanto que, pelo meio, surgiram visões matizadas como aquela que perpassa da terceira parte do *Libro de las costumbres de todas las gentes del Mvndo*, a tradução ampliada do *Omnium gentium mores* de Johannes Boemus (1520) que Francisco Tamara produziu e fez sair em Antuérpia em 1556. Fiel a uma concepção unificada da Península — onde, dizia, se falava “casi vna misma lengua”⁴¹ —, Tamara completa as notícias dos diferentes povos do Orbe que no original de Boemus surgiam apresentadas ao modo das histórias etnogenéticas com as que “nuestros Españoles” haviam resgatado da Índia, incluindo aqui “las otras tierras y Indias, y islas y prouincias descubiertas por Españoles Portugueses la buelta de Leuante”⁴².

Ora, ainda que sem que se possa considerar que comungasse de idênticos pressupostos ideológicos, o *Tratado dos descobrimentos* de António Galvão aparece repartido em duas partes equivalentes, uma atenta aos “Descobrimentos em diuersos annos & tempos, & que foram os primeiros que nauegaram” (tocando da lenda das

⁴⁰ Ver *supra*, Parte II, I-4.

⁴¹ Johannes Boemus, *El libro de las costumbres de todas las gentes del Mvndo, y de las Indias tradyzido y copilado por el Bachiller Francisco Thamara Cathedratico de Cadiz. Y dirigido al ilustrissimo Señor Don Juan Claros de Guzman Conde de Niebla, &c.*, libro I, cap. V — “De la religion de Lusitania o Portugal, y de las costumbres antiguas de los Lusitanos”, Antuérpia, Martin Nucio, 1556, cit. fl. 28v.

⁴² Idem, *ibidem*, libro III, cap. XV — “De todas las otras tierras y Indias, y islas y prouincias descubiertas por Españoles Portugueses la buelta de Leuante”, Antuérpia, 1556, cit. fl. 328v. Ver Broc, ed. 1986, p. 82; Curto, 1993, pp. 369-379; Curto, 1998a, pp. 30-31; Curto, 1998b, pp. 449-450.

primeiras explorações pós-dilúvio às partidas dos portugueses Pêro da Covilhã para a Abissínia em 1487 ou Gonçalo de Sousa para Manicongo em 1490), a outra intitulada “Descobrimientos das Antilhas & Indias pollos Espanhões feytas” (um inventário das viagens modernas que vai de 1492, com Colombo, até à armada que Sebastião Caboto enviou em demanda da China pelo Nordeste em 1553)⁴³.

Quem não falhou servir-se das potencialidades propedêuticas que o *Tratado* de António Galvão possuía para inspirar o emergente pensamento imperial do seu país foi Richard Hakluyt. A grande imprensa cosmográfica europeia deixara então de ser balizada pelos historiadores ibéricos, tal como pelas notícias das Missões dos jesuítas ou pelos relatos coleccionados por Giovanni Battista Ramusio, como sabemos que sucedeu entre os anos de 1550 e estes de 1570 que aqui cobrimos. Depois de, sobretudo em *Les Singularitez de la France Antarctique* de 1557, André Thevet ter tentado fazer igual em benefício do seu sonho de uma França implantada além-mar, vamos encontrar o tempo de Hakluyt em sintonia com o do *Itinerario* de Jan Huygen van Linschoten, o das antologias dos De Bry ou o desse Giovanni Botero cujas *Relazioni universali* (Veneza, 1588) não apenas inventariaram os malefícios decorrentes da Expansão de castelhanos e portugueses, como chegaram a duvidar da existência dos povos conquistados por estes últimos. No entanto, o editor inglês vê bem que, se tomado apenas por um prisma intelectual, um autor como Galvão pode continuar a ser de um interesse extremo⁴⁴.

Richard Hakluyt teria em seu poder a tradução inglesa da obra de António Galvão pelo menos desde 1589, de tal forma que dela havia já aparecido um extracto referente à descoberta da ilha da Madeira nas *Principall navigations* desse ano: “The voyage of Macham, the first discoverer of the Island of Madera, vnder Edward the third. An. 1344” (pp. 80-82, correspondentes aos fls. 15r.-15v. da edição de 1563)⁴⁵. As noventa e sete páginas da respectiva versão abreviada acabam por surgir em 1601 como uma espécie de suplemento a essa recolha sob o título *The discoveries of the World from their first originall vnto the yeere of our Lord 1555. Brifly written in the Portugall tongue by Antoine Galvano, Gouvernour of Ternate, the chiefe Island if the Malucos:*

⁴³ António Galvão, *Tratado dos descobrimientos. Quarta edição — Minuciosamente anotada e comentada pelo visconde de Lagoa, com a colaboração de Elaine Sanceau. Reprodução diplomática da raríssima edição PRINCEPS, com versão actualizada por César Pegado, primeiro bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e um estudo biobibliográfico de António Galvão pelo visconde de Lagoa*, Série Ultramarina — 1, Porto, Livraria Civilização Editora, 1987, cits. pp. 51 e 85. Todas as citações a partir desta edição.

⁴⁴ Ver, *inter alia*, Curto, 1998a, pp. 30-31; Curto, 1998c, pp. 460-463.

⁴⁵ A. M. Quinn & D. B. Quinn, 1974, p. 344.

*Corrected, quoted, and now published in English by Richard Hakluyt, sometimes student of Christchurch in Oxford*⁴⁶. Caso raro, Hakluyt desconhece quem seja o tradutor da peça, limitando-se a referenciá-lo como “some honest and well affected marchant of our nation”, talvez um dos vários comerciantes estabelecidos em Espanha e que se tinham entregue a tarefas do género durante a época de Martin Frobisher⁴⁷.

Conforme se continua a poder ler na dedicatória feita por Richard Hakluyt a Sir Robert Cecil, seu patrono e secretário de Isabel I, durante anos tentara sem sucesso que lhe encontrassem em Lisboa um dos exemplares da edição portuguesa, pelo que decidira entregar-se à difícil tarefa de revisão deste título tendo por base “the originall histories, (which as it appeereth are very many, and many of them exceeding rare and hard to come by) out of which the authour himselfe drew the greatest part of this discourse”⁴⁸. Das anotações que deixou à margem infere-se que Barros terá sido aquela autoridade contemporânea de António Galvão a quem mais recorreu nesse seu intento de tornar legível o manuscrito⁴⁹. Isto era acompanhado por uma justificação em que dizia que a obra em causa “though small in bulk, containeth so much rare and profitable matters as I know not to seek the like within so narrow and strait a compass”⁵⁰. Posteriormente, no segundo volume da colectânea começada a publicar por Samuel Purchas em 1625 reencontramos uma nova versão abreviada do *Tratado* de Galvão, sempre a partir do texto divulgado por Hakluyt: “Briefe Collections of Voyages, chiefly of Spaniards, and Portugals” (*Hakluytus Postumus, or Purchas His Pilgrimes*, vol. II, liv. X, pp. 1671-1693)⁵¹.

Quer nas curtas passagens em que escreve sobre as Molucas, quer em certo momento daqueles em que busca esclarecer a história da presença chinesa nos Mares da Ásia, António Galvão segue de muito perto esse *Tratado de las Yslas de los Malucos y*

⁴⁶ António Galvão, *The discoveries of the World from their first originall vnto the yeere of our Lord 1555. Briefly written in the Portugall tongue by Antoine Galvano, Gouvernour of Ternate, the chiefe Island of the Malucos: Corrected, quoted, and now published in English by Richard Hakluyt, sometimes student of Christchurch in Oxford*, Londres, George Bishop, 1601.

⁴⁷ António Galvão, *The discoveries of the World*, Londres, 1601, cit. in Francis M. Rogers, “Hakluyt as translator”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, p. 43. Ver Rogers, *ibidem*, pp. 37-38.

⁴⁸ António Galvão, *The discoveries of the World*, Londres, 1601, cit. in Rogers, *ibidem*, p. 44.

⁴⁹ Ver Michael F. Strachan, “Hakluyt’s use of the materials available to him – India”, in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. 1, 1974, p. 210

⁵⁰ António Galvão, *The discoveries of the World*, Londres, 1601, cit. in Parks, 1928, p. 215. Ver Parks, *ibidem*, pp. 215-216; Taylor, 1934, p. 33.

⁵¹ Steele, 1974, p. 84.

de los costumbres de los indios y todo lo demas que antes referenciámos⁵². Excepto o título e uma informação preliminar, ambos posteriores ao original (fl. 1r.), todo ele está escrito em português. Numa análise que consideramos não ter sido até hoje superada, Hubert Jacobs data de *c.* 1544 este parente textual do *Tratados dos descobrimentos* e atribui-o ao próprio Galvão⁵³. Dadas tais similitudes e o juízo em que temos a última destas conclusões parece-nos que faz todo o sentido aludir em simultâneo a um e a outro destes documentos ao respigarmos tudo o que de mais significativo informam a respeito da China e dos chins.

Quase de certeza alinhavado em Ternate entre 1536 e 1539, os quatro anos em que o seu presumível autor aí exerceu as funções de capitão da praça, o manuscrito do *Tratado de las Yslas de los Malucos* deve ter adquirido a forma (incompleta) que lhe conhecemos ao longo dos primeiros anos da década seguinte, quando este oficial já se encontrava de volta a Lisboa. Dedicado ao rei de Portugal, as 45 folhas que o compõem podem ser repartidas em duas partes: uma com a descrição da fauna, da flora e dos usos e costumes das populações do arquipélago (incluindo-se aqui a mencionada crónica sobre as navegações chinesas, à qual se seguem outras sobre as posteriores influências malaia e javanesa e, ainda, sobre a introdução do islamismo na região); a seguinte constituída por um conjunto de apontamentos sobre o processo geral das navegações e a presença dos portugueses nas ilhas do cravo entre 1512 e 1539.

Representa sem margem para dúvidas o mais importante documento do género elaborado pelos meios associados à empresa ultramarina deste país durante a primeira metade do século XVI. Parece também ponto assente que, fosse no esboço que chegou até nós, fosse na forma definitiva em nove ou dez volumes que teve o título de *História das Molucas*, tanto Castanheda como Barros o utilizaram para a composição das respectivas obras⁵⁴. Depois da morte de António Galvão e a pedido do cardeal

⁵² António Galvão?, *Tratado de las Yslas de los Malucos y de los costumbres de los indios y todo lo demas*, *c.* 1544, Archivo General de Indias [AGI], *Patronato Real*, t. 1, leg. 46, doc. 29, fls. 1r.-40v.; pub. in *DHMPPPO — Insulíndia*, vol. 6, 1595-1599, ed. coligida e anotada por Artur Basílio de Sá, Lisboa, IICT, 1988, pp. 5-160. Todas as citações a partir desta edição. Ver *supra*, Parte II, cap. 9, n. 57.

⁵³ Hubert Jacobs, “Introduction”, in António Galvão?, *A Treatise on the Moluccas (c. 1544) – Probably the preliminary version of António Galvão’s lost História das Molucas*, edited, annotated, and translated into English from the Portuguese manuscript in the Archivo General de Indias, Seville, by H. Th. M. Jacobs, Sources and Studies for the History of the Jesuits — 3, Roma, IHSI, 1971, pp. 1-21. Cf., *inter alia*, Artur Basílio de Sá, “Introdução”, in *Tratado de ls Yslas de los Malucos*, in *DHMPPPO — Insulíndia*, vol. 6, 1988, p. 4; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 577-578; Oliveira, 1994, pp. 445-446.

⁵⁴ Jacobs, 1971, pp. 11-13. Veja-se, sobretudo, o capítulo V do livro V da Década III, onde Barros reporta várias informações sobre as Molucas transmitidas por António Galvão: João de Barros, *Asia*, Década III, liv. V, cap. V — “Em que se descreuen as jlhas chamadas Maluco, & se dá noticia dalguñas cousas dellas”, ed. 1992, fl. 133v.

Henrique, futuro monarca português, Francisco de Sousa Tavares, o testamenteiro do antigo oficial, entregou esta versão trabalhada a Damião de Góis⁵⁵. Este viria a consultá-la para compôr a *Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel*, mas o manuscrito não voltou a ser encontrado após o falecimento deste humanista, ocorrido em 1574. Assim, sobraria apenas no rascunho intercalar que foi depositado no Archivo General de Indias depois de ter pertencido ao cosmógrafo, astrólogo e cronista sevilhano Alonso de Santa Cruz (1505-1567). Outra vez com larga probabilidade, o tradutor do *De origine ac rebus gestis Regum Hispaniæ liber* de Francisco Tarapha e autor da *Crónica del emperador Carlos V* (1550), do *Libro de las longitudes y manera que hasta ahora se ha tenido en el arte de navegar, con sus demonstraciones y ejemplos* (1555) ou do *Islario general de todas las islas del mundo* (1560) tê-lo-á adquirido em Lisboa a Galvão quando aí se deslocou em Março de 1545 em busca de tudo o que estivesse relacionado com as rotas para a Índia Oriental e as Molucas⁵⁶.

A China no Tratado dos descobrimentos e no anónimo Tratado de las Yslas de los Malucos

A falta de um labor sistemático sobre a China ou sobre qualquer outra parte do mundo por parte de António Galvão não impede que o *Tratado dos Descobrimentos* abra com a história da Expansão marítima chinesa, ainda que necessariamente enredada nos dizeres da cronologia e da geografia bíblica para os quais uma pesada erudição e uma conhecida dependência da fábula e da lenda empurravam o autor. Nessa oportunidade, hesita e volta a hesitar entre atribuir a esse povo, aos gregos, aos fenícios ou aos egípcios a prioridade pelo povoamento terrestre a partir da primeira alvorada

⁵⁵ Sobre a figura de Francisco de Sousa Tavares ver, *inter alia*, José Manuel Garcia, “A Peregrinação e a literatura de viagens”, in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, 7, Junho 1991, p. 47.

⁵⁶ Jacobs, 1971, pp17-18; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 195-196.

Sobre as principais obras de Alonso de Santa Cruz, ver, *inter alia*, Sánchez Alonso, 1941, pp. 405-406, n. 90; Sánchez Alonso, 1944, p. 22, n. 24; pp. 43-45 e 53-55; Broc, ed. 1986, pp. 66 e 196; Maria Isabel Vicente Maroto, “Alonso de Santa Cruz y el Oficio de Cosmógrafo Mayor del Consejo de Indias”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 10, Dezembro 1995, pp. 509-523; José Ignacio González-Aller Hierro, “Náutica y navegación en la España de los siglos XVI y XVII”, in *Las sociedades ibéricas y el mar a finales del siglo XVI*, catálogo do Pabellón de España/Exposición Mundial de Lisboa 1998 (21 de mayo-25 julio 1998), Madrid, Sociedad Estatal Lisboa '98, 1998, pp. 31-32. Apesar dos muitos esclarecimentos entretanto surgidos, ver ainda S. Berthelot, “Analyse d'une Notice biographique et littéraire sur le cosmographe Alonso de Santa-Cruz, par M. de Navarrete”, in *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, Arthus-Bertrand, Deuxième Série, Tome Onzième, Première Section, Février 1839, pp. 87-108.

límpida que os ocupantes da Arca de Noé viveram depois de terem ido assentar nos montes da Arménia⁵⁷.

De fundamental temos aí duas coisas: uma, a tese difusionista que parte das feições, dos costumes e de “outras proporções” das gentes para concluir que os chineses contactaram ou povoaram a Índia, o Cabo da Boa Esperança, a ilha de S. Lourenço (Madagáscar), Java, Timor, as Celebes, Macáçar, as Molucas, Bornéu, Mindanau, Lução, as Léquias, o Japão, a Cochinchina, o Laos, o Sião, a Birmânia, Pegu, Arracão, Bengala, a Nova Espanha, o Peru, o Brasil ou as Antilhas; outra, que os chins têm por nome próprio “Taybencos”, que a sua província é “huña das principaes da Tartaria”, que foram senhores da “mor parte da Sithia” — cuja costa “parece estar ate setêta graos da parte do norte” — e que fizeram nomear muitas das ilhas e terras por onde passaram como “Batochinas, *que querê dizer terras da China*”⁵⁸.

Entre as provas que atestariam a sua influência aos quatro ventos estavam os “homês brancos, todos ferrados” vistos por Álvaro de Saavedra nas ilhas Pintadas em 1529 ou os que o mesmo navegante espanhol encontrara pouco depois nas ilhas “bom Iardim”⁵⁹, de fâcies e cor também idênticas às dos chineses, somente que tornados “barbaros” pelo isolamento⁶⁰. Por seu turno, os “aposentos” destinados a acolher os reis incas ao longo das estradas de pedra peruanas apelidou-os de “cousa monstruosa” e comparou-os “ao costume da China”⁶¹. Para lá das ilhas de “Anjaro” (Lombok), “Simbaba” (Sumbawa), “Mauluoá” (Omba ou Aoba), “Vitará” (Wetar), “Rosolanguim” (talvez por Rolang) ou “Arus” (Aru ou Aroe), onde viveriam gentes “mais aluas”, vestidas “de camisas, gimões, & ceroulas como portugueses” e usando moeda de prata, diz-se que aqueles que “gouvernavam a republica, trazê nas mãos varas vermelhas, por

⁵⁷ Ver, *inter alia*, Oliveira, 1994, pp. 444-446; Loureiro, 2000a, pp. 600-602.

⁵⁸ António Galvão, *Tratado dos descobrimentos*, ed. 1987, cits. pp. 51-52.

⁵⁹ O grupo *Los Jardines*, próximo das Filipinas, podendo também suceder que sejam as ilhas de Hawai, localizadas no mesmo paralelo. Ver *idem*, *ibidem*, ed. 1987, p. 139, n. 2.

⁶⁰ *Idem*, *ibidem*, ed. 1987, cits. p. 139. Como é patente, a base sobre a qual se sustenta este bosquejo de teoria difusionista é a das evidências antropológicas mais explícitas. Ainda que sem a elaboração aqui presente, reencontramo-la, por exemplo, a páginas tantas da *Historia da Prouincia sãcta Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* de Pêro de Magalhães Gândavo (ms. c. 1573; 1.^a ed. Lisboa, António Gonçalves, 1576), ocasião em que a cor, o cabelo e o rosto dos brasis recordam ao autor os chineses, fazendo dessa forma também plausível a sua origem asiática: “[...] Estes Indios sam de cor baça, e cabelo corredio: tem rosto amassado, e algumas feições delle á maneira de Chins” — Pêro de Magalhães Gândavo, *Historia da Prouincia Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil, feita por Pero de Magalhães de Gandavo, dirigida ao muito illustre Senhor Dom Leonis Pereira, Govenador que foi de Malaca e das mais partes do Sul da India*, cap. X — “Do Gentio que ha nesta Prouincia, da condiçaõ e costumes delle, e de como se governam na paz”, fl. 33r., Lisboa, Academia Real das Ciências, 1858, cit. p. 43.

⁶¹ António Galvão, *Tratado dos descobrimentos*, ed. 1987, cits. p. 146.

onde parece que deuem de ser da China”⁶². Por moeda, no *Tratado de las Yslas de los Malucos* escreve-se a dada altura que em Ternate não corria outra senão a que vinha de Java, da China ou “de Borneo corrompida”⁶³.

Neste tratado paralelo a presença ancestral dos chineses na Índia e no arquipélago indonésio é confirmada pelos “hedefiços” que se refere ainda utilizarem em algumas dessas paragens, pelas escalas que ainda frequentariam em Mindanau, Bornéu, Malaca e em Ceilão (*sic*), pelo uso do seu “çelo, que he o fom” nestes e noutros reinos (uma alusão ao *fong*, o selo que identifica o compromisso de vassalagem face à China⁶⁴), pelo nome de “Batachinas” aposto a algumas das ilhas principais — “como he Batachina de Moro e a de Muar e o Maquasar” — ou por via de um esclarecimento sobre como o nome “Tay-bem-quo” se corrompera em China⁶⁵. Aqui, ainda que o exercício etimológico em causa seja mais do que fabulado vale a pena segui-lo.

À cabeça — e quase igual ao que vem no *Tratado dos descobrimentos*, no escrito de Galiote Pereira⁶⁶ e na carta do padre Teixeira de 1565⁶⁷ —, o observador relata que, de acordo com o que “hos chins ouvi dizer, o nome da sua província numqua se chamou, nem chama, China, senão Tay-bem-quo; e eles Taibemquos”. Fora apenas depois de aportarem na “primçipal esquala” de Malaca e de os locais os ouvirem pronunciar “China” em vez de “gina” — a “comta” aí usada para a pesagem das mercadorias —, que a designação vingara: é que os malaaios, “polos tambemquos não pronunçarem bem sua linguoa, de zombaria, lhe começarão ha chamar chins e daqui fiquo este nome”⁶⁸. Esclareça-se que a unidade de pesagem à qual se refere deve corresponder ao *dachim*, o padrão de peso utilizado nesse entreposto⁶⁹.

Seguindo com o *Tratado* impresso em 1563, a China volta a ser mencionada quando o problema é o da concordância da sua posição actual com a geografia ptolomaica. A pretexto da lendária campanha de Semíramis sobre a Índia, faz-se notar a

⁶² Idem, *ibidem*, ed. 1987, cits. p. 106.

⁶³ António Galvão?, *Tratado de las Yslas de los Malucos*, fl. 14v., ed. 1988, cit. p. 69.

⁶⁴ Loureiro, 1994b, vol. 2, p. 1148, n. 113.

⁶⁵ António Galvão?, *Tratado de las Yslas de los Malucos*, fls. 6v. e 7r., ed. 1988, cits. pp. 36 e 37. Para a leitura da primitiva designação da China, ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

⁶⁶ Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

⁶⁷ Ver *supra*, Parte II, cap. 9-1.

⁶⁸ António Galvão?, *Tratado de las Yslas de los Malucos*, fls. 6v.-7r., ed. 1988, cit. p. 37.

⁶⁹ Do malaio *daching*. Hubert Jacobs lê-o antes como derivado do hindustani *gina*, participio do verbo contar. Basílio de Sá prefere estabelecer correspondência com a pequena noz branca, fruto de Gingo bitola, que servia de contagem no Japão e de cuja língua deriva a designação original *ginnan*. Ver António Galvão?, *A Treatise on the Moluccas*, 1971, p. 371; *DHMPPPO — Insulindia*, vol. 6, 1988, p. 37, n. 132; Loureiro, 1994b, vol. 2, p. 1147, n. 109; Loureiro, 2000a, p. 613, n. 81.

existência da ilha de Hainão e discute-se a eventualidade desta um dia ter estado ligada a essa terra da China “*que* Ptolomeu assenta da parte do Norte muyto alem da linha, ficando agora mais de vinte graos della da parte do Norte”. A ideia desenvolve-se numa passagem que traz as hipóteses de continuidade territorial pretérita entre Malaca e a China ou entre a China e “as ylhas dos Luções, Borneos, Lequios, Mindanaos, & outras que jazẽ nesta corda”⁷⁰.

Surgem depois duas notas interessantes para o capítulo da geografia económica. A primeira quando o escrito revê o “anno de 1300. depois do diluuiio” e o resgate de ouro, prata, ciprestes e pinho que a armada mandada por Salomão, o rei de Israel, trouxera das terras e ilhas hoje chamadas “Luções, Lequios, & Chinas”⁷¹. A segunda acontece a propósito da substituição que as “guerras do grão Turco” haviam imposto das antigas rotas terrestres que ligavam o Mar Cáspio ao “Euxinio” (Mar Negro) pelo “caminho” alternativo que os mercadores indianos, persas e turcos passaram a fazer das ilhas de “Iaoa” (Java) e Samatra a Malaca, daqui à enseada de Bengala, ao Ganges e às cidades “Dagra” (Agra), “Bacar” (Bhakar), “Cabor” (Cabul) e “Samarcante” (Samarcanda), o qual acabava no “Cathayo & gram prouincia da China: donde traziam ouro, prata, pedraria, Aljofre, seda, almiscra, Canfora, aguila, sandalos, & muyto Ruybarbo, & outras cousas que ca tinham valia”⁷².

Ao inflectir para os tempos modernos, António Galvão atribui a “palma” pelo descobrimento da China a Fernão Peres de Andrade tanto por este ter sido “por el Rey mandado”, como por o ter feito “cõ armada”⁷³. Vem isto num dos dois parágrafos que consagra ao ano de 1517 e logo depois de dizer que no ano anterior o mesmo Fernão Peres embarcara em Pacém um carregamento de pimenta “por ser a principal

⁷⁰ António Galvão, *Tratado dos descobrimentos*, ed. 1987, cits. pp. 55 e 56. Tal passagem na íntegra: “Bem podia ser *que* nos tempos passados, a terra de Malaca & China fossem acabar alẽ da linha da banda do Sul, como Ptolomeo as pinta, porque pegaria aa ponta da terra Dojentana cõ as ylhas de Bintão [Bintang], Banqua [Bangka], e Salities [Selayat], *que* ha por ali muitas, & seria a terra toda mocia: & assi a ponta da China, com as ylhas dos Luções, Borneos, Lequios, Mindanaos, & outras que jazẽ nesta corda, que tambem tem por opinião aindagora, *que* a ylha de Samatra foy pegada com o Iaoa [Java], pello canal de Sunda, & ilha de Baly, Anjane [Lombok], Simbaba [Sumbawa], Solor, Hogaleao [Lomblim], Maulua [Omba], Vintara, Rosolanguim [Rolang], & outras *que* ha nesta corda & alturas, todas foram pegadas cõ a Iaoa & a terra hũa, & assi o parece á quẽ as vee defora, porque indagora ha nestas partes ylhas tão juntas hũas cõ as outras, *que* parece tudo hũa cousa, & quẽ passa per antrellas, vay tocãdo cõ a mão os ramos do aruoredo dhũa banda & outra. E nam ha muyto tẽpo *que* ao Leuante das ylhas de Bãda se fundiram muitas: & tambẽ dizẽ agora *que* na China se alagarã mais de sesenta legoas de terra: por onde senão deue auer por muito o *que* Ptolomeo & otros antigos deixarã escripto [...]” — Idem, *ibidem*, ed. 1987, cit. p. 56.

⁷¹ Idem, *ibidem*, ed. 1987, cit. p. 59.

⁷² Idem, *ibidem*, ed. 1987, cits. p. 71.

⁷³ Idem, *ibidem*, ed. 1987, cits. p. 113.

mercadoria que na China tem valia”⁷⁴. À parte tal nome, Galvão refere os dos pioneiros Rafael Perestrelo, Tomé Pires e Jorge de Mascarenhas. Como seria de esperar, a ocasião é a mais indicada para compilar os elementos básicos sobre esta terra cujas “cousas muy grãdes & notaeis” tinham determinado o interesse do monarca português, pelo que avalia em quatrocentas léguas o percurso efectuado pelo embaixador Pires entre Cantão e a cidade de Pequim — “onde el rey estaua porque esta prouincia he a mayor que se agora sabe no mũdo” —, descreve a extensão do país entre os “dezanoue & .XX. graos daltura da parte do norte” e os “perto de cincoëta graos”, tal como alude às cerca de “500 legoas de cõprido” contra as “300 de largo” que este alegadamente possuiria⁷⁵.

Nesta altura do nosso texto é possível perceber que tais valores são mais completos que os que vêm na *Década III* de João de Barros ou na carta do Pe. Manuel Teixeira de 1565, ainda que quer um quer outro destes autores tenha trabalhado sobre cosmografias chinesas⁷⁶. António Galvão conclui o segundo dos parágrafos em causa com a indicação de que “a cidade de Foquiem” está a “24. graos daltura”⁷⁷, coordenada que um leitor-detective podia completar com os “trinta & tãtos graos daltura” de Liampó ou com as mais de 200 léguas que era suposto medir o “muro” posto a “cincoenta graos daltura” entre a Tartária e a China⁷⁸.

3. As *Lendas da India* de Gaspar Correia, c. 1563

Nascido no reino por volta de 1495 e falecido em Goa por volta de 1563, Gaspar Correia foi o único dos grandes cronistas das descobertas e das conquistas dos portugueses na Ásia com obra feita durante o século XVI que não teve o seu trabalho aproveitado pela imprensa — como anotámos, as *Lendas da India* só seriam editadas depois de 1858, facto que acarretou consequências irreparáveis para sua divulgação fora de portas.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, ed. 1987, cit. p. 112.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, ed. 1987, cits. p. 113.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, ed. 1987, p. 113.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, ed. 1987, cit. p. 113.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, ed. 1987, cits. pp. 165 e 169.

Correia

Moço da câmara real desde 1506, Gaspar Correia viajou para a Índia em 1512 e foi secretário de Afonso de Albuquerque entre este ano e a altura da morte daquele governador (1515). Ocupa depois uma sucessão de cargos públicos, sempre num Oriente que se vai tornando a sua pátria adoptiva: vedor das obras de Goa, almoxarife do armazém da ribeira de Cochim, feitor de Sofala e escrivão do armazém de Cochim. À parte tais sítios, sublinhe-se que andou mais de uma vez por São Tomé de Meliapor, que acompanhou o governador Nuno da Cunha na expedição contra Diu (Inverno de 1530) e no ataque a Baçaim (Dezembro de 1532), e que esteve no porto de Negapatão em 1540⁷⁹.

A partir de 1532 exercita a pena de historiador com as *Chronicas dos Reys de Portugal e Sumarios das suas vidas*, síntese de escritores conhecidos na época mas que inclui elementos adicionais que o próprio considerou relevantes e, sobretudo, uma perspectiva que contempla já a empresa lusa no ultramar oriental⁸⁰. Uma primeira versão das *Lendas* deverá ter sido concluída c. 1551. Esta foi sendo corrigida e ampliada até c. 1563 e traça uma ampla panorâmica sobre o acontecido entre a abertura do caminho marítimo para a Índia, em 1497, e o termo do governo de Jorge Cabral, em 1551. É especialmente valioso o que Correia nos escreve a propósito do período que coincide com a sua vivência no palco de todos esses acontecimentos.

O labor que lhe sai das mãos por encomenda resulta numa deliberada apologia da casa dos Gama. De resto, depois do falecimento do autor o respectivo manuscrito foi adquirido por D. Miguel da Gama, que o trouxe para Portugal em 1583 e o ofereceu a D. Francisco da Gama, seu sobrinho, bisneto do Almirante e futuro vice-rei da Índia (gov. 1597-1600 e 1622-1628).

Para o acto frustrado que constituiu a sua não publicação na época foi decisivo o nenhum pudor com que Gaspar Correia pormenorizou as dissensões fraticidas, os desmandos cruéis e os vícios a que se entregava a tumultuosa e rude sociedade

⁷⁹ Ver, *inter alia*, António Alberto Banha de Andrade, *Gaspar Correia, Inédito*, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Série Separatas — 104, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977, pp. 5-13.

⁸⁰ Gaspar Correia, *Chronicas dos Reys de Portugal e Sumarios das suas vidas, com a historia da India e Armadas que se mandaram athé o anno de 1533, por Gaspar Correia. A que vem junta a carta de D. João Mascarenhas, Cappitam do Segundo cerco de Dio, escrita ao Infante Dom Luis com a noticia de tudo o que se obrou no dito cerco e as Epistolas de Ouidio* (Ms. AN/TT, 456 fls.). 1.^a Ed.: Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, edição de José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, pp. 238 e sgs.

portuguesa estacionada nos trópicos. Depois, se por um lado as *Lendas da Índia* nos surgem sem paliativos, por outro constituem um riquíssimo testemunho pessoal e um repositório inexcedível de elementos do quotidiano, além de que utilizam com seriedade incontroversa inúmeros dizeres de terceiros. Uma análise intertextual que lhe seja feita dá para perceber que o autor também recorreu a, pelo menos, três documentos do maior interesse: a uma desaparecida relação da primeira viagem de Vasco da Gama composta por João Figueira, ao manuscrito do *Livro de Duarte Barbosa* e à *Verdadera informaçam das terras do Preste Joam* do Pe. Francisco Álvares, obra esta que terá lido na versão manuscrita e não naquela impressa em Lisboa em 1540. Alguns livros da *Historia da Índia* de Fernão Lopes de Castanheda e as duas primeiras *Décadas* de João de Barros poder-se-ão ter juntado a este rol⁸¹.

Gaspar Correia emprega o estilo da narrativa oral, com diálogos e um tanto ou quanto disléxica, que por vezes lembra cantares de gesta peninsulares. A arquitectura quase que não existe, correndo a prosa ao sabor de recordações e dos ditos suprimidos buscados em testemunhos orais e escritos. O cimento agregador ou a unidade que é a “lenda” corresponde à acção de cada um dos governadores que exerceram funções durante o período tratado. Daqui os frequentes reparos à deselegância retórica, ao modo informe como apresenta os seus capítulos ou aos excessos efabulatórios em que alegadamente cai ao retocar algumas das cenas a que alude⁸². No entanto, tudo isto pertence a um debate irrelevante para o nosso propósito. Como depressa notamos ao procurar o que de essencial menciona sobre a China, Correia segue uma linha que nos é tudo menos estranha: uso do pretexto da expedição conduzida por Fernão Peres de Andrade em 1517-1518 e inclusão aí de mais uma pintura da cidade de Cantão. Esta vem igualmente com três motivos discursivos quase obrigatórios: o da geografia do sítio, o das defesas do perímetro urbano e o dos edificios civis e religiosos que encerra.

⁸¹ Andrade, 1972, vol. 1, pp. 196-197; Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 556-558; João Luís Lisboa, “Gaspar Correia”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 296 [Lisboa, 1994a]; Chaudhuri, 1998a, p. 521; Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, colecção Documentos & Ensaios — 14, Macau, ICM, 1998, pp. 40-41 [Loureiro, 1998b].

⁸² António José Saraiva & Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 11.ª edição, corrigida e aumentada, Porto, Porto Editora, 1979, pp. 314-315 (1.ª ed. 1955); Lisboa, 1994a, p. 296.

Bisar o noticiário dos pioneiros

O capítulo IV da *Lenda* ajustada por Gaspar Correia ao consulado de Lopo Soares de Albergaria abre com a crónica de finais de Fevereiro de 1516 e com o despacho de Andrade para a China por ordem do governador. Com ele confirma-se que vai o boticário Tomé Pires, “homem muyto prudente, e muyto corioso de saber todolas cousas da Índia”, e que se vivia um tempo em que no reino “se fallauão grandes cousas da China”. São ainda referidos dois elementos determinantes para esta aproximação que se deseja formalizar: que o rei português solicitava ao rei de Pacém o estabelecimento de uma feitoria no seu território “pera o trato da pimenta que ahy se auia de tomar pera’ China”; e que Fernão Peres foi requisitado pelo capitão de Malaca para seguir para o seu destino antes do prazo previsto “por ter noua que estaua lá catiuo Rafael Perestrelo, com trinta portuguezes”⁸³. Contudo, há que aguardar pelo capítulo XIII para se ter a parte definitiva: “Como Fernão Peres d’Andrade partio de Malaca pera a China, e o que passou em sua viagem, até tornar a Malaca no anno de 518, estando lá Dom Aleixo de Menezes com poder de gouernador”⁸⁴.

Pelo título vê-se que Correia não imita Lopes de Castanheda e João de Barros quando, nas partes equivalentes, estes tinham anunciado que retratariam o país e a capital cantonense. Mas isso não o impede de cumprir com rigor aquela ordem que interiorizara e que o distinguia da maior parte dos seus colegas de ofício, avançando nos acontecimentos ano a ano, mês a mês, mesmo dia a dia, do episódio notável ao acontecimento banal, da descrição dos objectos à do mais particular estado de alma. Começa por ser dito que, desde que saiu de Malaca, a frota de Peres de Andrade “foy correndo alguns portos sem fazer mal algum, porque os mais obedecião ao Rey da China, que se chama filho de Deos, senhor do mundo” (a terminologia fixada por Castanheda, mas também empregue na *Década III* de Barros)⁸⁵. Daí, passa-se para a ancoragem na ilha de Veniaga — “que está dezoito legoas da cidade de Cantão” — e

⁸³ Gaspar Correia, *Lendas da India*, Lenda de Lopo Soares que do Reyno veo por Gouernador da India na Soceção de Afonso d’Albuquerque, Anno de 1515, cap. IV — “Como o gouernador se tornou a Cochym, onde enuermou, e se apercebeo de armada pera hir ao estreito; e do que Fernão Peres passou em sua viagem, e outras cousas que n’este tempo se passarão per outras partes”, ed. 1975, vol. 2, cits. pp. 473 e 474.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII — “Como Fernão Peres d’Andrade partio de Malaca pera a China, e o que passou em sua viagem, até tornar a Malaca no anno de 518, estando lá Dom Aleixo de Menezes com poder de gouernador”, ed. 1975, vol. 2, pp. 523-530.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cit. p. 524. Ver *supra*, excurso 1 a este capítulo.

para o recado feito chegar ao “Capitão mór d’armada dos chyns”, o qual esclarecia que o rei de Portugal lhe mandava um seu embaixador por muito desejar assentar boa amizade com “ElRey da China”⁸⁶.

Às fastidiosas demoras protocolares o capitão português responde com um desembaraçado avanço sobre Cantão, à vista de cujo cais surge com os navios embandeirados “por mostrar prazer e festa”, largando depois uma salva de bombardas em sinal de “cortesia e honra á cidade, como era nosso costume”⁸⁷. Ainda que não saibamos o que levou Gaspar Correia a generalizar a presença dos eunucos em actos públicos quando afirmou que a recepção subsequente foi conduzida por um “regedor mayor, que era capado, como são todos os officiaes e regedores de justiça e fazenda em todo o Reyno da China”⁸⁸, este confirma-nos que as autoridades chinesas haviam sentido “muyto prazer com a visitação” e que se tinham mostrado dispostas a estabelecer amizade com esse monarca “que reinava no cabo do mundo”⁸⁹. São-nos ainda confirmadas a partida de Jorge de Mascarenhas para “outra terra chamada Lequia, em que auia muyto ouro, e prata, e seda, outras estremes mercadarias de grande riqueza” e a sua chegada “em outra terra chamada Chincheo, em que a gente era muyto mais rica que em Cantão”. Sempre de acordo com Correia, Mascarenhas tentou sem êxito que os mercadores dessa escala retomassem o comércio “d’ouro, prata, seda” que tinham mantido com Malaca antes da conquista lusa, trazendo daí a notícia de que se tratava de uma “gente branca e muy limpa em seus vestidos, e todos bons ensinos, como muy noble gente”⁹⁰.

Esta ideia de que, em plena década de sessenta e ao fechar a parte do seu manuscrito que dizia respeito à China, um autor estante no Oriente como Gaspar Correia nada altera à memória de uma expedição conduzida na longínqua década de dez sai reforçada com a leitura dos dois parágrafos em que vem esboçado o perfil de Cantão. Excepto por três divergências menores, duas das quais lembram o texto da *Terceira década* de Barros, o que aqui temos é quase o mesmo que nos apareceu no capítulo XXIX do livro IV da *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses*⁹¹. Terá Castanheda tido acesso a um rascunho das *Lendas* durante os seus

⁸⁶ Gaspar Correia, *Lendas da India*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cit. p. 524.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cit. p. 527.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cit. p. 527.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cit. p. 528.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cits. p. 529.

⁹¹ Ver *supra*, Parte II, caps. 7-1 e 10-1.

anos goeses ou numa das viagens que realizou pelos litorais indostânicos? Confirmar-se-á por aqui que algo de semelhante a isso se passou entre Gaspar Correia e o impresso de Castanheda? Ter-se-ão Correia e Castanheda inspirado num documento em boa parte produzido a partir do relato dos antigos cativos Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, o qual não descartámos que possa ter existido?⁹² Seja como for, as coincidências são clamantes.

Por ordem, é desde logo notado que a cidade está situada nas margens de um “rio muy fermoso de verduras”, no seguimento de “muytos lugares e muytas ortas”. Tem a “grandura d’Euora” e é cercada por um “largo muro de cantarias com ameas e seteiras” com “cinquo braças” de largura. Neste contam-se sete portas, cada qual com três portas fechadas forradas de ferro, “huma ante a outra” (tudo em Castanheda, excepto o último número, que é igual ao de Barros). Em tal muralha contam-se oitenta torres (como se se tratasse da bissectriz entre as 78 torres de Castanheda e as 90 de Barros...)⁹³. Sobre cada porta assenta uma casa onde quinhentos homens montam vigia dia e noite. À volta corre uma “larga caua, que se enche d’agoa do rio”, transponível através de pontes entre as horas em que o sol se levanta e se põe. As casas são térreas (descontando um Galiote Pereira, isto só Barros o dissera) e forradas de madeira “muyto lauradas e pintadas”, existindo pátios lajeados, “muytos lauores” e grandes árvores de sombra no exterior daquelas grandes que são pertença “d’homens principaes”. Dispersas pela cidade há ainda “muytas casas de suas adorações, muy lauradas” (uma vez mais como Castanheda, só que omitindo o sinónimo “varelas”). No exterior estende-se uma “grande pouoação, em que está gente sem conto, e officiaes de todolos os officios das cousas que se pedirem por boca, feyta[s] em toda perfeição”. Nenhum estrangeiro transita daí para Cantão sem licença, motivo pelo qual vivem no rio dentro de uma “infinidade de paraos”⁹⁴.

Apenas para a sugestão da harmonia — física e social — reinante no espaço intramuros surge uma frase que não possui equivalente em nenhuma das fontes revistas: “as ruas são largas e muy limpas, e de longo das paredes, de ambas as bandas, tem ladrilhado de lageas de pedra os dous terços, e o terço do meo fica mais baixo, que

⁹² Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1. Cf. António Coimbra Martins, “Correia, Castanheda e as diferenças da Índia”, in *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 29, 1983, pp. 1-86; Loureiro, 2000a, pp. 457-458.

⁹³ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cits. p. 526.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cits. pp. 526-527.

nom he lageado, por que corre a gente baixa, e os fidalgos e homens honrados vão polo lageado d'ambas as bandas”⁹⁵.

4. A quarta parte da *Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel de Damião de Góis (1567)* e o "liber vndecimvs" do *De rebus Emmanuelis regis de D. Jerónimo Osório (1571)*

O impressor Francisco Correia, o mesmo que editara em Coimbra nos idos de 1549 o tratado *De gloria* de D. Jerónimo Osório, reaparece-nos estabelecido em Lisboa anos mais tarde, cidade onde entre 1566 e 1567 dá a público os cinco volumes correspondentes à primeira edição de cada uma das quatro partes da *Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel* de Damião de Góis (1.^a e 2.^a partes em 1566; 3.^a e 4.^a partes em 1567) e à edição revista da primeira delas (1567)⁹⁶. Se bem que F. Correia também empregasse o título de tipógrafo régio, usa aqui o de impressor do cardeal-infante D. Henrique, a figura do inquisidor-mor a quem Góis dedica este seu trabalho e que fora igualmente quem solicitara ao bispo Osório a redacção do *De gloria*. É a quarta parte a que nos interessa analisar por ser aí que o cronista agrupa os seus dizeres sobre a China: *Qvarta e vltima parte da Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel, composta per Damiam de Goes. Foi vista, & approuada por ho R. P. Frei Françisco Foreiro. Em Lisboa em casa de Françisco correa, Impressor do Serenissimo Cardeal Infante, ahos xxv dias do mes de Iulho de 1567. Esta taxada esta Quarta parte no Regno em papel a duzentos, & çinquoenta reaes, & fora delle segundo ha distancia dos lugares onde se vender. Com priuilegio Real*⁹⁷.

Existiu uma edição seiscentista desta obra, saída em Lisboa em 1619, o ano em que Filipe III aí entrou⁹⁸. Acrescentada no frontispício do nome do cronista-mor João Baptista Lavanha, o continuador de Barros, esta reedição deve ser entendida nesse preciso contexto, ou seja, como um gesto de quem se aproveitou da crónica de Góis

⁹⁵ Idem, *ibidem*, Lenda de Lopo Soares, cap. XIII, ed. 1975, vol. 2, cit. p. 526.

⁹⁶ Ver *supra*, Parte II, I-3.

⁹⁷ Ver Anselmo, ed. 1977, pp. 134-135, ref. 491; Faria, 1977, pp. 44-50, refs. 22-26.

⁹⁸ Damião de Góis, *Chronica do felicissimo rey Dom Emanuel da gloriosa memoria, A qual por mandado do Serenissimo Principe, o Infante Dom Henrique seu Filho, o Cardeal de Portugal, do Titulo dos Santos Quatro Coroados. Damião de Goes coligio, & compos de nouo. El Rey N. Senhor a mandou ver por o seu Coronista Mòr Ioão Baptista Lauanha, & està conforme a que o Auctor mandou imprimir. Ao Excelmo. S. D. Theodosio Dvque de Bragança, &C., Lisboa, António Alvares, 1619.*

para ditar uma modificação de significado. Nesse sentido, leia-se o que foi escrito no final da impressão: “se acabou em Vespóra da Visitaçam de nossa Senhora [...] & dous dias depois que el Rei dom Phelipe S. N. II. de Portugal, entrou neste Reino 1619”⁹⁹. Sintoma de igual procedimento, só que mais explícito porque trouxe consigo uma modificação do próprio conteúdo, temos o acto de reedição da *Miscellanea* de Garcia de Resende em 1622: onde na *editio princeps* de 1554 se lia “Portugueses, Castelhanos / nom os quer Deos juntos ver” passou a ler-se “Portugueses, Castelhanos / Já os quer Deos juntos ver”¹⁰⁰.

Góis

Discípulo e amigo de Erasmo, Damião de Góis (1502-1574) foi figura maior do Humanismo erasmista de Quinhentos em Portugal. Oriundo da pequena nobreza rural, serve como pajem de lança e como moço da câmara na Corte de D. Manuel a partir dos nove anos de idade, o que corresponde a dizer que, como um Gaspar Correia, pôde testemunhar com os próprios olhos os tempos dourados desse reinado em que a Índia desembarcava todos os dias no Paço da Ribeira e Lisboa era um parque de exotismos sem rival na Europa. Em 1523 o agora rei D. João III coloca-o na “Casa da Índia” de Antuérpia, a designação da feitoria portuguesa nessa cidade, onde vai exercer o cargo de escrivão-secretário e onde enceta uma vida de emigrado que totalizará vinte e dois anos. Aí estabelece contacto com os demais feitores reais portugueses, com as colónias de mercadores portugueses e estrangeiros, com inúmeros marinheiros portugueses e flamengos chegados do Oriente, tal como recebe através de Lisboa, de Alexandria ou do Cairo notícia de tudo o que de mais importante sucedia no ultramar.

As obrigações de alto funcionário que o tornarão próximo dos grandes banqueiros de Augsburg como os Fugger, os Welser ou os Hochstetter começam por levá-lo sucessivamente a Inglaterra (1528), a Danzig (1529), tal como à Dinamarca, a outras paragens do Norte da Europa e à Polónia (1531). Apesar de, como seria de esperar, a sua agenda estivesse sempre sobrecarregada com assuntos comerciais ou políticos, as circunstâncias acabaram quase invariavelmente por colocar os temas

⁹⁹ Ver Faria, 1997, pp. 81-83, ref. 52.

¹⁰⁰ Curto, 1993, p. 373.

associados à Expansão na primeira linha da curiosidade de muitos dos seus interlocutores.

Em Inglaterra revê John Wallop, colaborador de Thomas Cromwell e personagem que lutara lado a lado com os portugueses em África. Talvez então se tenha também avistado com Thomas More. Na Polónia entrevista-se com o nobre Jan Tarnowski, outro dos seus antigos conhecimentos de Lisboa, desde cedo atraído pelas acções em Marrocos e no Oriente. Em 1531, quando em Danzig, um dos tópicos da conversa que mantém com o exilado arcebispo de Upsala Iohannes Magnus Gothus (Jöns Mansson: 1488-1544) é sobre a Etiópia e a história da primeira embaixada do Preste João a D. Manuel, questões das que mais interessavam à Europa da época¹⁰¹. Concluído o programa oficial desta última viagem — e com a qual encerrou a sua carreira diplomática —, desloca-se a título pessoal a Wittenberg, onde se encontra com Lutero e Melanchton. Pretende-se amiúde que daí tenha concretizado uma expedição ao extremo Norte de Suécia ou à Rússia, sendo que cada uma das hipóteses exclui a outra. No segundo caso, a ideia seria a de tentar uma viagem através do rio Don com o intuito de conhecer tribos tártaras. Porém, nada nos prova de forma cabal que qualquer delas se tenha concretizado¹⁰².

O domínio rudimentar do latim, falha que se lhe notará nos solipsismos e barbarismos que pontuarão várias das suas futuras obras nessa língua¹⁰³, levam-no a submeter-se a partir de 1529 às lições do conhecido poeta e humanista Cornelius Grapheus (Cornelis de Schrijver). Com igual ideia em mente, muda-se de Antuérpia para Lovaina em 1532, onde recebe aulas de Rutgerus Rescius (Rogério Ressen), Professor no Colégio Trilingue. A Grapheus deverá a edição da sua *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis* (Antuérpia, 1532), tradução latina da relação do arménio Mateus, o embaixador do Preste à Corte de Portugal em 1513, que o sueco Magnus lhe pedira que divulgasse¹⁰⁴. Em 1533 efectua uma viagem a Friburgo de

¹⁰¹ Ver Andrade, 1982, pp. 285-299.

¹⁰² Ver, *inter alia*, Elisabeth Feist Hirsch, *Damião de Góis*, tradução de Lia Correia Raitt, prefácio de José de Pina Martins, Lisboa, FCG, 1987, pp. 7; 5-52 (1.ª ed. Haia, Martinus Nijhoff, 1967); Matos, 1991, 439-440; Lopes, 1994a, p. 464; Jean Aubin, “Damião de Góis et l’archevêque d’Upsal”, in *Le Latin et l’Astrolabe*, vol. 1, 1996, pp. 238-261 (1.ª ed. in *Damião de Góis, humaniste européen*, Paris, collection Études — 1, École Pratique des Hautes Études, Centre de Recherche sur le Portugal de la Renaissance/FCG, 1982, pp. 245-330).

¹⁰³ José Fernando Tavares, *Damião de Góis, um paradigma erasmiano no humanismo português*, Lisboa, Universitária Editora, 1999, p. 53.

¹⁰⁴ Damião de Góis, *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis, ad Emanuelem Lusitaniae Regem, Anno Domini. MDXIII. Item de Indorum fide, ceremonijs, religione, &c. De illorum Patriarcha, eiusq[ue] officio. De regno, statu, potentia, maiestate, & ordine Curiae presbyteri Ioannis per Mattaeum,*

Brisgóvia e é a vez de conhecer Erasmo e Henricus Glareanus (Heinrich Loritz), este alguém que na sua *De Geographia* (quatro edições desde 1527) se mostrara actualizado a respeito das navegações portuguesas e que foi mais um a animá-lo à tarefa de divulgação dos feitos dos seus compatriotas. Ainda nesse ano D. João convoca-o a Lisboa e tem para lhe oferecer o cargo de tesoureiro da Casa da Índia¹⁰⁵.

Damião de Góis declina tal convite, escusando-se, como diz, com o seu “ferventíssimo desejo dos estudos”. Não demora a regressar à Flandres e na Primavera de 1534 inicia uma estada de cinco meses em casa de Erasmo, em Friburgo. Daqui nascerá uma surpreendente tradução do livro de *Eclesiastes* que permaneceu desconhecida até Abril de 2000 (Veneza, 1538)¹⁰⁶. Trata-se da única tradução para vernáculo de um trecho bíblico publicada por um português durante as épocas do Humanismo e da Contra-Reforma, trabalho onde a influência do seu anfitrião começa por ser patente nas associações estabelecidas entre o texto do Antigo Testamento e um clássico latino como o *De Senectute* de Cícero (cuja tradução Góis opera e publica em simultâneo)¹⁰⁷, continua a sê-lo na liberdade e na flexibilidade das soluções interpretativas e termina demonstrada no estilo dos comentários acrescentados à margem, breves e concentrados no esclarecimento do significado moral e literal do original e não na alegoria comum¹⁰⁸. A ocasião propicia-lhe também uma passagem por Basileia, onde é apresentado a Sebastian Münster e a Simon Grynaeus, encetando então com este último uma significava troca epistolar. Entretanto, o roterdamês recomendara-lhe que prosseguisse a aprendizagem de latinidades na Universidade de Pádua.

Tomando o caminho de Basileia e de Genebra, Góis aproveita todas as ocasiões para contactar alguns dos arautos reformadores, caso de Thomas Blaurer na primeira destas cidades e de Guillame Farel na segunda. Permanece em Italia entre 1534 e 1538

illius Legatum coram Emanuele rege exposita, ac per Damianum de Goees Lusitanu, hortatu Ioannis Magni Gothi Archiepiscopi Wpsalen in regno Sueciae, latine reddita, atq[ue] iam primum typis excusa. Item aliquot Cornelij Graphei, ad eundem Damianum Carmina (Embaixada do Preste João a D. Manuel), s.l. [Antuérpia], Ioan. Grapheus, 1532. Reedições latinas em 1544 e 1552 (Antuérpia) e 1618 (Dordrecht.); tradução inglesa, 1553 (Londres); refs. in Faria, 1977, pp. 11-13, refs. 1 e 2; Andrade, 1982, pp. 296-297; Matos, 1991, p. 562. Ver Jean Aubin, “L’ambassade du Prête Jean à D. Manuel”, in *Le Latin et l’Astrolabe*, vol. 1, 1996, pp. 151-169 e 173-174 (1.ª ed. in *Mare Luso-Indicum*, Paris, Centre de Recherche d’Histoire et de Philologie de la IVe section de l’École pratique des Hautes Études, 3, 1976, pp. 1-56); Aubin, “Damião de Góis et l’archevêque d’Upsal”, in *ibidem*, vol. 1, 1996, pp. 261-267.

¹⁰⁵ Matos, 1991, p. 440; Lopes, 1994a, p. 464.

¹⁰⁶ *Eclesiastes di Salamam, con algũas annotações neçessarias*, Veneza, Stefano Sabio, 1538.

¹⁰⁷ *Livro de Marco Tullio Ciçeram chamado Catam maior, ou da velhiçe, dedicado a Tito Pomponio Attico*, Veneza, Stefano Sabio, 1538.

¹⁰⁸ Thomas F. Earle, “Introdução”, in Damião de Góis, *O Livro de Eclesiastes – Reprodução em fac-símile da edição de Stevão Sabio (Veneza, 1538)*, edição crítica e introdução de T. F. Earle, Lisboa, FCG, 2002, p. 9. Ver Earle, *ibidem*, pp. 4-37.

como escolar de Artes ou Direito e convive, entre outros, com Pietro Bembo (1470-1547) e Lazaro Bonamico (1478-1551). É sobretudo a este par que deve o reforço da sua admiração pela Antiguidade Clássica e o estímulo crucial que o conduziria a celebrar epicamente as glórias marítimas dos portugueses.

Regressado aos Países Baixos, Damião de Góis casa em Haia com Johanna van Hargen, filha de um conselheiro flamengo da Corte de Carlos V (1538), increve-se na Universidade de Lovaina (1539) e participa na defesa desta cidade contra o cerco francês, sendo feito prisioneiro durante sete meses em Laon, na Picardia (1542-1543). Em 1545, D. João III manda-o regressar a Portugal para que sirva como guarda-roupa do príncipe D. João, funções que, contudo, não chegará a desempenhar. A partir de 1548 e até 1571 exerce como guarda-mor dos arquivos da Torre do Tombo. Neste ano de 71 Góis é preso e julgado na sequência de denúncias feitas à Inquisição em 1545 e 1550 pelo jesuíta Simão Rodrigues — o companheiro de Loyola e fundador da Companhia em Portugal. Um processo cavernoso condena-o a prisão perpétua e a confiscação de bens, assumindo como provada a sua adesão ao luteranismo. “Herege, luterano, pertinaz e negativo”, assim ditou a sentença daquele a quem Desidério Erasmo em seus dias tratara por *Damianus a Goes, iuvenis domi nobilis*¹⁰⁹.

Um apelo de além-mar

Até ao momento em que o aparecimento de um patrono lhe permite, enfim, entregar-se à escrita da *Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel*, Damião de Góis foi sempre forçado a adiar o projecto que ia amadurecendo de compôr uma História da Expansão Portuguesa. Ao longo de todo esse tempo terá apenas oportunidade de espraiair a sua vocação de historiador numa série de relatos breves, de qualquer forma fundamentais no capítulo da divulgação à escala europeia da gesta lusa porque impressos em latim. Depois da estreia de 1532 com a *Legatio*, trata nos *Commentarii*

¹⁰⁹ Ver Hirsch, ed. 1987, pp. 7-8; 115-158; Rosa Mendes, 1993, pp. 396-397; Lopes, 1994a, pp. 464-466; Jean Aubin, “Damião de Góis dans une Europe évangélique”, in *Le Latin et l’Astrolabe*, vol. 1, 1996, pp. 212-235 (1.ª ed. in *Humanitas*, Coimbra, 31-32, 1979-1980, pp. 197-227). Ver também: Amadeu Torres, “Damião de Góis humanista e cosmopolita”, in *Damião de Góis: Humanista Português na Europa do Renascimento*, catálogo da exposição homónima (Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002), colecção Bibliografias, Lisboa, BNL, 2002, pp. 18-23; Luís de Sousa Rebelo, “Damião de Góis e os chamamentos do Humanismo”, in *ibidem*, 2002, pp. 31-35; Luís Augusto Costa Dias, “Damião de Góis: Biografia sumária”, in *ibidem*, 2002, pp. 65-67.

Rerum Gestarvm in India citra Gangem a Lusitanis anno. 1538 (Lovaina, 1539) de um conjunto de acontecimentos contemporâneos, mormente da defesa de Diu contra os Turcos¹¹⁰. O texto deve basear-se no relatório concebido a propósito por António da Silveira, capitão daquela praça indiana, e que a Corte de Lisboa terá enviado para a feitoria de Antuérpia. Por outro lado, vai dedicado a Bembo, que Góis confirma como seu mentor ao declarar que fora ele quem o induzira a provar que as “façanhas” dos portugueses além-mar não eram inferiores aos feitos de gregos e romanos¹¹¹.

Tanto o tema da luta contra os inimigos atávicos da Cristandade como a mensagem adstrita de que um pequeno povo tinha protagonizado a superação do paradigma épico legado pela Antiguidade são repostos nos *De Bello Cambaico, commentarii tres* (Lovaina, 1549)¹¹². O escrito em causa celebra a libertação de Diu do assédio turco-hindu de 1546 e baseia-se num outro relatório oficial, este composto por D. João de Mascarenhas, capitão de Diu. O rei pedirá ao humanista Diogo de Teive (c. 1513-c.1566) que traslade para latim a história desse cerco, o que Teive fez nos elegantes e quase homólogos *Commentarius de rebus apud Dium gestis* (Coimbra, 1548)¹¹³. Contudo, deixa aí algumas reservas sobre os métodos violentos empregues na guerra contra o infiel, o que Góis não imita, antes corrige com um discurso mais do que incondicional em relação à política oficial portuguesa¹¹⁴.

¹¹⁰ Damião de Góis, *Commentarii Rerum Gestarvm in India citra Gangem a Lusitanis anno. 1538. autore Damiano a Goes Equite Lusitano* (Narrativa do 1.º Cerco de Diu. 1538), Lovaina, Rutgerus Réscius, 1539. Reedições latinas em 1554, 1574, 1602, 1603 e 1791; traduções italiana, 1539 (Veneza), alemã, 1540 (Augsburgo) e francesa (1581, Genebra, abreviada) e 1587 (Paris, abreviada); refs. in Faria, 1977, pp. 18-21, refs. 5 e 6; Matos, 1991, p. 562.

¹¹¹ Damião de Góis, *Commentarii Rerum*, Lovaina, 1539, carta dedicatória dirigida a Bembo; cit. in Hirsch, ed. 1987, p. 129.

¹¹² Damião de Góis, *Damiani Goes Equitis Lusitani, de Bello Cambaico ultimo Commentarii tres* (Narrativa, em três capítulos, do 2.º cerco de Diu), Lovaina, Apud Sertátius Sassenus de Diest, 1549. Reeds. latinas, 1574 e 1602 em Colónia, 1603 em Frankfurt e 1791 em Coimbra; tradução abreviada em francês utilizada para a *Histoire de Portugal* de Simon Goulart editada em Genebra em 1581 e reeditada aí em 1610 e em Paris em 1581 e 1587; a mesma abreviação publicou-se traduzida para holandês em 1670 (Roterdão); refs. in Le Gentil, 1937, p. 12, n. 3; Faria, 1977, pp. 37-38, ref. 15; Matos, 1991, p. 563. Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

¹¹³ Diogo de Teive, *Commentarius de rebus in India apud Dium gestis anno salutis nostrae M.D.XLVI. Iacobo Teuio Lusitano Autore*, Coimbra, João Barreira, 1548. Reedições conhecidas: Roma, 1601, Colónia, 1602, Frankfurt, 1603, Paris, 1762 e Coimbra, 1791. Ver Rui Manuel Loureiro, “Nota sobre o segundo cerco de Diu”, in Diogo de Teive, *Commentarius de rebus a lusitanis in India apud Dium gestis Anno salutis nostrae MDXLVI/Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, tradução do latim de Carlos Ascenso André, notas de R. M. Loureiro, Lisboa, Edições Cotovia/CNCDP, 1995, pp. 17-22.

¹¹⁴ Ver, *inter alia*, Luís de Sousa Rebelo, “Damião de Góis, Diogo de Teive e os arbitristas do século XVII”, in *Actas do Congresso Internacional Humanismo Português na Época dos Descobrimentos, Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, pp. 206-210.

Tal cuidado em zelar pelo prestígio externo do seu país revê-se em duas polémicas em que Damião de Góis se envolveu. A primeira foi aquela que o opôs a Paolo Giovio depois deste historiador e bispo de Nocera ter atacado no ensaio *Embaixada Russa* o monopólio luso do comércio das especiarias, de ter criticado a venda adulterada dos mesmos produtos e verberado contra os preços exorbitantes que seriam praticados¹¹⁵. A outra manteve-a com Sebastian Münster pela forma ligeira como na edição da *Geographia* de Ptolomeu de 1540 este tratara a Península Ibérica. Seguindo de muito perto o *De Hispania et eius ad Galliam Comparatione* do aragonês Miguel Servet (1511-1553), Münster inserira aí uma “Hispaniae ad Galliam comparatio” e afirmara, designadamente, que a agricultura peninsular era muito pobre, que muitas das suas terras eram desertas e não cultivadas, que a França a batia em riqueza mercantil, que a respectiva produção intelectual quase não existia e que os franceses acolhiam os estrangeiros bem melhor que os espanhóis¹¹⁶.

A defesa composta por Damião de Góis para contrariar os argumentos do bispo italiano vem incluída no panfleto *Disceptatiuncula... contra Paulum Iovium*, apenso aos *Commentarii* de 1539 (fls. 18r.-21r.) e novamente dedicado a Bembo¹¹⁷. O essencial da tese parece emprestado por um parecer antes redigido pelo secretário de Augsburgo Konrad Peutinger em abono dos interesses dos grandes mercadores e banqueiros alemães junto das dietas. Acusando sobretudo os “lojistas mercenários e os retalhistas” de perversos, Góis advoga que o seu monarca conduzia uma empresa não apenas mercantil, mas enquadrada por um consistente programa evangélico que era património de toda a Cristandade. Daí a ideia segundo a qual pagar o preço pedido pelas especiarias não era mais do que o mínimo contributo que se podia emprestar para tanto. Daí também a frase forte segundo a qual aos príncipes europeus que não participavam com a sua ajuda nesse combate civilizador nada mais restava que calarem-se. Acrescenta com orgulho que uma frota de trezentos navios e uma armada de vinte mil soldados

¹¹⁵ Paolo Giovio, *Pavli Iovii Nouocomensis libellus de legatione Basilii magni Principis Moschouiae ad Clementem VII. Pont. Max. in qua situs Regionis antiquis incognitus, Religio gentis, mores, & causae legationis fidelissime referuntur Caeterum ostenditur error Strabonis, Ptolemaei, aliorumq Geographiae scriptorum, ubi de Rypheis montibus meminere, quos hac aetate nusq esse, plane cõpertum est*, Roma, Francesco Minizio Calvo, 1525. Reedições e traduções conhecidas: Basileia, 1527, 1551 e 1556; Antuérpia, 1551 e 1571; incluído por Simon Grynaeus no *Novus Orbis* (1532 e reedições); trad. italiana, Veneza, 1545, incluída na segunda edição e seguintes da colectânea de Giovanni Battista Ramusio (1554, 1563, 1588, 1603 e 1613); trad. alemã, Estrasburgo, 1534 e Frankfurt, 1576 e 1579; trad. inglesa nas edições de 1555, 1577 e 1895 da colectânea de Richard Eden, Londres; refs. in Faria, 1977, pp. 233-234, ref. 194; Matos, 1991, p. 461, n. 117.

¹¹⁶ Ver, *inter alia*, Broc, ed. 1986, pp. 11-12 e 80; Abellán, ed. 1986, pp. 263-264.

¹¹⁷ Ref. in Faria, 1977, pp. 16-18, ref. 4. Cf. Hirsch, ed. 1987, p. 271.

amparavam o Reino de Portugal das costas africanas à China e ao Japão e que em muitos destes pontos aceitara obedecer-se-lhe e pagarem-se-lhe tributos, fosse voluntariamente, fosse à força¹¹⁸.

O patriotismo de Góis — mas um patriotismo que, lúcido o bastante, não o faz perder o pé e dispensar a auto-crítica — reemerge no *Pro Hispania adversus Munsterum defensio* que vem incluído nos fls. 21v.-28r. de *Hispania* (Lovaina, 1542)¹¹⁹. Ao tentar repor a verdade a respeito da Península sabe dessa proverbial escassez de informações disponíveis na Europa sobre Espanha e Portugal que subsistiria até à edição em 1592 da *Historia General de España* do padre Juan de Mariana, pelo que o primeiro reparo que faz a Münster resulta mais do que nada da falta de método e de seriedade intelectual que este teria revelado ao apoiar-se numa fonte tão discutível como Servet. É ainda isento quando reconhece que, tal como dito por Münster, muitas das terras agrícolas de Portugal estavam votadas ao abandono, justificando-o com o facto das actividades no ultramar e as contínuas guerras em Itália e em África levarem os braços necessários, pelo que, também por isso, faltavam cereais. Mas o mais é constituído por um sem-número de dados abonatórios sobre as estruturas eclesiásticas e sociais de Portugal e Espanha, sobre as condições económicas dos dois países e sobre as principais figuras históricas destas que ele vê como duas pátrias irmãs, conforme uma ideia da unidade da Hispânia cara aos humanistas¹²⁰. Pelo meio, paternalista, aconselha o geógrafo alemão a “visitar os países” antes de escrever sobre eles.

Num longo parágrafo do prefácio da *Cosmographiae Universalis* de 1550 poder-se-á ler uma tréplica algo irónica a tudo isto. No entanto, o interessante será notar que Münster passa a incorporar no seu escrito alguns elementos registados por Damião de Góis a propósito da nobreza e da hierarquia eclesiástica portuguesa, da alimentação do povo ibérico, assim como a respeito do célebre combate travado em Lisboa entre um elefante e um rinoceronte. Por outro lado, percebe-se que leu os *Commentarii* quando

¹¹⁸ Hirsch, ed. 1987, pp. 26-28; Matos, 1991, pp. 443-446 e 457-464; Rosa Mendes, 1993, p. 396. Ver também: Le Gentil, 1937, p. 4; Ehrhardt, 1989, pp. 116-120; Lopes, 2002, pp. 28-29; Luís Augusto Costa Dias, “Dos costumes à crónica: Damião de Góis e a sua obra”, in *Damião de Góis: Humanista Português na Europa do Renascimento*, 2002, p. 81.

¹¹⁹ Damião de Góis, *Hispania Damiani a Goes, Equitis Lusitani* (Extensão, Poder, Fertilidade e Varões Ilustres da Península), Lovaina, Rutgerus Réscius, 1542. Reedições latinas: 1544 (Lovaina); 1574 e 1602 (Colónia); 1579 e 1603 (Frankfurt); 1791 (Coimbra); refs. in Faria, 1977, pp. 26-28, ref. 9.

¹²⁰ Ver Joaquim Romero Magalhães, “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Editora Sá da Costa, 5, Janeiro-Junho 1980, pp. 27-30. Sobre o conceito de “nação” na sociedade portuguesa do Antigo Regime — designadamente entre as suas elites letradas —, ver Ana Cristina Nogueira da Silva & António Manuel Hespanha, “A identidade portuguesa”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 20-25.

alude à Índia, ao episódio do primeiro cerco de Diu, às conquistas de Ceuta, Arzila, Tânger e Alcácer Ceguer ou quando assume a defesa do monopólio português das especiarias, tal qual Góis o fizera face às acusações de Paolo Giovio. Mas mais significativa ainda será porventura a utilização que faz do segundo opúsculo que o nosso humanista publicou sobre a Etiópia e a religião etíope, *Fides, Religio, Moresque Aethiopum* (Lovaina, 1540)¹²¹. Baseado em documentos recentes como a *Legatio David Aethiopiae Regis* de 1533¹²², o manuscrito da *Verdadera informação das terras do Preste Joam* do Pe. Francisco Álvares ou a relação que Zagazabo (Shah-ga-zaab ou Saga za-Ab), um embaixador mandado pelo Negus a Lisboa em 1527, escrevera a seu pedido em 1534, Góis não apenas desenvolve neste texto o tema dos contactos mantidos entre Portugal e a Abissínia, como procede à defesa da genuinidade do cristianismo etíope em estreita sintonia com a concepção de uma cristandade universal ou com o credo de Erasmo no primado da adesão espiritual sobre as diferenças de cultura e os formalismos eclesial e sacramental¹²³.

Está por saber se Münster teria ou não motivos para se queixar no mesmo prefácio da *Cosmographiae* de que Damião de Góis se havia furtado a enviar-lhe elementos sobre o Oriente que a dada altura lhe solicitara e que o fizera por recear a sua

¹²¹ Damião de Góis, *Fides, Religio, Moresque Aethiopum Sub Imperio Preciosi Ioannis (quem vulgo Presbyterum Ioannem vocant) degentium, vna cu enarratione confoederationis ac amicitie inter ipsos Aethiopum Imperatores, & Reges Lusitaniae initae, Damiano a Goes Equite Lusitano autore ac interprete. Aliquot item Epistolae ipsius operi insertae, ac lectu dignissimae Helenae auiae Davidis Preciosi Ioannis, ac ipsius etiam Davidis, ad Pontificem Romanum; & Emanuelem, ac Ioannem Lusitaniae Reges, eodem Damiano a Goes, ac Paulo Iouio interpretibus Lappinae gentis, ispo etiam Damiano a Goes autore* (Fé, Religião e Costumes dos Etíopes sob o Preste João), Lovaina, Rutgerus Rescius, 1540. Reedições em Paris (1541), Lovaina (1544), Lyon (1561 e 1582), Colónia (1574 e 1602), Genebra (1591, 1604 e 1620), Frankfurt (1603) e Coimbra (1791); edição inglesa em Londres, 1611; reedição da tradução inglesa do capítulo dedicado à Fé dos Etíopes em Londres, 1670; edição alemã do mesmo em Nuremberga, 1676; inclusão de igual capítulo em versão latina em títulos da *Davidis Chytraei Oratio de Statu Ecclesiarum* saídos sucessivamente em Rostock (1580), Vitemberga (1580, 1581 e 1582) e Frankfurt (1580 e 1583) e nas duas edições da tradução alemã deste discurso do protestante David Chytraeus, 1581 e 1584 (ambas s.l.); refs. in Faria, 1977, pp. 21-24, refs. 7 e 8; pp. 58-63, refs. 31-38.

¹²² *Legatio David Aethiopiae Regis, ad Sanctissimum D. N. Clementem Papã VII. unã cu obedientia, eidem sanctis. D. N. praestita. Eiusdem David Aethiopiae Regis Legatio, ad Emanuelem Portugalliae Regem. Item alia legatio eiusdem David Aethiopiae Regis, ad Ioannem Portugalliae Regem. De regno Aethiopiae, ac populo, deque moribus eiusdem populi nonnulla*, Bolonha, Jacob Kemoleu de Alost, 1533. Tradução italiana, 1533, Bolonha (2 eds.); reedições latinas, 1533 e 1534 em Antuérpia e s. l. s.d. (Paris, 1533?/1534?); tradução alemã, 1533, Dresden, com outras eds. s.l. s.d. (1533?) e Frankfurt, 1544. Também, edição integrada no opúsculo *Bellvm Christianorum Principvm, Praecipve Gallorum, Contra Saraceno s [sic], Anno Salvat. M. LXXXVIII pro terra sancta gestum autore Roberto Momacho* (Basileia, Henricus Petrus, 1533) e tradução abreviada ao italiano na colectânea de Ramusio (Veneza, 1550). Refs. in Faria, 1977, pp. 397-414, refs. 341-353; pp. 459-460, ref. 417; pp. 492-493, ref. 461. Ver, *inter alia*, Andrade, 1982, pp. 297-298.

¹²³ Ver *supra*, Parte II, I-2; José de Pina Martins, *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI – Estudos e Textos*, Série Histórica & Literária — 9, Paris, Centro Cultural Português-FCG, 1973, pp. 64-73. Ver também: Hirsch, ed. 1987, pp. 160-171; Matos, 1991, pp. 451-457 e 472-473; Rosa Mendes, 1993, p. 383; Lopes, 1994a, pp. 465-466; Costa Dias, 2002, pp. 77-78.

concorrência ou por “ vaidade ”¹²⁴. Seja como for, o protesto contraria a impressão de homem generoso que se guarda a respeito da figura de Góis. Como sucedeu com o texto do padre Álvares acabado de referir, além de ávido por tudo o que de mais recente se tivesse escrito sobre as paragens abertas pela exploração marítima, este aparece-nos sempre pronto a ceder os elementos que possuía quando requisitado para tanto. Neste caso, Góis terá tido acesso ao manuscrito do presbítero quando da viagem que empreendeu a Roma em 1535, publicitando-o pouco tempo depois junto dos seus companheiros de estudos em Pádua. Giulio Speroni, um deles, transmite a informação a Tommaso Giunti, o amigo de Ramusio e então pré-editor das *Navigazioni*. Finalmente, assim que Giunti se mostra interessado em obter uma cópia da *Verdadera informaçam* para a incluir nessa colectânea, o português apressa-se a satisfazer-lhe o pedido.

Entre os muitos textos a cuja leitura Góis se foi entregando tendo em vista alargar o seu saber geográfico, em especial aquele que incidia sobre a Etiópia e a Índia, as duas paragens por si eleitas, está o *Manuscrito Valentim Fernandes*¹²⁵. Na ocasião de várias visitas que realizou a Augsburgo compulsou-o na biblioteca de Konrad Peutinger. Mais tarde, depois de conhecer em Pádua o mercador Johann Jacob Fugger, pedir-lhe-á que adquira em seu nome uma cópia do dito texto, o que acaba por não suceder por Peutinger se ter mostrado indisponível para partilhar a preciosidade que lhe tinha sido remetida desde Lisboa ao longo de vários anos.

No campo dos temas associados aos novos horizontes marítimos outro dos títulos que analisa é o *Epitome rerum gestarum in India* (Lovaina, 1531) de André de Resende (c. 1500-1573), a primeira obra em latim dedicada aos feitos de Portugal¹²⁶. Aluno de Nebrija em Alcalá de Henares antes de ter estudado em Salamanca e em Paris e de ter conhecido Erasmo em Lovaina, Góis tê-lo-á contactado pouco depois deste opúsculo ter sido dado à estampa. À semelhança do que sucederia com a generalidade das obras latinas do autor da *Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel*, tal publicação acontecera por insistência de Conrad Goclenius, professor no Colégio Trilingue, íntimo dos meios mercantis belgas que operavam com a Corte de Portugal e fino conhecedor da

¹²⁴ Sebastian Münster, *Cosmographiae Universalis lib. VI*, Prefácio, Basileia, apud Henrichum Petri, 1550, fl. 4 Ilr.; ref. in Hirsch, ed. 1987, p. 163.

¹²⁵ Ver *supra*, Parte II, I-3.

¹²⁶ André de Resende, *Epitome rerum gestarum in India a Lusitanis, anno superiori, iuxta exemplum epistolae, quam Nonius Cunga, dux Indiae max. designatus, ad regem misit, ex urbe Cananorio. III. Idus Octobris. Anno M.D.XXX. Auctore Angelo Andrea Resendio Lusitano*, Lovaina, Servatius Zassenus, 1531. Reedições: Colónia, 1600 e 1613; Frankfurt, 1603; Coimbra, 1790; refs. in Faria, 1977, pp. 380-381, ref. 324.

literatura impressa em Autuérpia em línguas flamenga e latina sobre temas ultramarinos de motivo ibérico. Dera-se também no contexto particular do avanço turco sobre a Europa, actualidade que sugerira a um humanista como Goclenius a urgência de um escrito que festejasse as derrotas impostas pelos portugueses aos otomanos. Para o fazer, e ainda como Góis nesta sua crónica de 1566-1567, Resende apoiou-se fortemente em dois dos cronistas maiores do seu país, Lopes de Castanheda e João de Barros¹²⁷.

Antes de produzir a *Chronica de dom Emanuel* Damião de Góis concluiu em 1557 a *Chronica do Principe Dom Ioam Segundo* (duas impressões com variantes pouco significativas em Lisboa, 1567)¹²⁸. De qualquer modo, o tema da Expansão não é esquecido na *Vrbis Olisiponis Descriptio*, outro título fundamental da bibliografia goesiana e a primeira obra que editou em Portugal (Évora, 1554)¹²⁹. Dedicada ao cardeal D. Henrique, aproveita a ampla descrição que oferece do passado e presente da capital do Império para destacar tudo aquilo que se relaciona com as viagens marítimas. Como em vários dos textos latinos que a precederam, enaltece os seus compatriotas por as haverem empreendido contra ventos e marés inspirados por um “insaciável e sagrado desejo”¹³⁰. Quando a termina, Góis está descrente na possibilidade de concretizar o trabalho historiográfico de fôlego sobre a presença portuguesa no Malabar que então, mais do que nunca, sentia ser seu dever redigir. Sem que o suspeitasse, a oportunidade de regressar a essa infância de pajem em que tinha admirado a roda-viva dos embaixadores africanos e orientais na Corte de D. Manuel, testemunhado o embarque da zoologia fantástica que este rei mandara a Leão X em 1514 ou a exibição de arcos e flechas que um dia tinham feito três índios brasileiros ornamentados a rigor iria surgir-lhe não faltava muito¹³¹.

¹²⁷ Matos, 1950, p. 68; Hirsch, ed. 1987, pp. 34-40; Matos, 1991, pp. 425-436 e 443-446.

¹²⁸ Damião de Góis, *Chronica do Principe Dom Ioam, rei qve foi destes regnos segundo do nome, em qve symmariamente se trattam has cousas sustançaes que nelles acontecerão do dia de seu nascimento atte ho em que elRei dom Afonso seu pai faleço. Composta de nouo per Damiam de Goes, Dirigida aho muito magnanimo, & poderoso Rei dom Ioam terceiro do nome*, Lisboa, Francisco Correia, 1567. Reedições em 1724 (Lisboa) e 1790 (Coimbra); refs. in Faria, 1977, pp. 52-54, ref. 27.

¹²⁹ Damião de Góis, *Vrbis Olisiponis Descriptio per Damianvs Goem [sic] Eqvitem Lvsitanvm, In qua obiter tractantur nõ nulla de Indica nauigatione, per Graecos, et Poenos et Lusitanos, diuersis temporibus inculcata* (Descrição da Cidade de Lisboa), Évora, André de Burgos, 1554. Reedições: 1602 (Colónia), 1603 (Frankfurt) e 1791 (Coimbra); refs. in Faria, 1977, pp. 40-41, ref. 18. Ver, *inter alia*, Jeffrey S. Ruth, *Lisbon in the Renaissance – Damião de Góis. A New Translation of the Urbis Olisiponis Descriptio*, Nova York, Itaca Press, 1996.

¹³⁰ Ver Damião de Góis, *Vrbis Olisiponis Descriptio*, Évora, 1554, pp. 5-6.

¹³¹ Ver Hirsch, ed. 1987, pp. 2247-248; Matos, 1991, pp. 438-439.

Os dados chineses da Chronica de dom Emanuel

Protegido pelo cardeal-infante D. Henrique e a gozar das boas graças da Corte, Damião de Góis inicia a redacção da *Chronica do felicissimo Rei dom Emanuel* em 1558. Tal crónica, que virá a ser a sua obra-prima, tinha sido encomendada por D. João III ao também arquivista real Rui de Pina, mas este trabalho ficara inacabado. Góis recebe os papéis do seu predecessor e decide começar de novo por entender, entre o mais, que a sobrecarga de adjectivos e de epítetos de gosto antiquado tornava o escrito demasiado afectado¹³². O julgamento é severo e muito semelhante ao que o levava a dizer na *Chronica do Principe Dom Ioam Segundo* que o cronista Gomes Eanes de Zurara era muito desordenado, prolixo e excessivamente propenso ao uso de metáforas ou de figuras “*que no stylo historico não tem lugar*”¹³³.

Apesar disto, não se pode considerar que Góis estivesse apto a articular um comentário teórico e pedagógico sobre a historiografia à semelhança do que se fazia por essa altura em França e em Itália ou do que cumpriram os espanhóis Juan Luis Vives e — ainda que em menor medida — Sebastián Fox Morcillo e Juan Páez de Castro¹³⁴. A cultura portuguesa sua contemporânea revelava-se incapaz de produzir uma reflexão sistemática sobre a História, não questionando demasiado as limitações de um modelo que a concebia como um mero ajuste entre a geografia dos lugares e a cronologia. João de Barros seria quase a excepção honrosa, não fora a circunstância dos respectivos comentários metodológicos, comentários onde o próprio aspecto moral da História está presente, aparecerem incluídos em obras que expõem factos. Assim, convencional, o autor da *Chronica de dom Emanuel* não se impôs pela diferença: para oferecer tem quase só um conjunto limitado de recomendações sobre a necessidade de se praticar a verdade e a objectividade no labor historiográfico e de se restringirem os dados utilizados à que apelida de “informação de confiança”.

Nada que o tenha impedido de pisar em falso uma e outra vez. Por exemplo, é demasiado crédulo na palavra das testemunhas que entrevista, confere plausibilidade a lendas e a fantasias populares e admite o milagre na galeria das ocorrências. Mas

¹³² Damião de Góis, *Crónica do felicissimo Rei dom Emanuel. Nova edição conforme a primeira de 1566*, Parte IV e Índice Analítico, cap. XXXVIII — “Em que ho author declara quaes foram hos scriptores, que cõposerã has chronicas dos reis destes regnos”, ed. David Lopes, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955, p. 107. Todas as citações a partir desta edição.

¹³³ Damião de Góis, *Chronica do Principe Dom Ioam segundo*, Lisboa, 1567, cit. fl. 6, 4b. dir. Ver Hirsch, ed. 1987, p. 236.; Radulet, 1992, pp. 15-25.

¹³⁴ Ver *inter alia*, Abellán, ed. 1986, pp. 108-120 e 145-146.

mesmo sem possuir um autêntico espírito crítico, sem se desviar do típico exercício de quem acumula acontecimentos para seguir o caminho da exposição das causas e do entendimento abrangente do processo histórico, Góis despreza os elementos da retórica literária ao evocar as vantagens da escrita sóbria ou sintética e revela-se próximo dessas tendências seculares e humanistas que desclassificam o divino enquanto motor do drama humano. Se é certo que em pontos como aqueles em que toca a constituição da nação portuguesa ou a sua separação de Espanha comunga de uma atitude providencialista — a ideia de que os portugueses constituíam um “povo eleito”, tal como a de que fora Deus quem quisera a independência de Portugal, impregnavam a quase unanimidade das consciências do tempo e Góis foi levado na vaga —, esses e muitos outros no género constituem antes intervenções pontuais da Providência e não chegam para anular um pensamento essencialmente racional¹³⁵.

Para a crónica do rei “felicíssimo” Damião de Góis escolhe a forma analítica e a regra cronológica, arranjando os sucessos por região. Daí resultou que não atribuisse à figura do monarca uma presença dominante na narrativa e que aspectos como o contexto diplomático do Portugal da época, a vida cortesã, o funcionamento das instituições do reino ou a situação política europeia somente lhe merecessem referências esparsas. A esmagadora maioria do texto reporta-se às paragens ultramarinas: Marrocos, Etiópia, Congo, Índia, Ceilão, Malaca, Java (quando confrontadas com crónicas anteriores, as partes mais originais) e China (entre as mais longas referentes à Ásia). De fora ficaram Pegu, Sião e as Molucas, menos frequentadas durante o reinado em análise¹³⁶.

O inventário do núcleo textual e informativo de que dependeu para a composição da *Chronica de dom Emanuel* constitui tarefa muito dificultada pela circunstância do autor repetir aqui a tendência que se lhe conhecia para não deixar vestígio das leituras a que deitara mão, para não mencionar os estudos preparatórios que realizara ou as personalidades que consultara — em suma, para desprezar as que considerava como fontes secundárias. As regras clássicas da retórica davam cobertura a este tipo de procedimentos, designadamente ao banalizarem o plágio e a imitação. Neste particular, o escrúpulo profissional de um João de Barros confere-lhe, outra vez, uma dimensão que não será atingida por Damião de Góis. No entanto, e como vimos,

¹³⁵ Jorge Borges de Macedo, *Damião de Góis et l'Historiographie Portugaise*, Paris, FCG, 1982, pp. 43, 52-53, 100-101 e 109-116; Hirsch, ed. 1987, pp. 236-248.

¹³⁶ Macedo, 1982, pp. 105-106; Curto, 1993, p. 370; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 196.

pensando a crónica no seu conjunto é imediato que Góis recorre sobretudo aos trabalhos de Barros e de Lopes de Castanheda. Quando não, ou tende a transferir para o seu texto sínteses e simplificações de impressos e manuscritos alheios, ou incorpora esses relatos orais que, como referimos, se mostra atreito a aceitar com grande dose de ingenuidade. Pelo meio têm-se alguns raros casos de pesquisa pessoal, a reminiscência das suas vivências na Corte e no estrangeiro, tal como o tique metodológico da comparação ou da busca de analogias. Bebido no humanismo ao mesmo tempo que objecto subjacente à obra missionária, este era o mecanismo mais eficaz para dar a ver ao leitor a unidade cristã do género humano. Tendo-o posto em prática ao longo de toda a vida nas suas publicações curtas e directas que a actualidade fora suscitando, nisso revelar-se-á aqui mais uma vez exímio¹³⁷.

Tanto as *Décadas da Ásia* como a *Historia do descobrimento & conquista da Índia pelos Portugueses* constituem fontes escritas impressas e explícitas para as partes da crónica de Góis que se reportam à Índia, ainda que a última seja apenas referenciada uma vez. Para as partes consagradas à África outro testemunho citado é Leão Africano, o qual, apesar de disfarçado a maioria das vezes com a designação “escritores arabes”, acaba dito como “Ioão leão scriptor Arabigo, homẽ mui docto, & de mnita [muita] authority”¹³⁸. Como a sua *Descrição de África*, a obra do Pe. Francisco Álvares sobre a Etiópia é mais um caso de fonte explícita que passara entretanto pelos prelos de Ramusio. Depois, à parte o que sabemos sobre o esboço da crónica de D. Manuel redigido por Rui de Pina, também as crónicas de Gomes Eanes de Zurara são referidas a partir do manuscrito.

Igualmente disponíveis nas *Navigazioni et Viaggi*, só que desta feita partilhando a condição de fonte subterrânea implícita, estão a *Navegação para as Índias Orientais* de Tomé Lopes¹³⁹, a *Somma Orientali* de Tomé Pires, o *Itinerario* de Ludovico di Varthema ou o *Livro* de Marco Polo. O *Livro* de Duarte Barbosa é mencionado, mas Góis fá-lo a título indicativo ao sugerir leituras complementares sobre as cerimónias

¹³⁷ Macedo, 1982, pp. 108, 119-120 e 143-147.

¹³⁸ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte III, cap. XIII — “De outra entrada que Nuno fernandez fez per terra de Mouros neste nesno anno, de que houue grande despojo: & do tributo que hos Mouros daquellas prouinças pagauam cadanno a elrei dõ Emanuel”, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1954, cit. p. 63.

¹³⁹ Tomé Lopes, *Navegation verso le Indie Orientali [1502] scgritta per Thome Lopez, scriuano de vna naue Portoghesa, tradotta in lingua Toscana: laqual fu mandata alla Magnifica Republica di Firenze, al tempo del Magnifico M. Pietro Soderini Gonfaloniere perpetuo del popolo Fiorentino*, in Giovanni Battista Ramusio, *Primo volume, & Seconda editione Delle Navigazioni Et Viaggi*, Veneza, 1554, fls. 145r.-157v. Ver, *inter alia*, Rocha Pinto, 1989, pp. 107-108 e 123.

religiosas dos povos da Ásia¹⁴⁰. Manejados em silêncio foram da mesma forma o *Tratado* de António Galvão (que, como a versão trabalhada da *História das Molucas*, Góis teve consigo em manuscrito quando o espólio do antigo capitão de Ternate lhe foi cedido por ordem do cardeal-infante¹⁴¹), o *Livro das obras* de Garcia de Resende, os *Commentarios de Afonso Dalbuquerque* de Brás de Albuquerque (edição de 1557) e vários cronistas aragoneses e castelhanos (neste caso quando os assuntos são a campanha castelhana de Afonso V e tópicos políticos do relacionamento entre Portugal e o seu vizinho peninsular). Os manuscritos dos *Anais de Arzila*, crónica de Bernardo Rodrigues que narra os sucessos aí ocorridos entre 1508 e 1535, tal como vários relatórios dos capitães de Marrocos, completam a relação dos principais indícios textuais implícitos. Quanto a clássicos como Heródoto, Ptolomeu, Diodoro, Estrabão, César ou Solino, poder-se-á dizer que as respectivas alusões obedecem quase só ao ritual de exibição livresca dos humanistas¹⁴².

Desde logo porque marcadíssimo pelas transcrições do livro IV da *Historia* de Fernão Lopes de Castanheda e da *Década III* de João de Barros, o conteúdo chinês dado na quarta parte da *Chronica de dom Emanuel* presta-se a ser visto como um contributo pobre para a divulgação do conhecimento luso sobre esse objecto. Até o enquadramento que lhe é facultado repete um esquema visto e revisto, para mais com a agravante de não particularizar a cidade de Cantão: vem agrupado em dois capítulos consecutivos, o primeiro (cap. XXIV) sob o título “Da viagem que Fernam perez dandrade fez a China, & do que lhe aconteceu até tornar aho Regno”¹⁴³, o segundo “Dos costumes dos chins, religiam, & fertelidade da terra, & do que Thome pirez passou na embaixada com que foi a elRei da China”¹⁴⁴. Contudo, uma leitura mais cuidada permite destacar duas impressões inéditas imputáveis à sua vivência particular, assim como a presença de, pelo menos, uma terceira fonte de origem jesuítica diferente de todas as que lemos. Enfim, deparamos com a que parece ser a substituição intencional do juízo proferido por Lopes de Castanheda a respeito da belicosidade dos chineses pelo que João de Barros dissera sobre isso: quando Góis escreve que estes eram “bõs homens de guerra”

¹⁴⁰ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte I, cap. XLII — “Da crêça, Seita, Çerimonias, e costumes dos gention canarñs, Bramanas, Naires. & do sitio da terra do Malabar. & çidade de Calecut”, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949, p. 96.

¹⁴¹ Ver *supra*, excurso 2 a este capítulo.

¹⁴² Macedo, 1982, pp. 123-130; Hirsch, ed. 1987, pp. 325-328; Picchio, 1999, pp. 320 e 353.

¹⁴³ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte IV, cap. XXIV — “Da viagem que Fernam perez dandrade fez a China, & do que lhe aconteceu até tornar aho Regno”, ed. 1955, pp. 62-65

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, Parte IV, cap. XXV — “Dos costumes dos chins, religiam, & fertelidade da terra, & do que Thome pirez passou na embaixada com que foi a elRei da China”, ed. 1955, pp. 65-67.

interrompe a pista do primeiro dos dois anteriores cronistas e repesca a do segundo¹⁴⁵. Consciente da necessidade de moderar tal sentença para não contradizer um discurso que é todo ele pautado pelo elogio da nação chinesa, diverge também do que haviam ajudado a instituir os cativos portugueses Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, García de Escalante Alvarado ou Galiote Pereira.

Em contraste com as narrativas pormenorizadas que Lopes de Castanheda e João de Barros tinham divulgado, quer a estada de Fernão Peres de Andrade na ilha da Veniaga, quer a incursão exploratória de Jorge de Mascarenhas em direcção à terra dos “lequeos, guoros, & japangos” são apresentadas de forma breve no capítulo XXIV. Diferenças mínimas têm-se para a toponímia, com Góis a escrever os dois primeiros ancoradouros como “ilha de tamanlabuá” e “ilha de Taman”, a atribuir o nome da província de Fujian a Chinchéu e a considerar que as províncias litorais a Norte de Cantão-Guangdong tinham um mercado muito melhor “*que* has da China”¹⁴⁶. No final, introduz a primeira das suas memórias de Lisboa ao referir aquela passagem antes citada em que D. Manuel se mostra curioso “pelas cousas da China” e insiste em interrogar Fernão Peres a esse propósito mal este se apresenta em Évora corria o ano de 1520¹⁴⁷.

No capítulo XXV retoma-se o fio condutor precisado pela articulação entre os discursos de Castanheda e Barros, discursos de novo resumidos, ainda que a dependência do primeiro impere sobre a do segundo. Aspecto e modos dos chins como a alvura da pele, a boa disposição ou o hábito de comerem em mesas altas com asseio garantido pelo uso de toalhas, guadanapos e facas vêm do autor da *Historia do descobrimento & conquista da India*. Ainda importados de Castanheda temos a listagem do tipo de armas empregues na guerra, as descrições dos “mui sumptuosos templos, a que chamam Varelas”, as notas de que nesses locais se estuda uma língua veicular “que he quomo entre nós, ho Latim” e de que aí existem relógios (“relógios de sol”, quereria escrever) e sinos de metal, tal como as ideias da insuperável habilidade dos chineses para a arte mecânica, da xenofobia que os faz dizer “que ho homẽ que nam he Chim nam he homem” ou da tradição de chamarem “filho de Deos” ao seu soberano. Barros contribui para estes temas com bastante do que escrevera a propósito do aperfeiçoamento da tecnologia militar chinesa a partir da cópia de originais portugueses,

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cit. p. 65.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, Parte IV, cap. XXIV, ed. 1955, cits. pp. 63 e 64.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, Parte IV, cap. XXIV, ed. 1955, pp. 64-65. Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1.

do costume dos banquetes desregrados, do retrato feminino ou da antiguidade da imprensa. No plano dos recursos, o texto da crónica de Góis queda-se por generalidades como as que tocam a sobreabundância de mantimentos, de ouro e prata, as quais virão outra vez de Castanheda¹⁴⁸.

Quanto aos pormenores que nos levam a concluir que, no mínimo, Damião de Góis se baseou num terceiro texto e que este deverá ter sido composto pelos meios associados à Companhia de Jesus destaca-se o seguinte. Para principiar, o traço sobre as características somáticas da gente da China e a sua indumentária contempla uma diferenciação entre tipos meridional e setentrional, a qual, apesar de não ser uma originalidade absoluta, não consta em Castanheda e não é dita assim por Barros: “algũa della [gente da China] he mais sobelo aluo, que baço, outros que viuem mais aho norte sam aluos quomo Alemães, andam vestidos quomo hos Tartaros, com roupetas estreitas de seda, brocados, algadam, & pilitarias, do que ha muito na terra”¹⁴⁹ — de caminho, observe-se que os elementos sobre o traje dos tártaros acabados de dar derivam com toda a probabilidade de Marco Polo¹⁵⁰, apesar de ser muito tentador forçar as conjecturas e dizer que o mesmo parentesco com aquele género de homens representa uma observação pessoal extra com que o autor teria enriquecido este par de capítulos, no caso herdada da sua hipotética aventura russa de 1531.

Continuando, outros pontos que não constituem novidade absoluta na época mas que incorporam matéria que somos incapazes de identificar escrita deste modo em qualquer fonte que recordemos, surgem na reportagem que Góis faz da longa abstinência a que os convidados para banquetes se forçam durante os dias que os precedem, na referência a “charamellas, orgãos, & outros instrumentos” musicais e na indicação sobre as qualidades que os chineses evidenciarão “no canto dorgão”¹⁵¹.

Comprovámos que tanto ou mais que as perguntas que buscavam desvendar a fisionomia, a índole ou os hábitos culturais do povo, aquelas que inquiriam sobre a religiosidade e as possibilidades de uma presença ou de uma lembrança cristã figuraram logo nos primeiros questionários distribuídos pelos padres de Inácio de Loyola a todos os que tivessem contactado ou fossem contactar a China. Ao entrar no tema, é evidente que Góis depende de Castanheda pois, como ele, sugere a este propósito a Santíssima

¹⁴⁸ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cits. pp. 65 e 66.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cit. p. 65.

¹⁵⁰ Ver Marco Polo, *O Livro de Marco Paulo*, liv. I, cap. lvj — “Das armas e vestiduras delles [tártaros]”, ed. 1922, fl. 20v.

¹⁵¹ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cits. pp. 65 e 66.

Trindade e refere o culto de duas “santas”, “Nãma” e uma filha de um “rei” da China — a outra divindade budista que ocorre na *Historia* de Castanheda como “Conhãpuça”¹⁵². Porém, adiciona uma terceira figura de culto: “hum homem, que dizem que foi tam bom, & tam justo caualleiro, que em sua vida fez muitos milagres, entre os quaes foi passar hũa grande ribeira armado, postos hos peis sobre hũa spada nua, pera acudir a hum exercito que staua da outra bãda, de que elle era capitão”¹⁵³.

A possibilidade do cronista de 1567 se ter voltado a basear num documento de inspiração jesuítica que não lográmos identificar mantém-se de pé. A segunda hipótese é a de que Góis tenha interpretado ou transcrito a interpretação feita por Fernão Peres de Andrade a D. Manuel quando lhe ofereceu em Évora uns “panos de paugagê, & aruoredos” nos quais as figuras desses “sanctos” vinham representadas. Na que será a sua segunda nota pessoal sobre a China, o antigo pajem recorda ainda que estes eram “quasi do mesmo modo que sam hos panos pintados que fazem em Flandres”¹⁵⁴. Digase que um dos *itens* do inventário do guarda-roupa do monarca em causa confirma esta lembrança quando refere um “caderno de folhas de papel de letras e pemturas dos chyns, que parecem sãtos, que tem cubretura azull”¹⁵⁵.

O raciocínio sobre o emprego de um escrito produzido no contexto das Missões orientais que talvez não tenha chegado aos nossos dias aplica-se com margem de segurança alargada ao que Damião de Góis enuncia para o tópico do ensino. É que, se a ideia de que a China possui “vniuersidades & collegios”¹⁵⁶ talvez ainda possa passar como um ajustamento semântico às “escolas pubricas” referidas por Lopes de Castanheda¹⁵⁷, já a listagem das disciplinas que aí se aprenderiam retoma, com maior probabilidade, uma dessas fontes da Companhia em que os preconceitos do inquirido ou o referente concedido pelo esquema escolar europeu suscitavam uma visão muito distorcida do mundo chinês — nessas universidades e colégios “apprendem Philosophia, Mathematicas, Astrologia, Artes liberaes, Leis, Mediçina, & Theologia”, reproduzirá Góis¹⁵⁸. Visto isto, só falta dizer que na *Chronica de dom Emanuel* não

¹⁵² Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

¹⁵³ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cit. p. 66.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cits. p. 66.

¹⁵⁵ Francisco Marques de Sousa Viterbo, *A Livraria Real. Especialmente no reinado de D. Manuel – Memória apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1901, p. 17. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, “Inventário da Guarda-Roupa de D. Manuel I”, in *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, vol. 2, 1904, pp. 381-415.

¹⁵⁶ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cit. p. 66.

¹⁵⁷ Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

¹⁵⁸ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cit. p. 66.

consta a alusão que se esperaria à Grande Muralha, nem quando a propósito da viagem de Tomé Pires a Pequim — e como que a lembrar a *Enformação de hum homem honrrado* de 1554 ou o texto de Galiote Pereira — se especifica que “naquelle tempo” a China mantinha guerra com as partes fronteiras dos tártaros¹⁵⁹.

Génese e carreira internacional do De rebus Emmanuelis regis Lusitaniae

Por alturas da publicação dos derradeiros tomos da *Chronica do felixissimo Rei dom Emanvel*, o omnipresente cardeal D. Henrique volta a abordar D. Jerónimo Osório, desta vez para que escreva uma síntese dos feitos ultramarinos dos portugueses destinada ao público estrangeiro. Como sabemos, tal viria a concretizar-se no *De rebus, Emmanuelis regis Lusitaniae invictissimi virtute et auspicio gestis Libri Duodecim*, obra editada em Lisboa em 1571¹⁶⁰ e reeditada de modo integral ou parcial vinte e duas vezes fora de Portugal entre essa data e o final do século XVII: 8 edições em latim (Colónia e Roma), 2 em holandês (Roterdão) e 12 em francês — estas incluídas na sobredita *Histoire de Portugal* que sai em Genebra em 1581 e 1610 e em Paris em 1581 (3 edições) e 1587 (7 edições)¹⁶¹. As qualidades de latinista possuídas pelo bispo Osório, assim como a circunstância do *De rebus Emmanuelis gestis* ter sido o único trabalho minimamente completo relativo à Expansão lusíada concluído durante o seu apogeu, explicam a fortuna tipográfica com que foi bafejado.

Apesar de terem passado cerca de trinta anos sobre a saída do *De Nobilitate Christiana* e mais de vinte sobre a do *De gloria*, conservava toda a pertinência produzir uma narrativa que divulgasse o papel pioneiro de Portugal na abertura do mundo. Não

¹⁵⁹ Idem, *ibidem*, Parte IV, cap. XXV, ed. 1955, cit. p. 67.

¹⁶⁰ Ref. *supra*, Parte II, cap. 6, n. 140.

¹⁶¹ No entanto, é de notar que o Privilégio Real concedido para a edição lisboeta do *De rebus gestis* (1571) aparece datado de Setembro de 1572. A não constituir o erro tipográfico que se supõe, tal facto pode indiciar a existência de uma reimpressão portuguesa em 1572. Ver Faria, 1992, p. 127; Loureiro, 1998, p. 111, n. 12.

É a seguinte a lista das reedições do *De rebus Emmanueli* saídas até ao início de Oitocentos. Em latim: em Colónia, em 1574, 1575, 1576, 1580, 1581, 1586 e 1597; em Roma, em 1592, integrado nos *Opera omnia* do autor, vol. I; em Coimbra, em 1791 (todas em latim). Em francês: em Genebra, em 1581, tradução retomada nas três edições parisienses do mesmo ano e nas sete de 1587, também de Paris, assim como na reedição feita em Genebra em 1610. Tradução holandesa: em 1661, em Roterdão (que se saiba, editada num só volume com os seis primeiros livros) e retomada aí em 1663 (agora completa). Tradução inglesa de 1752 (Londres). Tradução alemã abreviada de 1795 (Leipzig). Tradução portuguesa, saída em Lisboa em três volumes entre 1804 e 1806. Ver *supra*, n. 111 a este capítulo. Ver também: Matos, 1991, pp. 541-542; 566; Faria, 1992, pp. 127-128; Ramalho, 1993, pp. 25-26.

só a prosística nacional seguia sendo muito insuficiente neste terreno, como não se vislumbrava da parte dos demais autores europeus uma atenção demasiado cuidada pelo fenómeno. As excepções contavam-se pelos dedos e acabavam quase sempre confinadas a panegíricos dos monarcas portugueses e a generalidades a respeito da luta contra os mouros e os turcos, da conquista das praças marroquinas, da demonstração da habitabilidade dos trópicos, da evangelização ou do espectáculo deslumbrante do novo trato oriental. Entre os humanistas espanhóis têm-se as notas tímidas deixadas a este propósito por Juan Luis Vives no seu *De disciplinis* (Antuérpia, 1531)¹⁶². A par, surgem o jesuíta Pedro Juan Perpiñán¹⁶³, Juan Sobrarias¹⁶⁴, Balthasar Del Rio¹⁶⁵ e Francisco de Osuna¹⁶⁶. Só um pouco mais relevante foi o testemunho emprestado pelo galego Álvaro Cadaval Valladares de Sotto Mayor, circunstância imputável à sua estada em Viana do Castelo e em Braga, onde ensinou humanidades¹⁶⁷. De fora da Península vieram sobretudo as redacções sofríveis de Sebastian Münster¹⁶⁸, Paolo Giovio¹⁶⁹, Pietro Bembo — na sua *Historiæ Venetæ*¹⁷⁰ — e Guillaume Postel — tanto no *De orbis terræ concordia* como no *De Vniuersitate liber*¹⁷¹.

Se fazia sentido encetar uma obra desta qualidade, em relação ao aproveitamento da mais-valia que era o latim desenvolvido de D. Jerónimo Osório temos que esta nem por

¹⁶² Juan Luis Vives, *Ioannis Lodouici Viuis Valentini De disciplinis libri XX*, Antuérpia, Michael Hillenius, 1531, carta dedicada a D. João III.

¹⁶³ Pedro Juan Perpiñán, *Petri Ioannis Perpiniani Opera*, I, Roma, 1749, p. 51

¹⁶⁴ Juan Sobrarias, *Panegyricum carmen de gestis Heroicis Diui Ferdinandi catholici [...] & de bello contra Mauros Libies*, Impressit Caesaraugustae Georg' Coci Theutonic', 1511, fl. 20 r.

¹⁶⁵ Balthasar Del Rio, *Oratio ad eundem Dominium nrm Papam [...] de expeditione contra Turchos ineunda*, Roma, Impressum per Jacobo Mazochium, 1513, fl. Bi v.

¹⁶⁶ Francisco de Osuna, *Trilogium Euangelicum*, s.l.n.d. [Antuérpia, S. Cocus, 1536], carta dedicada a D. João III.

¹⁶⁷ Álvaro Cadaval Valladares de Sotto Mayor (Cadaval Grauius Calydonivs), *De obitu et apotheosi inuictissimi Ioannis Tertii Lusitaniae, et Algarbiorum regis, Africi, Persici, Arabici, Aethiopici*, Colónia, Ex off. Ioannis Blauij de Agrippina, 1563 (reed. Lisboa, 1565), carta à rainha D. Catarina e fls. 5v., 8v., 9r. e 14r.; idem, *De magno atque uniuersali cataclysmo, ichthyotyranndeque liber, in lusitanarum regum Gratiam & commendationem*, Lisboa, Francisco Correia, 1565, carta ao cardeal D. Henrique e fls. 17r.-17v.; idem, *Brachylogia. Inuictissimorum ac perinde clarissimorum triumphaliumq3 Lusitaniae Regum*, Lisboa, António Gonçalves, 1568, carta a D. Duarte.

¹⁶⁸ Sebastian Münster, *Cosmographia uniuersalis lib. VI*, Basileia, apud Henrichum Petri, 1550, dedicatória a Carlos V e pp. 61, 70, 71, 1082, 1083, 1084, 1086, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1103, 1104, 1110-1112 e 1163; ref. in Matos, 1991, p. 523, n. 40.

¹⁶⁹ Paolo Giovio, *Pauli Iouii Nouocomensis, Episcopi Nucerini, Historiarum sui temporis tomus primus XXIII libros complectens*, Lyon, off. Laurentii Torrentini, 1553, fls. 117v.-118r, 160r., 161r., 215v.-218r.; idem, *Historiarum tomus secundus*, Lyon, Ex off. Michaelis Vascosani, 1554, fls. 139r., 148r., 214v. e 215r.

¹⁷⁰ Pietro Bembo, *Historiæ Venetiæ libri XII*, Veneza, apud Aldi Filios, 1551, fls. 82r.-85v.

¹⁷¹ Guillaume Postel, *De orbis terræ concordia libri quartur*, Paris, P. Gromorsus, s.d., pp. 39 e 56; idem, *De Vniuersitate liber [...]*, cum regnorum temporibus exponitur, Paris, I. Guellartii, 1552, fls. 39v., 47r., 53v., 54r.-54v. e 55v. Matos, 1991, p. 105; p. 106, n. 123; pp. 430, 510-512 e 522-524; Abellán, ed. 1986, pp. 110-111 e 113-114.

isso se nos afigura como a parte anacrónica do projecto editorial do cardeal-infante. Tal como já em meados do século, era certo que as línguas vulgares ocupavam a primeira linha das preferências no que respeitava ao género literário em apreço. Era também certo que, pelo meio, poucas tinham sido as excepções significativas, caso da *Cosmographia* de Münster e da reedição do *Novus Orbis* saída em Basileia em 1555¹⁷². No entanto, como o demonstrava a limitada carreira internacional dos escritos historiográficos de João de Barros¹⁷³, ou o demonstrará a partir do ano anterior àquele em que se publicou o *De rebus gestis* a quase nula experiência de traduções que foi oferecida ao *Tractado das cousas da China* de Fr. Gaspar da Cruz, a língua portuguesa, o sistema de propaganda editorial deste país, a sua intransponível situação periférica face ao centro da Europa ou todas estas realidades em simultâneo pareciam determinar uma circulação noticiosa mais restrita ou não tão rápida quanto a que permitiam outros idiomas nacionais.

D. Jerónimo Osório deve ter enviado um exemplar do *De rebus Emmanuelis gestis* a Jean Matal, um dos seus amigos dos tempos de Bolonha e que vimos aparecer ao lado de Antonio Agustín na qualidade de interlocutor do *De gloria*. Matal encaminha e faz acompanhar de uma carta-prefácio a correspondente edição de Colónia de 1574, cidade e ano estes que vêem publicada outra obra de Osório, o *De Regis Institutuine et Disciplina Libri octo* (1.^a ed. Lisboa, Francisco Correia, 1571), também ela com prefácio de Matal. Para a reedição de 1576 do *De rebus gestis* Jean Matal reformula e amplia a sua introdução, dedicando-a a Antonio Agustín, mais uma das duradouras amizades bolonhesas do bispo de Silves e, sempre como Matal, interlocutor do seu tratado de 1549¹⁷⁴. Logo em 1577, nos comentários que assina ao *Périplo* de Arriano o alemão Stuckius faz uso da crónica manuelina de Jerónimo Osório para partes como aquelas em que trata dos modos das gentes ou da descrição de terras próximas do Cabo da Boa Esperança, de Zanzibar, da Abissínia, do Malabar, de Taprobana e de Malaca¹⁷⁵.

Enquanto se sucedem as reimpressões latinas, dá-se a referida carreira francesa do nosso título, o qual talvez por esta via se tenha tornado numa das fontes dos *Essais*

¹⁷² Ver, *inter alia*, Matos, 1991, p. 519.

¹⁷³ Ver *supra*, Parte II, cap. 7-2.

¹⁷⁴ Ver *supra*, Parte II, cap. 6-5. Ver também: Truman, 1993, pp. 333 e 337-342.

¹⁷⁵ Frauius Arrien, *Arriani Erytraei Periplus*, Genebra, 1577, pp. 2, 10, 11, 12, 15, 16, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 61, 62-63, 64, 65, 85, 87, 89, 90, 92, 93, 98 e 99; ref. in Matos, 1991, p. 543.

de Montaigne¹⁷⁶. Dessa *Histoire de Portugal* traduzida pelo polígrafo Simon Goulart retirará André Thevet algumas referências sobre as acções militares portuguesas no Oriente e sobre aquela que fora classificada por Osório como a traição de Fernão de Magalhães¹⁷⁷. No que ao conjunto dos novos conhecimentos geográficos oferecidos pelos Descobrimientos e pela Expansão europeia diz respeito, veja-se que muito do relativamente pouco que sobre isso se escreve em cinco dos cadernos de Retórica ditados por Fronton du Duc¹⁷⁸, Jacques Sirmond¹⁷⁹ e Jules César Boulenger¹⁸⁰, três jovens mestres jesuítas que regeram esta cadeira no Colégio de Paris entre 1584 e 1588, tem no *De rebus Emmanuelis gestis* a sua base informativa principal. Conforme a praxe humanista aplicada ao nível do ensino secundário, todos eles correspondiam a comentários ao *De Situ Orbis* de Pompónio Mela. Ao analisar os manuscritos em causa, François de Dainville esclareceu ainda que Boulenger é aquele em que esta dependência do autor português se torna mais evidente, em especial para o além-Cabo¹⁸¹.

O novo sumário chinês de Osório

Por se tratar de um resumo para o leitor estrangeiro, o *De rebus Emmanuelis gestis* não incorpora demasiado material original e não implicou demasiada pesquisa

¹⁷⁶ Ver, *inter alia*, Américo da Costa Ramalho, “Montaigne e o naufrágio de Albuquerque”, in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. 3, 1998, pp. 161-162 (1.ª ed. in *Diário de Coimbra*, 15 de Julho de 1988, p. 2).

¹⁷⁷ André Thevet, *Pourtraits et vies des hommes illustres grecz, latins, et payens [...]*, Paris, par la Vve. J. Kervert et Guillaume Chaudière, 1584, fls. 420r. e sgs., 469r e 528r.-529v. Matos, 1991, pp. 539-544.

¹⁷⁸ Fronton du Duc, *In Pomponii Melae libros tres de situ orbis annotationes datae a doctissimo d[omi]no M. Frontone Ducaeo in Clar[omontensi], Anno 1584* (Bibl. mun. Orléans, Ms. 1297, 119 fls.); idem, *Pomponii Melae, De situ orbis libri tres, ad multa navo veteraque exemplaria emendati, ex Hermolai Barbari et Eliae Vineti lucubrationibus, quibus hac editione accesserunt F. Nonii Pintiani et Andreae Schotti variae lectiones, Parisiis, apud Thomam Brumenium, 1584* (BNP, Ms. Latin 18247, fls. 1r.-40r., o mesmo texto estabelecido pelo jesuíta A. Schott; ed. *princeps* de A. Schoot, Antuérpia, Plantin, 1584).

¹⁷⁹ Jacques Sirmond, *Annotationes in tres Pomponii Melae libros de statu orbis, D[omino] Sirmondo dictante, anno D[omi]ni 1586* (BNP, Ms. n. acq. lat. 951).

¹⁸⁰ Jules César Boulenger, *Cosmographiae descriptio per D[omino] I. C. Bulengerium ex Societate nominis Iesu, anno Salutis 1588* (Bibl. Mazarine, Ms. 1530, 126 pp.) e *De jure triumphii apud Romanos, De Romanorum et Gallorum magistratibus: In Pomponii Melae praelectiones De situ orbis Julii Bulengerii explanatio* (BNP, Ms. Latin 10822, fls. 147r.-261r.).

¹⁸¹ Dainville, 1940, pp. 67-70; François de Dainville, “Les découvertes portugaises à travers des cahiers d’écoliers parisiens de la fin du seizième siècle”, in F. de Dainville, *L’éducation des jésuites (XVIIe-XVIIIe siècles)*, textes réunies et présentés par Marie-Madeleine Compère, collection Le Sens Commun, Paris, Les Éditions de Minuit, 1978, pp. 463-470 (extracto de “Les aspects internationaux de la découverte océanique aux quinzième et seizième siècles”, in *Actes du Ve. colloque international d’histoire maritime* (Lisbonne, 14-16 septembre 1960), Paris, Bibliothèque générale de l’École pratique des Hautes Études, 1966).

bibliográfica da parte do seu autor. À parte a crónica de Damião de Góis, núcleo informativo básico que Osório ora cita textualmente, ora abrevia, corrige ou insufla de uma escrita bem mais fluída mas que nunca lesa o essencial, o prelado indica, sem especificar, ter recorrido a fontes escritas e orais suplementares. Citados vêm apenas os nomes de André de Resende e de Pedro Nunes, o primeiro a propósito da formação da palavra Portugal, o segundo quando se referem alguns dados astronómicos tendo por pano de fundo o Tratado de Tordesilhas. Contudo, é perceptível que se conferiram os *Commentarios* de Brás de Albuquerque, o *Livro das Obras* de Garcia de Resende e, sobre todos estes outros textos alheios, as *Décadas* de João de Barros¹⁸².

Com excepção da nota induzida pelo enquadramento geográfico da Índia que abre o *Liber Secvndvs* e da leitura dos costumes, leis, institutos e “mansidão” dos chins feita por Rafael Perestrelo a Fernão Peres de Andrade em Malaca e que está algures no *Liber Decimvs*, o *De rebus Emmanuelis gestis* agrupa o fundamental dos dados chineses num dito “*de Sinis explicationē summatim*” do *Liber Vndecimvs*¹⁸³. A fazer jus ao que acabámos de dizer, as prosas de Góis e de Barros disputam a responsabilidade pela cedência da maior parte das notícias que aí se podem ler. Há, depois, uma pequeno corpo de observações que parece transitar do *De gloria* e, tal como defendemos para a *Chronica de dom Emanvel*, acontece o mais do que provável uso de, pelo menos, uma fonte da Companhia de Jesus que resta por identificar Assinale-se a propósito que nos parece inviável querer que, apesar de vindo a lume enquanto decorria o processo de reescrita concretizado por Osório, o *Tractado* de Gaspar da Cruz tenha ainda constituído uma influência suplementar para o mesmo¹⁸⁴.

A sequência das matérias é esta. D. Jerónimo traduz a ilha de “Tamanlabuá” de Damião de Góis por “Tamanlabuam”, mantém “Tamam” como grafia de Tamão e conclui o relato da chegada de “Andradius” à capital cantonense avisando que o regedor

¹⁸² Ver Matos, 1991, pp. 525-539.

¹⁸³ D. Jerónimo Osório, *Hieronymi Osorii, Lusitani, Silvensis in Algarbiis Episcopi, De Rebus; Emmanuelis, Lvsitaniae Regis Invictissimi, Virtute et Avspicio, annis fex ac Viginti, domi forisq, gestis libri dvodecim. Ad Henricvm Principem, Regis eius F. Cardinalem. Item: Io. Martalii Metelli Sequani I.C. in eosdem libros Pæfatio, & Commentarius: de reperta ab Hispanis & Lusitanvs, in Occidentis & Orientis Indiam, nauigatione, deq, Popolorum eius vita, moribus, ac ritibus, Ad. Ant. Avgvstinvm. Archiepiscopum Tarraconensem*, Colónia, Oficina Birckmannica, à custa de Arnoldo Mylius, 1597, fl. 315r. Para as citações desta obra de D. Jerónimo Osório utilizaremos em paralelo esta edição latina (fls. 312r.-314v.) e a seguinte edição portuguesa: *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel. XII Livros dedicados ao Cardeal D. Henrique seu filho por D. Jerónimo Osório, Bispo de Silves vertidos em português pelo padre Francisco Manuel do Nascimento*, edição actualizada e prefaciada por Joaquim Ferreira, vol. 2, Biblioteca Histórica — Série Régia, Porto, Livraria Civilização Editora, 1944 (pp. 210-214).

¹⁸⁴ Para a opinião contrária ou o suscitar de hipótese contrária, *inter alia*, Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 196; Loureiro, 2000a, p. 610.

da cidade responde pelo nome de Tutão. Na crónica de 1566-1567 isto era algo que estava mais completo porque aí também se referia o “piu”¹⁸⁵. Para a viagem suplementar de Jorge de Mascarenhas ocorre nova selecção de conteúdos — não se lê Fujian ou Chinchéu, por exemplo —, mas o decalque daquilo que era fundamental em Góis continua a ser cumprido¹⁸⁶. Para o enquadramento físico do Império do Meio que vem a seguir dá-se a primeira entrada de dados omissos na *Chronica de dom Emanuel* e, no caso, talvez tanto trazidos do *De gloria* como, com maior segurança, da *Década III*: sobre a vastidão da terra e sobre as balizas da Índia, do mar Oceano, das neves e gelos duríssimos do Norte, dos “citas chamados tártaros”, das cadeias de montanhas e das “muralhas tão grossas” que facilmente atalham os ímpetos aos povos invasores¹⁸⁷.

Poderia ter vindo da *Historia* de Lopes de Castanheda a frase tecnicamente rotineira escolhida para retratar a China do ponto de vista material: “*Regis est maximè omnium fertilis, & abundans rebus omnibus ad vitæ cultum, & luxum, & elegantiam necessariis*”¹⁸⁸. Não terá sido assim que sucedeu, caso contrário Osório teria adiante incorporado algumas das achegas que este autor cedera sobre um tópico essencial como o religioso, achegas entretanto cerceadas por Góis¹⁸⁹.

Transparente é a genealogia goesiana subjacente ao longo parágrafo que trata da fisionomia dos chineses e de alguns dos seus hábitos de cultura, dos banquetes ao vestuário, do montar a cavalo aos jogos de lazer, dos passeios das mulheres às cantigas ou aos acompanhamentos com instrumentos musicais. Aqui, a discrepância é irrelevante e apenas surge quando Osório troca a comparação do respectivo estilo de vida com o dos europeus vista por Góis — ou com o dos flamengos e alemães, segundo Barros — pela que os aproxima dos “*Gallico & Germanico*”¹⁹⁰. Ainda nesse parágrafo temos

¹⁸⁵ Damião de Góis, *Chronica do F.R.D. Emanuel*, Parte IV, cap. XXIV, ed. 1955, cit. p. 63

¹⁸⁶ Ver D. Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, pp. 210-211; idem, *De rebus Emmanuelis regis*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, fls. 312r.-312v.

¹⁸⁷ D. Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, cit. p. 211. A passagem no texto latino: “*Sinarum regio est latissima: ab Ortu mamque solis vltima terrarum existimatur: ab Occasu, vltimis Indiæ terminis definitur: ab Austro, Oceano alluitur: à Septentrione vero montibus altissimis multa niue & glacie concretis includitur. Ea parte, quæ ad Septentriones spectat, ab Occasu cum Scythis, quos Tartatos appellant, qui ad Orientem pertinet, continens est: cum quibus continenter bella gerunt. Scythæ viribus. [...] Montes tamen, qui à Septentrione in Austrum procurrun, Scythas à Sinis dirimunt. Valles atque camparum planicies interiectas Sinæ muris latissimis ita muniunt, vt Scytharum impetum à se facillè propulsent*” — Idem, *De rebus Emmanuelis regis*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, cit. fl. 313r.

¹⁸⁸ D. Jerónimo Osório, *ibidem*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, cit. fl. 313r. Ver idem, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 211.

¹⁸⁹ Ver *supra*, leitura dos dados chineses da *Chronica de dom Emanuel* de Góis no presente excurso.

¹⁹⁰ D. Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis regis*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, cit. fl. 315r. Ver idem, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, p. 212.

duas combinações de fontes que saiem do esquema da *Chronica de dom Emanuel*: uma quando um provável escrito jesuítico se soma ao *De gloria* para caracterizar o desvelo dos chins pelos agouros, sortes, mágicos, matemáticas e pela observação dos astros¹⁹¹; a outra quando se completa a crónica de Góis com o que Osório dissera nesse seu tratado de 49 a propósito do assunto da antiguidade da imprensa¹⁹². Só para demonstração, veja-se como os enunciados compatíveis da *Enformação de hum homem honrrado* de 1554 ou da carta de Melchior Nunes Barreto de 23 de Novembro de 1555 corroboram a primeira destas hipóteses¹⁹³, assim como é unicamente no *De gloria* que surge a referência aos caracteres metálicos que o *De rebus Emmanuelis gestis* nos apresenta¹⁹⁴.

Desta feita, poderia ter vindo do *Tratado* de Galiote Pereira a imagem que D. Jerónimo Osório dá das estátuas sem conto que decoravam os templos da China, o que, como é bom de ver, introduz a descrição dos edifícios e das práticas religiosas locais¹⁹⁵. Porém, a sequência cedo recupera as indicações sobre a crença chinesa num só Deus, as duas deusas femininas, o santo milagreiro, os conventos de frades ou de freiras apresentadas por Damião de Góis. No limite, a interferência dessa algo fantasmagórica terceira fonte saída dos meios da Companhia que como que serve de *trait d'union* entre Góis e Barros, por um lado, e o essencial de Osório, por outro, despontará um pouco à frente — e pela última vez —, numa frase que dá ouvidos ao boato de que os chins consultam os demónios: “*Dæmones consulere dicuntur*”¹⁹⁶. Neste capítulo, a dependência face ao texto da *Chronica de dom Emanuel* é bastante linear, sendo apenas interrompida no momento em que, fazendo constar o estatuto da cultura literária na China, Osório desvia do terreno da liturgia para o do ensino a indicação sobre a tal

¹⁹¹ Ver D. Jerónimo Osório, *ibidem*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 212. A passagem no texto latino: “[...] *Auguriis dediti sunt: sortibus euentura prædicere nituntur. Magos in honore habent: mathematicas disciplinas colunt, & astra diligenter obseruant*” — Idem, *De rebus Emmanuelis regis*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, cit. fl. 313v.

¹⁹² Ver D. Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 212. A passagem no texto latino: “[...] *In libris describendis, & rerum memoria propaganda, æneis formis vi solent: quarum vsus adeò antiquus apud illos est, vt qui primus eam artem excogitarit, ignoretur*” — Idem, *De rebus Emmanuelis regis*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, cit. fls. 313v.-314r.

¹⁹³ Ver Anónimo, *Enformação de hum homem honrrado*, 1554, ed. 1983, p. 745; carta do Pe. Melchior Nunes Barreto aos Irmãos da Companhia de Jesus em Goa, Lampacau, 23 de Novembro de 1555, ed. 1904, p. 88. Cf. *ibidem*, ed. 1989, pp. 142-143; *ibidem*, ed. 1997, p. 84.

¹⁹⁴ Ver *supra*, Parte II, cap. 6-5. Ver também: Torrao, 1993, pp. 453-454.

¹⁹⁵ Ver D. Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 212; *idem*, *De rebus Emmanuelis regis*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, fl. 314r. Ver *supra*, Parte II, cap. 9-3.

¹⁹⁶ D. Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis regis*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, cit. fl. 314v. Ver *idem*, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 213.

língua que seria como entre os europeus o latim, acrescentando-lhe, além disso, uma segunda equivalência com o grego¹⁹⁷.

Este desvio temático e o discurso a ele associado sobre a proeminência atribuída pelos chineses a quem se distinguisse pela sabedoria são de novo compagináveis com a forma como a China fora retratada no *De gloria*. Uma frase suplementar aplicada ao domínio do direito civil reforça esta ideia: “*Qui iuri ciuili student, in magno honore sunt*”¹⁹⁸. Baseado outra vez em Góis, abre-se um parêntesis onde se alude à adoração quase mística da figura do imperador. Mas, ao fechá-lo, D. Jerónimo regressa com mais nitidez que nunca à aposta por uma China platónica que já ensaiara nesse seu outro texto de carácter histórico. Na versão que agora desenvolve, a respectiva república organiza-se nada menos que de acordo com os três grupos ideais e decrescentes em honra daqueles que se ocupam das artes e da jurisprudência, dos assuntos militares e das artes mecânicas. Dito isto, o bispo Osório acha-se no dever de repor a explicação também apresentada no *De gloria* sobre o sistema de sucessivos exames a que tem de se submeter quem pretende ascender aos mais altos postos da sociedade chinesa¹⁹⁹.

Uma derradeira transfusão de João de Barros dá para ir encerrando a peça do modo mais conveniente. Procedem obviamente daí as frases sobre a severidade dos castigos, sobre o decreto que obriga todos, incluindo os cegos, a dedicarem-se a uma tarefa ou sobre os obstáculos colocados à entrada dos estrangeiros no país por forma a que os costumes não fossem pervertidos²⁰⁰. Já o juízo final é da lavra do próprio Osório e, óbvio outra vez, vem ao encontro da impressão de um povo e de um Império pouco menos que perfeitos a que desde há muito se apegara. Nesse sentido, quando afirma que

¹⁹⁷ Ver idem, *ibidem*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 213. A passagem no texto latino: “[...] *Literis operant: qui in illis maximos progressus habent, maximis honoribus afficiuntur. In studiis, genero antiquo sermonis vtuntur, imperitis ignoto, quemadmodum apud nos, qui artium maximarum disciplinis student, linguam Græcam aut Lattinam perdiscunt*” — Idem, *De rebus Emmanuelis regis, “liber vndecimvs”*, Colónia, 1597, cit. fl. 314r. Ver Torrão, 1993, p. 453.

¹⁹⁸ D. Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis regis, “liber vndecimvs”*, Colónia, 1597, cit. fls. 314r.-314v. Ver idem, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 213.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 213. A passagem no texto latino: “[...] *Resp. in tres partes est distributa. Principatum ij, qui in disciplinis, & iuris studio valdè profecerunt, obtient. Secundus honoris gradus militibus assignatur. Postremi ordinis sunt, qui artes fabriles colunt. In studiis quantum quisque profecerit, indicioeorum, qui maximis artibus præsumt, examinari solet. Sunt autem ordinis horum indiciarum gradatim instituti, ita vtei, qui in simi ordinis approbationem consequvtus est, si velit ad altiore locum dignitatis aspirare, sint grauiora doctiorum hominum iudicia subeunda. Qui plurimis & doctissimis probatus extiterit, is ampliores in Repub. honores consequitur*” — Idem, *De rebus Emmanuelis regis, “liber vndecimvs”*, Colónia, 1597, cit. fl. 314v. Ver Torrão, 1993, pp. 457-458.

²⁰⁰ Ver D. Jerónimo Osório, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 213. A passagem no texto latino: “[...] *Sunt in sceleribus vindicandis acres. Nemini sano, quamuis oculis sit, mendicare permittitur. Cæci molas trusatiles versando sibi victum parât. Homines externos difficillmè in vrbes suas admittunt, nè morbis externis oblit, ab institutis suis paulatim deducantur*” — Idem, *De rebus Emmanuelis regis, “liber vndecimvs”*, Colónia, 1597, cit. fl. 314v.

Fernão Peres de Andrade reconheceu na afabilidade dos chineses uma boa fé, um ofício e uma prudência apenas iguais aos da nação portuguesa estaria tão-só a repetir a provável retórica de tipo preventivo que introduzira a dado passo do diálogo do *De gloria* não fosse o seu louvor julgado desabusado por um desses habituais excessos de zelo censórios: “*Hi mores instituta Sinarum sunt, quæ perstrinximus. Has Andradius ita sibi comitate deuinxit, vt arbitrarentur, nullã esse gentem officio, & fide, & prudentia cum Lusitana conferendam*”²⁰¹.

5. Os *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque de Brás de Albuquerque, 1576*

Brás de Albuquerque (Alhandra, 1500-Lisboa, 1580), rebaptizado Afonso pelo rei D. Manuel aos 16 anos de idade, foi o autor de um longo texto dividido em quatro partes com o qual pretendeu divulgar a carreira militar e política do seu progenitor, Afonso de Albuquerque, primeiro enquanto capitão na Índia (viagem inaugural em 1503, com a capitania de três naus de carga; segunda viagem em 1506 integrado na armada de Tristão da Cunha, onde participou com o título e funções de capitão-mor da costa da Arábia), depois como governador desse Estado (1509-1515). Na edição *princeps* de 1557 a obra em causa teve por título o de *Commentarios de Afonso Dalboquerque*²⁰², passando a *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque* no texto revisto e ampliado que se publicou em 1576 e que é aquele que nos retém em virtude do aparato de notícias chinesas aí inserido²⁰³.

²⁰¹ Idem, *ibidem*, “*liber vndecimvs*”, Colónia, 1597, cit. fl. 314v. Ver idem, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, liv. XI, ed. 1944, vol. 2, p. 213.

²⁰² Brás de Albuquerque, *Commentarios de Afonso Dalboquerque capitão geral & governador da India, collegidos por seu filho Afonso Dalboquerque das proprias cartas que elle escreuia ao muyto poderoso Rey dõ Manuel o primeyro deste nome, em cujo tempo gouuernou a India. Vam repartidos em quatro partes segundo os tempos de seus trabalhos*, Lisboa, João de Barreira, 1557.

²⁰³ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerqve, capitam geral que foy das Indias Orientaes, Em tempo do muito poderoso Rey dom Manuel, o primeiro deste nome. Nouamente emendados & acrescentados pelo mesmo auctor, conforme às informações mais certas que agora teue. Vão repartidos em quatro partes segundo o tempo dos acontecimentos de seus trabalhos*, Lisboa, João de Barreira, 1576.

Questões de linhagem e de moda oriental

Educado em gramática, retórica e latim pelos frades lóios, Brás Afonso de Albuquerque passa das salas do mosteiro para a companhia dos mestres italianos que contrata para que lhe burilem a instrução. Em 1521 inicia uma viagem a Itália, integrado no séquito da infanta D. Beatriz, futura duquesa de Sabóia. De volta ao Reino, circulará sempre nos ambientes cortesãos, tendo sido membro do Conselho Régio de D. João III, várias vezes provedor da Misericórdia e, em 1572, presidente do Senado de Lisboa. Termina a vida filiado no numeroso partido de aristocratas, clérigos e importantes negociantes portugueses que defendem os direitos de Filipe II de Espanha ao trono vago de Portugal: abre os arquivos da Câmara a D. Cristóvão de Moura, o enviado do Habsburgo, e redige o opúsculo *Jus Philippi ad regiam Lusitaniæ Coronam*, designação que diz tudo sobre o propósito de que ia eivado²⁰⁴.

O momento que favorece o aparecimento do livro de Brás de Albuquerque em 1557 é necessariamente o mesmo que conduzia Fernão Lopes de Castanheda ou João de Barros a divulgarem por essa altura os primeiros tomos dos seus trabalhos historiográficos sobre a empresa lusa do Oriente. Por outro lado, nada tem de excepcional o facto de se propor cantar a aventura pessoal de Afonso de Albuquerque ou de ter por objectivo confesso o de resgatar do limbo os feitos valorosos deste homem e dos seus companheiros de armas, avisando, de caminho, da obrigação que a Coroa tinha para com os “netos & parêtes daquelles que nesta conquista acabarã seus dias”²⁰⁵: constatámos que as *Lendas da India* de Gaspar Correia integram uma apologia dos Gama, família também enaltecida por Miguel de Castanhoso (Santarém, ?-1564?/1565?) na *Historia das cousas que o muy esforçado capitão Dom Christouão da Gama fez nos Reynos do Preste Ioão* (Coimbra, 1564)²⁰⁶; e da mesma forma que o escudeiro fidalgo

²⁰⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, “Prefácio”, in Brás de Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque*, vol 1, *Partes I e II*, 5.^a edição conforme a 2.^a edição de 1576, prefácio de J. V. Serrão, Lisboa, IN-CM, 1973, pp. V-IX; Luís de Albuquerque, “Comentário”, in Brás de Albuquerque, *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, vol. 3, dir. e coment. de L. de Albuquerque, transcr. em português actual por Maria da Graça Pericão, colecção Biblioteca da Expansão Portuguesa — 44, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 217-218; Lagarto, 1994a, p. 39.

²⁰⁵ Brás de Albuquerque, *Commentarios de Afonso Dalboquerque*, “[Dedicatória] Ao Serenissimo Principe de Portugal Dom Bastiam Nosso Senhor”, Lisboa, 1557, cit. fl. ij. Todas as citações da primeira versão dos *Commentarios* de Brás de Albuquerque a partir desta edição

²⁰⁶ Miguel de Castanhoso, *Historia das cousas que o muy esforçado capitão Dom Christouão da Gama fez nos Reynos do Preste Ioão, com quatrocentos Portugueses que consigo leuou. Impressa por Ioã de Barreyra E per elle dirigido ao muyto magnifico & illuste señor Dõ Francisco de Portugal*, Coimbra, 1564. Ver Schurhammer, ed. 1992, vol. 3, pp. 581-582; Fernando Cordeiro, “Miguel de Castanhoso”, in *DHDP*, vol. 1, 1994, p. 220.

da Casa Real que foi Castanhoso preparou o martirólogo de uma personagem caída em combate com os muçulmanos na Abissínia, antes disso já um nobre de alta linhagem como Lopo de Sousa Coutinho (Santarém, 1515-1577) redigira e fizera imprimir um opúsculo dito *Liuro primeyro do cerco que os Turcos poseram á fortaleza de Diu* (Coimbra, 1556), acontecimento de 1538 a que o próprio assistira²⁰⁷.

Tal como o aviso acabado de citar indicia, os *Commentarios de Afonso Dalboquerque* eram dedicados ao príncipe herdeiro D. Sebastião a pretexto do seu terceiro aniversário, vindo a ser impressos no ano da morte de D. João III. Por outro lado, já as alusões feitas aos opúsculos latinos que Damião de Góis e Diogo de Teive dedicaram aos dois cercos de Diu nos deram a ver que a inspiração militar que ia associada aos comentários fazia deles, enquanto género, uma variante das memórias. Várias partes da Europa imporiam a respectiva voga durante a segunda metade do século, pelo que, aqui, Brás de Albuquerque espelhava outra vez de modo exemplar a sua circunstância²⁰⁸. De resto, ele não o ilude quando, naquela que constitui a única referência clássica de todo o texto, confessa ter encontrado no *De Bello Gallico* e na auto-avaliação concebida por César o paralelismo que ambicionara para o objecto do seu escrito: “E não devem de ter menos credito, e auctoridade diante de Vossa Alteza estes Commentarios polos eu colligir, sendo seu Filho, do que Cesar tem pelo Mundo escrevendo de si ha tantos annos”, lê-se na dedicatória de 1576, que retoma quase na íntegra a de 1557²⁰⁹.

Nos anos que se seguiram, o interesse público pelas matérias orientais conservar-se-ia aceso, mesmo depois da tergiversação marroquina do jovem rei o ter levado a ele e à fina flor da nobreza portuguesa à campanha sem retorno de Alcácer Quibir. Dado isto, é natural que os exemplares dessa primeira versão dos *Commentarios* se tenham esgotado no mercado nacional — o único que os quis —, ao mesmo tempo que alguns assuntos tocados pela rama ou simplesmente não tratados aí acabassem por se revelar merecedores de nova abordagem. Assim surgirá o volume revisto de 1576, o qual continuava em sintonia com várias obras em que o Oriente e as suas glórias

²⁰⁷ Lopo de Sousa Coutinho, *Liuro primeyro do cerco de Diu, que os Turcos poseram á fortaleza de Diu. Per Lopo de Sousa Coutinho: fidalgo da casa do Inuicissimo Rey dom Ioão de Portugal: ho terceyro deste nome*, Coimbra, João Álvares, 1556.

²⁰⁸ Ver, *inter alia*, Dubois, 1977, pp. 170-171.

²⁰⁹ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerque*, “[Dedicatória] Ao Muito Alto e Muito Poderoso Senhor El Rey D. Sebastião Nosso Senhor”, ed. 1973, vol. 1, cit. p. XXXII. Todas as citações da segunda versão dos *Commentarios* de Brás de Albuquerque a partir desta edição. Ver V. Serrão, 1973, pp. XXIII-XXIV.

estavam na mira de quem as escreveu: das edições das cartas japonesas da Companhia de Jesus ao *Tractado* que Gaspar da Cruz consagrou à China, do *Comentario do cerco de Goa e Chavl* (Lisboa, 1573) de António de Castilho (Tomar, c. 1530-Lisboa ?, 1593)²¹⁰ ao *Svcesso do Segvndo cerco de Div* (Lisboa, 1574) de Jerónimo Corte-Real (Açores, c. 1530-Évora, c. 1590)²¹¹, do poema épico *Os Lusíadas* (Lisboa, 1572) de Luís de Camões (Lisboa ?, c. 1524-1579) à *Hystoria dos Cercos de Malaca* (Lisboa, 1585) de Jorge de Lemos (autor nascido na Índia, onde exerce cargos administrativos durante a segunda metade do século XVI, entre os quais o de secretário de muitos vice-reis de Goa)²¹².

Dos bons chineses de Malaca a um filho do Céu rendido aos feitos lusitanos

Brás de Albuquerque demorou cerca de três anos a ultimar os cento e oitenta e nove capítulos que vieram a compor a edição de 1557 dos *Commentarios*. Em mente tem as meras evocações de circunstância que Castanheda e Barros tinham feito à egrégia pessoa do seu parente nos volumes que um e outro haviam assinado até a essa data. Fugindo-lhes ao exemplo, vai basear-se no vasto espólio constituído pela correspondência enviada por Afonso de Albuquerque a D. Manuel. Como esse “passar brevemente” em revista o período e a figura em causa não tivesse sido atenuado no livro VIII da *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses* e na *Terceira decada da Asia*, entretanto disponíveis, tal como nas crónicas manuelinas de Damião de Góis e de D. Jerónimo Osório, mesmo em 1576 o seu trabalho conserva todas as condições para preencher inúmeros vazios deixados por qualquer destes cronistas. Preocupados que tinham estado em oferecer obras de síntese, era lógico que nem Castanheda, nem Barros, nem Góis, nem Osório encontrassem espaço e oportunidade para conceber inventários detidos em actores ou em anos particulares.

²¹⁰ António de Castilho, *Comentario do cerco de Goa e Chavl, no anno de M.D.LXX. Viso Rey dom Lvis de Ataide: Scripto por Antonio de Castilho, Guarda môr da torre do Tombo, por mandado delRey nosso senhor*, Lisboa, António Gonçalves, 1573.

²¹¹ Jerónimo Corte-Real, *Svcesso do Segvndo cerco de Div: estando dô Ioham Mazcarenhas por capitam da fortaleza. Año de. 1546*, Lisboa, António Gonçalves, 1574.

²¹² Jorge de Lemos, *Hystoria dos Cercos qve em Tempo de Antonio Monis Barreto Governador que foi dos estados da India, os Achens, & Iaos puserão à fortaleza de Malaca, sendo Tristão Vaz da Veiga capitão della. Breuemente composta por Jorge de Lemos*, Lisboa, Manuel de Lira, 1585. Ver V. Serrão, 1973, pp. XIV-XXV; Saraiva & Lopes, ed. 1979, p. 315; Kirti Chaudhuri, “O estabelecimento no Oriente”, in *HEP*, vol. 1, 1998, p. 182 [Chaudhuri, 1998b].

Enfim, que o século XIX, ao trazer à luz do dia as *Lendas da Índia* ou os primeiros volumes das *Cartas de Affonso de Albuquerque*²¹³, haja contribuído para relativizar a importâncias dos impressos do filho do conquistador de Malaca, isso é assunto de todo lateral em relação àquele que sobre todos nos ocupa, *i.e.* o do acolhimento destes últimos no seu próprio tempo.

Permanece incompletíssima a tarefa de identificação do conjunto das fontes textuais e orais implícitas acolhidas por Brás de Albuquerque, bem assim como o confronto comentado às variações de conteúdo que sucederam entre a prosa de 1557 e aquela que surgiu cerca de vinte anos depois²¹⁴. No entanto, a leitura condicionada a que procedemos não só permite esclarecer o sentido de algumas dessas condições de produção, como também reconstituir parte das expectativas de leitura a que a escrita emendada de 1576 tentou dar resposta.

Com isto, retiram-se pelo menos quatro ilações principais. A primeira é a de que, além das cartas do governador da Índia a D. Manuel, Brás de Albuquerque utilizou de forma extensa o manuscrito da *Somma Orientall* de Tomé Pires. Em segundo lugar temos que, ao fazê-lo, demonstrou muitas vezes preferir a respectiva massa informativa ao que tinham para dizer sobre iguais assuntos alguns impressos que se disse que leu, como a *Historia da Índia* de Castanheda ou a *Década II* de Barros. Depois, nota-se que desde a edição original dos *Commentarios* transborda sobre os chineses uma imagem por demais positiva, o que faz com que não possa ter sido Afonso de Albuquerque ou a generalidade dos escritos seus contemporâneos a inspirá-lo, mas antes a tendência laudatória instituída *a posteriori*²¹⁵. Para concluir, a sobreposição das notícias referentes à China oferecidas nas duas edições da obra é coincidente até ao ponto em que se fala da sua influência nos territórios limítrofes de Malaca ou do Sião, deixando de o ser no inventivo parágrafo sobre a visita do embaixador malaio ao “rey da China” em 1520-1521²¹⁶. Deslocado do intervalo cronológico tratado, este representa uma novidade do escrito revisto na década de 70, o que volta a precipitar a ideia de que, numa altura em

²¹³ *Cartas de Affonso de Albuquerque*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 7 vols., 1884-1935.

²¹⁴ Para uma primeira reflexão sobre a natureza compósita da obra de Brás de Albuquerque e as diferenças que surgem entre as edições de 1557 e 1576, ver Thomas F. Earle, “History, rhetoric, and intertextuality”, in *Albuquerque Caesar of the East. Selected texts by Afonso de Albuquerque and his son*, edited with a translation, introduction and notes by T. F. Earl & John Villiers, Warminster, Aris & Phillips, 1990, pp. 25-49.

²¹⁵ Ver Loureiro, 2000a, p. 592.

²¹⁶ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1.

que a curiosidade pelas coisas chinesas era maior do que nunca, foram as condições de recepção pública que determinaram boa parte do sentido da escrita e não o inverso.

Para a obrigatória análise, seguiremos a segunda versão dos *Commentarios*, indicando em rodapé as correspondências que se nos afigurarem pertinentes com o título de 1557. Desta forma, na crónica dos noventa anos de história do sultanado de Malaca anteriores ao assalto de 1511, a qual preenche o capítulo “Do sitio, e fundação do Reyno, e Cidade de Malaca” (cap. XVII), quando chega a vez de se referir o reinado de Mohammad Iskandar Shar vemos virem à colação as vassalagens formais impostas pela China aos “Jaos, e Siões, e todas as terras sabidas”²¹⁷. O assunto aparece tratado tal qual o fizera Tomé Pires, o que implica que, ainda que de forma sumariada, Brás de Albuquerque descreva igualmente quer a viagem empreendida pelo mesmo “rey Xaquendarxa” ao Império do Meio para combinar a adesão do seu território ao sistema tributário, quer a continuidade dada a essa política pelo seu sucessor “Modafaixa”²¹⁸.

O seguinte ponto em que a China e os chins são merecedores de destaque volta a coincidir com as relações por si mantidas com o sultanato malaio, no caso ao ser evocada a centralidade deste entreposto no contexto da navegação interasiática. O capítulo que alberga tais referências é o XVIII — “Dos costumes, e regimento da Cidade de Malaca” —, repetindo-se aqui a utilização da *Somma Orientall* de Tomé Pires, indício textual mais do que visível no inventário das “cinco dignidades” maiores da cidade, entre as quais aparecia o “Xabandar” da nação chinesa²¹⁹.

A sequência cronológica da narrativa determina que os três capítulos subsequentes sejam dedicados às vésperas do ataque português àquela praça (dois na versão de 1557, já que agrupa num só os caps. XIX e XX do texto de 1576²²⁰), sendo

²¹⁷ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerqve*, Parte III, cap. XVII — “Do sitio, e fundação do Reyno, e Cidade de Malaca”, ed. 1973, vol. 2, cit. pp. 88-90. Texto correspondente ao do cap. XV da *editio princeps*: Brás de Albuquerque, *Commentarios de A. Dalboquerque*, Parte III, cap. XV — “Do sitio & fundacam do reyno de Malaca”, Lisboa, 1557, fls. CXCVR.-CXCVV.

²¹⁸ Ver Tomé Pires, *Somma Orientall*, fl. 167v., ed. 1978, pp. 394-396.

²¹⁹ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerqve*, Parte III, cap. XVIII — “Dos costumes, e regimento da Cidade de Malaca”, ed. 1973, vol. 2, pp. 94 e 96. Texto correspondente ao do cap. XVI da *editio princeps*: Brás de Albuquerque, *Commentarios de A. Dalboquerque*, Parte III, cap. XVI — “Dos costumes & regimento da cidade de Malaca”, Lisboa, 1557, fls. CXCVIr.-CLXXXVIIIr.

²²⁰ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerqve*, Parte III, cap. XIX — “Do recado que o grande Afonso Dalboquerque mandou ao Rey de Malaca: e do conselho que teve com os Capitães sobre a Carta, que lhe escreveo Ruy de Araujo”, ed. 1973, vol. 2, pp. 100-103 ; Idem, *ibidem*, Parte III, cap. XX — “Do requerimento, que o grande Afonso Dalboquerque mandou fazer ao Rey, assinado por elle, e por todos os Capitães: e de como lhe mandou Ruy de Araujo, e os seus companheiros que lá tinha”, ed. 1973, vol. 2, pp. 103-108. O texto destes dois capítulos corresponde, com variações mínimas, ao do cap. XVII da *editio princeps*: Brás de Albuquerque, *Commentarios de A. Dalboquerque*, Parte III, cap. XVII — “Como Afonso dalboquerque capitão & governador da India, por algũs recados que antre elle &

que o derradeiro traz de novo algumas alusões à presença dos súbditos do filho do Céu em Malaca. Bastará ler-se o título que o encima para reconhecer nele outro dos pontos quase certos nas crónicas lusas aparecidas ou escritas até então e, desde logo, na de Lopes de Castanheda e na segunda das *Décadas* de João de Barros: “Como os Mercadores Chins, que estavam em Malaca, se vieram pera o grande Afonso Dalboquerque, e o que passaram com elle: e do conselho, que teve com os Capitães, Fidalgos, e Cavaleiros da Armada pera cometer a Cidade”²²¹. Não obstante todas as coincidências acabadas de dizer, a reportagem é, durante algum tempo, sobretudo bastante próxima da que encontrámos no capítulo LVII do livro III da *Historia de Castanheda*²²². Porém, mais interessante é notar como Brás de Albuquerque se aparta de seguida dessa ou de qualquer dessas redacções similares e inventa para os chineses um protagonismo de tal forma inusitado que os eleva a peças decisivas no que então sucedeu. Pretende o herdeiro do governador que tenha sido por este ter ficado “afrontado” com as dúvidas manifestadas por tais asiáticos a respeito do sucesso da empresa militar que preparava que, “pera se desafrontar”, determinou “de cometer a Cidade, antes que elles partissem pera a China”²²³.

A propósito da saída dos juncos chineses rumo à sua terra, altura em que se teriam prontificado a transportar um mensageiro de Albuquerque para o rei do Sião, os *Commentarios* retomam pouco à frente boa parte do que continuava a estar disponível no mesmo capítulo LVII do livro III da *Historia do descobrimento & conquista da Índia*²²⁴: estamos agora no capítulo XXV²²⁵ e o episódio terá a devida continuidade no

elrey de Malaca ouue sobre a entrega de Ruy daraujo, & dos outros catiuos, mandou çertos bateis pór fogo a hũas casas da ribeira, & ás naos dos estrangeiros que estauam no porto, & do mais que passou”, Lisboa, 1557, fls. CLXXXVIIIr.-CXCIXr.

²²¹ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerqve*, Parte III, cap. XXI — “Como os Mercadores Chins, que estavam em Malaca, se vieram pera o grande Afonso Dalboquerque, e o que passaram com elle: e do conselho, que teve com os Capitães, Fidalgos, e Cavaleiros da Armada pera cometer a Cidade”, ed. 1973, vol. 2, pp. 108-113. Texto correspondente ao do cap. XVIII da *editio princeps*: Brás de Albuquerque, *Commentarios de A. Dalboquerque*, Parte III, cap. XVII — “Como os Chins que estauam em Malaca se vieram pera Afonso dalboquerque capitam geral & governador da India, & do conselho que teue com os capitães, fidalgos, & caualeiros darmada pera cometer a cidade”, Lisboa, 1557, fls. CCr.-CCIV.

²²² Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. III, cap. LVII, ed. 1979, vol. 1, pp. 636-637. Ver *supra*, Parte II, cap. 7-1.

²²³ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerqve*, Parte III, cap. XXI, ed. 1973, vol. 2, cits. pp. 110 e 111.

²²⁴ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da India*, liv. III, cap. LVII, ed. 1979, vol. 1, pp. 635-637.

²²⁵ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerqve*, Parte III, cap. XXV — “De como o grande Afonso Dalboquerque se fez prestes pera tornar outra vez a cometer as estancias, que o Rey tinha feito na ponte: e como os Chins lhe pediram licença pera se irem pera sua terra: e do Embaixador, que com elles mandou ao Rey de Sião”, ed. 1973, vol. 2, pp. 128-129. Texto muito semelhante ao do cap. XX da *editio princeps*: Brás de Albuquerque, *Commentarios de A. Dalboquerque*, Parte III, cap. XX —

décimo e décimo primeiro capítulos contados a partir daí (ou no cap. XXVI da edição de 1557, onde aparecem unidos)²²⁶. No entanto, este vínculo maior a Castanheda desfaz-se por força naquela que afirmámos constituir a grande originalidade do conteúdo chinês dos *Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque*, a que evoca em tom de fábula os sucessos da embaixada — ou de uma das embaixadas — que o destituído sultão de Malaca decidiu enviar a Pequim no intuito de recolher apoios para a sua causa de rei sem reino. Vem a dita no capítulo trigésimo, “De como o Rey de Malaca, depois de lhe os Portugueses terem ganhado a Cidade, se recolheo ao Reyno de Pão, e mandou hum Embaixador ao Rey da China, pedindo-lhe socorro”²²⁷.

Temos uma vez mais que o tema já antes fora considerado, incluindo na forma impressa. Cristóvão Vieira expusera-o com relativo detalhe a partir do cativo cantonense, falando na fuga da família destronada por Afonso de Albuquerque para “Bentão” e nas alegações apresentadas em nome do respectivo monarca junto da Corte chinesa pelo “Tuão Mafame embaixador” (adiante Tuão Mafamet), personagem que corresponde a Tuan Mahammed. De modo algo confuso, Vieira mostrara-o ainda coadjuvado por “Tuão Healie embaixador del Rei de Malaca” (Tuan Ali), “Tuão Alemancet” e, depois, por “Cojação”²²⁸. Na *Terceira década*, João de Barros derivara daqui, contando das diligências de “Tuam Mahamed” e de como estas tinham penalizado a acreditação da comitiva de Tomé Pires²²⁹. Ora, a versão dos

“Como el rey de Malaca depois dos Portugueses serem recolhidos ás naos, tornou a refazer as estâncias & se fez forte na ponte. E do recado que Vtemutaraja mandou a Afonso dalboquerque capitam geral & governador da India, & como mandou hum embaixador a el rey de Sião”, Lisboa, 1557, fls. CCVr.-CCVv.

²²⁶ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerque*, Parte III, cap XXXV — “Como Duarte Fernandez e os Chins, que levava em sua companhia, chegaram á Cidade de Udiá, onde o Rey de Sião estava, e lhe deu o recado, que levava do grande Afonso Dalboquerque, e do Embaixador, que lhe o Rey mandou”, ed. 1973, vol. 2, pp. 172-175; idem, *ibidem*, Parte III, cap. XXXVI — “De como o grande Afonso Dalboquerque despachou o Embaixador do Rey de Sião, e em sua companhia mandou Antonio de Miranda de Azevedo com huma instrução do que havia de fazer, e do presente, que por elle lhe mandou”, ed. 1973, vol. 2, pp. 176-180. Texto muito semelhante ao do cap. XXVI da *editio princeps*: Brás de Albuquerque, *Commentarios de A. Dalboquerque*, Parte III, cap. XXVI — “Como Duarte fernandez, & os Chins que leuaua em sua cõpanhia chegarã á cidade de Vdiá onde el rey estaua, & lhe deu o recado que leuaua Dafonso dalboquerque capitam geral & governador da India, & do embaixador que lhe el rey mandou”, Lisboa, 1557, fls. CCXVv.-CCXIIv.

²²⁷ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerque*, Parte III, cap. XXX — “De como o Rey de Malaca, depois de lhe os Portugueses terem ganhado a Cidade, se recolheo ao Reyno de Pão, e mandou hum Embaixador ao Rey da China, pedindo-lhe socorro”, ed. 1973, vol. 2, pp. 148-152.

²²⁸ Carta de Cristóvão Vieira, Cantão, 1534, ed. 1989, cits. pp. 17 e 18; cf. *ibidem*, ed. 1989, pp. 16-18; *ibidem*, ed. 1992, pp. 35-38. *Coja*, versão portuguesa do título honorífico muçulmano “mestre” que em malaio se escreve *kōj ah*. Ver Dalgado, *Glossário*, vol. 1, 1919, p. 371; *Enformação das cousas da China*, 1989, p. 18, n. 84.

²²⁹ João de Barros, *Asia*, Década III, liv. VI, cap. I, ed. 1992, fls. 156v.-157r. e 158r.

acontecimentos na letra de Brás de Albuquerque nada tem a ver com as formas arranjadas por Vieira e por Barros, embora lhes respeite o fundo.

Nos *Commentarios* descobrimos que o embaixador ido à China por ordem do sultão “Mahamet” (Mahmud) tem por nome “Tuão Nacem Mudaliar” (Tuan Hasan Mudeliar) e vai acompanhado pela mulher e por uma comitiva de criados mouros. Desembarca em Cantão, espera aí dois meses pela autorização imperial para subir até à Corte e, assim que esta lhe chega, faz o correspondente percurso fluvial observando nas margens “mui nobres Cidades, e mui sumptuosos edificios” que Brás Afonso logo se abstém de tratar com a desculpa rotineira de que tal “não convem a esta história”. Em Pequim “quilo o Rey ouvir em pessoa”, algo desacostumado dado o proverbial recolhimento em que este vivia. O mandatário cumpre com as cortesias do protocolo e tem a oportunidade de apresentar, lavado em lágrimas, o pedido de auxílio que o trazia. De seguida, a parte mais surrealista da crónica. Para começar, o imperador parece menos interessado em saber da humilhação sofrida pelo seu antigo vassalo de Malaca do que da “pessoa, e authoridade do grande Afonso Dalboquerque”, tal como do tipo de homens que eram os portugueses e do “modo que tinham no pelejar”. Contribuiria para esta postura a boa impressão trazida destes europeus pelas tripulações chinesas poupadas aquando da tomada da cidade, bem como o relato das tiranias que o sultão lhes infligira, o qual já tinha aparecido no capítulo que tratara do bandeamento desta comunidade mercantil para o lado luso durante o cerco de 1511²³⁰.

Tuão Nacem Mudaliar, prosseguem os *Commentarios* de 1576, arrastar-se-á na Corte por longo tempo à espera de uma resposta favorável, mas o respaldo do soberano imperial parece comprometido desde o primeiro instante “porque sua tenção, e desejos eram ter amizade com El-Rey de Portugal, e com o seu Capitão Afonso Daoboquerque, e mandalo visitar”. Como a mulher do embaixador morresse por esses dias e o imperador acabasse por mandar dizer pelos seus oficiais não estar disponível para apoiar os malaios porque se lhe acendera uma frente de guerra com os Tártaros, o tuão Mudaliar decide abandonar a China, vindo a falecer de despeito e de “pura paixão” na cidade de “Janquileu” (já se quis identificá-la nas cartas modernas com determinado povoado sito nas proximidades de Nanquim²³¹). Surrealismo dos surrealismos, faz erguer nos arrabaldes desta uma sepultura cercada por um gradeamento de latão e

²³⁰ Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerque*, Parte III, cap. XXX, ed. 1973, vol. 2, cits. pp. 149, 150 e 151.

²³¹ Ver A. Cortesão, ed. 1978, p. 56.

anunciada por um letreiro com as seguintes palavras: “*Aqui jaz Tuão Nacem Embaixador, e tio do grande Rey de Malaca, a quem a morte levou primeiro que se vingasse do Capitão Albuquerque, lião dos roubos do mar*”²³².

Temas como o amparo político que a China devia à Malaca malaia, o superlativo perfil urbano chinês, o formalismo burocrático das embaixadas, a invisibilidade pública do imperador, o ritual das audiências na Corte, o alastrar das campanhas tártaras e, inclusive, a imagem dos portugueses como ladrões são de imediato detectáveis nos fragmentos indicados da carta de Cristóvão Vieira de 1534²³³ ou da *Década III* de *Da Asia*. Mesmo que não tivessem sido colhidos aí, concordar-se-á que não requeria demasiada perícia reverter o contexto da embaixada de Tomé Pires em que eles aparecem por demais glosados nas fontes de época para aquele da missão diplomática que o sultão de Malaca despachara do exílio. Estando este capítulo XXX centrado numa inacreditável versão do olhar que os Ming deitariam sobre os portugueses e numa ainda mais espantosa leitura sobre o carisma internacional de Albuquerque, admite-se que muito do que viesse por junto fosse tão forjado pela necessidade de celebração literária do herói como isso. Em suma, até aqui Afonso Brás poderá ter feito pouco mais do que acumular conhecimentos básicos e correntes na generalidade das notícias chinesas, manipulando-os de seguida para que enquadrassem uma ficção onde o verdadeiro objecto do retrato era o “capitão & governador da Índia”.

O inquérito às intertextualidades implícitas neste capítulo singular da segunda versão dos *Commentarios* só é verdadeiramente complicado pelo trecho do capítulo XC da *Peregrinaçam* de Fernão Mendes Pinto em que nos reaparece parte da triste história do embaixador malaio. O narrador encontra-se algures no seu périplo pela China quando depara com um “muymento de pedra fechado todo em roda de grades de ferro pintadas de verde & vermelho” no arrabalde de uma “villa que se chamaua Iunquileu”. Este ostentava na frontaria um letreiro com os seguintes dizeres: “*Aquy jaz Trannocem Mudeliar tio del Rey de Malaca, a quem a morte leuou antes que Deos o vingasse do Capitão Albuquerque lião dos roubos do mar*”. Segue-se uma nota explicativa que continua tão próxima das linhas de Brás de Albuquerque quanto possível. Pela boca de um natural, o protagonista sabe da viagem que Mudeliar fizera desde a longínqua Malaca quarenta anos antes, dos três anos que perdera na Corte à espera que lhe

²³² Brás de Albuquerque, *Commentarios do Grande A. Dalboquerqve*, Parte III, cap. XXX, ed. 1973, vol. 2, cits. pp 151 e 152.

²³³ Ver *supra*, Parte I, cap. 5-1.

aceitassem o requerimento, de como adoecera “estando hũa noite comendo”, de como morrera nove dias depois e de como se fizera enterrar com aquele epitáfio “paraque ate o fim do mundo os homens da terra soubessem quem elle foy, & o a que veyo”²³⁴.

Afinal, quem rouba quem? Sobre isto, a exegese consagrada vem desde há muito apostando numa de duas hipóteses fundamentais: que o autor dos *Commentarios* tenha escutado o relato do embaixador malaio da boca de Fernão Mendes Pinto; ou que o mesmo tenha tido acesso a uma versão preliminar da *Peregrinaçam*, esboço este que, a fazer confiança na letra da antes referida carta que o Pe. Cipriano Suárez dirige ao seu confrade Diego Mirón a 22 de Fevereiro de 1569, circularia pelo menos desde esse ano²³⁵. O jesuíta espanhol afirma nessa missiva que, além da correspondência missionária, João de Barros recorrera a um “comentario de las cosas que [Mendes Pinto] vió en diversos reynos” para redigir os escritos relativos ao Japão sobre os quais se guardava a maior expectativa²³⁶. Regressado a Portugal em 1558, Fernão Mendes entreteve-se quase até à morte, ocorrida em 1583, com a composição da sua obra, altura em que o manuscrito definitivo passa para a posse da confraria que administra a Casa Pia das Penitentes de Lisboa, onde espera até 1614 para ser editado. Porém, ainda em 1582 concede na sua casa de Almada uma entrevista ao Pe. Giovanni Pietro Maffei, que voltará para Itália com um punhado de informações sobre a China e o arquipélago nipónico anotadas por um dos seus acompanhantes na ocasião, o Pe. João Rebelo²³⁷.

Decorrendo daqui, alguns advogam ainda que, tal como a Barros algum tempo antes, também a Maffei foi nessa altura concedido o privilégio de consultar essa suposta

²³⁴ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto. Em que da conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouuiu no reyno da China, no da Tartaria, no de Sornau, que vulgarmente se chama Sião, no de Calaminhan, no de Pegù, no de Martauão, & em outros muytos reynos & senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouca ou nenhuma noticia. E tambem dá conta de muytos casos particulares que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata breuemente de algũas cousas, & da morte do santo Padre mestre Francisco Xauier, vnica luz & resplendor daquellas partes do Oriente, & Reytor nellas vniversal da Companhia de Iesus. Escrita pelo mesmo Fernão Mendez Pinto. Dirigido á Catholica Real Magestade del rey dom Felipe o III. deste nome nosso Senhor*, cap. XC — “Do que achamos por este rio acima até chegarmos a hũa villa chamada Iunquileu, & do que nella vimos, & noutro lugar adiante della”, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1614, cits. fl. 101r. Todas as citações a partir desta edição.

²³⁵ Paul Pelliot, “Le Hoja et le Sayyid Husain de l’Histoire des Ming”, in *T’oung Pao*, Leyden, 38, 1948, p. 177; A. Cortesão, ed. 1978, p. 55, n. 59; Rui Manuel Loureiro (org.), “Antologia Documental: Notícias da China na Literatura Ibérica (séculos XVI e XVII)”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 31, Abril-Junho 1997, p. 89 [Loureiro, 1997b]; Loureiro, 2000a, pp. 595-596.

²³⁶ Carta do Pe. Cipriano Suárez ao Pe. Diego Mirón em Roma, Coimbra, 22 de Fevereiro de 1569, ed. (parcial) 1963, cit. p. 557. Ver *supra*, n. 3 a este capítulo.

²³⁷ Schurhammer, “1543-1943. O descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543”, in *Orientalia*, 1963, p. 557. Cf. Georg Schurhammer, “Um documento inédito sobre Fernão Mendes Pinto” in *Orientalia*, 1963, pp. 105-109 (1.ª ed. in *Revista de História*, 13, 1924, pp. 81-88). Ver Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 122-127.

primeira forma do manuscrito da *Peregrinaçam*. O mecanismo de transmissão, acrescentam, não seria muito diferente daquele que possibilitou a autores como Orazio Torsellini (Horatius Torsellinus) ou João de Lucena explorarem o autógrafo final de Pinto (ou um seu apógrafo) para os títulos que colocam nas prensas antes do termo do século XVI, respectivamente o *De Vita Francisci Xavierii libri sex* (Roma, 1596)²³⁸ e a *Historia da vida do padre Francisco Xavier* (Lisboa, 1600)²³⁹.

Ainda que não seja nosso propósito alongar demasiado o assunto, julgamos oportunas algumas advertências em relação aos raciocínios acabados de resumir. A primeira delas prende-se com aquela renitência quase compulsiva que Fernão Mendes Pinto indicia desde muito cedo em abrir o véu sobre o seu conhecimento da China, algo que referimos a propósito da carta que assinou em Malaca a 5 de Dezembro de 1554 para os padres e irmãos da Companhia em Portugal²⁴⁰. Mais de dezasseis anos volvidos, numa carta que remete de Almada a Bernardo Néri, embaixador em Lisboa do grão-duque Cosimo I da Toscana, Mendes Pinto insiste em aplicar as técnicas literárias e retóricas de *faux ingénu* que aí empregara quando chega o momento de responder a uma pergunta que Néri lhe fizera a respeito da China e das suas cidades: “E quanto S.r Bernardo alle cose della cina e alle citta che me auete domandato che li dichiari alcuna cosa lo priegho che in questa obrighazione mj disobrighj p che gli affermo realmente che arei a entrare nello Infinito pche sono le cose tanto grande che p dire poco bisigna assai scrittura e sara esemprari il mio libro che uo facendo”²⁴¹. Da leitura desta carta ressalta igualmente a ideia de que ela cumpre a sequência de episódios que se lêem na

²³⁸ Pe. Orazio Torsellini, S.J., *Horatii Tvrsellini e Societate Jesv de vita Francisci Xavierii qui primus e Societate Jesu in Indiam et Iaponiam Euangelium inuexit. libri sex. Denuo ab ipso authore recogniti, et pluribus locis vehementer auct. Quibus accesserunt eiusdem Xavierii epistolarum libri qvartour*, Roma, Luigi Zannetti, 1596.

²³⁹ Pe. João de Lucena, S.J., *Historia da vida do padre Francisco Xavier e do que fizerão na India os mais Religiosos da Companhia de Jesu, Composta pelo Padre Ioam de Lucena da mesma Companhia Portugues natural da Villa de Trancoso*, Lisboa, Pedro Craesbeek, 1600. Schurhammer, “1543-1943. O descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543”, in *Orientalia*, 1963, p. 557, n. 99; pp. 557-558; Schurhameer, ed. 1992, vol. 3, pp. 601-603 e 605-606.

²⁴⁰ Ver *supra*, Parte II, cap. 8-6.

²⁴¹ Carta de Fernão Mendes Pinto a Bernardo Néri, Almada, 15 de Março de 1571, ms. da Houghton Library, Harvard University; pub. in Aníbal Pinto de Castro, “Introdução”, in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. 1984, cit. p. XXVII.

Sendo um facto que tanto a crítica textual como a paleografia mais recentes têm vindo a recusar que o manuscrito em causa seja autógrafo, sobra ainda assim algum espaço para discutir se este corresponderá à tradução de uma série de informações prestadas verbalmente por Fernão Mendes Pinto ao embaixador de Cosimo de' Medici — portanto, hipótese que nega a possibilidade do documento ser sequer apógrafo —, ou, antes, se confere com a tradução de um escrito em língua portuguesa endereçado pelo antigo viajante ao mesmo embaixador. Ver Pinto de Castro, *ibidem*, pp. XXVII-XXIX; José Manuel Garcia, “Observações sobre o Oriente nas obras de Fernão Mendes Pinto”, in Tavares, António Augusto (dir.), *Estudos Orientais*, vol. 3, *O Ocidente no Oriente através dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Instituto Oriental, 1992, p. 68.

Peregrinaçam entre a partida do protagonista de Portugal e a sua passagem pela ilha de Samatra, facto que, a significar qualquer coisa de concreto, significa apenas que em 1571 podem estar completos os trinta primeiros capítulos do livro de Pinto onde está essa crónica — muito longe, portanto, do capítulo nonagésimo onde serão evocados o embaixador malaio e o seu túmulo²⁴².

Se é verdade que Cipriano Suárez diz em 1569 que por essa altura João de Barros recorria a um comentário de “Antonio Mendez” para se instruir sobre o Japão, também o é que este jesuíta acrescenta que, “como entonces lo que se podia ter era poco, y después lo que se a visto y escrito por los Padres es mucho”, Barros “tomó mejor consejo” e fez trasladar as cartas enviadas pelos missionários da Companhia desde o País dos Crisântemos²⁴³. Com isto, com os antecedentes e com os dados subsequentes acabados de conferir, pensamos que sobram motivos para suspeitar que são bastante remotas as possibilidades de Brás de Albuquerque ter extraído daí o que quer que fosse sobre a China. Resta a suposta oportunidade oferecida a Maffei em 1582, quando da visita que prestou ao aventureiro jubilado dos Mares da Ásia. No entanto, desta não sai qualquer certeza sobre se o autor dos *Historiarum Indicarum libri XVI* então folheou o manuscrito da *Peregrinaçam* que Mendes Pinto tinha na sua mesa de trabalho e, muito menos, sobre se lhe foi permitido vislumbrar esse primeiro esboço de que tanto se fala.

No que toca à questão temporal, essa nem chega a constituir um argumento porque o título de 1576 saiu com um avanço suficiente para que Fernão Mendes Pinto o pudesse ter manipulado. Assim sendo, voltamos ao ponto de partida: dois textos de autores diferentes, uma única história contada de forma quase idêntica, tudo a somar a dois fios narrativos que não podiam ser mais diversos entre si. Lidas com cuidado as versões de um e outro, aquela de Brás de Albuquerque aparece como a mais rica em detalhes contextuais: as referências à mulher de Tuão Nacem e à sua morte ou a lembrança da guerra com dos Tártaros, entre outras. Por acréscimo, as pequenas variantes sobre motivos comuns que surgem entre elas dão-se a pretexto de pormenores que nada têm a ver com o desenrolar dos acontecimentos: as descrições do lugar físico

²⁴² Ver Catz (ed.), *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, 1983, pp. 112-113; Garcia, 1991, pp. 47-48; José Manuel Garcia, “Apresentação”, in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, edição fac-símile da edição de 1614, Maia, Castoliva Editora, 1995, pp. 10-12.

²⁴³ Carta do Pe. Cipriano Suárez ao Pe. Diego Mirón em Roma, Coimbra, 22 de Fevereiro de 1569, ed. (parcial) 1963, cits. p. 557.

do arrabalde de “Janquileu”/“Iunquileu”, da cerca, da tabuleta, da forma da sepultura ou das derradeiras vontades do embaixador.

Ainda que não possamos excluir que Fernão Mendes Pinto tenha fornecido ao filho de Afonso de Albuquerque (ou até escrito em parceria com ele) um par de páginas que encaixam como uma luva na imagem de herói que este fabricava, estamos em crer que tal indicia que o respectivo desenvolvimento foi suscitado da parte de Pinto após haver lido uma versão expurgada como a dos *Commentarios*. Com bastante menos probabilidade se teria passado o oposto, até porque os traços de monumentalidade descritos ou o vocabulário, o ritmo, a construção da frase, as hipérboles e os adjectivos empregues a propósito no capítulo XC da *Peregrinaçam* constituem soluções linguístico-estilísticas recorrentes na escrita do seu autor — continuando entre exemplos, o “verde & vermelho” do gradeamento, os azulejos “brancos & pretos” de porcelana muito fina de um coruchéu que se sobrepunha ao túmulo ou as “letras douradas â Charachina” onde se liam os citado dizeres²⁴⁴.

Nada obstava a que Afonso Brás, a quem pouco antes pouco faltou para afirmar que o imperador Zhendge se dispusera a apresentar vassalagem a Afonso de Albuquerque, terminasse o supino panegírico do senhor seu pai com a adaptação livre de um relato lido, ouvido contar, ou, quem sabe, inventado de raiz em que a vítima era o representante de uma das maiores vítimas que Albuquerque fizera no Índico. Quanto a Mendes Pinto, que fantasiou tudo o que contou sobre um interior da China onde nunca esteve, não o imaginamos a desperdiçar a ocasião de pilhar mais um relato alheio para, depois, fazer coincidir o melhor que este oferecia com o romance da sua vida.

Claro está que só qualquer coisa por fazer como a leitura crítica integral dos *Commentarios* de Brás de Albuquerque permitiria transformar esta ou outras suspeitas em simples certezas.

²⁴⁴ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinaçam*, Lisboa, 1614, cap. XC, cits. fl. 101r.

6. Os *Coloquios dos simples* de Garcia de Orta (1563) e o *Tractado Delas Drogas* de Cristóvão da Costa (1578)

As fronteiras flexíveis da matéria médica renascentista

À partida, tudo indicia que entre obras de matriz historiográfica como o são quaisquer das que observámos neste capítulo e outras como os *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India* de Garcia de Orta (c. 1503-1570)²⁴⁵ ou o *Tractado Delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales* de Cristóvão da Costa (c. 1525-1593)²⁴⁶ não existam coincidências relevantes quer ao nível das circunstâncias de produção, quer ao nível das condições de leitura. Poderá até dizer-se que a ocorrência de tais coincidências será ainda mais improvável quando conferimos do lado da oferta literária textos como os *Commentarios* de Brás de Albuquerque: mesmo que o mais sagaz dos leitores não se apercebesse de que modo, em parágrafos como os do capítulo XXX da sua segunda versão, a *afeiçom* impusera um grau de *licença* que quase anulava a verdade histórica ou de como os jogos de poder e os conflitos de interesse subjacentes aí haviam suscitado a dispensa quase imprudente de alguns dos mecanismos que, por regra, caucionavam a autoridade do discurso, mesmo assim as motivações fundamentais de um e de outro tipo de escrita eram de tal forma diferentes que o mais certo é supor que os universos em que circulassem tivessem sempre reduzidas hipóteses de se cruzar²⁴⁷.

Contudo, esta discrepância de base pode e deve ser confrontada com, pelo menos, dois dados suplementares. Por um lado, tanto o texto de Garcia de Orta como o de Cristóvão da Costa — que, no essencial, consiste numa reescrita crítica do primeiro — prolongam essa espécie de eixo semântico a que os assuntos orientais dão

²⁴⁵ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India, e assi dalgumas frutas achadas nella onde se tratam algumas cousas tocantes a mediçina, pratica, e outras cousas boas, pera saber cõpostos pello Doutor garçia dosta: fisico del Rey nosso senhor, vistos pello muyto Reuerendo senhor, ho liçençado Alexos diaz: falcam desembargador da casa da supricaça inquisidor nestas partes*, Goa, Joannes von Emden, 1563.

²⁴⁶ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus Plantas debuxadas al biuo por Christoual Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente. El el qual se verifica mucho de lo que escriuio el Doctor Garcia de Orta. Dirigido a la muy noble y muy mas leal ciudad de Burgos cabeça de Castilla y camara de su Magestad*, Burgos, Martin de Victoria, 1578. Todas as citações a partir desta edição.

²⁴⁷ Ver Margarida Sérvulo Correia, *As Viagens do Infante D. Pedro*, colecção Trajectos — 47, Lisboa, Gradiva, 2000, pp. 17-20, 33-36, 109-111 e 132-134.

consistência e no qual a China não só vem ocupando um lugar progressivamente mais destacado, como assumindo uma qualidade progressivamente mais positiva. Por outro lado, a matéria médica ou a botânica médica partilhada por ambos estes autores não esgota os respectivos enunciados já que o quadro epistemológico renascentista em que se inserem vive ainda da tradicional unidade do saber. Nos *Coloquios*, as “pachorrentas conversas” entre os dois interlocutores centrais, o homónimo pragmático Doutor Orta e o seu ficto *alter ego* castelhano Doutor Ruano, personagem que desempenha o papel de representante insatisfeito do saber tradicional, ora falam de medicina e de plantas medicinais, ora se aventuram fora desse seu assunto basilar para discorrerem sobre os nomes e os apelidos dos reis do Decão, o jogo de xadrez, a geografia da Babilónia, a etimologia do nome das Maldivas, sobre algumas das visitas ou das discussões privadas que Orta fizera ou tivera enquanto médico em várias praças indianas ou, infalível, sobre a história das navegações chinesas aos mares da Índia e ao Golfo Pérsico²⁴⁸.

É bom dizer que tal dispersão temática não ocorre sem que os autores tenham consciência de que, com isso, atropelam a economia discursiva, embora neste particular o pensamento de Cristóvão da Costa pareça mais amadurecido do que aquele exposto alguns anos antes pelo seu colega. A dada altura, Garcia de Orta desculpa-se por ir “gastar hum capítulo em cousas que não são de sciencia” ou por ir tratar um assunto que “não serve de cousa alguma de fisica”²⁴⁹. Porém, não retira daí demasiadas consequências práticas. Já a Costa as preocupações com a coerência do objecto tratado surgem-lhe com outra intensidade: por exemplo, acusa a estrutura dialogal escolhida por Orta de favorecer a abordagem de matérias inúteis e sem proveito para aquelas respeitantes à saúde humana²⁵⁰; remete o curioso pelos tópicos político-militares para a consulta de Crónicas e Histórias da Índia²⁵¹; e faz igual quando o tema é o da geografia de um lugar como as ilhas de Nalediva, encaminhando no caso o leitor para as “hartas estampas” que existiriam para o elucidar²⁵².

Só que, apesar da tensão aqui visível entre a porosidade ou a indefinição territorial própria dos saberes recebidos de herança e as aspirações cada vez mais nítidas

²⁴⁸ Conde de Ficalho, “Advertência preliminar”, in Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 1, pp. XII e XVIII-XX; Luís Filipe Barreto, *Caminhos do Saber no Renascimento Português – Estudos de história e teoria da cultura*, colecção Temas Portugueses, Lisboa, IN-CM, 1986, pp. 120-121 [Barreto, 1986a].

²⁴⁹ Conde de Ficalho, “Advertência preliminar”, in Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 1, p. XVIII.

²⁵⁰ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, “Al lector”, Burgos, 1578, s. p. [p. 2].

²⁵¹ Idem, *Ibidem*, cap. XXII — “De los Sandalos”, Burgos, 1578, p. 166.

²⁵² Idem, *ibidem*, cap. XXVI — “Del Ambar”, Burgos, 1578, cit. p. 213.

a uma autonomia disciplinar que permitisse deixar para trás essas referências da *episteme* renascentista, o próprio autor do *Tractado Delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales* como que acaba por se render a um certo anacronismo filosófico-científico. Nesse sentido, veja-se que, como Orta, também Cristóvão da Costa conclui a sua obra com um breve estudo sobre o elefante e as suas qualidades²⁵³. Veja-se que, apesar dos avisos que ele mesmo proferira, entra no relato dos confrontos bélicos dos portugueses em Calecute²⁵⁴. Veja-se como, apesar de falar dele de corrida, não impede uma abordagem ao anil, algo que ele é o primeiro a reconhecer não ser um “simple medicinal, sino mercaduria vsada”²⁵⁵. Enfim, veja-se como faz da China e dos chineses o verdadeiro espaço antropológico do seu *Tractado*, espaço autónomo em relação à perspectiva médica de referência e pretexto para um panegírico a todos os títulos alinhado com a atmosfera dominante na cultura de que era agente²⁵⁶.

Chegados a este ponto será supérfluo pensar em voz alta que, fora o facto das drogas medicinais da Índia e do Oriente constituírem o núcleo duro dos textos de Garcia de Orta e de Cristóvão da Costa, a inapelável apetência que um e outro manifestaram para divergir no sentido de outros objectos de interesse só pode ter propiciado o alargamento do espectro de circulação pública dos volumes que assinaram, facultando, desse modo, oportunidades de aprendizagem muito maiores a respeito do que era novo nesse velho mundo oriental. Dois aspectos adicionais que, sem sombra de dúvida, favoreceram tal abertura do âmbito de leitura partiram, um, das longas experiências de vida ultramarina que estes dois médicos conheceram, outro, da intimidade que a medicina renascentista portuguesa manteve com a Espanha — esta, de resto, uma verdade recíproca.

A circunstância de ambos os intelectuais serem cristãos-novos constitui ainda um elemento que ajuda a compreender as interdependências ibéricas que então ocorriam tanto quanto ao objecto, como quanto aos objectivos e aos métodos desta classe de conhecimento²⁵⁷. Com os italianos, sabe-se que os portugueses constituíam um dos dois principais grupos de cientistas estrangeiros integrados na sociedade espanhola da época, repartindo-se, sobretudo, entre a arte de navegar e os profissionais desta mesma

²⁵³ Idem, *ibidem*, “Tractado del Elephante y de sus calidades”, Burgos, 1578, pp. 417-448.

²⁵⁴ Idem, *ibidem*, cap. XXII, Burgos, 1578, pp. 165-166.

²⁵⁵ Idem, *ibidem*, cap. LXVII — “Del Anil”, Burgos, 1578, cit. p. 406.

²⁵⁶ Idem, *ibidem*, cap. XX — “Del Cate”, 1578, p. 148; idem, *ibidem*, cap. XXXIII — “Dela Canfora”, 1578, pp. 250-251; idem, *ibidem*, cap. LXV — “Del Costo”, Burgos, 1578, p. 397. Ver Barreto, 1986a, pp. 118-124 e 192-196.

²⁵⁷ Sobre as judiarias portuguesa e espanhola e a profissão médica, ver, *inter alia*, Jorge, 1962, pp. 11-20.

medicina²⁵⁸. Apenas quatro nomes de elite: Gomes Pereira, autor de um escrito pioneiro sobre a história da metodologia científica, a *Antoniata Margarita* (Medina del Campo, 1554)²⁵⁹; António Peres, cirurgião maior da Invencível Armada, médico de Filipe II e autor da *Summa y examen de cirugía, con exposición breve de algunas sentencias de Hipócrates* (Alcalá, 1575), do *Tratado de la peste y sus causas* (Madrid, 1598) e do *Tratado de las enfermedades de los huesos* (inédito); Luís de Lemos, professor em Salamanca, editor e comentarista de Hipócrates com *De optima praedicendi ratione libri VI. Item Judici magni Hippocritis, liber unus* (Salamanca, 1585), tal como autor da remediação da cirurgia galénica que constituiu *In libros Galeni De Morbis medendis commentarii* (Salamanca, 1581)²⁶⁰; e o cultor da ética médica Henrique Jorge Henriques, que publicou o *Retrato del Perfecto Medico* (Salamanca, 1595)²⁶¹.

Orta e a lógica do seu discurso

Serão os seguintes os mínimos dados biográficos de Garcia de Orta requeridos pela nossa análise.

Filho de uma família de judeus espanhóis que exercia a sua actividade mercantil na zona da vila de Castelo de Vide, no Alentejo, sabe-se que o abastado meio em que nasce lhe proporciona uma demorada aprendizagem escolar, a qual completou cursando Medicina e Botânica nas Universidades de Salamanca (1515-1521?) e de Alcalá de Henares (1521-1523?), esta onde provavelmente obteve a sua licenciatura. Da tal formação universitária peninsular guardará para o futuro influências tão decisivas como

²⁵⁸ José María López Piñero, *Ciencia y técnica en la sociedad española de los siglos XVI y XVII*, Barcelona, Editorial Labor, 1979, pp. 80 e 81; cit. in Barreto, 1986a, p. 114.

²⁵⁹ Gomes Pereira, *Antoniata Margarita, opus nempe Physicis, Medicis et Theologicis non minus utile, quam necessarium. Per Gometium Pereiram, medicum Metimnae Duelli, quae Hispanorum lingua Medina del Campo appellatur, nunc primum in lucem editum*, Medina del Campo, 1554. Ver Abellán, ed. 1986, p. 189

²⁶⁰ Ver, *inter alia*, Vicente Muñoz Delgado, “Luís de Lemos y su crítica de la lógica humanista”, *Cuadernos de História de la Medicina Española*, Salamanca, 12, 1973, pp. 415-432; ref. in Isaltina das Dores Figueiredo Martins, *Bibliografia do Humanismo em Portugal no Século XVI*, colecção Textos Humanísticos Portugueses — 3, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1986, p. 184.

²⁶¹ Luís de Pina, “Medicina e Médicos”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3, 1971, pp. 3-5; Sebastião José da Silva Dias, *Os Descobrimientos e a Problemática Cultural do século XVI*, 3.^a edição, colecção Métodos — 11, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 263-265; Barreto, 1986a, pp. 111-115 e 201. Ver também: José Pedro Sousa Dias, “Bibliografia Sobre a Farmácia e a Matéria Médica na História da Expansão e da Colonização Portuguesa (Séculos XVI a XVIII)”, in *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, Lisboa, CNCDP, 11-12, Janeiro-Dezembro 1996, pp. 165-207.

as provenientes do aristotelismo escolástico, do aristotelismo humanista ou das relações de amizade que cultivou com Fr. Domingos Baltanás y Mejía (1488-1560), partidário de Fr. Bartolomé Carranza de Miranda e de ideias afins às de Erasmo²⁶².

Regressado a Portugal, o “Iecenseado Garcia Dorta Fisycó” terá talvez exercido durante algum tempo enquanto concorria sem êxito aos sucessivos concursos que iam sendo abertos para cadeiras do Estudo Geral de Lisboa compatíveis com o grau académico que possuía: à de Lógica em 1527, à de Filosofia Moral em 1529 e à de Súmulas em 1530. Em 1531 permite-se-lhe a regência a título interino da cadeira de Filosofia Natural nessa Universidade, passando no ano seguinte a reger também interinamente o curso de Filosofia Moral.

Em 1534 Garcia de Orta rumo à Índia integrado na armada capitaneada pelo seu patrono, capitão-mor do mar da Índia e futuro vice-rei Martim Afonso de Sousa (gov. 1542-1545). O real motivo por que o faz permanece por esclarecer, mas deverá situar-se a meio termo entre, por uma parte, a vontade irreprimível de conhecer *de visu* as plantas medicinais e de testar as técnicas histórico-filológicas de que Antonio de Nebrija lhe falara a propósito de clássicos como Dioscórides e Plínio nos cursos de Botânica em Alcalá ou que lera no seu *Lexico artis medicamentæ* de 1518 e, por outra parte, os contratempos decorrentes de uma origem judaica, prenúncio da sua condenação póstuma pela Inquisição (1580).

Certo é que partiu para não voltar. No Oriente, fixará a sua base em Goa, onde prosperará no cargo de físico-mor de alguns vice-reis e monarcas locais, caso de Burhan Nizam Shah, sultão de Ahmadnagar (Decão). Demora-se também na região de Bombaim (um governador-geral agradecido doar-lhe-á um dia a ilha do mesmo nome “aforrada em fatiota”), além de que presta visitas a Diu, a Cambaia, a Cochim e a Ceilão. Passe as suas obrigações como médico e a sua convivência com médicos e eruditos hindus e muçulmanos, trabalha como mercador em “drogas” ou coisas de natureza médica, jóias e pedras preciosas e cruza-se com toda a sorte de comerciantes asiáticos, persas, árabes ou malaios. Quando prepararem o seu processo, os agentes do Santo Ofício não se pouparam a esforços para comprovar a “suspeita” familiaridade que sempre teria mantido com um seu conterrâneo e parente referenciado como “Isaac de Cairo”, algo que o próprio deu sinais de querer disfarçar com a frequência de frades

²⁶² Sebastião José da Silva Dias, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960, pp. 187-188; Barreto, 1983, pp. 255-257.

franciscanos e de padres jesuítas, aos quais chega a dedicar ostensivos elogios a páginas tantas dos seus *Coloquios*²⁶³.

Fruto de quase três décadas de aturadas pesquisas, saíram aos “x. dias de Abril de 1563. annos” das muito rudimentares oficinas goesas do alemão Joannes von Emden (ou Endem) os *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India*. Dedicados a Afonso de Sousa, por pouco que os *Coloquios* não constituíram o mais antigo título aparecido nos territórios portugueses do Oriente: isolado ou em conjunto com o italiano “João Quinquênio de Campania” (ou Quinquêncio), von Emden imprimiu em Goa entre 1561 e 1573; por outro lado, desde Setembro de 1556 que os jesuítas faziam uso, na mesma cidade do Indostão, de um prelo levado pelo impressor espanhol Juan de Bustamante na frota que nesse ano largara de Lisboa com destino à Etiópia e à Índia, o qual começara por produzir duas obras de referência hoje perdidas, *Conclusiones Philosophicas* ou *Conclusões de logica e philosophia* (1556) e o *Compendio espiritual da vida Christã* do Arcebispo de Goa, D. Frei Gaspar de Leão Pereira (1561)²⁶⁴.

Desse período de pioneirismo tipográfico conduzido pela Companhia a partir do Colégio de São Paulo-o-Velho, situação que não podia deixar de condicionar a predominância de conteúdos de tipo doutrinal que se verificaria no mercado, há ainda que contar com o *Catequismo de Doutrina Christã* do Pe. Francisco Xavier (1557), com um *Confessionario* de autor anónimo (1557), os *S. Boaventura, Opuscula* (1559), a *Doutrina Christã* ou *Cartilha* em “língua malabárica” (concanim) atribuída ao Pe. Marcos Jorge (1559 ou 1561)²⁶⁵, o *Tratado em que se mostrava pela decisão dos Concilios, e autoridade dos Santos Padres a Primazia da Igreja Romana contra os erros scismaticos dos Abexins* atribuído ao Pe. Gonçalo Rodrigues (1560)²⁶⁶ ou com a

²⁶³ Ver, *inter alia*, Charles R. Boxer, “Two Pioneers of Tropical Medicine: Garcia d’Orta and Nicolás Monardes”, Londres, Hispanic and Luso Brazilian Councils, 1963, pp. 6-19; Charles R. Boxer, “Garcia de Orta”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 3, 1971, pp. 248-250, Albuquerque, 1994a, pp. 837-838; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, pp. 192-193.

²⁶⁴ D. Frei Gaspar de Leão Pereira, *Compendio espiritual da vida Christã tirada pelo primeiro Arcebispo de Goa, e por elle pregado no primeiro anno a seus fregueses. Dividido em dous estados do pecado, e da graça, e em 4. partes. I. da doutrina Christã. 2. dos pecados. 3. dos remedios contra elles. 4. da Oração, e perfeição espiritual com devotos exercicios*, Goa, por João Quinquênio da Companhia e Joannes von Emden, 1561.

²⁶⁵ No estado actual das investigações, continua a ser duvidosa a possibilidade desta obra ter sido impressa em Cochim conforme a correspondente referência dada por António Joaquim Anselmo: *Doutrina Christã* [Pelo Padre Marcos Jorge e traduzida na língua malabárica pelo Padre Henrique Henriques.], Impressa em Cochim, 1559; ref. in Anselmo, ed. 1977, p. 313, ref. 1075.

²⁶⁶ Anselmo, ed. 1977, p. 344, ref. 10. Outra citação do mesmo livro: *Tratado em que o Padre Gonçalo Rodrigues S.J. mostra pela decisão dos Concilios e autoridades dos Santos Padres a primazia da Igreja Romana contra os erros scismaticos dos Abexins*, Goa, s.t. [Joannes von Emden e João Quinquênio?],

“Carta do primeiro Arcebispo de Goa ao pouo de Israel” do citado Fr. Gaspar de Leão, esta anteposta como introdução ao *Tratado que fez mestre Hieronimo (1565)*²⁶⁷. Não muito posterior é o *Desengano de Perdidos*, extenso tratado teológico contra a religião islâmica do mesmo Gaspar de Leão (1573)²⁶⁸, tal como outra importante publicação indissociável do projecto missionário jesuítico, o *Compendium Indicum. In quo continentur facultates & aliae gratiae a Sede Apostolica Societati Iesu in parubus Indiarum concessae, earumque usus praescribitur* (1581)²⁶⁹.

Mais do que a metódica exposição por ordem alfabética de espécies exóticas do tipo dos “Rolos de Certas Drogarias” que nos *Coloquios* também se cumpre²⁷⁰, Garcia de Orta tem em vista oferecer um exercício em que as observações directas da Natureza fossem apresentadas em contraponto com o saber livresco ou com todas aquelas *autoridades* que não haviam sido forjadas pela via empírica.

1560; ref. in Carmo da Silva, “Evangelização e Imprensa nos séculos XVI e XVII na Índia”, in *Actas do Congresso Internacional de História – Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. 2, *África Oriental, Oriente e Brasil*, colecção Memorabilia Christiana — 4, Braga, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa/CNCDP/Fundação Evangelização e Culturas, 1993, p. 136.

²⁶⁷ *Tratado que fez mestre Hieronimo, medico do papa Benedicto. 13. cõtra os judeus: em que proua o Messias da ley ser vindo. Carta do primeiro Arcebispo de Goa ao pouo de Israel seguidor ainda da ley de Moises, & do talmud, por engano & malicia dos seus Rabis. Impresso em Goa por Ioão de Endem, por mandado do senhor Arcebispo [sic] da India*, Goa, Joannes von Emden, 1565.

²⁶⁸ D. Gaspar de Leão, *Desengano de perdidos em dialogos entre dous peregrinos, hum Christão, e hum Turco, que se encontraõ entre Suez, e o Cayro dividido em tres partes. I. trata do desengano dos Mouros denunciando-lhe sua total destruição conforme a exposição de huma Profecia de S. Joaõ no Apocalypse cap. 18. 2. do desengano dos homens perdidos, e sensuaes conforme a declaração moral da Fabula das Sereas. 3. de toda a vida espiritual pela qual se alcança a perfeição*, Goa, Joannes von Emden, 1573.

²⁶⁹ *Compendium Indicum. In quo continentur facultates & aliae gratiae a Sede Apostolica Societati Iesu in parubus Indiarum concessae, earumque usus praescribitur*, Goa, Colégio de S. Paulo, 1581.

Anselmo, ed. 1977, p. 151; Charles R. Boxer, “A Tentative check-list of Indo-Portuguese Imprints”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 9, Paris, FCG, 1975, pp. 567-578; Manuel Cadafaz de Matos, “Prefácio”, in Pe. Marcello Francesco Mastrilli, *Relacam de hvm Prodigiouso Milagre que o Glorioso S. Francisco Xauier Apostolo do Oriẽte obrou na Cidade de Napoles no anno de 1634*, tradução do Pe. Manuel de Lima, Goa, no Colégio de Rachol, 1636, edição fac-similada, prefácio de M. C. de Matos, Lisboa, BNL, 1989, pp. X-XVI; Cadafaz de Matos, 1993a, pp. 153-154; Diogo Ramada Curto, “A língua e o império”, in *HEP*, vol. 1, 1998, pp. 425-426 [Curto, 1998d]; Carmen M. Radulet, “Fontes jesuíticas relativas à Índia: documentação e projecção internacional”, in Gonçalves (coord.), *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, 2000, pp. 396-400.

Ver também: Joseph de Barros, “The first book and the first newspapers in foreign languages in India”, in AAVV, *Encontros sobre Portugal e a Índia*, Lisboa, Fundação Oriente/Livros Horizonte, 2000, pp. 292-293; Rui Manuel Loureiro, “Livros e bibliotecas europeias no Oriente (século XVI)”, in *Revista de Cultura*, Macau, ICM, 32, Julho-Setembro 1997, pp. 28-29 [Loureiro, 1997c]; Turu Maruyama, “Linguistic Studies by the Jesuit Mission Press in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in *Portuguese Voyages to Asia and Japan in the Renaissance Period, Proceedings of the International Conference (Sophia University, Tokyo, September 24-26, 1993)*, Tóquio, Embaixada de Portugal no Japão, s.d. [1994], pp. 162-165 e 171-172.

²⁷⁰ Ver, *inter alia*, *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, cap. V, ed. 1957, pp. 50-57; Jaime Walter, “Simão Álvares e o seu Rol das Drogas da Índia”, in *Studia*, Lisboa, CEHU, 10, 1962, pp. 117-149; Loureiro, 2000a, p. 604.

À cabeça destas vem Dioscórides, seguido de perto por Plínio, Galeno, Isidoro, Avicena e por “todos os Arábios” que ele imitara. Mas o dedo aparece igualmente apontado aos “escritores novos” forjados como os precedentes “no especulativo” e não no conhecimento positivo que era o seu. Aqui, o mais certo é que pensasse em comentadores quase anódinos do âmbito do saber dos textos helénicos de Dioscórides como Amato Lusitano (*In Dioscoridis Anazarbæi de medica materia libros quinque enarrationes eruditissimæ*, Veneza, 1553), o italiano Pierandrea Mattioli (*Pedaccii Diocoridis de materia medica libri sex interprete Petro Andrea Aatthiolo cum ejusdem commentariis*, Veneza, 1544) ou o espanhol Andrés de Laguna, este em virtude dos títulos *Annotationes in Dioscoridem* (Lyon, 1554) e *Pedacio Dioscórides Anazarbeo, acerca de la materia medicinal y de los venenos mortíferos, ilustrado con claras y sustanciales anotaciones y con las figuras de innumeras plantas* (Antuérpia, 1555)²⁷¹. Na ode de recomendação “Ao Conde de Redondo, Viso-Rey da India” que Luís de Camões assina e que está no antelóquio dos *Coloquios* pode perceber-se a intuição certa do Épico sobre o que estava em causa: “[...] favor e ajuda ao grão volume / Que agora em luz saindo / Dará na Medicina um novo lume / E descobrindo irá segredos certos / A todos os antigos encubertos”.

Para se assegurar de que a tese científica-filosófica que se sustentava da experiência viesse a obter o efeito pretendido junto do maior número possível de leitores, Garcia de Orta faz-se valer de dois recursos básicos, a forma coloquial e o vernáculo. De acordo com o dito na carta-prefácio pelo licenciado valenciano Dimas Bosque — tal como Orta, um médico cristão-novo expatriado no Oriente —, este último viera substituir o latim considerado num primeiro momento por permitir ao curioso ver e entender do que se tratava “em uma hora”. Igual propósito filantrópico está subjacente à escolha do método expositivo. De facto, o diálogo e a sua teatralidade não apenas favorecem a singeleza da linguagem que o autor preferia ao “estilo elegante” ou às “palavras retóricas aprazíveis às orelhas” (ainda Dimas Bosque)²⁷², como possibilitam a sugestiva recriação da forma como os novos dados sobre os fármacos e as plantas asiáticas tinham sido achados — ou seja, o esclarecimento do próprio processo cognitivo do naturalista ou a propaganda da teoria-metodologia do experiencialismo²⁷³.

²⁷¹ Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu tempo*, reprodução fac-similada da 1.^a edição, introdução de Nuno de Sampayo, colecção Temas Portugueses, Lisboa, IN-CM, 1983, pp. 281-305 (1.^a ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1886); Barreto, 1989a, pp. 30-38; Abellán, ed. 1986, pp. 84-85.

²⁷² Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 1, cits. p. 11.

²⁷³ Barreto, 1989a, p. 32; Barreto, 1983, pp. 257-292; Rosa Mendes, 1993, pp. 399-402.

Os *Coloquios dos simples, e drogas da India* ficaram a dever grande parte da enorme repercussão internacional que tiveram aos resumos latinos realizados pelo botânico flamengo Charles de l'Écluse (1526-1609) e publicados em Antuérpia a partir de 1567 por Christophe Plantin (Plantinus), o mais fecundo impressor do Renascimento²⁷⁴. O livro de Orta tê-lo-á L'Écluse adquirido quando da sua passagem por Portugal em 1564-1565 em companhia do filho de Anton Fugger, Jacobo, de quem era tutor. Dedicado a este mesmo Fugger, o título então ganho foi o de *Aromatvm et Simplicivm alioqvot medicamentorum apvd Indos nascentivm historia. Nunc verò primum Latina facta, & in Epitomen contracta a Carolo Clvsio Atrebate*²⁷⁵. Aparece com dezassete gravuras de Nicolai sobre desenhos de Pieter van der Borcht, um dos principais assistentes de Plantin e homem conhecido pelos diversos esboços e pinturas de espécimes indianos e americanos que realizou para botânicos flamengos a partir de modelos vivos, alguns dos quais plantados no jardim botânico de Leyden.

Fora as traduções e incorporações parciais e as notas adicionais referentes a quatro capítulos que Charles de l'Écluse fez publicar em Antuérpia em 1582 — *Caroli Clusii Atreb. Aliquot Notæ In Garciae Aromatum Historiam* —, temos que, em latim, os *Aromatum* voltaram a ser dados na mesma Antuérpia em 1574 (com algumas estampas e notas novas), 1579 (com pequenas alterações), 1593 (com algumas correcções, duas figuras originais e em conjunto com as versões latinas que o flamengo entretanto dera do *Tractado* de Cristóvão da Costa e do livro sobre as plantas do Novo Mundo de Nicolás Bautista Monardes²⁷⁶) e em 1605 (correspondendo ao sétimo livro de uma obra onde se incluem todos os estudos próprios e todas as versões sobre animais e plantas

²⁷⁴ Ver, *inter alia*, Maria Emília Lavoura, “Christophe Plantin na Biblioteca Nacional, Lisboa”, in *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, 5 (2), 1990, pp. 133-134.

²⁷⁵ Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *Aromatvm et Simplicivm alioqvot medicamentorum apvd Indos nascentivm historia. Ante biennium quidem Lusitanica lingua per Dialogos conscripta, D. Garcia ab Horto, Proregis Indie Medico, auctore: Nunc verò primum Latina facta, & in Epitomen contracta a Carolo Clvsio Atrebate* (História dos aromas e alguns medicamentos simples que nascem entre os Índios. Escrita há dois anos em diálogos na língua lusitana, sendo o autor Garcia de Orta Médico do Vice-Rei da Índia. Primeiro escrita em latim, depois reduzida a epítome por Carlos Clúsio atrebate), Antuérpia, Christophe Plantin, 1567.

Todas as citações principais em português a partir da seguinte edição: Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *Aromatvm et Simplicivm alioqvot medicamentorum apvd Indos nascentivm historia de Carlos Clúsio*, versão portuguesa do epítome latino dos *Colóquios dos simples* de Garcia de Orta, introdução e versão portuguesa de Jaime Walter e Manuel Alves, edição comemorativa do quarto centenário da publicação dos *Colóquios dos simples*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964. Acrescentaremos em rodapé a indicação de todas as equivalências com o original latino publicado por Plantin em 1567.

²⁷⁶ Nicolás Monardes & Charles de l'Écluse, *De simplicibus medicamentis ex Occidentali India delatus, quorum in medicina est.*, Antuérpia, Christophe Plantin, 1574. Ver, *inter alia*, Boxer, 1963, pp. 26-28. Referência adiante à versão latina do *Tractado* de Cristóvão da Costa.

exóticas de C. de l'Écluse, acontecendo que a parte correspondente aos *Coloquios* volta a surgir com correcções pontuais e várias figuras inéditas). A tradução italiana saiu em Veneza em 1576. Era assinada por Annibal Briganti²⁷⁷ e foi reeditada em 1580, 1582 (duas vezes), 1589 (duas vezes), 1597 (duas vezes), 1605 e 1616. A tradução francesa por Antoine Colin saiu em Lyon em 1602²⁷⁸ e reeditou-se “reueue & augmentée” em 1619, de novo em Lyon²⁷⁹.

Apesar disto, deve ser sublinhado que o trabalho de Charles de l'Écluse não respeitou a opção literária do diálogo propositadamente escolhida por Garcia de Orta, o que afectou os textos italiano e francês que nele se inspiraram. Além desta desatenção a tal característica do original ter redundado numa infidelidade ao valor heurístico dos *Coloquios* e na diminuição de boa parte das suas capacidades pedagógicas, implicou ainda a perda ou a caricatura de múltiplas das derivações de carácter histórico, geográfico ou antropológico — sobre a matéria chinesa, desde logo — que tal opção literária tinha favorecido²⁸⁰.

²⁷⁷ Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *Due libri dell' historia de i semplici, aromati, et altre cose, che vengono portate dall' Indie Orientali, pertinenti alle Medicina di Don Garzia dall' Horto, Medico Portuguese; con alcune breui annotationi di Carlo Clusio. Et due altri libri parimente di quelle che si portano dall' Indie Occidentali, di Nicoló Monades, Medico di Siviglia. Hora tutti tradotti dalle loro lingue nella nostra italiana da M. Annibale Briganti*, Veneza, Damiano Zenaro, 1576.

²⁷⁸ Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *Histoire des Drogues, Espiceries, et de certains medicaments simples, qui naissent és Indes, tant Orientales que Occidentales, diuisée en deux parties. La premiere composée de trois livres: les deux premiers de M. Garcia du Jardin, et le troisieme de M. Christophle de la Coste. La seconde composée de deux livres de M. Nicolas Monard, traitant de ce qui nous est apporté des Indes Occidentales, autrement appelées les Terres Neuves. Le tout fidellement translaté en nostre vulgaire François sur la traduction Latine de Clusius: Par Antoine Colin, Apoticaire Juré de la ville de Lyon, et par lui augmenté de plusiurs figures*, Lyon, Jean Pillehotte, 1602.

²⁷⁹ Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *Histoire des drogues, espiceries, et de certains medicaments simples, qui naissent és Indes & en Amerique, diuisé en deux parties...: le tout fidellement translaté en françois par Antoine Colin, maistre Apoticaire Juré de la ville de Lyon; par luy augmenté de beaucoup d' annotations de diverses drogues estrangeres & illustré de plusiurs figures non encores veus. Seconde edition reueue & augmentée*, Lyon, Jean Pillehotte, 1619.

²⁸⁰ Ficalho, ed. 1983, pp. 367-385; Barreto, 1983, pp. 293-295; Rosa Mendes, 1993, pp. 400 e 402. Cf. Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epítome de la Biblioteca Oriental, y Occidental, Nautica, y Geografica de Don Antonio Leon Pinelo, del Consejo de su Mag. en la Casa de la Contratacion de Sevilla, y Coronista Maior de las Indias; Añadido, y enmendado nuevamente, en que se contienen los escritores de las Indias Orientales, y Occidentales, y Reynos convecinos China, Tartaria, Japon, Armenia, y otras partes. Al Rey Nuestro Señor, por mano de el Marques de Torre-Nueva*, su Secretario del despacho Universal de Hacienda, Indias, i Marina, Tomo primero, Madrid, Oficina de Francisco Martínez Abad., 1737, cols. 451 e 455; Jaime Walter & Manuel Alves, “Introdução”, in Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *Aromatvm et Simplicivm alioqvt medicamentorvm*, ed. 1964, pp. V-VI; Saraiva & Lopes, ed. 1979, p. 183; A. J. Andrade de Gouveia, *Garcia d'Orta e Amato Lusitano na Ciência do seu Tempo*, colecção Biblioteca Breve — 102, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, pp. 23-24; Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 194.

Costa ou Acosta Africano

Cristóvão da Costa insistiu nesta preferência por uma forma não dialogada no *Tractado* que fez imprimir em 1578 e que dedicou ao Senado da cidade de Burgos. Como se disse, o texto em causa constitui uma revisão crítica do escrito sobre medicina prática asiática e herbanária de Garcia de Orta, destacando-se, além disso, por força das trinta e sete figuras originais de plantas e animais que para ele desenhou e pelas onze espécies de medicinas que apresentou como novidade em relação aos *Coloquios*. Apesar de reivindicar para si uma maior utilização do aferidor visual, no enunciado dos postulados epistemológicos que diz nortear-nos há, sobretudo, uma evidente continuidade face a Orta: “El doctissimo Doctor Orta cõ curiosidad, y diligencia escriuió: ello mas por relaciones, yo por vista de mis ojos, por las pintar y sacar al viuo”²⁸¹. Como com Garcia de Orta, repetem-se as referências aos “engãos” de Dioscórides, de Avicena ou de Serápio, ao “error” de Galeno ou à ignorância, absoluta ou parcial, de outros tantos autores gregos, latinos e árabes. Mas não era tudo, pois ao proclamar a excelência do experiencialismo, Costa chega a reconhecer a afinidade que afinal o liga a esse outro autor em relação ao qual lhe era vital ganhar alguma distância: “pues vi y veo, que lo que del el Doctor Orta escreuió, es pura verdade”, anota a dado passo²⁸².

Natural de S. Boaventura, ilhas de Cabo Verde, Cristóvão da Costa estudou medicina em Salamanca, tendo depois exercido em Setúbal e Peniche²⁸³. Parte para a Índia em Abril de 1568 na qualidade de “físico e cirurgião” do vice-rei D. Luís de Ataíde (1.º gov. 1569-1571) e do Hospital Real de Cochim. Desembarca em Goa a 10 de Setembro desse ano, a tempo de travar conhecimento com Garcia de Orta tal como aparece referindo nas linhas ao “Christiano y prudente Lector” que abrem o *Tractado*

²⁸¹ Com vantagem, o parágrafo na íntegra: “El doctissimo Doctor Orta cõ curiosidad, y diligencia escriuió: ello mas por relaciones, yo por vista de mis ojos, por las pintar y sacar al viuo con mis manos en las proprias tierras donde las ay, cogiédolas acosta de mi libertad y sangre, por mas en la verdad poder escriuir, assi este como el otro libro que entre manos me queda. En el qual espero mostrar el resto de todas las medicinas, plantas, aues, y animales, que en aquellas partes ay” — Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, “Tractado del Elephante”, Burgos, 1578, cit. p. 448.

²⁸² Idem, *ibidem*, cap. LXIII — “Del Calamo Aromatico”, Burgos, 1578, cit. p. 377. Ver Barreto, 1986a, pp. 123-201.

²⁸³ Para uma leitura diferente sobre as origens e a formação básica de Cristóvão da Costa que, entre o mais, considera a hipótese deste descender de judeus espanhóis, haver nascido c. 1538 na ilha de São Tomé e ter realizado os primeiros estudos de medicina em Coimbra ou Lisboa, ver Ruy de Mascarenhas Leiria, *Cristóvão da Costa, Médico Hispano-Português. Revisão da sua Naturalidade, da sua Época e sua Formação Salamantina*, Madrid, Colegio Heraldico de España y de las Indias, 1995, pp. 11-21 e 33.

*Delas Drogas*²⁸⁴. Durante os primeiros meses de 1569 estancia em Craganor, seguindo daí para Cochim. O serviço como médico de armada obrigou-o a visitar vários portos do Malabar e proporcionou-lhe uma viagem a Ceilão. Supõe-se que durante alguns meses de 1571 tenha acontecido uma curta estada final em Goa. Supõe-se também que Costa tenha regressado à Península em 1572, não tardando a acontecer a sua passagem definitiva para Espanha, confirmada a partir de 1576 pela documentação que o dá como médico da Câmara de Burgos. Em 1578 retira-se da prática profissional, indo viver os últimos tempos recolhido no Mosteiro de Tyrces.

Para além do *Tractado* a que votamos atenção, Cristóvão da Costa editou duas obras mais, ambas em castelhano, o *Tratado en Contra, y Pro de la Vida Solitaria* (Veneza, 1592)²⁸⁵ e o *Tratado en Loor de las Mugerres* (Veneza, 1592)²⁸⁶. Entre vários manuscritos que lhe são atribuídos conta-se um *Discurso del Viage à las Indias Orientales, i lo que se navega por aquellas Partes*²⁸⁷, uma *Carta de la India de 1569*²⁸⁸ e uns *Remédios específicos de la India Oriental y de la America*²⁸⁹. No entanto, a maioria destes deve pertencer ao jesuíta espanhol com o mesmo nome que exerceu como superior de Malaca e não ao “Christoval de Acosta” indicado nos catálogos bibliográficos, e isto também apesar do nosso autor assinar ou ser por hábito referenciado em terras espanholas como Christobal Acosta, Doct. Christoval de Acosta Africano, Cristobal de Acosta Buenaventura ou Cristobal Acosta y Buenaventura. Relativamente próximo de algum destes títulos há apenas essa História Natural das

²⁸⁴ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, “[Dedicatória] Al Christiano y prudente Lector”, Burgos, 1578, s. p. [p. 1].

²⁸⁵ Cristóvão da Costa, *Tratado en Contra, y Pro de la Vida Solitaria. Con otros dos Tratados, uno de la Religion, y Religioso. Otro contra los hombres que mal viuem. Dirigidos al Rey Don Phellippe Nuestro Señor*, Veneza, Presso Giacomo Cornetti, 1592.

²⁸⁶ Cristóvão da Costa, *Tratado en Loor de las Mugerres, y de la Castidad, Onestidad, Constancia, Silencio, y Iusticia: Con otras muchas particularidades, y varias Historias. Dirigido A la Serenissima Sennora Infanta Donna Catalina D’Austria*, Veneza, Presso Giacomo Cornetti, 1592. Ver Jaime Walter, “Prefação”, in Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas e medicinas das Índias Orientais por Cristóvão da Costa. No qual se verifica muito do que escreveu o Doutor Garcia de Orta*, versão portuguesa com introdução e notas de J. Walter, edição comemorativa do quarto centenário da publicação dos *Colóquios dos Simples* de Garcia de Orta, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964, pp. VII-XV; Francisco Guerra, *História de la Medicina*, vol. 1, Madrid, 1982, p. 316; cit. in Barreto, 1986a, p. 112; Barreto, *ibidem*, pp. 112-113.

²⁸⁷ Antonio de León Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, cols. 34-35.

²⁸⁸ Ver idem, *ibidem*, t. 1, Madrid, 1737, col. 100.

²⁸⁹ Walter, “Prefação”, in Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas*, ed. 1964, p. XIII. Ver Leiria, 1995, p. 46.

Índias Orientais que ele próprio anuncia no *Tractado Delas Drogas*, mas que tudo leva a crer que não concluiu²⁹⁰.

Charles de l'Écluse e Christophe Plantin vieram a fazer com o volume de botânica médica de Cristóvão da Costa aquilo que tinham feito ao texto de Garcia de Orta do qual este era subsidiário. A correspondente tradução latina abreviada devida a L'Écluse surge no prelo de Plantin em 1582 dedicada ao duque Guilherme IV de Hesse e teve por título *Aromatum & medicamentorum in Orientali India nascentium liber*. Nela volta a colaborar Pieter van der Borcht, deduzindo-se sem dificuldade que a sua participação se destinava a melhorar as ilustrações de Cristóvão da Costa, consideradas por L'Écluse pobres e infieis em relação aos originais²⁹¹. Como assinalámos, este epítome foi reeditado nos anos de 1593 e 1605 colado às traduções latinas das obras de Orta e de Nicolás Monardes. O texto original espanhol terá tido ainda mais duas edições durante o século XVI, uma em 1582 e outra em 1592²⁹². A tradução italiana desse original surge em Veneza em 1585²⁹³. Também como acabado de verificar, a tradução francesa da leitura latina de C. de l'Écluse ocorre em Lyon em 1602 por diligência de Antoine Colin, reimprimindo-se aí em 1619²⁹⁴.

A China e os chins nas divagações geográficas, históricas e etnográficas de Garcia de Orta, Cristóvão da Costa e Charles de l'Écluse

Vem a vez de apontar os sucessivos excursos às matérias da geografia, da história e da etnografia da China ou do povo chinês concretizadas por Garcia de Orta

²⁹⁰ Ver *supra*, n. 281 a este capítulo.

²⁹¹ Ver, *inter alia*, Alexandra Curvelo, “Gravura e conhecimento: sobre a difusão na gravura da representação dos povos, culturas e meios naturais desconhecidos dos Europeus (séculos XVI-XVIII)”, in Caetano (coord.), *Gravura e conhecimento do mundo*, 1998, p. 60.

²⁹² Zoe Swecker, *The Early Iberian Accounts of the Far East*, Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1960, p. 246, n. 148; cit. in Lach, ed. 1994, vol. 1, t. 1, p. 195.

²⁹³ Cristóvão da Costa, *Trattato di Christoforo Acosta africano medico, & chirurgo della historia, natura, et virtu delle droghe medicinali, & altri semplici rarissimi, che vengono portati dalle Indie Orientali in Europa con le figure delle piante ritratte, & diseguate dal viuo poste à luoghi proprii. Nuouamente recato dalla spagnuola nella nostra lingua. Con due indici, uno de capi principali, l'altro delle cose più momento, che si ritrouano in tutta l'opera*, Veneza, Francesco Ziletti, 1585

²⁹⁴ Cristóvão da Costa & Charles de l'Écluse, *Traicté de Cristophle de la Coste... des drogues et medicaments qui naissent aux Indes. Seruent beaucoup pour l'esclaircissement et intelligence de ce que Garcia du Jardin a escrit sur ce subject: traduction d'espagnol en latin abregé et illustré de quelques notes par Charles de l'Ecluse d'Arras et de nouveau mis en françois par Anthoine Colin... et par luy augmenté de plusieurs figures*, Lyon, Jean Pillehotte, 1619. Ver Ficalho, ed. 1983, pp. 386-388; Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 1, 1948, p. 55.

nos seus *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India*. Para que a leitura seja imediata, cada um dos casos que esta tarefa for indiciando será desde logo confrontado com as versões que deles deram ou com as amputações que preferiram fazer Charles de l'Écluse na *Aromatvm et Simplicivm alioqvot medicamentorum apvd Indos nascentivm historia* de 1567 e Cristóvão da Costa no *Tractado Delas Drogas* de 1578.

Aproveita-se a oportunidade para assinalar em rodapé o conteúdo relevante de uma terceira sùmula acumulativa que procede directamente dos *Coloquios* de Orta, os *Discvrsos de las cosas aromaticas, arboles y frutales, y de otras muchas medicinas simples que se traen de la India Oriental* do médico e botânico Juan Fragoso (Madrid, 1572)²⁹⁵. Talvez nascido em Toledo, se é que não mesmo em Lisboa²⁹⁶, Fragoso exerceu em Espanha, foi cirurgião de Filipe II e escreveu um par de outras obras em que os biógrafos insistem: *Catalogus simplicium medicamentorum* (Alcalá de Henares, 1566)²⁹⁷, reimpresso com o título *De succedaneis medicamentis liber* (Madrid, 1575)²⁹⁸; e *De la naturaleza, y calidades y grados de los medicamentos simples*, associada a uma *Chirurgia universal* (Madrid, 1627)²⁹⁹. Publicados em latim por Israel Spach (Spachius) em 1600 (Estrasburgo; reed. 1601)³⁰⁰, os seus *Discvrsos* de 1572 são dedicados “a la muy alta e muy poderosa señora Doña Iuana de Austria, Princesa de Portugal, e infanta de Castilla”, transparecendo a ideia pouco abonatória de que o autor está aí sempre mais empenhado em assinalar alegados erros cometidos por “Orta Lusitano” do que disponível para reconhecer que o seu texto não existiria sem o daquele. João de Barros e

²⁹⁵ Juan Fragoso, *Discvrsos de las cosas aromaticas, arboles y frutales, y de otras muchas medicinas simples que se traen de la India Oriental, y siruen al vso de medicina. Avtore el Licenciado Iuan Fragoso medico, y cyrurgiano de su Magestad*, Madrid, Francisco Sánchez, 1572.

²⁹⁶ Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, p. 661.

²⁹⁷ Juan Fragoso, *Catalogus simplicium medicamentorum, quae in usitatis hujus temporis compositionibus... aliorum penuria invicem supponitur, antiballomena Graecis dicuntur, et nostrae aetatis medicis, quid pro quo*, Alcalá de Henares, Compluti, 1566.

²⁹⁸ Juan Fragoso, *De succedaneis medicamentis liber, denuo auctus, J. F. autore. Ejusdem animadversiones in quamplurima medicamenta composita, quorū usus in Hispanicis officinis*, Madrid, Pedro Cosio, 1575.

²⁹⁹ Juan Fragoso, *Iten otros quatro tratados... El quarto, de la naturaleza, y calidades de los medicamentos simples... Nuevamente emendada... septima impression*, Madrid, 1627. Ver Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, vol. 2, ed. 1966, p. 661; Palau y Dulcet, *Manual del Librero Hispanoamericano*, t. 5, 1951, p. 481; Gouveia, 1985, pp. 80-81

³⁰⁰ Juan Fragoso, *Aromatum, fructuum et simplicium aliquot medicamentorum ex India utraque... in Europam delatorum... historia conscripta... Hispanicæ a J. F. ... nunca Latine edita operã... I. Spachii*, Estrasburgo, 1600; idem, *ibidem*, Estrasburgo, apud Joannen Martinum, 1601. Ver Antonio de Léon Pinelo & Andrés González de Barcia, *Epitome de la Biblioteca Oriental, y Occidental*, t. 1, Madrid, 1737, col. 455.

Giovanni Battista Ramusio são os dois outros contemporâneos “de quien en este libro se haze mençion”³⁰¹.

*

No 3.º colóquio, dito “Do Ambre” (âmbar), Garcia de Orta refere-se à grande procura de que o produto gozava entre os chineses, razão pela qual os portugueses o transportavam em bastas quantidades para esse destino. A nota vem enquadrada por duas outras curiosidades: uma respeitante aos preços praticados — “hum cate, que são vinte onças, por 1500 crusados” — e ao risco que os tratantes lusos corriam por estarem a inundar o mercado chinês com a sua “cobiça”; a outra aquela em que se utiliza o testemunho de “hum homem fidalgo muito conhecido nessas terras [da China]” chamado Diogo Pereira para desenvolver o tema das supostas qualidades medicinais e afrodisíacas da “boa mézinha” em causa. É imediato que o personagem convocado é o famoso mercador que fora amigo de Francisco Xavier. Explica Orta que este ouvira narrar aos chineses que o âmbar aproveitava muito “pera a conversação das mulheres”, tal como “ao coração, e ao cerebro e ao estomago”³⁰².

No seu texto, L’Écluse repete as questões da imensa procura chinesa e dos preços que vigoravam para o âmbar no momento em que Orta escrevera, anotando também que os “índios muito ricos” o estimavam muito e que o usavam misturado nos alimentos em vez de medicamento³⁰³. Como se esperava, desaparecem as alusões a Diogo Pereira³⁰⁴. No tratado de Cristóvão da Costa são “Índios y Moros ricos” quem pressiona a procura do produto, lembra-se a cotação dada por Orta se bem que já se antecipe a deflação anunciada e, sobretudo, cita-se a citação que Amato Lusitano fizera de Avicena sobre os usos terapêuticos do âmbar, mais lata que as anteriores³⁰⁵.

³⁰¹ Juan Fragoso, *Discursos de las cosas aromaticas*, “Los Avtores de quien eneste libro se haze mençion”, Madrid, 1572, s. fls. Todas as citações a partir desta edição. Ver Ficalho, ed. 1983, p. 388; Jaime Cortesão, *Obras Completas*, vol. 5, *Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização*, Lisboa, IN-CM, 1993, p. 111; Gouveia, 1985, p. 24.

³⁰² Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio III — “Do Ambre”, ed. 1987, vol. 1, cit. p. 52.

³⁰³ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. I — “O Âmbar”, ed. 1964, cit. p. 13. A passagem equivalente no original latino: “[...] *Magna verò in aestimatione est apud opulentiores Indos, e o enim cibis permixto frequenter vtuntur medicamenti loco*” — Idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. I — “De Ambaro”, Antuérpia, 1567, cit. p. 13.

³⁰⁴ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. I, ed. 1964, pp. 9-13.

³⁰⁵ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. XXVI, Burgos, 1578, cit. p. 218. Ver idem, *ibidem*, cap. XXVI, Burgos, 1578, pp. 218-219.

No 9.º colóquio, dedicado ao benjoim, surge de forma acidental uma referência à “roçamalha”³⁰⁶, segundo Garcia de Orta o nome oriental do “estoraque líquido”³⁰⁷ e substância odorífera que chegaria a Goa por via marítima, de onde seguia para Malaca e, por fim, para a China. Apesar do autor dos *Coloquios* não desenvolver mais do que isto a geografia comercial de uma produção originária do Sudoeste da Ásia Menor, o essencial está lá uma vez que o respectivo encaminhamento do Levante para a Índia e, daqui, para o Extremo Oriente não só ocorreu durante a era Ming, como se sabe que já ocorria para os mesmos destinos a partir das províncias orientais do Império Romano³⁰⁸. Enquanto Cristóvão da Costa passa necessariamente em claro sobre um “perfume” como este, Charles de l’Écluse copia a maior parte da descrição feita por Orta e é de tal forma tocado pela ideia do interesse dos chineses pela droga que crê que “roçamalha” seja o seu nome chinês³⁰⁹.

Em sentido contrário acontecia o transporte da cânfora³¹⁰, um dos assuntos do 12.º colóquio de Garcia de Orta. Conforme a regra, a exposição concebe-a Orta como modo de preencher as lacunas ou emendar os equívocos que haviam sido legados a propósito pelos escritores gregos e latinos da época clássica, pouco mais se salvando das suas alusões intertextuais que as tentativas de “Aécio, escritor moderno” (Aécio de Amida, na Mesopotâmia, autor do século VI que foi estudante em Alexandria e médico

No “Discvrso Primero del Ambar”, Fragoso conserva o destaque dado por Orta à procura chinesa, troca os 1500 cruzados/cate por 1500 ducados/cate e, sobretudo, amplia a lição sobre as supostas qualidades medicinais do âmbar. Ver Juan Fragoso, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 4r. e 10v.-11v.

³⁰⁶ Roçamalha, palavra de origem europeia; *Ros Melleus* na época medieval. Ver Raffaella D’Intino, *Gusto Esotico e Lessico Orientale nel Rinascimento Portoghese – Duarte Barbosa, Garcia da Orta e Gaspar Corrêa*, I Rinascimenti fuori d’Italia, Collona di studi diretta da Nullo Minissi e Luciana Stegagno Picchio — 2, Roma, Bulzoni Editore, 1990, p. 94.

³⁰⁷ Estoraque líquido (*storax liquido*), produto do *Liquidambar orientalis* da Ásia Menor. Ver D’Intino, 1990, pp. 82 e 94.

³⁰⁸ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio IX — “Do Benjuy”, ed. 1987, vol. 1, pp. 108-109. Ver idem, *ibidem*, ed. 1987, vol. 1, pp. 112-113, n. 4.

³⁰⁹ A passagem relevante: “Sempre julguei que esse benjoim de boninas não fosse outra coisa senão o benjoim misturado com o estoraque líquido, que os Chineses chamam *Roçamalha* porque o seu cheiro se aproximava algum tanto do do benjoim de boninas [...]” — Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. V — “O Benjoim”, ed. 1964, cit. p. 34. A passagem equivalente no original latino: “*Ego sæpius existimaui illud Benjuo de Boninas nihil aliud esse, quàm Benjui cum Styrace liquida, quam Chinenses Roçamalha vocant, permixtum, quoniam eius odor aliquantum ad Benjui de Boninas accederet [...]*” — Idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. V — “De Benjui”, Antuérpia, 1567, cit. p. 34.

Fragoso aproveita o “Discvrso Tercero del Benjuy” para contrariar o “Doctor Orta” por lhe ter parecido “que ninguno aya usado el Benjoy en los guisados, como se usa en la India Oriental, qualquiera especie de Lasserpicio”. De resto, apenas se refere às misturas entre variedades desta substância a que a Orta aludira de modo pioneiro. Juan Fragoso, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, cit. fl. 57v. e ref. fls. 59r-59v.

³¹⁰ Cânfora, do árabe *kafur*, por sua vez uma adaptação do sânscrito *kapura*. Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 1, p. 162, n. 1.

em Constantinopla). Assim, Ruano vai sendo instruído de que a cânfora era “de duas maneiras”, a “camfora de Burneo” e a “camfora de pães”, “da China” ou “do Chincheo”. Enquanto a primeira qualidade nunca teria sido vista “em nossas regiões” em razão do seu elevado preço, a segunda achava-se em “quantidade mayor”, era vendida “por bares” e não “por cates” como aquela, escoava-se a partir desse “Chincheo (a que nós chamamos China)” e “donde vão poucas pessoas”, além de que custava uma insignificância na origem. Precisando quanto possível o seu nebuloso mapa mental chinês, assegura ainda “que esta camfora não vem de Cantam onde toda a mais da gente vay”³¹¹.

Para algumas das informações acabadas de dar, Garcia de Orta volta a confessar a sua dívida para com “hum homem digno de fé”, comerciante habitual naquelas paragens. Diogo Pereira, outra vez? Fosse qual fosse a sua fonte, apesar de desconhecer a feição da árvore que dava a cânfora chinesa ou como se processava a sua extracção, Orta acerta quando diz que provinha do Fujian e que saía por interposto porto de Chinchéu, virtualmente o topónimo português para o Zaitun dos árabes e de Marco Polo³¹². De igual modo, quase acerta na íntegra quando prolonga as observações que vinha fazendo sobre este comércio particular à listagem das principais mercadorias exportadas pelo “rey da China”, esse que era “hum dos maiores reys que se sabe no mundo”, de tal forma que “pera se falar nelle e nas suas terras era necessario escrever hum gram volume”: “leitos” de prata e “baixellas ricamente lavradas” também de prata, porcelana, seda solta e tecida, ouro, almíscar, aljôfar³¹³, cobre, azougue (mercúrio) e vermelhão (cinábrio). Na verdade — e Duarte Barbosa dissera-o muito antes —, apenas estas duas últimas substâncias não eram exportadas, mas importadas pela China³¹⁴.

Sumariando este conteúdo, L’Écluse repõe a generalidade dos reparos que Garcia de Orta colocara a todos os grandes autores que o tinham precedido, salvo Aécio, a divisão da cânfora em duas espécies e a ideia de que a “Caphura da China”, mais

³¹¹ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XII — “Da Camfora e das Carambolas”, ed. 1987, vol. 1, cits. pp. 151, 152, 155 e 159.

³¹² Ver *supra*, Parte II, cap. 6-6.

³¹³ A referência ao aljôfar (var. aljofre, do árabe *al-jauhar*, “margarita, pérola grande”) proveniente da China repete-se no respectivo colóquio. Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXXV — “Da Margarita ou Aljofar, e do Chanquo donde se faz o que chamamos Madreperola”, ed. 1987, vol. 2, pp. 119-120. Ver, *inter alia*, D’Intino, 1990, p. 29. Charles de l’Écluse apresenta-a no cap. LVII do liv. I. Ver Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. LVII — “A Margarita”, ed. 1964, pp. 205-206; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. LVII — “De Margarita”, Antuérpia, 1567, pp. 205-206.

³¹⁴ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XII, ed. 1987, vol. 1, p. 159. Ver idem, *ibidem*, ed. 1987, vol. 1, pp. 162-170, notas 1-3.

abundante que a “Caphura de Burneo”, era trazida de Chinchéu. Meticuloso, vai ler o que Serápio escrevera sobre o assunto e acaba por se referir à cânfora que “vem de Sim” tal qual este o fizera³¹⁵. Em compensação, omite qualquer das impressões sobre o monarca, a grandeza ou o comércio externo da China julgadas pertinentes nos *Coloquios dos simples, e drogas da India*³¹⁶. Quanto a Cristóvão da Costa, corre sempre muito perto de Orta até ao momento em que decide alargar por conta própria o louvor das coisas da China. Assim, para além de um arrolamento das exportações do país em substância idêntico ao dos *Coloquios*, mas mais colorido de adjectivos, afirma que o reino da China excede qualquer outro reino do mundo “en numero de gētes, en excelencia de policia, y de possessiones, y riquezas”. Dito isto, garante que além de ter lido e ouvido sobre o que estava a falar, vira-o: “Por lo que yo he visto, leydo, y oydo della, no se qual hōbrem viendola, no dixera a boca llena, que las grãdezas dela China, se hã de ver, y no leer, ni oyr”. Cometido o pecado retórico, remete o leitor curioso para o “libro que hizo el Reuerendo padre Fray Gaspar de la Cruz, dela ordē de S. Domingo”³¹⁷.

No 15.º dos seus colóquios, aquele em que Garcia de Orta aparece a satisfazer as dúvidas que Ruano vai manifestando a respeito da canela, entra a oportunidade para se fazer o historial das navegações chinesas no Índico. Escreve o botânico que as gentes de Ormuz e da Arábia conservavam a memória dos inúmeros juncos que costumavam demandar essas paragens ou a daqueles que se perderam nos “baxos de Chilam”³¹⁸, que muitas dessas populações tinham então tomado “as leis e costumes” dos chins, que em

³¹⁵ A passagem em causa: “Parece que Serápio se lembrou de ambas as qualidades [de cânfora], no passo atrás citado; mas obscuramente quando diz que a maior quantidade vem de Hariz, todavia é menor do que a que vem de Sim [...]” Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. IX — “A Cânfora”, ed. 1964, cit. p. 52. O texto no original: “*Vtrivsqve generis meminisse videtur Serapio, loco sup. citato; sed obscurè admodum, cùm ait maiorem quantitatem esse de Hariz, minorem tamen esse quàm quæ à Sim adsertur [...]*” — Idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. IX — “De Caphura”, Antuérpia, 1567, cit. p. 52.

As passagens em causa no original de Serápio: “*et dicunt quæ in montibus Indiæ et Sim sunt ex arboribus camphoræ*” e “*et plurimum quod defertur ex ea, est Harig, et est minor Sim*” — *Liber Serapionis aggregatus in medicinis simplicibus, translatio Simodis Januensis interprete Abraham Judæo*, ed. de Otho Brunfels, Argentorati, 1531, p. 228; cits. in Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 1, pp. 166-167, n. 2.

³¹⁶ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. IX, ed. 1964, pp. 48-55.

³¹⁷ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. XXXIII — “Dela Canfora”, Burgos, 1578, cits. pp. 250-251. Ver idem, *Tractado*, cap. XXXIII, Burgos, 1578, pp. 244-252.

Para o que nos interessa, no “Discvrso Primero de la Camphora” Fragoso não se afasta dos ensinamentos de Orta sobre a cânfora muito mais do que o necessário para rever os preços praticados e para converter pardaus em reais castelhanos. Nada refere sobre topónimos como Chinchéu ou Cantão, o comércio externo da China ou a abundância material desse Império. Ver Juan Fragoso, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 64r.-64v.

³¹⁸ Baixios de Chilão ou Chilaw, entre a ilha de Ceilão e a costa do Coromandel, antigo nome do canal de Pâmbar.

Calecute permanecia de pé “uma feitoria, como fortaleza” chamada “China cota” e que em Cochim os mesmos orientais tinham levantado “huma pedra por marco” para assinalarem a sua chegada. Faz também uma curta descrição da forma dos referidos juncos e pormenoriza o tipo de mercadorias que, além das que traziam da sua terra, os chineses recolhiam em Java, em Malaca, em Ceilão ou no Malabar a pensar nos portos levantinos. A terminar, corrige Avicena ao ensinar que a canela era chamada “darchini” em língua persa, o que queria dizer “pão da China”, não sendo esse, portanto, um nome árabe³¹⁹.

Sabemos que várias destas notas eram comuns em textos precedentes, mas bastenos mencionar que enquanto aquela sobre a Chinacota lembra uma passagem das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia³²⁰, a que trata da lápide chinesa de Cochim surge na *Historia* de Lopes de Castanheda³²¹ e a que se reporta aos baixios fronteiros a Ceilão apresenta certas coincidências com um trecho da *Década III* de João de Barros³²².

Na *Aromatvm historia*, Charles de l'Écluse voltará ao tema da colocação da canela em Ormuz e na Arábia pelos negociantes chineses, à denominação persa “Darchini” emprestada ao género pelos habitantes dessas costas e ao desmentido de que alguma variedade desta especiaria pudesse nascer na China, algo igualmente proposto por Orta. Mais não diz³²³. Ainda que suprimindo a forma dialogal e alterando a sequência da exposição, Cristóvão da Costa escolhe plagiar o grosso das informações que no “Coloquio decimo quinto” do livro de Garcia de Orta associavam a canela aos chineses e à história da sua influência nos Mares da Ásia. De significativo apenas a omissão dos detalhes sobre os vestígios dos edificios de Calecute e sobre a disputa pelos

³¹⁹ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XV — “Da Canela”, ed. 1987, vol. 1, cits. pp. 204, 205 e 206. Ver idem, *ibidem*, colóquio XV, ed. 1987, vol. 1, pp. 202-207 e 213-214.

³²⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. 1, *Contendo as acçoens de Vasco da Gama, Pedralvares Cabral, João da Nova, Francisco de Albuquerque, Vicente Sodre, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Telles, D. Francisco d'Almeida. Lenda de 13 Annos, desde o primeiro descobrimento da Índia até o Anno de 1510*, Armada de Pedaluares Cabral No Anno de 500, cap. VIII — “Como as naos partirão de Cananor com assento de paz feito com o rey de Calecut, e se forão sorgir no porto, e o que ahi passarão”, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, colecção Tesouros da Literatura e da História, Porto, Lello & Irmão — Editores, 1975, pp. 185-186.

³²¹ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia da Índia*, liv. VIII, cap. CXLIII, ed. 1979, vol. 2, p. 799.

³²² João de Barros, *Asia*, *Década III*, liv. II, cap. I — “Em que se descreue o sitio & cousas da jlha Ceilam a que os antigos chamam Tapobrana”, ed. 1992, fls. 25v.-26r. Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 1, pp. 221-222, n. 3.

³²³ Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XV — “Da Canela”, ed. 1964, pp. 71, 75-76 e 78. Ver idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XV — “De Canella”, Antuérpia, 1567, pp. 71, 75-76 e 78.

restos da pedra de Cochim em que os portugueses se tinham envolvido, tão oportunos para Orta como descabidos para aqui³²⁴.

No 17.º dos colóquios de Garcia de Orta o motivo que desencadeia a excursão por temas relativos à China é o custo³²⁵, droga de que se diz que os chins, “gente tam descreta e tam sabida”, usam e gastam muito. Ouvindo isto, Ruano quer saber mais sobre os “scitas Asianos” porque tinha a impressão de serem “gente muyto barbara e fera”. Orta não se faz rogado e demora-se a compôr o retrato definitivo deste povo que muito amava: homens “muy sutis em comprar e vender, e em officios macanicos”; homens superiores a quaisquer outros “porque tem leis escritas, conforme ao direito comum, e outras muito justas, como se pode ver bem por hum livro que ha dellas nesta India”; homens cumpridores da regra que os proibia de casar com uma mulher que tivessem “conhecido” quando esta ainda era “casada com outro marido”; homens que na sua terra praticam “muyta justiça”; homens que deixam que o seu rei e a sua terra sejam governados pelos letrados; homens que figuram nas suas pinturas a ler e a ouvir ler; homens que desde sempre usam entre eles “a arte de emprimir”, prova cabal do seu “gram saber”. Ruano escuta e remata com novo percalço geográfico, tão banal na época como vários dos pontos agrupados na síntese do seu interlocutor: “— Isso he verdade, porque quem enventou esta arte foy em Ungria, ou nessas partes mais setentrionaes, as quaes dizem que confinam com a China”³²⁶.

Falando de hipotéticas fontes impressas, apesar de Orta vir a confessar ter manuseado a *Miscellanea* de Garcia de Resende³²⁷, a grande maioria das notas que aqui

³²⁴ Ver Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. I — “De la Canela”, Burgos, 1578, pp. 5-11 e 18.

Para o que nos interessa, no “Discvrso Segvndo de la Canela” de Fragozo encontramos uma simples referência a “Darsenum”, nome da “nuestra canela” em língua persa, naturalmente muito próxima de Orta. Das restantes referências laterais à China e aos chineses oferecidas no 15.º colóquio nada mais passa. Em compensação, informa-se aí que haviam trazido das Filipinas — “islas que confinam con la China” — pela via da Nova Espanha “otra suerte de canela mas delgada, y al gusto pegajosa”. Depois (e à semelhança de Garcilaso de la Vega, Oviedo e Monardes) dá-se também notícia de “una suerte de especia que llaman canela”, querendo aqui referir-se à canela da América, de “Zumaco” ou de Quito — Juan Fragozo, *Discvrsos de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, cits. fls. 68v. e 72v.-73r. Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 1, p. 226, n. 7.

³²⁵ Costo, nome da raiz aromática da *Saussurea Lappa*. Do sânscrito *kustha* (que deu o *qast* árabe); concaním *kosht* (que deu o grego *kosto* e o latim *costum*). Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 1, p. 267, n. 1; D’Intino, 1990, p. 79.

³²⁶ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XVII — “Do custo e da colerica passio”, ed. 1987, vol. 1, cits. p. 260. Ver idem, *ibidem*, colóquio XVII, ed. 1987, vol. 1, pp. 255-256.

³²⁷ Idem, *ibidem*, colóquio s.n. — “Colóquio do Betre e outras cousas em que se enmendam algumas faltas de toda a obra, as quais ficaram por esquecimento, e pode as o leitor ler acabados os coloquios da letra B, que he no colóquio do betre”, ed. 1987, vol. 2, p. 399.

Entre algumas outras obras contemporâneas não alusivas à matéria médica ou à botânica, aparecem também citadas nos *Coloquios* o *Itinerario* de Ludovico di Varthema, o *Sumario de la Natural*

se davam estava muito mais próxima da breve reportagem sobre a China do *De gloria* de D. Jerónimo Osório³²⁸. Em 1567, L'Écluse transfere a quase totalidade destas observações, incluindo a equivalência entre os chineses e os citas — “*Sunt ergo Chineses Asiatici Schitæ*”, garante —, para um intervalo do capítulo XXXVIII do livro I, consagrado à raiz da China³²⁹. Já Cristóvão da Costa limita-se a falar entre parêntesis da gente “tan discreta, tan sabida, y curiosa” que eram os chins³³⁰.

Daqui em diante vão surgindo cada vez menos oportunidades para guiar a listagem essencialmente vegetal posta em papel por Garcia de Orta para temas conexos da geografia, da história ou da sociedade chinesas. A China e os seus continuarão a marcar presença, mas uma presença condicionada, na prática, à etimologia de várias plantas, raízes e frutos ou à sua participação na compra ou na venda dos mesmos. Não obstante, cumparamos o itinerário das referências.

No 19.º colóquio recorda-se que quando “os Chins navegavão este mar indico”, trazião várias mercadorias “que no caminho achavão” entre as quais as cubebas, por isso chamadas “cubabchini” pelos guzerates e árabes e, enfim, “quabebechini” por todos³³¹. Originárias de Java e Sunda, as cubebas eram muito usadas pelos javaneses “pera a frialdade do estomago”, enquanto os mouros as preferiam “deitadas em vinho pera ajudar a Venus em suas vodas”³³². Charles de l'Écluse repete estes pormenores³³³. Cristóvão da Costa faculta nova transcrição quase integral na forma não dialogada,

y *General Istoria de las Indias* de Gonzalo Fernández de Oviedo, o *Compendio de sentencias morales y de muchas cosas notables de la tierra de España, sacadas de diversos autores; y la conquista del Reino de Granada* de Fr. Domingos Baltanás y Mejía (Sevilha, 1555) e/ou o *Compendio de algunas cosas notables de España, y la conquista y toma del reino de Granada, sacadas de diversos autores* do mesmo frade dominicano (Sevilha, 1558), além da *Chorographia de algvns lvgares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros ó anno de MDXXXVI começado na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milam em Italia* de Gaspar Barreiros (Coimbra, João Álvares, 1561). Ver *supra*, Parte II, cap. 2-5; Ficalho, ed. 1983, pp. 296-298; Loureiro, 1997c, p. 28.

³²⁸ Ver *supra*, Parte II, cap. 6-5. Cf. Loureiro, 2000a, p. 608.

³²⁹ Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XXXVIII — “De Radice Chinæ”, Antuérpia, 1567, cit. p. 173. Ver idem, *História dos aromas*, liv. I, cap. XXXVIII — “A Raiz-da-china”, ed. 1964, p. 173.

³³⁰ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. LXV — “Del Costo”, Burgos, 1578, cit. p. 397.

Fragoso não aproveita o seu “Discvrso Treze del Costo” para aludir uma vez que seja aos chineses. Ver Juan Frago, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 117r.-119r.

³³¹ Cubebas, fruto do *Piper cubeba*. Do árabe *kababah*. Ver D'Intino, 1990, p. 80.

³³² Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XIX — “Das cubebas”, ed. 1987, vol. 1, cits. pp. 287-288.

³³³ Ver Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XXIII — “A Cubeba”, ed. 1964, pp. 111-112; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XXIII — “De Cubebis”, Antuérpia, 1567, pp. 111-112.

aparecendo apenas um nada mais pudico que Orta e L'Écluse na especificação dos usos a que o fruto se prestava³³⁴.

No 21.º colóquio, “coloquio que não faz pera física, senão pera pasatempo” e que ocorre sobre o marfim e o elefante, a China é indicada como um dos destinos menores do dente deste paquiderme pese embora ser um mercado onde “agora se vay gastando mais”³³⁵. C. de l'Écluse copia-o num capítulo circunscrito ao marfim³³⁶. Cristóvão da Costa, como vimos, acaba por ceder ao tema na versão ampliada: ou por observação directa ou para dar continuidade à tendência esboçada no tempo de Garcia de Orta, a única diferença é, de novo, a de falar da grande importância do mercado chinês do marfim, equiparando-o ao de Cambaia³³⁷.

Já no 24.º colóquio explicam-se as “duas maneiras de galanga”, uma “mézinha muyto necessaria em todas as boticas”. A primeira delas — mais aromática e mais pequena (*Radix Galangae minoris*) — era proveniente da China, onde se chamava “lavandou” e da qual os chins diziam “que naçe sem ser prantada”³³⁸. Charles de l'Écluse diz tudo isto igual, salvo “lavandon” por “lavandou”³³⁹. C. da Costa repõe Orta na íntegra, incluindo a grafia³⁴⁰. E Orta voltará ao assunto no 52.º colóquio para dizer que “a galanga ha na China duas mil leguas de Mascate”³⁴¹ (quando a propósito, Costa achará mais seguro escrever que “la Galanga nasce enla China, que por lo menos es dos mil leguas de Mascate”³⁴²).

³³⁴ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. XVIII — “Delas Cubebas”, Burgos, 1578, p. 133.

No seu “Discvrso Catorze de las Cubebas” Fragooso limita-se a repetir que estas eram muito utilizadas entre as mulheres das Índias de Levante, que as deitavam em vinho “para cumplir sus apetitos venereos, y para calentar el estomago” — Juan Fragooso, *Discvrsos de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, cit. fl. 120v.

³³⁵ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXI — “Do Ebur ou Mafim, e do Elefante; e he coloquio que não faz pera física, senão pera pasatempo”, ed. 1987, vol. 1, cit. p. 305.

³³⁶ Ver Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XIII — “O Marfim”, ed. 1964, pp. 63-66; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XIII — “De Ebore”, Antuérpia, 1567, pp. 63-64.

³³⁷ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas drogas*, “Tractado del Elephante”, Burgos, 1578, p. 434.

Fragoso não aproveita o seu “Discvrso Primero del Marfil” para aludir, uma vez que seja, à China. Ver Juan Fragooso, *Discvrsos de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 157r.-158v.

³³⁸ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXIV — “De duas maneiras de Galanga”, ed. 1987, vol. 1, cits. p. 353.

³³⁹ Garcia de Orta & Charles de l'Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XL — “A Galanga”, ed. 1964, cit. p. 176. Ver idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XL — “De Galanga”, Antuérpia, 1567, p. 176

³⁴⁰ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. VII — “De la Galanga”, Burgos, 1578, p. 59.

No seu “Discvrso Primero de la Galanga” Fragooso segue de muito perto Orta no que respeita à descrição das respectivas “dos maneras”. Ver Juan Fragooso, *Discvrsos de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 139v.-141v.

³⁴¹ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio LII — “Do esquinato”, ed. 1987, vol. 1, cit. p. 315.

³⁴² Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. XXIV — “Del Schinantho”, Burgos, 1578, cit. p. 189.

No 25.º colóquio de Garcia de Orta conta-se da “memoria antiga” que os molucanos guardavam da procura que os chineses haviam desenvolvido pelo cravo e de como outrora o levavam à Índia, à Pérsia e à Arábia³⁴³. Charles de l’Écluse é-lhe fiel³⁴⁴, mas já não Cristóvão da Costa, que omite esse comentário lateral tal como rasura ou adapta outros muito a propósito feitos por Orta à questão das Molucas, à viagem de Fernão de Magalhães ou às aplicações do cravo no tratamento da “sarna castelhana” (que Costa diplomaticamente prefere chamar “sarna de mala calidad”)³⁴⁵.

No 29.º colóquio “cae a vez do lacre” e Orta apenas ensina que “em arabio e perseo e turquesco” este se chama “locsumutri” tão-só porque os naturais de Marbatão e Pegu, seus produtores, o levavam a vender a Samatra³⁴⁶. No entanto, Costa parte deste parecer e detalha que o erro de se chamar “Loc Sumutri” ao lacre resultava dos chins o suporem originário daí quando o embarcavam para Ormuz e outros destinos antes dos portugueses terem conquistado aquelas terras e de se terem feito senhores daqueles mares³⁴⁷.

Muito brevemente, as últimas nove espécies a propósito das quais Garcia de Orta destaca quase sempre só o desempenho actual ou pretérito da China como compradora, vendedora ou intermediária. Uma era a boa e a má madeira de “linaloes”, a primeira comprada pelos chineses em Ceilão, a segunda também levada por eles para a Índia ou para a própria China de Samatra e Malaca³⁴⁸ (igual no capítulo XVI de Charles de l’Écluse³⁴⁹, enquanto apenas por alto no capítulo do *Tractado* de Cristóvão da Costa consagrado à canela³⁵⁰). Outra era o “pao chamado cate” (um extracto da madeira da

³⁴³ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXV — “Do Cravo”, ed. 1987, vol. 1, cit. p. 364.

³⁴⁴ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XXI — “O Cravo”, ed. 1964, p. 105; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XXI — “De Garyophyllis”, Antuérpia, 1567, p. 105.

³⁴⁵ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. III — “Delos Clausos y de su planta”, Burgos, 1578, cit. p. 33. Ver idem, *ibidem*, cap. III, Burgos, 1578, pp. 31-33.

Fragoso não aproveita o seu “Discvrso Sexto de los Clausos de especias” para aludir, uma vez que seja, aos chineses. Ver Juan Frago, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 82r.-84r. Ver Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas*, ed. 1964, p. 21, n. s.n.º; Arlindo Manuel Caldeira, “Introdução”, in *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, introd., tradução e notas de A. M. Caldeira, colecção Outras Margens, Lisboa, CNCDP, 2000, p. 49.

³⁴⁶ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXIX — “Do Lacre”, ed. 1987, vol. 2, p. 29.

³⁴⁷ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. XVI — “Del Lacre”, Burgos, 1578, cit. p. 118. Ver idem, *ibidem*, cap. XVI, Burgos, 1578, pp. 118 e 126.

Tal como Orta, Frago não aproveita o seu “Discvrso Primero de la Lacca” para aludir, uma vez que seja, aos chineses. Ver Juan Frago, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 152v.-153v.

³⁴⁸ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXX — “Do linaloes”, ed. 1987, vol. 2, p. 50.

³⁴⁹ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XVI — “O Agaloco”, ed. 1964, pp. 82-83; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XVI — “De Agallocho”, Antuérpia, 1567, pp. 82-83.

³⁵⁰ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. I — “De la Canela”, Burgos, 1578, p. 9.

acacia catechu ou da *acacia suma*³⁵¹), disponível em maior quantidade nas terras de Baçaim e que tinha Malaca e os “tam discretos e sabidos” chins como destinos principais³⁵² (C. de l’Écluse trata de reproduzi-lo, excepto no juízo sobre os súbditos do Império do Meio³⁵³; Cristóvão da Costa reprodu-lo até à linha em que se refere aos “muy discretos, curiosos, y polidos Chinas”³⁵⁴). A terceira das espécies é a “lixia”³⁵⁵, segundo Ruano uma das “muyto louvadas” frutas da China, na que deve ter sido a mais antiga menção que lhe foi feita por um autor europeu (silêncio tanto em L’Écluse como em Costa, quiçá porque, como dizia Orta, não se tratava de uma “mézinha medicinal” mas de uma fruta, assunto sobre o qual “nam faltará quem fale”³⁵⁶). A quarta é a pimenta, em particular aquela das ilhas ou cabos de Java, Sunda e Quedá, menos boa que a colhida no Malabar e destinada quase só a ser gasta na China e nas terras de origem³⁵⁷ (cópias na *Aromatvm historia*³⁵⁸ e no *Tractado Delas Drogas*³⁵⁹).

A quinta entrada exótica que nos compete referir nos *Coloquios* é a “raiz ou páo da China”³⁶⁰, país que — diz-se aí — “se presume confinar com Moscovia” e que é terra “fria em extremo”³⁶¹. Comido pelos chineses “cozido com a carne, como nós os nabos”, desde 1535 que tal produto vegetal se utilizaria na Índia para curar “este morbo

Fragoso não aproveita o seu “Discvrso Segundo del Linaloe” para aludir, uma vez que seja, à China ou aos chineses. Ver Juan Fragoso, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 153v.-155r.

³⁵¹ Cate, do concanim-marata, *kat*; sântrico, *kuâta*. Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 2, pp. 76-77; D’Intino, 1990, p. 77.

³⁵² Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXXI — “Do cate”, ed. 1987, vol. 2, cit. p. 71. Ver idem, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 2, pp. 69-71.

³⁵³ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. X — “O Cate ou Lício”, ed. 1964, pp. 55-56; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. X — “De Cate, siue Lycio”, Antuérpia, 1567, pp. 55-56.

³⁵⁴ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. XX — “Del Cate”, Burgos, 1578, cit. p. 148. Ver idem, *ibidem*, cap. XX, 1578, pp. 147-148.

Fragoso não aproveita o seu “Discvrso Tercero del Lycio” para aludir, uma vez que seja, aos chineses. Ver Juan Fragoso, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 155v.-157r.

³⁵⁵ Lixia, fruto do *Nephelium litchi*, uma espécie da família das *Sapindaceae*. Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 2, p. 162, n. 1; D’Intino, 1990, p. 87.

³⁵⁶ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXXVIII — “Das mangostães”, ed. 1987, vol. 2, cits. p. 161. Ver idem, *ibidem*, ed. 1987, vol. 2, p. 162, n. 2.

³⁵⁷ Idem, *ibidem*, colóquio XLVI — “Da pimenta preta, e branca, e longa, e canarim: e dos pexegos”, ed. 1987, vol. 2, p. 241.

³⁵⁸ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XXII — “A Pimenta”, ed. 1964, p. 106; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XXII — “De Pipere”, Antuérpia, 1567, p. 106.

³⁵⁹ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. II — “Dela Pimenta”, Burgos, 1578, p. 24.

Fragoso não aproveita o seu “Discvrso Segvndo de la Pimenta” para aludir, uma vez que seja, à China. Ver Juan Fragoso, *Discvrso de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, fls. 183r.-186r.

³⁶⁰ Raiz da China, raiz de *Smilax China*, planta da família das *Smilacaceae*. Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 2, p. 271, n. 2; D’Intino, 1990, p. 91.

³⁶¹ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XLVII — “Da raiz da China”, ed. 1987, vol. 2, cits. p. 259.

napolitano, e pera humor enfecionado delle”, sendo ainda bom “pera paraliticos, e que tem tremor [...] pera artetica, ciragra, podagra, ciatica, alporcas, e pera inchaços reduzidos a melancolia ou freima com geso [?], pera indigestões do estomago, pera xaqueca velha, pera pedra e ulceras da bexiga ás vezes, porque com este páo deitam a pedra, que antes não podiam deitar”³⁶². Esta que era a primeira notícia científica sobre a introdução na Índia deste remédio então muito em voga para o tratamento das doenças sífilíticas figura no capítulo XXXVIII do livro de C. de l’Écluse³⁶³ e no capítulo X do de Cristóvão da Costa³⁶⁴, ainda que neste caso sem as aproximações geográficas à Moscóvia ou a ideia lateral de igual modo dada por Orta sobre “os chins muito comedores”³⁶⁵.

Na sexta das derradeiras entradas contabiliza-se o ruibarbo³⁶⁶, raiz que os chineses coziavam ou estilavam para se purgarem, segundo afirma Garcia de Orta. Por cima disso, garante que se trata de mais um exclusivo da China, de onde vem ter “á Tartaria da China, e da Tartaria ou Uzbeque vem a Ormuz e a toda essa Persia, e por isso lhe chamam ravam chini”. Como Ruano se mostrasse surpreendido por nada ser dito a respeito do seu transporte por via marítima, o interlocutor principal explica que essa era a exceção porque o que chegava por aí vinha “tam danado pollo mar, que o não queremos cá gastar”. A seguir, confirma a sua incompetência para o desenho da geografia chinesa: “nam ha [ruibarbo] no porto de Cantam, senão pella terra dentro; e

³⁶² Idem, *ibidem*, colóquio XLVII, ed. 1987, vol. 2, cits. pp. 259, 263, 267 e 268. Ver idem, *ibidem*, colóquio XLVII, ed. 1987, vol. 2, pp. 259-270.

³⁶³ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. . XXXVIII — “A Raiz-da-China”, ed. 1964, pp. 166-173; idem, *ibidem*, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. XXXVIII — “De Radice Chinæ”, Antuérpia, 1567, pp. 166-173.

³⁶⁴ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. X — “Del Palo dela China”, Burgos, 1578, pp. 80-84.

³⁶⁵ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XLVII, ed. 1987, vol. 2, cit. p. 261.

No seu “Discvrso Doze de la Chyna” (o mais extenso da obra), Fragoso segue a opção de Charles de l’Écluse e de Cristóvão da Costa, tendo-se aqui apenas de relevante para o que nos interessa o seguinte: (1) que diga de forma enigmática que a “rayz llamada vulgarmente Chyna, nace en aquella region y tierra firme de la India, que habitan los Chynenses: acerca de los quales se dize Lampata”; e que (2) se tratava de uma droga introduzida pelos portugueses em Espanha em 1535, o que quer dizer no mesmo ano indicado por Garcia de Orta para a sua divulgação na Índia. Acrescenta ainda que às aplicações contra o “mal Frances” e demais mazelas catalogadas por Orta constava que a raiz da China curava “llagas viejas, tolondrones antiguos, todo genero de reumas, opilaciones, yhychapesia, quita la Ictericia, y corrige la mala cõplexion del higado, sana la Myrrarchia, resuelue las vêtosidades y alança las calenturas antiguas” — Juan Fragoso, *Discvrsos de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, cits. fls. 98v. e 99v.

³⁶⁶ Ruibarbo, raiz do *Rheum officinale*. Do francês antigo *reubarbe*, por sua vez derivado do latim tardio *rheubarbarum*. Ver Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 2, pp. 277-278, n. 1; D’Intino, 1990, p. 51.

trazemno ahi a Cantam a vender, e dahi vem á China”³⁶⁷ (cópias por Charles de l’Écluse³⁶⁸ e Cristóvão da Costa, mas já sem a fronteira imaginária entre Cantão e a China³⁶⁹).

A sétima espécie é o sândalo, no passado transportado pelos chins para a sua feitoria de Calecute da mesma forma que hoje o era pelos portugueses desde Malaca³⁷⁰ (alusão deixada de lado por C. de l’Écluse³⁷¹ mas não desperdiçada por C. da Costa³⁷²). A oitava é o incenso, a maior quantidade do qual se levava da Arábia para consumir na China³⁷³ (cópia por L’Écluse³⁷⁴, esquecimento pela parte de Costa). Enfim, a nona está no 57.º colóquio, “Da zedoria e zerumbet”³⁷⁵. Segundo o Doutor Orta, o intérprete de Serápio afirmara que estas eram raízes trazidas “de Seni”. O Doutor Ruano pergunta-lhe então como sabia ele “que China quer dizer Seni”. O primeiro responde que não havia dúvida possível conhecendo-se como se conhecia “que raban seni quer dizer raiz da china, e asi o he, porque o bom ruibarbo não o ha senam na China”³⁷⁶. Sem precisar da comparação de nomes, Charles de l’Écluse copia-o para o seu capítulo sobre “O Zerumbete”³⁷⁷. Quanto ao topónimo “Seni”, já tinha sido empregue pelo menos uma vez nos mesmos *Coloquios*, aquando do diálogo sobre o lacre: “ — Catai e Seni que

³⁶⁷ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XLVIII — “Do ruibarbo, o qual se diz em poucas palavras”, ed. 1987, vol. 2, cits. pp. 275 e 276.

³⁶⁸ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. . XXXVII — “O Ruibarbo”, ed. 1964, pp. 165-166; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. . XXXVII — “De Rhabarbar”, Antuérpia, 1567, pp. 165-166.

³⁶⁹ Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. XLIV — “Del Reobarbo”, Burgos, 1578, pp. 287-290.

No “Discvrso Primero del Ruybarbo” de Frago a geografia comercial desta raiz confirma de muito perto a leitura de Orta. Por exemplo: “Todo el Ruybarbo traydo a la India Oriental, Persia y Europa, nace en la regiõ de Chyna, y de alli vienne por Tartaria a Ormuz y a Alepo, despues a Alexandria, y finalmente a Venecia a do van a parar los otros reynos de Europa” — Juan Frago, *Discvrsos de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, cit. fl. 198v.

³⁷⁰ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XLIX — “De tres maneiras de sandalo”, ed. 1987, vol. 2, pp. 285-286.

³⁷¹ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XVII — “O Sândalo”, ed. 1964, p. 86; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. . XVII — “De Sandalo”, Antuérpia, 1567, p. 86.

³⁷² Cristóvão da Costa, *Tractado Delas Drogas*, cap. XXII — “Delos Sandalos”, Burgos, 1578, p. 165.

³⁷³ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio LV — “Do thure que he ençenço, e da mirra”, ed. 1987, vol. 2, pp. 351-352.

³⁷⁴ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. VI — “O Incenso”, ed. 1964, p. 38; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. . VI — “De Thure”, Antuérpia, 1567, p. 38.

³⁷⁵ “Zedoria”, do latim tardio *zedoaria*; *jaduar* ou *ziduar* em árabe. “Zerumbet”, *Zenziber zerumbet*, do persa *zarumbad*. Ver D’Intino, 1990, pp. 56 e 97. Cf. Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 2, pp. 368-369, n. 1.

³⁷⁶ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio LVII — “Da zedoria e zerumbet”, ed. 1987, vol. 2, cit. p. 367.

³⁷⁷ Garcia de Orta & Charles de l’Écluse, *História dos aromas*, liv. I, cap. XLIII — “O Zerumbete”, ed. 1964, pp. 182-185; idem, *Aromatvm et Simplicivm*, liber I, cap. . XLIII — “De Zerumbet”, Antuérpia, 1567, pp. 182-185.

quer dizer?”, questionara-se Ruano; “ — De Cantam (mais celebrado de toda a China), e Seni he o Chincheo”, fora a atrapalhada resposta de Orta³⁷⁸.

³⁷⁸ Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, colóquio XXIX — “Do lacre”, ed. 1987, vol. 2, cit. p. 50.

Para se encontrar na obra de Fragoço uma alusão à zedoária há que consultar o discurso sobre o custo, onde, outra vez, se vê que não se aproveitou para qualquer referência à China. Porém, sem desperdício é esta passagem: “[...] e assy no ay que hazer mucho caso, de nuestra comũ Zedoaria (que algunos tienẽ por genero de Costo, y el primero que Dioscorides nos pinta) pues, como dize muy bien san Augustin, mucho mas vale dudar en lo que no sabemos, *que* profiar lo que no esta determinado” — Juan Fragoço, *Discvrsos de las cosas aromaticas*, Madrid, 1572, cit. fls. 118v.-119r.

Apesar de Garcia de Orta nos dar a entender que possuía um conhecimento muito marginal das obras de Amato Lusitano, cabe aqui referir as alusões geográficas à China consumadas por este autor a propósito da raiz da China em dois dos seus escritos, o *Dioscorides* e as *Centurias* — em concreto, na *Cent. II* (1.^a ed. Veneza, 1552) e na *Cent. IV* (1.^a ed. Lyon, 1556).

A par de referências comuns à aplicação desta droga que fora feita a Carlos V e à carta que Andream Vesalium (Andrés Vesalio, médico de Carlos V e Filipe II) escrevera sobre o assunto (referência à célebre *Epistola rationem, modumque propinandi radicis Chinæ decocti, quo nuper invictissimus Carolus V imperator usus est*, Veneza, 1546), no primeiro caso vem escrito a propósito da “*Radix cinnarum*”: “*Non minus qu o q; harundinibus adiungen dæ sunt radices hodie è Cinnarum regione ab Indis abuectæ, quas contra morbum Gallicumvalere, omnes dicunt [...]*” — Amato Lusitano, *In Diocoridis Anazarbæi de materia medica libros quinque, Amati Lusitani, Doctoris Medici ac Philosophi Celeberrimi enarrationes eruditissimæ, “Enaratio CIIIF”*, Lyon, apud Gugliel Rovillium, 1558, cit. p. 141.

Mais interessante revela-se o que vem exposto na “Cura XXXI” da *Cent. II*, intitulada “O método e verdadeira regra de propinar o decocto da *radix sinarum*, na pessoa do Sumo Pontífice Júlio II; Ao muito ilustre e também humaníssimo D. Vicêncio de Nobilibus, justíssimo Governador de Ancona”. Lê-se aí que a terra dos chineses confina com a Índia Transgangética, que China é sinónimo de Sina, que termina junto da Sérica tal como é limitrofe da Cítia, tudo conforme o inestimável testemunho ocular dos “nossos portugueses”. Também, que os chineses são brancos, arruivados e de grande estatura, semelhantes aos germanos: “*Est enim Cyna, vel Sina (vt Cosmographis placet) Indiæ trans Gangem, quæ ad Sericam terminatur, contermina regio. Nam India trans Gangem ab occasu alternã habet Indiam, & Gangem fluiuum: à Septentrione Scythiã, & Seriam: ab ortu Sinarum regionem: à meridie Indicum pelagus. Et, vt nostri placet Lusitanis testibus oculatis, quorum (vt apud Plautum est,) plus valet vras, quàm decem aurici: Cynarum hæc regio Scythiæ contermina est. Cuius incolæ albi, subrusi, proceri, Germanis similes sunt*” — Amati Lusitani Medici Physici Præstantis. *Cvrationvm medicinalivm, Centuriæ II. Priores, Quibus præmittitur Commentatio de introitu medici ad ægrotantem, de Crisis, & diebus Decretoriis [...], “Curatio trigesimaprima”*, Lyon, apud Gugliel Rovillium, 1567, cit. p. 513. Cf. Amato Lusitano (João Rodrigues de Castelo Branco), *Centúrias de Curas Mediciniais*, Cent. II, cura XXXI, tradução de Firmino Crespo, vol. 2, Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, s.d. [1986], pp. 63-64.

Na carta de Ambrósio Nicandro para Antonio Barberini que serve de prefácio à *Cent. IV* repete-se a ideia, também presente na *Cent. II, cura XXXI* (ed. Lyon, 1567, p. 515), de que a raiz da China deve o seu nome à corrupção vocabular da raiz *a sinaris*, a qual foi propiciada pelo desembarque dos portugueses nessa região. Porém, para se assegurar das navegações até a um monte ou montanha dessas paragens acrescenta as referências à China deixadas por Ptolomeu e Plínio: “[...] *In orbis igitur noui nauigatione Synarum regio nuper inuenta est, licet olim cognita, de qua Ptolemæus cap. 3. septima libri meminit, & Plinius, si ritè recorder: In æe regione mons quidam est, vel promontorium, quo Lusitani applicue runt, vnde radix illa à Sinaris cyna corrupto vocabulo est dicta*” — Amati Lusitani Medici Physici Præstantis. *Cvrationvm medicinalivm, Centuriæ IV.*, “Ambr. Nicander Tolentanvs Antonio Barberino non minus nobili quàm docto S. P. D.”, Lyon, apud Gugliel Rovillium, 1567, cit. p. 176v.

Cf. Amato Lusitano, *Centúrias de Curas Médicas*, Cent. IV, “Dedicatória – Carta de Ambrósio Nicandro”, tradução de Firmino Crespo, vol. 3, Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, s.d. [1986], pp. 9 e 11-12. Ver também: Ficalho, ed. 1983, p. 292; Garcia de Orta, *Coloquios dos simples*, ed. 1987, vol. 2, p. 272, n. 2; Jorge, 1962, pp. 265-268; José Lopes Dias, *Comentários ao “Index Dioscoridis” de Amato Lusitano*, comunicação ao XXI Congresso Internacional de História da Medicina (Siena, Setembro 1968), Castelo Branco, Gráfica de S. José, 1968, p. 8, n. 3.